China e Globalização



Henry Huiyao Wang

A China e a nova ordem global

O mundo multipolar que se aproxima e a coopetição entre grandes potências

EDITORA SUL GLOBAL

HENRY HUIYAO WANG

A CHINA E A NOVA ORDEM GLOBAL

O mundo multipolar que se aproxima e a coopetição entre grandes potências

EDITORA
SUL GLOBAL

SUMÁRIO

Apresentação 9
por Leonardo Attuch

Prefácio 15

Agradecimentos 23

Sobre o autor 25

1 Introdução 27
Um mundo em transição
O fim da história ou um novo começo? 28
Um ponto de virada no equilíbrio do poder global 29
O papel da China nesta transição 30
O Centro para a China e a Globalização (CCG) e o nosso trabalho 32
Os temas centrais deste livro 42

PARTE I — INTERAÇÃO E INTERCÂMBIO

2 Rivais relutantes I 53
As relações China-EUA sob Trump: acordos pragmáticos ou mais desafios?
Num mundo globalizado, EUA e China devem construir pontes, não muros 56
A Armadilha de Tucídides entre EUA e China está longe de ser inevitável 60
Como enfrentar os desafios da era Trump 63
A cooperação empresarial pode reiniciar os laços EUA-China 68
O Trump transacional pode muito bem melhorar os laços EUA-China 72
O que o resultado da eleição americana significa para a China 75

3 Rivais relutantes II 81
As relações China-EUA sob Biden: contenção e a batalha dos valores
A abalada relação EUA-China poderia se beneficiar de estratégias de terapia de casal 84
A Estratégia de Segurança Nacional de Biden evidencia o paradoxo das relações EUA-China 87
Nunca foi tão urgente que a cooperação EUA-China engrene 90
Para remendar as desgastadas relações sino-americanas, nada supera o contato pessoal 93
Um caminho para além da Armadilha de Tucídides para China e EUA 97
Relações EUA-China: retomar as visitas do Congresso à China continental para reavivar o diálogo e o entendimento 100
O espírito olímpico pode ajudar a fortalecer os laços sino-americanos 103

Como a retomada dos intercâmbios de jovens pode construir futuras pontes entre a China e os EUA 106

4 Manter o equilíbrio 109
China e UE conseguem equilibrar as relações globais?
Rumo a um novo modelo de parceria China-UE com visão global 112
Enquanto a guerra comercial de Trump ganha força, China e Europa precisam cooperar 120
O papel da Europa num futuro global incerto: continuar uma grande potência com o multilateralismo 124
A viagem do CCG à Europa: um olhar de perto sobre as novas tendências das relações China-UE 133
A visita de Scholz a Pequim traz esperança para as relações UE-China 139
Como a volta de Macron à presidência francesa pode ser uma vitória para a UE e para a China 142

5 Além do Estado 147
Formas inovadoras de intercâmbio
A China continua entre as principais fontes de estudantes estrangeiros 149
Cinco maneiras de a China trazer de volta os estudantes americanos às suas universidades 154
A cooperação em pesquisa rende dividendos muito além da academia 157
Como a China pode aprender com a "Arte retórica" de Aristóteles a contar melhor sua história 160

6 A política chinesa e as relações regionais 165
Num mundo fraturado, a cooperação China-Japão-Coreia é a espinha dorsal da Ásia 167
A política externa da China é mal compreendida 170
A cooperação China-Filipinas põe as relações com a ASEAN em bases amistosas em 2023 173
É preciso mais contato pessoal com os países asiáticos que buscam uma "terceira via" para sair da rivalidade EUA-China 176
China e América Latina: parceiras numa nova era compartilhada 179

7 Perspectivas sobre governança 183
A democracia chinesa: uma mescla de sabedoria tradicional e inovação 187
O panorama em transformação da cooperação China-África 191
Uma divisão entre democracias e autocracias não serve aos interesses globais — nem mesmo aos ocidentais 194
Das guerras ao aquecimento global, o mundo clama por ação coletiva 198
Um encontro de mentes transatlânticas 201
A Conferência de Segurança de Munique, uma plataforma que atrai cada vez mais atenção global 204
Três razões pelas quais uma política externa movida por preocupações de segurança tornará o mundo mais pobre e mais perigoso 208
É preciso uma Organização Mundial de Dados para evitar a desordem baseada em regras 211

8 O papel e as contribuições da China 217
A China está pronta para ser uma âncora num admirável mundo novo multipolar 222
A China como ator global na arena internacional: um papel crescente no cenário mundial 226
Por que a China está se tornando uma das primeiras escolhas para mediar conflitos globais 231
A China pode ter um papel maior na mediação de grandes conflitos internacionais 235
A China pode servir de catalisador da cooperação Norte-Sul global 241
O papel mediador e a diplomacia econômica da China: promover a paz e o progresso no Oriente Médio 243
A China pode ajudar Trump e Putin a acabar com a guerra na Ucrânia 246
Por que a China continua sendo a melhor chance do mundo para a paz na Ucrânia 249
Por que a China está em melhor posição para ajudar a negociar o fim da guerra na Ucrânia 252
É hora de oferecer uma saída à Rússia, e a China pode ajudar nisso 255
Enquanto a guerra na Ucrânia se arrasta, por que não dar uma chance ao plano de paz da China? 258
O alarme com um "eixo China-Rússia" ressuscita uma indesejada mentalidade de Guerra Fria 261

9 Tensões geopolíticas e soluções multilaterais 265
Como consertar o Conselho de Segurança 272
Transformação e oportunidades na era multipolar: integração regional, governança global e a sabedoria histórica da China 275
A OCX liderada pela China é um bálsamo crucial para os males da ordem global 284
Só uma coalizão multipolar pode garantir a paz na Ucrânia 287
As perspectivas do multilateralismo à sombra do protecionismo 290
Rumo a um mundo mais multipolar: a dinâmica China-EUA-Europa na era Trump 2.0 293
A China e o Sul Global: liberando as marés da transformação da ordem global 305
Alianças como a OTAN estão desconectadas de um mundo que precisa de segurança humana 318
Enquanto a rivalidade EUA-China esquenta, a disputa de soft power não precisa ser um jogo de soma zero 321
Um olhar de perto sobre as novas tendências das relações China-EUA-UE 325
O Marco do Indo-Pacífico de Biden não pode dar certo sem a China 331
Como um mecanismo "G3" poderia reiniciar as relações EUA-China-UE e enfrentar os desafios globais 334
Os laços da China com o Sul Global mostram que outra ordem mundial é possível 337
O BRICS não é antiocidental, só quer uma ordem mundial mais justa 340
Como a China e o Ocidente podem se unir para ajudar de verdade a África 344
Como a China pode estar à altura de suas responsabilidades num Sul Global em ascensão 347
Como a visita de Modi à China pode redesenhar o futuro da Ásia 350
Da ASEAN e do G20 à APEC, com os líderes mundiais de novo frente a frente, três razões para torcer pelo multilateralismo 353
Como a China pode multilateralizar a BRI 356
A China pode abraçar a internet global para contar sua narrativa 360
As preocupações dos EUA com a segurança de dados da China devem ser tratadas, mas não com a proibição do TikTok 363

PARTE III — GLOBALIZAÇÃO E ECONOMIA

10 A globalização como motor da prosperidade 369
A globalização não morreu, só deixou de ser americana 370
O papel positivo do comércio na paz, na estabilidade e na prosperidade mundiais 374
Para salvar o comércio global, comece pequeno 377

11 A China como motor do crescimento global 381
Ao contrário dos Estados Unidos, a China não está tentando barrar o futuro 385
A resiliência da China e seu compromisso com a globalização 388
Os críticos não enxergam o quadro geral da transição econômica da China 391
A economia chinesa está pronta para seguir crescendo com alta qualidade em 2025 394
As empresas chinesas podem liderar uma nova onda de globalização 398
As gigantes chinesas de tecnologia retomam o fôlego em meio à recuperação econômica e às tensões com os EUA 401
A China continuará sendo um grande motor de crescimento este ano 404
A China injeta novo impulso na globalização multipolar 407
A China está dando um forte impulso à atração de investimento estrangeiro 410
Como a China está ajudando as economias do Oriente Médio a se afastar do petróleo do Golfo 414
O Congresso Nacional do PCCh abraça o desenvolvimento e a prosperidade 417
Por que a China continua sendo um motor sólido de crescimento e um porto seguro para as multinacionais em meio à maré crescente do sentimento antiglobalização 421

12 Em busca de soluções para os desafios da globalização 425
O diálogo, não a ruptura, deve definir o futuro do comércio 430
Liderança em energia verde: por que a China pode liderar a revolução climática 434
Aproveitar a transição verde da China para mitigar a mudança climática global 437
A isenção de vistos mostra que a China escolhe a abertura em vez do isolamento 446
A preocupação dos EUA com a sobrecapacidade chinesa é um falso problema 449
A cooperação China-UE é necessária para salvaguardar o futuro da globalização 452
Uma nova forma de globalização econômica para redesenhar a ordem mundial 455
O papel da BRI como bem público global deve ser maximizado 463
Cinco razões pelas quais a reabertura da China é uma boa notícia para a economia global 467
Redesenhar a ordem mundial pode trazer de volta a globalização econômica? 471
A política de covid zero teve um impacto severo sobre o estoque de talentos globais da China 478
O Japão deveria estar aberto à adesão da China ao CPTPP 480
Políticas inovadoras na China para acolher talentos globais 484

13 Sobre o compartilhamento de ideias e o poder do diálogo 487
O impacto do unilateralismo e das práticas de intimidação nas relações internacionais 491
A democracia na China, as tarifas planejadas por Trump, como o Ocidente entende mal a China e mais 496
Das ideias acadêmicas à governança global — No caminho para destravar as relações sino-americanas 505
A serviço da humanidade — Sobre a missão maior da academia e do saber 510
O legado de Joseph Nye e sua sabedoria para as relações sino-americanas 514

Em homenagem a Edwin J. Feulner — Uma história dos intercâmbios entre o CCG e a Heritage Foundation 518

14 O círculo se fecha 523
Prefácios e outros escritos
Quando o século americano encontra o século asiático 526
O alvorecer do século asiático 536
A última revelação de um mestre do realismo 542
China e Europa: aprender com o passado para entender o presente e o futuro 548
Promover um "jogo de soma positiva" nas relações China-EUA 556

15 Ao encontro do mundo 567
80 anos depois — O passado e o futuro do Nordeste Asiático 571
A visita de Modi à China e a presença de Putin destacam o papel da OCX 595
Modi e Xi Jinping resistirão a qualquer pressão tarifária de Trump 606
A China respondeu à intimidação dos EUA, mas a porta para o diálogo está escancarada 613
A alternativa chinesa na construção da paz e na mediação 617
Países pequenos e grandes potências — Parceiros num mundo multilateral 626
Uma China mais aberta é uma China mais segura 635
Entender o sistema singular da China por meio do diálogo e do intercâmbio 646
A volta do *gaokao*, os estudos no exterior e uma carreira entre culturas — A trajetória pessoal de Henry Huiyao Wang 657

Sobre o Centro para a China e a Globalização 673

APRESENTAÇÃO

A China e a nova ordem global: compreender o mundo que está nascendo

POR LEONARDO ATTUCH

Vivemos um daqueles momentos extraordinários em que a história parece acelerar. A ordem internacional que emergiu da Segunda Guerra Mundial, consolidada sob a liderança dos Estados Unidos e de seus aliados ocidentais, atravessa uma profunda transformação. Novos centros de poder econômico, político, tecnológico e cultural estão surgindo, enquanto antigas certezas são questionadas. O século XXI será, cada vez mais, marcado pela ascensão da Ásia, pelo protagonismo do Sul Global e pela construção de um mundo multipolar.

É nesse contexto que a Editora Sul Global tem a honra de apresentar ao público brasileiro *A China e a nova ordem global — O mundo multipolar que se aproxima e a coopetição entre grandes potências*, de Henry Huiyao Wang, um dos mais importantes intelectuais chineses dedicados ao estudo da globalização, das relações internacionais e da governança mundial.

Fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), um dos mais influentes think tanks chineses, Henry Wang ocupa uma posição singular no debate internacional. Sua trajetória combina experiência acadêmica, participação na formulação de políticas públicas e um intenso diálogo com intelectuais, dirigentes políticos e empresariais de diferentes tradições. Ex-conselheiro do Conselho de Estado da China, Wang é um pensador que conhece profundamente tanto a realidade chinesa quanto os mecanismos de funcionamento do sistema internacional.

Esta obra reúne reflexões produzidas em um período decisivo da história contemporânea, marcado pela intensificação da rivalidade entre China e Estados

Unidos, pela guerra na Ucrânia, pelo recrudescimento do protecionismo, pela crise das instituições multilaterais e pela emergência de novas formas de cooperação entre os países do Sul Global.

Mais do que uma análise sobre a ascensão chinesa, o livro apresenta uma interpretação abrangente das transformações que estão redefinindo as relações de poder no planeta. Seu argumento central é particularmente relevante: a transição para uma ordem multipolar não precisa conduzir inevitavelmente ao confronto entre grandes potências. Ao contrário, pode abrir caminho para uma globalização mais equilibrada, inclusiva e orientada para a prosperidade compartilhada.

Uma das contribuições mais interessantes de Henry Wang está justamente na recusa da ideia de que a competição entre China e Estados Unidos deva reproduzir os conflitos que marcaram a ascensão e a queda de grandes potências ao longo da história. Em diálogo com as reflexões de Graham Allison sobre a chamada Armadilha de Tucídides, o autor sustenta que a rivalidade estratégica não elimina as possibilidades de cooperação. É nesse sentido que ganha importância o conceito de *coopetição*, presente no subtítulo desta obra: competir onde houver divergências, cooperar onde existirem interesses comuns e preservar, acima de tudo, os mecanismos de diálogo capazes de evitar conflitos destrutivos.

Essa perspectiva adquire especial importância num mundo ameaçado pela proliferação de guerras, pela fragmentação econômica e pela tentativa de transformar o comércio, a tecnologia e as finanças internacionais em instrumentos de coerção geopolítica.

Para o Brasil, país que Henry Wang já visitou inúmeras vezes, a publicação deste livro tem um significado ainda mais profundo.

Nosso país mantém com a China uma das relações econômicas mais importantes de sua história. A China é nosso principal parceiro comercial e exerce influência crescente sobre setores estratégicos da economia brasileira, como infraestrutura, energia, indústria, agricultura, tecnologia e transição ecológica. Ao mesmo tempo, Brasil e China compartilham espaços fundamentais de articulação internacional, especialmente o BRICS, que se consolidou como uma das principais expressões da emergência política e econômica do Sul Global.

Entretanto, apesar da importância dessa relação, o conhecimento sobre a China ainda é insuficiente em amplos setores da sociedade brasileira. Muitas vezes, o debate público sobre o país asiático é condicionado por interpretações produzidas nos grandes centros de poder ocidentais, que nem sempre conseguem compreender as particularidades históricas, culturais, institucionais e econômicas da experiência chinesa.

Conhecer a China exige mais do que acompanhar seus indicadores econômicos ou admirar seus extraordinários avanços tecnológicos. Exige compreender sua visão de mundo, suas prioridades estratégicas, sua concepção de desenvolvimento e, sobretudo, a maneira como seus intelectuais interpretam as transformações internacionais.

É precisamente essa oportunidade que Henry Wang oferece ao leitor brasileiro.

Ao longo destas páginas, encontramos uma China que não pretende simplesmente se adaptar passivamente às regras estabelecidas por outras potências, mas que busca participar da construção de mecanismos internacionais mais representativos. Encontramos também uma defesa consistente do multilateralismo, da reforma das instituições globais, da cooperação entre países em desenvolvimento e da preservação da globalização como instrumento de progresso humano.

Um dos aspectos mais relevantes do livro é sua interpretação do papel do Sul Global. Para Henry Wang, a emergência de países como Brasil, Índia, China e outras nações da Ásia, da África e da América Latina não representa apenas uma redistribuição do poder econômico. Trata-se também da possibilidade histórica de construir uma governança internacional que reconheça a diversidade de experiências, culturas e modelos de desenvolvimento.

Essa visão dialoga diretamente com uma das grandes tradições da política externa brasileira: a defesa da soberania nacional, da solução pacífica de controvérsias, do multilateralismo e de uma ordem internacional mais democrática.

O Brasil não precisa escolher entre grandes potências nem aceitar uma posição subordinada nas disputas geopolíticas contemporâneas. Nossa vocação histórica é atuar como construtor de pontes, defensor do diálogo e protagonista de uma ordem internacional na qual diferentes países possam cooperar em condições de respeito mútuo.

Nesse sentido, a experiência chinesa oferece lições importantes, não para serem reproduzidas mecanicamente, mas para serem estudadas, debatidas e adaptadas às nossas próprias necessidades. O planejamento de longo prazo, a transformação da infraestrutura, a valorização da educação, a capacidade de inovação tecnológica e a articulação entre Estado, mercado e objetivos nacionais de desenvolvimento são temas que merecem atenção especial dos brasileiros.

O livro de Henry Wang também nos convida a refletir sobre uma questão decisiva: qual será o papel da globalização no mundo multipolar?

Durante décadas, a globalização foi frequentemente apresentada como sinônimo da expansão de instituições, valores e interesses das potências ocidentais. A ascensão chinesa, acompanhada pelo fortalecimento de outros países emergentes, demonstra que a integração econômica internacional pode assumir formas mais plurais. O desafio não consiste necessariamente em abandonar a globalização, mas em democratizar seus benefícios, corrigir suas assimetrias e construir instituições capazes de representar a nova distribuição do poder mundial.

Essa é uma discussão essencial para o futuro do Brasil, que precisa ampliar sua capacidade industrial, incorporar novas tecnologias, diversificar suas parcerias internacionais e ocupar uma posição mais relevante nas cadeias globais de valor.

A publicação desta obra também representa um passo importante na missão do Instituto Sul Global.

Criamos o Instituto com a convicção de que os países do Sul Global precisam ampliar sua capacidade de produzir conhecimento, formular ideias próprias e estabelecer canais permanentes de diálogo intelectual e acadêmico. Durante muito tempo, grande parte das interpretações sobre o desenvolvimento, a economia internacional e a geopolítica foi produzida a partir de perspectivas predominantemente europeias ou norte-americanas.

Sem desconsiderar a contribuição dessas tradições, acreditamos que chegou o momento de ampliar o repertório intelectual disponível ao público brasileiro, incorporando de maneira mais sistemática as reflexões produzidas na China, na Índia, na África, na América Latina e em outras regiões do mundo.

A Editora Sul Global nasce justamente com essa ambição: construir pontes entre sociedades, aproximar pesquisadores e leitores e contribuir para que o

Brasil participe de maneira mais ativa da grande transformação intelectual e política do nosso tempo.

Publicar Henry Huiyao Wang em português é parte desse compromisso. Significa oferecer aos brasileiros acesso direto ao pensamento de um intelectual que participa dos principais debates internacionais e que acredita, acima de tudo, na capacidade do diálogo de superar diferenças e construir soluções compartilhadas.

Há também uma dimensão humana nessa iniciativa. As relações entre países não se sustentam apenas por tratados, investimentos ou fluxos comerciais. Elas dependem da confiança, do conhecimento recíproco e da disposição de compreender o outro. Livros são instrumentos extraordinários dessa aproximação. Permitem que ideias atravessem fronteiras, que experiências sejam compartilhadas e que sociedades geograficamente distantes descubram interesses e aspirações comuns.

É por isso que consideramos esta publicação muito mais do que um empreendimento editorial. Trata-se de uma contribuição concreta ao fortalecimento das relações intelectuais entre Brasil e China e, em sentido mais amplo, à construção de uma comunidade internacional baseada no respeito à diversidade e na busca da paz.

O mundo multipolar não está simplesmente à nossa espera como um destino inevitável. Ele está sendo construído, diariamente, pelas decisões dos governos, pelas iniciativas das sociedades, pela cooperação entre instituições e pela circulação de ideias.

O futuro dessa transformação dependerá de nossa capacidade coletiva de evitar que a redistribuição do poder internacional se converta em uma nova era de confrontos. Dependerá também de nossa disposição de reconhecer que nenhuma nação, por mais poderosa que seja, pode enfrentar isoladamente desafios como as mudanças climáticas, as desigualdades, os riscos tecnológicos e a preservação da paz.

Ao reunir análises sobre a rivalidade entre grandes potências, o futuro do BRICS, a reforma da governança global, a transição energética, o comércio internacional e o papel crescente do Sul Global, Henry Wang nos oferece instrumentos valiosos para compreender essas escolhas.

Esperamos que esta edição brasileira seja lida por estudantes, professores, pesquisadores, diplomatas, empresários, jornalistas, formuladores de políticas públicas e por todos aqueles que desejam compreender as grandes transformações do nosso século.

Mais do que respostas definitivas, este livro oferece perspectivas, provoca reflexões e estimula o debate. E talvez seja essa sua contribuição mais importante: recordar que o futuro das relações internacionais não precisa ser determinado pela lógica do medo, da rivalidade permanente ou da dominação.

Ele pode ser construído pela cooperação, pelo conhecimento e pelo reconhecimento de que a prosperidade de uma nação não precisa ocorrer à custa das demais.

Compreender a China é indispensável para compreender o século XXI. E compreender a nova ordem global é indispensável para que o Brasil possa ajudar a construí-la.

É com essa convicção, e com grande satisfação, que o Instituto Sul Global e a Editora Sul Global apresentam esta obra aos leitores brasileiros.

Leonardo Attuch
Presidente do Instituto Sul Global

Novembro de 2026

PREFÁCIO

A mudança é a única constante. As forças que remodelam o nosso mundo nunca cessam. Ao longo dos últimos dois milênios, a globalização avançou e recuou em ondas — impulsionada pela guerra e pela paz, pela ascensão e pelo declínio de impérios e pela difusão de tecnologias transformadoras, de pandemias e de sistemas econômicos.

Em resposta, a humanidade buscou continuamente a ordem por meio da governança global: dos primeiros arranjos informais, como o Concerto Europeu, à Liga das Nações e, por fim, aos alicerces da ordem internacional liberal do pós-guerra, concebidos em Bretton Woods, e à criação das Nações Unidas, bem como a instituições posteriores, como a OMC, o G20 e as cúpulas da COP.

No entanto, o mundo de hoje parece cada vez mais dividido. Desde o início dos anos 2020, entramos numa era de "policrise" — em que múltiplos choques globais interligados se amplificam mutuamente —, o que evidencia um dilema central: a governança global tem hoje dificuldade para acompanhar a velocidade e a complexidade crescentes da própria globalização. E também não há volta: a globalização não é uma opção que possamos simplesmente pôr de lado, mas uma realidade irreversível, entretecida no próprio tecido do desenvolvimento tecnológico e do progresso humano.

Como presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), um think tank com status consultivo especial junto às Nações Unidas, tive o privilégio de colaborar com algumas das mentes mais destacadas do mundo em globalização, governança global, geopolítica e geoeconomia, participando de diálogos sobre políticas públicas com governos, de intercâmbios com o setor empresarial e de colaborações com instituições acadêmicas e pesquisadores na China e no mundo

inteiro. Esta coletânea de artigos de opinião é ao mesmo tempo uma meditação e uma reflexão sobre a evolução das minhas próprias ideias, inspirada pelos muitos diálogos que as moldaram.

Como parte da nossa missão de servir de ponte entre a China e o resto do mundo, o CCG recebeu nos últimos anos uma grande variedade de palestrantes internacionais, e eu também conversei com mais de cem dos principais pensadores e especialistas do mundo no âmbito dos Diálogos Globais do CCG, entre eles Ravi Agrawal, Graham Allison, C. Fred Bergsten, Ray Dalio, Niall Ferguson, Richard Haass, Wolfgang Ischinger, Pascal Lamy, Arancha González Laya, Kishore Mahbubani, Joseph Nye, Hank Paulson, Gordan Grlić Radman, Stephen Roach, Jeffrey Sachs, Lawrence Summers, Adam Tooze e Martin Wolf, para citar apenas alguns.

Há muito tempo acredito firmemente no poder do diálogo para melhorar o entendimento e resolver problemas globais. Durante as restrições de viagem impostas pela covid-19, o CCG foi o primeiro think tank da China a retomar as viagens internacionais, com delegações que visitaram dezenas de países. Desde então, tive pessoalmente a honra de falar em grandes eventos internacionais, como o Fórum da Paz de Paris, a Conferência de Segurança de Munique, o Fórum Econômico Mundial, o Fórum da Democracia de Atenas, o Fórum Estratégico de Bled, o Trilogue Salzburg, o Fórum Público da OMC, o Fórum de Boao para a Ásia e a Cúpula Global Solutions. Testemunhei com os meus próprios olhos as mudanças e o desenvolvimento do mundo e ouvi diretamente o que pensam as elites e os povos de outros países. Sinto que isso me inspirou a considerar primeiro as perspectivas dos outros ao pensar em soluções para as questões da governança global, equilibrando as necessidades da China com as dos demais países.

Este livro reúne uma seleção de textos meus publicados entre 2022 e 2026 por diversos veículos de grande circulação internacional e instituições renomadas, como *Arab News*, Bloomberg, *China Daily*, *The Economist*, *Financial Times*, *Global Solutions Journal*, Conferência de Segurança de Munique, *The New York Times*, *Nikkei*, *People's Daily*, *South China Morning Post*, Wilson Center, Fórum Econômico Mundial e Xinhua, para citar apenas alguns, além de discursos que fiz na Harvard Kennedy School, na Universidade de Princeton,

na Oxford Union — onde fui o primeiro representante de um think tank chinês a discursar — e no Conselho de Segurança da ONU, onde fui o único orador chinês da reunião.

Os três temas centrais deste livro são os seguintes: primeiro, a natureza cambiante das interações globais; segundo, perspectivas sobre a busca de um multilateralismo genuíno e os esforços para estabelecer um novo equilíbrio global; e terceiro, uma investigação da relação simbiótica entre globalização e economia. No centro desses temas está o papel em evolução da China na governança global e nos assuntos mundiais, em especial na resposta a uma série de transformações sistêmicas — entre elas o deslocamento do centro do poder global, a mudança climática e a transição verde e o campo emergente da governança da IA —, papel que também ajuda a moldar a ordem global que se aproxima. A **Parte I — Interação e intercâmbio: um novo olhar sobre relações frágeis num mundo em transição** abre com uma análise da complexa relação entre a China e os Estados Unidos.

Os capítulos de abertura, sob o título "Rivais relutantes", examinam a relação bilateral China-EUA a partir do governo do presidente Trump, com atenção especial às tarifas, às barreiras comerciais e às oportunidades de melhora abertas por sua abordagem transacional. Em seguida, essa relação é comparada à do governo Biden, período em que os Estados Unidos estavam montando uma coalizão ideológica, ainda que o governo adotasse uma postura mais branda na política econômica e no comércio.

O capítulo seguinte explora as relações entre a China e a Europa, avaliando o potencial de uma cooperação mais profunda numa ordem global cada vez mais multilateral, sobretudo agora que as fraturas nos laços transatlânticos — particularmente sob Trump — abriram espaço para uma parceria recalibrada. Isso poderia colocar a Europa em posição de atuar como força de equilíbrio entre a China e os Estados Unidos.

O capítulo 5 vai além do Estado, explorando os laços entre os povos e o modo como o intercâmbio acadêmico, a mobilidade estudantil e a diplomacia cultural podem lançar pontes onde os canais oficiais não chegam.

O capítulo 6 se volta para mais perto de casa, retornando à diplomacia regional da China. Embora muitas vezes mal compreendidas, as posições da China

têm sido coerentes. Este capítulo analisa as origens dos mal-entendidos e oferece sugestões práticas para aumentar a clareza e a confiança.

O capítulo 7 trata da governança global, das grandes questões mundiais ao debate sobre as próprias definições de democracia e autocracia, até o funcionamento e a reforma das instituições globais num mundo cada vez mais complexo. A **Parte II — "Geopolítica e multilateralismo: em busca de uma saída para as tensões geopolíticas"** se aprofunda na dinâmica geopolítica contemporânea e na necessidade de um multilateralismo renovado.

O capítulo 8 discute o papel da China como mediadora global e sua relação com o Sul Global, de seus esforços de paz no Oriente Médio à sua abordagem comedida da guerra russo-ucraniana, na qual experiências históricas compartilhadas colocam a China numa posição singular para promover soluções mutuamente aceitáveis.

O capítulo 9 trata das tensões geopolíticas e dos marcos de cooperação, de uma rivalidade de soft power de soma positiva entre EUA e China à evolução de organizações como o BRICS e a OTAN num mundo em transformação. O mundo mudou: estamos assistindo à ascensão do Sul Global e a um consequente reequilíbrio da distribuição global do poder, e a governança global precisa passar a refletir isso. Meu artigo "Como consertar o Conselho de Segurança", publicado pela *Foreign Policy*, trata das crises que afetam o Conselho de Segurança da ONU e, por extensão, o sistema das Nações Unidas como um todo, e da necessidade urgente de torná-los novamente "adequados ao seu propósito". Para alcançar esse objetivo, precisamos envolver o mundo, especialmente o Sul Global, na busca proativa de soluções, em vez de agir de forma divisiva ou de nos refugiar no regionalismo. Nesse processo, a China pode atuar como uma ponte que liga o Sul Global ao Norte Global. Este capítulo trata também de aperfeiçoamentos na própria Iniciativa Cinturão e Rota da China e de um modelo G3 para administrar a relação China-UE-EUA. A **Parte III — "Globalização e economia: ajustando o motor engasgado do crescimento global"** reflete sobre a transformação da globalização, a transição verde e a governança global de novas tecnologias como a IA, bem como sobre o papel central que cabe à China, explorando os alicerces sobre os quais se pode construir uma nova era de paz e prosperidade globais.

O capítulo 10 afirma a globalização como motor da prosperidade, e os laços econômicos, diplomáticos e culturais mais estreitos como caminho para um mundo estável e próspero. A transição para além de um modelo centrado no Ocidente não indica desglobalização, mas sim um modelo mais amplo e mais plural do mesmo sistema. Esforços pequenos e graduais para manter o comércio e a conectividade continuam sendo vitais, já que o comércio global segue desempenhando um papel positivo na manutenção da estabilidade e da paz mundiais.

O capítulo 11 examina o papel da China como motor do crescimento e do comércio globais. Analisa o objetivo chinês de criar um ambiente econômico global dinâmico e acolhedor, incluindo a diversificação econômica no Oriente Médio, onde exploramos como a China está ajudando economias a deixar para trás o modelo baseado no petróleo.

O capítulo 12 propõe soluções para desafios econômicos prementes. Entre os temas estão a liderança da China na transição verde, o futuro do Cinturão e Rota (BRI), o interesse da China no Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) e reformas na mobilidade global de talentos. O capítulo defende o papel construtivo da China na superação dos gargalos globais.

O capítulo 13 reúne discursos que fiz na Universidade Harvard, na Universidade de Princeton, na Oxford Union e numa sessão do Conselho de Segurança da ONU, ocasiões que considero vitais para estabelecer relações e, por fim, amizades. Este capítulo traz também as homenagens que escrevi ao professor Joseph Nye Jr. e a Edwin J. Feulner, ambos falecidos em 2025.

O capítulo 14 reúne os prefácios que escrevi para edições em chinês de obras de Joseph Nye, Kishore Mahbubani e Kerry Brown, além de um comentário sobre *Liderança*, de Henry Kissinger. Esses prefácios e esse artigo vão de reflexões sobre a ascensão do século asiático às lições deixadas por alguns dos maiores pensadores dos séculos XX e XXI.

O capítulo 15 reúne entrevistas que concedi a diversos veículos de comunicação do mundo inteiro, centradas na crescente participação da China na geopolítica regional e global, em sua posição sobre questões-chave e em sua potencial contribuição para a paz e a estabilidade mundiais. O capítulo inclui ainda uma entrevista que lança um pouco mais de luz sobre a minha trajetória pessoal e sobre como formei uma visão global e passei a enfatizar a importância

de uma perspectiva global, não só na vida pessoal, mas também no plano profissional e nacional.

Os quatro anos abrangidos por este livro foram balizados por dois grandes acontecimentos de impacto global: a eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o maior choque no comércio internacional em meio século — a imposição em massa de tarifas pelo segundo governo Trump. Se o fim da pandemia de covid-19 nos deu esperança na recuperação da economia mundial, novos conflitos e uma maré crescente de tarifas e protecionismo alimentam a incerteza econômica. Essas tendências se refletem nas profundas mudanças estruturais da interdependência geopolítica e econômica.

Os últimos quatro anos viram o conflito em Gaza recrudescer, uma guerra aberta entre a Índia e o Paquistão e ataques diretos entre Israel e o Irã. Ao mesmo tempo, a rivalidade EUA-China se aprofundou, enquanto a inflação, as rupturas nas cadeias de suprimentos e as mudanças na matriz energética agitaram os mercados e transformaram economias. Ainda assim, apesar dos conflitos e da turbulência, os avanços da IA, a exploração espacial e as indústrias verdes trazem um alento — sementes de esperança num mundo fraturado, mas resiliente.

Por qualquer critério, os últimos quatro anos foram um período notável para a China e para os assuntos mundiais. Enquanto conduzia a recuperação pós-pandemia e avançava em reformas internas voltadas para o crescimento sustentável, a China ampliou sua influência global por meio da resiliência econômica, da inovação tecnológica e do engajamento diplomático. Expandiu a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), atuou como mediadora em conflitos regionais e aprofundou a cooperação no BRICS+, ao mesmo tempo que defendeu a multipolaridade e fez avançar a ação climática. Esse período assistiu também ao histórico 20º Congresso do Partido, que se comprometeu a realizar o grande rejuvenescimento da nação chinesa e a paz e o desenvolvimento para toda a humanidade.

Também trabalhamos para construir diversos canais e plataformas sob medida para promover o diálogo e a comunicação entre acadêmicos, líderes empresariais, formuladores de políticas e jovens líderes da China e do exterior. Isso inclui um programa anual de seminários, oficinas e eventos de destaque, como o Fórum China e Globalização, o Fórum de Inovação de Think Tanks Globais

da China, o Fórum China Inbound-Outbound e o Fórum do Diálogo Global de Jovens Líderes. Representantes do CCG também participam regularmente de eventos internacionais para trocar ideias com interlocutores e acadêmicos de outros países.

Minha primeira coletânea de textos, *The Ebb and Flow of Globalization*, foi publicada pela Springer em 2022 como parte da série "China and Globalization", dedicada à globalização e ao papel em evolução da China no mundo. Enquanto escrevo este prefácio, a necessidade de fortalecer a governança global tornou-se mais urgente do que nunca para enfrentar a atual policrise global, da qual um aspecto central é a ameaça da mudança climática que paira sobre todo o planeta. Diante dessas crises, espero que este livro possa oferecer algumas sugestões úteis para suscitar "polissoluções" que nos levem a um mundo melhor e mais próspero.

Henry Huiyao Wang, Ph.D.
Fundador e presidente do
Centro para a China e a Globalização (CCG)
Ex-conselheiro do Conselho de Estado da China

Pequim, China
Julho de 2026

AGRADECIMENTOS

Fenômeno cujas origens remontam a séculos, se não a milênios, a globalização faz parte da civilização humana desde a Antiguidade. Num passado mais recente, a globalização em sua forma atual foi peça-chave da paz e da prosperidade que o mundo conheceu nas últimas décadas. No entanto, como tudo, a globalização está mudando, e o modo como ela deve ser governada e conduzida no futuro precisa ser examinado e discutido em conjunto. Esta obra apresenta ideias inspiradas por alguns dos acadêmicos mais eminentes e dos principais pensadores do mundo, muitos dos quais tenho a sorte de contar entre os meus bons amigos. Gostaria, antes de tudo, de agradecer-lhes pela inspiração e pelo incentivo.

Gostaria também de reconhecer a imensa contribuição dos nossos editores de aquisição no Springer Nature Group e de sua equipe, em especial Yingying Zhang e Leana Li. Como nossos parceiros de longa data, agradecemos mais uma vez seu apoio constante na criação de livros que oferecem ao mundo perspectivas alternativas e soluções viáveis. É o nosso esforço e a nossa dedicação conjuntos que tornam isso possível.

Sou grato também aos editores e pesquisadores do Centro Editorial do CCG e gostaria de expressar meus mais calorosos agradecimentos e meu reconhecimento a Yueyuan Ren, Joshua Dominick, Yan Li, Yuchen Qin, Hong Liu e Benjamin Freking.

Agradeço ainda à Beijing Dongyu China Globalization Think Tank Foundation pelo apoio à publicação deste livro.

O mundo é um lugar incrivelmente diverso e multifacetado. Nossa experiência tem mostrado que os leitores do mundo inteiro anseiam por perspectivas

novas e estimulantes, e é por isso que nossas últimas palavras de agradecimento vão para os nossos leitores. Convido vocês a explorar os temas deste livro, agradeço o seu apoio e suas opiniões serão muito bem-vindas. É por vocês que continuo me empenhando em produzir análises oportunas, perspicazes e envolventes sobre as tendências globais. Obrigado!

Henry Huiyao Wang, Ph.D.
Fundador e presidente do
Centro para a China e a Globalização (CCG)
Ex-conselheiro do Conselho de Estado da China

Pequim
Julho de 2026

SOBRE O AUTOR

Henry Huiyao Wang, Ph.D., é fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), um think tank global classificado entre os 100 mais influentes do mundo. Foi nomeado pelo primeiro-ministro chinês conselheiro do Conselho de Estado da China (o gabinete do governo chinês). É atualmente professor titular da Universidade de Relações Exteriores da China e foi diretor do Instituto de Pesquisa sobre Desenvolvimento da Universidade de Finanças e Economia do Sudoeste.

Wang é um dos maiores especialistas em globalização, governança global e relações internacionais da China. Publicou mais de 100 livros em chinês e em inglês, além de centenas de artigos e estudos sobre globalização, governança global, migração global, relações internacionais da China e investimentos chineses no exterior. É editor-chefe da "China and Globalization Book Series", da Springer Nature, e entre seus livros mais recentes em inglês estão: *Escaping Thucydides's Trap: Dialogue with Graham Allison on China-US Relations* (Palgrave Macmillan, 2023); *The Ebb and Flow of Globalization: Chinese Perspectives on China's Development and Role in the World* (Springer, 2022); o premiado *Consensus or Conflict: China and Globalization in the 21st Century* (Springer, 2021); *The Globalization of Chinese Enterprises: Trends and Characteristics* (Springer, 2020); *China's Domestic and International Migration Development* (Springer, 2019); e *Handbook on China and Globalization* (Edward Elgar, 2019).

Wang fez estudos de doutorado na Universidade de Western Ontario e na Universidade de Manchester, obtendo o Ph.D. em gestão internacional. Foi pesquisador sênior da Harvard Kennedy School e pesquisador sênior da Fundação Ásia-Pacífico do Canadá e da Brookings Institution. Integrou o Conselho Con-

sultivo da Organização Internacional para as Migrações (OIM), da ONU. Além disso, é membro do Comitê Diretor do Fórum da Paz de Paris, do Conselho Consultivo da Universidade Duke Kunshan e do Conselho Consultivo para a Ásia da Ivey Business School.

1
INTRODUÇÃO

Um mundo em transição

Para parafrasear um tema muito repetido hoje na mídia, vivemos num mundo de mudanças sem precedentes, como não se viam havia quase um século. Essas mudanças atingem um sistema de quase um século de idade, cujas origens remontam ao Tratado de Vestfália, que lançou as bases da soberania estatal e, em última instância, do sistema internacional moderno. Esse sistema acabou ganhando sua forma atual em meados do século XX, depois de duas guerras mundiais e da criação de instituições internacionais como as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio e o sistema de Bretton Woods.

Desde que esse sistema foi estabelecido, formou-se um consenso geral de que grandes temas como a globalização e o multilateralismo são centrais para a governança global moderna e devem ser a aspiração máxima da comunidade global. A prosperidade que o mundo viveu graças à estabilidade da "Pax Americana" após a Segunda Guerra Mundial também contribuiu para a posterior ascensão dos países em desenvolvimento do Sul Global, que começaram a se livrar do jugo do domínio colonial e a afirmar seus próprios direitos e suas visões de um mundo mais igualitário e multilateral.

Isso vale talvez sobretudo para a China, que em grande parte se fechara para o mundo depois que o Partido Comunista da China fundou a República Popular, em 1949. A contenção imposta pelas potências ocidentais por diferenças ideológicas e a turbulência interna decorrente de visões divergentes sobre a forma que a nova república deveria assumir aprofundaram o fosso que se abriu entre o que

fora um dia um dos membros centrais da comunidade internacional e boa parte do resto do mundo.

Mas a China não ficaria isolada por muito tempo. A decisão da China de se reintegrar ao sistema internacional depois da histórica visita de Nixon, em 1972, e as incríveis mudanças pelas quais o país passou após adotar sua política de reforma e abertura permitiram que ele aproveitasse plenamente a oportunidade surgida no auge de uma onda de globalização que, de modo geral, havia tornado o mundo mais próspero, mais pacífico e mais estável do que em qualquer outro momento da história humana.

Depois do retorno da República Popular a instituições globais como as Nações Unidas — possível em parte graças a uma onda de apoio de países africanos e asiáticos recém-independentes —, e de sua posterior entrada na Organização Mundial do Comércio, a China conseguiu construir uma enorme rede comercial nos anos 80, 90 e no início dos anos 2000, o que criou um impulso de mudança global quase imperceptível, mas, ao mesmo tempo, irrefreável.

Os sistemas econômico e político singulares da China tornaram sua reintegração ao sistema global complexa e cheia de problemas, que iam do sistema de empresas estatais, responsável por quase toda a economia do país no fim dos anos 1970, ao forte aparato estatal, que era, e continua sendo, muito diferente de muitas democracias liberais do Ocidente, tanto ideológica quanto estruturalmente. No entanto, a expressão "conectar-se ao mundo",[1] corrente durante boa parte do período eufórico da reintegração, refletiu-se no modo como a China buscou soluções práticas para essas questões e conseguiu se transformar no que é hoje a segunda maior economia do mundo e num país talvez tão influente politicamente quanto os Estados Unidos nas grandes questões globais.

O fim da história ou um novo começo?

A queda da União Soviética e a suposta "vitória" do liberalismo e da democracia ocidentais sobre o autoritarismo comunista soviético foram sintetizadas, numa formulação que ficou célebre, no livro *O fim da história e o último homem*, de Francis Fukuyama, publicado em 1992, que desenvolvia a ideia do autor de que

[1] Tradução da expressão chinesa *yu guoji jiegui*.

a humanidade havia chegado "não apenas ... à passagem de um determinado período da história do pós-guerra, mas ao fim da história como tal: isto é, ao ponto final da evolução ideológica da humanidade e à universalização da democracia liberal ocidental como forma final de governo humano".[2]

Fukuyama talvez tenha chegado a essa conclusão um pouco cedo demais e não levou em conta a determinação da China de seguir seu próprio caminho, que, embora aceitasse muitas das condições do sistema global já existente, não atendeu ao desejo das democracias liberais ocidentais de que o país fizesse a transição para um sistema democrático liberal. Se a China não tivesse se tornado uma potência econômica tão grande nem um país tão influente, talvez seu sistema político pudesse ser ignorado, mas o aparente sucesso do estilo administrativo eficiente, limpo e pragmático do governo chinês fez dele uma alternativa real, na qual os países em desenvolvimento podem buscar inspiração, ao modelo geralmente aceito da democracia liberal ocidental — baseado sobretudo no sistema adotado nos Estados Unidos.

Uma série de choques econômicos e sociais no início do século XXI, somada a enormes mudanças sociais, começou a abalar a prosperidade e a confiança das democracias liberais ocidentais, reforçando a visão de que a história, na verdade, não acabou e de que sistemas alternativos existem e estão florescendo. A China é talvez o exemplo mais evidente desse fenômeno, algo que foi reforçado pela crescente confiança do país em suas próprias posições, políticas e práticas. Para a China, isso resultou não tanto num afastamento, mas numa necessidade menos premente de "conectar-se ao mundo", já que o país estabeleceu muitos dos vínculos essenciais que lhe faltavam nas fases iniciais de seu processo de abertura.

Um ponto de virada no equilíbrio do poder global

A queda da União Soviética deu origem ao que alguns viram como um mundo unipolar, no qual os Estados Unidos eram a única potência dominante. No entanto, com a chegada do século XXI e com os países do Sul Global continuando a se desenvolver econômica e politicamente, liderados por uma China cada vez

[2]Francis Fukuyama, "The End of History?", *The National Interest*, n. 16 (verão de 1989), p. 3–18.

mais influente, o equilíbrio do poder global começou a se deslocar do Ocidente para o Oriente.

Esse deslocamento não foi liderado apenas pela China, mas também por organizações como o BRICS e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), além de muitas outras instituições e organizações, como o Fórum de Cooperação China-África e o Fórum da Paz de Paris, que trabalhavam para criar um ecossistema de governança global mais multilateral e diverso. Foi a crescente influência econômica, política e social de um número maior de nações que afastou esse equilíbrio de poder de um modelo tradicionalmente eurocêntrico ou centrado nos Estados Unidos.

À medida que entrávamos num novo século e num novo milênio, isso se tornou cada vez mais acentuado e, infelizmente, resultou em mais atrito ou, no mínimo, em maior apreensão por parte das potências globais dominantes, como os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Embora isso não tenha bastado para abalar a confiança das potências estabelecidas, uma série de crises financeiras, uma pandemia global e conflitos aparentemente insolúveis e potencialmente expansivos levaram as questões centrais desse deslocamento a um ponto crítico.

O papel da China nesta transição

Como presidente e fundador do Centro para a China e a Globalização, concentro-me em como a China se insere neste mundo novo e em transformação. Nossa pesquisa assessora tanto os tomadores de decisão no governo chinês quanto um círculo mais amplo de acadêmicos, think tanks, governos estrangeiros e pessoas do mundo inteiro, oferecendo uma visão mais profunda de como a China se vê no contexto mais amplo dos assuntos mundiais e garantindo, ao mesmo tempo, que a voz da China seja representada de forma justa e objetiva.

A situação da China é única no mundo. Por causa de suas dimensões enormes e de fatores geográficos e demográficos complexos, a China ainda é, em muitos aspectos, um país em desenvolvimento. Mas as últimas décadas trouxeram avanços em infraestrutura e tecnologia que não só estão integrados ao cotidiano chinês, como também estão anos-luz à frente dos países desenvolvidos.

Sua capacidade de levar adiante políticas e projetos na "velocidade da China" deixa atônitos muitos visitantes. A rede ferroviária de alta velocidade do país, de longe a mais extensa do mundo, alcançou 45.000 km (28.000 milhas) de extensão total no fim de 2023, e os planos são de que chegue a 70.000 km (43.000 milhas) em 2035.[3] Enquanto isso, suas rodovias continuam a crescer, melhorando as conexões de transporte em todo o país, sobretudo em boa parte de suas regiões montanhosas, de geografia mais desafiadora. A rede de vias expressas da China chegou a 184.000 quilômetros (114.000 milhas) no fim de 2023.[4]

O desenvolvimento urbano também deu grandes saltos, com uma política de urbanização que criou algumas das cidades mais populosas do mundo. Embora os mercados imobiliários talvez estejam chegando à saturação e a um ponto de virada próprio, as cidades chinesas continuam se tornando cada vez mais habitáveis, à medida que a qualidade de vida segue melhorando. Em dezembro de 2024, 47 cidades da China tinham sistemas de transporte ferroviário urbano, com 310 linhas em operação, entre eles 10 dos sistemas de metrô mais movimentados do mundo. Isso, somado a uma sociedade que usa cada vez menos dinheiro em espécie e a serviços de entrega onipresentes, tudo acessível on-line, faz com que a vida urbana na China tenha alcançado um nível de comodidade e de integração tecnológica raramente visto em outros lugares do mundo.

Ao mesmo tempo que fazia todos esses avanços internamente, a China vem aproveitando suas forças e vantagens para se expandir no exterior. Naturalmente, infraestrutura e transportes estão entre as áreas em que a China mais contribuiu fora de suas fronteiras, sobretudo por meio da Iniciativa Cinturão e Rota e de outros acordos bilaterais, na maioria com países em desenvolvimento.

Essa, porém, também é uma área em que a China tem recebido críticas, seja por projetos portuários no Sri Lanka, por ferrovias no Laos ou por uma série de projetos de desenvolvimento em países africanos. Da perspectiva da China, o país está fornecendo os alicerces sobre os quais esses países em desenvolvimento podem de fato alcançar a próxima etapa de seu desenvolvimento, mas acusações

[3] Frank Chen, "China sets railway building spree in high-speed motion", *Asia Times*, 24 de agosto de 2020.
[4] "China dominates list of the world's top 10 longest metro networks", *Railway Gazette International*, 21 de junho de 2022. Acesso em 2 de julho de 2022.

de diplomacia da armadilha da dívida, de políticas excludentes que favorecem empresas chinesas e outras questões têm assombrado os esforços chineses.

Sejam quais forem os obstáculos que ainda restam à ascensão da China e à sua integração aos sistemas globais, seu papel essencial na transição para uma nova forma de governança global e para novos modos de interação é inegável. Mas a definição desse papel continua sendo questionada por muitos no mundo. A posição fundamental da China sobre muitas questões globais e seus esforços de cooperação se baseiam nos princípios do respeito mútuo, do benefício mútuo e da não interferência nos assuntos internos, e em seu objetivo maior de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade. Repetidas vezes, a China enfatizou a cooperação no comércio, na cultura e na educação como temas básicos de suas interações globais, em nítido contraste com muitas potências estabelecidas, que continuam a privilegiar pactos de segurança exclusivos que muitas vezes servem para limitar a ascensão da China e sua influência na governança global.

O Centro para a China e a Globalização (CCG) e o nosso trabalho

O ano de 2008 ficou marcado por muitos acontecimentos. O mundo enfrentou possivelmente a mais violenta convulsão financeira em quase um século e chegou a um ponto de virada histórico, com sete dos principais bancos centrais do mundo unindo forças para salvar os mercados financeiros e os líderes do G20 realizando sua primeira cúpula, em Washington.

Para a China, o ano marcou o 30º aniversário da reforma e abertura, que recolocou o país em sintonia com a tendência em curso da globalização, e também os Jogos Olímpicos de Verão de 2008, realizados em Pequim, que difundiram o espírito de "Um Mundo, Um Sonho".

Para mim, foi também um ano muito pessoal.

Foi em 2008 que fundei o Centro para a China e a Globalização (CCG), o primeiro think tank da China com foco central na globalização, um tema que no país era muito sensível e chegava a ter conotações negativas.

Minhas experiências como "jovem enviado ao campo" durante a Revolução Cultural, como parte da primeira turma que pôde prestar o restabelecido exame nacional de acesso à universidade, o *gaokao*, e como alguém que realizou o sonho de viajar pelo mundo, aprendendo e vivendo aquilo de que antes só tinha ouvido falar no meu radinho de pilha, são em grande parte a razão pela qual criei este think tank — para promover os benefícios da globalização e garantir que ela continue a beneficiar as gerações futuras.

Como em outros países, os think tanks na China assumem muitas formas, entre elas think tanks governamentais, ligados a universidades e não governamentais. Desde o início, o CCG é um think tank inteiramente não governamental, que mantém uma perspectiva independente, mas decididamente chinesa, sobre uma série de questões globais relacionadas à globalização.

Independentemente de seu modelo ou de suas filiações, o objetivo principal de qualquer think tank sediado na China é o desenvolvimento e o aprimoramento gerais do país, além de garantir que a mensagem e a história da China sejam transmitidas com fidelidade e equidade. Essa tem sido uma missão pessoal minha desde a fundação do CCG. A China define oficialmente os think tanks não governamentais como organizações sem fins lucrativos de pesquisa e consultoria, mantidas por pessoas ou entidades não governamentais do país, que se dedicam a questões estratégicas e a políticas públicas, a serviço do país na tomada de decisões e na formulação de políticas. Foi exatamente para isso que fundei o CCG, e tenho orgulho de dizer que o CCG é hoje considerado o principal think tank não governamental da China e possivelmente um dos think tanks chineses mais visíveis e atuantes em âmbito global.

Nossa missão de promover "uma visão global para a China e a sabedoria chinesa para o mundo" é uma tentativa de reduzir a distância entre o Oriente e o Ocidente, aproveitando os melhores atributos de ambos em benefício de todos. No entanto, nem sempre foi fácil, e o CCG tem sido frequentemente alvo de críticas, tanto dentro da China quanto da comunidade internacional. Apesar dessas críticas, continuamos dedicados à nossa missão e confiamos que estamos causando um impacto positivo no diálogo global e influenciando a narrativa sobre a China de forma construtiva e significativa.

DIFUNDIR AS IDEIAS

O CCG tem se dedicado a examinar o significado da globalização para a China e para o mundo como um todo em termos de política econômica e comercial, governança global e inúmeras outras áreas. Uma das maneiras de fazê-lo é publicar nossas pesquisas e outros materiais por meio de algumas das editoras mais respeitadas da China e do mundo, entre elas People's Publishing House, China Social Sciences Press, CITIC Press, Springer, Edward Elgar e Palgrave Macmillan. Na última década, nosso Centro Editorial produziu mais de 100 livros em chinês e em inglês sobre temas que vão do modelo de desenvolvimento da China à globalização, com três séries em língua inglesa: "China and Globalization", "The Chinese Enterprise Globalization" e "International Talent Development in China".

Esses livros receberam amplos elogios e, em 2022, *Consensus or Conflict?: China and Globalization in the twenty-first Century*, primeiro volume da série "China and Globalization", recebeu o Prêmio Novo Desenvolvimento da Springer Nature. Entre outras realizações está a cooperação com acadêmicos de renome mundial, como o professor Graham Allison, que resultou em *Escaping Thucydides's Trap: Dialogue with Graham Allison on China-US Relations*, e o "pai do soft power", o professor Joseph Nye Jr., cujos artigos de opinião reunimos numa coletânea intitulada *Soft Power and Great-Power Competition: Shifting Sands in the Balance of Power between the United States and China*. Mais tarde, o professor Nye também trabalhou conosco para traduzir para o chinês sua biografia, *A Life in the American Century*, e publicá-la na China.

MANTER A CONVERSA VIVA

Há muito tempo acredito firmemente no poder do diálogo para resolver os problemas do mundo e constato que, por maiores que sejam as nossas diferenças, desde que nos sentemos para conversar sobre elas, quase tudo pode ser resolvido. É por isso que outra parte fundamental do trabalho do CCG é a realização regular de fóruns e seminários sobre temas ligados à globalização. Diante dos grandes desafios que a globalização vem enfrentando nos últimos anos, é essencial que o principal think tank não governamental da China esteja na vanguarda da promoção do intercâmbio de conhecimentos e ideias entre especialistas em

globalização, autoridades governamentais responsáveis pela formulação de políticas e o setor empresarial, para ver como a China pode contribuir positivamente para o crescimento saudável da economia global e para a promoção da globalização.

Participamos de milhares de eventos nos últimos 18 anos; entre os mais notáveis estão grandes plataformas internacionais como o Fórum da Paz de Paris, a Conferência de Segurança de Munique, o Fórum Econômico Mundial, o Fórum da Democracia de Atenas, o Fórum Estratégico de Bled, o Trilogue Salzburg, o Fórum Público da OMC, o Fórum de Boao para a Ásia, a Cúpula Global Solutions e muitas outras, nas quais frequentemente realizamos eventos paralelos para trazer o foco de volta ao papel da China na conversa. Pessoalmente, tive também a honra de falar no Conselho de Segurança da ONU, onde fui o único orador chinês, bem como na Conferência de Harvard sobre a China, na Oxford Union — como o primeiro representante de um think tank chinês — e no primeiro Fórum de Princeton sobre a China.

Longe de ser um participante passivo do diálogo global, porém, o CCG organiza uma ampla gama de fóruns de grande porte, mesas-redondas e seminários especiais próprios, que criam diversas plataformas nas quais especialistas podem trocar opiniões sobre o estado atual da globalização, analisar as mudanças no tecido do comércio global e oferecer recomendações sobre como os tomadores de decisão podem enfrentar melhor os desafios que temos pela frente, trabalhando, em última instância, para chegar a um consenso sobre como o mundo como um todo pode se unir para garantir uma nova era de globalização mutuamente benéfica. Esses eventos vão desde nossos grandes encontros anuais, como o Fórum China e Globalização, atualmente em seu décimo primeiro ano, até o Fórum China Inbound-Outbound e o Fórum de Inovação de Think Tanks Globais da China, que se tornou conhecido por discussões oportunas e construtivas que reúnem membros da comunidade diplomática, representantes de governos, integrantes do setor empresarial e acadêmicos de renome mundial. Entre outros eventos regulares que mantêm o diálogo vivo estão a nossa série Mesa-Redonda de Embaixadores e os nossos Almoços VIP, que recebem muitos acadêmicos, empresários e representantes de governos de destaque.

Outra forma de construirmos pontes é receber convidados importantes do mundo inteiro na sede do CCG em Pequim para discussões regulares. Nos últimos três anos, recebi no CCG muitas personalidades ilustres para discutir questões globais prementes, entre elas Justin Vaïsse, fundador e diretor-geral do Fórum da Paz de Paris; o embaixador Ischinger, da Conferência de Segurança de Munique; o ministro das Relações Exteriores da Turquia, Hakan Fidan; e Diego Martínez Belío, secretário de Estado de Relações Exteriores e Assuntos Globais da Espanha. Em 2025, demos um grande passo à frente ao lançar a nossa Academia de Pequim, que já recebeu muitos pensadores de destaque, como Stephen Orlins, presidente do National Committee on US-China Relations, e Jeffrey Sachs, professor de economia e diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Columbia. Não poderia estar mais orgulhoso do trabalho que o CCG realizou ao longo dos anos para manter viva a conversa entre a China e o mundo.

Embora nossas interações globais por meio de fóruns e publicações sejam centrais para a missão do CCG, o CCG também se tornou conhecido pela pesquisa de alta qualidade e pela análise objetiva de grandes questões. Ao longo dos anos, produzimos relatórios e recomendações sobre tendências do desenvolvimento e das políticas globais, vitais para a tomada de decisões nos mais altos escalões do governo chinês. Apresentamos quase mil sugestões de políticas e recebemos centenas de respostas a esses relatórios de ministérios e comissões de nível nacional, enquanto nossos relatórios de pesquisa e outras publicações foram reconhecidos como recursos essenciais por instituições como a Brookings Institution, o CSIS e outros grandes think tanks globais, por grandes empresas multinacionais e por universidades, entre elas a Universidade de Princeton, que há pouco incorporou à sua biblioteca uma coleção das publicações do CCG em língua inglesa.

PROMOVER MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

Nossos "livros azuis" são uma fonte essencial de informações atualizadas para o governo chinês em todos os níveis, e uma de nossas realizações mais notáveis foi um plano para promover o empreendedorismo entre os estudantes chineses que retornam do exterior, oferecendo-lhes o apoio de que precisam ao voltar

para casa. Além disso, também defendemos iniciativas para melhorar a vida dos estrangeiros que fizeram da China seu segundo lar. Para facilitar a vida dos residentes estrangeiros na China e atrair mais talentos globais, o CCG foi pioneiro em propostas de reforma do sistema de imigração chinês, que acabaram resultando na criação da Administração Nacional de Imigração, em 2016, a qual simplificou e aprimorou serviços essenciais para a comunidade internacional na China.

Eu e a cofundadora e secretária-geral do CCG, a dra. Mabel Lu Miao, sempre sentimos que os jovens representam o futuro e a melhor esperança de um mundo mais pacífico e harmonioso. É por isso que, em 2021, o CCG lançou o Diálogo Global de Jovens Líderes (GYLD), um projeto idealizado pela dra. Miao para envolver jovens profissionais da China e de outros países, incentivar o diálogo e garantir um futuro verdadeiramente global para as próximas gerações. O Fórum GYLD anual, em seu segundo ano, atrai jovens profissionais de toda a China e do mundo inteiro para debater questões relacionadas à China e questões globais.

ENFRENTAR UMA NOVA REALIDADE GLOBAL

Em todas as nossas pesquisas e discussões, uma coisa ficou clara nos últimos anos: a globalização entrou numa nova fase de desenvolvimento, o que, por sua vez, impôs novas exigências à governança global. No entanto, o sistema de governança global existente parece incapaz de lidar com questões globais prementes. Como principal think tank não governamental da China, o CCG está numa posição privilegiada para oferecer uma perspectiva genuinamente chinesa sobre o futuro da governança global, sugerir como os mecanismos de governança podem ser adaptados a uma nova fase da globalização, promover discussões que contribuam para aprimorar a governança global, construir consenso internacional e desempenhar um papel positivo na garantia de uma ordem mundial mais estável.

Trabalhei a vida inteira para reduzir a distância que existe entre a China e o mundo, procurando traduzir a sabedoria chinesa em ideias práticas para melhorar o mundo. Na minha opinião, as Nações Unidas continuam sendo a única instituição internacional capaz de impulsionar uma governança global eficaz. No entanto, à medida que avançamos no século XXI, a autoridade e a

eficácia das Nações Unidas diminuíram. É essencial trabalharmos para reformar a ONU, tornando-a uma instituição adequada ao seu propósito e capaz de voltar a ser o núcleo de um sistema de governança internacional no qual as questões relativas à governança internacional e à cooperação multilateral global possam ser debatidas e no qual se possa trabalhar para construir um consenso global.

Desde que obteve status consultivo especial junto às Nações Unidas, o CCG tem mantido intercâmbios cada vez mais frequentes com organizações do sistema das Nações Unidas. Coorganizamos eventos para comemorar o 75º aniversário da assinatura da Carta das Nações Unidas e o 50º aniversário da restituição legítima do assento da China nas Nações Unidas à República Popular da China. O coordenador residente da ONU na China, Siddharth Chatterjee, e outros representantes do sistema da ONU, assim como de outras instituições internacionais, entre elas a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, a OCDE, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Internacional do Trabalho e o Fórum da Paz de Paris, participam com frequência de nossos eventos. O CCG coopera amplamente com eles para explorar pontos de vista sobre temas importantes da governança internacional, oferecer vozes alternativas a partir da perspectiva chinesa e desempenhar um papel importante na definição da agenda de questões internacionais mais amplas, ao mesmo tempo que atua com esses organismos na formulação de resoluções e planos de ação pertinentes.

Além da cooperação com instituições de governança global como a ONU e a OMC, também trabalhamos com think tanks em âmbito global para oferecer soluções a outros desafios da governança global, dando grande ênfase à formação e ao cultivo de um contingente de talentos verdadeiramente global. Em 2018, no primeiro Fórum da Paz de Paris, nossa iniciativa de criar uma organização internacional de cooperação em matéria de talentos foi selecionada, e no terceiro Fórum da Paz de Paris foi formalmente criada a Aliança de Organizações Globais de Talentos (AGTO). O conceito que promovíamos havia muitos anos finalmente passou da concepção à realidade, e a criação da AGTO não só preenche uma lacuna na governança global dos recursos de talentos, como também amplia muito a voz e a contribuição da China no campo da governança global de talentos. Em 2025, a AGTO abriu seu escritório em Pequim e realizou sua

segunda Cúpula Global de Talentos no distrito de Tongzhou, na parte leste de Pequim, recebendo embaixadores e diplomatas de países como Paquistão, Islândia, Letônia, Marrocos, Portugal e Estônia, além de mais de cem representantes e especialistas do sistema das Nações Unidas, de organizações internacionais, universidades, empresas multinacionais e agências de serviços de talentos, para explorar em conjunto as novas tendências da governança global de talentos e caminhos inovadores de cooperação.

Embora eu tenha criado o CCG com o sonho de reduzir a distância entre países e povos, hoje sou apenas um dos muitos pesquisadores da nossa extensa rede, que reúne acadêmicos de renome mundial que atuam em áreas como relações internacionais, economia e comércio, ex-autoridades com vasta experiência nos mais altos escalões de governos e de instituições multilaterais, ganhadores do Prêmio Nobel, jornalistas e escritores proeminentes. Durante a covid-19, que tornou o contato pessoal quase impossível, mantivemos essa rede conectada por meio dos Diálogos Globais do CCG, uma série de diálogos on-line que permitiu aos nossos membros continuar discutindo questões essenciais. Até agora, mais de 100 palestrantes participaram desse programa, entre eles nomes conhecidos como Graham Allison, Joseph Nye, Kishore Mahbubani, Lawrence Summers, Hank Paulson, Pascal Lamy, Arancha González Laya, Martin Wolf, Adam Tooze, Stephen Roach, Ray Dalio, Niall Ferguson, William Kirby, Anthony Saich, Susan Thornton, Douglas Paal, Neil Bush, Ronnie Chan, C. Fred Bergsten, John Hamre, Richard Haass, Justin Vaïsse, Jim O'Neill, Hakan Fidan, Gordan Grlić Radman, Ravi Agrawal, Adam Tooze e Gabriela Ramos, para citar apenas alguns. O programa atraiu milhões de espectadores, inspirando-os — e inspirando a mim também — a refletir sobre temas como globalização, governança global, multipolarização e multilateralismo, relações China-EUA, mudança climática, conflitos regionais, desafios comuns e outras questões prementes que a humanidade só pode enfrentar trabalhando em conjunto.

Nosso trabalho com a ONU e outras instituições para explorar um novo futuro para a governança global é apenas o próximo passo em nosso esforço para contribuir com conhecimento e soluções para uma série de desafios mundiais. Espero sinceramente que continuemos a garantir que a voz da China seja ouvida e que se possa chegar a um consenso entre governos, instituições globais, think

tanks e indivíduos. Esse é o futuro da governança global, do CCG como instituição e o meu, como pesquisador e promotor do diálogo e da comunicação.

UM OLHAR PARA O FUTURO

Ao olhar para o futuro, não posso deixar de olhar também para trás. Passaram-se 18 anos num piscar de olhos, e mal posso acreditar no quanto avançamos. O CCG se tornou o maior think tank não governamental da China, com uma experiente equipe de pesquisadores e administradores em tempo integral espalhados por cidades de todo o país, da nossa sede em Pequim aos institutos de pesquisa em Guangzhou, Qingdao, Xangai, Shenzhen e Chengdu. Além disso, temos representantes em Washington, Nova York, Londres, Frankfurt, Paris, Sydney e Rio de Janeiro, o que faz do CCG um dos think tanks mais globais da China.

No plano internacional, o CCG fez muitos amigos — estabelecendo parcerias globais de pesquisa com uma série de entidades influentes, da Heritage Foundation, da China-United States Exchange Foundation, da Asia Society, da Brookings Institution e do Center for Strategic and International Studies (CSIS), nos Estados Unidos, ao European Policy Centre, ao Centre on Regulation in Europe, ao Instituto de Estudos de Política Internacional (ISPI) da Itália, à Global Solutions Initiative, ao Conselho Alemão de Relações Exteriores (DGAP), ao Middle East Council on Global Affairs e ao Cato Institute, em outros países-chave do mundo, para garantir informações oportunas e precisas sobre as tendências globais. No plano interno, o CCG é atualmente membro da Aliança de Cooperação de Think Tanks do Cinturão e Rota, da Aliança de Think Tanks sobre Questões dos EUA e da Sociedade Chinesa de Pesquisa sobre Talentos. O CCG também foi designado posto de trabalho de pós-doutorado pela Base Nacional de Pesquisa Teórica sobre Talentos da China.

Nosso trabalho árduo foi recompensado. O CCG ficou em 64º lugar entre os 100 principais think tanks do mundo no Índice Global de Think Tanks de 2020, publicado pela Universidade da Pensilvânia, e figura na lista há quatro anos consecutivos. O CCG é também o primeiro think tank chinês a obter o "status consultivo especial" das Nações Unidas.

Mais do que números impressionantes e realizações notáveis, para mim o CCG é a culminação das lições e experiências da minha vida. De origens humildes a oportunidades incríveis, que me permitiram ir muito além dos sonhos de tantas outras pessoas, espero que minhas experiências e o trabalho do CCG possam inspirar e orientar novas gerações de líderes globais. A trajetória do CCG não foi fácil, e somos eternamente gratos a uma série de pessoas e organizações privadas que foram fundamentais para a nossa formação e o nosso crescimento como o principal think tank não governamental da China.

Ao longo dos anos, tivemos a sorte de receber um apoio incrível e grandes elogios. Terry Miller, diretor do Centro de Comércio Internacional e Economia da Heritage Foundation e ex-embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, afirmou: "O CCG representa um novo tipo de think tank na China, e sua existência abre a possibilidade de mais cooperação com think tanks dos Estados Unidos e de outros países do mundo. Acho que é um grande passo à frente para a cooperação internacional e deve nos ajudar a entender melhor a cooperação entre o povo chinês e os americanos." Lawrence H. Summers, ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos e presidente emérito da Universidade Harvard, disse-me pessoalmente que o CCG fez muito para promover um entendimento maior entre a China e o resto do mundo. Participante assíduo de nossos eventos, John Hamre, presidente e CEO do Center for Strategic and International Studies (CSIS) e ex-vice-secretário de Defesa dos Estados Unidos, elogiou o trabalho do CCG e seu profissionalismo, enquanto o professor de Harvard Graham Allison afirmou que o CCG é um canal valioso para o compartilhamento de ideias que muitas vezes não chegam ao mundo anglófono ou são ignoradas por ele.

Hoje e no futuro previsível, a globalização é e continuará sendo central para o desenvolvimento da China. A liderança do país continua a dar grande valor à participação ativa da China na globalização, expressando com frequência as posições chinesas sobre a globalização e a visão de um futuro em que a China seja parte integrante do esforço para revigorar e impulsionar um modelo de globalização mais próspero e mutuamente benéfico. É a nossa esperança no CCG, e o meu desejo pessoal, que possamos continuar a apoiar os esforços do governo,

das empresas e da academia para impulsionar um modelo de globalização que garanta um futuro próspero e pacífico.

Os temas centrais deste livro

O trabalho do CCG, incluindo diálogos e eventos conjuntos em universidades, think tanks e fóruns internacionais, me deu a oportunidade de refletir profundamente sobre a globalização e a governança global. Para compartilhar minhas perspectivas e os frutos da pesquisa contínua do CCG, envio regularmente artigos a veículos de comunicação chineses e internacionais e a revistas acadêmicas sobre uma série de temas relacionados à China e à globalização.

Este livro reúne principalmente uma seleção de artigos de opinião meus publicados entre 2022 e 2025 por diversas plataformas chinesas e estrangeiras, entre elas *Arab News*, *Beijing Review*, *Bled Strategic Times*, Bloomberg, Universidade Carleton, CGTN, *China Daily*, *China Focus*, *China-US Focus*, East Asia Forum, *The Economist*, *Financial Times*, *GD Today*, *Global Solutions Journal*, *Global Times*, *Horizons*, *The Indian Express*, Instituto Montaigne, *IPS Journal*, *Limes*, Conferência de Segurança de Munique, *The New York Times*, *Nikkei*, *People's Daily*, *South China Morning Post*, Trilogue Salzburg, Wilson Center, Fórum Econômico Mundial e Xinhua, além de meus discursos na Conferência sobre a China da Harvard Kennedy School, na Oxford Union, no Fórum de Princeton sobre a China e no Conselho de Segurança da ONU.

É justamente o papel em evolução da China na governança global e nos assuntos mundiais que está no centro deste livro. Embora examinemos esse tema tanto no plano macro quanto no micro, o foco estará em como compreender melhor e comunicar melhor o papel da China num mundo em transição.

Os três temas centrais deste livro são: 1. as mudanças nas interações globais, seja entre os governos de grandes países como a China, os Estados Unidos, a UE e a Rússia, seja dentro de diversas regiões, como a África e o Sudeste Asiático, seja no âmbito dos intercâmbios empresariais e acadêmicos; 2. perspectivas sobre as possibilidades e os esforços para alcançar um verdadeiro multilateralismo e um novo equilíbrio global que garanta estabilidade, prosperidade e paz para todas as nações; 3. um exame da relação simbiótica entre globalização e economia e de

como ambas podem ajudar a alcançar os objetivos já mencionados de uma forma multilateral e equilibrada de governança global.

Abrangendo um período de pouco mais de três anos, de 2022 ao início de 2025, os artigos reunidos no livro oferecem um vislumbre das várias etapas das mudanças que o mundo viveu recentemente, sobretudo no contexto da pandemia de covid-19 e dos problemas sociais e geopolíticos dela decorrentes, que ainda afligem muitos países em plena recuperação. Esse período também permite uma perspectiva sobre as mudanças nas relações EUA-China durante o governo Biden e a transição para o segundo mandato de Trump.

Este livro está dividido em três partes, cada uma delas dedicada a um dos três temas centrais da obra, desenvolvendo-os e oferecendo uma compreensão mais profunda de cada uma dessas ideias centrais, tendo como pano de fundo o papel da China e sua relação com os principais atores globais.

A *Parte I — Interação e intercâmbio: um novo olhar sobre relações frágeis num mundo em transição* começa com um olhar atento sobre a conflituosa relação entre a China e os Estados Unidos, que há muito tempo são parceiros cautelosos, mas, sob uma luz mais positiva, também rivais relutantes, o que inspirou o título do nosso capítulo de abertura: "Rivais relutantes I — As relações China-EUA sob Trump: acordos pragmáticos ou mais desafios?" Este capítulo começa examinando as relações bilaterais sob Donald Trump, desde os possíveis desafios que uma presidência Trump pode representar para o comércio entre a China e os Estados Unidos, em termos de eventuais tarifas e barreiras comerciais, até o potencial de melhora nas relações comerciais EUA-China graças à postura mais transacional e menos ideológica adotada por esse presidente.

O capítulo seguinte, intitulado "Rivais relutantes II — As relações China-EUA sob Biden: contenção e a batalha dos valores", oferece um nítido contraste com as políticas do governo Trump. Em termos de linguagem e estilo de comunicação, o governo Biden talvez não tenha usado uma retórica tão belicosa, mas, em algumas áreas, pode ter sido tão hostil à China quanto o de Trump, ou até mais, na política efetivamente adotada. O paradoxo das relações EUA-China ficou especialmente evidente nas políticas de segurança nacional dos dois países. Durante o governo Biden, enquanto os Estados Unidos lançavam bolas fáceis na política econômica, acabaram jogando duro na segurança regional e na ideologia,

promovendo alianças como o AUKUS e o Quad e tentando, ao mesmo tempo, impor um padrão absoluto sobre como o mundo deveria definir a democracia. No entanto, foi também nesse período que a diplomacia de segunda via (Track II) e outras plataformas de intercâmbio não governamentais tiveram mais chance de influenciar positivamente o rumo das relações EUA-China e de servir de contrapeso à crescente tensão entre os dois países.

O capítulo 4 deixa a América do Norte para examinar as relações da China com a Europa, em especial as possibilidades de uma cooperação mais profunda e de promoção de um ambiente global mais multilateral. À medida que as relações China-EUA se tornam cada vez mais frágeis, a União Europeia tem potencial para atuar como força de equilíbrio entre os dois rivais. As visitas oficiais de líderes europeus à China, assim como as evidentes rachaduras nas relações tradicionalmente próximas entre a Europa e os Estados Unidos, apontam para uma cooperação potencialmente mais estreita com a China. Sobretudo depois dos mais recentes arroubos do presidente Trump na guerra comercial, a relativa abertura de muitos países europeus à cooperação com a China colocou a UE em posição de equilibrar ainda mais um mundo cada vez mais multilateral, além de criar um piso para as relações EUA-China, resultando num ambiente mais global.

No capítulo seguinte, vamos além do Estado para examinar como a cooperação acadêmica, os intercâmbios estudantis e as interações culturais podem ajudar a melhorar as relações entre os povos de países que, de outro modo, não teriam comunicação suficiente pelos canais oficiais. Isso tem sido especialmente verdadeiro no caso da China e dos Estados Unidos: enquanto os estudantes chineses continuam a afluir aos Estados Unidos em busca de programas de ensino superior, o número de estudantes americanos que vêm estudar na China continua lamentavelmente baixo. Melhorar essa situação é uma das principais prioridades da China, mas, apesar de um forte empenho em impulsionar os intercâmbios — incluindo o compromisso do presidente chinês Xi Jinping de convidar 50 mil estudantes americanos nos próximos cinco anos —, aumentar esses números continua sendo difícil.

Voltando-nos para mais perto de casa, as políticas regionais da China têm sido coerentes, mas muitas vezes são mal compreendidas. No capítulo 6, exploramos

as origens desse mal-entendido e o modo como a China trabalha para melhorar sua imagem atual e esclarecer sua posição sobre muitas questões regionais. Em diversos eventos multilaterais, ficou cada vez mais claro que uma das soluções mais eficazes para melhorar a compreensão da política regional da China é a comunicação pessoal, frente a frente, entre pessoas de todos os níveis, de representantes de governos a acadêmicos e cidadãos comuns.

No último capítulo da Parte I deste livro, o foco se volta para temas de governança e para perspectivas sobre como o nosso planeta deve ser administrado: das grandes questões globais que exigem a atenção imediata do mundo, como os conflitos militares em curso e a ameaça da mudança climática, ao debate sobre democracia versus autocracia, além do papel das instituições globais e de como elas devem funcionar adequadamente no complexo mundo de hoje.

A *Parte II — Geopolítica e multilateralismo: em busca de uma saída para as tensões geopolíticas* examina mais de perto os fatores sutis inerentes à geopolítica contemporânea e a necessidade premente de uma abordagem mais multilateral na resolução das questões globais. Como já mencionamos, uma mudança na estrutura de poder global, decorrente das capacidades ampliadas de um número crescente de países em desenvolvimento, que naturalmente querem que sua voz seja ouvida, deu mais força ao impulso em favor do multilateralismo. No entanto, os que estão no topo da estrutura de poder existente veem nisso uma ameaça, e isso tem gerado reações, voltadas especificamente contra a China e seu papel crescente nos assuntos mundiais.

Os benefícios que a China pode gerar por meio de suas sólidas relações econômicas com boa parte do mundo, assim como sua abordagem centrista de muitas das questões que o mundo enfrenta, são, porém, múltiplos, e a China tem defendido coerentemente uma abordagem de diálogo conciliatório e de cooperação, em vez do fortalecimento ou da expansão de alianças de segurança. Desse modo, a China tem potencial para se tornar uma voz da razão num mundo cada vez mais turbulento.

No capítulo 8, o foco se volta para o papel da China como mediadora em conflitos globais e para sua capacidade de promover a paz e a cooperação em escala global. Dos esforços da China para mediar a paz no Oriente Médio — entre eles a bem-sucedida restauração das relações entre a Arábia Saudita e o Irã

e as propostas de paz para o conflito na Faixa de Gaza — ao seu plano de 12 pontos para pôr fim à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a China muitas vezes leva vantagem na mediação de acordos por compartilhar com os países envolvidos experiências históricas semelhantes em relação ao Ocidente. Na mesma linha, este capítulo examina mais de perto a relação da China com o Sul Global e o modo como ela pode servir de ponte para promover intercâmbios mais equitativos entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento.

O papel da China na mediação de conflitos é aprofundado no capítulo 9, que trata de tensões geopolíticas específicas e de suas possíveis soluções. Como já mencionado, as tensões EUA-China são um fator importante que afeta o rumo dos assuntos mundiais, mas, como observaram vários acadêmicos de primeira linha, isso não precisa ser um jogo de soma zero, sobretudo no campo do soft power e nas áreas de interesse comum em que os Estados Unidos e a China deveriam ser capazes de encontrar terreno comum. A cooperação na forma de um mecanismo "G3" também poderia aproveitar o papel equilibrador da UE em relação à China e aos Estados Unidos. Uma vez alcançado esse equilíbrio, a cooperação ativa para envolver o Sul Global, incluindo a África e outras regiões em desenvolvimento, é outra área que poderia ser explorada para estabelecer objetivos comuns e encontrar soluções multilaterais para as questões que o mundo enfrenta. Isso também diz respeito ao papel das organizações internacionais na gestão das tensões e na busca de soluções multilaterais. A principal delas são as Nações Unidas, que precisam de uma reforma urgente, como descrevi num artigo recente na *Foreign Policy*, que defende uma visão mais global dentro do Conselho de Segurança, por meio de reformas tanto estruturais quanto processuais, para garantir que essa que é a mais importante das instituições funcione de maneira eficiente e eficaz. O mesmo vale para a própria Iniciativa Cinturão e Rota da China, acusada de não ser suficientemente multilateral. Nesse sentido, a China está explorando ativamente maneiras de tornar o desenvolvimento e a administração da BRI mais inclusivos e multilaterais. Por fim, uma das fontes de solução possivelmente mais benéficas, mas também mais incertas, está na tecnologia e nos dados, que devem ser aproveitados como um bem público, e não transformados em arma.

A *Parte III — Globalização e economia: ajustando o motor engasgado do crescimento global* volta-se para o tema da globalização e dos impactos que ela teve sobre o mundo, sobretudo nas últimas décadas. Embora a terminologia possa ser nova, os elementos e fatores-chave que moldam e impulsionam a globalização são antigos e remontam até mesmo às interações entre o Oriente e o Ocidente na Antiguidade, por meio da Rota da Seda. Essa antiga rota comercial não só promoveu uma integração econômica precoce, como também foi fundamental para o compartilhamento de tecnologias, ideias e cultura numa rede que se estendia por metade do globo. Voltando à China, as viagens marítimas posteriores de Zheng He ao Sul da Ásia, à África e possivelmente até às Américas evidenciam ainda mais o caráter global da interação da China com o mundo.

Naturalmente, com os avanços da integração global nas comunicações e nos transportes, a globalização no mundo de hoje assumiu um paradigma inteiramente novo. Ela exigiu que o mundo estabelecesse princípios amplos, aplicáveis a todos os países, para codificar e padronizar as regras pelas quais o mundo funciona. A China se beneficiou enormemente da atual etapa da globalização, tornando-se a segunda maior economia do mundo e um dos países mais influentes do século XXI. Por isso, é na relação fundamentalmente simbiótica entre globalização e economia que nos concentramos no final deste livro, relação que poderia vir a ser o alicerce sobre o qual se pode construir uma nova era de paz e prosperidade globais.

O capítulo 10 estabelece com firmeza a globalização como motor da prosperidade. Seja no caso do considerável êxito econômico da China, seja no da crescente riqueza de outras nações em desenvolvimento, as evidências deixam claro que laços econômicos, diplomáticos e culturais mais estreitos criam um mundo mais estável e próspero. No entanto, à medida que o mundo continua a mudar e evoluir — não sem certo grau de desacoplamento ou de redução de riscos —, a transição para além de um modelo de globalização centrado no Ocidente não significa que a globalização morreu, apenas que ela deixou de ser exclusivamente americana ou europeia. Além disso, como o comércio global continua a desempenhar um papel positivo na manutenção da estabilidade e da paz mundiais, as mudanças no comércio global não precisam ser fundamen-

talmente disruptivas. As tentativas de garantir a continuidade de um comércio global benéfico podem ser pequenas e graduais.

No capítulo seguinte, voltamos o foco para a China e examinamos seu papel como motor do crescimento global. Na esteira da pandemia de covid-19, a China se recuperou rapidamente e, embora tenha ficado aquém das taxas de crescimento historicamente altas de antes da pandemia, ainda superou com folga quase todas as outras economias. De uma política nacional abrangente que mantém a ênfase no crescimento econômico, tanto interno quanto internacional, a políticas que incentivam as empresas a explorar ou ampliar o investimento estrangeiro na China, a criação de um ambiente comercial dinâmico e acolhedor continua sendo o objetivo principal da China. Além disso, a China continua a impulsionar o desenvolvimento econômico e parcerias no exterior, incluindo a diversificação econômica no Oriente Médio, onde exploramos como a China está ajudando economias a deixar para trás o modelo baseado no petróleo.

O capítulo 12 trata de possíveis soluções para os males econômicos globais e para os desafios à globalização. Abordando questões como o papel futuro da BRI, a participação da China no Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP), as alegações de sobrecapacidade na fabricação chinesa de tecnologias verdes e a solução de problemas na livre circulação de talentos globais, o capítulo apresenta uma série de soluções possíveis e explora os benefícios do envolvimento da China na construção dessas soluções. O papel da BRI como bem público, as reformas mais amplas que a adesão ao CPTPP impulsionaria na China, o impacto positivo que o setor chinês de tecnologias verdes pode ter sobre a mudança climática global e os esforços da China para reformar e flexibilizar suas políticas de vistos para diversos tipos de visitantes, incluindo viajantes a negócios, estudantes e turistas, são apenas algumas das soluções ou dos aspectos positivos que podem ajudar a globalização e a economia a continuar contribuindo positivamente para a estabilidade e a prosperidade globais.

Os dois capítulos seguintes complementam esta coletânea de artigos de opinião com material adicional. O capítulo 13 reúne discursos que fiz ao longo dos anos em instituições muito respeitadas, como a Universidade Harvard, a Universidade de Princeton e a Oxford Union. Foi uma honra ser recebido e

aceito como um igual nesses eventos, que me ofereceram uma plataforma para garantir que a voz da China fosse ouvida de forma clara e direta. Mais importante ainda, é por meio desse tipo de evento presencial e de interação pessoal que se podem formar amizades entre colegas que, acredito, têm o mesmo objetivo final — tornar o mundo um lugar melhor por meio do aprendizado e da compreensão mútuos. Este capítulo traz também duas homenagens a dois homens que o mundo perdeu recentemente e por quem sempre tive imenso respeito. O primeiro deles é o professor Joseph Nye Jr., que faleceu este ano. Minha relação profissional e minha amizade pessoal com ele estão entre as experiências que mais prezo, e sentirei muito a sua falta. O segundo, o dr. Edwin J. Feulner, da Heritage Foundation, foi um ícone no meio dos think tanks e, apesar de nossas posições e opiniões diferentes, sua disposição de manter os canais de comunicação abertos e ativos foi algo muito singular e extremamente valioso neste momento difícil das relações EUA-China.

O capítulo seguinte fecha o círculo com uma coletânea de prefácios de publicações do Centro para a China e a Globalização e um guia de leitura do último livro de Henry Kissinger, *Liderança: seis estudos sobre estratégia*, que pretendem encerrar este volume revisitando, para o leitor, conceitos mais amplos e gerais. De reflexões sobre a ascensão do século asiático à história do intercâmbio cultural entre a Europa e a China, passando por lições de alguns dos maiores pensadores dos séculos XX e XXI, esses prefácios, assim espero, nos trazem de volta aos grandes temas abrangentes que são tão importantes para a conversa que estamos travando como família global. Desse modo, espero encerrar este livro compartilhando com você, leitor, aquilo que espero ser uma visão comum: uma visão de esperança. A esperança de que, se trabalharmos juntos, poderemos criar um futuro melhor, mais saudável e mais pacífico para o nosso mundo.

O último capítulo fecha o livro com foco na voz da mídia e em como a interação com uma imprensa de mente aberta é parte integrante do compartilhamento de opiniões e perspectivas com o resto do mundo. Das relações da China com a Índia à maneira como a China procura melhorar as relações com o mundo desenvolvido, passando pelo impacto e pela importância dos países menores no debate global sobre as grandes questões, um dos conceitos centrais que procuramos promover é uma abordagem mais inclusiva e unida da governança global,

que privilegie a cooperação em vez do confronto. A última entrevista ecoa essa ideia, pois é um olhar sobre a minha própria trajetória pessoal, que começou comigo isolado do mundo, num período singularmente voltado para dentro da história chinesa, e chegou a uma vida internacional que me expôs a diversos ambientes culturais e sistêmicos, os quais não só ampliaram meus horizontes como também me ajudaram a apreciar melhor o modo chinês de fazer as coisas e reforçaram minha convicção de que a China pode dar uma contribuição positiva ao mundo à medida que avançamos nestes tempos desafiadores.

Henry Huiyao Wang, Ph.D.
Fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG)
Ex-conselheiro do Conselho de Estado da China
Julho de 2026
Pequim

PARTE I

INTERAÇÃO E INTERCÂMBIO

Um novo olhar sobre relações frágeis num mundo em transição

No mundo de hoje, a incerteza criada pelas relações frágeis entre muitos dos principais atores mundiais tornou a interação e o intercâmbio complexos e difíceis. A Parte I deste livro, "Interação e intercâmbio: um novo olhar sobre relações frágeis num mundo em transição", reúne reflexões que nos ajudam a lançar um novo olhar sobre o modo como vêm sendo conduzidas as relações entre as potências globais e regionais do mundo, à medida que transitamos para uma nova era nas relações de poder.

2
RIVAIS RELUTANTES I

As relações China-EUA sob Trump: acordos pragmáticos ou mais desafios?

As relações EUA-China, geralmente reconhecidas como a relação mais decisiva do século XXI, já foram analisadas à luz de uma série de conceitos e modelos — da Armadilha de Tucídides ao paradigma de uma nova Guerra Fria — na tentativa de prever como vão evoluir numa era de novas relações entre grandes potências. Nenhum deles foi suficiente para abarcar as complexidades e as nuances da situação singular dessa relação, tão estreitamente entrelaçada e, ao mesmo tempo, marcada por tantos conflitos — dos culturais e ideológicos aos econômicos e sistêmicos —, que resultaram numa tensão crescente entre os dois países.

O atual momento turbulento das relações EUA-China se deve, em grande parte, à ascensão contínua da China, que resulta não só de sua influência econômica em expansão, construída sem interrupção desde o início da reforma e abertura, há mais de quarenta anos, mas também da confiança nacional chinesa, fruto de um modelo cada vez mais maduro, que oferece uma alternativa aos sistemas tradicionais estabelecidos pelos Estados Unidos e pelo Ocidente em geral — os quais, em comparação, parecem cada vez mais ineficazes num mundo em transformação.

Esse quadro se tornou ainda mais evidente na esteira de crises globais como a crise financeira asiática e a pandemia de covid-19, que a China pareceu atravessar melhor do que os Estados Unidos e o Ocidente em geral. O sucesso demonstrado pela China levou boa parte do mundo em desenvolvimento — e até parte do

mundo desenvolvido — a reavaliar suas opções, tanto em termos de modelos de desenvolvimento quanto em termos de parceiros estratégicos para o futuro.

A natureza integrada da economia global, e em especial das economias dos Estados Unidos e da China, faz com que essas tensões sejam sentidas em todo o setor empresarial, até chegar ao consumidor individual. Já se disse que, quando os Estados Unidos espirram, o mundo pega um resfriado. Napoleão também é frequentemente citado por ter dito que "a China é um gigante adormecido; quando ela despertar, abalará o mundo". Está claro que a influência dessas duas potências se faz sentir muito além de suas fronteiras e que o mundo tem interesse e responsabilidade em garantir que se encontre uma solução para estabilizar a relação e administrar as tensões. A UE tem um papel potencialmente equilibrador, enquanto atores regionais e outros atores não estatais podem influenciar o rumo e a natureza dessa relação em evolução.

Comunicação e diálogo em busca de uma solução

Da segurança à economia e aos valores, as fontes de conflito parecem abundar, mas as soluções também continuam a surgir. O mundo está empenhado em encontrar um caminho que supere as tensões da rivalidade EUA-China e leve a um mundo pós-tucidideano, no qual a ameaça de conflito esteja sob controle. Para isso, os Estados Unidos e a China precisam se engajar e se comunicar a fim de identificar as questões em que é possível trabalhar juntos, como o comércio, o meio ambiente e as tecnologias digitais, e aquelas que precisam ficar para mais tarde, como a questão de Taiwan, os direitos humanos e as diferenças sistêmicas ou de valores.

Trata-se de diálogo em todos os níveis: das visitas oficiais de Estado às interações em nível regional, incluindo os intercâmbios entre organizações acadêmicas e sem fins lucrativos, bem como os intercâmbios de jovens. Garantir que os canais de comunicação continuem abertos em diversos setores, para discutir uma variedade de questões, é essencial para resolver a tensão atual e assegurar a estabilidade de longo prazo.

A expressão escolhida para o título deste capítulo, "rivais relutantes", remete à relação de amor e ódio que, pode-se dizer, os Estados Unidos e a China mantêm um com o outro. Os artigos deste livro que se debruçam sobre os altos e baixos

dessa relação abrangem dois presidentes americanos. Mas, como estamos na primeira metade do segundo mandato de Donald Trump, começaremos examinando tanto os desafios quanto as possíveis soluções que seu estilo singular de comunicação e sua abordagem negociadora na gestão das relações EUA-China podem produzir.

O primeiro artigo deste capítulo resume com muita clareza a visão da China sobre como devem se desenrolar as relações com os Estados Unidos, seja sob o presidente Trump, seja sob qualquer outro presidente. Intitulado "Num mundo globalizado, EUA e China devem construir pontes, não muros", o artigo expõe a visão de que a contenção, o desacoplamento ou qualquer outra forma de distanciamento seriam prejudiciais às relações entre as duas maiores economias do mundo. Ele ressalta que, longe de serem vítimas da globalização, os Estados Unidos se beneficiaram enormemente de políticas comerciais mais abertas e de um ambiente de comércio mais livre em todo o mundo, sobretudo em relação à China. Embora Trump tenha sido duro com a China em matéria de comércio, em seu primeiro mandato ele trabalhou com o país para chegar a um acordo e retomou essa retórica de negociador no segundo mandato; ainda assim, a instabilidade de uma nova guerra comercial é um desafio que os dois lados terão de se esforçar para superar.

O segundo artigo do capítulo, intitulado "A Armadilha de Tucídides entre EUA e China está longe de ser inevitável", evoca o alerta feito por Graham Allison, que comparou a rivalidade entre os Estados Unidos e a China à de Esparta com a potência ascendente de Atenas durante a Guerra do Peloponeso. Mas o artigo deixa claro que a paz continua sendo uma opção viável se agirmos com determinação e aprendermos com essa poderosa lição histórica.

O artigo seguinte, "Como enfrentar os desafios da era Trump", examina mais de perto o que o mundo e a China podem fazer para lidar com as possíveis dificuldades de um segundo mandato de Trump, com foco nas questões que importam aos Estados Unidos e na aproximação entre a China e os Estados Unidos. E, como Trump se apresenta como um grande empresário e negociador, o quarto artigo do capítulo se concentra diretamente em como uma abordagem comercial pode ser o melhor caminho para melhorar as relações. Intitulado "A cooperação empresarial pode reiniciar os laços EUA-China", o artigo recorre,

para comparação, ao exemplo histórico do Japão: a percepção de que sua economia em expansão ameaçava os Estados Unidos foi atenuada por investimentos e pela criação de empregos em território americano, o que contribuiu para melhorar os laços bilaterais e reduzir as tensões.

O impacto de uma nova liderança nos Estados Unidos

O fato de os Estados Unidos elegerem uma nova liderança a cada quatro anos é uma marca de seu sistema democrático; mas, se nas décadas passadas a orientação geral do país permanecia relativamente estável, nas décadas recentes as diferenças de um governo para outro se tornaram mais drásticas. Isso se acentuou sobretudo nos dois mandatos de Trump, que procuraram refazer as políticas e corrigir o que Trump vê como enormes desequilíbrios comerciais, prejudiciais à economia americana.

O artigo seguinte, "O Trump transacional pode muito bem melhorar os laços EUA-China", lança um olhar esperançoso sobre os laços bilaterais e destaca como um Trump pragmático e com mentalidade de homem de negócios pode vir a ser bom para as relações entre a China e os Estados Unidos. Por fim, o último artigo do capítulo, "O que o resultado da eleição americana significa para a China", foi uma análise inicial do impacto que a eleição presidencial entre Harris e Trump teria sobre as relações entre os Estados Unidos e a China.

Num mundo globalizado, EUA e China devem construir pontes, não muros[1]

Longe de serem vítimas, os Estados Unidos foram beneficiários da globalização. O país deveria aproveitar suas vantagens e abandonar a mentalidade de soma zero, concentrando-se na cooperação internacional e na modernização interna.

Nos últimos anos, houve um preocupante ressurgimento de medidas unilaterais por parte de certos países, entre elas tarifas, sanções e outras políticas protecionistas.

Em 2 de abril, os Estados Unidos desencadearam sua mais nova onda de protecionismo comercial, que já tem efeitos concretos. Até a Europa, tradicionalmente uma aliada fundamental dos Estados Unidos, sentiu a erosão da

[1] Publicado originalmente em 8 de maio de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

confiança que sustenta a cooperação multilateral, à medida que a incerteza nos mercados se intensifica.

Em meio a essa turbulência, um fato permanece constante: a China e os Estados Unidos, como as duas maiores economias do mundo, compartilham a responsabilidade de abrir caminho rumo à estabilidade, à prosperidade e à paz globais.

No cerne da nova guinada dos Estados Unidos rumo a medidas comerciais unilaterais está uma incompreensão fundamental do comércio. O governo Trump continua obcecado pelos déficits bilaterais no comércio de bens como medida do declínio nacional, mas isso ignora a estrutura básica da economia americana.

Em 2024, os Estados Unidos registraram um superávit de quase US$ 300 bilhões no comércio de serviços, sem contar as contribuições das filiais de multinacionais americanas no exterior. Além disso, vantagens como a senhoriagem obtida com a emissão de dólares, os retornos dos investimentos no exterior e a capacidade de atrair talentos globais — cerca de 60% dos ganhadores do Nobel trabalham nos Estados Unidos — refletem a posição privilegiada do país no sistema internacional.

Longe de serem vítimas da globalização, os Estados Unidos estão entre seus maiores beneficiários. Na verdade, a única área em que o país tem um déficit comercial persistente é a de bens — e isso nunca foi por acaso.

Os Estados Unidos fizeram uma transição deliberada para uma economia de alta tecnologia, movida pelos serviços. Afastaram-se de indústrias de baixa margem, intensivas em mão de obra e muitas vezes poluentes, em direção a setores mais limpos, mais lucrativos e dominantes em escala global.

Os Estados Unidos lideram o mundo em educação, tecnologia avançada, biociências, economia digital e inteligência artificial (IA). O país não precisa ser o vencedor que leva tudo, inclusive as indústrias intensivas em mão de obra, e dizer que essa transição foi um fracasso é reescrever décadas de política econômica.

Além disso, os esforços recentes para reverter a globalização por meio da imposição de tarifas e da promoção do *reshoring* não produziram os resultados pretendidos. Em vez disso, desorganizaram cadeias globais de valor finamente

ajustadas, elevaram os custos e minaram a resiliência econômica — prejudicando sobretudo as economias em desenvolvimento.

Os setores exportadores do Sudeste Asiático e as indústrias de matérias-primas da África foram duramente atingidos, o que agravou a desigualdade e retardou a recuperação global sem benefício para nenhum dos envolvidos. É muito improvável que os trabalhadores americanos corram para empregos mal remunerados, e muito provável que, em consequência dessas políticas, os preços subam para os consumidores americanos.

A história oferece uma lição que serve de alerta. Sob a Lei Tarifária Smoot-Hawley, de 1930, o comércio global despencou cerca de 60%, o que contribuiu para a Grande Depressão. Mais recentemente, as tarifas impostas aos produtos chineses em 2018 fizeram os consumidores americanos pagar US$ 51 bilhões a mais por ano. Hoje, a participação dos Estados Unidos nas importações globais de mercadorias caiu de quase 20%, duas décadas atrás, para apenas 13% — sinal de que o protecionismo não reverte a globalização, apenas deixa à margem quem o pratica.

A resiliência do comércio global fica evidente na criação da Parceria Econômica Regional Abrangente e da Área de Livre-Comércio Continental Africana, bem como na influência crescente dos países do grupo BRICS. A China também concedeu tarifa zero a mais de 40 dos países menos desenvolvidos do mundo.

Há um caminho para os Estados Unidos. Em vez de se apegar a uma mentalidade ultrapassada de soma zero, Washington pode reafirmar sua liderança reinvestindo em suas vantagens comparativas: inovação, serviços e a indústria de alta tecnologia.

O país deveria reorientar sua política comercial para a construção de novos marcos multilaterais, a revitalização de seu papel na Organização Mundial do Comércio e o reforço da colaboração em governança digital, tecnologia verde e investimento transfronteiriço. No plano interno, apoiar a qualificação da força de trabalho, modernizar a infraestrutura e atrair talentos internacionais faria muito mais para fortalecer a competitividade de longo prazo do que as barreiras tarifárias jamais poderiam fazer.

Mesmo agora, há bases sólidas para um engajamento construtivo entre EUA e China e para a cooperação multilateral. Em questões que vão da Ucrânia e da

Palestina à mudança climática, e até à IA e à saúde global, os dois países têm interesses convergentes, e o potencial de cooperação é enorme.

Os Estados Unidos deveriam optar por voltar ao multilateralismo, e o investimento mútuo poderia servir de ponto de partida, a exemplo do investimento japonês nos Estados Unidos nos anos 1980. Já existem casos bem-sucedidos disso, como o investimento da fabricante chinesa de equipamentos solares Longi numa fábrica nos Estados Unidos.

A China está aberta a discussões em pé de igualdade; a cooperação não pode ser imposta pela coerção. Os Estados Unidos precisam escolher o engajamento em vez de tentar intimidar seus parceiros e aliados. Nesse ponto, a experiência passada dá motivos de esperança. Depois que a cooperação EUA-China se intensificou durante o governo Biden, as mortes por opioides sintéticos nos Estados Unidos caíram 33% nos 12 meses encerrados em outubro de 2024. Há oportunidades para colaborações semelhantes diante de uma série de desafios globais.

Uma relação EUA-China estável não é apenas benéfica para os dois países — é um alicerce da paz global. Como observou o próprio presidente americano, Donald Trump, em dezembro, "a China e os Estados Unidos juntos podem resolver todos os problemas do mundo". Mas, para chegar lá, não são necessárias ameaças e tarifas, e sim respeito mútuo, diálogo aberto e um compromisso compartilhado com um futuro melhor.

Os Estados Unidos correm o risco de se isolar se continuarem a encarar o comércio e a liderança global pela ótica do confronto. Países do mundo inteiro — da Alemanha e do Japão aos do Sul Global — buscam parceiros comprometidos com a estabilidade, a abertura e o benefício mútuo.

Trump prometeu "tornar a América grande de novo". Mas as tarifas não podem conseguir isso. A verdadeira grandeza está em construir pontes, não muros. O comércio não é uma arma de soma zero; é um instrumento de prosperidade compartilhada. Num momento em que o mundo enfrenta desafios sem precedentes, a China e os Estados Unidos precisam liderar juntos — e não separados — pelo bem de toda a humanidade.

A Armadilha de Tucídides entre EUA e China está longe de ser inevitável[2]

Seja ajudando na mediação na Ucrânia, seja alinhando-se aos objetivos econômicos e geopolíticos dos Estados Unidos sob Donald Trump, a China ainda pode desafiar esse perigoso espectro histórico e produzir resultados políticos e econômicos positivos na prática.

A Armadilha de Tucídides — a ideia de que uma potência em ascensão e uma potência hegemônica estabelecida estão fadadas à guerra — costuma apresentar as tensões e o conflito entre a China e os Estados Unidos como inevitáveis. Eu, no entanto, acredito que o desfecho não é determinado pelo destino, mas pelas escolhas.

O professor de Harvard Graham Allison, que popularizou o termo com seu artigo de 2012 no *Financial Times*, concorda comigo quanto ao papel da ação humana. Como ele disse num evento dedicado ao meu livro *Escaping Thucydides's Trap: Dialogue with Graham Allison on China-US Relations*, realizado no mês passado à margem da Conferência de Segurança de Munique, "as forças estruturais respondem por 75% a 80% do resultado, mas a ação humana molda o resto".

A paz não é uma ilusão — é uma opção viável se agirmos com determinação.

A Armadilha de Tucídides se baseia na competição entre Atenas e Esparta, uma rivalidade que terminou em guerra. A história oferece muitos alertas semelhantes — potências em ascensão frequentemente se chocam com as potências dominantes. Mas há exceções. Nos anos 1890, a Grã-Bretanha e a Alemanha evitaram o conflito militar por meio da competição econômica. O livro de Allison, *A caminho da guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?*, não prevê a catástrofe; ele nos desafia a reescrever esse padrão.

O fato de a economia chinesa ter crescido 5% no ano passado e de se projetar um crescimento de mais 5% este ano, apesar dos esforços americanos de contenção, mostra o que está em jogo. Mais de 70 mil empresas americanas geram ali US$ 600 bilhões em vendas por ano, e as operações da Tesla em Xangai

[2]Publicado originalmente em 16 de março de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

impulsionam o sucesso global da empresa. Esses vínculos não são acidentais — são uma base para o benefício mútuo e favorecem a cooperação em vez do confronto, assim como o comércio um dia estabilizou as relações de poder na Europa.

A volta do presidente americano Donald Trump ao poder introduz uma nova dinâmica. Embora 80% dos americanos vejam a China de forma desfavorável, Trump elogiou a liderança do presidente chinês, Xi Jinping, durante a campanha. Seu foco nos resultados econômicos, acima das divisões ideológicas, o diferencia do padrão de Washington.

Em Munique, Allison previu que, até janeiro de 2026, as relações EUA-China "nos surpreenderiam positivamente", citando a abordagem de Trump voltada para acordos e os sinais de abrandamento da retórica. Nomeações como as do ex-CEO David Perdue e do especialista em finanças Scott Bessent sugerem uma preferência pelo engajamento prático em vez da hostilidade arraigada.

A ênfase de Trump nas prioridades econômicas abre caminhos para o diálogo sobre comércio e tecnologia. O 15º Plano Quinquenal da China, que começa no ano que vem, poderia oferecer um marco para novos acordos — talvez em infraestrutura ou em investimentos nos Estados Unidos — em sintonia com os interesses declarados de Trump.

Quanto a Taiwan, os incentivos econômicos da China continental, como o aprofundamento dos intercâmbios econômicos e turísticos, poderiam ajudar a aliviar as tensões e favorecer a coexistência. Já um comunicado atualizado, que tome como base o acordo de Xangai de 1972, marco da normalização das relações EUA-China, poderia delinear compromissos mútuos com a estabilidade e a prosperidade.

Mas isso vai além dos laços bilaterais — é uma oportunidade de moldar os rumos globais. Veja-se o caso da Ucrânia. Allison argumenta que a China poderia ter um papel decisivo na solução desse conflito. O secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, disse que nenhuma tropa americana seria enviada para lá, o que deixaria as funções de manutenção da paz a cargo de forças europeias e não europeias.

Além disso, as preocupações da Rússia com o avanço da OTAN provavelmente exigiriam um envolvimento mais amplo de partes não alinhadas e um

envio substancial de tropas de paz não europeias. Entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a China já é o maior contribuinte das forças de paz da ONU e, junto com outros países do BRICS, poderia ajudar a convocar negociações de paz, apoiar uma solução negociada para a guerra entre Rússia e Ucrânia e oferecer a presença neutra de forças de paz e as garantias de segurança necessárias para sustentá-la.

O objetivo de Trump de pôr fim a essa guerra está em sintonia com essa oportunidade; a visita que ele planeja fazer à China nos primeiros 100 dias de mandato é uma janela que Pequim, Washington, Bruxelas, Moscou e Kiev deveriam aproveitar — devemos restaurar a credibilidade e a autoridade da ONU e aprovar uma resolução do Conselho de Segurança da ONU para enviar forças de paz da ONU à Ucrânia. Negociações sobre comércio, investimentos e até um acordo de fase dois ou fase três também poderiam render ganhos em áreas que Trump valoriza.

Organizar fóruns internacionais que apresentem as transições de poder como oportunidades de colaboração, e não apenas de conflito, poderia mudar as perspectivas globais. O sucesso estabilizaria regiões e mostraria a capacidade da China de transformar rivalidade em parceria.

As ameaças tarifárias de Trump abalam os mercados, mas sua preferência por acordos em vez de doutrinas oferece uma vantagem à China. O ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, ressaltou em Munique que a abordagem chinesa se apoia no respeito e no benefício mútuo — uma posição coerente em meio à incerteza.

Pequim pode propor acordos comerciais ou colaborações tecnológicas que agradem aos assessores de Trump, entre eles líderes empresariais interessados no peso econômico da China. Isso poderia estimular uma abordagem prática em Washington. Em questões como a do TikTok, um acordo econômico poderia reduzir o atrito. No plano global, a China pode usar fóruns como o G20 para transmitir uma mensagem clara de coexistência — não apenas uma rejeição do conflito, mas uma visão construtiva de estabilidade por meio da abertura.

A Armadilha de Tucídides não é uma fatalidade — é um chamado à ação. O presidente Xi disse bem: "Há mil razões para fazer da relação China-EUA um sucesso, e nenhuma para prejudicá-la."

Da ajuda na mediação na Ucrânia aos investimentos nos Estados Unidos, podemos desafiar as tendências históricas. Aprofundar os laços com líderes empresariais americanos próximos de Trump também pode reforçar o foco em resultados práticos, e não em encenações políticas. Facilitar negociações de paz para unir o Sul Global. Alinhar o 15º Plano Quinquenal às metas econômicas dos Estados Unidos. Aliviar as tensões pela colaboração, não pelo confronto. A paz exige esforço, não sorte. A hora de agir é agora.

Como enfrentar os desafios da era Trump[3]

Com Trump no poder, a cooperação China-EUA pela paz mundial, no comércio e no controle do fentanil, assim como uma política de isenção de vistos para cidadãos americanos, deveriam ser prioridades máximas e têm potencial para melhorar consideravelmente os laços.

O que se previa ser a eleição presidencial mais acirrada da história dos Estados Unidos terminou com a vitória esmagadora do ex-presidente Donald Trump. Espera-se que isso tenha implicações profundas para as relações EUA-China e para a governança global.

Joseph Nye, cientista político americano e professor de Harvard, disse em conversas comigo que os ciclos políticos dos Estados Unidos seguem um padrão de 10 a 20 anos, que molda a política do país para a China. As relações atuais entre a China e os Estados Unidos estão provavelmente em seu ponto mais baixo desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, mas continua existindo o potencial de uma retomada cíclica em que os dois países consigam evitar a "Armadilha de Tucídides".

Por isso, com a volta de Trump ao poder, a China e os Estados Unidos deveriam intensificar o diálogo e a comunicação e explorar a possibilidade de seguir consolidando e implementando o consenso de São Francisco alcançado pelos dois chefes de Estado. Isso ajudaria a impedir que a relação fosse sequestrada por setores linha-dura do governo americano.

[3]Publicado originalmente em 3 de dezembro de 2024 pelo *China Daily* e revisto para esta coletânea.

RUMO A UM CENÁRIO GEOPOLÍTICO PACÍFICO

Durante a campanha presidencial, Trump destacou com frequência o fato de não ter iniciado guerras em seu primeiro mandato e prometeu dar prioridade ao fim da guerra entre Rússia e Ucrânia e do conflito Israel-Palestina se fosse reeleito. No entanto, dada a complexidade profundamente enraizada dessas disputas, ele pode precisar da cooperação da China para ajudar a pôr fim aos conflitos.

A China não só é o maior parceiro comercial da Rússia e de vários países do Oriente Médio, como também mantém com eles um engajamento diplomático constante e diálogos de alto nível. O acordo de paz entre a Arábia Saudita e o Irã mediado pela China, ao lado de sua colaboração ativa em infraestrutura, das parcerias energéticas e dos intercâmbios comerciais, deu contribuições significativas para a estabilidade e o desenvolvimento da região. E os princípios diplomáticos chineses de respeito mútuo, igualdade, benefício mútuo e cooperação ganha-ganha têm sido amplamente elogiados pelos países do Oriente Médio.

Quanto à questão da desnuclearização da Península Coreana, a China tem atuado ativamente como mediadora e trabalhado para criar as plataformas de diálogo necessárias para resolvê-la. Este ano marca o 71º aniversário da assinatura do Acordo de Armistício de Panmunjom, e há potencial para iniciar novas negociações quadripartites entre a China, os Estados Unidos, a República Popular Democrática da Coreia e a República da Coreia, a fim de explorar a possibilidade de assinar um novo acordo de paz entre a RPDC e a República da Coreia.

A China e os Estados Unidos também poderiam iniciar um diálogo sobre questões como a guerra entre Rússia e Ucrânia, o conflito israelo-palestino e a questão da desnuclearização da Península Coreana. Essa cooperação estaria em sintonia com o compromisso de Trump de ser um "presidente da paz".

No entanto, a questão de Taiwan continua central nas relações China-EUA. Os dois lados poderiam considerar a emissão de uma nova declaração conjunta que reafirmasse suas respectivas posições sobre a questão de Taiwan, para evitar mal-entendidos. Essa declaração poderia reiterar os princípios estabelecidos nos três Comunicados Conjuntos China-EUA e enfatizar a importância do princípio de uma só China e da solução pacífica das divergências. Uma iniciativa como essa poderia não apenas aliviar as tensões, mas também criar um marco para

as interações futuras. Os dois lados também poderiam se alinhar em questões como comércio, tecnologia e segurança, para deixar claros suas diferenças, seus interesses comuns e seus objetivos de cooperação.

AVANÇAR NA COOPERAÇÃO ECONÔMICA SINO-AMERICANA

Trump é conhecido por ter uma posição relativamente aberta em relação ao investimento chinês nos Estados Unidos e deve aproveitar esses investimentos para impulsionar a indústria nacional. Durante a campanha, Trump ressaltou a importância de usar instrumentos como tarifas mais altas para incentivar o *reshoring*, ao mesmo tempo que acolhia empresas estrangeiras dispostas a instalar fábricas nos Estados Unidos. Embora pretenda barrar a importação de carros chineses, Trump manifestou disposição de apoiar montadoras chinesas que queiram instalar unidades de produção em solo americano.

Assim, os dois lados poderiam discutir como avançar a partir do acordo da "Fase Um" e levar adiante as negociações comerciais da "Fase Dois". Reduzir certas tarifas, ampliar a cooperação tecnológica e em investimentos e fortalecer os laços econômicos poderiam abrir caminho para uma relação comercial mais estável e promover o crescimento econômico de longo prazo dos dois países.

Na campanha, Trump também falou de planos de infraestrutura em grande escala. Nesse contexto, a vasta experiência, as tecnologias avançadas e a forte capacidade de construção da China na área de infraestrutura oferecem uma valiosa oportunidade de cooperação. Os dois países poderiam negociar e dialogar para ampliar a cooperação em infraestrutura, criar um mecanismo de promoção de investimentos no setor e facilitar a execução de projetos de infraestrutura China-EUA.

FOMENTAR OS INTERCÂMBIOS ENTRE OS DOIS POVOS

Ainda que os intercâmbios entre os povos possam enfrentar dificuldades sob o governo Trump, manter e ampliar essas interações corresponde às amplas expectativas de pessoas e grupos dos dois países.

Em primeiro lugar, órgãos do governo, instituições e organizações não governamentais da China podem adotar uma postura proativa, mantendo laços com as entidades americanas pertinentes e facilitando as visitas de mais congres-

sistas, ex-autoridades, especialistas de think tanks e acadêmicos americanos, que podem ajudar a melhorar as relações China-EUA ao desenvolver novos marcos e narrativas que orientem a relação para um desenvolvimento positivo.

Os dois governos também poderiam conceder vistos a jornalistas do outro país, para que atuem como pontes de comunicação entre os dois povos.

Em segundo lugar, restabelecer os programas de intercâmbio cultural, como o Programa Fulbright e outras iniciativas de intercâmbio educacional e cultural, e prorrogar o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia China-EUA poderia ajudar a promover o intercâmbio de pessoas e reduzir o risco de mal-entendidos e erros de avaliação nas relações sino-americanas. Desde sua criação, em 1979, o Programa Fulbright China-EUA envolveu mais de 3 mil pesquisadores e estudantes chineses e americanos, que se tornaram acadêmicos de destaque e líderes em suas áreas.

Além disso, o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia China-EUA, de 1979, estabeleceu um marco de colaboração em diversas áreas, como agricultura, energia, setor aeroespacial, saúde, meio ambiente, ciências da Terra e engenharia. No entanto, depois que o governo americano decidiu não renová-lo integralmente, e após duas prorrogações, o acordo expirou no fim de agosto de 2024. A volta de Trump ao poder pode oferecer uma oportunidade de retomar essas iniciativas emblemáticas.

Em terceiro lugar, como observou o presidente Xi Jinping, a esperança da relação China-EUA está no povo, seu futuro depende da juventude e sua vitalidade vem dos intercâmbios em nível subnacional. A China poderia usar a iniciativa de convidar 50 mil jovens americanos para programas de intercâmbio e estudo na China ao longo de cinco anos como pilar para fortalecer os intercâmbios entre os povos da China e dos Estados Unidos.

Nesse contexto, uma política de isenção de vistos para cidadãos americanos que viajam à China, ou para grupos específicos, como jovens com menos de 21 anos, poderia ser particularmente significativa. No primeiro semestre deste ano, 14,63 milhões de estrangeiros entraram na China, alta de 152,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desses, 8,54 milhões se valeram da isenção de vistos, um aumento de 190,1% na comparação anual. As políticas de isenção

de vistos têm incentivado turistas ocidentais, sobretudo jovens, a "contar bem a história da China" em plataformas globais de mídia social como o YouTube.

CONSTRUIR AS RELAÇÕES COM BASE NA DIPLOMACIA DE CHEFES DE ESTADO

Trump deve adotar uma abordagem de "retração estratégica" e de "América em primeiro lugar", caracterizada por estratégias transacionais para salvaguardar e promover os interesses americanos. Nesse sentido, assim que o novo gabinete americano estiver formado, poderiam ser realizados diálogos de alto nível entre a China e os Estados Unidos para deixar claras as prioridades e as linhas vermelhas de cada lado. Convidar Trump a visitar a China num momento oportuno permitiria usar a diplomacia de chefes de Estado para conduzir a relação bilateral rumo a um novo consenso.

Por exemplo, a retomada da cooperação entre a China e os Estados Unidos no combate ao problema do fentanil e dos opioides sintéticos nos Estados Unidos, incluindo o restabelecimento do Grupo de Trabalho China-EUA de Combate aos Narcóticos, foi um dos muitos resultados da diplomacia de chefes de Estado na cúpula de novembro de 2023 entre o presidente Xi e o presidente americano Joe Biden.

O abuso de fentanil causou danos significativos aos Estados Unidos, tornando-se uma das principais causas de mortes por overdose e um grande desafio social. A cooperação entre a China e os Estados Unidos nessa área gerou interações construtivas este ano e recebeu elogios de vários órgãos do governo americano.

Os Estados Unidos buscam reduzir os custos de curto prazo na diplomacia, na segurança e no comércio afastando-se do processo de globalização, abrindo mão de obrigações internacionais e usando seu poder para garantir benefícios tangíveis. A abordagem do novo governo americano tende a se concentrar em trocas de benefícios mais explícitas, afastando-se das prioridades ideológicas neoliberais defendidas pelo Partido Democrata. Em consequência, as futuras relações entre os Estados Unidos e a comunidade internacional devem girar em torno de negociações diretas, movidas por interesses.

Nesse cenário, resta saber se as tensões recentes nas relações China-EUA vão diminuir significativamente, já que os Estados Unidos caracterizam explicitamente a ascensão da China como uma ameaça a seus interesses. As relações sino-americanas entraram numa fase de competição estrutural e confronto de longo prazo, em que a rivalidade pela influência global transcende as mudanças de política de curto prazo e se aprofundou numa disputa estratégica.

O caminho a seguir depende de os dois países conseguirem chegar a um novo consenso sobre a coexistência pacífica e a cooperação em meio à competição, estabelecendo um marco construtivo de competição e cooperação aceitável para ambos os lados. Embora os Estados Unidos busquem maximizar os próprios interesses nessa dinâmica, os dois países precisam reconhecer que uma cooperação baseada em princípios pode ajudar a manter a relativa estabilidade das relações bilaterais, em benefício dos interesses de ambos.

A métrica dos "interesses" pode servir como ferramenta prática para avaliar o alcance e as oportunidades de interação e negociação entre a China e os Estados Unidos. Ela também tem potencial para proporcionar um novo ponto de virada na dinâmica China-EUA.

A cooperação empresarial pode reiniciar os laços EUA--China[4]

Com base em exemplos bem-sucedidos, a China poderia tirar uma lição do Japão dos anos 1980, que desarmou os atritos bilaterais com uma guinada estratégica para o investimento direto na indústria americana.

Enquanto o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, se prepara para tomar posse em 20 de janeiro, desenrola-se um momento crucial nas relações EUA-China. Um dia antes da posse, o TikTok corre o risco de ser fechado em razão de uma lei que obriga sua controladora chinesa, a ByteDance, a vender suas operações nos Estados Unidos ou encerrá-las.

A declaração de Trump, no mês passado, de que os Estados Unidos e a China "juntos podem resolver todos os problemas do mundo" sinaliza um recomeço nas relações bilaterais. Ele mostrou abertura à cooperação prática em seu pri-

[4]Publicado originalmente em 18 de janeiro de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

meiro mandato, sobretudo com o acordo comercial da fase um, que estabeleceu marcos para os serviços financeiros, a proteção da propriedade intelectual e a ampliação do engajamento econômico.

A nova equipe de Trump reflete suas prioridades comerciais: David Perdue, com vasta experiência em negócios na Ásia, como embaixador dos Estados Unidos na China; o veterano de Wall Street Scott Bessent como secretário do Tesouro; Jamieson Greer como representante comercial; e o chefe da Tesla, Elon Musk — todos sinalizando uma abordagem voltada para os negócios.

Avanços diplomáticos impulsionados pelos negócios não são inéditos. A solução das tensões comerciais entre Estados Unidos e Japão nos anos 1980 oferece paralelos instrutivos. Nos anos 1980, o Japão desarmou os atritos bilaterais com uma guinada estratégica para o investimento direto na indústria americana. Diante das rígidas restrições americanas à importação de automóveis, a decisão da Toyota, em 1985, de instalar uma fábrica no Kentucky mostrou-se transformadora, criando empregos diretamente e em toda a cadeia de suprimentos local. O investimento da Honda em Ohio reforçou esse modelo, mostrando como a localização da produção podia corrigir desequilíbrios comerciais e, ao mesmo tempo, gerar empregos locais.

Com essa estratégia de "Made in the USA", o Japão equilibrou seu superávit comercial e, ao mesmo tempo, impulsionou o crescimento econômico americano. Embora o poder econômico da China hoje supere em muito o do Japão nos anos 1980, a lição é clara: o investimento estratégico transformou as relações EUA-Japão. A mesma abordagem poderia estabilizar hoje os laços EUA-China.

As empresas chinesas nos Estados Unidos mostram como essa abordagem baseada no investimento pode funcionar. O compromisso de US$ 1 bilhão assumido pelo Fuyao Glass Industry Group em Ohio foi mais do que um investimento industrial — criou milhares de empregos e estabeleceu um modelo de como a competência industrial chinesa pode elevar a produtividade americana.

A fábrica de ônibus elétricos da BYD em Lancaster, na Califórnia, é outro marco estratégico. Com mais de US$ 250 milhões em investimentos na América do Norte e mais de 750 funcionários, é a primeira fabricante chinesa de veículos nos Estados Unidos e traz tanto tecnologia de energia limpa quanto oportunidades de emprego.

A atuação da CRRC Corp em Chicago é outro caso convincente. Depois de obter, em 2016, um contrato para fornecer vagões à Chicago Transit Authority, a CRRC investiu US$ 100 milhões na instalação de uma fábrica, criando centenas de empregos.

Esse impulso parece prestes a se acelerar, sobretudo no estratégico setor de novas energias, em que empresas chinesas estão levando capacidades industriais avançadas ao mercado americano. A Contemporary Amperex Technology (CATL), maior fabricante de baterias do mundo, tem uma parceria de licenciamento de tecnologia com a fábrica da Ford em Michigan e agora trabalha num acordo semelhante com a unidade da Tesla em Nevada, apesar de constar atualmente da lista do governo americano de empresas chinesas ligadas às forças armadas.

O fundador e presidente do conselho da CATL, Robin Zeng, manifestou recentemente forte interesse em construir fábricas nos Estados Unidos, em linha com a posição de Trump de que as empresas chinesas devem "construir fábricas aqui" e "contratar nossos trabalhadores". O momento desses sinais sugere que as empresas chinesas veem oportunidades de expandir suas operações nos Estados Unidos.

A via é de mão dupla. Empresas americanas alcançaram um sucesso notável no vasto mercado chinês. Em 2023, a China respondeu por 63,8% da receita global de vendas da Qualcomm, 26,8% da Intel e cerca de 33% da General Motors. O desempenho da Tesla se destaca: no ano passado, a empresa vendeu mais de 657 mil carros na China, um aumento de 8,8% e um recorde.

A inclusão dos carros da Tesla nas listas de compras governamentais é mais um sinal da abertura da China às empresas estrangeiras. O domínio da Apple no segmento premium chinês também é notável; o país é o segundo maior mercado da Apple para seus smartphones. A Starbucks abriu 290 novas lojas na China nos últimos três meses de seu ano fiscal, encerrado em 30 de setembro, chegando a 78 novos mercados em nível de condado.

A escala do engajamento empresarial EUA-China é considerável. Estima-se que haja mais de 73 mil empresas americanas na China, com investimentos superiores a US$ 1,2 trilhão, em setores como eletrônicos, automóveis, bens de consumo e serviços financeiros. De 2009 a 2023, enquanto as exportações

globais dos Estados Unidos cresceram 91,1%, suas exportações para a China aumentaram 112,6%.

Os laços empresariais crescentes também ficaram evidentes na recente feira CES, em Las Vegas, onde as mais de 1.300 empresas chinesas participantes representaram 27% de todos os expositores. Esses casos de sucesso mostram como o engajamento comercial pode fortalecer os laços bilaterais mesmo em meio a tensões econômicas mais amplas.

O pedido de Trump à Suprema Corte dos Estados Unidos para suspender qualquer medida judicial sobre o TikTok até que ele assuma o cargo é um sinal de que a proibição pode ser reconsiderada e abre a possibilidade de um avanço decisivo na cooperação em comércio digital. A recente flexibilização de vistos da China, que beneficia cidadãos de 59 países, entre eles os Estados Unidos, também sinaliza uma postura mais aberta.

Há potencial para uma abertura ainda maior, sobretudo para permitir que mais empresas internacionais de tecnologia tenham acesso ao mercado chinês. Grandes empresas americanas como Google, Microsoft, Meta e outras poderiam se beneficiar de um acesso mais amplo ao mercado e criar oportunidades de cooperação digital bilateral.

O alcance da cooperação pode ir muito além dos setores tradicionais e chegar ao campo emergente da inteligência artificial (IA). À medida que a competição na fronteira da IA se intensifica, preocupações comuns de segurança podem criar um terreno compartilhado. O instinto negociador de Trump pode abrir oportunidades únicas de cooperação direcionada em marcos de segurança e de governança da IA.

A mentalidade comercial de Trump, sua equipe voltada para os negócios e as crescentes ambições de investimento das empresas chinesas apontam um caminho claro: o investimento estratégico e a produção local podem transformar tensões econômicas em prosperidade compartilhada. Essas abordagens movidas pelos negócios podem ser a forma mais prática de reconstruir a confiança entre as duas maiores economias do mundo, resolvendo problemas por meio da cooperação comercial, um acordo de cada vez.

O Trump transacional pode muito bem melhorar os laços EUA-China[5]

Apesar de ter imposto tarifas aos produtos chineses, Trump tem uma atitude relativamente aberta em relação ao investimento de empresas chinesas nos Estados Unidos, e sua diplomacia é transacional, centrada em concessões mútuas.

Embora a volta de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos traga mais incerteza, sua abordagem transacional e pragmática também pode abrir novas possibilidades de cooperação e de estabilização das relações com a China. Para começar, o presidente eleito deve abrir novas negociações de comércio e investimento com a China.

É verdade que, durante o primeiro mandato de Trump, de 2017 a 2021, ocorreram mudanças significativas na relação econômica e comercial dos Estados Unidos com a China. Em 2017, pela primeira vez, o relatório de estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos apresentou a China como rival estratégica. Meses depois, o governo Trump começou a impor tarifas às importações chinesas, transformando o atrito comercial numa guerra comercial. Durante a campanha eleitoral, ele também disse que considerava tarifas de 10% a 20% sobre todas as importações e de 60% ou mais sobre os produtos chineses.

Mas Trump, cujo governo negociou a primeira fase do acordo comercial sino-americano, também pode continuar a buscar acordos econômicos e comerciais sino-americanos em seu segundo mandato, inclusive sobre investimentos. É bem possível que ele oriente seu futuro governo a abrir novas negociações com a China sobre políticas de subsídios, questões de sobrecapacidade e desequilíbrios comerciais. Ele poderia conduzir negociações para uma segunda ou terceira fase do acordo comercial, com base na primeira.

Além disso, Trump tem uma atitude relativamente aberta em relação ao investimento de empresas chinesas nos Estados Unidos e pode incentivá-las ou até obrigá-las a investir e instalar fábricas no país. A Fuyao Glass, por exemplo, já instalou fábricas e se enraizou nos Estados Unidos, enquanto a Contemporary Amperex Technology Limited (CATL) está em conversas com empresas americanas sobre investimentos no país.

[5] Publicado originalmente em 9 de novembro de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Trump tem laços estreitos com a comunidade empresarial, incluindo muitas empresas da lista Fortune 500, como Tesla, Blackstone e Apple. Essas empresas têm investimentos de longo prazo na China, o que pode trazer alguma racionalidade ao novo governo Trump, que poderia até suspender algumas restrições a empresas de capital chinês, como o TikTok, e sanções contra indivíduos.

Trump também precisará buscar o apoio chinês para resolver as guerras que prometeu encerrar. Apresentando-se como o presidente da paz, ele afirmou que pode acabar com a guerra entre Rússia e Ucrânia antes da posse, até mesmo em 24 horas, e ameaçou cortar a ajuda militar à Ucrânia se necessário. Segundo relatos, ele também disse a Israel que encerrasse sua guerra antes do início de seu mandato, em janeiro próximo.

O pensamento diplomático de Trump se centra no realismo, com um estilo transacional mais acentuado, voltado para a busca de concessões mútuas. A China é o maior parceiro comercial da Rússia e do Conselho de Cooperação do Golfo, formado por Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

A China vem desempenhando um papel diplomático crescente no Oriente Médio. Não só ajudou a Arábia Saudita e o Irã a se reconciliarem, como também reuniu em Pequim representantes de 14 facções palestinas rivais para negociações de unidade, o que evidenciou os esforços chineses pela paz e um uso hábil do soft power. A China também é o maior parceiro comercial da Ucrânia e pode ter um papel ativo em ajudar Kiev na reconstrução do pós-guerra.

No caso da Península Coreana, Trump já havia buscado a ajuda da China na questão nuclear norte-coreana. Se continuar a trabalhar com a China, o armistício de 1953 da Guerra da Coreia poderia muito bem evoluir para negociações quadripartites, com a participação da China e dos Estados Unidos, com o objetivo de alcançar um acordo de paz duradouro.

Trump, que acusou Taiwan repetidas vezes de roubar a indústria de chips dos Estados Unidos, também deve adotar uma atitude mais pragmática em relação à ilha, onde o Partido Democrático Progressista, pró-independência, obteve apenas 40% dos votos na eleição presidencial. É possível que a China e os Estados Unidos trabalhem para manter o status quo em Taiwan, a fim de evitar uma nova escalada das tensões e prevenir qualquer conflito acidental.

Se Trump se mantiver fiel aos três comunicados conjuntos sino-americanos, a China e os Estados Unidos poderiam até chegar a um novo consenso ou acertar um novo comunicado para promover a reunificação pacífica de Taiwan e da China continental.

Há muitas outras áreas possíveis de cooperação. A China e os Estados Unidos podem enfrentar juntos desafios globais como a mudança climática, o problema do fentanil, a governança da inteligência artificial e o peso da dívida dos países do Sul Global. Essa cooperação beneficiaria não apenas os dois países, mas também o mundo.

A China também pode promover o turismo receptivo, estabelecer uma política de isenção de vistos para cidadãos americanos, aumentar o número de jornalistas residentes nos dois países e ampliar o acesso a algumas plataformas, a fim de favorecer intercâmbios mais abertos de cultura e de outras informações, reduzir as tensões e construir confiança.

Ampliar o acesso a plataformas como Google, Facebook e Twitter na China também poderia favorecer um intercâmbio mais aberto de informações e de cultura entre os dois países. Da mesma forma, os Estados Unidos poderiam considerar recuar das restrições a plataformas como o TikTok.

As relações sino-americanas entraram num período de competição estrutural e confronto de longo prazo. A disputa por influência global foi além do âmbito dos ajustes de política de curto prazo e evoluiu para um jogo estratégico.

A chave para o futuro das relações sino-americanas está em saber se os dois lados conseguirão chegar a um novo consenso sobre cooperação e coexistência em meio à competição, manter relações bilaterais estáveis e fazer dessa estabilidade uma prioridade.

Embora as políticas de Trump sejam altamente incertas, seu estilo pragmático e transacional pode servir de amortecedor para as tensões sino-americanas. Quando ele assumir o cargo, Pequim e Washington devem trabalhar para alinhar e listar rapidamente seus pontos de cooperação e se empenhar em construir um marco estável e previsível.

Como as duas maiores economias do mundo, a China e os Estados Unidos têm a obrigação de contribuir para a paz e o desenvolvimento globais, que são

também a esperança dos muitos países que prefeririam não ter de escolher um lado.

O que o resultado da eleição americana significa para a China[6]

Às vésperas da eleição americana, as expectativas eram de relações melhores, mas tarifas mais altas, com Trump, ou da manutenção do status quo de rivalidade competitiva com Harris.

A eleição presidencial americana está chegando a um momento crítico, com os candidatos dos dois partidos na reta final e empatados nas pesquisas. A disputa acirrada atraiu a atenção do mundo, e a China não é exceção.

Como as duas maiores economias do mundo, os Estados Unidos e a China têm uma relação complexa e crucial, e o resultado da eleição sem dúvida moldará o futuro de suas interações. Do comércio e da segurança à competição tecnológica e à cooperação climática, as políticas americanas para a China no próximo governo terão efeitos profundos e duradouros, não só sobre os laços bilaterais, mas sobre a ordem internacional como um todo.

Seja quem for eleito, as tensões estruturais são uma realidade inegável e se tornaram um consenso bipartidário amplamente aceito nos Estados Unidos. Mudar esse consenso exigirá tempo e esforços conjuntos dos dois lados. Com os governos chinês e americano já lidando com essas dinâmicas, a pergunta permanece: como os dois países podem avançar? Espero oferecer algumas análises e reflexões sobre os resultados possíveis e suas implicações para esta que é a relação bilateral mais importante do mundo.

SE TRUMP VENCER: TARIFAS MAIS ALTAS, MAS COOPERAÇÃO PRAGMÁTICA

Se Donald Trump vencer a eleição, diz ele, imporá tarifas mais altas sobre os produtos importados, especialmente os da China. Ele indicou que considerava impor uma tarifa geral de 10% a 20% sobre todos os produtos importados e uma tarifa de 60% ou mais sobre os produtos chineses. Além disso, se escolher uma equipe linha-dura para dominar a política americana, seu governo prova-

[6]Publicado originalmente em 3 de novembro de 2024 pelo *China-US Focus* e revisto para esta coletânea.

velmente não só forçará as empresas chinesas a reduzir as exportações para os Estados Unidos, como também poderá reduzir os contatos não governamentais entre os dois países, como os intercâmbios educacionais e acadêmicos, afetando assim a percepção da opinião pública dos dois lados.

No entanto, para cumprir a promessa de ser um presidente pacificador, Trump talvez precise buscar a cooperação da China. Ele afirmou repetidas vezes que é capaz de acabar com a guerra entre Rússia e Ucrânia em 24 horas — ou até antes da posse. Também promete pôr fim ao conflito israelo-palestino. Embora essa afirmação seja duvidosa, dada a complexidade do Oriente Médio e da guerra entre Rússia e Ucrânia, Trump não conseguirá cumprir suas promessas sem a ajuda da China. Ele já buscou ajuda na questão nuclear norte-coreana, e no fim de 2016 a China votou nas Nações Unidas a favor de sanções contra a RPDC, demonstrando sua importante influência nos assuntos regionais.

A China é o maior parceiro comercial tanto da Rússia quanto da Ucrânia. Esses estreitos laços econômicos dão à China uma oportunidade única de ter um papel maior nos esforços de paz. Da mesma forma, no Oriente Médio, a China é o maior parceiro comercial da região e ajudou a viabilizar a reconciliação entre o Irã e a Arábia Saudita, bem como a divulgação da Declaração de Pequim por 14 facções palestinas. A China tem potencial para ajudar Trump a se tornar, de fato, um presidente pacificador.

Trump também pode continuar a pressionar por negociações sobre questões econômicas e comerciais envolvendo a China. Trump é um político pragmático, que se concentra na solução de problemas específicos. Em seu mandato anterior, ele concluiu o acordo comercial China-EUA da Fase Um, mostrando uma atitude pragmática em questões econômicas como o problema do déficit e o superávit comercial. Se Trump for reeleito, os dois lados poderão aprofundar a discussão sobre políticas de subsídios, proteção da propriedade intelectual, questões de sobrecapacidade, balança comercial e outros temas. Essa estratégia pragmática também significa que Trump pode valorizar resultados concretos mais do que a ideologia. Portanto, na prática, Trump pode optar por dar continuidade às negociações sobre questões econômicas para proteger os interesses americanos.

Trump tem uma atitude relativamente aberta em relação ao investimento chinês nos Estados Unidos e pode adotar diversas medidas para incentivar ou exigir que empresas chinesas invistam e instalem fábricas no país. Durante a campanha, Trump afirmou repetidas vezes que esperava estimular a volta da indústria por meio de tarifas mais altas e se mostrou receptivo a empresas de capital estrangeiro que instalassem fábricas nos Estados Unidos. Por causa da guerra comercial China-EUA, um grande número de empresas chinesas que queriam entrar no mercado americano acabou instalando fábricas no México.

Trump disse que, se as empresas chinesas cumprissem as exigências americanas, receberia de bom grado montadoras chinesas que construíssem fábricas nos Estados Unidos. Isso abriria um novo espaço para a cooperação econômica China-EUA. A Fuyao Glass já instalou fábricas nos Estados Unidos e se enraizou no país. A CATL negocia atualmente com empresas americanas investimentos e sua instalação no país. O apoio de Elon Musk depois da eleição pode incentivar Trump a adotar uma abordagem mais pragmática, sobretudo considerando as amplas operações da Tesla na China. Em contraste, a política do atual governo nesse aspecto é mais conservadora. Ele chegou a bloquear investimentos de algumas empresas chinesas.

Na questão de Taiwan, Trump pode continuar adotando uma atitude pragmática, e os dois lados podem continuar a dialogar com base na manutenção do status quo. Trump disse que Taiwan deveria pagar aos Estados Unidos pela proteção, explicando que é como comprar um seguro. Se chegar ao poder, Trump pode manter a política de "uma só China" e reiterar os Três Comunicados endossados por todos os presidentes americanos no passado.

SE HARRIS VENCER: STATUS QUO COM A CHINA E MAIS PREVISIBILIDADE

Se Kamala Harris for eleita, muito provavelmente herdará a política de "rivalidade competitiva" estabelecida pelo governo Biden e continuará a seguir a trilogia "investimento, aliança, competição", contrabalançando a influência da China por meio do fortalecimento das relações com os aliados dos Estados Unidos. No comércio e na indústria, ela pode continuar a promover a coordenação das cadeias industriais com os aliados e a se opor à imposição de tarifas

universais elevadas sobre a China, mas vai se concentrar na competição em áreas estratégicas fundamentais. Na tecnologia, espera-se que continue a reforçar a lógica competitiva de "investir na América" e do "quintal pequeno, cerca alta", que intensifique a fiscalização das empresas de tecnologia americanas e que siga no jogo de contenção tecnológica entre China e Estados Unidos. Mas, de modo geral, a eleição de Harris também evitará uma intensificação direta do conflito China-EUA e manterá o atual estado de coisas.

A trajetória de Harris na Califórnia e seu conhecimento da comunidade de origem asiática lhe dão certa compreensão da complexidade da relação China--EUA. Harris fez carreira na Califórnia, e a China é o maior parceiro comercial do estado. Estado mais desenvolvido economicamente dos Estados Unidos, a Califórnia tem mais de seis milhões de americanos de origem asiática, dos quais cerca de dois milhões são de origem chinesa. Seu vice, Tim Walz, também conhece bem a China. Ele trabalhou como professor no país, conhece o idioma chinês, passou a lua de mel na China e organizou mais de 30 viagens de estudo à China para estudantes americanos. Essas experiências dão a Walz uma compreensão direta da cultura e da sociedade chinesas, o que pode ajudar um governo Harris a dar mais atenção à comunicação de longo prazo e aos setores não governamentais na gestão da relação China-EUA. Isso também pode ajudar a evitar que políticas excessivamente duras em relação à China afastem os americanos de origem asiática e outros grupos de imigrantes nos Estados Unidos.

Um governo Harris também pode tentar fortalecer os canais de diálogo e comunicação bilaterais em suas relações com a China, para estabelecer vias de cooperação. Depois da cúpula China-EUA em São Francisco, no ano passado, os dois lados retomaram vários mecanismos de intercâmbio, com diálogo contínuo sobre mudança climática, inteligência artificial, fentanil, defesa, comércio e finanças. E a cooperação provavelmente continuaria. Harris mencionou brevemente a China em seu discurso de aceitação da candidatura, num tom relativamente moderado, o que indica que ela pode preferir manter uma vantagem competitiva sobre a China no futuro.

CAMINHOS POSSÍVEIS PARA AS RELAÇÕES EUA-CHINA

Seja qual for o resultado da eleição, continua havendo um vasto potencial de cooperação entre a China e os Estados Unidos. Juntos, os dois países poderiam trabalhar pela paz global e enfrentar uma série de desafios urgentes, incluindo não apenas a guerra entre Rússia e Ucrânia e as tensões no Oriente Médio, mas também a mudança climática, a governança da IA e o peso da dívida dos países do Sul Global. A colaboração nessas questões atenderia a responsabilidades compartilhadas e beneficiaria não só os dois países, mas o mundo como um todo.

Tanto a China quanto os Estados Unidos deveriam pensar com antecedência em como se "sincronizar" caso Trump seja reeleito, inclusive em questões como a guerra entre Rússia e Ucrânia e a questão de Taiwan. A China e os Estados Unidos deveriam coordenar seus esforços pela paz, aproveitando a influência da China junto à Rússia e no Oriente Médio para ajudar Trump a cumprir sua promessa de ser um presidente pacificador. Isso lançaria as bases de uma cooperação entre a China e os Estados Unidos em favor da paz internacional.

A questão de Taiwan é um tema central para a China e os Estados Unidos. Talvez seja possível considerar uma nova declaração conjunta que esclareça as posições dos dois lados, para evitar mal-entendidos e erros de avaliação. Essa declaração poderia reiterar o conteúdo dos três Comunicados Conjuntos China-EUA, enfatizar a importância do princípio de "uma só China" e incentivar os dois lados a resolver as divergências por meios pacíficos — mantendo o status quo.

Se Trump for eleito, a cooperação econômica, comercial e de investimentos entre China e Estados Unidos poderá melhorar, e as vantagens da China na indústria poderão ser aproveitadas para alcançar um resultado ganha-ganha com os Estados Unidos. Quanto às tarifas, a China poderia propor uma cooperação prática, tendo como premissa a redução de algumas tarifas, para impulsionar a recuperação da indústria americana por meio de investimentos, cooperação tecnológica e outras formas, o que criaria empregos nos Estados Unidos e ajudaria a revitalizar as economias locais. As vantagens industriais da China podem complementar a cadeia de suprimentos americana e ajudar os dois lados a alcançar um resultado mutuamente benéfico nas questões econômicas. Além disso, as negociações da segunda fase também poderiam avançar no comércio,

para melhorar a relação comercial China-EUA por meio de discussões práticas e de cooperação.

O consenso alcançado em São Francisco deveria ser consolidado e implementado, com os canais de diálogo de alto nível mantidos abertos. A proposta chinesa de receber 50 mil jovens americanos na China ao longo de cinco anos fortaleceria os intercâmbios amistosos entre os dois povos. Se Harris for eleita, espera-se igualmente que os dois lados continuem a implementar os pontos de acordo alcançados pelos presidentes em São Francisco.

A China também deveria promover com vigor a abertura ao turismo receptivo. Seria benéfico que a China adotasse para os Estados Unidos uma política de isenção de vistos semelhante à que vigora para 20 países europeus. A China e os Estados Unidos também deveriam aumentar o número de jornalistas residentes nos dois países, pois é de grande importância que cada um tenha do outro uma compreensão real, ampla e abrangente.

Ampliar o acesso a plataformas como Google, Facebook e Twitter na China também poderia favorecer um intercâmbio mais aberto de informações e de cultura entre os dois países. Os Estados Unidos deveriam considerar recuar das restrições a plataformas como o TikTok, pois o acesso mútuo aos espaços digitais ampliaria a compreensão e a comunicação, reduziria as tensões, construiria confiança e favoreceria um ecossistema digital mais saudável e equilibrado.

3
RIVAIS RELUTANTES II

As relações China-EUA sob Biden: contenção e a batalha dos valores

Durante a maior parte do período posterior à Segunda Guerra Mundial, a inevitável gangorra entre democratas e republicanos na presidência revelou abordagens muito diferentes. Embora, no plano interno, um partido seja em geral visto como liberal e o outro como conservador, a política de ambos para a China tem sido igualmente dura sob presidentes de um e de outro.

Como vimos no capítulo anterior, e como se tem visto na imprensa em geral desde sua reeleição, Donald Trump tanto buscou o diálogo com a China quanto foi muito duro em matéria de comércio e de segurança nacional. Seu foco principal tem sido o déficit comercial, a ameaça tecnológica que, na percepção americana, a China representa para os Estados Unidos e as preocupações internas com certos grupos de estudantes internacionais, que indiretamente também afetaram a China.

Já Joe Biden, que examinaremos mais de perto neste capítulo, embora em geral não fosse tão linha-dura especificamente em relação à China, concentrou-se mais nas questões ideológicas e na contenção de uma China cada vez mais capaz, liderada pelo Partido Comunista. A Cúpula pela Democracia, convocada pelo presidente Biden, dedicou-se a fortalecer a democracia no mundo e mandou um recado muito claro à China, à Rússia e a outros Estados vistos como "autocráticos": eles não eram bem-vindos nem eram considerados iguais na discussão.

Para a China, essa sensação de contenção e exclusão foi agravada ainda mais pela formação e expansão de alianças voltadas para a segurança, como o AUKUS e o Diálogo Quadrilateral de Segurança, que reuniram aliados tradicionais "de

inclinação ocidental" em reação à crescente influência da China na região, sobretudo econômica, mas também cada vez mais política.

Embora o presidente Biden e seus aliados das democracias liberais talvez tenham usado, em relação à China, uma linguagem mais comedida e diplomática do que a linguagem direta e muitas vezes incendiária de Donald Trump, eles também viam a China como rival e como um perigo potencial para os Estados Unidos, tanto no plano econômico quanto no estratégico. Neste capítulo, voltaremos à presidência de Biden para oferecer algum contraste e comparação com o estado atual das relações EUA-China sob Trump 2.0.

Como dissemos no capítulo anterior, a China e os Estados Unidos ficaram cada vez mais entrelaçados nas últimas décadas, formando uma relação muito próxima, para não dizer quase simbiótica. Como toda relação próxima, as relações sino-americanas vêm atravessando uma fase difícil, e o primeiro artigo deste capítulo, "A abalada relação EUA-China poderia se beneficiar de estratégias de terapia de casal", destaca o respeito mútuo, a empatia e os interesses comuns como caminhos para enfrentar os tempos tensos que Estados Unidos e China parecem estar vivendo.

A visita de Antony Blinken durante o governo Biden foi um gesto de aproximação bem-vindo, que sinalizou um possível degelo nas relações, mas ainda assim encobria as complexidades da relação EUA-China. O segundo artigo deste capítulo, "A Estratégia de Segurança Nacional de Biden evidencia o paradoxo das relações EUA-China", chama a atenção para o fato de que a relação EUA-China está repleta de áreas tanto de cooperação quanto de competição, e o equilíbrio entre elas exigirá de ambos os lados uma cuidadosa condução política.

No entanto, é a cooperação que trará os maiores benefícios aos Estados Unidos e à China, assim como ao resto do mundo. É o que ressalta o terceiro artigo deste capítulo, "Nunca foi tão urgente que a cooperação EUA-China engrene". O artigo aponta as áreas em que os Estados Unidos e a China já cooperaram com eficácia — na busca da paz no Oriente Médio, na mudança climática e na esfera digital —, mas sublinha que, neste momento, é crucial que a cooperação engate uma marcha mais alta.

Para promover a cooperação, o método mais eficaz é a comunicação presencial. Embora ela tenha sido quase impossível durante a pandemia de covid-19,

o artigo seguinte, "Para remendar as desgastadas relações sino-americanas, nada supera o contato pessoal", propõe três recomendações concretas para reparar e restaurar as relações sino-americanas diante do atual aumento da tensão.

Evitar a Armadilha de Tucídides

O debate sobre a Armadilha de Tucídides cativou a imaginação do mundo, ávido por explicar a tendência atual das relações EUA-China. A referência ao antigo conflito entre a potência ascendente de Atenas e a potência estabelecida de Esparta, que resultou em guerra aberta, levou muita gente a tirar conclusões diretas e destrutivas. O artigo seguinte, "Um caminho para além da Armadilha de Tucídides para China e EUA", expõe em que a situação de hoje é diferente e como uma guerra total pode ser evitada.

Uma das maneiras de evitar o conflito é promover encontros mais regulares nos altos escalões de governo. O artigo seguinte, "Relações EUA-China: retomar as visitas do Congresso à China continental para reavivar o diálogo e o entendimento", parte da questão das visitas de membros do Congresso americano a Taiwan e de seu impacto nas relações EUA-China: Pequim continuará a se opor a essas viagens, mas também pode receber esses parlamentares na China continental, para abrir canais mais amplos de comunicação direta entre as pessoas.

Outra estratégia para melhorar as relações sino-americanas é adotar uma abordagem diferente. No artigo seguinte, "O espírito olímpico pode ajudar a fortalecer os laços sino-americanos", o espírito de competição amistosa que as Olimpíadas encarnam é apresentado como alternativa, para que os dois países sigam o lema "Mais alto, mais rápido, mais forte — juntos". No artigo que vem depois, aborda-se o meio de comunicação mais fundamental — a educação —, com o incentivo ao diálogo entre os jovens, que no fim das contas decidirão para onde caminha o nosso futuro. Em "Como a retomada dos intercâmbios de jovens pode construir futuras pontes entre a China e os EUA", discute-se o impacto do intercâmbio de jovens e estudantes como ferramenta fundamental para restabelecer as conexões entre os Estados Unidos e a China.

Depois de dois governos americanos e oito anos de pressão e contenção dos Estados Unidos sobre a China, o país se manteve resiliente e continuou a crescer e a evoluir. Ao contrário da antiga União Soviética, a China está profundamente

entrelaçada tanto com os Estados Unidos quanto com a economia global, o que torna difícil qualquer separação. Essa interconexão pode, aos poucos, conduzir as duas nações a uma abordagem mais pragmática, em que encontrem um terreno comum para a coexistência pacífica. Como me disse Joseph Nye num diálogo que tivemos, as relações EUA-China costumam seguir um ciclo e, embora estejamos agora num ponto baixo, há potencial de recuperação. Do mesmo modo, Graham Allison me fez notar que a Armadilha de Tucídides não é inevitável e que, com entendimento mútuo e cooperação, pode ser evitada.

As relações EUA-China estão entre as de maior peso no mundo e têm impacto sobre a estabilidade e o crescimento globais. Os dois países têm a responsabilidade compartilhada de lidar com os problemas do clima, do desenvolvimento econômico e dos conflitos e de se empenhar em resolvê-los. A comunidade internacional espera dessas duas potências que cultivem uma relação mais equilibrada e cooperativa. Embora as incertezas persistam, esforços construtivos de ambos os lados podem abrir caminho para um futuro estável e mutuamente benéfico.

A abalada relação EUA-China poderia se beneficiar de estratégias de terapia de casal[1]

A bem-sucedida visita de Antony Blinken a Pequim abriu uma janela de oportunidade para estabelecer uma relação EUA-China mais construtiva e harmoniosa.

O conflito é inevitável em qualquer relacionamento duradouro. O que realmente importa é se os parceiros conseguem administrar e resolver suas divergências, deixá-las para trás e construir com o tempo um vínculo mais saudável. Essa constatação vale tanto para a diplomacia internacional quanto para os relacionamentos amorosos.

É justo dizer que os desdobramentos do incidente do balão, em fevereiro, não foram um exemplo brilhante de resolução de conflitos. Em vez de se comunicarem com calma e eficácia, China e Estados Unidos caíram num ciclo de acusações e recriminações que levou a relação a seu ponto mais baixo em décadas.

[1] Publicado originalmente em 28 de junho de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Felizmente, a bem-sucedida visita do secretário de Estado americano, Antony Blinken, a Pequim abriu uma janela de oportunidade para estabelecer uma relação EUA-China mais construtiva e harmoniosa. Os dois lados têm a responsabilidade de aproveitar essa chance — sendo eles duas das maiores potências do mundo, a dinâmica entre ambos influencia não só seus próprios países, mas todo o cenário global.

A visita de Blinken, a primeira de um secretário de Estado americano à China em cinco anos, teve encontros construtivos com o então ministro das Relações Exteriores, com o principal diplomata do país, Wang Yi, e com o presidente Xi Jinping — o último deles, de modo algum garantido. Essas interações positivas enviam um sinal forte de que, depois de chegarem perigosamente perto do abismo, os dois lados reconhecem que não podem correr o risco de uma ruptura completa e estão empenhados em pôr a relação em bases mais firmes.

Agora é crucial que a China e os Estados Unidos trabalhem juntos para construir uma base sólida para a relação, de modo que incidentes futuros não possam descarrilar os laços como vimos nos últimos meses. Para isso, há quatro princípios tirados da terapia de casal que podem ser adaptados para orientar a construção de relações EUA-China mais fortes e estáveis.

Primeiro, a comunicação aberta e regular é a pedra angular de qualquer parceria sólida. China e Estados Unidos precisam voltar a manter um diálogo frequente e transparente sobre suas intenções, preocupações e expectativas.

A primeira prioridade é intensificar as interações de alto nível para preparar o terreno para um encontro entre Xi e o presidente americano, Joe Biden, nas cúpulas do G20 ou da APEC, no fim deste ano. Espera-se que a viagem de Blinken seja seguida pelas visitas da secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, da secretária de Comércio, Gina Raimondo, e do enviado de Biden para o clima, John Kerry.

Também devem ser restabelecidos os contatos regulares nos escalões inferiores do governo, assim como o diálogo bilateral que definhou durante o governo Trump. Em conjunto, esses encontros podem servir de plataforma para explorar caminhos de cooperação, tratar de problemas que estejam se formando e desarmar tensões antes que cresçam como bola de neve e se transformem em conflitos maiores.

Segundo, todo relacionamento precisa de mecanismos robustos para administrar e resolver os conflitos quando eles ocorrem. China e Estados Unidos devem estabelecer canais de comunicação rápida e eficaz para momentos de crise, assim como protocolos predefinidos para lidar com esses episódios, de modo a ajudar a conter a escalada dessas situações antes que se tornem incontroláveis.

Mesmo no auge da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética mantiveram canais de comunicação e de gestão de crises, entre eles uma linha direta entre Washington e Moscou. China e Estados Unidos carecem desse tipo de mecanismo.

Pensando no longo prazo, o terceiro ponto que um terapeuta de casal poderia enfatizar é a necessidade de desenvolver respeito mútuo, empatia e interesses compartilhados. Casais que atravessam uma fase difícil costumam ser aconselhados a tentar compreender o outro e a se dedicar a atividades ou passatempos em comum para fortalecer o vínculo.

Na mesma linha, as nações podem cultivar a empatia por meio do intercâmbio cultural em áreas como educação, pesquisa e turismo, o que ajuda a aprofundar o entendimento mútuo e a reduzir a mentalidade de "nós contra eles". Os laços culturais entre a China e os Estados Unidos enfraqueceram nos últimos anos por causa da política e da pandemia de covid-19.

A China está de novo aberta, mas a falta de voos suficientes de e para os Estados Unidos continua sendo um gargalo. Segundo um relatório recente do Nomura, foram retomados menos de 6% dos voos que existiam entre a China e os Estados Unidos em 2019, e os que restam são caros. Parte do problema é que as restrições ao sobrevoo do espaço aéreo russo acrescentam um custo significativo à operação dessas rotas. Os dois lados precisam buscar formas de aumentar o número de voos.

De modo mais amplo, os dois lados deveriam se empenhar em promover o intercâmbio bilateral em toda a sociedade. O número de estudantes americanos na China caiu para apenas cerca de 350 no último semestre. Espera-se que esse número comece a subir à medida que os estudantes se candidatarem para o próximo período letivo. Também seria proveitoso promover o intercâmbio acadêmico, inclusive reduzindo a burocracia envolvida na participação de convidados estrangeiros em conferências acadêmicas na China.

Já o programa Fulbright China enviou acadêmicos americanos à China por mais de quatro décadas e levou seus colegas chineses no sentido inverso. Foi cancelado em 2020, mas deveria ser retomado, assim como o programa do Corpo da Paz, que se retirou da China no mesmo ano.

Por fim, objetivos compartilhados e projetos em colaboração têm papel central para ajudar os casais a aprofundar continuamente seus laços. Da mesma forma, a China e os Estados Unidos precisam identificar áreas de interesse comum e levar adiante iniciativas conjuntas que beneficiem os dois países. Isso deve ir além das preocupações e dos conflitos imediatos e abranger temas mais amplos e construtivos, como a mudança climática e a estabilidade financeira global. A colaboração de longo prazo e as conquistas graduais nessas questões podem ajudar a unir as duas nações em torno de uma causa comum.

Como os casais bem-sucedidos, as duas nações precisam investir tempo e esforço para cultivar sua parceria. Depois da visita de Blinken, a China e os Estados Unidos têm a chance de construir uma base mais sólida para a relação, para que ela não descarrile quando vier a próxima surpresa. Como em qualquer relacionamento, haverá percalços pelo caminho, mas eles podem ser superados com uma gestão cuidadosa.

A Estratégia de Segurança Nacional de Biden evidencia o paradoxo das relações EUA-China[2]

A estratégia de Biden propõe uma "abordagem de duas vias", que permite cooperar com qualquer país — inclusive rivais geopolíticos —, e defende uma "competição responsável" com a China.

O escritor F. Scott Fitzgerald escreveu, numa frase célebre: "O teste de uma inteligência de primeira ordem é a capacidade de manter duas ideias opostas na mente ao mesmo tempo e, ainda assim, conservar a capacidade de funcionar."

Nas próximas décadas, como observa o acadêmico americano Graham Allison, os líderes da China e dos Estados Unidos enfrentarão algo parecido com esse "teste de Fitzgerald" ao tentar conduzir uma relação cada vez mais tensa.

[2]Publicado originalmente em 26 de outubro de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Por um lado, parece inevitável que os dois países sejam concorrentes ferozes, já que ambos se esforçam para ser os maiores e os melhores numa série de arenas econômicas, tecnológicas e militares. Por outro, a menos que consigam cooperar para enfrentar ameaças comuns como a mudança climática, os dois países — e com eles o resto do mundo — estarão condenados.

Essa tensão entre competição e cooperação permeia a relação bilateral e continua sendo uma contradição não resolvida da estratégia de segurança nacional do presidente Biden, finalmente divulgada na semana passada.

Em primeiro lugar, é bem-vindo que a estratégia reconheça que desafios comuns como a mudança climática, a insegurança alimentar, as pandemias e a inflação estão "no cerne da segurança nacional e internacional e devem ser tratados como tal". No século XXI, nenhum país pode estar verdadeiramente seguro se não trabalhar com os outros para enfrentar essas questões comuns, que não são apenas uma ameaça direta à segurança nacional, mas também multiplicadores de risco de instabilidade geopolítica.

A estratégia de Biden menciona "clima" cerca de 65 vezes — uma mudança bem-vinda em relação à versão divulgada pelo governo Trump, que deixava de lado o combate à mudança climática em favor de apelos à dominância energética e à produção de combustíveis fósseis.

No entanto, é difícil conciliar o compromisso declarado de Biden com a cooperação global diante das ameaças comuns e a ênfase predominante na competição geopolítica, sobretudo com a China, que impregna todas as seções do documento.

A China é uma parceira indispensável se os Estados Unidos estão de fato decididos a enfrentar ameaças globais como a mudança climática. Os dois países são as maiores economias do mundo, os maiores emissores de carbono e os maiores fornecedores de tecnologia limpa. São também as duas superpotências científicas do mundo: juntos, respondem por cerca de 40% da produção acadêmica mundial e por mais de um terço dos 8,85 milhões de pesquisadores do planeta.

A colaboração China-EUA em pesquisa e inovação será crucial para enfrentar a mudança climática, as pandemias e outros desafios que nenhum país consegue resolver sozinho. Mas esses vínculos já sofrem com o aumento das

tensões bilaterais. No ano passado, as publicações conjuntas China-EUA caíram pela primeira vez, e pelo menos 1.400 cientistas de origem chinesa radicados nos Estados Unidos transferiram sua afiliação de instituições americanas para instituições chinesas.

Biden agora intensifica a competição com a China em ciência e tecnologia — não só investindo nas capacidades americanas, mas também tentando ativamente frear o desenvolvimento chinês, como se viu nas recentes e abrangentes restrições aos semicondutores.

Medidas como essa só vão aprofundar o esfriamento da cooperação bilateral, num momento em que deveríamos buscar uma integração mais estreita entre os vastos ecossistemas científicos e de pesquisa dos dois países, para aproveitar sinergias e desenvolver soluções para os desafios globais.

As sanções aos semicondutores não vão afetar apenas a China, maior compradora de chips do mundo. Dividir o mercado em dois também terá grande impacto sobre economias como Taiwan, Coreia do Sul e Japão, que fornecem componentes para a China continental, prejudicando os lucros, a pesquisa e, em última instância, o desenvolvimento de uma indústria tão crucial para o crescimento e a inovação.

De modo mais amplo, o empenho dos Estados Unidos em opor democracias a autocracias, tal como exposto na estratégia de segurança, não encontra boa acolhida na Ásia e em muitas outras regiões. Ele vai na contramão da integração econômica, da prosperidade e da harmonia necessárias para mobilizar recursos conjuntos e forjar a governança global inclusiva de que precisamos para lidar com nossas ameaças comuns.

A estratégia de Biden até reconhece, da boca para fora, a contradição entre suas duas prioridades declaradas, os desafios comuns e a competição geopolítica, ao propor uma "abordagem de duas vias", que permite cooperar com qualquer país — inclusive rivais geopolíticos —, e ao defender uma "competição responsável" com a China.

Mas essas continuam sendo noções abstratas, e há poucas indicações de como podem ser postas em prática, ou de como os Estados Unidos esperam promover a cooperação global enquanto colocam um seleto grupo de países afins contra os demais.

Felizmente, os dois lados ainda têm vontade política de trabalhar juntos, quaisquer que sejam suas diferenças. Numa entrevista coletiva pouco antes da abertura do congresso do Partido Comunista, o alto funcionário Sun Yeli disse que o mais importante nas relações internacionais nos próximos 50 anos seria haver "uma maneira certa" de os Estados Unidos e a China "conviverem".

Na semana passada, o secretário de Estado Antony Blinken reiterou que os Estados Unidos não devem perder de vista os aspectos cooperativos da relação, reconhecendo que problemas como a mudança climática e a saúde global serão difíceis de resolver se as duas nações não estiverem engajadas.

A nova estratégia de Biden põe em evidência a questão de como os Estados Unidos e a China podem cooperar e competir ao mesmo tempo num mundo de tensões crescentes. Por ora, a resposta a esse paradoxo continua em construção. Resolvê-lo exigirá uma condução política criativa, de líderes à altura do teste de Fitzgerald: equilibrar ao mesmo tempo duas ideias aparentemente contraditórias.

Nunca foi tão urgente que a cooperação EUA-China engrene[3]

As recentes conversas de alto nível entre a China e os Estados Unidos sobre a mudança climática e as guerras em curso mostram o potencial de uma colaboração bem-sucedida e pedem uma coordenação bilateral ainda maior.

A visita do enviado especial da China para a mudança climática, Liu Zhenmin, aos Estados Unidos, em 8 e 9 de maio, foi uma das muitas interações recentes que mostram um novo impulso nas relações EUA-China. A visita incluiu conversas com o novo enviado americano para o clima, John Podesta, sobre a adoção de tecnologias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa como o metano.

Esse acontecimento ressalta uma tendência mais ampla de intensificação das interações entre os Estados Unidos e a China, como a recente Conferência sobre a China da Harvard Kennedy School, na qual se enfatizaram as responsabilidades das duas nações na manutenção da paz mundial.

[3]Publicado originalmente em 22 de maio de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Um exemplo notável de cooperação bem-sucedida foi a recente gestão das tensões entre Irã e Israel. Informações de inteligência sobre uma possível escalada depois do ataque de Israel a um prédio consular iraniano em Damasco levaram o secretário de Estado americano, Antony Blinken, a telefonar para o ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, e pedir a intervenção da China.

Wang entrou em contato com seu homólogo iraniano e pediu moderação. Essa intervenção sem dúvida ajudou a atenuar a retaliação do Irã contra Israel e mostrou como a China e os Estados Unidos podem colaborar em favor da paz mundial.

Num mundo cada vez mais interconectado, assolado por conflitos e diante de desafios profundos em áreas como a inteligência artificial (IA), a mudança climática, a cibersegurança e a exploração espacial, a necessidade de cooperação entre os Estados Unidos e a China nunca foi tão premente.

Como duas das superpotências do mundo, as duas nações têm uma responsabilidade moral única e compartilhada de enfrentar juntas essas questões cruciais. Sua parceria é essencial não só para resolver as tensões existentes, mas também para conduzir o mundo a um futuro mais estável e próspero.

Durante sua recente visita a Pequim, Blinken falou do dever que as grandes nações compartilham de garantir a estabilidade, ideia ecoada por Wang Yi. Esse diálogo se apoia na "visão de São Francisco", de 2023, e no telefonema de abril deste ano entre o presidente americano, Joe Biden, e o presidente chinês, Xi Jinping.

Os dois lados continuaram a se comunicar sobre a guerra na Ucrânia e a guerra de Israel contra Gaza, sinalizando um desejo mútuo de aliviar diversas tensões pela diplomacia e pelo diálogo. Olhando para o futuro, eles deveriam aprofundar a cooperação em marcos multilaterais como as Nações Unidas para enfrentar os conflitos regionais, um teste profundo para a ordem global baseada em regras.

Daqui para a frente, é essencial que os dois países se concentrem em várias áreas-chave de cooperação. A primeira delas é a questão da paz e da estabilidade, o desafio mais premente que a humanidade enfrenta hoje. A escalada da violência em Gaza e a guerra Rússia-Ucrânia evidenciam de forma aguda a necessidade urgente de estabilidade global e de esforços conjuntos para garantir a paz.

Os Estados Unidos e a China deveriam tomar medidas proativas para mediar os conflitos em curso. O presidente Xi já intensificou os esforços diplomáticos da China na crise de Gaza, ao lado do presidente francês, Emmanuel Macron, instando Israel a desistir da ofensiva terrestre que planejava em Rafah e defendendo os corredores humanitários necessários e a solução de dois Estados. Da mesma forma, Pequim tem incentivado a Rússia e a Ucrânia a iniciar negociações de paz para evitar uma escalada maior. A China e os Estados Unidos também podem fazer mais por meio da ONU para criar e apoiar missões de paz e iniciativas diplomáticas em zonas de conflito.

Outra área crucial de cooperação é a mudança climática. Os Estados Unidos e a China, como maiores emissores de carbono do mundo, têm a responsabilidade de liderar os esforços globais para mitigar seu impacto sobre o clima. Mais do que as outras nações, deveriam encabeçar juntos iniciativas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para garantir a implementação bem-sucedida do Acordo de Paris.

Possíveis projetos em colaboração poderiam incluir o financiamento de pesquisas em energia renovável, o compartilhamento de tecnologias verdes e o apoio financeiro e técnico aos países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a ascensão da IA traz oportunidades e desafios que exigem uma governança cooperativa. Em 14 de maio, realizou-se em Genebra o primeiro diálogo intergovernamental EUA-China sobre IA. Yang Tao, diretor-geral do Departamento de Assuntos da América do Norte e da Oceania do Ministério das Relações Exteriores, chefiou a delegação chinesa, enquanto Tarun Chhabra, diretor sênior de tecnologia e segurança nacional do Conselho de Segurança Nacional, e Seth Center, enviado especial interino do Departamento de Estado para tecnologias críticas e emergentes, lideraram o lado americano.

As delegações discutiram suas abordagens para administrar os riscos da IA e enfatizaram a importância de garantir que as tecnologias de IA sejam benéficas, seguras e equitativas. É urgente que os Estados Unidos e a China colaborem para estabelecer normas e padrões internacionais para o desenvolvimento e a implantação da IA. Acordos bilaterais sobre ética e protocolos de segurança da IA poderiam ajudar a mitigar riscos e garantir que essas tecnologias sirvam ao bem comum.

O fortalecimento das instituições multilaterais é essencial para construir uma nova ordem internacional que reflita as realidades contemporâneas. Os Estados Unidos e a China deveriam defender a reforma de instituições globais como a ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, propondo processos decisórios mais inclusivos, que deem mais poder aos países em desenvolvimento. Assim, vão reforçar a legitimidade e a eficácia dessas instituições.

Além dos intercâmbios em nível nacional, promover os intercâmbios entre os povos também é vital para reduzir a desconfiança mútua e favorecer o entendimento entre as populações dos dois países. Ampliar os intercâmbios educacionais e culturais, flexibilizar as restrições de visto e incentivar a pesquisa acadêmica em colaboração são passos essenciais. Essas iniciativas podem ajudar a construir confiança e a desfazer equívocos, lançando as bases de um futuro mais cooperativo.

A necessidade de cooperação entre os Estados Unidos e a China não poderia ser mais urgente. Superando rivalidades míopes, as duas potências do Pacífico podem trabalhar para construir uma ordem internacional cooperativa, que promova a segurança da humanidade como um todo, e não apenas seus próprios interesses de segurança nacional. As escolhas que os Estados Unidos e a China fizerem hoje vão repercutir por gerações e, espera-se, moldar um mundo em que a paz e a prosperidade sejam alcançadas pela ação coletiva e pela responsabilidade compartilhada.

Para remendar as desgastadas relações sino-americanas, nada supera o contato pessoal[4]

No fim da pandemia de covid-19, o CCG liderou um esforço de aproximação na diplomacia de segunda via (Track II), com uma viagem de dez dias pela América do Norte, pela Europa e pela Ásia, para sinalizar a volta da China ao contato presencial.

O engajamento não é apenas uma postura de política externa. É também uma rede de relações bilaterais entre indivíduos e instituições, incluindo órgãos de

[4] Publicado originalmente em 6 de agosto de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

governo e uma gama diversificada de organizações civis, universidades, think tanks e grupos empresariais.

Infelizmente, nos últimos anos, esses vínculos entre a China e os Estados Unidos se desgastaram em meio às tensões políticas e à pandemia.

No início deste mês, uma delegação do Centro para a China e a Globalização (CCG) passou 10 dias nos Estados Unidos, na esperança de dar uma pequena contribuição para a reconstrução desses laços bilaterais. A viagem fez parte de um giro de contatos que também nos levou a Berlim, Bruxelas, Paris, Seul e Cingapura.

Em Nova York e Washington, encontramos representantes de 30 instituições, incluindo importantes think tanks, líderes empresariais, jornalistas e funcionários do Departamento de Estado americano e da embaixada chinesa. Até onde sabemos, foi a primeira visita do gênero aos Estados Unidos feita por uma delegação de um think tank chinês desde o início da pandemia.

De volta à China, três lições da viagem se destacam.

Primeiro, está claro que a "arquitetura humana" das relações China-EUA se atrofiou nos últimos três anos. Refiro-me ao acervo de conhecimentos, de competências e de conexões interpessoais que permite aos dois países compreender um ao outro e se comunicar.

Antes da pandemia, o CCG fazia todos os anos várias viagens para dialogar com seus pares americanos, como parte de uma onda de intercâmbio bilateral que levava 14 mil pessoas da China aos Estados Unidos todos os dias.

Nos últimos anos, as tensões bilaterais cobraram seu preço dessa interação. No plano governamental, encontros regulares como os diálogos estratégicos e econômicos anuais foram interrompidos. O intercâmbio acadêmico e a colaboração em pesquisa sofreram um efeito inibidor. Com a eclosão da covid-19, esses fluxos transfronteiriços se reduziram a um filete.

Organizações como o nosso think tank se adaptaram, usando plataformas virtuais para dialogar com seus pares do outro lado do Pacífico. Mas, como nossa recente viagem deixou claro, isso não substitui o intercâmbio presencial quando se trata da franqueza, da profundidade da conversa e dos laços pessoais necessários para uma comunicação eficaz e para a construção de confiança.

Ao reencontrar velhos amigos nos Estados Unidos que, como eu, não estão ficando mais jovens, lembrei que manter uma relação China-EUA saudável também passa por formar novos talentos, capazes de ajudar a administrar as diferenças e a transpor o fosso entre os dois países.

Uma geração mais velha de observadores da China — muitos deles com grande domínio do idioma, laços pessoais profundos com o país e amplo conhecimento sobre ele — está deixando aos poucos o palco em Washington. Sem dúvida, há muitas mentes brilhantes na geração que vem chegando.

Mas esses jovens também estão se formando num ambiente político mais linha-dura e não puderam visitar a China nos últimos três anos, o que certamente afetará sua compreensão da China contemporânea e de sua língua. Isso só pode ser prejudicial às relações China-EUA a longo prazo.

A segunda lição da nossa viagem aos Estados Unidos dá mais motivos para otimismo. Apesar do endurecimento das opiniões sobre a China nos últimos dois anos, ainda há um grande desejo de compreender melhor o país entre formuladores de políticas, acadêmicos e líderes empresariais americanos, e há um contingente significativo ainda empenhado em trabalhar por uma relação bilateral mais construtiva.

Nossa delegação foi calorosamente recebida aonde quer que fosse em Nova York e Washington. Todos os eventos de que participamos passaram do horário, tamanha era a vontade de debater e a quantidade de perguntas que as pessoas queriam fazer sobre a China.

Foi o caso sobretudo dos grupos empresariais com que nos reunimos, como o Conselho Empresarial EUA-China e a Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Apesar da preocupação com a deterioração das relações China-EUA e com a guerra na Ucrânia, constatamos que, em geral, os executivos americanos com quem conversamos continuam pragmáticos em relação à China e tendem a ser menos linha-dura do que a visão predominante na mídia americana.

Encontramos muitas percepções equivocadas sobre a China, mas também grande curiosidade e vontade de voltar ao país. Vários líderes empresariais com quem estivemos, entre eles o presidente do Conselho Empresarial EUA-China, Craig Allen, estavam entre os membros fundadores de um novo grupo que

anunciou o objetivo de reconstruir as relações dos Estados Unidos com a China num artigo de opinião publicado no *Wall Street Journal* em 6 de julho.

Com base nessas duas primeiras observações, a terceira e última lição que tiro da viagem é que é crucial que os dois lados trabalhem para restabelecer os intercâmbios interpessoais o mais rápido possível. O Zoom não pode substituir a interação presencial quando se trata de construir confiança e entendimento.

A pandemia sufocou esse canal num momento em que a cooperação global faz enorme falta para enfrentar a crise de riscos que se acumulam, da inflação e da escassez de alimentos à pandemia e à mudança climática.

A China precisa continuar protegendo a saúde de seus cidadãos. Mas outras medidas poderiam ser tomadas para facilitar a volta dos estudantes estrangeiros e as viagens de acadêmicos chineses ao exterior, como autorizar mais voos internacionais e flexibilizar as restrições de entrada e saída.

Um especialista de think tank com quem conversamos sugeriu que a China adotasse uma variante do modelo de circuito fechado usado nos Jogos Olímpicos de Inverno, o que permitiria a cidadãos americanos visitar o país e encontrar pessoalmente seus pares chineses.

Felizmente, as políticas da China caminham na direção certa para permitir a retomada dos intercâmbios pessoais. Quando nos encontramos em Washington com o então embaixador da China nos Estados Unidos, ele nos pediu que transmitíssemos a nossos interlocutores americanos a mensagem de que a China vê com bons olhos mais interação entre empresas e instituições.

O primeiro-ministro Li Keqiang reiterou recentemente essa mensagem, num diálogo do Fórum Econômico Mundial, ao dizer que os estudantes internacionais podem voltar à China para continuar seus estudos, se quiserem, e ao se comprometer a aprimorar a política de vistos e a adotar outras medidas para facilitar as viagens internacionais. Esperamos que nossa viagem aos Estados Unidos seja a primeira de muitas e sinalize a retomada do intercâmbio acadêmico e cultural entre os dois países.

Um caminho para além da Armadilha de Tucídides para China e EUA[5]

Longe de uma visão "fatalista" das relações EUA-China, Graham Allison acredita que há um caminho capaz de evitar a Armadilha de Tucídides e o conflito potencialmente destrutivo que ela prenuncia.

Em 27 de março, o principal dirigente do país, o presidente Xi, e um grupo de empresários e acadêmicos americanos concordaram que as potências estabelecidas e as emergentes podem evitar a "Armadilha de Tucídides". O encontro ocorreu poucos dias depois do lançamento do livro *Escaping Thucydides's Trap: Dialogue with Graham Allison on China-US Relations*, no Centro para a China e a Globalização. O momento do livro é crucial, porque a eleição presidencial americana de novembro provavelmente definirá o futuro das relações EUA-China, num cenário geopolítico complexo, marcado por disputas comerciais e conflitos regionais.

Nos últimos anos, mantive inúmeras conversas com Graham Allison, um dos principais analistas de segurança nacional, em eventos no CCG e em outros lugares do mundo, conversas que levaram à criação do nosso livro. Por meio de uma série de perguntas e respostas, examinamos a dinâmica entre potências emergentes e estabelecidas, em busca de caminhos para uma competição pacífica entre a China e os Estados Unidos.

Em 22 de março de 2024, Allison e eu lançamos juntos as edições em inglês e em chinês do livro na sede do CCG, em Pequim. No lançamento, tivemos também uma série de discussões proveitosas sobre o futuro dos laços sino-americanos, a partir de temas centrais do livro. Allison, o primeiro a formular o conceito de "Armadilha de Tucídides", enfrentou a questão de frente: uma rivalidade EUA-China pode ser inevitável, mas a cooperação também o é, quando nossa necessidade de sobrevivência a exige.

Tudo começou com Tucídides, considerado por alguns o pai da história, que introduziu um conceito-chave em sua obra seminal, *História da Guerra do Peloponeso*. O conceito é essencial para a análise histórica, pois evidencia a perigosa dinâmica de poder entre potências em ascensão e potências dominantes.

[5] Publicado originalmente em 25 de abril de 2024 pelo *China Daily* e revisto para esta coletânea.

No cerne de sua análise está a Armadilha de Tucídides — um conflito quase inevitável que se segue quando uma potência em rápida ascensão, como Atenas na Antiguidade, representa uma ameaça significativa a uma potência dominante estabelecida, como Esparta. Essa dinâmica, que ilustra a tensão entre uma força emergente e a potência estabelecida, tornou a Guerra do Peloponeso quase inevitável.

Se olharmos para o cenário global de hoje, veremos que nenhum país na história ascendeu tão rápida e amplamente em tão pouco tempo quanto a China. De um país onde, até os anos 1990, 90% da população vivia com menos de US$ 2 por dia, a China não só conseguiu erradicar a pobreza extrema como se tornou a maior economia do mundo em paridade de poder de compra.

O fato de essa notável transformação ter ocorrido em quatro décadas e não ter precedentes só incomoda os Estados Unidos porque, tendo moldado a ordem internacional do pós-Segunda Guerra Mundial e sido a única superpotência depois do fim da Guerra Fria, eles têm dificuldade de aceitar a ascensão de um país igualmente poderoso. É aí que entra a Armadilha de Tucídides.

Além disso, as tensões comerciais, os desafios geopolíticos e temas como a questão de Taiwan tornaram-se pontos críticos nas relações EUA-China, o que reforça a necessidade de evitar a "Armadilha de Tucídides", porque agora, mais do que nunca, a colaboração é crucial.

Durante o lançamento do livro, Allison usou uma analogia convincente para ilustrar a intricada interdependência China-EUA. Comparou os dois países a "gêmeos siameses", que compartilham órgãos vitais, mas têm duas cabeças e duas mentes distintas, e estão ligados pelo imperativo existencial de "coexistir ou perecer". Isso deixa claro que adotar ações prejudiciais, ainda que satisfatórias no momento, acaba resultando em dano a si mesmo.

Esse conceito está em sintonia com a expressão chinesa "você está em mim e eu estou em você", citada pelo presidente Xi Jinping num encontro com uma delegação bipartidária do Senado americano, que incluía o senador democrata Charles Schumer, em 9 de outubro de 2023. Essa noção tem raízes na cultura chinesa e contrasta com o pensamento muitas vezes binário, "em preto e branco", que marca o discurso nos Estados Unidos, propondo em seu lugar uma abordagem mais entrelaçada e conectada.

O presidente Xi foi o primeiro líder mundial a explorar de fato o conceito de "Armadilha de Tucídides", antes mesmo da publicação de *A caminho da guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?*, em 2017. Ele tem dito com frequência que não existe no mundo uma "Armadilha de Tucídides" inerente, mas que erros de cálculo estratégico entre as grandes potências poderiam, sem querer, criar uma.

Como aluno e colega do ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger, Allison compartilha a visão de Kissinger de que as relações sino-americanas estão perigosamente envenenadas, mas insiste em que a coexistência é possível. Ele acredita que, com comunicação constante e uma diplomacia ponderada, as grandes potências podem transcender as inevitabilidades históricas descritas por Tucídides.

Como professor de Harvard e ex-integrante do governo americano, Allison exerce influência significativa sobre a narrativa das relações EUA-China. Ele argumenta que a cooperação entre os dois países não é apenas mutuamente benéfica, mas também essencial para a sobrevivência. Assim, as duas potências deveriam trabalhar juntas, deixando de lado suas diferenças e concentrando-se em seus interesses fundamentais — o principal deles, a sobrevivência nacional.

A ideia de interconexão tem implicações mais amplas, sobretudo diante da natureza fragmentada da ordem global atual, à qual falta um objetivo comum para a ação coletiva. Ela reforça ainda a necessidade de explorar estratégias para superar divisões e estabelecer um marco para a competição pacífica. Foi esse o impulso por trás da obra seminal de Allison, *A caminho da guerra*.

Sua obra seguinte, *Escaping Thucydides's Trap*, responde diretamente à análise anterior, com base no nosso intenso diálogo sobre a prevenção de conflitos. Esse diálogo examina criticamente os gatilhos que poderiam levar à guerra e propõe estratégias viáveis para escapar da Armadilha de Tucídides, apoiando-se em lições históricas que ressaltam a possibilidade e a necessidade da coexistência pacífica.

Em seu novo livro, Allison refuta a visão "fatalista" de um possível conflito entre os Estados Unidos e a China, afirmando que ele "não é inevitável", e defende ajustes de comportamento e medidas proativas para evitar uma tragédia de proporções históricas. Ao contrário de muitas figuras ocidentais que veem

a China sobretudo como uma ameaça, Allison encara com objetividade o progresso chinês, respeita o direito do país ao desenvolvimento, elogia suas conquistas e apoia uma competição construtiva, que compara às Olimpíadas.

Relações EUA-China: retomar as visitas do Congresso à China continental para reavivar o diálogo e o entendimento[6]

Com o Congresso desempenhando um papel maior do que nunca na relação EUA-China, é importante que Pequim retome o contato direto com as delegações americanas; não fazê-lo traria riscos.

Talvez o Congresso nunca tenha tido um papel tão grande na relação EUA-China. Desde que o 118º Congresso foi instalado, em janeiro, os parlamentares apresentaram uma longa série de projetos de lei relacionados à China, encontraram-se com a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, tanto nos Estados Unidos quanto em Taipé, sabatinaram o CEO do TikTok e criaram um novo comitê especial que classificou o Partido Comunista como uma "ameaça existencial" aos Estados Unidos.

Depois dessa enxurrada de acontecimentos, talvez não surpreenda que o Congresso americano seja visto como uma influência linha-dura e desestabilizadora nas relações EUA-China, ao menos em Pequim. Mas nem sempre foi assim.

Depois do "Pânico Vermelho" do macarthismo, nos anos 1950, atividades do Congresso como as audiências do Senado sobre a China, em 1966, tiveram papel fundamental na criação de um clima em que uma discussão racional voltasse a ser possível. Esse esforço foi impulsionado por figuras com profundo interesse pela Ásia, como os senadores Mike Mansfield e J. William Fulbright.

Depois da histórica visita do presidente Richard Nixon à China, Mansfield e Fulbright estiveram entre os legisladores que visitaram o país entre 1972 e 1978 como parte de delegações do Congresso. Quando a aproximação do governo americano com a China perdeu fôlego com a queda de Nixon e em meio às preocupações domésticas do presidente Gerald Ford, essas delegações se tornaram o canal de comunicação mais ativo entre os dois governos para chegar a acordos sobre a normalização das relações.

[6]Publicado originalmente em 14 de abril de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Essas primeiras visitas, em geral seguidas de relatórios e audiências que traziam avaliações em primeira mão sobre a China, tiveram papel importante para ajudar o resto do Congresso e o público americano em geral a compreender o sistema político chinês, a atitude da China em relação aos Estados Unidos e a importância de melhorar as relações bilaterais.

Discussões francas com os legisladores ajudaram os dirigentes chineses a compreender a dinâmica e as posições do Congresso. As visitas também serviram para promover a cooperação econômica em áreas como agricultura e aviação e deixaram forte impressão em parlamentares que viriam a ter papel-chave na formulação da política externa americana, entre eles um jovem Joe Biden, que fez sua primeira viagem à China em 1979.

Nas últimas décadas, delegações de membros do Congresso e de seus assessores continuaram a visitar a China, o que lhes permitiu encontrar altos funcionários chineses e conhecer o país por conta própria, em visitas de campo, viagens de estudo e reuniões. No entanto, esses intercâmbios presenciais, que já vinham diminuindo antes da pandemia de covid-19, estão paralisados há três anos.

Num momento em que as tensões entre as duas potências atingiram novos picos, essa falta de contato direto agravou os mal-entendidos e a desconfiança. Agora que a China reabriu, é hora de um esforço conjunto para que os parlamentares americanos voltem e vejam o país com os próprios olhos.

No ano passado, quase 40 membros do Congresso foram a Taiwan, o maior número em uma década, e neste ano mais delegações visitaram a ilha. Pequim continuará a se opor a essas viagens, mas também pode convidar esses parlamentares a visitar a China continental. Quando ocorrer a próxima visita de grande repercussão, seria inteligente adotar uma postura mais proativa e convidar os parlamentares a conhecer a China continental.

Dialogar diretamente com membros do Congresso permitiria a Pequim apresentar sua própria perspectiva sobre as visitas e, com sorte, administrar melhor esses abalos periódicos na relação EUA-China. A viagem de Newt Gingrich pela Ásia em 1997 é um precedente útil: o então presidente da Câmara dos Representantes foi convencido a começar o giro com três dias na China continental antes de seguir para Taiwan via Tóquio.

Alguns parlamentares vão recusar o convite. Ainda assim, não há mal nenhum em a China demonstrar abertura e disposição para dialogar com o Congresso. Alguns parlamentares — como o democrata da Califórnia Ro Khanna, membro do Comitê Especial sobre a China — já manifestaram disposição de fazer a visita. Apesar da aparência de um consenso bipartidário linha-dura, há diversidade de opiniões no Congresso e disposição para buscar uma abordagem multifacetada em relação à China, que não exclua a possibilidade de estabilizar as relações bilaterais.

Administrar essas visitas será delicado. As autoridades chinesas terão de dialogar de forma construtiva com convidados que precisam agradar a um público doméstico que exige deles que sejam "duros com a China", sobretudo agora que começa a contagem regressiva para a eleição presidencial de 2024.

Ninguém vai mudar de ideia numa única visita, mas, a esta altura, qualquer oportunidade de interagir e apresentar outro lado da história já seria um avanço. A experiência em primeira mão pode ser surpreendentemente eficaz para contestar ideias preconcebidas.

Um ano antes de sua visita de 1997, Gingrich comparou os dirigentes de Pequim a terroristas. Depois de três dias na China, defendia um engajamento bilateral mais forte e descreveu o encontro com os líderes chineses como "o ponto alto da minha vida pública".

Além disso, legisladores e altos assessores chineses deveriam ser incentivados a visitar os Estados Unidos, para que haja mais intercâmbios diretos e um diálogo franco entre os dois países.

É claro que muita coisa mudou desde a visita de Gingrich, e mais ainda desde que o Congresso ajudou a lançar as bases da normalização das relações EUA-China, nos anos 1970. Geopoliticamente, a distância de poder entre os dois lados diminuiu, e eles perderam o inimigo comum que era a União Soviética.

Competir com a China tornou-se uma rara causa de união no Congresso. No clima atual, é difícil imaginar algum parlamentar se arriscando, como Mansfield fez nos anos 1960 e 1970, para defender relações mais estreitas com a China.

Há um abismo considerável entre as visões de mundo dos parlamentares americanos e das autoridades chinesas, mas certamente ele não é maior do que era nos anos 1970, antes de a China se abrir para o mundo. Para Pequim, dialogar

com os parlamentares americanos não será fácil nem isento de riscos. Ainda assim, o risco de não dialogar com o Congresso, que tem um papel crescente na definição da relação EUA-China, certamente é maior.

O espírito olímpico pode ajudar a fortalecer os laços sino-americanos[7]

A competição entre os dois países deveria refletir o espírito da competição olímpica, que busca a excelência com apoio mútuo, algo crucial para o avanço do progresso humano.

Os Jogos Olímpicos de Paris foram um marco para a China: o país não só conquistou 40 medalhas de ouro, empatando com os Estados Unidos no maior número de ouros, como também comemorou seu melhor desempenho de todos os tempos numa Olimpíada fora de casa, o que mostra sua ascensão como potência esportiva mundial.

Essa conquista marca uma trajetória histórica da China, desde 1908, quando o país manifestou pela primeira vez o desejo de sediar seus próprios Jogos, até o sucesso na organização dos Jogos Olímpicos de Verão de Pequim 2008 e, depois, dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim 2022, que fizeram dela a primeira "cidade olímpica dupla" do mundo.

Os avanços que a China obteve em diferentes modalidades esportivas, inclusive no tênis e no ciclismo, refletem a ascensão do país nos campos econômico, tecnológico e social, em paralelo a transformações que o Ocidente muitas vezes viu como um desafio à ordem mundial vigente, com efeitos particulares sobre as relações China-EUA. A China, porém, tem enfatizado que sua ascensão é de natureza pacífica e se mantém empenhada em preservar uma ordem mundial mais justa e equitativa.

As relações sino-americanas são uma das relações bilaterais mais importantes do mundo hoje, com influência sobre a política, a economia e a segurança globais. Nos 45 anos desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos, a relação entre os dois países enfrentou muitas tempestades e, ainda assim, seguiu em frente.

[7]Publicado originalmente em 13 de agosto de 2024 pelo *China Daily* e revisto para esta coletânea.

Em 1º de janeiro deste ano, os presidentes da China e dos Estados Unidos trocaram mensagens de felicitação pelo 45º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas China-EUA. Nos sete primeiros meses do ano, o volume total do comércio sino-americano chegou a 2,72 trilhões de yuans, um aumento de 4,1%. Desse total, as exportações para os Estados Unidos somaram 2,04 trilhões de yuans, alta de 5,1%.

Como dois dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e potências nucleares, a China e os Estados Unidos têm papel fundamental na manutenção da estabilidade global e na promoção do desenvolvimento. As relações bilaterais, porém, enfrentam uma série de desafios, entre eles as tensões comerciais, a rivalidade tecnológica e as disputas geopolíticas. A guerra comercial iniciada pelos Estados Unidos em 2018, marcada por tarifas punitivas sobre produtos chineses, não só prejudicou as duas economias como também teve repercussões em todo o sistema de comércio mundial. A competição em alta tecnologia entre os dois lados se intensificou ainda mais com as sanções impostas pelos Estados Unidos a empresas chinesas de tecnologia, numa tentativa de frear o avanço da China em alta tecnologia.

Além disso, questões geopolíticas como as disputas no mar do Sul da China — e a questão de Taiwan, que é um assunto interno da China — tornaram mais complexos os já frágeis laços sino-americanos.

Em meio a tudo isso, os Jogos Olímpicos ofereceram lições valiosas tanto para a China quanto para os Estados Unidos. Os laços sino-americanos deveriam espelhar os valores dos Jogos Olímpicos, que encarnam o espírito da competição amistosa. A competição entre os dois países, seja qual for o campo, deveria ser como qualquer disputa olímpica — buscar a realização mútua sob o lema "Mais alto, mais rápido, mais forte — juntos". Esse espírito de buscar a excelência apoiando-se mutuamente ao longo do caminho é crucial para o avanço do progresso humano.

A inclusão de "juntos" no lema olímpico, em 2021, ressalta a importância da solidariedade, da cooperação e da amizade entre os países, uma visão que ecoa a proposta chinesa de construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade.

A China defende há muito tempo o princípio "Amizade em primeiro lugar, competição em segundo", preceito que tem raízes na "diplomacia do pingue-pongue" de 1971, que ajudou a degelar as relações sino-americanas: as equipes de tênis de mesa dos dois lados disputaram partidas amistosas que acabaram levando a um avanço histórico nos laços bilaterais. Depois desse avanço, os dois países começaram a derrubar as barreiras que os mantinham separados havia mais de duas décadas. A diplomacia do pingue-pongue mostra que mesmo as divisões mais arraigadas podem ser reduzidas pelo espírito esportivo e pelo respeito mútuo.

O conceito de cooperação está profundamente enraizado no espírito olímpico. Os anéis olímpicos, que representam os cinco continentes, simbolizam a união e o esforço coletivo de todos os países para trabalhar juntos por objetivos comuns.

Os Jogos Olímpicos também ressaltam a importância da competição leal, princípio que a delegação chinesa destacou ao defender "medalhas de ouro de moral, estilo e integridade", o que reflete o compromisso da China com o jogo limpo, com a manutenção da paz mundial e com a defesa dos valores globais, e lhe valeu elogios internacionais.

As competições olímpicas não são jogos de soma zero; são eventos mutuamente benéficos e enriquecedores. Nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, pessoas de diferentes cidades-Estado da Grécia antiga alcançavam benefício mútuo e prosperidade compartilhada por meio da competição amistosa, dos intercâmbios culturais e do comércio. Desde sua criação, os Jogos Olímpicos promovem os valores do benefício mútuo e da prosperidade compartilhada, que vão além do âmbito esportivo e alcançam o contexto mais amplo das relações internacionais.

Graham Allison, que popularizou o conceito de "Armadilha de Tucídides", sugeriu recentemente que a competição positiva, tal como representada pelo espírito olímpico, deveria orientar as relações internacionais. De fato, o espírito olímpico, com sua ênfase na competição amistosa, na cooperação e no jogo limpo, oferece uma poderosa metáfora para o futuro das relações China-EUA.

Ao lidar com as complexidades de sua relação, os dois lados fariam bem em se inspirar nos ideais olímpicos. Abraçando esse espírito, podem superar os desafios

que tensionaram suas relações nos últimos anos e trabalhar juntos para construir um futuro em que a competição seja construtiva e a cooperação valorizada, e em que os dois lados contribuam para o progresso da humanidade.

Como a retomada dos intercâmbios de jovens pode construir futuras pontes entre a China e os EUA[8]

O número de americanos nas universidades chinesas está em níveis historicamente baixos em meio às tensões bilaterais, e a China vem adotando políticas criativas para atrair estudantes e jovens profissionais.

Num gesto diplomático significativo durante sua ida à cúpula da APEC em São Francisco, no ano passado, o presidente Xi Jinping anunciou que a China convidaria 50 mil jovens americanos a participar de programas de intercâmbio e estudo nos próximos cinco anos.

Esse compromisso de reparar o fosso cultural com os Estados Unidos ficou evidente na calorosa recepção que tiveram os alunos da Muscatine High School, de Iowa, quando visitaram a China no fim de janeiro. Eles também receberam uma carta pessoal do presidente Xi.

Mas essas demonstrações de boa vontade, sozinhas, não bastam. O número de estudantes americanos matriculados em universidades chinesas caiu ao nível mais baixo em uma década. Segundo um estudo do Institute of International Education financiado pelo governo dos Estados Unidos, apenas 211 americanos estudaram na China continental no ano letivo de 2021–22.

Em 2023, o embaixador dos Estados Unidos na China, Nicholas Burns, estimou que havia cerca de 350 estudantes americanos inscritos em programas de estudo no exterior na China. A pandemia de covid-19, as tensões nas relações bilaterais e dificuldades como a demora na retomada dos voos diretos contribuíram para essa queda.

É imperativo reverter essa tendência. O declínio representa uma oportunidade perdida para quase uma geração de jovens conhecer a China e, potencialmente, aprimorar a relação China-EUA. Historicamente, os estudantes têm sido elos vitais, com um duplo papel na diplomacia pública, como aprendizes e

[8]Publicado originalmente em 6 de março de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

como influenciadores, promovendo o entendimento mútuo mesmo quando as relações diplomáticas e econômicas azedaram.

Se o Acordo de Ciência e Tecnologia EUA-China for renovado, será uma grande oportunidade para que mais jovens americanos estudem na China. Há, porém, várias outras iniciativas que também poderiam ser postas em prática para melhorar ainda mais a situação. Programas excepcionais, como os do Schwarzman College, da Universidade Tsinghua, e da Yenching Academy, da Universidade de Pequim, poderiam ter um papel essencial.

Dar visibilidade às oportunidades de inovação educacional e tecnológica por meio de programas acadêmicos poderia atrair mais estudantes e talentos internacionais. Reforçar a colaboração com universidades americanas e com programas de intercâmbio como a Universidade Duke Kunshan e o campus de Xangai da Universidade de Nova York talvez atraia mais estudantes americanos.

Os formuladores de políticas também deveriam considerar simplificar os processos de visto e oferecer incentivos fiscais a educadores internacionais de primeira linha. Políticas como essas tornariam a China mais atraente para acadêmicos de nível mundial e enriqueceriam a experiência educacional dos estudantes.

Também é essencial criar ambientes estimulantes para os estudantes, por meio de iniciativas que combinem trabalho e estudo, orientação profissional e competições de inovação que cultivem um ambiente de apoio. Os estudantes internacionais deveriam ser integrados a programas de talentos globais que melhorem suas perspectivas de emprego, por meio de parcerias com empresas de recursos humanos, embaixadas e órgãos como a Organização Internacional do Trabalho.

Cultivar parcerias com organizações como a Federação da Juventude de Toda a China, a Federação dos Chineses Ultramarinos, câmaras de comércio internacionais, a Federação das Mulheres de Toda a China e associações de ex-alunos de universidades poderia ajudar a enriquecer esses intercâmbios. Trabalhando com esses grupos, a China pode abrir caminho para um entendimento mais profundo e matizado entre os jovens dos dois países.

Igualmente crucial é desenvolver uma estratégia abrangente de relações públicas voltada para criar um ambiente acolhedor. Divulgar histórias de sucesso

e responder a possíveis preocupações poderia ajudar a China a moldar uma percepção que não só tranquilize, mas acabe por atrair futuros estudantes internacionais e suas famílias.

Medidas práticas para maximizar o impacto dos intercâmbios também são extremamente importantes. Isso significa promover projetos acadêmicos em colaboração, incentivar moradias mistas e criar espaços comuns que estimulem o intercâmbio cultural. Essas medidas não só facilitam experiências de aprendizado compartilhadas, como também ajudam a derrubar barreiras culturais e a promover o entendimento mútuo.

Em termos de ajuda financeira e de bolsas de estudo, os Estados Unidos poderiam considerar a reativação do Programa Fulbright ou a criação de programas semelhantes, enquanto a China poderia tornar suas bolsas mais disponíveis e acessíveis para estudantes americanos. Fortalecer os vínculos entre instituições de ensino, empresas, organizações não governamentais e think tanks dos dois países também é crucial para diversificar as oportunidades de intercâmbio.

Diante do ceticismo e dos equívocos dos dois lados, a China tem procurado oferecer uma visão objetiva de sua identidade complexa. Sobretudo à luz das tensões bilaterais, convidar mais estudantes e jovens profissionais americanos para a China é um passo crucial para ampliar os intercâmbios mútuos e contestar os estereótipos globais.

Essa missão é especialmente significativa diante do vazio deixado por estudiosos como Ezra Vogel e John Fairbank, cujas obras ofereceram uma compreensão profunda da cultura e da sociedade chinesas. Há uma oportunidade extraordinária para que jovens acadêmicos americanos redescubram a China, conheçam o país em primeira mão e compartilhem o que descobrirem, como os estudiosos pioneiros que os precederam.

4
MANTER O EQUILÍBRIO

China e UE conseguem equilibrar as relações globais?

Tensões que vão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia às ações de Israel no Oriente Médio, além de outros focos de conflito potencialmente perigosos, estão agravando os desequilíbrios da estrutura de poder global e ameaçando a paz mundial como um todo. Para restabelecer esse equilíbrio e preservar a paz, as principais nações do mundo precisam trabalhar juntas, mas as políticas voltadas para dentro adotadas por potências-chave estão tornando isso difícil.

A tensão entre uma China em ascensão e os Estados Unidos, descrita no capítulo anterior, é um dos principais obstáculos à manutenção desse equilíbrio. É nesse ambiente que a União Europeia pode se tornar uma parceira alternativa, com a qual a China poderia trabalhar para promover um ambiente global mais estável e, quem sabe, até contribuir para melhorar as relações EUA-China.

Os laços históricos entre a China e a Europa oferecem uma base para uma aproximação e uma cooperação naturais entre a China e a UE. A Rota da Seda, que hoje vive uma espécie de renascimento na forma da Iniciativa Cinturão e Rota, liga esses dois berços da civilização há milênios. Se esses dois centros de poder global conseguissem chegar a um consenso e trabalhar juntos, poderiam contribuir enormemente para a estabilidade do mundo como um todo e, ao mesmo tempo, servir de ponte entre a China e os Estados Unidos para estimular o diálogo e atenuar os conflitos.

A volta do intercâmbio e da comunicação em múltiplos níveis

Depois da pandemia de covid-19, quando os encontros presenciais começaram a ser retomados, a China e a UE tomaram a dianteira, com os dois lados recorrendo a intercâmbios diplomáticos e a canais de diplomacia de segunda via (Track II). Em comparação com os Estados Unidos, a UE tradicionalmente se mostrou mais inclinada ao engajamento com a China e a uma abordagem mais multilateral — ela própria é um grande experimento de concessões mútuas e cooperação entre nações que viveram séculos de conflito.

O primeiro artigo deste capítulo, "Rumo a um novo modelo de parceria China-UE com visão global", analisa o estado atual dos assuntos mundiais como um ponto de virada para a política europeia diante de seus três grandes desafios — a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a mudança climática e as incertezas da parceria transatlântica —, num momento em que a Europa também enfrenta problemas internos, com o desafio representado por setores nacionalistas de direita cada vez mais ruidosos na sociedade. Uma melhora nas relações UE-China poderia ajudar a Europa a lidar com esses desafios. Considerando a ausência de disputas geopolíticas entre a Europa e a China, suas antigas relações comerciais e os consideráveis esforços chineses de mediação pela paz, tanto na Ucrânia quanto em outros conflitos mundiais, um novo modelo de relações UE-China poderia levar, em última instância, a uma nova fase da globalização, que tornaria a UE menos dependente dos Estados Unidos e mais conectada a um Sul Global em ascensão.

A reeleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos tem sido uma montanha-russa para boa parte do mundo, inclusive — talvez surpreendentemente — para os aliados tradicionais na Europa. Durante a maior parte da história americana posterior à Segunda Guerra Mundial, e até o fim do governo Biden, a Europa e os Estados Unidos estiveram em geral em sintonia nas políticas globais, tanto de comércio quanto de geopolítica, mas isso deixou de acontecer com o presidente Trump. O segundo artigo deste capítulo, intitulado "Enquanto a guerra comercial de Trump ganha força, China e Europa precisam cooperar", mostra como as políticas de Trump estão obrigando a Europa a buscar caminhos alternativos de comércio e parceria, dos quais talvez o mais importante seja a China. As possibilidades de cooperação vão dos investimentos

cruzados ao intercâmbio de talentos e à educação, o que poderia beneficiar os dois lados e protegê-los dos riscos trazidos pela imprevisibilidade dos Estados Unidos na era Trump 2.0.

A volta de Donald Trump ao poder tem sido um exercício de terapia de choque para o mundo, mas em nenhum lugar tanto quanto na Europa. Aliados clássicos dos Estados Unidos na política e na economia, os europeus ficaram de queixo caído com a guinada de Trump no comércio e na segurança. No artigo seguinte deste capítulo, intitulado "O papel da Europa num futuro global incerto: continuar uma grande potência com o multilateralismo", vamos explorar as opções de que a Europa dispõe para estabelecer um intercâmbio global mais multilateral, possivelmente trabalhando mais de perto com a China, num mundo em que os Estados Unidos provavelmente vão se isolar cada vez mais e assumir posições contrárias ao consenso estabelecido até aqui numa série de grandes questões, da mudança climática à política comercial.

Isso nos leva mais uma vez à importância de uma abordagem multilateral, tanto nos intercâmbios entre governos quanto com as organizações não governamentais, que exercem uma influência cada vez maior na formulação de políticas e na condução do debate sobre o futuro da governança global. Esse é o foco do artigo seguinte deste capítulo, intitulado "A viagem do CCG à Europa: um olhar de perto sobre as novas tendências das relações China-UE", que mostra os esforços do CCG, principal think tank não governamental da China, para promover o diálogo e o intercâmbio, com atenção especial ao potencial da UE para se tornar mediadora entre a China e os Estados Unidos.

Dito isso, embora a diplomacia de segunda via e o setor não governamental tenham ganhado cada vez mais influência, a comunicação de governo para governo continua essencial. O quinto artigo deste capítulo, "A visita de Scholz a Pequim traz esperança para as relações UE-China", examina a visita oficial do sucessor de Angela Merkel, o primeiro líder europeu a ir à China depois da covid, e seu potencial para inspirar outros líderes europeus a visitar o país e dar nova vitalidade às relações China-UE. O compromisso de Scholz com a ampliação dos investimentos de várias grandes empresas europeias na China é um sinal forte de que, ao menos no que depende da Europa, o desacoplamento total e o

reshoring não estão nos planos, o que deixa espaço para a expansão da cooperação comercial entre a China e a UE.

Por fim, o último artigo deste capítulo se volta para a França e para a reeleição de Emmanuel Macron. Intitulado "Como a volta de Macron à presidência francesa pode ser uma vitória para a UE e para a China", examina a importância de Macron como força estabilizadora na Europa, sobretudo no que diz respeito às relações da França — e, de modo mais geral, da Europa — com a China. Macron pediu que a UE seja uma "potência de equilíbrio", que trabalhe para evitar a eclosão de um conflito real entre as grandes potências, em particular entre os Estados Unidos e a China. Depois de sua eleição, ele também tem sido decisivo para moldar e orientar a política externa da UE em vários planos, da guerra na Ucrânia à política climática, passando pelos laços da Europa com os Estados Unidos.

À medida que o mundo parece se desequilibrar ainda mais, é imperativo que aqueles que têm influência e capacidade trabalhem para restaurar um equilíbrio capaz de garantir um mundo pacífico e próspero. Em última instância, esse esforço tem de incluir os Estados Unidos, mas, enquanto isso, a China e a UE podem dar os primeiros passos nessa direção e trabalhar para incorporar os Estados Unidos quando e onde eles estiverem dispostos.

Rumo a um novo modelo de parceria China-UE com visão global[1]

Neste ponto de virada dos assuntos mundiais, uma parceria China-UE de alcance global implicaria uma integração maior com o mundo, que daria início a um novo processo e a um patamar mais elevado de globalização.

O ano de 2024 testemunhou vários acontecimentos surpreendentes que despertam sérias preocupações quanto ao futuro do mundo: a influência crescente dos movimentos de extrema direita no Parlamento Europeu e nos Estados-membros da UE, a tentativa de assassinato de Donald Trump, a guerra que continua na Ucrânia e o conflito na Faixa de Gaza. Como Winston Churchill previu numa

[1]Publicado originalmente em 8 de setembro de 2024 pela *Horizons Summer 2024*, n. 27, e revisto para esta coletânea.

frase célebre, em 1942, "Agora, isto não é o fim... Mas é, talvez, o fim do começo." Nesse contexto, precisamos olhar para a frente e trabalhar para reduzir ao mínimo os riscos trazidos pela mudança da dinâmica geopolítica, na qual a UE e a China precisam ir além de suas relações comerciais tradicionais e construir um novo modelo de cooperação.

O PONTO DE VIRADA DA UE

A UE enfrenta, sem dúvida, um período difícil, marcado por dilemas econômicos e de segurança. Desde o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a UE teve de dar prioridade à segurança em sua fronteira oriental, o que gerou amplos impactos econômicos. As sanções impostas à Rússia — uma faca de dois gumes — obrigaram a UE a abandonar sua fonte tradicional de energia barata. Ao mesmo tempo, ela precisa aumentar o orçamento militar enquanto lida com a alta dos preços da energia, e tudo isso enfraquece sua capacidade de conduzir a recuperação pós-pandemia. Segundo o Banco Mundial, o crescimento real do PIB da zona do euro foi de apenas 0,4% em 2023, uma queda significativa em relação aos 3,4% anteriores. Enquanto isso, o gasto total com defesa dos Estados-membros da UE em 2023 foi 12,5% maior que o de 2021, e a expectativa é que continue a subir nos próximos anos. Essa realocação orçamentária claramente prejudicou o investimento da UE em seu ambicioso Pacto Verde Europeu, apesar de seu antigo compromisso com os esforços globais de combate à mudança climática.

Um ponto de virada se aproxima. No plano interno, a UE precisa enfrentar o desafio colocado pelos partidos de direita, cujas agendas nacionalistas e populistas podem ameaçar os valores centrais da União. Como a eleição presidencial americana traz ainda mais incerteza à relação transatlântica (e ao resto do mundo), a Europa precisa ampliar e diversificar suas parcerias. Reafirmando seu compromisso com o multilateralismo — princípio que tradicionalmente sustentou sua liderança internacional —, a Europa deve continuar buscando a autonomia estratégica, que o Parlamento Europeu define como "a capacidade da UE de agir de forma autônoma... sem depender de outros países". Isso não significa que a UE deva abandonar sua relação transatlântica. Abalada pelo governo Trump, porém, essa relação ficou cada vez mais insegura, e Bruxelas

precisa buscar parcerias confiáveis em outras partes. Como um dos maiores parceiros comerciais da UE, a China não pode ser ignorada. A UE precisa de mais coordenação com a China e com o Sul Global para revigorar seu dinamismo econômico e sua influência geopolítica.

A China reconhece a UE como um ator-chave num mundo multipolar, ao lado dos Estados Unidos, que se isolam, e de um Sul Global em ascensão. A UE é uma das maiores economias do mundo, com um mercado consumidor de 500 milhões de pessoas; é um polo de inovação e uma potência industrial, com papel central nas cadeias globais de valor. A UE também exerce um soft power considerável e é conhecida pelo Estado de direito, pela democracia, pelo respeito aos direitos humanos e pela participação ativa nos assuntos mundiais. Além de sua liderança no combate à mudança climática, a UE desempenha um papel de destaque na OMC e em outras instituições internacionais. A liderança e o multilateralismo que a UE defendeu nas últimas décadas contribuíram para o livre fluxo do comércio internacional e para a crescente diversidade cultural na era da hiperglobalização.

A China e a UE não estão imunes a divergências. As tarifas recentemente impostas pela UE aos veículos elétricos chineses indicam possíveis tensões comerciais entre duas das maiores economias do mundo. A preocupação com os déficits comerciais levou a UE a buscar mercados alternativos nos últimos anos. Com isso, a UE aumentou significativamente suas exportações para os Estados Unidos, reequilibrando seus déficits comerciais com a China. Em 2023, o déficit comercial da UE com a China caiu 26,7% em relação ao ano anterior, enquanto sua balança de comércio de bens com os Estados Unidos registrou superávit de € 38 bilhões, ante um déficit de € 436 bilhões com a China. Apesar desses ventos contrários, a relação comercial entre a China e a UE, enraizada numa parceria de longo prazo e no benefício mútuo, não será facilmente reescrita neste ponto de virada.

CHINA E UE: PARCEIRAS SEM DISPUTAS GEOPOLÍTICAS

A parceria entre a China e a UE remonta a 1975, quando a China estabeleceu pela primeira vez relações diplomáticas com a Comunidade Econômica Europeia. Em 2003, a China e a UE firmaram uma parceria estratégica abrangente.

A "Agenda Estratégica de Cooperação UE-China 2020" consolidou ainda mais essa relação, ao introduzir novas áreas de colaboração. Como já se descreveu, a relação pode ser resumida em dois aspectos fundamentais: as relações comerciais e a colaboração na governança global.

No entanto, a mudança das circunstâncias geopolíticas levou a UE a redefinir essa relação em 2019, classificando-a como de "rivalidade, competição e parceria". Esses conceitos paradoxais conduziram a relação numa direção confusa, com a UE hesitante em se engajar com a China na busca de seus interesses estratégicos em áreas comuns como comércio, clima e governança global.

No momento, a UE procura construir um paradigma econômico apoiado nas economias digitais emergentes e na tecnologia verde, ao mesmo tempo que se esforça para resolver a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. A China continua sendo um dos parceiros comerciais mais importantes da UE e é também uma potencial mediadora na guerra.

Apesar das diferenças, os dois lados têm muito em comum em suas visões de futuro, o que abre possibilidades de cooperação conjunta capazes de beneficiar não só a UE, mas também o mundo como um todo, neste ponto de virada crítico.

A China e a UE não têm disputas históricas, conflitos territoriais nem questões de soberania — a distância geográfica entre elas oferece uma base sólida para ampliar a colaboração em várias dimensões, da mudança climática à OMC, à economia digital e até aos intercâmbios culturais. Os dois lados se orgulham de suas magníficas civilizações antigas, que sobreviveram a períodos históricos críticos, o que só aumenta seu potencial de cooperação. Hoje, eles deveriam ampliar sua visão para abarcar toda a extensão do continente eurasiático e as regiões onde compartilham interesses cruciais e entrelaçados.

Como alguém que acredita firmemente no potencial dessa parceria, penso que a UE e a China podem continuar a construir uma relação que traga grandes benefícios ao mundo. Talvez seja preciso, porém, fazer algumas atualizações para garantir que a relação China-UE se ajuste melhor a um contexto global em transformação. Mais especificamente, há várias dimensões em que os dois lados precisam se concentrar daqui em diante.

MEDIADORAS DE GUERRAS E CONFLITOS

A mudança da estrutura geopolítica nos últimos anos, marcada por dois conflitos importantes, pode redesenhar o mapa político da Europa. O primeiro é a guerra na Ucrânia, um conflito brutal ainda em curso, que talvez já tenha custado mais de meio milhão de vidas e que escapou por pouco do risco de uma guerra nuclear. O segundo é a quase Guerra Fria entre a China e os Estados Unidos. Desde a eclosão da guerra comercial, em 2018, as relações sino-americanas se deterioraram significativamente. O governo do presidente americano Joseph Biden não reverteu essa trajetória; se fez alguma coisa, foi agravá-la. Ainda assim, as relações complicadas entre a UE e a Rússia e entre a China e os Estados Unidos deixaram à UE alguma margem de manobra, caso ela decida melhorar sua posição geopolítica.

Como maior parceira comercial da Rússia, a China tem um papel significativo na mediação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Em 2022, a China reiterou sua oposição a que qualquer potência nuclear recorra unilateralmente à guerra nuclear. Mais importante, a China colaborou com a Europa nesse processo. Quando o chanceler alemão Olaf Scholz visitou Pequim, em novembro de 2022, os dois lados emitiram uma declaração conjunta contra o uso de armas nucleares na guerra. Essa posição foi vista como um esforço bem-sucedido da China e da UE para conter a escalada do conflito. A China tem trabalhado de forma consistente com a comunidade internacional para pôr fim à guerra. Participou da Cúpula de Paz de 2023, realizada em Jidá, na Arábia Saudita, onde representantes de 42 países concordaram em dar continuidade às discussões rumo à paz. Depois de divulgar seu plano de paz de 12 pontos no início de 2023, a China chegou a um consenso de seis pontos com o Brasil em maio de 2024 e, em seguida, convidou o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmytro Kuleba, a visitar a China em julho para se reunir com seu homólogo, o ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi. Esse engajamento crescente com as partes interessadas demonstra que a China leva a sério a mediação da guerra e está seguindo um plano próprio.

Enquanto isso, a UE enfrenta outro desafio no Oriente Médio. O agravamento do conflito na região pode se alastrar para os países vizinhos de Israel e desencadear uma nova onda de crises migratórias na fronteira oriental da UE.

Em 23 de julho de 2024, a declaração de unidade assinada em Pequim por 14 facções palestinas, entre elas o Fatah e o Hamas, trouxe um lampejo de esperança à região devastada pela guerra. A China, no entanto, vai precisar de mais apoio da UE quando a solução de paz definitiva de dois Estados, apoiada pelos dois lados, for apresentada na Cúpula do G20 e no Conselho de Segurança da ONU.

Não há dúvida de que a China tem a ganhar se puder ajudar a negociar o fim desses conflitos. Nessas circunstâncias, se a China continuar sua mediação em guerras e conflitos que preocupam a UE, não poderia a UE, por sua vez, tentar mediar o conflito entre os Estados Unidos e a China, como gesto recíproco à boa vontade chinesa? O cenário ganha-ganha é aquele em que as duas partes tiram proveito de suas posições geopolíticas singulares, em vez de enfraquecê-las mutuamente.

TRANSIÇÃO ECONÔMICA E VERDE

Na dimensão econômica, a China lançou no início de 2024 o conceito de "novas forças produtivas de qualidade", que prioriza o desenvolvimento verde e a inovação digital para impulsionar um crescimento sustentável. Do mesmo modo, a UE também é líder mundial em inovação e regulação digitais. Com seu Pacto Verde, a UE pretende reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em relação aos níveis de 1990.

Os dois lados podem explorar juntos seu potencial nas áreas da economia digital e da transição verde, vistas como motores fundamentais do crescimento econômico futuro. A economia digital já responde por quase 60% do PIB global, segundo a Academia Chinesa de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituto de pesquisa sediado em Pequim. Além disso, dados novos de 43 países, que representam cerca de três quartos do PIB global, mostram que as vendas das empresas por comércio eletrônico cresceram quase 60% de 2016 a 2022 e chegaram a US$ 27 trilhões, segundo o Relatório sobre a Economia Digital 2024 da UNCTAD. Em 2023, em particular, em média 28% das empresas de TIC da OCDE usavam IA, porcentagem mais alta que a de qualquer outro setor, segundo a OCDE.

Entre as questões centrais nesse campo estão o fluxo transfronteiriço de dados, a proteção da privacidade, os monopólios digitais e a regulação da IA,

temas sobre os quais a UE está empenhada em catalisar um consenso global. A China está disposta a dialogar com a UE para ajudar a formar uma coalizão global em torno dessas questões. Refletindo esse interesse comum, os embaixadores da França e da Alemanha na China promoveram juntos, em maio de 2024, um simpósio sobre regulação da IA com especialistas chineses na sede do Centro para a China e a Globalização, antes da Cúpula de IA de Seul. Isso demonstra os interesses comuns da comunidade internacional nessa área.

Quanto à transição verde, a UE e a China poderiam considerar um novo modelo de reciprocidade — que chamo de "investimento para reduzir tarifas". A China tem hoje uma forte capacidade de produzir equipamentos de energia renovável: fabricou 90% dos painéis solares do mundo em 2023 e vendeu 60% dos veículos elétricos do planeta. Essa capacidade, porém, ainda é insuficiente para atender à demanda do mercado global. A Agência Internacional de Energia (AIE) prevê que a demanda mundial por novas instalações fotovoltaicas chegará a 820 gigawatts, cerca de quatro vezes a de 2022, se as metas fixadas pelo Acordo de Paris forem cumpridas. Em vez de temer a "sobrecapacidade" chinesa, que alguns receiam possa minar a competitividade da UE, os dois lados deveriam cooperar para aumentar a produtividade e explorar mercados juntos, e não elevar tarifas e recorrer ao protecionismo comercial. Uma solução viável para suas disputas poderia ser permitir que mais fabricantes chineses de tecnologia verde invistam no mercado europeu, reduzindo as barreiras de entrada ao investimento, evitando investigações sob o pretexto da segurança nacional e diminuindo a retórica sinofóbica. Em troca de a China aumentar seus investimentos no mercado da UE, os dois lados poderiam negociar a redução das tarifas sobre os veículos elétricos importados da China.

E aqui chegamos à visão maior: com o Parlamento Europeu recém-saído de uma nova rodada de eleições, temos um novo mandato para a liderança da UE. Espera-se que as sanções impostas pelos dois lados desde 2021 possam chegar ao fim. Os dois lados deveriam considerar retirar as sanções simultaneamente ou, ao menos, suspendê-las, para facilitar novas rodadas de negociações sobre comércio e investimento. Precisamos urgentemente construir um novo marco para orientar a futura relação China-UE neste contexto turbulento.

CONECTAR A UE AO SUL GLOBAL

A política externa da UE está mais voltada para o Sul Global do que nunca, como mostra a estratégia Global Gateway, de € 300 bilhões, lançada em 2021, que estende o ramo de oliveira europeu à África e aos países da ASEAN. Nos últimos anos, a UE também vem buscando firmar acordos de livre-comércio com a ASEAN e com o Mercosul. É evidente a ambição da UE de aprofundar sua relação com o Sul Global e com as "potências médias" em ascensão — definidas pelo Fórum Econômico Mundial como "Estados influentes situados abaixo das superpotências e das grandes potências". A relação custo-benefício, porém, é igualmente importante. A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) da China, lançada em 2013 para ampliar a conectividade global, também poderia servir aos interesses do Global Gateway e de outros esforços de conectividade da UE, reduzindo custos e aumentando a viabilidade prática. Além disso, instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial poderiam viabilizar uma plataforma bancária global que incluísse bancos regionais de desenvolvimento como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), ajudando a financiar tanto a BRI quanto o Global Gateway.

Muitas potências médias, beneficiadas pela guerra comercial e tecnológica entre a China e os Estados Unidos, estão recebendo agora capacidade industrial e investimentos que antes tinham como alvo o mercado chinês. Essa relocalização está acelerando sua industrialização. As cadeias globais de suprimentos e de valor, meticulosamente construídas na era da hiperglobalização, estão, no entanto, se fragmentando. A própria UE passa por um processo de desindustrialização. Olhando para a frente, a UE e a China poderiam colaborar por meio da cooperação em mercados terceiros para estabilizar e redesenhar essas cadeias globais, criando possivelmente um sistema econômico global mais sustentável e interconectado.

UMA NOVA GLOBALIZAÇÃO?

A UE terá dificuldade para manter o estilo de vida dos "bons e velhos tempos", quando a segurança era garantida pelos Estados Unidos e os recursos baratos eram fornecidos pela Rússia. Essa era, marcada pelo estilo de vida próspero da

UE como maior economia do mundo, com 27 Estados-membros e o Reino Unido, precisa se transformar em resposta às novas realidades geopolíticas e aos desafios econômicos internos.

Por isso, a UE precisa ampliar suas relações com outras partes do mundo. Como mencionado nas seções anteriores deste ensaio, há um potencial significativo de cooperação entre a China e a UE. Essa colaboração poderia ajudar os dois lados a estabelecer um novo modelo de parceria, que vá além das meras relações comerciais.

Uma parceria China-UE de alcance global implicaria engajamento, entrelaçamento e integração crescentes de seus sistemas de valores, ideologias e civilizações. Isso daria início a um novo processo de globalização — um patamar mais elevado de globalização — entre as grandes civilizações.

Enquanto a guerra comercial de Trump ganha força, China e Europa precisam cooperar[2]

No caos de uma guerra comercial, o mundo procura uma réstia de esperança. Ao fomentar a inovação e os mercados abertos — sobretudo no setor automotivo —, a China e a UE podem ser um modelo de como as grandes potências conseguem trabalhar juntas, apesar das diferenças, para gerar benefícios mútuos.

As tensões no comércio mundial escalaram rapidamente nas semanas que se seguiram ao lançamento, pelo presidente americano Donald Trump, de uma série de medidas tarifárias agressivas. Ao mesmo tempo que mantém tarifas elevadas sobre as importações chinesas, Trump agora ameaça estender medidas protecionistas semelhantes à União Europeia, o que fez soar o alarme do outro lado do Atlântico.

Essas pressões crescentes levaram os líderes europeus a reavaliar suas parcerias estratégicas e relações comerciais, em especial com a China. Nesse cenário de incerteza cada vez maior, o discurso da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, na Conferência dos Embaixadores da UE, em 4 de fevereiro, ganhou um significado especial.

[2]Publicado originalmente em 14 de fevereiro de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

"Nossa relação com a China é uma das mais intrincadas e importantes do mundo", disse ela, destacando que a China responde por 9% das exportações de bens da UE e por mais de 20% das importações de bens, numa relação comercial "mutuamente benéfica". Suas palavras pareceram marcar um afastamento de sua postura linha-dura anterior, já que ela enfatizou que acordos poderiam "até ampliar nossos laços de comércio e investimento".

Pequim rapidamente sinalizou interesse em estreitar os laços. "O mundo enfrenta o risco da divisão, da fragmentação e da desordem", disse no dia seguinte o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Lin Jian, acrescentando que "as relações China-UE têm ainda mais importância estratégica e influência global".

Antes dessas declarações, as relações comerciais UE-China enfrentavam desafios significativos. A indústria francesa do conhaque é um exemplo eloquente. Segundo dados do Bureau National Interprofessionnel du Cognac, as exportações francesas de conhaque para a China caíram 23,8% em valor e 9,6% em volume no ano passado, em relação aos níveis de 2023.

A relação se deteriorou bruscamente depois que as novas medidas tarifárias da China entraram em vigor, em 11 de outubro passado, em resposta às tarifas da UE sobre os veículos elétricos chineses; fontes do setor relataram uma queda de 75% nas exportações francesas de conhaque para a China em dezembro. Esses números evidenciam algumas das questões prementes das relações comerciais bilaterais que precisam ser resolvidas.

Nesse contexto, a Comissão Europeia lançou um diálogo estratégico sobre o futuro do setor automotivo europeu. A indústria, que sustenta mais de 13 milhões de empregos diretos e indiretos e contribui com cerca de € 1 trilhão (US$ 1,03 trilhão) para o produto interno bruto da UE, está agora na linha de frente de uma possível cooperação UE-China, naquilo que von der Leyen descreveu como "uma era de geopolítica hipercompetitiva e hipertransacional".

O setor automotivo europeu enfrenta pressões de transformação sem precedentes. Precisa lidar, ao mesmo tempo, com a transição para a energia limpa, a reestruturação das cadeias de suprimentos e a inovação tecnológica — um triplo desafio que cria oportunidades estratégicas para a cooperação UE-China. A cadeia de suprimentos e o ecossistema industrial chineses de veículos elétricos poderiam complementar a capacidade industrial avançada e as tecnologias de

ponta da Europa, criando uma sinergia poderosa na corrida global pela inovação automotiva.

Essa guinada estratégica ganhou o apoio de lideranças do comércio mundial. O ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, propôs recentemente a ideia de uma colaboração automotiva UE-China, sugerindo uma inversão dos fluxos tradicionais de investimento.

Num fórum organizado pelo Centro para a China e a Globalização, Lamy destacou que a dinâmica que levou as montadoras europeias à China há três décadas poderia agora funcionar no sentido inverso, com a Europa potencialmente se beneficiando do investimento e do conhecimento tecnológico da China.

Essa visão promete uma colaboração mais profunda, que se estenda a mercados mais amplos. Os fabricantes chineses poderiam instalar bases de produção na Europa, criando empregos e estimulando o intercâmbio tecnológico, enquanto as duas partes poderiam desenvolver juntas mercados em todo o Sul Global. Essa colaboração poderia acelerar a adoção de opções de transporte sustentável na África, na América Latina e na Ásia Central, criando um cenário ganha-ganha para as indústrias automotivas europeia e chinesa.

Parcerias automotivas sino-europeias anteriores já demonstraram o valor e o potencial desse tipo de cooperação. A compra da Volvo, adquirida da Ford pela Geely em 2010, mostrou-se particularmente instrutiva. As duas empresas hoje compartilham a arquitetura de veículos elétricos e desenvolvem em conjunto plataformas para esses veículos, mantendo identidades de marca distintas e independência operacional.

As montadoras europeias também se beneficiaram de sua presença de longa data na China. O Grupo Volkswagen, por meio de suas joint ventures, manteve a liderança de mercado na China e, ao mesmo tempo, gerou um volume substancial de empregos locais. A BMW seguiu uma trajetória de sucesso semelhante.

Essas parcerias mostram como a colaboração estratégica pode ajudar os dois lados a atravessar a transformação do setor: as empresas europeias ganham acesso ao mercado e escala de produção, enquanto as chinesas adquirem tecnologia avançada e conhecimento produtivo.

Hoje, o espírito de cooperação vem ganhando formas concretas, à medida que montadoras chinesas contribuem para o ecossistema automotivo europeu.

A BYD está instalando uma fábrica de baterias na Hungria, ampliando a capacidade de produção de veículos elétricos da região, enquanto a CATL, líder mundial em tecnologia de baterias, desenvolve vários grandes projetos na Alemanha, na Hungria e na Espanha.

Esses investimentos mostram como as sinergias industriais podem correr nos dois sentidos, seguindo o modelo bem-sucedido das montadoras europeias na China, mas adaptado ao cenário automotivo atual, em plena transformação.

Tornar essa visão realidade exige ações concretas dos dois lados. A UE e a China deveriam retomar as negociações do Acordo Abrangente de Investimentos, que daria às empresas salvaguardas institucionais cruciais.

O setor automotivo poderia ser pioneiro em novas formas de colaboração industrial, com centros conjuntos de pesquisa e desenvolvimento, programas compartilhados de formação de talentos e padrões técnicos harmonizados. Como dois dos maiores mercados automotivos do mundo, a UE e a China também têm a responsabilidade compartilhada de defender o comércio aberto e resistir às pressões protecionistas no mercado global.

Numa era definida por tensões geopolíticas e incertezas econômicas, a importância estratégica da relação UE-China vai muito além dos interesses bilaterais e alcança seu potencial econômico e sua capacidade de moldar uma ordem global mais equilibrada e resiliente.

Ao fomentar a inovação, promover o desenvolvimento sustentável e manter os mercados abertos, a UE e a China podem dar o exemplo de como as grandes potências conseguem trabalhar juntas, apesar das diferenças.

[3]Adaptado de um documento de referência preparado para o Trilogue Salzburg, realizado em agosto de 2024.

O papel da Europa num futuro global incerto: continuar uma grande potência com o multilateralismo[3]

A força econômica tradicional e a posição geopolítica estratégica da Europa lhe garantiram uma influência duradoura no cenário mundial, mas ela também enfrenta desafios — o mais recente deles vindo de seu aliado mais próximo. Está claro que a Europa deveria considerar a busca de parcerias globais mais multilaterais, possivelmente com a China.

A Europa ocupa uma posição de destaque no mundo, com um caráter político, econômico e cultural próprio e singular. Sua busca por autonomia estratégica permite que ela atue como um elemento crucial de equilíbrio entre as grandes potências; mas, embora tenha inúmeras vantagens, a Europa também enfrenta vários desafios. Num futuro próximo, a UE poderia enfrentar alguns deles fortalecendo os laços multilaterais, inclusive com a China e com o Sul Global, sem deixar de manter uma relação equilibrada com as demais potências.

LEGADO HISTÓRICO E CULTURAL

Sua longa história pôs a Europa na dianteira do desenvolvimento humano durante séculos. Hoje, a União Europeia exerce considerável soft power e liderança na governança global graças a seu compromisso com a democracia e o humanitarismo. Vanguarda da Revolução Industrial, a Europa manteve uma influência econômica significativa e sua capacidade de inovação. Suas contribuições à cultura e à ciência mundiais são imensas. Muitos de seus renomados cientistas, artistas, escritores e filósofos continuam abrindo caminho para um futuro inovador e melhor.

Geograficamente, a Europa fica no extremo noroeste do Hemisfério Oriental, cercada de mares por três lados e ligada à Ásia a leste. Historicamente, a Europa teve um papel central no mundo graças à sua força política, cultural e econômica, e essa influência ainda se faz sentir hoje. Berço da Revolução Industrial, ela continua a ocupar uma posição de liderança na economia global. Politicamente, a União Europeia sempre manteve o multilateralismo como seu valor diplomático central e tem sido vista como parceira confiável por muitos países e instituições internacionais no pós-Guerra Fria.

Ainda assim, ao contrário dos Estados Unidos, que se beneficiam de um vasto território e de recursos naturais abundantes, a economia europeia depende fortemente de recursos externos, o que a torna relativamente vulnerável à instabilidade geopolítica. Mais da metade dos recursos minerais da Alemanha é importada e, em 2021, 96% do petróleo bruto consumido no mercado da UE era importado, 40% dele da Rússia. Agravando o problema da dependência energética, a política radical de descarbonização adotada pela UE — que incluiu a decisão de abandonar a energia nuclear em alguns de seus membros — aprofundou suas dificuldades energéticas.

Ao mesmo tempo bênção e maldição, a formação do mercado integrado europeu foi longa e gradual, e as divisões e diferenças persistentes entre as nações europeias geraram inúmeros desafios, como a crise da zona do euro, que expôs os problemas de ter uma moeda única sem uma política fiscal única, o que resulta em ineficiência na ação coletiva. Essa fraqueza estrutural contribuiu para a crise da dívida do euro de 2010 e levou à crise energética que se seguiu à eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com a falta de políticas industriais coerentes entre os países-membros desestabilizando as cadeias de suprimentos na Europa e levantando dúvidas sobre as perspectivas econômicas futuras da UE.

DESAFIOS PREMENTES

A Europa enfrenta vários desafios prementes. Uma crise de segurança, entranhada em sua geopolítica e em suas estruturas econômicas, é repercussão direta da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, enquanto as crises migratória e da dívida soberana dos anos 2010 minaram a capacidade econômica da UE, pondo em risco suas bases industriais e gerando inúmeros problemas sociais. A Europa precisa começar enfrentando suas questões energéticas e abraçando a transformação digital. Apesar de sua ambição de fazer a transição para uma economia verde, a Europa precisa aumentar significativamente os investimentos para manter o ímpeto e se associar a outros países para suprir suas lacunas tecnológicas.

Não é uma tarefa fácil. A influência crescente do Sul Global, somada a Estados Unidos cada vez mais polarizados e isolados, ameaça as relações transatlânticas tradicionais e desafia a liderança global da Europa. Mais perto de casa, a ascensão do populismo e do extremismo, alimentada pela polarização política e

por uma economia sem fôlego, também representa um sério desafio aos valores comuns que formam os pilares fundadores da UE. Ainda assim, persiste a esperança de que o multilateralismo, ressaltado pelo Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) como "um elemento central da política externa da UE", ajude a UE a ampliar sua liderança global e, em última instância, a encontrar soluções para seus próprios problemas.

A posição singular da Europa no mundo é marcada tanto por suas contribuições históricas quanto por sua longa e bem-sucedida participação na governança global. Mas ela precisa atravessar um cenário complexo de desafios geopolíticos, econômicos e internos para manter sua influência e sua estabilidade num mundo de incertezas crescentes. Para responder a suas preocupações econômicas e de segurança, a Europa precisa avaliar suas parcerias com diversos atores, incluindo, mas não só, as relações transatlânticas. Seria melhor que a UE reconsiderasse sua política em relação à China — a segunda maior economia do mundo e uma liderança entre os países do Sul Global.

EUROPA E CHINA: UMA PARCERIA VIÁVEL

A relação oficial entre a Europa e a China remonta a 1975, quando a China estabeleceu relações diplomáticas com a Comunidade Econômica Europeia. Em 1998, a China e a Europa estabeleceram uma parceria de longo prazo, estável e construtiva para o século XXI, reforçada em 2003 com o anúncio de uma Parceria Estratégica Abrangente (CSP) e a publicação do primeiro documento de política do governo chinês sobre a União Europeia. A parceria ganhou ainda mais destaque em 2013, quando os dois lados publicaram a "Agenda Estratégica de Cooperação UE-China 2020".

Até hoje, mais de 60 mecanismos de consulta e diálogo foram estabelecidos entre a China e a Europa, cobrindo campos como política, economia, comércio, cultura, ciência e tecnologia, energia e meio ambiente. A UE e a China são parceiras comerciais importantes há mais de duas décadas e, em 2023, cada uma era a segunda maior parceira comercial da outra. A China foi o terceiro maior mercado de exportação da UE e sua maior fonte de importações, enquanto a UE foi o segundo maior mercado de exportação da China e sua segunda maior fonte de importações.

A China e a Europa também colheram resultados frutíferos em outras áreas de cooperação. A cooperação oficial em ciência e tecnologia começou em 1981 e levou à criação, em 1991, do Grupo de Trabalho de Cooperação Científica e Tecnológica UE-China. Em resposta à mudança climática, a UE e a China estabeleceram uma parceria sobre o tema em 2005 e, juntas, realizaram diálogos ministeriais e divulgaram declarações conjuntas que fortaleceram os esforços de colaboração, inclusive o Acordo de Paris sobre o clima. A partir de 2020, a cooperação digital concentrou-se em diálogos de alto nível voltados a aprofundar a colaboração nessa área. A colaboração energética entre a China e a Europa já dura décadas e resultou em acordos sobre pesquisa em energia nuclear, iniciativas de energia limpa e diálogos estratégicos. Já no plano de base, o Diálogo de Alto Nível UE-China entre os Povos, criado em 2012, promove intercâmbios culturais e educacionais.

Apesar dos desafios recentes, os dois lados continuam a mostrar disposição para cooperar. De julho de 2018 a dezembro de 2022, o presidente Xi Jinping manteve uma série de encontros e conversas telefônicas com líderes da União Europeia. Em abril de 2023, o presidente Xi recebeu a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, durante a visita dela à China, e os dois voltaram a se encontrar em maio de 2024, durante a visita de Estado do presidente Xi à França.

A evolução das relações China-UE demonstra o interesse mútuo dos dois lados em áreas que podem ser benéficas para o mundo. A mudança climática, área de interesse fundamental para a UE, vem sendo apontada pela China, na última década, como crucial para o futuro da humanidade. O Acordo de Paris não teria sido assinado sem os esforços conjuntos da UE e da China. O mesmo vale para a OMC: a China e a UE apresentaram em 2018 uma declaração conjunta para restaurar o Órgão de Apelação da organização paralisada e, desde então, continuam a defender a integridade da OMC.

COLABORAÇÃO FUTURA

Há várias áreas em que a China e a Europa podem continuar a trabalhar juntas, apesar do protecionismo crescente, alimentado pelas mudanças na política interna europeia e pela volta de um presidente americano mais populista. A razão

fundamental desse impulso de cooperação é a natureza recíproca das economias, dos mercados e das ambições de liderança global da UE e da China, somada à determinação de ambas de praticar um multilateralismo verdadeiro.

A China e a Europa têm áreas potenciais de colaboração futura. À medida que o cenário global evolui de um mundo unipolar para um mundo multipolar, a comunidade internacional precisa encarar essa mudança. Os desafios globais atuais tornam imperativo que a China, os Estados Unidos e a Europa, as três maiores economias, encontrem uma forma de se comunicar com mais eficiência, talvez por meio de uma espécie de mecanismo "G3" que facilite discussões regulares de alto nível, coordene a recuperação da economia global e aprimore a governança global. Com uma plataforma desse tipo, esses três grandes atores poderiam enfrentar os desafios globais e discutir soluções em áreas de interesse comum, promovendo assim mudanças reais.

RESPONDER ÀS PREOCUPAÇÕES DE SEGURANÇA

A prioridade desse mecanismo G3 não seria dominar o mundo, mas prevenir conflitos globais iminentes. As guerras em curso na Ucrânia e na Palestina deixaram milhões de pessoas desamparadas e sem teto. A China tem disposição e capacidade para desempenhar um papel significativo na mediação desses conflitos. Como grande potência global com fortes laços diplomáticos tanto com a Rússia quanto com a Ucrânia, a China pode usar sua influência para estimular o diálogo e favorecer uma solução pacífica. Além disso, a China também pode ajudar a UE a viabilizar um possível acordo no Oriente Médio, aliviando as preocupações de segurança ao longo da fronteira sudeste da UE.

Diante do risco crescente de conflito, a China reforçou recentemente seu engajamento com as partes envolvidas. Além do consenso de seis pontos divulgado pela China e pelo Brasil em maio de 2024, os líderes chineses receberam a visita do primeiro-ministro Viktor Orban, cujo país assumiu em julho a presidência rotativa semestral do Conselho Europeu. O encontro foi descrito pelo primeiro-ministro Orban como a terceira etapa de sua ambiciosa "missão de paz". A visita do ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmytro Kuleba, à China em julho — a primeira de um chefe da diplomacia ucraniana desde 2012 — demonstra a ambição da China de mediar a guerra entre a Rússia e a

Ucrânia, construindo pontes entre os dois lados. O recente encontro das facções palestinas em Pequim e a Declaração de Unidade mostram que a China está comprometida com a paz regional e, espera-se, trarão sinais de paz a todos os atores da região.

Em troca, a Europa poderia ter um papel decisivo no reajuste da relação complexa e muitas vezes conflituosa entre a China e os Estados Unidos. A Europa está numa posição única para lançar uma ponte sobre esse fosso e promover o entendimento entre Pequim e Washington. Ao promover o diálogo multilateral e estimular a cooperação em questões globais, a Europa poderia ajudar a atenuar as tensões e amortecer os efeitos colaterais do confronto entre a China e os Estados Unidos. A abordagem equilibrada da Europa e seu compromisso com as normas internacionais podem servir de modelo de engajamento construtivo, incentivando tanto a China quanto os Estados Unidos a buscar soluções colaborativas para desafios comuns. Por meio de iniciativas diplomáticas e parcerias estratégicas, a Europa poderia contribuir significativamente para reduzir os atritos e favorecer um ambiente global mais cooperativo.

REVITALIZAR A COOPERAÇÃO EM COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Infelizmente, apesar dos amplos interesses comuns e de uma base sólida de cooperação, as relações China-UE se deterioraram rapidamente nos últimos dois anos, levando a um impasse no Acordo Abrangente de Investimentos (CAI). Esse acordo, saudado como o impulso para uma segunda onda de reforma e abertura na China, inclui muitas condições e vantagens de que os Estados Unidos não desfrutavam anteriormente e estabelece um padrão mais aberto e de nível mais alto para as empresas europeias. Para superar esse impasse, a Assembleia Popular Nacional da China ratificou a Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 1930, e a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, de 1957, ambas da Organização Internacional do Trabalho, a fim de cumprir os padrões trabalhistas exigidos pela UE. A retomada do diálogo ajudaria as negociações, possivelmente levaria à retirada das sanções e, por fim, reavivaria o CAI, em benefício tanto das empresas chinesas quanto das europeias.

A última eleição para o Parlamento Europeu resultou numa renovação significativa dos eurodeputados. Essa mudança abre uma janela para que os dois lados

possam retirar as sanções mútuas impostas em 2021, já que o novo Parlamento não está obrigado a manter as decisões anteriores. A retirada dessas sanções poderia reduzir a tensão política atual e levar a uma recuperação do comércio e do investimento bilaterais num período de desaceleração econômica que afeta tanto a China quanto a Europa.

Por fim, embora os acordos bilaterais ou multilaterais de investimento e comércio pareçam estar em alta, a OMC continua sendo uma instituição central para promover a facilitação do investimento e do comércio, reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias e eliminar o tratamento diferenciado no comércio internacional. Ela ainda desempenha um papel insubstituível na promoção da liberalização comercial, na otimização da alocação global de recursos e na expansão da produção e da circulação de mercadorias. Reformas na OMC aumentariam a confiança da comunidade internacional no sistema multilateral de comércio e no próprio multilateralismo. A Europa e a China deveriam intensificar os esforços conjuntos para reformar a OMC, em vez de se acusarem mutuamente de violar suas regras.

O ENGAJAMENTO COM O SUL GLOBAL NUMA ORDEM MUNDIAL EM TRANSIÇÃO

Um G3 deveria dar ênfase à cooperação com os membros do Sul Global para reduzir a distância entre países em desenvolvimento e desenvolvidos. Como membro fundador do BRICS, a China tem se engajado intensamente com os países em desenvolvimento no comércio e nos negócios por meio do BRICS, uma força cada vez mais influente no setor financeiro global e na segurança política. Medidos pela paridade do poder de compra, os países do BRICS já ultrapassaram o G7, respondendo por 35,6% do PIB mundial, contra 30,3% do G7. Até 2028, projeta-se que essa disparidade cresça ainda mais a favor do BRICS, com estimativas que apontam uma proporção de 36,6% para 27,8%. A sólida cooperação econômica entre os membros do BRICS poderia atrair a adesão de mais países considerados "potências médias".

A influência crescente do Sul Global está redesenhando a ordem mundial. A África Subsaariana, tradicionalmente vista como economicamente subdesenvolvida, está se transformando depois de preencher um verdadeiro vácuo em

projetos de infraestrutura, desenvolvimento verde e economia digital. Da mesma forma, os países latino-americanos criaram bases econômicas sólidas e alcançaram um alto grau de integração global. A UE não pode ignorar os benefícios econômicos e sociais significativos desses mercados. Um G3 consolidado poderia liberar o potencial econômico da África Subsaariana, incluindo seus ricos recursos naturais e humanos, reduzindo as disparidades de desenvolvimento regional. Um G3 também poderia ajudar a América Latina a escapar da armadilha da renda média, dado o peso crescente da região nos assuntos mundiais, especialmente no contexto da crise climática.

No momento certo, um G3 também poderia trabalhar para alcançar algum grau de coordenação no desenvolvimento da infraestrutura global, articulando a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), o Global Gateway da UE e a Parceria para Infraestrutura e Investimento Globais do G7. Se os investimentos dessas iniciativas forem descoordenados e moldados pela competição geopolítica, poderão prender os países a trajetórias de alto carbono por décadas. Desde seu lançamento, em 2013, a BRI tornou-se um vetor de globalização, crescimento e investimento em muitas regiões. Ainda assim, transformá-la num empreendimento mais multilateral, que promova a governança global e o desenvolvimento, é um passo necessário na próxima fase de sua evolução.

QUESTÕES VERDES E COLABORAÇÃO EM DADOS

As questões verdes podem se revelar um dos campos mais promissores, com potencial para forjar consensos e reformas significativas. Mais especificamente, a China poderia trabalhar com a UE e os Estados Unidos para criar uma instituição da ONU dedicada à mudança climática, uma crise universal que continuará a afetar muitos aspectos da cooperação global. Isso reforçaria a liderança que a ONU exerce no enfrentamento da mudança climática por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A própria UE, do ponto de vista do desenvolvimento verde, precisa adotar uma política comercial mais inclusiva. Por exemplo, a UE poderia reconsiderar as tarifas recentemente impostas aos veículos elétricos importados da China e incentivar aquisições e investimentos chineses no mercado da UE, sobretudo no setor de energia

renovável, fortalecendo a reciprocidade econômica e continuando a liderar os esforços globais de combate à mudança climática ao explorar o mercado de energia renovável e de veículos elétricos no resto do mundo.

Da mesma forma, como o "petróleo" do século XXI, a digitalização fortalece a economia mundial com uma melhor alocação de informações e uma otimização dos recursos. Os fluxos de dados são um fator-chave para impulsionar a integração dos mercados na era digital. Mas eles também geram complexidades, ligadas à segurança nacional, à geopolítica e à proteção da privacidade, que têm impedido os países de chegar a um acordo sobre como promover o livre fluxo de dados e reforçar a localização de dados. Um G3 poderia tomar a dianteira na criação de um novo grupo formado por potências digitais — uma espécie de "Digital 20", nos moldes do G20, chamado D20 ou algo parecido —, oferecendo aos países que precisam de colaboração digital uma plataforma para chegar a um consenso sobre os fluxos transfronteiriços de dados. Além disso, a criação de uma "organização global de dados" abriria caminho para a formulação de padrões globais de segurança de dados ou de regulação de dados, já que o mundo ainda não chegou a uma solução multilateral abrangente para nenhuma das duas questões.

Por fim, mas não menos importante, a UE também tem tido um papel de liderança na regulação da inteligência artificial, e a China e os Estados Unidos vêm seguindo seu exemplo. Em junho deste ano, o Centro para a China e a Globalização promoveu em sua sede, em Pequim, um seminário intitulado "Perspectivas europeias e chinesas sobre a governança da IA", em colaboração com as embaixadas da Alemanha e da França. O seminário é um dos muitos esforços entre a China e os membros da UE para evidenciar o grande potencial de colaboração entre a Europa e a China na governança da IA. Com a regulação global da IA ainda em estágio inicial, chegar a um consenso para fazer avançar essa agenda é urgente para todas as partes interessadas. Quanto mais esperarmos, mais divididos ficaremos.

CONCLUSÃO

O legado histórico, a força econômica e a posição geopolítica estratégica da Europa sem dúvida garantirão a continuidade de sua influência no cenário

mundial. Mas enfrentar suas limitações geográficas, sua dependência de recursos e seus desafios de unidade interna será crucial para manter e ampliar essa influência. Em última análise, fica cada vez mais claro que fortalecer as parcerias com potências emergentes como a China e engajar-se na cooperação multilateral pode ajudar a Europa a atravessar um futuro incerto e a reforçar seu papel de grande potência global.

A viagem do CCG à Europa: um olhar de perto sobre as novas tendências das relações China-UE[4]

Num tempo de incerteza, as tendências das relações China-UE mostram que um mecanismo de diálogo e coordenação de alto nível poderia consolidar a UE como mediadora entre a China e os Estados Unidos.

Interações de alto nível cada vez mais frequentes entre a China e a Europa no último mês começaram a aquecer as relações sino-europeias, que haviam esfriado diante do atual ambiente geopolítico tenso. Aproveitando esse impulso, o Centro para a China e a Globalização (CCG), valendo-se de suas vantagens como um dos principais think tanks não governamentais da China, embarcou recentemente em sua própria jornada de "diplomacia de think tanks" e manteve amplos e profundos intercâmbios culturais com seus pares na Europa e nos Estados Unidos.

De 9 a 19 de julho, uma delegação de especialistas do CCG fez uma viagem de diplomacia de segunda via (Track II) pela Europa, que a levou a Paris, Berlim e Bruxelas, onde interagiu com centenas de analistas de campos que iam da academia à formulação de políticas, além de representantes de empresas e de organizações internacionais de toda a Europa. Foi a primeira delegação de um think tank chinês a visitar o continente desde a eclosão da covid-19, um sinal positivo de que os intercâmbios entre os povos estão voltando.

MUITO ALÉM DAS NOSSAS EXPECTATIVAS

O entusiasmo, a densidade, a amplitude e a profundidade de nossas interações com as instituições europeias que nos receberam durante a visita superaram nos-

[4]Publicado originalmente em 19 de agosto de 2022 pelo *China Focus* e revisto para esta coletânea.

sas expectativas. Nos últimos três anos, muitos de nossos contatos e organizações mudaram, o que dificultou a aproximação. Quando visitamos o Bruegel, think tank sediado em Bruxelas, descobrimos que seu presidente havia se mudado para Berlim, mas ele confiou nossa recepção a seu competentíssimo diretor interino, e o entusiasmo de todos não diminuiu em nada.

Todas as instituições que contatamos estavam ansiosas para voltar à China. Especialistas do mundo empresarial, da academia e de organizações internacionais aguardam com expectativa a redução ou a eliminação das exigências de quarentena. Eles também se mostraram receptivos a especialistas, acadêmicos e estudantes internacionais da China e, é claro, aos turistas chineses em destinos turísticos famosos como Paris.

TRÊS PREOCUPAÇÕES DO LADO EUROPEU

Nas conversas com analistas do Banco Mundial, de renomados think tanks econômicos como o Bruegel e de alguns comitês econômicos, percebemos um grande interesse em saber se a China conseguirá impulsionar a economia mundial nos próximos anos.

A economia chinesa se tornou o motor, o lastro e o estabilizador da economia mundial. Durante a pandemia, no ano passado, a China bateu um novo recorde no volume de comércio de importação e exportação, com um aumento de quase 30%, e esse impulso faz da China uma peça-chave da economia global. A Europa vive hoje uma crise energética causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e está prestes a enfrentar um inverno difícil. Se a China não conseguir impulsionar o crescimento econômico global, com a crise energética agravada pela inflação e pela escassez de alimentos, a situação vai piorar ainda mais e o quadro geopolítico ficará cada vez mais instável.

Primeiro, tivemos discussões acaloradas sobre o estado da economia chinesa. O mundo lá fora sabe que o setor imobiliário da China atravessa um grande período de ajuste, que as empresas de alta tecnologia não estão tão robustas quanto antes e que as multinacionais também estão reduzindo os investimentos. Ao mesmo tempo, porém, os especialistas em globalização em geral reconhecem a ascensão da China à condição de segunda maior economia do mundo e seu êxito no combate à pobreza. Há confiança de que a economia chinesa continuará

a impulsionar um crescimento global constante, mas muitos também se preocupam com a atual desaceleração do crescimento econômico da China.

Segundo, as sanções de ambos os lados obrigaram a engavetar as discussões sobre o Acordo Abrangente de Investimentos entre a China e a União Europeia (CAI). Em novembro, daqui a três meses, haverá discussões sobre a prorrogação das sanções por um terceiro ano, o que nos dá tempo suficiente para fazer mais e lançar bases que incentivem os dois lados a retirá-las.

Terceiro, havia muita preocupação com o rumo que a China vai tomar num ambiente global em constante mudança. A aprovação de Biden continua caindo e atingiu o nível mais baixo desde que ele assumiu o cargo. O primeiro-ministro britânico Boris Johnson renunciou. O presidente francês Emmanuel Macron vai enfrentar mais resistência nos próximos cinco anos. Tudo isso indica contradições sociais cada vez mais intensas e divisões sociais crescentes, enquanto o 20º Congresso Nacional do PCCh vai mostrar ao mundo uma liderança do PCCh estável, unida e forte, o que leva os países ocidentais a questionar suas próprias lideranças.

IMPLICAÇÕES DA VIAGEM DO CCG À EUROPA

Organizamos uma série intensa de eventos que serviram para retomar e catalisar a interação entre a China e a Europa. Depois de nossa visita, muitos outros colegas de think tanks, da academia e de instituições governamentais reconhecem a liderança do CCG ao dar esse passo, e se perguntam se também podem dá-lo.

As câmaras de comércio europeias também estão ansiosas para visitar a China, e muitos líderes empresariais enfatizaram que investir na China exige visitas presenciais, orçamentos, reuniões estratégicas e trocas com as equipes locais antes de uma decisão final. A impossibilidade de estar presente nos últimos três anos, porém, significa que o ímpeto inicial de investimento pode diminuir ou até desaparecer. As multinacionais europeias ainda querem investir, apesar de um ambiente político cada vez mais negativo e dos controles mais rígidos impostos a elas, e os governos da França e da Alemanha devem publicar em breve relatórios estratégicos avaliando o investimento na China.

Também ouvimos de empresas chinesas que as feiras pela Europa voltaram, mas sem estandes chineses, substituídos pelos do Vietnã, da Índia e da Coreia

do Sul. As empresas chinesas costumavam ser participantes importantes dessas feiras, mas agora não conseguem comparecer. O número de expositores despencou, e não há como fazer negócios, ampliar investimentos e vender produtos. Muitos empresários chineses sentem que estão ficando para trás quando veem o dinamismo de outras empresas asiáticas, e isso os deixa muito ansiosos.

Ainda há muita incompreensão sobre a China, e esta visita procurou esclarecer as questões e reiterar nossa posição. A China fez muito na mediação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Enfatizamos o respeito à soberania e à integridade territorial. Também oferecemos assistência humanitária à Ucrânia. O presidente Xi Jinping manifestou em muitas ocasiões sua disposição de promover negociações de paz, por meio de reuniões on-line com chefes de Estado, para resolver os conflitos em conjunto. Mas nossos interlocutores pareciam não saber disso e só conheciam a cooperação sino-russa, resultado da assimetria de informação. Uma parte importante de nossa visita desta vez foi aumentar a confiança, dissipar as dúvidas sobre a China na Europa e reiterar a posição e a atitude chinesas.

Funcionários das embaixadas chinesas e diplomatas de alto escalão vêm promovendo ativamente os intercâmbios, e funcionários das embaixadas disseram que, com a recuperação da economia e do turismo na Europa, é o momento certo para a China retomar os intercâmbios culturais e entre os povos. Eles acreditam que tomamos a decisão certa. Apesar do risco e do custo, acreditamos sinceramente que esta viagem valeu a pena e foi muito bem-sucedida.

CINCO MEDIDAS PARA MELHORAR AS RELAÇÕES SINO-EUROPEIAS

Desde o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a comunidade política europeia em sentido amplo passou a sentir que a China não está do seu lado e, em consequência, desenvolveu uma visão negativa do país. Reportagens unilaterais da mídia ocidental fizeram muitos acreditarem que a China e a Rússia são aliadas, o que levou países europeus a adotar políticas por vezes drásticas para enfrentar uma ameaça inexistente — como o endosso ao recente Conceito Estratégico da OTAN, que formulou a noção completamente equivocada de uma "ameaça chinesa". Diante desses mal-entendidos, gostaríamos de propor cinco medidas que poderiam pôr as relações sino-europeias no caminho certo.

Em primeiro lugar, a China e a UE deveriam retomar o quanto antes as negociações do Acordo Abrangente de Investimentos (CAI). Em novembro, a UE terá de decidir se prorroga as sanções por mais um ano, e deveríamos, em vez disso, incentivar os dois lados a retirá-las juntos. O CAI, visto em certo momento como a segunda rodada de "reforma e abertura" da China, é um padrão aberto e de alto nível para a cooperação sino-europeia. A China já fez esforços sérios para lançar o pacto, inclusive preparativos para a padronização regulatória e o alinhamento das condições de trabalho. Assim que as negociações do CAI forem retomadas, o investimento bilateral entre as partes europeias e chinesas poderá ser fortalecido, algo de que os dois lados se beneficiariam enormemente.

Em segundo lugar, há uma necessidade urgente de aumentar a confiança e dissipar as dúvidas. Os governos alemão e francês estão preparando relatórios estratégicos sobre as políticas do governo chinês. Precisamos fortalecer a comunicação para reduzir os déficits de confiança e a assimetria de informação. Se isso for feito, será mais provável que esses relatórios reflitam a situação real, já que as opiniões europeias atuais sobre o ambiente de negócios da China ainda se baseiam muito nos relatórios negativos publicados pela Câmara de Comércio da União Europeia na China. É preciso fazer mais esforços nesse sentido.

Em terceiro lugar, deveríamos ampliar os diálogos de alto nível, assim como os intercâmbios culturais e entre os povos. Os intercâmbios entre think tanks, acadêmicos, especialistas e estudantes internacionais não devem ser apenas restabelecidos, mas reforçados. O turismo e os intercâmbios entre cidades-irmãs também devem ser retomados, como parte do mesmo esforço. Antes da pandemia, 155 milhões de chineses viajavam ao exterior todos os anos, muitos deles para a Europa, o que contribuiu muito para a capacidade da China de se relacionar com as nações estrangeiras e de compreendê-las. Os turistas chineses eram consumidores importantes. Precisamos liberar essa vantagem.

Em quarto lugar, precisamos aperfeiçoar ainda mais as medidas de prevenção contra a pandemia e acelerar a flexibilização das restrições de viagem, reduzir os períodos de quarentena e aumentar o número de voos. Instrumentos de política pública podem ser usados para criar sistemas de prevenção e controle mais precisos e encurtar a quarentena dos visitantes. A China é um lugar bonito, de águas límpidas e montanhas verdejantes. Os embaixadores europeus são bem-

-vindos para conhecer as mudanças e a beleza do país, de Xinjiang, no oeste, a Hong Kong, no sudeste. Ver para crer: essa é a melhor forma de dissipar temores e dar fôlego à diplomacia.

Precisamos contar melhor a história da China e levá-la à Europa. Não há nenhum conflito ou contradição geopolítica fundamental entre a Europa e a China. E, economicamente, a China e a Europa são parceiras importantes. Ambas têm uma longa história, culturas impressionantes e civilizações antigas. Para evitar erros de avaliação política e uma deterioração das relações, esperamos encontrar um equilíbrio e pôr as relações China-UE no caminho certo.

O FUTURO DAS RELAÇÕES CHINA-UE

As relações China-UE entraram agora numa nova etapa de desenvolvimento. Desde a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a Europa e os Estados Unidos ficaram ainda mais estreitamente ligados em termos de ideologia, valores e segurança. A importância da geopolítica como fator de segurança cresceu de forma drástica, e as preocupações da Europa com sua própria defesa dispararam. Por outro lado, a Europa e a China têm laços econômicos importantes, já que a China é sua maior parceira comercial. A Europa está numa encruzilhada: mais próxima dos Estados Unidos na política, mas mais próxima da China na economia.

Mesmo levando isso em conta, porém, a China e a Europa têm interesses comuns em questões como a mudança climática e a economia digital. A UE e os Estados Unidos têm diferenças significativas nesse campo e, como observou o ex-primeiro-ministro francês Jean-Pierre Raffarin nos recentes Rencontres Économiques d'Aix-en-Provence, a Europa precisa manter sua independência estratégica. Em nossa opinião, a dependência atual e acentuada da Europa em relação aos Estados Unidos é resultado direto da guerra na Ucrânia, e esse estado de coisas impede a Europa de buscar a cooperação com a China em interesses comuns. Mas a Europa não precisa continuar dependente. Por mais que hoje lhe falte força militar, a UE tem vantagens claras em termos de economia, soft power e cultura.

Nesse contexto, o primeiro-ministro Li Keqiang tem buscado ativamente o diálogo com os países europeus, inclusive em reuniões por vídeo com o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e com a presidente da Comissão

Europeia, Ursula von der Leyen, além de telefonemas com o chanceler alemão, Olaf Scholz. Como sinal do empenho da China em trabalhar com a Europa, quatro companhias aéreas chinesas anunciaram recentemente que vão comprar um total de 292 aviões da Airbus, no valor de US$ 37 bilhões.

Em vários seminários promovidos por think tanks europeus, propusemos o conceito de "G3": acrescentar a Europa ao formato "G2" de China e Estados Unidos para formar um "grupo dos três (G3)". Em 2021, o PIB total dos Estados Unidos superou US$ 23 trilhões, enquanto o PIB da UE foi de US$ 17 trilhões. Se incluídos o Reino Unido e outros países europeus de fora da UE, o PIB da Europa passa de US$ 20 trilhões. O PIB total da China chegou a US$ 17,7 trilhões. Do ponto de vista econômico, a China, os Estados Unidos e a UE são os três pilares que sustentam a economia global.

Se for possível estabelecer um mecanismo de diálogo e coordenação de alto nível, a UE poderá atuar como mediadora entre a China e os Estados Unidos, além de defender seus próprios interesses. O papel mediador da UE pode ser desenvolvido aos poucos, e os mal-entendidos podem ser resolvidos por meio da comunicação. A estabilidade dessas três grandes economias poderia voltar a ser a base da paz e do desenvolvimento mundiais.

A visita de Scholz a Pequim traz esperança para as relações UE-China[5]

A visita de Scholz abriu caminhos importantes, e espera-se que o presidente francês Emmanuel Macron e outros líderes europeus também visitem a China, com interesses econômicos comuns e uma cooperação pragmática dando novo impulso às relações China-UE.

Ao contrário da narrativa do desacoplamento que vem ganhando força no Ocidente, a visita do chanceler Olaf Scholz a Pequim na semana passada, acompanhado de 12 CEOs, é a prova de que a Alemanha ainda põe os negócios em primeiro lugar quando se trata da China.

Olhando para o contexto econômico, não é difícil entender por quê. Metade do produto interno bruto da Alemanha vem das exportações, e a China é sua

[5] Publicado originalmente em 12 de novembro de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

principal parceira comercial há seis anos. O comércio com a China sustenta diretamente mais de um milhão de empregos alemães, e indiretamente milhões de outros.

A profundidade dos laços entre as duas economias fica ainda mais evidente nos balanços de cada empresa. A China responde por mais de 30% das vendas globais de montadoras como Volkswagen, Daimler e BMW — e por mais de um quinto das de outros pesos-pesados do índice DAX, como Covestro e Adidas. A fabricante alemã de chips Infineon obtém da China nada menos que 37,9% de suas vendas.

Esses vínculos econômicos são cruciais num momento em que a Alemanha, como o resto da Europa, enfrenta o agravamento da crise energética, inflação alta e um risco muito real de recessão.

Berlim dificilmente pode se dar ao luxo de agravar suas atuais dificuldades econômicas apoiando um desacoplamento econômico entre a União Europeia e a China — uma medida que poderia custar à Alemanha quase seis vezes mais que o Brexit, segundo o Instituto ifo, sediado em Munique, ou € 48,4 bilhões (US$ 48,5 bilhões) em renda real, segundo o Instituto Kiel para a Economia Mundial.

Apesar dos desafios econômicos atuais, a guerra na Ucrânia multiplicou os apelos para que Scholz restrinja os laços comerciais com a China, inclusive dentro de sua própria coalizão.

Robert Habeck, do Partido Verde, voz influente na crise atual como chefe de um superministério que cuida do clima, da energia e da economia, advertiu as empresas alemãs para que não se tornem dependentes demais da China e, segundo a imprensa, estaria trabalhando em medidas para incentivá-las a diversificar seus negócios para além do enorme mercado chinês.

Mas, sejam quais forem os resmungos de seus parceiros minoritários de coalizão, os Verdes e os liberais do FDP, Scholz está se mostrando parecido com sua antecessora, Angela Merkel: deixou claro que pretende conduzir os laços com a China "com senso de proporção e pragmatismo" e se opõe firmemente ao desacoplamento.

Talvez ainda mais importante, os gigantes industriais alemães não mostram nenhuma vontade de sair. Na verdade, estão reforçando sua presença na China: o investimento alemão no país cresceu 30% nos primeiros oito meses de 2022.

A gigante química BASF, que no mês passado chocou Berlim ao anunciar que reduziria suas operações na Europa, inaugurou recentemente a primeira fábrica do megacomplexo de US$ 10 bilhões que planeja em Guangdong. A fabricante de materiais Covestro lançou há pouco a pedra fundamental de duas novas unidades de produção em Xangai.

No mês passado, o diário alemão *Handelsblatt* informou que a gigante de tecnologia Siemens planeja "investimentos maciços" na China, sobretudo em software industrial e automação. No setor automotivo, a BMW inaugurou em junho uma nova fábrica de US$ 2 bilhões em Shenyang, e em outubro a Volkswagen anunciou que investirá US$ 2,35 bilhões para desenvolver, em parceria com uma startup, sistemas de condução assistida para veículos elétricos.

Esses investimentos refletem tanto a confiança das empresas alemãs no mercado chinês quanto os fatores que as ajudaram a ter sucesso. As empresas alemãs têm pontos fortes bem alinhados com as prioridades chinesas de longo prazo, como sustentabilidade, descarbonização, modernização industrial e inovação.

Elas souberam tirar proveito dessas vantagens com uma estratégia "na China, para a China", que envolve investimento de longo prazo, localização, instalação de centros de P&D na China e parcerias com entidades locais para desenvolver soluções inovadoras sob medida para o mercado chinês.

Os gigantes industriais da Alemanha têm muito peso na economia política do país, e seu compromisso de longo prazo com o mercado chinês sugere que, se há alguma tendência real, ela aponta para mais engajamento com a China, e não menos.

Outras empresas europeias vão se voltar cada vez mais para a China à medida que o inverno econômico aperta em outros lugares. A Airbus fechou recentemente uma série de contratos bilionários com companhias aéreas chinesas, e a fabricante europeia está bem posicionada para consolidar sua liderança no segundo maior mercado de aviação do mundo, enquanto preocupações de segurança e tensões políticas prejudicam sua rival americana, a Boeing.

A breve visita de Scholz abriu caminhos importantes: o líder que hoje preside o G7 é o primeiro governante ocidental a visitar a China desde o início da pandemia. Espera-se que o presidente francês Emmanuel Macron e outros líderes europeus também façam a visita em breve, o que traz a esperança de que

interesses econômicos comuns e uma cooperação pragmática possam dar novo impulso às relações China-UE.

Como a volta de Macron à presidência francesa pode ser uma vitória para a UE e para a China[6]

Em meio à incerteza geopolítica, a UE precisa se afirmar como força independente a favor da paz e da cooperação internacional, como mostram a descrição que Macron faz da UE como uma "potência de equilíbrio" e seu alerta contra "formar uma frente" com os Estados Unidos contra a China.

Em 24 de abril de 2022, Emmanuel Macron derrotou Marine Le Pen e se tornou o primeiro presidente francês desde Charles de Gaulle a se reeleger tendo maioria no Parlamento. A vitória de Macron confirma seu lugar como a principal voz da União Europeia depois que Angela Merkel deixou o cargo de chanceler alemã, em dezembro.

Em seu segundo mandato, o presidente francês terá um papel decisivo na formulação da política externa num momento crítico para a União Europeia. A Ucrânia sem dúvida vai dominar a agenda por algum tempo, mas a maneira como a UE vai reajustar seus laços com Pequim e se mover na relação EUA-China, cada vez mais tensa e complexa, continua sendo uma questão crucial.

A reeleição de Macron é positiva para as perspectivas das relações China-UE. Como muitos políticos europeus, ele endureceu suas posições sobre a China nos últimos tempos. No fundo, porém, parece compartilhar a postura pragmática e favorável aos negócios de Merkel e quer que a UE trabalhe mais de perto com a China em interesses comuns, mesmo que os dois lados concorram em outras áreas.

O resultado é preferível a uma vitória de Le Pen, que teria lançado dúvidas sobre o papel da França na Europa e sobre todo o projeto da UE num momento em que o bloco precisa de um líder forte.

Macron, no entanto, terá muito trabalho pela frente quando se trata de melhorar as relações com Pequim. Os laços bilaterais estão num ponto baixo,

[6]Publicado originalmente em 28 de abril de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

como se viu na recente cúpula UE-China, que não produziu uma declaração conjunta nem qualquer acordo específico.

Ao mesmo tempo, as visões europeias sobre segurança e política externa passam por uma mudança radical. Durante 16 anos, Merkel foi a principal defensora, na Europa, de laços mais fortes com a China.

Depois de sua saída e da guerra na Ucrânia, o cenário político europeu mudou drasticamente. Muitas das posições de Merkel em política externa foram repudiadas, e o governo de coalizão de seu sucessor, Olaf Scholz, parece decidido a adotar uma linha mais dura em relação à China.

Em toda a Europa, cresce a tendência de ver o mundo em campos opostos, contrapondo democracias e autocracias. A visão amplamente difundida de que Pequim não fez o suficiente para se opor à invasão da Ucrânia pela Rússia azedou ainda mais as percepções sobre a China, que já vinham piorando. Em 2020, as opiniões desfavoráveis à China na França haviam subido para 70%, ante 42% em 2002.

Desde que chegou ao poder, Macron tem falado abertamente de sua ambição de que a UE — que há muito tempo tem, na esfera internacional, um peso aquém de sua dimensão — se torne um ator geopolítico mais independente e influente. A Ucrânia é um teste sério para seu esforço em favor da "autonomia estratégica" da UE, pois voltou as atenções para a segurança interna e revigorou a aliança transatlântica.

Nesta era de incerteza geopolítica, a necessidade de a UE se afirmar como força independente a favor da paz e da cooperação internacional é maior do que nunca.

Em discurso ao Parlamento Europeu em 19 de janeiro, Macron falou repetidas vezes da necessidade de a UE ser uma "potência de equilíbrio". Ele advertiu a UE contra a pressa de se juntar aos Estados Unidos numa frente comum contra a China, pois isso poderia levar a um conflito do "mais alto grau possível".

Macron sabe bem o que pode acontecer se as relações entre as grandes potências não forem bem administradas e se o antagonismo crescer sem freios. Em seu segundo mandato, ele deveria tomar medidas concretas para que a UE cumpra seu papel de equilíbrio no mundo. Poderia, por exemplo, incentivar a

criação de um mecanismo trilateral China-UE-EUA no qual a UE desempenhe um papel de mediação.

Macron também deveria enfrentar as vozes linha-dura na Europa e continuar a promover uma política multifacetada da UE em relação à China, que permita a cooperação em interesses comuns apesar das disputas ou da competição em outras áreas.

A mudança climática é uma área promissora. Os dois lados estão comprometidos em enfrentá-la por meio de esforços multilaterais. No plano prático, também há muito a ganhar combinando a experiência e as abordagens holísticas da UE em proteção ambiental com os pontos fortes da China como fornecedora de soluções de baixo carbono.

Reformar o multilateralismo é outro interesse comum. Na esteira da pandemia de covid-19 e da guerra na Ucrânia, precisamos urgentemente atualizar e fortalecer nossas instituições globais. A China e a UE poderiam, por exemplo, intensificar os esforços para construir um consenso sobre a reforma da Organização Mundial do Comércio e elaborar um plano viável para revitalizá-la.

Por fim, mas não menos importante, Macron deveria trabalhar para aprofundar a cooperação econômica com a China, sobretudo em áreas como a infraestrutura. Apesar da paralisação do Acordo Abrangente de Investimentos China-UE, os laços econômicos bilaterais não param de se fortalecer. No ano passado, o comércio da China com a UE cresceu 27,5% em relação ao ano anterior e atingiu níveis recordes, e a China continua sendo a maior parceira comercial da UE.

Apesar de algumas reservas na Europa, há grandes sinergias potenciais entre a Iniciativa Cinturão e Rota e a nova estratégia de conectividade da UE, o Global Gateway.

A França foi o primeiro país a estabelecer com a China um mecanismo intergovernamental de cooperação em mercados terceiros, pelo qual empresas chinesas e francesas desenvolvem em conjunto projetos em países terceiros que participam da Iniciativa Cinturão e Rota. No último encontro de Macron com o presidente chinês Xi Jinping, em fevereiro, os dois países anunciaram sete novos grandes projetos conjuntos na quarta rodada desse programa, num valor total de mais de US$ 1,7 bilhão.

O segundo mandato de Macron começa num momento em que a segurança vem prevalecendo cada vez mais sobre a economia como lógica motriz da cooperação internacional. Mas, como mostra a história da UE, a cooperação econômica costuma ser a melhor base tanto para o crescimento quanto para a segurança.

Nos próximos cinco anos, Macron deveria usar seu mandato para ajudar a traçar para a UE um rumo independente e pragmático, que realize seu potencial de ser uma força estabilizadora a favor da paz e da prosperidade nestes tempos de incerteza.

5
ALÉM DO ESTADO

Formas inovadoras de intercâmbio

Agravada por mais de três anos de restrições de viagem e de limitações normativas decorrentes da pandemia de covid-19, que perturbaram gravemente o intercâmbio tanto no plano oficial quanto no interpessoal, a reputação da China, já prejudicada por preconceitos e equívocos, tem tido mais dificuldade de se recuperar do que a economia do país, cuja retomada superou a da maior parte do resto do mundo.

Do intercâmbio acadêmico de alto nível aos esforços da China para dialogar melhor com o público global e se apresentar sob uma luz positiva, o progresso tem sido lento e difícil, repleto de desafios que não se superam facilmente.

A China é fundamental para o intercâmbio global

Está fora de dúvida que a China voltou à sua posição histórica de grande ator global. Econômica, política e culturalmente, a China faz hoje parte da vida cotidiana, e não há volta. O mesmo vale para o campo do intercâmbio. A China é, e deve continuar sendo, um grande motor do intercâmbio entre os países. O primeiro artigo deste capítulo, intitulado "A China continua entre as principais fontes de estudantes estrangeiros", explora o impacto da China sobre o ensino superior global e examina as tendências entre os estudantes chineses que optam por cursar a graduação ou a pós-graduação no exterior. Com base num relatório do Centro para a China e a Globalização, mostra que os estudantes chineses continuam formando o maior contingente de estudantes estrangeiros nos Estados Unidos, na Austrália e no Reino Unido. O estudo constata, porém, que, embora

a maioria ainda procure programas voltados às áreas STEM, os estudantes chineses estão diversificando suas opções, tanto em países de destino quanto em áreas de estudo. Esse fluxo contínuo e duradouro de estudantes também resultou em graduados altamente qualificados que, cada vez mais, decidem voltar à China para desenvolver suas carreiras.

Infelizmente, o número de estudantes chineses que vão ao exterior fazer estudos avançados supera de longe o número de estudantes que vêm estudar na China, sobretudo quando se trata dos Estados Unidos. O artigo seguinte, "Cinco maneiras de a China trazer de volta os estudantes americanos às suas universidades", analisa a queda drástica do número de estudantes americanos que escolhem estudar na China depois da covid e traz recomendações sobre como a China pode se tornar mais atraente para os estudantes americanos que pensam em estudar no país.

Restabelecer a comunicação por meio do intercâmbio acadêmico

Depois de já termos discutido em detalhe as tensões que continuam a afligir as relações EUA-China, bem como os possíveis caminhos de expansão das relações da China com a União Europeia, o terceiro artigo deste capítulo explora como os intercâmbios de base, incluindo os acadêmicos, podem contribuir para melhorar as relações bilaterais. Num ambiente global complexo e instável, os intercâmbios e as interações nesse nível podem melhorar substancialmente a reputação global da China e resultar num mundo mais estável.

O artigo seguinte deste capítulo, "A cooperação em pesquisa rende dividendos muito além da academia", examina o impacto da colaboração acadêmica em questões sobre as quais os Estados muitas vezes têm dificuldade de chegar a um consenso. Surpreendentemente, apesar das interações frias e por vezes tensas entre os Estados Unidos e a China em temas como a mudança climática, o comércio e outras questões comuns, os pesquisadores dos dois países publicaram juntos mais artigos em periódicos acadêmicos do que os de qualquer outro par de países, enquanto os estudantes chineses continuam fazendo dos Estados Unidos seu principal destino para estudos avançados.

Mudar de perspectiva para promover uma compreensão mais profunda
O quarto e último artigo do capítulo, "Como a China pode aprender com a 'Arte retórica' de Aristóteles a contar melhor sua história", trata de como a China pode usar técnicas e argumentos da tradição filosófica ocidental para alcançar melhor o público ocidental. As recomendações giram em torno de adotar um tom calmo, realista e genuíno, apoiado na lógica, na empatia e na credibilidade, concentrando-se não tanto em números impressionantes, mas em tocar as pessoas num nível mais profundo, que torne a China acessível e palpável para o público.

Ir além dos canais oficiais permite aproveitar o soft power e os contextos culturais que influenciam as sociedades, as quais, por sua vez, orientam indiretamente as políticas de países e governos. É do interesse de todos que os intercâmbios entre os povos — sejam eles acadêmicos, culturais ou fruto de um turismo mais intenso entre os países — fomentem perspectivas construtivas e mudem as coisas para melhor.

A China continua entre as principais fontes de estudantes estrangeiros[1]

Apesar dos desafios da pandemia de covid-19, a China continua sendo a maior fonte de estudantes estrangeiros das grandes universidades do mundo e, ao mesmo tempo, diversifica tanto os destinos quanto as áreas de estudo.

Na grande narrativa da globalização, a política econômica de reforma e abertura da China, ao longo de mais de quatro décadas, tem sido um tema central. Ela intensificou o fluxo de pessoas através das fronteiras e, além de impulsionar drasticamente o comércio e o investimento, sintetiza a própria essência da interconectividade global.

Num período em que os intercâmbios culturais e intelectuais entre os países atingiram um nível e uma escala sem precedentes, a China tornou-se a maior fonte de estudantes internacionais do mundo. Há mais de uma década, a China responde pelo maior número de estudantes nos principais destinos educacionais

[1]Publicado originalmente em 16 de março de 2024 pelo *China Daily* e revisto para esta coletânea.

do mundo, o que reflete a importância da educação e da excelência acadêmica na cultura chinesa e a preparação do povo chinês para um futuro globalizado.

A MAIOR FONTE DE ESTUDANTES INTERNACIONAIS

Segundo o mais recente relatório do Centro para a China e a Globalização, mais de 1,02 milhão de estudantes chineses frequentavam instituições de ensino superior no exterior em 2021, o que evidencia a posição da China como a maior fonte de estudantes internacionais do mundo.

Ao longo do ano letivo de 2022–23, a China continuou sendo a principal fonte de estudantes internacionais, e os estudantes chineses marcaram presença expressiva nos principais destinos desse público. Nos Estados Unidos, por exemplo, a China foi a maior fonte de estudantes estrangeiros naquele ano letivo, com cerca de 289 mil estudantes. O país mantém essa primeira posição há 15 anos, seguido de perto pela Índia.

No Canadá, a Índia tinha o maior número de estudantes internacionais, seguida pela China, com cerca de 100 mil estudantes no país norte-americano no ano letivo de 2021–22. A Austrália repete o padrão dos Estados Unidos: a China é a principal fonte de estudantes internacionais, com cerca de 162.826 estudantes em 2022–23.

O Reino Unido registrou um aumento constante do número de estudantes chineses durante a pandemia de covid-19, que chegou a 158.335 no ano letivo de 2022–23, embora a taxa de crescimento dos estudantes indianos tenha sido maior que a dos chineses.

A Alemanha e a França receberam contingentes relativamente pequenos, mas significativos, de estudantes chineses (cerca de 40 mil na Alemanha e 29 mil na França). O Japão também tem um número considerável de estudantes chineses — cerca de 103 mil.

DESTINOS DIVERSIFICADOS PARA OS ESTUDANTES CHINESES

O relatório do Centro para a China e a Globalização também destaca uma ampliação dinâmica dos destinos dos estudantes chineses. À medida que as informações sobre estudos superiores no exterior se tornam cada vez mais transparentes, os estudantes passam a poder escolher também destinos educacionais

menos conhecidos. Essa mudança levou a uma diversificação dos destinos para além dos tradicionais países ocidentais.

Historicamente, os estudantes chineses preferiram países desenvolvidos como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá e Japão para estudar no exterior. No entanto, um número crescente de países e regiões também vem se tornando atraente para eles. A Alemanha e a Nova Zelândia, conhecidas pela excelência de suas instituições de ensino e pelo custo de vida vantajoso, são dois exemplos.

Além disso, destinos educacionais emergentes no Sudeste Asiático (Cingapura, Malásia e Tailândia) e na Europa (Rússia, Belarus, Itália, Ucrânia, Irlanda, Espanha, Suécia e Suíça) entraram na lista dos 20 principais destinos de estudos no exterior para os estudantes chineses. Eles recebem milhares — em alguns casos, dezenas de milhares — de estudantes chineses.

Outros países, como Turquia, Finlândia, Dinamarca e Polônia, recebem cada um mais de mil estudantes chineses, enquanto países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita e o Irã, e nações sul-americanas, como a Argentina e o Brasil, também acolhem centenas deles.

A PREFERÊNCIA DOS ESTUDANTES PELOS CURSOS STEM

Os estudantes chineses continuam a preferir os cursos STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), enquanto seu interesse por disciplinas como negócios e gestão diminuiu. O relatório Open Doors de 2023 mostra uma mudança nas preferências de curso dos estudantes chineses nos Estados Unidos, com um aumento de 62,5% nos cursos STEM em 2022–23 — muito acima da média do conjunto dos estudantes internacionais. Por outro lado, a parcela de estudantes chineses matriculados em cursos de administração de empresas nos Estados Unidos caiu de 24,3% para 13,4% desde o ano letivo de 2015–16. A tendência na Austrália e na Alemanha é semelhante.

Ao mesmo tempo, os motivos que levam os estudantes chineses a estudar no exterior estão se diversificando: eles buscam, por exemplo, maior vivência internacional, querem ampliar seus horizontes e participar de intercâmbios interculturais. Essa evolução se reflete não só na escolha cada vez mais ampla

de destinos, mas também na migração para áreas de estudo mais diversas e para experiências educacionais mais personalizadas.

A França, por exemplo, tornou-se um destino preferido dos estudantes chineses interessados em humanidades, artes e línguas: 40% dos estudantes chineses no país estão matriculados nesses cursos. Essa tendência ressalta a demanda crescente por um desenvolvimento personalizado, ligado a novos setores e a novas trajetórias profissionais.

AUMENTO EXPRESSIVO DOS RETORNADOS DO EXTERIOR

Um número crescente de estudantes chineses volta para casa depois de concluir os estudos no exterior: em 2020, os que retornaram superaram os que partiram para estudar fora, e em 2021 ultrapassaram a marca de um milhão. Desde o início da reforma e abertura, mais de seis milhões de chineses formados no exterior voltaram ao país e tiveram papel crucial na modernização da China. Trata-se de um padrão de mobilidade circular, influenciado pela atividade empresarial global e pelo maior engajamento internacional.

De fato, os retornados do exterior predominam em vários campos. Em 2023, por exemplo, 57,9% dos novos acadêmicos nomeados na Academia Chinesa de Ciências, na Academia Chinesa de Engenharia e em outras instituições e organizações tinham voltado do exterior. Mais especificamente, 81,4% dos novos membros da Academia Chinesa de Ciências e 39,2% dos novos membros da Academia Chinesa de Engenharia tinham formação no exterior.

Segundo o Ministério de Recursos Humanos e Seguridade Social, até 2023 pessoas com diplomas obtidos no exterior chefiavam mais de 70% dos principais projetos nacionais, respondiam por cerca de 40% dos vencedores dos prêmios nacionais de ciência e tecnologia e ocupavam a reitoria de mais de 70% das universidades subordinadas ao Ministério da Educação, bem como a direção da maioria dos hospitais de primeira linha.

Os retornados deram contribuições significativas para a capacidade de inovação da China, para o empreendedorismo e para os setores emergentes, sobretudo na alta tecnologia e na nova economia. A partir de 1992, começaram a fundar empresas de ponta como Baidu, Ctrip e Meituan, o que marcou uma virada

decisiva rumo a uma economia orientada para o mercado e a uma maior sustentabilidade.

Em julho de 2023, um número crescente de retornados desempenhava papéis importantes na governança da China, e uma parcela substancial dos altos funcionários do governo tinha voltado do exterior.

Essa combinação de vigor empreendedor e participação na governança ressalta o papel vital que os retornados têm desempenhado na formulação e na implementação das políticas internas da China.

O governo, por sua vez, adotou políticas favoráveis para ajudar os retornados, especialmente os empreendedores iniciantes. Em 2017, por exemplo, o Conselho de Estado lançou o "Programa de Apoio a Profissionais Formados no Exterior que Retornam à China para Inovar e Empreender", que incluía subprogramas de promoção da inovação.

A EXPANSÃO GLOBAL DAS EMPRESAS CHINESAS

Os retornados também vêm tendo papel fundamental na ampliação do alcance global das empresas chinesas e na adaptação das multinacionais ao contexto chinês. Ajudaram empresas chinesas a abrir capital em bolsas estrangeiras, a fechar operações de fusão e aquisição e a instalar unidades de produção no exterior. Participaram, aliás, da abertura de capital de cerca de 80% das empresas chinesas listadas na Nasdaq.

Também facilitaram a integração tranquila das multinacionais ao mercado chinês, impulsionando a globalização econômica da China.

Além disso, os retornados contribuíram para a diplomacia entre os povos e para os intercâmbios culturais, melhorando a imagem da China no exterior e suas relações diplomáticas, como enfatizou o principal dirigente do país no 110º aniversário da Associação dos Estudantes Retornados do Ocidente.

A China continua empenhada em promover a globalização econômica, com projetos como a Iniciativa Cinturão e Rota, que demonstram seu engajamento global em diferentes campos, inclusive a educação e a diplomacia.

Esse compromisso, reforçado pelo desejo, manifestado pelo presidente Xi em seu encontro com o presidente americano Joe Biden na reunião da APEC em São Francisco, em novembro passado, de receber 50 mil estudantes americanos

na China, reflete uma política mais ampla de abertura e de intercâmbios entre os povos, vital para desenvolver a compreensão mútua e facilitar a cooperação. Os esforços contínuos da China para fomentar os intercâmbios culturais internacionais atestam seu espírito de reforma e abertura.

Esses e outros desdobramentos dinâmicos evidenciam o ímpeto da contínua integração da economia chinesa à economia global.

Cinco maneiras de a China trazer de volta os estudantes americanos às suas universidades[2]

A queda do número de estudantes americanos na China é alarmante e pode afetar os laços China-EUA. A China deve buscar maneiras de atrair estudantes americanos e outros talentos globais.

Em meio à turbulência das relações China-EUA, uma força estabilizadora tem resistido ao teste do tempo: os intercâmbios entre as pessoas, em particular os educacionais. Os estudantes internacionais são um alicerce desses laços, e suas experiências promovem o entendimento e constroem pontes vitais entre as duas nações. Como principal destino mundial de estudantes internacionais, os Estados Unidos há muito atraem estudantes chineses em busca de uma educação de primeira linha e de experiências interculturais.

Um relatório recente do Centro para a China e a Globalização (CCG) sobre a mobilidade internacional de talentos destaca o papel central dos Estados Unidos na configuração dos fluxos globais de talentos. Apesar das tensões geopolíticas, o entusiasmo dos chineses por uma formação americana continua intacto. Em 2023, o número de estudantes chineses nos Estados Unidos voltou a 77,7% do nível pré-pandemia, de 2019. Segundo pesquisa do CCG, a China continuou sendo a maior fonte de estudantes internacionais nos Estados Unidos, o que demonstra o apelo inabalável das universidades americanas.

Mas os intercâmbios educacionais não devem ser uma via de mão única. À medida que a China avança em sua trajetória de desenvolvimento, é imperativo atrair mais estudantes internacionais, sobretudo dos Estados Unidos. Embora a China tenha feito progressos nesse sentido, ainda há espaço para melhorar.

[2]Publicado originalmente em 20 de junho de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Numa tendência preocupante, o número de americanos que estudam na China despencou nos últimos anos. O embaixador dos Estados Unidos na China, Nicholas Burns, revelou numa palestra na Brookings Institution, em dezembro passado, que esse número havia caído para apenas 700, uma queda acentuada em relação aos 15 mil registrados seis ou sete anos antes. "No ano passado [2022], chegamos a ter só 350 estudantes americanos em toda a China", observou.

Este ano, esperamos ver um aumento do número de estudantes americanos vindo para a China, inclusive nos campi de parcerias EUA-China, como a Universidade Duke Kunshan, a NYU Shanghai, a Universidade Wenzhou-Kean, a Tianjin Juilliard School e o Centro Hopkins-Nanjing.

Mas ainda há um forte desequilíbrio nos intercâmbios educacionais, o que ressalta a necessidade de a China aumentar seu atrativo como destino de estudos. Isso não só enriqueceria seu panorama de ensino superior, como também contribuiria para intercâmbios mais equilibrados e sólidos entre os povos dos dois países.

Para isso, a China pode se inspirar nas recomendações do relatório do CCG e tomar as seguintes medidas para criar um ambiente mais acolhedor para os estudantes internacionais.

Primeiro, simplificar as políticas de vistos e os processos de solicitação facilitaria a vinda de estudantes americanos para estudar na China. A criação de categorias de visto mais flexíveis, como vistos de estágio para estudantes das áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) e vistos de talento para graduados de destaque, incentivaria mais americanos a considerar a China como destino de estudos.

Segundo, a China deve se esforçar para criar um ambiente mais inclusivo para os estudantes internacionais, incentivando uma atitude aberta e inclusiva da população em relação a eles. Isso aprofundaria a compreensão das pessoas sobre o papel desses estudantes no fomento ao intercâmbio cultural, criando um ambiente social mais acolhedor.

Terceiro, internacionalizar os currículos e ampliar os programas ministrados em inglês atenderia às necessidades e preferências dos estudantes internacionais. As universidades chinesas devem ser incentivadas a desenvolver cursos interdis-

ciplinares e de orientação global, mais alinhados aos interesses dos estudantes americanos.

Quarto, é crucial melhorar as condições de vida dos estudantes internacionais. É preciso enfrentar desafios práticos, como facilitar os pagamentos por celular para estrangeiros e oferecer acesso conveniente à internet. Escolas e comunidades podem aproveitar as vantagens de seus recursos próprios para oferecer formação linguística e programas de adaptação cultural aos estudantes internacionais. Criar uma atmosfera mais internacionalizada nos campi e oferecer serviços de apoio sob medida ajudaria os estudantes internacionais a se sentir mais em casa na China.

Quinto, promover programas de intercâmbio cultural e parcerias entre universidades chinesas e americanas favoreceria um entendimento e uma colaboração mais profundos. Estimular projetos de pesquisa conjuntos, intercâmbios de professores e programas de mobilidade estudantil criaria mais oportunidades de interação significativa entre estudantes chineses e americanos.

Ao implementar essas medidas, a China também pode tirar lições da forma como os Estados Unidos atraem estudantes internacionais. O relatório do CCG destaca a estratégia americana de oferecer bolsas de estudo, simplificar os trâmites de visto e proporcionar oportunidades de emprego aos graduados internacionais. Adotando práticas semelhantes e adaptando-as ao contexto chinês, a China pode aumentar sua competitividade na disputa global por talentos.

Os esforços recentes da China para impulsionar o turismo internacional oferecem uma base sólida para atrair mais estudantes estrangeiros. No primeiro trimestre deste ano, o turismo receptivo na China mostrou forte recuperação, com mais de quatro vezes o número de visitantes estrangeiros do mesmo período do ano passado, segundo a Administração Nacional de Imigração.

A flexibilização das restrições de viagem e a melhoria da infraestrutura turística tornaram a China um destino mais acessível e atraente. Com base nessas conquistas, a China pode desenvolver ainda mais seu setor de turismo educacional, mostrando a potenciais estudantes internacionais seu rico patrimônio cultural e seus avanços modernos.

Como enfatiza o relatório do CCG, os intercâmbios entre os povos são essenciais não só para promover o entendimento e a amizade entre as nações,

mas também para impulsionar o crescimento econômico e a inovação. Ao atrair mais estudantes americanos para estudar na China, o país pode recorrer a um conjunto diversificado de talentos, fomentar a colaboração intercultural e contribuir para o desenvolvimento de um mundo mais interconectado e cooperativo.

Num tempo de desafios geopolíticos, os intercâmbios educacionais são um lembrete poderoso das aspirações compartilhadas e da humanidade comum que nos unem. Investindo nos intercâmbios e criando um ambiente mais acolhedor para os estudantes internacionais, a China pode fortalecer os alicerces de sua relação com os Estados Unidos e abrir caminho para um futuro mais promissor de compreensão mútua e cooperação.

A cooperação em pesquisa rende dividendos muito além da academia[3]

Apesar do aumento dos atritos e das oscilações no intercâmbio educacional entre países, a persistência silenciosa da cooperação em pesquisa e da colaboração acadêmica no plano individual continua forte, gerando compreensão cultural mútua e boa vontade.

Os fluxos globais de estudantes, acadêmicos e ideias dispararam nas últimas duas décadas e se revelaram um dos aspectos mais resilientes da globalização. Em 2019, o número de estudantes de ensino superior matriculados num país estrangeiro chegou a seis milhões, o triplo do registrado em 2000, enquanto quase um quarto de todas as publicações científicas tinha coautores de países diferentes, ante 18,6% em 2011. Esse intercâmbio gerou um valor incalculável em conexões interpessoais, em benefícios econômicos e em pesquisas colaborativas, como o Projeto Genoma Humano e as vacinas contra a covid-19.

Em nenhum outro caso o crescimento do intercâmbio acadêmico global foi mais visível do que no intercâmbio entre os Estados Unidos e a China. Na década iniciada com o ano letivo de 2009–10, o número de estudantes chineses nos campi americanos quase triplicou, chegando a 372.532. China e Estados Unidos são, de longe, os maiores parceiros em pesquisa bilateral, com mais de

[3]Publicado originalmente em 14 de outubro de 2022 pela *The Economist* e revisto para esta coletânea.

300 mil publicações em coautoria entre 2017 e 2021. Segundo o Nature Index, que acompanha esse tipo de colaboração, entre 2015 e 2020 o número de artigos em coautoria China-EUA nos periódicos de primeira linha cresceu mais do que o de qualquer outro par de países.

Há sinais, porém, de que essa maré de cooperação pode estar refluindo, tanto por causa da pandemia quanto da política. No primeiro semestre de 2022, o número de candidatos chineses que obtiveram visto de estudante dos Estados Unidos caiu para 31.055 — menos da metade dos níveis anteriores à covid. Enquanto isso, o número de estudantes americanos na China caiu de talvez milhares para talvez centenas.

Essa desaceleração começa a aparecer nas bases de dados de pesquisa. Uma análise feita para a *Nature* constatou que, em 2021, as publicações conjuntas China-EUA caíram pela primeira vez, enquanto o número de pesquisadores com dupla afiliação na China e nos Estados Unidos havia diminuído mais de 20% nos três anos anteriores.

A covid-19 e as restrições de mobilidade que a acompanharam fazem parte dessa dinâmica, pois reduziram o fluxo de pesquisadores nos dois sentidos. Mas sinais de redução do intercâmbio já eram visíveis antes da pandemia. E quedas semelhantes não se verificaram entre a China e outros grandes parceiros. Na Grã-Bretanha, por exemplo, as candidaturas chinesas ao ensino superior aumentaram 59% entre 2019 e 2022, e os artigos em coautoria continuam a crescer. Ao mesmo tempo, em pesquisa realizada no Centro para a China e a Globalização, constatamos que cada vez mais estudantes chineses vão para países asiáticos, onde se considera que estarão mais seguros e menos sujeitos à discriminação.

As tensões geopolíticas e comerciais que remontam ao governo Trump também contribuíram para o esfriamento. A Iniciativa China, por exemplo, um programa de segurança nacional da era Trump voltado para acadêmicos e projetos com alguma ligação com a China, foi alvo de acusações de perseguição racial e de má conduta por parte do FBI antes de ser encerrada, em fevereiro.

Num momento de atritos crescentes e de desafios globais, a retomada e o fortalecimento da cooperação acadêmica China-EUA importam mais do que nunca e trazem inúmeros benefícios. Primeiro, o intercâmbio bilateral em educação e ciência traz enormes benefícios para as duas economias. Em 2019–20,

os estudantes chineses contribuíram com cerca de US$ 15,9 bilhões para a economia americana. Representavam 35% do corpo discente internacional e muitas vezes pagam a anuidade integral, da qual dependem muitas instituições em dificuldades financeiras. Muitos acadêmicos chineses que permanecem nos Estados Unidos contribuem em setores-chave como tecnologia e finanças, enquanto os que voltam à China são uma força crucial para estimular o empreendedorismo e a inovação.

Segundo, a colaboração em pesquisa entre China e Estados Unidos continua crucial para enfrentar a mudança climática, as crises de saúde pública e outros desafios que nenhum país consegue resolver sozinho. Nos últimos cinco anos, China e Estados Unidos responderam, cada um, por cerca de um quinto dos artigos publicados em periódicos científicos no mundo. Juntos, têm 3,3 milhões de profissionais de pesquisa, cerca de 37% do total mundial. Há, no entanto, o risco de que as tensões atuais afetem a cooperação científica por décadas, já que os laços de colaboração perduram muito depois de os estudantes voltarem para casa.

Por fim, o intercâmbio acadêmico é vital para estabilizar e fortalecer aquela que provavelmente será a relação bilateral de maiores consequências do século XXI. Nada substitui a experiência direta de outro país. As interações com colegas locais catalisam laços interpessoais e comerciais mais profundos, confiança e um senso de conexão capaz de resistir aos atritos bilaterais. As relações culturais construídas por meio do intercâmbio acadêmico podem oferecer uma via de diálogo quando outros canais estiverem difíceis.

Mais importante ainda, o intercâmbio acadêmico é fundamental para que a próxima geração de formuladores de políticas, cientistas e empreendedores chineses e americanos se entenda e trabalhe em conjunto. Uma pesquisa realizada este ano mostra que os chineses que estudaram ou viajaram nos Estados Unidos têm atitudes mais positivas em relação ao país. Também é importante que mais estudantes americanos atravessem o Pacífico para estudar, aprender chinês e formar, para o futuro, um fluxo contínuo de pessoas versadas em China.

Há esperança de que, com o recuo da pandemia, a China abra suas fronteiras e os Estados Unidos deixem para trás as políticas mal concebidas do governo Trump, de modo que o intercâmbio acadêmico possa começar a se recuperar

e realizar seu vasto potencial. A China está suspendendo as barreiras aos estudantes estrangeiros, e novas medidas são esperadas depois do 20º Congresso do Partido Comunista, neste fim de semana.

As colaborações que continuaram são uma prova promissora de que os laços profissionais de longa data se mantiveram fortes. Longe das manchetes, cientistas continuam cooperando discretamente em pesquisas pioneiras em áreas que vão da astronomia e da ciência do clima à oncologia, em que pesquisadores de Nova York e de Guangzhou conduzem ensaios clínicos conjuntos inéditos no mundo. Devemos esperar que esses intercâmbios sirvam de modelo para o futuro. Num mundo em que a pesquisa colaborativa é a chave para superar nossos maiores desafios, não podemos nos dar ao luxo de ver as duas superpotências científicas divididas.

Como a China pode aprender com a "Arte retórica" de Aristóteles a contar melhor sua história[4]

A reputação da China enfrenta preconceitos e equívocos no mundo inteiro, apesar de suas conquistas impressionantes e de suas contribuições para o desenvolvimento global. Usando os conceitos aristotélicos clássicos de logos, pathos e ethos, talvez a China consiga alcançar melhor o público ocidental e até o global.

Percorremos um longo caminho desde que o escritor Lu Xun lamentou a situação de uma "China sem voz" diante de uma plateia na ACM de Hong Kong, há quase um século. Hoje, a China construiu a maior rede diplomática do mundo e uma organização de mídia de alcance global, e desempenha papel de destaque nas organizações multilaterais.

O país é uma das grandes histórias de sucesso do desenvolvimento no mundo, e sua gestão da pandemia foi notável por qualquer critério.

Ainda assim, as visões negativas sobre o país persistem no exterior e aumentaram nas economias avançadas desde a eclosão da covid-19, segundo a mais recente pesquisa do Pew Research Center.

O que explica esse descompasso entre as conquistas da China e sua imagem internacional? A geopolítica, as diferenças culturais e a hegemonia midiática

[4]Publicado originalmente em 19 de fevereiro de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

global do Ocidente certamente são parte da resposta. A imagem da China é muitas vezes marcada por mal-entendidos, estereótipos ou reportagens tendenciosas.

Mesmo assim, aqueles que "falam pela China" poderiam fazer mais para cultivar uma imagem nacional crível, admirável e respeitável. Ter voz não basta. É preciso também usá-la para contar histórias que o público global considere persuasivas.

Como guia nessa empreitada, Aristóteles não seria má escolha. O filósofo grego estabeleceu princípios que moldaram a retórica ocidental desde a Antiguidade. Sua *Arte retórica* é uma das obras mais importantes já escritas sobre a persuasão.

No cerne da teoria de Aristóteles está uma tríade de elementos e a maneira como eles atuam juntos: logos, pathos e ethos.

Primeiro vem o logos — o apelo à razão. Diante de alegações falsas ou de distorções, quem fala pela China deve manter a calma e construir contra-argumentos racionais. Na atmosfera carregada de hoje, é fácil demais reagir impulsivamente a ataques despropositados e tentar combater fogo com fogo. Mas essas respostas não vão conquistar plateias céticas, a menos que se baseiem em lógica sólida e em evidências empíricas.

A história da China está repleta de números impressionantes: 800 milhões de pessoas tiradas da pobreza extrema; um mercado imenso que deve importar mais de US$ 22 trilhões em bens na próxima década; a promessa de 2 bilhões de doses de vacina para outros países; e o compromisso de plantar 36 mil quilômetros quadrados (14 mil milhas quadradas) de novas florestas por ano.

Esses fatos e números comprovam a contribuição da China para o crescimento global e para os bens públicos. Eles apelam ao interesse de nações e pessoas do mundo inteiro e são ferramentas poderosas a serem empregadas em nome do logos.

Quando se trata de persuasão, porém, Aristóteles nos lembra que a lógica sozinha não basta. Para conquistar uma plateia, o pathos — o apelo emocional — também é importante.

Uma forma de gerar ressonância emocional é enquadrar as questões em termos de temas e valores compartilhados pelo público global. Outra é dar vida às narrativas com personagens com os quais as pessoas possam se identificar.

A importância dos personagens na arte de contar histórias é universal e uma convicção amplamente difundida nas relações públicas e no marketing modernos. Pesquisas recentes chegaram a constatar que narrativas centradas em personagens provocam a síntese de ocitocina, uma substância neuroquímica que motiva as pessoas a cooperar.

Contar histórias impregnadas de pathos humano é especialmente importante numa era fragmentada, em que tudo o que é local volta a ganhar força. Histórias sobre processos abstratos como a "globalização" ou a "ascensão da China" são complexas e difíceis de compreender. Podem até causar ansiedade — sobretudo quando moldadas por interesses mal-intencionados.

As macronarrativas deveriam ganhar corpo numa escala mais humana para ter mais ressonância. Poderia haver, por exemplo, retratos vívidos de como a redução da pobreza muda a vida de cada agricultor e de cada família, ou de como a Iniciativa Cinturão e Rota beneficia comunidades de base em outros países.

Isso nos leva ao poder persuasivo do ethos, que repousa na credibilidade, na autoridade e no caráter moral de quem fala. Sem ethos, os apelos à lógica e à emoção podem nem sequer inspirar confiança.

Para estabelecer o ethos, quem fala pela China precisa estar disposto a dialogar e a criar afinidade com pessoas que talvez tenham visões de mundo ou ideias preconcebidas diferentes. Isso significa aceitar convites para falar à mídia estrangeira e ao público, em vez de recusá-los porque a mídia e o público podem se mostrar críticos.

O ethos exige disposição para ouvir e conversar de boa-fé, além do reconhecimento de que confiança e humildade não se excluem e de que ser tolerante não é o mesmo que não ter uma posição firme.

A necessidade de engajamento e de promover o diálogo construtivo é um tema central de *Engage the World on China*, livro recente do Centro para a China e a Globalização. A obra relata os esforços do think tank para se conectar com o público global em palcos como Davos, a Conferência de Segurança de Munique e o Fórum da Paz de Paris.

Uma forma eficaz de aumentar ao mesmo tempo a credibilidade e o apelo emocional é dar a uma diversidade de vozes condições de contar histórias sobre a China, formando um discurso não governamental eclético que abranja a política, os negócios, a cultura e a vida cotidiana.

As redes sociais permitem que qualquer pessoa conte sua história — jovem ou velha, homem ou mulher, do campo ou da cidade, de qualquer origem social. Dar voz a essas histórias ajudará a transmitir a diversidade e a complexidade da China, ao contrário das narrativas simplistas que reduzem a vida de 1,4 bilhão de pessoas a clichês estreitos ou a questões políticas.

Os acadêmicos podem apoiar esse modelo polifônico de narrativa recorrendo a seu conhecimento especializado e a suas pesquisas para enquadrar e discutir o desenvolvimento, os desafios e as soluções da China na linguagem das ciências sociais e de outras disciplinas.

As vozes não governamentais podem ser mais ousadas na definição dos termos do debate sobre a China, valendo-se de canais diplomáticos informais e criando novas plataformas multilaterais de intercâmbio.

Quando se trata de falar pela China, Aristóteles nos lembra que um tom ácido não ajuda a convencer ninguém; que fatos e números são importantes, mas que a história da China não pode ser contada apenas em termos de PIB e de comércio bilateral. A China tem uma grande história para contar, e é preciso um elenco diversificado de vozes serenas, mas proativas, para contá-la.

6
A POLÍTICA CHINESA E AS RELAÇÕES REGIONAIS

À MEDIDA QUE A política chinesa continua a evoluir com as mudanças no ambiente global mais amplo e na própria situação interna da China, vemos uma China mais confiante e, em muitas situações, mais assertiva quanto ao impacto positivo que pode ter nos assuntos globais, mas sobretudo nos regionais. Como civilização milenar, nação moderna, potência econômica e membro-chave das Nações Unidas, a China se vê — e com razão — em pé de igualdade com as potências ocidentais tradicionalmente dominantes. Isso, somado ao estado cada vez mais fragmentado da governança global como um todo, faz com que a China naturalmente dê grande ênfase a seu próprio "quintal", tornando as relações regionais uma prioridade na definição de sua política global.

A China faz fronteira com catorze países e enfrenta questões complexas e muitas vezes não resolvidas de soberania, de competição econômica e de segurança; essas considerações precisam ter prioridade e, embora sejam relativamente independentes das relações com os Estados Unidos e com outras grandes potências, são sempre pesadas no contexto do ambiente global mais amplo.

No cultivo e na construção das relações com seus vizinhos regionais, as iniciativas positivas da China — como a participação na ASEAN, a construção de infraestrutura em inúmeros países e o desejo de aderir ao CPTPP — às vezes perdem o efeito por causa de questões territoriais, como as do mar do Sul da China, ou são envenenadas por preocupações de segurança de vizinhos que há muito são aliados dos Estados Unidos. Ainda assim, seja na política externa

econômica, seja nas questões de segurança, a China naturalmente olha primeiro para seus vizinhos mais próximos.

A China tem uma série de questões históricas e de relações complexas a administrar, da questão de Taiwan ao mar do Sul da China, entre outras. No entanto, à medida que se torna mais global e uma líder clara do Sul Global, suas relações com outros países e regiões em desenvolvimento também ganham cada vez mais importância. Isso se manifesta com mais nitidez nas relações da China com as nações africanas e em seu trabalho para promover o desenvolvimento e a boa vontade naquela região.

Começamos este capítulo com um artigo intitulado "Num mundo fraturado, a cooperação China-Japão-Coreia é a espinha dorsal da Ásia", que destaca o papel fundamental do Leste Asiático como força estabilizadora no mundo de hoje. Como já mencionado, a China há muito ocupa um lugar central na política e no comércio da Ásia e do mundo. Enquanto o mundo passa por uma transição e busca um novo equilíbrio, a China e seus vizinhos — que não deveriam ter de escolher entre a China e os Estados Unidos — podem ser uma força transformadora tanto para a região quanto para o mundo.

Indo mais longe, o artigo seguinte deste capítulo, intitulado "A política externa da China é mal compreendida", começa tratando das relações da China com a Rússia e explica que elas estão longe de constituir uma aliança antiocidental: a China busca simplesmente dialogar com a Rússia e trabalhar em interesses comuns pacíficos. O artigo também destaca a importância que a China atribui aos laços econômicos com o Ocidente, sobretudo no que diz respeito à autonomia estratégica da UE, que, na visão chinesa, funciona como um contrapeso verdadeiramente multipolar, que rejeita as ideias de um modelo bipolar de G2.

O terceiro artigo deste capítulo se volta para as questões regionais asiáticas e para a forma como a China interage com seus vizinhos mais próximos. Intitulado "A cooperação China-Filipinas põe as relações com a ASEAN em bases amistosas em 2023", ele trata do que tem sido uma das relações mais voláteis da Ásia, sobretudo no que se refere aos direitos marítimos, territoriais e de pesca em áreas disputadas do mar do Sul da China, e aponta os passos positivos que já foram dados e aprofundados por meio da comunicação e do intercâmbio.

O quarto artigo do capítulo lança luz sobre a relação singular, feita de história e de experiências comuns, que a China e as nações asiáticas compartilham. Os países asiáticos procuram outra opção que evite as armadilhas das tensões entre a China e os Estados Unidos. O último artigo trata da América Latina e mostra como ela e a China podem encontrar uma causa comum na defesa da abertura, da sustentabilidade, da reforma e de uma relação mutuamente benéfica. Longe de buscar uma relação exclusiva, porém, a China espera hoje trabalhar com as principais potências globais por meio do G3 e de estruturas como a Iniciativa Cinturão e Rota, entre outras, para somar recursos e garantir que o mundo seja estável e sustentável.

Num mundo fraturado, a cooperação China-Japão-Coreia é a espinha dorsal da Ásia[1]

Combinando vantagens econômicas, competência tecnológica e laços culturais, a cooperação no Leste Asiático poderia se tornar uma força transformadora e inspiradora para a região.

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, esteve recentemente em Tóquio para a 11ª Reunião Trilateral de Ministros das Relações Exteriores China-Japão-Coreia do Sul — a primeira desde novembro de 2023. Durante a visita, ele também copresidiu o Sexto Diálogo Econômico de Alto Nível China-Japão com o ministro das Relações Exteriores do Japão, Takeshi Iwaya.

Os resultados foram promissores: o diálogo econômico produziu 20 pontos de consenso, que vão do comércio ao desenvolvimento verde, além do compromisso de realizar uma cúpula trilateral até o fim do ano.

Poucos dias antes, ao falar na 20ª edição da Roundtable Japan, em Tóquio, testemunhei o ímpeto palpável em favor da cooperação no Leste Asiático. Nossas três nações estão ligadas pela geografia — vizinhas que não podem escapar umas das outras. Essa proximidade exige que priorizemos nossas relações geopolíticas, aproveitando nossas forças coletivas em benefício mútuo.

Nossa interdependência econômica é um pilar da estabilidade regional. No ano passado, o comércio China-Japão chegou a US$ 293 bilhões — o Japão é

[1] Publicado originalmente em 1º de abril de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

o segundo maior parceiro comercial da China, enquanto a China é o principal parceiro comercial do Japão e sua principal fonte de importações, além do segundo maior mercado para suas exportações, depois dos Estados Unidos. As exportações da Coreia do Sul para a China, seu maior mercado, cresceram 6,6% no ano passado. Os fluxos de investimento também prosperam: empresas japonesas reforçam a indústria chinesa, enquanto empresas chinesas exploram os setores de tecnologia da Coreia do Sul.

O comércio global, porém, enfrenta ventos contrários. A volta do presidente americano Donald Trump sinaliza um protecionismo renovado, com ameaças tarifárias e a perspectiva de um bloco norte-americano liderado pelos Estados Unidos.

Wang ressaltou que as negociações de um acordo de livre comércio China-Japão-Coreia do Sul devem ser retomadas em breve. Partindo da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), que impulsionou as exportações intrarregionais, esse acordo poderia aproveitar a indústria de precisão do Japão, a excelência da Coreia do Sul em semicondutores e o poderio logístico da China.

A China também busca aderir a marcos como o Acordo de Parceria para a Economia Digital (DEPA) — criado pela Nova Zelândia, por Cingapura e pelo Chile — e o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP). O Japão, peça-chave do CPTPP, poderia apoiar a adesão da China, promovendo a prosperidade compartilhada.

Para além do comércio, a cooperação precisa enfrentar desafios regionais. Primeiro, o envelhecimento da população representa uma crise. A China tem mais de 300 milhões de pessoas com 60 anos ou mais — quase um quarto de sua população —, o que pressiona os sistemas de saúde e de aposentadoria. O Japão, com décadas de experiência no cuidado de idosos e em robótica, e a Coreia do Sul, com suas inovações em tecnologia de saúde, oferecem modelos dignos de imitação. A pesquisa conjunta poderia transformar essa mudança demográfica numa oportunidade.

Segundo, a mudança climática exige ação coletiva. Como compartilhamos o mesmo ecossistema, enfrentamos desafios que vão da poluição do ar às ameaças marinhas. O diálogo recente inclui o consenso alcançado em 20 de setembro

entre a China e o Japão, com o compromisso de transparência na gestão da água radioativa da usina nuclear de Fukushima.

Terceiro, a resiliência das cadeias de suprimentos é vital em meio a rupturas. Os portos, as ferrovias e a mão de obra da China complementam a indústria do Japão e a competência da Coreia do Sul em semicondutores. Nossa proximidade nos coloca em posição de construir cadeias de suprimentos seguras e eficientes — imagine um selo "Made in East Asia" rivalizando com os concorrentes globais.

Os laços econômicos são apenas metade da história. Nossa herança comum — impregnada de confucionismo e budismo — favorece a compreensão mútua. Essas tradições valorizam a harmonia e o respeito, o que facilita a comunicação no plano governamental e no da sociedade.

Entre os jovens, esse vínculo floresce: fãs de K-pop na China, amantes de anime na Coreia do Sul e estudantes chineses em universidades japonesas alimentam um intercâmbio cultural dinâmico. O turismo amplia essa conexão — as medidas chinesas de facilitação de vistos, somadas às políticas acolhedoras do Japão, provocaram um forte aumento das visitas.

Isso reflete o poder das fronteiras abertas e de uma cultura compartilhada. À medida que esses laços se aprofundam, as barreiras políticas se desgastam, abrindo caminho para um Leste Asiático unido.

A integração regional ganha impulso, e a Ásia precisa aproveitar essa oportunidade para liderar. Como potências econômicas, China, Japão e Coreia do Sul — que somam 1,6 bilhão de pessoas — podem encabeçar esse esforço ao lado da Associação de Nações do Sudeste Asiático e de outros parceiros, forjando gradualmente uma "União Asiática" capaz de reunir quase metade da população e da economia mundiais até meados do século.

A McKinsey prevê que a Ásia responderá por metade do crescimento do consumo global até 2030, prova de nosso potencial de inovação: a China fornece quase metade dos principais talentos mundiais em inteligência artificial (IA), enquanto o Japão e a Coreia do Sul estão entre os líderes globais em pedidos de patentes.

A ênfase do DEPA no comércio digital complementa a RCEP e o CPTPP, reforçando a resiliência regional e consolidando o papel da Ásia como líder digital global. Esse trio poderia ser pioneiro em iniciativas conjuntas, como

polos coordenados de pesquisa em IA ligando Pequim, Tóquio e Seul, ou uma plataforma unificada de comércio eletrônico que simplifique as trocas.

Nosso tamanho de mercado e nossa capacidade de inovação somados rivalizam com os de qualquer bloco, oferecendo um contrapeso ao domínio ocidental e reduzindo a dependência de potências externas. O sucesso nessa frente poderia inspirar uma unidade asiática mais ampla, de redes 5G padronizadas à exploração espacial conjunta. Combinando poderio econômico, excelência tecnológica e laços culturais, podemos fazer da cooperação uma força transformadora, que inspire a integração global.

A parceria trilateral entre China, Japão e Coreia do Sul é a espinha dorsal da Ásia e, num mundo fraturado, uma tábua de salvação. O comércio, as cadeias de suprimentos e os laços culturais falam mais alto que as diferenças. Os pontos de consenso alcançados em Tóquio provam que o pragmatismo funciona. Aproveitemos nossas forças e moldemos um século asiático — agora.

A política externa da China é mal compreendida[2]

Falar numa nova Guerra Fria é ignorar que o mundo de hoje não é bipolar, mas multipolar — ainda mais por causa de ameaças comuns, como a mudança climática, que todos os países precisam enfrentar juntos.

Há cinquenta e quatro anos, o presidente Nixon fez uma visita histórica a Pequim que desanuviou as tensões com a China e redesenhou a geopolítica da Guerra Fria. Depois que a ruptura sino-soviética dos anos 1960 transformou, na prática, uma ordem mundial bipolar numa ordem de "tripolaridade", a viagem de Nixon e a reaproximação que ela simbolizou alteraram substancialmente o equilíbrio de poder no triângulo das relações China-União Soviética-EUA.

O "triângulo estratégico" foi o enquadramento dominante pelo qual se entendia a geopolítica no auge da Guerra Fria. Em grande parte, ele ficou adormecido com a queda da URSS, mas agora foi ressuscitado por alguns observadores ocidentais, com a Rússia de Putin no lugar da União Soviética.

Esse renascimento foi desencadeado pelos acontecimentos na Ucrânia e pela declaração conjunta da China e da Rússia de 4 de fevereiro, vista por alguns

[2]Publicado originalmente em 1º de abril de 2022 pelo *IPS Journal* e revisto para esta coletânea.

como uma versão espelhada da visita de Nixon à China em 1972 — desta vez, unindo Pequim e Moscou contra os Estados Unidos. A declaração gerou uma onda de manchetes nos Estados Unidos alertando para "o novo eixo da autocracia", uma "aliança de autocracias" e uma incipiente "nova disputa entre superpotências: EUA, Rússia e China".

Mas, quaisquer que sejam os ecos da Guerra Fria na atual crise da Ucrânia, aplicar esse enquadramento triangular do século XX ao mundo de hoje é um anacronismo perigoso e equivocado, por três razões principais.

Primeiro, ele interpreta mal as relações da China com a Rússia e suas intenções em relação ao Ocidente. Em última análise, a China quer estabilizar e melhorar os laços com os Estados Unidos e seus aliados, e não forjar uma aliança antiocidental com a Rússia.

A declaração de 4 de fevereiro foi um compromisso de trabalhar em conjunto em interesses comuns, e não o anúncio de uma frente antiocidental conjunta, como alguns quiseram fazer crer. A China não tem aliança com a Rússia e nunca apoiou uma invasão russa da Ucrânia, como deixou claro mais uma vez, recentemente, o apelo do ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, ao respeito à soberania de todos os países e à busca de uma solução para a crise da Ucrânia por meio do diálogo e da consulta.

Por mais que se fale nos laços com Moscou, vale lembrar que os interesses econômicos da China com a Rússia são ínfimos perto dos que ela compartilha com o Ocidente. Em 2021, o comércio bilateral entre China e Rússia saltou 35%, para US$ 147 bilhões. Ainda assim, isso foi menos de um décimo do comércio somado com os Estados Unidos (US$ 657 bilhões) e com a UE (US$ 828,1 bilhões).

A Rússia pode ser um peixe grande no plano militar, mas é um peixinho econômico em declínio estrutural de longo prazo, com um PIB pouco maior que o da quinta maior economia da UE, a Espanha. Não é do interesse da China abrir um confronto de longo prazo com o Ocidente tendo um parceiro assim, e não há nenhuma intenção de fazê-lo.

A BUSCA DA UE POR AUTONOMIA ESTRATÉGICA

Outra grande falha da visão triangular é que o nosso mundo não é tripolar — nem, aliás, bipolar —, mas multipolar. O enquadramento da Guerra Fria deixa de fora atores geopolíticos importantes, a começar pela UE, que tem grandes interesses em jogo na Ucrânia e segue uma política externa cada vez mais independente.

É verdade que a UE tradicionalmente teve, no plano estratégico, uma atuação aquém de seu peso, e que a crise da Ucrânia revigorou temporariamente a aliança transatlântica. Mas a UE já não deseja ficar presa à posição dos Estados Unidos e parece estar no alvorecer de uma nova era política, em que definirá seu próprio papel global.

Com a saída de Angela Merkel e o novo chanceler alemão, Olaf Scholz, ainda se firmando no cargo, Emmanuel Macron deve ser a voz dominante da UE por algum tempo, desde que vença, como se espera, a eleição presidencial de abril.

O presidente francês é um forte defensor da "autonomia estratégica" da UE e deixou claro que a UE não deve se aliar aos Estados Unidos contra a China. Num telefonema com o presidente Xi Jinping em 16 de fevereiro, os dois líderes se comprometeram a que a China e a UE trabalhem juntas em interesses comuns, como o comércio, o adiado acordo de investimentos China-UE (ao qual os Estados Unidos se opõem) e a mudança climática.

ISTO NÃO É OUTRA GUERRA FRIA

A questão do clima nos leva à terceira razão, talvez a mais importante, pela qual os enquadramentos da Guerra Fria são uma forma pouco útil de enxergar o poder e a segurança no século XXI.

Numa era de ameaças globais que não podem ser superadas pela força bruta nem por um país agindo sozinho, concentrar-se apenas no "poder sobre" outros países é negligenciar a dimensão mais importante do "poder com" outros países para enfrentar nossos desafios comuns. A necessidade de considerar o poder tanto em sua forma competitiva quanto na cooperativa deveria ser evidente, já que continuamos a enfrentar uma pandemia global e uma emergência climática iminente.

Há o perigo de que enquadrar o mundo como um triângulo estratégico de potências rivais se torne uma profecia autorrealizável e nos aprisione numa visão de soma zero de nossos interesses, quando, na verdade, as maiores ameaças que enfrentamos não vêm de outros Estados, mas de um fracasso coletivo em cooperar diante de nossos desafios comuns.

Há cinquenta anos, os líderes da China e dos Estados Unidos foram capazes de pôr o pragmatismo acima da ideologia e alcançar um avanço diplomático que redesenhou o triângulo da Guerra Fria e serviu aos interesses dos dois países.

Mas ressuscitar essa visão ultrapassada do mundo meio século depois só vai aproximar ainda mais a China e a Rússia, aumentando o risco de um conflito entre grandes potências e prejudicando nossa capacidade de trabalhar juntos diante de ameaças existenciais que vão muito além da Ucrânia.

A cooperação China-Filipinas põe as relações com a ASEAN em bases amistosas em 2023[3]

Entre dois países muitas vezes em desacordo, esta visita do presidente Marcos mostra como a comunicação e o diálogo podem resolver muitas questões e provocar mudanças na política e nas relações bilaterais e regionais.

As relações da China com o Sudeste Asiático tiveram altos e baixos nos últimos anos. Os laços econômicos continuam a crescer, mas também houve atritos periódicos por causa das disputas territoriais no mar do Sul da China, da covid-19 e da crescente competição estratégica entre Pequim e Washington.

Este ano oferece a Pequim a chance de pôr as relações com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em bases mais estáveis. A China está empenhada em reforçar os laços com seus vizinhos da ASEAN para evitar que sejam atraídos demais para a órbita de Washington, enquanto a reabertura do país abre caminho para reavivar os intercâmbios com a região.

Os membros da ASEAN, por sua vez, priorizam o crescimento e o emprego diante dos duros desafios econômicos deixados pela pandemia, o que aumenta os incentivos para resolver as diferenças e estreitar a colaboração com a China.

[3]Publicado originalmente em 19 de janeiro de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

A recente visita de Estado a Pequim do presidente filipino Ferdinand Marcos Jr. é o mais novo sinal do impulso positivo nas relações China-ASEAN. Marcos deixou Pequim com uma impressionante lista de resultados concretos, entre eles US$ 22,8 bilhões em promessas de investimento, um acordo que permite aos pescadores filipinos retomar suas atividades em seus pesqueiros históricos e uma oferta do presidente Xi Jinping de reabrir as negociações sobre exploração conjunta de petróleo e gás.

Os dois lados têm boas razões para buscar a cooperação energética no mar do Sul da China e encontrar formas de superar as restrições constitucionais e de soberania que levaram ao colapso das negociações no ano passado. Acima de tudo, trabalhar juntos no desenvolvimento dos recursos energéticos ajudará a evitar conflitos em águas disputadas.

As Filipinas estão ávidas por explorar novas fontes de combustíveis fósseis: a dependência de importações de energia as deixa muito expostas à alta do petróleo, e sua principal fonte doméstica de gás, o campo de Malampaya, está perto do esgotamento.

Para a China, uma cooperação bem-sucedida com as Filipinas na exploração de energia no mar do Sul da China não só ajudaria a garantir novas fontes de energia em meio à incerteza geopolítica, como também ofereceria um modelo para resolver outras disputas na região, como as que envolvem Brunei, Malásia e Vietnã.

A visita de Marcos ocorre depois de um aumento acentuado do engajamento diplomático entre a China e a ASEAN desde o 20º Congresso do Partido. No fim de outubro, Nguyen Phu Trong, secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã, tornou-se o primeiro líder estrangeiro a visitar a China depois do congresso do partido, em sua primeira viagem ao exterior desde que sofreu um derrame, em 2019. Xi e Trong prometeram elevar o patamar de seu "vínculo especial" e assinaram 13 acordos importantes que abrangem aspectos-chave das relações bilaterais.

Um mês depois, o presidente do Laos, Thongloun Sisoulith, também fez uma visita de Estado à China. Os dois lados prometeram ampliar a cooperação, inclusive para reforçar ainda mais a conectividade entre a Iniciativa Cinturão e

Rota e o Laos, país sem saída para o mar, cerca de um ano depois da inauguração da ferrovia China-Laos.

Longe de Pequim, novembro foi marcado por uma série de encontros entre líderes chineses e da ASEAN em cúpulas multilaterais na Ásia. O primeiro-ministro Li Keqiang reuniu-se com os líderes do bloco de dez países na cúpula da ASEAN em Phnom Penh, e, entre o G20 em Bali e a APEC em Bangcoc, Xi encontrou-se com os líderes da Indonésia, das Filipinas, de Cingapura e da Tailândia.

A cooperação econômica é o cerne do apelo da China aos países do Sudeste Asiático e uma vantagem sobre os Estados Unidos nos esforços para conquistar a região. Desde 2020, a ASEAN é o principal parceiro comercial da China, com um comércio bilateral que chegou a US$ 878 bilhões em 2021.

O acordo comercial da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), em vigor desde o início de 2022, ajudará a integrar ainda mais as cadeias de suprimentos entre a China e o Sudeste Asiático. Em novembro, começaram as negociações para modernizar a zona de livre comércio China-ASEAN, o que abre a perspectiva de maior liberalização comercial.

Para o restante deste ano, a reabertura da China apoiará os esforços para melhorar as relações com a ASEAN. Empresários e autoridades voltarão a viajar com facilidade entre as duas regiões, impulsionando o comércio, o investimento e iniciativas diplomáticas como as negociações de um código de conduta para o mar do Sul da China.

Os países da ASEAN estão bem posicionados para se beneficiar da retomada do turismo chinês, à medida que a demanda reprimida é liberada. O Goldman Sachs estima que o aumento do comércio e do turismo decorrente da reabertura da China pode elevar o PIB da Tailândia, de Cingapura e da Malásia em 2,9%, 1,2% e 0,7%, respectivamente.

A visita de Marcos à China mostra que há vontade política em Pequim e nas capitais da ASEAN para resolver as disputas no mar do Sul da China e aprofundar a cooperação econômica. A exploração conjunta de petróleo e gás pode ser um instrumento eficaz para isso, sobretudo em meio à oscilação dos preços da energia e à incerteza econômica. A China faria bem em aproveitar essa oportunidade e explorar iniciativas semelhantes com outros membros da ASEAN.

É preciso mais contato pessoal com os países asiáticos que buscam uma "terceira via" para sair da rivalidade EUA--China[4]

Presos entre as duas nações mais poderosas do mundo e cansados de ter de escolher, os países asiáticos procuram outra opção que evite as armadilhas das tensões entre a China e os Estados Unidos.

Com a intensificação da rivalidade entre as grandes potências após a visita a Taiwan da presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, os países asiáticos que contam com a China para a prosperidade e com os Estados Unidos para a segurança enfrentam uma tarefa cada vez mais difícil para navegar entre as tensões dos dois lados.

Talvez nenhum país ilustre isso melhor que a Coreia do Sul. A China fornece quase 30% das importações sul-coreanas de materiais e componentes e absorve quase um quarto de suas exportações — mais que os Estados Unidos e o Japão juntos. Ao mesmo tempo, a Coreia do Sul depende do guarda-chuva de segurança americano para conter a ameaça da Coreia do Norte e abriga cerca de 30 mil soldados americanos.

Seul enfrenta agora escolhas difíceis que afetarão suas relações com os Estados Unidos e a China. Entre elas, se deve instalar o sistema antimísseis americano de Defesa Terminal de Área a Grande Altitude (THAAD) e se deve aderir à aliança Chip 4 do presidente americano Joe Biden.

Mais países asiáticos vão se ver nesse tipo de impasse à medida que a rivalidade entre a China e os Estados Unidos se desenrola. Mas, apesar da pressão crescente dentro e fora de seus países, os formuladores de políticas em Seul e em outras capitais asiáticas se opõem a ser forçados a escolhas binárias. Eles se esforçam por uma terceira via que preserve certo grau de neutralidade e permita continuar cooperando com as duas potências.

Essa foi a principal conclusão de nossas recentes visitas a Seul e a Cingapura, a etapa asiática de uma viagem internacional de diálogo do Centro para a China e a Globalização que incluiu também passagens por Berlim, Bruxelas, Nova York, Paris e Washington.

[4]Publicado originalmente em 29 de agosto de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Em Cingapura e na Coreia do Sul, encontramos acadêmicos, líderes empresariais e diplomatas para medir a temperatura da política local e trocar opiniões sobre questões globais. Essas visitas também contribuíram, em certa medida, para reavivar as interações presenciais com os países asiáticos depois de um hiato de dois anos.

Nossas conversas reforçaram a visão de que o interesse econômico próprio continuará a incentivar os países asiáticos a manter boas relações com a China, dado o papel que ela desempenha na economia regional.

Diante de um sentimento cada vez mais negativo no exterior, porém, a China não deve depender apenas de sua força de gravidade econômica para ancorar as relações com seus vizinhos asiáticos. Também é importante cultivar outros elementos de apoio, a começar pela restauração das relações presenciais, que podem abrir as portas para intercâmbios mais profundos.

O desafio da percepção pública da China é particularmente agudo na Coreia do Sul. A porcentagem de sul-coreanos com uma visão negativa da China atingiu o recorde de 80%, segundo a mais recente pesquisa do Pew.

Vários fatores contribuem para isso. O envolvimento dos Estados Unidos e a situação de segurança na península coreana há muito complicam os laços entre Seul e Pequim. A opinião pública sobre a China azedou desde que começou a disputa em torno do THAAD, em 2016, e piorou ainda mais durante a pandemia de covid-19.

O intercâmbio cultural tem sido um canal fundamental para construir as relações entre os dois países, mas a pandemia interrompeu esses fluxos. No auge, em 2017, havia mais de 73 mil estudantes sul-coreanos na China. Esse número despencou de 47 mil em 2020 para quase 27 mil em 2021.

Espera-se que esses fluxos culturais comecem a se recuperar agora que os estudantes estrangeiros estão autorizados a voltar à China. O passo seguinte seria retomar gradualmente o turismo emissivo chinês, que constitui outro importante elo cultural e econômico entre a China e a Coreia do Sul, bem como outros países asiáticos.

Assim como a Coreia do Sul, Cingapura tem laços econômicos profundos com a China, mas é também uma parceira próxima dos Estados Unidos em segurança. Em muitos aspectos, porém, a situação em Cingapura é mais propícia

a relações positivas com a China. Os cingapurianos tiveram as opiniões mais favoráveis entre os 19 países consultados na recente pesquisa do Pew: 67% veem a China de forma positiva, ante 51% com visão favorável dos Estados Unidos.

Durante nossa visita, o vice-primeiro-ministro de Cingapura, Lawrence Wong, que deve assumir como próximo líder do país, disse que deseja que Cingapura tenha um papel neutro entre a China e os Estados Unidos. Em comparação com o Japão ou a Coreia do Sul, onde há mais apreensão em relação à China, encontramos em Cingapura uma comunidade empresarial mais unida no desejo de estreitar os laços com a China.

Os cingapurianos, especialmente os que falam mandarim, tendem a ver a China como uma oportunidade. Isso se deve em parte ao fato de Cingapura ser mais voltada para os serviços do que para a indústria e estar bem posicionada como porta de entrada entre a China e o mundo.

Cingapura tem sido um canal importante para a China absorver conhecimento do exterior. Visitamos a Universidade Tecnológica de Nanyang, que desde 1992 formou dezenas de milhares de funcionários do governo chinês. As matrículas nesses programas diminuíram nos últimos anos, em meio à modernização da China, mas Cingapura ganhou importância como porta de entrada para as empresas chinesas que se aventuram nos mercados regionais ou até globais.

Seu ambiente aberto também fez da cidade-Estado um polo de encontros globais, como o Diálogo de Shangri-La e o Bloomberg New Economy Forum. Há espaço para que os think tanks chineses intensifiquem o diálogo com seus pares cingapurianos e usem o país como plataforma para se comunicar com pessoas de toda a Ásia e do resto do mundo.

Como muitos países asiáticos, Cingapura e Coreia do Sul tornaram-se nações independentes durante a Guerra Fria e sofreram intensa pressão para tomar partido de grandes potências externas. Não ser dominado por grandes potências foi parte do que levou Cingapura e outros quatro membros fundadores a criar a ASEAN em 1967, em busca de uma "terceira via" baseada no consenso e na cooperação regionais.

Essa é uma esperança que ainda ressoa em parcelas significativas das sociedades asiáticas. É do interesse da China apoiar essa busca de uma terceira via,

ampliando os contatos pessoais e fortalecendo as relações humanas com seus vizinhos, em vez de depender apenas de seu músculo econômico.

China e América Latina: parceiras numa nova era compartilhada[5]

A China e os países da América Latina têm uma causa comum na defesa da abertura, da sustentabilidade, da reforma e de uma relação ganha-ganha mais estreita.

Em todo o Sul Global, as nações encontram uma causa comum na abertura, na sustentabilidade e na reforma. O movimento vai do aprofundamento das relações comerciais com o Brasil e a Argentina a uma fase nova e confiante, em que a região como um todo estreita seu engajamento com Pequim por meio da indústria verde, da transformação digital e da conectividade Sul-Sul.

Há apenas alguns meses, ministros das Relações Exteriores e chefes de Estado de todo o hemisfério reuniram-se em Pequim para a Quarta Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC, que marcou o décimo aniversário do fórum. O discurso principal do presidente Xi Jinping e a presença de líderes como o presidente Lula da Silva, do Brasil, o presidente Gustavo Petro, da Colômbia, e o presidente Gabriel Boric, do Chile, sinalizaram uma convicção compartilhada: a relação China-América Latina amadureceu, passando de uma cooperação pragmática a uma parceria de longo prazo.

A reunião produziu a Declaração de Pequim e um Plano de Ação Conjunto (2025–2027) que abrange mais de cem projetos de cooperação em energia limpa, economia digital, agricultura, comércio, infraestrutura e educação. Também foram anunciadas uma linha de crédito de 66 bilhões de yuans (US$ 9 bilhões) para o desenvolvimento regional e a isenção de vistos para os cidadãos de cinco países — Brasil, Argentina, Peru, Chile e Uruguai — a partir de junho de 2025. São iniciativas que evidenciam uma parceria multidimensional construída sobre a tecnologia, a sustentabilidade e o intercâmbio entre os povos.

Testemunhei pessoalmente essa nova energia há pouco tempo em São Paulo, onde me juntei à comunidade empresarial brasileira na conferência do Conselho

[5] Publicado originalmente em 1º de abril de 2022 pelo *IPS Journal* e revisto para esta coletânea.

Empresarial Brasil-China, na semana passada. Ali, a conversa girou em torno de investimentos em mobilidade verde, infraestrutura digital e reindustrialização. Do complexo de veículos elétricos da BYD na Bahia, onde o primeiro Dolphin Mini elétrico montado no país saiu da linha de produção este ano, ao polo de híbridos da Great Wall Motors em Iracemápolis, os exemplos de renovação são abundantes. Poucos meses antes, em maio, almocei com o ministro das Relações Exteriores do Peru, Elmer Schialer, que me apresentou com paixão o megaporto de Chancay — a porta de entrada da América Latina, um projeto que deve reduzir em cerca de doze dias o tempo de transporte marítimo e aproximar a América Latina das cadeias de suprimentos da Ásia. Seu entusiasmo traduzia um estado de espírito mais amplo na região: a determinação de se conectar, de comerciar e de se modernizar nos próprios termos.

Tudo isso faz parte de um padrão continental de cooperação que se estende do triângulo do lítio, formado por Argentina, Bolívia e Chile, aos portos do Peru e aos corredores de alta tecnologia do México. Em toda a América Latina, parceiros chineses e locais investem em energia eólica e solar, em tecnologia para agricultura inteligente e em logística movida a IA. A Huawei, a Alibaba Cloud e outras empresas digitais ajudam a construir a conectividade de nova geração da região, enquanto a cooperação financeira, incluindo a liquidação em moedas locais e a compensação em renminbi, fortalece a estabilidade macroeconômica.

Em conjunto, esses avanços mostram como as relações China-América Latina estão evoluindo para além do paradigma tradicional de "comércio + infraestrutura", rumo a uma parceria abrangente para a modernização sustentável. Os dois lados entendem que, no mundo volátil de hoje, o crescimento deve se apoiar na abertura, na resiliência e na responsabilidade compartilhada.

A referência do mais recente plano conjunto a uma "parceria de civilizações" traduz o propósito mais profundo: construir conectividade não só de bens e capitais, mas também de ideias, de cultura e de governança. O plano encarna um espírito e promove uma cooperação inclusiva, e não exclusiva; regional, e não bilateral; estratégica, e não transacional. Com as mais de 3.500 bolsas de estudo, as 10.000 oportunidades de capacitação e os 300 intercâmbios entre partidos políticos prometidos no plano, uma nova geração de líderes e profissionais adquirirá conhecimento direto dos dois lados do Pacífico.

A crescente parceria da América Latina com a China também reflete uma confiança cada vez mais madura no Sul Global. A própria China anunciou que não buscará novos benefícios de "tratamento especial e diferenciado" nas futuras negociações da OMC, uma decisão de princípio que demonstra tanto força econômica quanto compromisso com regras globais mais justas, sem abrir mão de seu status de país em desenvolvimento nem da solidariedade com outras economias emergentes. É um sentimento compartilhado pela América Latina, onde as nações buscam ter, na configuração das instituições internacionais, uma voz à altura de seu potencial.

Ao alinhar o crescimento verde à inovação digital e os mercados abertos à inclusão social, nossa cooperação pode se tornar um modelo de modernização inclusiva. Num momento em que a fragmentação e o protecionismo ameaçam o progresso global, a parceria China-América Latina oferece uma história diferente: de conectividade, respeito mútuo e prosperidade compartilhada.

Para transformar essa visão compartilhada em resultados práticos, acredito que seis áreas merecem atenção imediata:

Primeiro, infraestrutura e conectividade: ao continuar ampliando a colaboração — de portos como o megaporto de Chancay a um novo e emblemático corredor ferroviário moderno ligando São Paulo e o Rio de Janeiro, além de mais rodovias e redes elétricas —, as economias latino-americanas não só se beneficiarão, como também encurtarão as cadeias de suprimentos até a Ásia.

Segundo, inovação financeira. Com a ampliação do uso da liquidação em moedas locais, é possível reduzir os custos de transação e a dependência de qualquer moeda única. Bancos de compensação em renminbi em São Paulo, Buenos Aires e Santiago fortaleceriam a estabilidade financeira.

Terceiro, a transição verde. As joint ventures em energia renovável, mobilidade elétrica e hidrogênio verde já estão em alta. Com uma integração mais profunda, a América Latina se tornaria líder mundial em industrialização sustentável.

Quarto, economia digital e IA. Parcerias em 5G, computação em nuvem e robótica — das agritechs às fintechs — podem garantir que os benefícios da inovação cheguem a todos os setores.

Por fim, diálogo acadêmico e entre think tanks. Instituições como o CCG, o CEBRI e o CEBC podem criar um Fórum China-América Latina sobre Desenvolvimento Sustentável, de caráter permanente, que produza ideias de políticas fundamentadas na pesquisa e no entendimento mútuo.

Há cinquenta anos, a relação entre a China e a América Latina começou com um comércio simples — soja, cobre e delegações de amizade. Hoje, ela abrange veículos elétricos, pesquisa em IA e financiamento conjunto do desenvolvimento. Com a aproximação da visita do presidente Milei e os novos projetos China-CELAC começando a tomar forma, os dois lados podem olhar para uma era definida não pela distância ou pela ideologia, mas por um compromisso comum com a inovação, a sustentabilidade e o benefício mútuo.

O Pacífico, que antes separava, está se tornando uma ponte. Se soubermos aproveitar o impulso da indústria verde do Brasil, da inovação agrícola da Argentina, da nova conectividade do Peru e da transição energética do Chile, a parceria entre a China e a América Latina se firmará como um modelo para o mundo — uma parceria não de conveniência, mas de convicção.

7
PERSPECTIVAS SOBRE GOVERNANÇA

Os conceitos e modelos de governança em escala global ainda são relativamente novos para a humanidade. Esboçadas pela primeira vez depois da Primeira Guerra Mundial e só de fato postas em prática após os horrores de uma segunda guerra mundial, as instituições e estruturas que hoje consideramos fundamentais para o intercâmbio global e a governança global não têm sequer um século de existência.

À medida que o mundo muda e evolui, essas instituições também precisam mudar e evoluir. Conceitos de democracia, moralidade, meritocracia e governança eficaz permeiam o debate sobre a governança global e sobre como o mundo pode trabalhar em conjunto para criar um modelo equitativo, estabilizador e sustentável. Esses esforços e esse debate, no entanto, também são marcados por tendências divisivas de protecionismo e nacionalismo e pela ênfase na segurança em detrimento da cooperação.

No cerne do debate sobre a governança global e sobre a melhor maneira de administrar o mundo como um todo estão os problemas globais comuns que enfrentamos, nenhum dos quais um país consegue enfrentar sozinho. Eles vão da luta contra a mudança climática global e das crises de saúde pública como a covid-19 à crescente divergência sobre como gerir os fluxos globais de dados e os avanços tecnológicos que alteram o próprio tecido da vida cotidiana.

Os artigos reunidos neste capítulo exploram diversas perspectivas sobre a governança em escala global e tratam de diferentes interpretações da democracia

— em especial, de como a democracia chinesa evoluiu e se adaptou à sua situação singular — e da dicotomia entre democracia e autocracia que o Ocidente vem promovendo diante da incursão da Rússia na Ucrânia. Examinam também o contraste entre a ênfase na segurança e nas garantias militares, de um lado, e a dependência mútua e o desenvolvimento econômico mútuo, de outro, como métodos para assegurar a paz e a estabilidade globais. Por fim, exploram as próprias instituições e plataformas que garantem que as linhas de comunicação permaneçam abertas e que as potências globais se comuniquem de maneira eficaz e construtiva.

Uma abordagem cada vez mais multilateral dos conceitos e da comunicação

Por causa de sua história singular e, em particular, de seu passado revolucionário recente, ofuscado pelo legado da Guerra Fria, a China foi infelizmente relegada por muitos países ocidentais ao "lado errado da linha", apesar de seus esforços contínuos para implementar a forma de democracia que considera mais adequada ao seu estágio atual de desenvolvimento. No primeiro artigo deste capítulo, "A democracia chinesa: uma mescla de sabedoria tradicional e inovação", lançamos luz sobre o que torna singular a forma própria de processo democrático da China e, em alguns aspectos, um aperfeiçoamento dos processos democráticos tradicionais. Ao incorporar os valores tradicionais da meritocracia e inovações modernas baseadas em big data e em avanços tecnológicos, a China é capaz de garantir que a voz do povo seja ouvida e que as decisões sejam tomadas de acordo com suas necessidades, apesar de apresentar diferenças estruturais significativas em relação às democracias ocidentais clássicas.

Partindo da trajetória singular de desenvolvimento da China e de como ela ressoa entre outros países em desenvolvimento que buscam alternativas ao tradicional modelo democrático liberal ocidental, o segundo artigo deste capítulo volta-se para o continente africano e examina como a China e a África criaram um vínculo que estabelece uma conexão comum, prática e livre das amarras das histórias coloniais. "O panorama em transformação da cooperação China-África" remonta os esforços da China na África a uma época anterior à presença da República Popular da China no cenário mundial e mostra como a boa vontade que ela construiu com as nações africanas por meio de programas de

infraestrutura e do desenvolvimento econômico rendeu dividendos econômicos e políticos para a China.

Essa tendência rumo a um mundo mais multilateral e menos eurocêntrico pode ser vista no terceiro artigo deste capítulo, intitulado "Uma divisão entre democracias e autocracias não serve aos interesses globais — nem mesmo aos ocidentais". Sobretudo em resposta à investida da Rússia contra a soberania da Ucrânia e às ondas de choque que ela provocou na Europa, os Estados Unidos e seus aliados europeus decidiram traçar uma linha na areia para demarcar o que define a democracia em oposição à autocracia. Trata-se, porém, de uma narrativa binária simplista, que não corresponde à confusa realidade multipolar do mundo de hoje e não atende aos interesses do mundo, nem mesmo aos do Ocidente.

O quarto artigo deste capítulo, "Das guerras ao aquecimento global, o mundo clama por ação coletiva", prepara o terreno para as questões de que a governança global precisa tratar e para os desafios que enfrentamos não apenas como nações individuais, mas como comunidade global. Além de destacar esses desafios, o artigo sugere dez ações práticas que poderíamos adotar para impulsionar a cooperação e evitar os danos que essas ameaças globais poderiam causar se não forem enfrentadas a tempo.

Instituições globais cada vez mais multilaterais, voltadas para problemas reais

Com os avanços positivos na direção de um mundo decididamente mais multilateral e pluralista, é hora de identificar algumas das principais questões que enfrentamos como comunidade global. Os dois artigos seguintes deste capítulo tratam das diferentes maneiras pelas quais os países escolhem lidar com algumas questões-chave que o mundo enfrenta hoje.

Nos últimos quase oitenta anos, o mundo desenvolveu uma rede internacional muito madura de órgãos de coordenação, que oferecem o que se poderia considerar o embrião de um governo global e constituem uma base sobre a qual a estabilidade e a prosperidade globais podem ser asseguradas.

Instituições como as Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Mundial do Comércio, para citar apenas algumas, junto com os acordos comerciais globais e as organizações regionais, compõem a arquitetura

básica da governança global. Em torno delas, porém, há um número enorme de organizações sem fins lucrativos menores, centros de pesquisa, think tanks e fóruns que oferecem canais de comunicação em diversas áreas.

O propósito dessas organizações é impulsionar o diálogo global e oferecer soluções, ou ao menos perspectivas, para as próprias questões que a comunidade global enfrenta. Sem esse diálogo, o mundo regrediria a um estado semelhante ao que se viu durante a pandemia de covid-19, quando a troca de culpas e de acusações dominou a mídia e o debate interno dos países.

Os dois artigos seguintes deste capítulo tratam da Conferência de Segurança de Munique (MSC). Criada em 1963, no auge da Guerra Fria, ela reunia políticos, militares, diplomatas e outros convidados para trabalhar pela paz por meio do diálogo. Originalmente dominada pela OTAN e por participantes europeus, a MSC passou depois a incluir também representantes da China, do Japão, da Rússia e de outros países.

O primeiro deles, intitulado "Um encontro de mentes transatlânticas", trata da edição mais recente da MSC e de como, embora ela ainda seja dominada por uma narrativa ocidental, países como a China oferecem uma perspectiva e uma voz importantes, que equilibram o diálogo transatlântico. O artigo seguinte, intitulado "A Conferência de Segurança de Munique, uma plataforma que atrai cada vez mais atenção global", dá continuidade ao tema e destaca a importância de a MSC se tornar um espaço cada vez mais multilateral e menos eurocêntrico para expor pontos de vista e buscar soluções para questões-chave, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, a fim de garantir a segurança e a paz no mundo.

O penúltimo artigo deste capítulo, intitulado "Três razões pelas quais uma política externa movida por preocupações de segurança tornará o mundo mais pobre e mais perigoso", destaca o impacto potencialmente negativo que uma política de alianças de segurança como o Quad ou o AUKUS pode ter tanto no plano regional quanto no global. Essa abordagem excludente — que se concentra no conflito em vez da cooperação, dá as costas ao diálogo aberto sobre a cooperação no comércio ou em outras questões globais centrais e persegue concepções estreitas de segurança nacional — não nos tornará mais seguros, e sim mais pobres e mais vulneráveis a ameaças globais como a mudança climática.

Os artigos voltados para as organizações internacionais e sua função começam com a sugestão de uma resposta àquilo que vem sendo descrito como o "petróleo do século XXI": os dados. Em "É preciso uma Organização Mundial de Dados para evitar a desordem baseada em regras", argumenta-se que o mundo corre o risco de cair em estruturas compartimentadas de gestão dos fluxos globais de dados. As consequências disso afetariam não apenas a internet como um todo, mas também o comércio e os negócios, com resultados possivelmente desastrosos. A criação de uma Organização Mundial de Dados ajudaria a coordenar os diversos países e os padrões regionais para garantir o fluxo livre e desimpedido de dados on-line.

São as questões novas e emergentes, como a mudança climática, as novas tecnologias e as mudanças no poder regional, inexistentes quando as instituições atuais foram criadas, que exigem soluções novas e inovadoras. Quanto mais o mundo puder ser incluído nesse diálogo, mais perspectivas poderão ser expressas — e nelas podem estar as soluções necessárias para garantir um mundo pacífico, seguro e próspero.

A democracia chinesa: uma mescla de sabedoria tradicional e inovação[1]

Ao combinar elementos da meritocracia e das técnicas administrativas tradicionais com a fiscalização pública e internacional, o sistema democrático da China continua a evoluir em busca do modelo mais eficaz e mais adequado à sua situação singular.

O Fórum da Democracia de Atenas, realizado no início deste mês, promoveu um diálogo entre Jeffrey D. Sachs, diretor do Centro para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade Columbia, e este que vos escreve, dr. Henry Huiyao Wang, do Centro para a China e a Globalização. Nossa conversa, intitulada "Diálogo Aristóteles-Confúcio", explorou as semelhanças e as diferenças entre as filosofias oriental e ocidental. No mundo de hoje, em rápida transformação, refletir sobre a sabedoria dos antigos sábios não é apenas um exercício acadêmico,

[1]Publicado originalmente em 16 de outubro de 2024 pelo *China Daily* e revisto para esta coletânea.

mas também um esforço para encontrar maneiras de enfrentar os desafios globais contemporâneos.

Confúcio e Aristóteles, embora separados por culturas diferentes e por milhares de quilômetros, têm semelhanças notáveis em suas abordagens filosóficas. Ambos enfatizam a importância do equilíbrio e da moderação na ordem social, como mostram a "Doutrina do Meio", de Confúcio, e o conceito aristotélico de "justo meio". Esses pensadores antigos defendiam o cultivo das virtudes e ressaltavam a necessidade de resolver os problemas com flexibilidade diante de circunstâncias em mudança.

Suas visões divergem, porém, quanto à ética política: Confúcio prioriza a benevolência e a observância dos ritos, fundando o governo na virtude moral, enquanto Aristóteles enfatiza o império da lei como garantia da justiça social. No mundo de hoje, a governança eficaz recorre a ambas as tradições, equilibrando uma liderança baseada na virtude com marcos jurídicos sólidos.

O legado intelectual desses filósofos antigos continua a moldar os sistemas políticos das nações modernas, influenciando a governança, a ética e as estruturas sociais. A ênfase de Confúcio na harmonia, por exemplo, ressoa na imagem que a China projeta de si mesma como uma grande potência pacífica e cooperativa, que defende a solução das disputas internacionais por meio do diálogo e da negociação.

No plano interno, os princípios confucianos que consideram o povo o alicerce da nação e impõem elevados padrões morais aos funcionários do governo contribuíram para o desenvolvimento do arcabouço democrático singular da China, caracterizado pela "democracia popular de processo integral" e pela democracia consultiva.

A democracia de estilo chinês, que evolui sob a influência de valores tradicionais e de tendências modernas, apresenta vários traços distintivos:

Primeiro, a China pode ser descrita como uma democracia meritocrática, que valoriza a capacidade e a virtude pessoais. Isso está em consonância com os princípios confucianos: "O funcionário que cumpriu todos os seus deveres deve dedicar o tempo livre ao estudo; o estudante que concluiu seus estudos deve dedicar-se a tornar-se funcionário."

Essa filosofia se manifesta nos sistemas educacional e de serviço público da China moderna. Todos os anos, mais de 13 milhões de estudantes fazem o *gaokao* (o exame de admissão às universidades), e cerca de 12 milhões deles ingressam em instituições de ensino superior e entram no "sistema de elite". Ao mesmo tempo, de 2 a 3 milhões de candidatos disputam o concurso para o serviço público, mas só cerca de 10% são aprovados e passam a trabalhar como servidores do governo central, provincial ou municipal.

Esse rigoroso processo de seleção cria um sistema de "voto por exame" para o acesso às carreiras do serviço público e ao ensino superior. Em geral, os funcionários chineses começam a carreira política nos governos locais — dos cantões aos condados, dos condados aos municípios e dos municípios às províncias — e depois avançam para servir ao governo central por meio de novas avaliações de desempenho e de novos concursos.

Essa abordagem meritocrática de seleção e eleição contrasta com os sistemas ocidentais, nos quais os políticos muitas vezes conquistam votos graças à habilidade oratória e à popularidade. Não raro, fazem promessas falsas e entregam menos do que prometeram. Em suma, em outros países, ministros e autoridades não são julgados depois de mostrar desempenho, mas antes.

Segundo, a ampla adoção das plataformas on-line deu origem, na China, a uma forma digital de freios e contrapesos democráticos, que transformou o modo como os cidadãos fiscalizam os servidores públicos. Foi-se o tempo em que os cidadãos chineses precisavam ir pessoalmente às repartições públicas para dar sua opinião ou avaliar o desempenho das autoridades. Hoje, podem interagir com o governo local a qualquer hora e em qualquer lugar, por meio de linhas diretas e das redes sociais.

Um ótimo exemplo disso é a "Linha Direta do Prefeito 12345", implantada em inúmeras cidades, que encaminha as demandas dos cidadãos diretamente às autoridades administrativas locais.

Além disso, redes sociais populares como o Weibo e o Douyin tornaram-se ferramentas poderosas de supervisão pública das autoridades. Os cidadãos usam com frequência essas plataformas para denunciar condutas impróprias de funcionários, publicando textos, imagens e vídeos como prova. Essas denúncias

costumam atrair grande atenção e apoio do público e muitas vezes resultam em medidas disciplinares adequadas contra os funcionários faltosos.

Embora essa forma de fiscalização não seja infalível, a proliferação das redes sociais na era do big data ampliou muito seu alcance e sua eficácia. Essa abordagem digital e tecnológica da democracia, num país com mais de 1 bilhão de usuários de smartphones, vem substituindo gradualmente o modelo tradicional, muito dependente da habilidade oratória e dos comícios em praças públicas e convenções.

Terceiro, o engajamento da China com a sociedade global das democracias a submete ao escrutínio internacional, um aspecto integrante de sua evolução democrática. Nesse contexto, pode-se dizer que os Estados Unidos funcionam como o principal partido de oposição, e a União Europeia desempenha um papel comparável.

Os veículos de imprensa internacionais e as organizações não governamentais também contribuem para essa fiscalização, oferecendo perspectivas especializadas sobre a governança chinesa. Um exemplo notável dessa dinâmica é a resposta da China às críticas internacionais à poluição do ar em Pequim. A instalação, pela Embaixada dos Estados Unidos, de equipamentos de monitoramento de PM2,5 para acompanhar a qualidade do ar sintetizou essa fiscalização externa.

Embora a China tenha inicialmente resistido a esse escrutínio estrangeiro, ele acabou servindo de catalisador para melhorias ambientais significativas. A melhora drástica da qualidade do ar em Pequim é prova da eficácia dessa pressão global. O caso ilustra o princípio mais amplo de que vivemos hoje numa era de aprimoramento mútuo, em que a interconexão global impulsiona mudanças positivas para além das fronteiras nacionais.

O sistema de governança da China, cujas raízes remontam aos tradicionais exames de seleção para o serviço público, desenvolveu características próprias, que combinam elementos de meritocracia, participação digital e prestação de contas internacional para produzir resultados positivos. Essa abordagem, moldada pelo contexto histórico e cultural específico da China, busca aprimorar o processo decisório e ampliar a participação dos cidadãos em diversos setores da sociedade.

À medida que a China traça seu caminho na comunidade internacional, seu modelo de governança enfrenta tanto oportunidades quanto desafios. A evolução contínua desse sistema, que combina aspectos da sabedoria tradicional com tecnologia avançada, é um caso singular de como os países podem encontrar diferentes maneiras de pensar a governança no século XXI.

O panorama em transformação da cooperação China-Áfrika[2]

As dificuldades comuns e as experiências de desenvolvimento da China e das nações africanas criaram um vínculo singular, que perdura até hoje. À medida que essa cooperação continua a evoluir, a China e a África sondam o terreno de uma nova dinâmica global, que privilegia a colaboração e o desenvolvimento sustentável.

A cooperação China-África evoluiu significativamente nas últimas décadas. Dos projetos de infraestrutura às parcerias econômicas e aos intercâmbios culturais, essa relação passou a abranger uma ampla gama de iniciativas mutuamente benéficas. Diante dos desafios globais que ambas as regiões enfrentam, sua colaboração vem moldando cada vez mais o desenvolvimento e a governança internacionais.

Durante a Cúpula de 2024 do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), realizada em Pequim, o presidente chinês Xi Jinping anunciou 10 planos de ação de parceria com a África. Propôs também elevar a caracterização geral das relações China-África à de uma "comunidade China-África de futuro compartilhado para todos os tempos na nova era". Essas atividades de intercâmbio governamental e da sociedade civil ressaltam o potencial e a vitalidade da cooperação China-África.

A história da cooperação China-África remonta à dinastia Ming (1368–1644), mas, após a fundação da República Popular da China (RPC), a natureza da cooperação internacional e do comércio entre a China e a África evoluiu significativamente.

Nos primeiros anos da RPC, a China apoiou a África e, ao mesmo tempo, buscou o respaldo político das nações africanas. Dentro dos limites de sua

[2]Publicado originalmente em 9 de setembro de 2024 pela CGTN e revisto para esta coletânea.

capacidade econômica, a China ofereceu ajuda aos países do Terceiro Mundo, com ênfase na assistência incondicional. Um dos projetos mais emblemáticos desse período foi a construção da Ferrovia Tanzânia-Zâmbia, nos anos 1970. Para viabilizá-lo, o governo chinês concedeu um empréstimo sem juros de 988 milhões de yuans (cerca de US$ 400 milhões) e enviou quase 1 milhão de toneladas de equipamentos e materiais. A ferrovia, conhecida como "Ferrovia da Liberdade", contribuiu significativamente para o desenvolvimento socioeconômico da Tanzânia e da Zâmbia, bem como para os movimentos de libertação nacional na África Austral. Projetos como esse foram muito elogiados na África e garantiram à China um apoio crucial durante a Guerra Fria, período em que o país enfrentava bloqueios internacionais. Esse apoio teve papel vital na restituição do assento legítimo da RPC nas Nações Unidas.

Com a implementação da política de reforma e abertura, o foco do país se deslocou para o desenvolvimento econômico, o que levou a conquistas notáveis. Em consequência, os investimentos da China em projetos africanos passaram a refletir alguns traços de seu modelo interno de desenvolvimento. Houve, por exemplo, uma forte ênfase na infraestrutura. Nas últimas duas décadas, a China, maior investidora em infraestrutura na África, participou de mais de 200 projetos em todo o continente. Entre eles, a construção de aproximadamente 30.000 quilômetros de rodovias, 2.000 quilômetros de ferrovias, portos com capacidade anual de movimentação superior a 85 milhões de toneladas e mais de 30.000 quilômetros de linhas de transmissão de energia. Além disso, os investidores chineses na África adotaram amplamente o modelo de "parque industrial" surgido nos primeiros estágios da reforma e abertura da China. Até 2021, as nações africanas haviam construído ou desenvolvido em parceria 237 parques industriais, quase 60 deles planejados, construídos ou operados por empresas chinesas. O sucesso desse modelo deu novo impulso à industrialização do continente africano.

Além disso, a cooperação entre a China e a África se expandiu para novas áreas, e as iniciativas verdes surgiram como um foco importante. Aproveitando os abundantes recursos energéticos sustentáveis da África e a tecnologia avançada da China, foram assinados 19 memorandos de entendimento de cooperação Sul-Sul sobre mudança climática entre a China e 17 países africanos.

Desde 2021, a China participou da construção de mais de 120 projetos climáticos africanos. Essa próspera cooperação verde resulta do empenho da China e da África em aproveitar ativamente as oportunidades abertas pela nova onda de revolução tecnológica em energia limpa e desenvolvimento verde.

A dimensão moral da cooperação China-África também evoluiu no século XXI. No fim de 2008, por exemplo, a China enviou frotas navais de escolta ao golfo de Áden para garantir a segurança da navegação marítima na região. Em 2014, enviou equipes médicas à Libéria para combater o surto de ebola. Até o fim de 2019, a China havia enviado forças de paz ou observadores a sete regiões africanas. Essas ações refletem não apenas a continuidade da tradicional responsabilidade moral na cooperação China-África, mas também um raro sucesso na colaboração em segurança pública no quadro mais amplo da cooperação global e regional.

A cooperação China-África é um microcosmo significativo da promoção, pela China, da cooperação global e regional. A África, um continente jovem que concentra o maior número de países em desenvolvimento do mundo, é rica em recursos naturais e dispõe de uma vasta força de trabalho. No entanto, por causa do legado do domínio colonial e de desafios históricos, muitas nações africanas ainda enfrentam obstáculos para converter seus valiosos recursos em ganhos econômicos. Sendo a China o maior país em desenvolvimento do mundo, sua colaboração com a África não apenas está em sintonia com as tendências do desenvolvimento global, mas também reflete a responsabilidade da China e seu compromisso de ajudar a África a superar seus desafios de desenvolvimento.

A China não está apenas fortalecendo sua cooperação bilateral com a África, mas também colaborando com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, como os Estados Unidos e o Japão, para ajudar as nações africanas a desenvolver seus recursos. A comunidade internacional precisa trabalhar em conjunto para ajudar a África a alcançar o desenvolvimento sustentável. Esse esforço inclui também a manutenção da paz e da estabilidade em todo o continente. Entre as ações fundamentais estão a prevenção de guerras civis, como o conflito no Sudão, e a garantia da segurança de rotas vitais como o mar Vermelho, o que poderia criar uma base estável para a prosperidade e a estabilidade da África.

A ajuda econômica da China à África estabelece um precedente convincente para a cooperação global. A China, por exemplo, cancelou repetidas vezes dívidas dos países menos desenvolvidos da África, aliviando seu fardo financeiro. O Plano de Ação de Pequim (2025–2027) do Fórum de Cooperação China-África reforça ainda mais esse compromisso, com a promessa de 360 bilhões de yuans em apoio financeiro nos próximos três anos, incluindo linhas de crédito, diversas formas de assistência e investimento direto de empresas chinesas. Esse pacote abrangente promete catalisar o desenvolvimento industrial, melhorar a infraestrutura e impulsionar a inovação tecnológica em toda a África.

Num seminário organizado em conjunto pelo Centro para a China e a Globalização e pela Development Reimagined em agosto de 2024, intitulado "Reimaginar o atual sistema de governança global para que funcione para a África e as perspectivas da cooperação China-África", diplomatas, representantes de organizações internacionais, especialistas de think tanks e acadêmicos da China e de nações africanas debateram e chegaram a um consenso sobre como a cooperação China-África poderia desempenhar um papel mais significativo na governança global.

À medida que evolui, essa parceria tende a se tornar um modelo de colaboração Sul-Sul, impulsionando o progresso econômico sustentável e promovendo uma ordem global mais equitativa.

Uma divisão entre democracias e autocracias não serve aos interesses globais — nem mesmo aos ocidentais[3]

O conflito muitas vezes serve para mobilizar países e comunidades, mas uma divisão nítida entre democracia e autocracia, embora conveniente, contraria os interesses do mundo multipolar de hoje e só servirá para atrasar os esforços de resolução dos conflitos.

Líderes nacionais e especialistas em política externa reuniram-se na Baviera na semana passada para a Conferência de Segurança de Munique, também conhecida como "Davos da Defesa". Ao longo dos anos, o evento tem sido uma valiosa

[3]Publicado originalmente em 21 de fevereiro de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

fábrica de ideias e um barômetro das mudanças geopolíticas e das respostas dos Estados a novas ameaças e desafios.

Nos primeiros anos depois de sua criação, em 1963, a conferência se concentrava na Guerra Fria e nas ameaças nucleares e servia para projetar a força e a coesão da aliança transatlântica. Com o fim da Guerra Fria, sua agenda se ampliou para abranger temas como a mudança climática, o terrorismo e as ameaças cibernéticas.

O evento continua centrado na OTAN, mas, à medida que o equilíbrio de poder no mundo se deslocou, cresceu também a representação de potências emergentes como a China e a Índia. Isso inclui a participação do nosso think tank, o Centro para a China e a Globalização, que promoveu um evento paralelo sobre as relações China-EUA na edição deste ano.

Em 2020, a última vez que participei presencialmente da conferência, o tema foi "Westlessness", reflexo de uma crise de identidade no Ocidente em meio ao declínio de seu poder relativo e às fraturas na aliança transatlântica.

No evento deste ano, realizado em meio às repercussões da saga do balão entre a China e os Estados Unidos e da guerra na Ucrânia, não havia nenhum sinal de "Westlessness". A invasão da Ucrânia pelo presidente russo Vladimir Putin e o alarde em torno da "ameaça chinesa" galvanizaram o Ocidente em torno de um novo senso de propósito: um grande embate entre democracia e autocracia.

O encontro entre o principal diplomata chinês, Wang Yi, e o secretário de Estado americano, Antony Blinken, realizado à margem da conferência, embora tenha sinalizado que os dois lados estavam deixando para trás o incidente do balão, serviu ainda assim para evidenciar a divisão do mundo em dois campos.

Essa dicotomia passou a dominar os debates estratégicos no Ocidente. Ela permeia a estratégia de segurança nacional do presidente americano Joe Biden e a Bússola Estratégica da União Europeia, divulgada no ano passado. Também tem destaque no relatório da Conferência de Segurança de Munique publicado antes do encontro, que alertava para uma divisão crescente entre "ordens concorrentes".

Apesar da ascendência dessa visão, está longe de ser claro que enquadrar o mundo como uma competição entre democracia e autocracia seja a melhor

maneira de enfrentar as ameaças complexas e mutáveis do nosso tempo, mesmo do ponto de vista dos interesses dos países ocidentais.

Primeiro, uma narrativa binária simplista não corresponde à confusa realidade multipolar do mundo de hoje. Vejam-se as posições que os países adotaram em relação à guerra na Ucrânia: muitas vezes, elas não se alinham de forma nítida ao longo de uma divisão entre democracia e autocracia.

Muitas democracias não se alinharam contra a Rússia; entre elas estão a Índia e a África do Sul, que se abstiveram nas resoluções da ONU contra Moscou no ano passado. Inversamente, nem todas as autocracias apoiam a Rússia. O quadro das sanções também é heterogêneo. Cingapura aderiu à campanha de sanções contra a Rússia, mas Israel não.

Como mostra o Índice de Segurança de Munique deste ano, baseado numa pesquisa com 12.000 pessoas dos países do G7, da China, do Brasil, da Índia, da África do Sul e da Ucrânia, a contraposição entre democracia e autocracia não encontra grande eco em muitos países.

Pessoas em países como a Índia e a África do Sul, por exemplo, veem a oposição entre "países ricos e países pobres" como a principal linha de fratura da política global. Mesmo nos países do G7, a dicotomia entre democracia e autocracia está longe de dominar a percepção dos cidadãos.

Se o Ocidente insistir demais em enquadrar o mundo como uma competição entre Estados democráticos e não democráticos, corre o risco de alienar as pessoas que não veem as coisas desse modo. Isso inclui Estados destinados a desempenhar um papel maior nos assuntos globais à medida que ganham peso econômico e demográfico — Estados que deveriam ser incentivados a participar da construção da ordem internacional, se quisermos manter vivo o multilateralismo.

O segundo problema de ver tudo pelas lentes da oposição entre democracia e autocracia é que essa ótica não capta os riscos e desafios que mais preocupam as pessoas.

O Índice de Segurança de Munique deste ano registra um aumento em 20 indicadores de risco em comparação com a pesquisa anterior, que por sua vez já havia registrado percepções de risco significativamente mais altas que as do ano

precedente. Como escrevem os autores do relatório, o índice reflete uma nova era da política global, marcada por uma "sensação onipresente de insegurança".

Os riscos agregados que mais preocupam as pessoas nos 12 países são, em sua esmagadora maioria, de natureza transnacional. O principal risco é uma crise econômica ou financeira, provavelmente alimentada pela inflação global desenfreada.

A mudança climática, a destruição de habitats naturais e os eventos climáticos extremos e incêndios florestais são, respectivamente, o segundo, o terceiro e o quarto maiores riscos. A interrupção do fornecimento de energia também aparece em posição elevada e ocupa o primeiro lugar na África do Sul e no Reino Unido.

Esses riscos não são problemas de soma zero; o Ocidente não pode enfrentá-los despejando mais recursos numa competição crescente com os Estados não democráticos. Ao contrário, os riscos relacionados à economia global, à saúde pública e ao meio ambiente só podem ser enfrentados com todas as nações trabalhando juntas, independentemente de seu sistema de governo. A competição geopolítica pode interagir com essas ameaças, mas não é seu principal motor.

Os líderes políticos não concordam em muita coisa hoje em dia, mas a conferência deste ano mostra que concordam que a ordem internacional está numa conjuntura crítica — um momento que o chanceler alemão Olaf Scholz chamou, numa expressão que ficou famosa, de *Zeitenwende*, uma virada de época.

Se estamos de fato num ponto de virada histórico, a pergunta é: para onde vamos virar agora, e que visões da ordem internacional vão moldar o nosso futuro?

Dividir o mundo em dois campos opostos tem um apelo simplista como grito de mobilização para o Ocidente. Mas é uma maneira falha de entender o mundo do século XXI, mais multipolar e interconectado do que nunca, não só por laços econômicos e culturais, mas também por desafios compartilhados como a mudança climática, que exige que todos os Estados trabalhem juntos.

Das guerras ao aquecimento global, o mundo clama por ação coletiva[4]

Em meio ao aumento das tensões geopolíticas, nosso mundo interconectado exige uma abordagem colaborativa da mudança climática, dos conflitos, da infraestrutura, da saúde pública, do comércio e de outras questões, para proteger nosso lar comum.

Numa era marcada pela escalada das tensões geopolíticas e por um crescente sentimento antiglobalização, o imperativo da cooperação internacional saltou para o primeiro plano do debate global.

Esse foi o tema predominante do recente 8º Fórum de Inovação de Think Tanks Globais da China, em Pequim, seguido imediatamente pelo Intercâmbio de Think Tanks UE-China, financiado pela União Europeia. O senso de urgência de uma ação coletiva era palpável entre os participantes, um grupo diversificado de mais de 100 representantes de think tanks de mais de 20 países e regiões.

Como presidente do Centro para a China e a Globalização, que organizou os eventos com parceiros como o European Policy Centre, tive a oportunidade de propor um marco de cooperação destinado a reparar as fissuras entre as nações e a criar uma frente unida para proteger nosso lar comum. Eis os 10 imperativos:

Primeiro, o clima. O espectro da mudança climática paira sobre a humanidade e nos desafia a ir além da mera conversa e a agir de forma concertada.

Apesar da complexa teia de políticas industriais, subsídios e compromissos — em particular os assumidos pelas nações desenvolvidas com as nações em desenvolvimento —, é inegável a necessidade de uma abordagem colaborativa para "reduzir os riscos" do nosso planeta. Cabe a todas as nações promover um ambiente propício à busca de soluções para essa ameaça universal.

Segundo, os conflitos. À sombra das guerras no Oriente Médio e na Ucrânia, o apelo à paz ressoa com uma urgência que transcende fronteiras e divisões políticas. As tragédias e o sofrimento nas zonas de conflito são lembretes contundentes do preço devastador que a guerra cobra da comunidade global.

[4]Publicado originalmente em 12 de novembro de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

É necessário que a comunidade internacional defenda a causa da paz, faça mediações com determinação inabalável e leve ajuda humanitária aonde ela é mais necessária, por todos os meios disponíveis, incluindo os canais diplomáticos, as organizações multilaterais e os movimentos de base.

A busca da paz deve continuar sendo um objetivo primordial, pois ela é o alicerce sobre o qual se pode construir uma ordem mundial estável, próspera e justa.

Terceiro, a infraestrutura. Outro campo propício à cooperação é a infraestrutura global. A infraestrutura é a espinha dorsal do desenvolvimento, sobretudo no mundo em desenvolvimento.

A Iniciativa Cinturão e Rota da China catalisou um movimento global que encontra eco nas propostas de construção apresentadas pela Build Back Better World, liderada pelos Estados Unidos, pelo Global Gateway europeu e pelo Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa.

Essas iniciativas, que em conjunto apoiam o mundo em desenvolvimento, evidenciam a necessidade de aproveitar as plataformas financeiras existentes e poderiam — e deveriam — trabalhar juntas. Os países e os credores multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, podem ajudar a cobrir o déficit global de financiamento da infraestrutura.

Quarto, o digital. Na era digital de hoje, os dados despontaram como um recurso crucial, comparável ao petróleo no século XXI. Uma atitude aberta em relação ao fluxo de dados é essencial, mas também o é a criação de um marco coerente de governança global.

Abordagens díspares, exemplificadas pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da UE, pela Lei de Privacidade do Consumidor da Califórnia, nos Estados Unidos, e pela Lei de Proteção de Informações Pessoais da China, limitam o potencial da globalização digital. Um órgão regulador unificado, talvez nos moldes de uma Organização Mundial de Dados, é fundamental para harmonizar essas políticas díspares.

Quinto, a saúde pública. A pandemia de covid-19 foi um duro lembrete das armadilhas da cooperação insuficiente. Ao contrário da colaboração bem-sucedida contra os surtos de síndrome respiratória aguda grave (SARS) e de ebola, o mundo não conseguiu se unir diante da covid-19, o que resultou numa

catástrofe generalizada. Isso deve servir de lição para melhorar a preparação para futuras pandemias.

Sexto, as instituições. No centro da governança global estão as Nações Unidas, uma instituição cuja autoridade precisa ser preservada. Como segundo maior contribuinte do orçamento da ONU, a China reconhece a importância de defender o direito e a ordem internacionais tal como definidos pela ONU e insta todos os Estados-membros, incluindo os Estados Unidos, a cumprir suas obrigações.

Sétimo, a cooperação Norte-Sul. A dinâmica entre o Norte Global e o Sul Global oferece à China, que transita entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento, a oportunidade de servir de mediadora. Ao promover maior cooperação nessa área, a China pode ajudar a harmonizar os interesses das duas comunidades, contribuindo para o desenvolvimento e a governança globais sustentáveis.

Oitavo, as finanças e o comércio. A era pós-1945 tem sido, em grande medida, uma demonstração do poder pacificador do comércio e do investimento internacionais. À medida que as nações se tornam cada vez mais interdependentes, fica cada vez mais evidente a necessidade imperiosa de fortalecer — e não enfraquecer — a Organização Mundial do Comércio e seus mecanismos.

No campo das finanças internacionais, diversificar as moedas de pagamento para além do dólar americano, incorporando uma participação maior de grandes moedas como o euro e o yuan, poderia resultar numa arquitetura econômica global mais equilibrada.

Nono, os intercâmbios entre os povos. Promover o turismo cultural e os intercâmbios internacionais de estudantes e acadêmicos é outro caminho pelo qual as nações podem fomentar a compreensão e o respeito mútuos. Esses laços entre os povos são o alicerce da cooperação internacional e precisam se tornar — e continuar sendo — prioridade dos governos depois da suspensão das restrições da covid-19.

Por fim, os acordos internacionais. A suspensão de sanções e a retomada de acordos comerciais, como o Acordo Abrangente de Investimentos China-UE, são cruciais para fortalecer a cooperação econômica e as relações comerciais entre as nações.

Embora cada país enfrente seu próprio conjunto de desafios, a natureza interconectada do mundo moderno exige uma abordagem colaborativa dos nossos problemas comuns. Só por meio da ação coletiva podemos nos empenhar em construir um mundo estável, sustentável e próspero para as gerações futuras.

Um encontro de mentes transatlânticas[5]

Embora dominada pela Europa e pelos Estados Unidos, a Conferência de Segurança de Munique tornou-se um fórum cada vez mais importante para a solução de questões globais prementes, e o retorno da China à conferência em 2023 evidenciou esse fato.

Em contraste com o frio que castigou as edições de 2019 e 2020 da Conferência de Segurança de Munique (MSC), o tempo estava excepcionalmente ameno do lado de fora do Hotel Bayerischer Hof, onde a MSC 2023 estava marcada para acontecer de 17 a 19 de fevereiro.

Mesmo assim, quando centenas de pessoas do mundo inteiro se reuniram no salão da conferência — o maior encontro da MSC desde a eclosão da pandemia de covid-19, no início de 2020 — para discutir temas que iam da guerra à mudança climática, talvez tenham sentido um leve frio no ar. O primeiro aniversário da guerra entre Rússia e Ucrânia, que então se aproximava rapidamente, e a iminente recessão econômica global prenunciavam um ano desagradável, e havia poucas soluções viáveis sobre a mesa.

DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO

A MSC costumava ser uma movimentada "reunião anual da família transatlântica", como a apelidou a mídia ocidental. Criada em 1963, depois da Crise dos Mísseis de Cuba, tornou-se um polo para políticos que buscavam consultar líderes do mundo desenvolvido sobre políticas de segurança. A MSC 2023 recebeu dezenas de líderes de Estado, entre eles todos os dirigentes do Grupo dos Sete, com exceção do presidente americano Joe Biden, que foi representado pela vice-presidente Kamala Harris, acompanhada de cerca de 60 parlamentares americanos. Ironicamente, embora seja um dos principais atores de pelo menos

[5] Publicado originalmente em 4 de março de 2023 pela *Beijing Review* e revisto para esta coletânea.

uma das muitas crises globais em curso, a Rússia não enviou delegados pelo segundo ano consecutivo.

"Como intensificar as sanções contra a Rússia" foi um tema importante da agenda da conferência, acompanhado de uma condenação pública cada vez mais forte da operação militar especial russa. Em seu discurso na MSC, jogando mais lenha numa fogueira que já ardia na sociedade, Harris acusou abertamente a Rússia de "cometer crimes de guerra" na Ucrânia. A ministra das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, manteve um discurso mais moderado, ao dizer que "a guerra terminaria amanhã" se a Rússia retirasse suas tropas da Ucrânia.

Reforçados por uma mentalidade comum, muitos participantes ocidentais tendem a ver o mundo por uma perspectiva dual, segundo a qual o mundo se divide entre democracia e autocracia, o que confere ao Ocidente um forte senso de unidade. Essa dicotomia entre o bem e o mal, na melhor das hipóteses, unifica o Ocidente ao identificar seus "inimigos" pela ideologia; mas, na pior, expressa a ideia de que a democracia de estilo ocidental seria superior aos demais sistemas políticos do mundo. Em comparação com as edições da MSC de que participei em 2019 e 2020, ficou claro que, em 2023, essa dicotomia se tornou mais instrumental para "transpor o fosso atlântico".

Mas a democracia pouco importa quando o fosso diz respeito a participações de mercado e lucros comerciais. Era improvável que a UE deixasse de lado suas divergências com os Estados Unidos sobre certas políticas econômicas no momento em que Christoph Heusgen, presidente da MSC desde 2022, questionava Harris sobre a Lei de Redução da Inflação americana, que subsidia pesadamente as montadoras dos Estados Unidos para que superem suas concorrentes europeias. Esse sentimento de insatisfação me mostrou o quanto uma ordem internacional justa, que a China sempre defendeu, é importante para todos — inclusive para as grandes potências.

A DIPLOMACIA DE ALTA VISIBILIDADE DA CHINA

O retorno da delegação oficial da China e de seus think tanks à MSC este ano é mais um sinal de que os esforços diplomáticos chineses estão voltando ao normal depois dos longos e sombrios dias da covid-19.

Não surpreende que a China seja há muito tempo um dos principais motivos de preocupação na conferência. Lembro-me de um artigo de opinião de título célebre, "China, China, China!", publicado pelo *Washington Post* em sua cobertura da MSC 2020. Somado à disputa com os Estados Unidos em torno do "incidente do balão", no início de fevereiro, e à atitude da China diante da crise na Ucrânia, o reaparecimento de representantes chineses de alto nível na MSC suscitou amplas especulações sobre a relação do país com os Estados Unidos e com o resto do mundo. A maior e a segunda maior economias do mundo pareciam estar iniciando uma nova rodada de diplomacia, que pode muito bem moldar a trajetória do desenvolvimento global nesta era turbulenta.

O encontro informal entre Wang Yi, diretor do Gabinete da Comissão de Relações Exteriores do Comitê Central do Partido Comunista da China, e o secretário de Estado americano, Antony Blinken, tinha por objetivo atenuar a frustração persistente com o "incidente do balão" — objetivo que de fato alcançaram. Nem a China nem os Estados Unidos queriam desperdiçar essa valiosa oportunidade de estabilizar a relação bilateral. Os dois lados deram cautelosamente um passo atrás e evitaram qualquer troca de acusações durante o encontro, o que, espera-se, abrirá caminho para a redução das tensões e para o fortalecimento da colaboração internacional em muitas questões globais, incluindo a crise na Ucrânia.

A China sempre foi uma defensora entusiasmada do multilateralismo e aproveita todas as oportunidades para praticar a diplomacia multilateral na MSC. Nos encontros com líderes mundiais, Wang Yi ressaltou a importância da paz, da confiança mútua e do multilateralismo e manifestou forte oposição ao unilateralismo. Pela primeira vez desde a eclosão da crise na Ucrânia, Wang teve um encontro pessoal com o ministro das Relações Exteriores ucraniano, Dmytro Kuleba, e reiterou a posição da China de que está "pronta para trabalhar com a comunidade internacional para impedir que a situação se agrave e para continuar lutando pela paz". Para respaldar as palavras com ações, em 24 de fevereiro, primeiro aniversário da guerra, a China divulgou uma proposta de 12 pontos para uma solução política da crise na Ucrânia.

Com o retorno da delegação chinesa, a MSC 2023 mostrou mais diversidade, não só no debate das questões globais, mas também nos participantes e nos

formatos — sobretudo nos eventos paralelos, em que atores não governamentais se dedicaram ativamente à diplomacia de segunda via (Track II). Como participante da MSC, o Centro para a China e a Globalização (CCG) organizou um evento com o tema "Oásis ou miragem: uma análise das relações China-EUA na questão climática". Com base nas análises de assessores políticos e especialistas regionais da China, dos Estados Unidos e da Europa, o evento procurou examinar a relação China-EUA pelas lentes duplas da diplomacia climática e das questões geopolíticas mais amplas.

Nos últimos anos, a MSC tornou-se cada vez mais importante para que os formuladores de políticas colaborem com empresários e integrem as preocupações do mundo dos negócios às estratégias políticas gerais. Em 2019, na primeira vez em que o CCG foi convidado para a MSC, as empresas chinesas e as questões tecnológicas correlatas foram temas centrais de vários seminários da conferência, e os consensos extraídos desses debates e discussões foram, em grande medida, incorporados às políticas industriais do Ocidente.

Dificilmente se pode dizer que a conferência de três dias produziu soluções concretas e imediatas para as crises e os desafios internacionais atuais. As pessoas se encontraram e conversaram; ideias foram apresentadas e discutidas; e soluções podem surgir depois que se chegar a um consenso. Talvez só semanas ou meses depois do fim da conferência percebamos que algo transformador de fato aconteceu. Para os participantes que vieram da China, a MSC não foi uma plataforma para exibir músculos, mas para mostrar sua determinação de enfrentar os desafios globais junto com o resto do mundo.

A Conferência de Segurança de Munique, uma plataforma que atrai cada vez mais atenção global[6]

Apesar de suas origens na Guerra Fria, a MSC continua sendo uma plataforma importante para as questões de segurança e, com a presença da China e de outros participantes não ocidentais, vem atraindo cada vez mais atenção global.

Em sua fase inicial, a MSC reunia grupos seletos das esferas política e acadêmica do Ocidente, que se encontravam para discutir questões de segurança durante

[6]Publicado originalmente em 22 de fevereiro de 2023 pelo GD Today e revisto para esta coletânea.

a Guerra Fria. Por isso, alguns a chamavam de reunião de família do Ocidente. Embora o foco principal da conferência na segurança tenha permanecido inalterado depois da Guerra Fria, o leque de temas e de participantes se ampliou significativamente, sinalizando uma transição rumo a um fórum global. A conferência, no entanto, conserva alguns de seus traços anteriores, em especial a ênfase em participantes ocidentais de alto gabarito. Seus debates se caracterizam por uma intensidade sem paralelo e exercem considerável impacto na formulação de políticas. A CNN descreveu com propriedade a Conferência de Segurança de Munique como "a cúpula de mais alto nível sobre diplomacia e segurança global".

Este ano, não apenas o presidente francês Macron, o chanceler alemão Scholz, o primeiro-ministro britânico Rishi Sunak e a vice-presidente americana Kamala Harris compareceram e discursaram, como também mais de um terço dos membros do Congresso americano esteve presente, formando a maior delegação dos Estados Unidos na história da MSC — tanto que o ex-diretor do Wilson Center brincou que havia ali congressistas suficientes para conduzir os trabalhos do Congresso.

Como de costume, centenas de participantes se reuniram no Hotel Bayerischer Hof, em Munique, para três dias de reuniões com agenda apertada e interações de alto nível. O Relatório de Segurança de Munique oferece análises e avaliações perspicazes das questões de segurança global a partir de uma perspectiva ocidental e costuma ser leitura obrigatória para a tomada de decisões.

Na MSC 2023, os representantes ocidentais adotaram uma postura inflexivelmente dura contra as ações militares da Rússia na Ucrânia. A vice-presidente americana Harris fez um discurso em que expôs a perspectiva dos Estados Unidos sobre a guerra russo-ucraniana e acusou a Rússia de cometer crimes de guerra na Ucrânia, enquanto a ministra das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, disse que a paz seria possível "amanhã" se a Rússia parasse os bombardeios e retirasse suas tropas.

A China mostrou uma atitude mais pragmática. O encontro de Wang Yi com Dmytro Kuleba, ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, resultou num documento intitulado "A posição da China sobre a solução política da crise na Ucrânia". Pequim afirma estar firme na defesa da paz e do diálogo, e "o plano

de paz da China para a Ucrânia foi recebido com cautela pelo Ocidente", como noticiou depois o *Guardian*. Ao mesmo tempo, porém, muitos dos presentes ao encontro acolheram bem a posição da China e esperam que ela possa desempenhar um papel mais ativo na solução da crise entre Rússia e Ucrânia.

Graças a seus participantes de destaque, o encontro também se revelou uma excelente oportunidade para que altos funcionários de governo mantivessem conversas formais e informais.

Wang Yi, diretor do Gabinete da Comissão Central de Relações Exteriores do Partido Comunista da China, manteve "conversas informais" com o secretário de Estado americano, Antony Blinken — um dos destaques das interações bilaterais durante a MSC, que atesta o papel crescente da conferência como plataforma. O *New York Times* descreveu a reunião como um "encontro tenso", mas a comunicação pessoal é certamente melhor do que não haver encontro algum e favorece o entendimento entre as duas maiores economias do mundo. O comunicado à imprensa do Departamento de Estado americano também manifestou interesse na continuidade do diálogo com a China.

Nos últimos anos, a China tornou-se um participante indispensável e um tema central da MSC. Em 2020, por exemplo, houve nada menos que 11 eventos paralelos explicitamente relacionados à China. Naquela edição de 2020, o então conselheiro de Estado e ministro das Relações Exteriores Wang Yi rebateu as acusações do então secretário de Estado americano Mike Pompeo contra a China.

O presidente francês Emmanuel Macron deve visitar a China em breve, e os presidentes da China e dos Estados Unidos poderão voltar a se encontrar este ano, depois de uma cúpula em Bali, na Indonésia. A maratona diplomática de Wang Yi antes, durante e depois da MSC lançou as bases das atividades diplomáticas da China daqui em diante.

Resquícios de pensamento estereotipado persistem no Ocidente. O Índice de Segurança de Munique 2023, por exemplo, usou a "crise da democracia" como referência, o que ilustra a divisão entre democracia e autocracia que domina o discurso ocidental. Essa polarização, porém, não encontra eco. Líderes de vários países do Oriente Médio têm dificuldade de se situar nessa dicotomia e relutam em escolher um lado. Num evento paralelo, um representante de Cin-

gapura observou que essa classificação simplista não dá conta das complexidades dos sistemas de governo e defendeu uma abordagem mais inclusiva. Muitos representantes manifestaram a esperança de que a China se posicione de forma mais enfática sobre o tema.

A presença de delegados chineses nesses eventos serve de contrapeso aos oradores ocidentais e leva a um discurso mais racional e objetivo. Num evento paralelo dedicado ao tema "democracia e autocracia", respondemos às críticas ocidentais e, embora houvesse apenas um punhado de delegados chineses na MSC este ano, eles tiveram um papel significativo para garantir a diversidade de perspectivas.

A MSC também serve à China como plataforma para facilitar a distensão e o diálogo entre as grandes potências. O Centro para a China e a Globalização (CCG) participou ativamente de vários eventos paralelos durante a conferência, nos quais transmitimos as políticas, as posições e as opiniões da China a partir da perspectiva da sociedade civil.

O tempo em Munique também deu mais credibilidade ao evento paralelo do CCG sobre a cooperação climática China-EUA, para o qual foram convidados velhos e novos amigos. Uma declaração notável veio do professor Graham Allison, decano fundador da Kennedy School of Government da Universidade Harvard, que enfatizou que as relações China-EUA não devem ser definidas apenas pela competição, mas também pela cooperação. Ele ressaltou que a ênfase na cooperação entre a China e os Estados Unidos não deve ser menor que a ênfase na competição. Essa visão, se reconhecida pelas elites americanas, poderia ter um impacto positivo nas relações bilaterais.

O impacto da Conferência de Segurança de Munique na formulação de políticas do Ocidente continua tão forte quanto sempre. Um conhecido meu, funcionário das Nações Unidas que participou do encontro, revelou que se sente na obrigação de comparecer todos os anos, porque muitas das vozes e ideias que ouve ali são incorporadas a políticas seis meses depois. Um exemplo claro disso é que, depois das intensas discussões sobre as empresas chinesas de tecnologia numa edição anterior da MSC, muitos países ocidentais adotaram políticas correspondentes sobre essas questões.

A China precisa dar mais importância a essa plataforma, não só para promover a comunicação e o diálogo, dissipar equívocos e alcançar consensos, mas também para oferecer soluções e propostas chinesas e se empenhar em otimizar os interesses de todas as partes de um ponto de vista pragmático.

Três razões pelas quais uma política externa movida por preocupações de segurança tornará o mundo mais pobre e mais perigoso[7]

Quando as preocupações de segurança dominam a formulação de políticas, o mundo só fica mais fragmentado. Precisamos priorizar a cooperação econômica para garantir um mundo pacífico, próspero e mais bem preparado para lidar com as questões globais.

É difícil escapar da sensação de que estamos num momento decisivo da história, que vai determinar o futuro por muito tempo. Nosso mundo está dilacerado pela pandemia de covid-19, pela rivalidade entre grandes potências e agora pela guerra na Ucrânia.

Os desafios se multiplicam à medida que a recuperação econômica engasga, o ritmo da mudança tecnológica se acelera e ameaças globais como a mudança climática se intensificam. O multilateralismo está em desordem e a velha ordem mundial está morrendo, mas a nova ainda não nasceu.

O novo mundo que emergir desse tumulto será próspero e pacífico? Seremos capazes de cooperar e de gerir os desafios globais, ou a globalização e a ordem internacional que a sustenta vão desmoronar?

Em 1945, arquitetos da ordem do pós-guerra, como o presidente americano Harry Truman e o secretário de Estado Dean Acheson, ponderaram questões semelhantes ao contemplar um mundo destruído por dois conflitos globais. Uma década antes, a Grande Depressão havia desencadeado uma espiral viciosa de protecionismo, dificuldades econômicas e nacionalismo que paralisou o comércio global e lançou as sementes da guerra.

Esses líderes sabiam que precisavam impedir que aquele ciclo se repetisse. Lançaram o Plano Marshall para reconstruir as economias europeias e criaram

[7] Publicado originalmente em 19 de maio de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o que viria a ser a Organização Mundial do Comércio (OMC). Juntas, essas instituições ofereceram um marco de cooperação econômica de longo prazo que alimentou um círculo virtuoso de abertura, comércio, prosperidade e estabilidade.

A cooperação econômica foi a base da recuperação após a Segunda Guerra Mundial e também nos ajudou a nos reerguer da crise financeira global de 2008. Infelizmente, agora que começamos a sair da pandemia, as tendências atuais se parecem mais com os isolacionistas anos 1930 do que com o período posterior à Segunda Guerra Mundial.

A integração dos mercados que começou em 1945 e se difundiu depois da Guerra Fria está perdendo força. A segurança está superando a economia como força motriz da cooperação internacional, sobretudo depois da invasão da Ucrânia pela Rússia.

A securitização da política externa talvez seja mais evidente nos Estados Unidos. Desde que o ex-presidente americano Donald Trump paralisou a OMC e retirou os Estados Unidos da Parceria Transpacífica, Washington tem se concentrado em fortalecer alianças militares e em forjar novos arranjos de segurança, como o Quad e o AUKUS.

A invasão da Ucrânia pelo presidente russo Vladimir Putin provocou uma mudança radical na política externa de toda a Europa. A União Europeia planeja criar uma força de mobilização rápida, e os países estão abandonando tabus de longa data. A Alemanha está aumentando seus gastos militares, e a Finlândia e a Suécia caminham para aderir à OTAN.

Na Ásia, o quadro é mais heterogêneo. A região tornou-se um foco do multilateralismo econômico, mas, ao mesmo tempo, as preocupações com a segurança estão aumentando.

O Quad está se tornando mais ativo, e o novo governo da Coreia do Sul manifestou interesse em aderir a ele. No Japão, alguns conservadores pressionam para revisar a Constituição e abandonar o pacifismo. Enquanto isso, a China confirmou ter assinado um acordo de segurança com as Ilhas Salomão. Os gastos militares estão em alta em toda a Ásia: cresceram quase 50% entre 2010 e 2020.

Os dois últimos anos mostraram quanto somos vulneráveis às rupturas nas cadeias de suprimentos. Deslocar as prioridades da eficiência para a resiliência e

a segurança é compreensível e desejável, mas agora há o risco de que o pêndulo oscile para o outro extremo.

Os países podem se retirar da globalização, passando a comerciar apenas com pequenos grupos de aliados ou até se recolhendo à autarquia. Dar as costas ao livre comércio e adotar concepções estreitas de segurança nacional nas relações com outras nações não nos tornará mais seguros. Ao contrário, tornará o mundo mais perigoso, mais pobre e mais vulnerável a ameaças globais como a mudança climática.

Primeiro, a história sugere que novos arranjos de segurança podem ter um efeito desestabilizador ao criar um dilema de segurança. As medidas de um Estado para reforçar sua segurança, como formar uma nova aliança, podem fazer com que outros se sintam menos seguros. Isso pode desencadear contramedidas e uma espiral de desconfiança mútua, que deixa o Estado original menos seguro.

Essa dinâmica surgiu nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Os países europeus forjaram alianças para reforçar sua segurança, mas elas se tornaram o que Henry Kissinger chamou de "máquina diplomática do juízo final", permitindo que o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria deflagrasse um conflito global mortífero.

Enquanto as novas iniciativas de segurança criam riscos, a restrição do livre comércio e do investimento também enfraquece os benefícios desses vínculos. A invasão de Putin mostra que a cooperação econômica não impede a guerra, mas ela ainda pode ser uma força de estabilidade ao vincular os interesses dos países e humanizar os parceiros comerciais.

Segundo, voltar-se para dentro vai sufocar o crescimento e a inovação num momento em que a economia global já está sob forte pressão da inflação, das rupturas nas cadeias de suprimentos e da guerra na Ucrânia. Isso ameaça empurrar bilhões de pessoas para a pobreza, a miséria e a fome.

Os preços só vão subir mais se reconfigurarmos as cadeias de suprimentos em função da segurança, e não da eficiência. Como aponta um relatório recente, a maneira de tornar as cadeias de suprimentos mais resilientes é diversificar mais, e não menos.

Por fim, desviar o foco da cooperação econômica para as preocupações tradicionais de segurança vai prejudicar nossa capacidade coletiva de enfrentar

as ameaças globais. O progresso na busca de soluções vai vacilar se os cientistas americanos e europeus colaborarem menos com seus colegas chineses e russos. Nossa capacidade de implementar soluções conjuntas também será prejudicada se a coesão global e os mecanismos de governança se enfraquecerem ainda mais.

Os líderes mundiais precisam reconhecer esses riscos e seu poder de moldar o tipo de mundo que vai emergir da pandemia e da guerra na Ucrânia. Não podemos permitir que as preocupações de segurança dominem a formulação de políticas e tornem nosso mundo mais fragmentado e militarizado.

Em vez disso, precisamos encontrar maneiras de garantir que a cooperação econômica prospere, para que possamos construir um mundo que, mesmo dividido, seja pacífico, próspero e mais bem protegido contra desastres planetários.

É preciso uma Organização Mundial de Dados para evitar a desordem baseada em regras[8]

Um momento "Bretton Woods dos dados" poderia abrir caminho para uma instituição capaz de estabelecer regras de governança de dados e criar um marco viável para reger as questões e as disputas digitais.

Num momento em que as perspectivas econômicas são sombrias, a economia digital é um raro ponto luminoso nas projeções de crescimento global. Ela já responde por 15,5% do produto interno bruto mundial. Na próxima década, espera-se que 70% do novo valor criado na economia se baseie em modelos de negócios de plataforma viabilizados pelo digital.

O tráfego mensal global de dados disparou durante a pandemia e deve chegar a 780 exabytes até 2026, mais que o triplo do registrado em 2020. Enquanto isso, estima-se que meio milhão de novos usuários se conectem à internet a cada dia.

Em julho de 2021, o número de países com regras de localização de dados havia subido para 62, ante 35 em 2017, enquanto o total de medidas em vigor mais que dobrara, chegando a 144. Muitos outros países, como a Índia e o Vietnã, estão prestes a adotar novas e abrangentes leis de proteção de dados.

A União Europeia caminha para uma nova lei que se aplicará a todos os dados gerados em seu território, com base no Regulamento Geral sobre a Proteção de

[8] Publicado originalmente em 8 de junho de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Dados, que se aplica aos dados pessoais. A China está elaborando mais regulamentos sobre o tratamento de dados, depois que novas leis de segurança de dados e de privacidade entraram em vigor no ano passado.

Os fluxos transfronteiriços de dados estão se tornando rapidamente uma nova esfera de rivalidade geopolítica. Em maio, noticiou-se que os Estados Unidos, o Japão, a Coreia do Sul e outros quatro membros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico haviam concordado em criar regras de transferência de dados pessoais independentes do marco atual do fórum regional, a fim de excluir a China e a Rússia.

Os padrões para a transferência transfronteiriça de dados serão um aspecto central do pilar de "economia conectada" do Marco Econômico do Indo-Pacífico (IPEF), que também exclui a China e vários outros países asiáticos.

A politização e a divergência dos regimes de governança de dados ameaçam criar uma "tigela de espaguete" de sistemas incompatíveis, que reduz o comércio, desacelera a produtividade e sufoca a inovação. Essas barreiras vão aumentar a complexidade, a incerteza e os custos para as empresas, sobretudo para as menores, que terão mais dificuldade de acessar as cadeias globais de suprimentos.

À medida que os dados desempenham um papel cada vez maior em nossa vida e em todas as esferas da atividade econômica, a fragmentação do nosso sistema tecnológico global também vai enfraquecer os laços econômicos, sociais e culturais entre as nações, tornando o confronto mais provável.

Alguns acordos regionais começaram a forjar padrões comuns para regular a transferência de dados com base em regras, de modo a minimizar as barreiras ao comércio. Entre eles estão o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica e o Acordo de Parceria para a Economia Digital entre Cingapura, Chile e Nova Zelândia. Arranjos que incluem um pequeno grupo de países, no entanto, só nos levarão até certo ponto, sobretudo se estiverem abertos apenas a convidados selecionados, como o IPEF.

O que realmente se faz necessário é um conclave internacional para repensar nossas instituições globais para um mundo de dados — o que a ex-comissária de Informação do Reino Unido Elizabeth Denham chamou de "Bretton Woods dos dados".

A conferência de Bretton Woods original, em 1944, possibilitou a criação de instituições globais que ofereceram um marco estável de cooperação numa economia mundial baseada no comércio aberto de bens tangíveis. Essas instituições do pós-guerra, porém, pouco mudaram desde os anos 1990, enquanto a economia intangível se tornou exponencialmente maior e mais complexa. Na prática, o mundo está tentando rodar uma economia do século XXI, baseada na nuvem, no equivalente ao Windows 95.

Precisamos agora de um novo marco de governança global para a economia movida a dados, incluindo mecanismos robustos para sustentar fluxos abertos de dados e gerir os impactos de longo alcance da tecnologia digital.

Um bom ponto de partida seria atualizar as instituições existentes para a era dos dados. A Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em junho, é uma oportunidade para acelerar as negociações sobre comércio eletrônico e estabelecer regras básicas e exceções globais para os dados.

O Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20, que realizou sua primeira reunião em março, é um acréscimo bem-vindo e deve acelerar a coordenação das políticas de dados entre os membros do grupo.

Além disso, há bons argumentos para criar uma instituição inteiramente nova, uma espécie de "Organização Mundial de Dados" dedicada exclusivamente à economia digital. Sua prioridade máxima seria estabelecer as regras do jogo da governança de dados e criar um marco viável para reger as questões digitais e resolver disputas.

Naturalmente, forjar esse consenso seria um enorme desafio, sobretudo no atual clima geopolítico. Países diferentes têm ideias, leis e valores diferentes quando se trata de governança de dados. É preciso dar-lhes flexibilidade para administrar internamente as consequências sociais, políticas e de segurança das tecnologias emergentes. Mas um órgão como a Organização Mundial de Dados poderia ao menos oferecer uma plataforma de cooperação para manter baixas as barreiras aos dados e garantir a interoperabilidade entre diferentes sistemas regulatórios.

A conferência de Bretton Woods foi um momento decisivo na criação de um sistema aberto de comércio baseado em regras, que ajudou a economia global a se

recuperar da devastação da Segunda Guerra Mundial. Hoje, a economia global luta para se reerguer depois de ter sido duramente atingida pela pandemia.

Chegou a hora de um "Bretton Woods dos dados" que traga nossas regras multilaterais de comércio para o século XXI e contenha a maré do protecionismo digital, para que os fluxos de dados possam ser uma fonte de crescimento e oportunidade, e não de discórdia.

PARTE II

GEOPOLÍTICA E MULTILATERALISMO

Em busca de uma saída para as tensões geopolíticas

Num mundo que encolheu exponencialmente, conectado por tecnologias que permitem a comunicação instantânea, os conflitos e as tensões se intensificaram num cenário cada vez mais multipolar. Isso, somado aos benefícios e aos desafios da globalização, cria uma atmosfera geopolítica complexa e em constante transformação. Nesse contexto multilateral, cabe às nações responsáveis encontrar soluções efetivas para os problemas que o mundo enfrenta.

8
O PAPEL E AS CONTRIBUIÇÕES DA CHINA

Desde seu retorno ao cenário mundial, após a histórica visita de Nixon e o restabelecimento das relações com os países ocidentais, bem como sua volta às Nações Unidas, o papel da República Popular da China vem evoluindo e se transformando à medida que o país cresce e se desenvolve. Sua crescente influência econômica e a condição de maior parceiro comercial de muitos países deram-lhe mais influência política e diplomática, o que lhe permitiu contribuir consideravelmente para a resolução de conflitos e para a manutenção da paz mundial.

Sobretudo nos últimos anos, com o surgimento de grandes conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio, a China tem trabalhado para mediar a paz e promover a estabilidade em regiões onde os conflitos prejudicam o comércio, o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral das populações locais. Fiel a seus "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica", a China tem pedido continuamente que as partes em conflito e os principais atores globais se sentem à mesa e trabalhem juntos para construir uma solução diplomática.

No entanto, a postura relativamente neutra da China — e até a percepção de que ela coopera com certas partes em contraposição ao Ocidente —, somada às críticas de que suas propostas de paz são inexequíveis, tem dificultado que o país avance e assuma a liderança nas negociações de paz em conflitos como os da Ucrânia e da Faixa de Gaza. Dito isso, apesar de sua abordagem discreta, de diálogo com todas as partes, e de sua relutância em tomar partido — ou melhor,

justamente por causa disso —, a China goza de uma confiança e mantém canais de comunicação que faltam a países como os Estados Unidos e os Estados-membros da UE, o que pode ser extremamente decisivo para mediar uma paz verdadeira com países como a Rússia.

Preencher essa lacuna talvez seja a maior vantagem da China na resolução de conflitos, uma vantagem capaz de fazer a diferença nas negociações por uma paz real e duradoura, baseada no respeito mútuo e no interesse comum. Neste capítulo, vamos nos concentrar no papel em evolução da China e no trabalho que ela tem feito para promover a paz e a estabilidade em algumas das regiões do mundo mais propensas a conflitos. O foco estará principalmente no Oriente Médio e na guerra Rússia-Ucrânia, mas oferece também um espelho para outros conflitos globais e para opções alternativas de solução.

Tornar-se um verdadeiro ator global

O impacto histórico da China no cenário mundial, tanto regional quanto global, é inegável. Da potência cultural que influenciou não só seus vizinhos asiáticos, mas também os palácios e os lares da Europa e da América, ao poderio econômico e político que, nos últimos anos, tem pesado cada vez mais nas relações globais, a China está se tornando um verdadeiro ator global.

Como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a China tem seu papel na manutenção da paz e da segurança mundiais consagrado no cerne das próprias instituições encarregadas de prevenir e resolver conflitos. Nos primeiros tempos como membro, sua condição de país em desenvolvimento e suas forças armadas relativamente fracas a impediram de participar plenamente dos esforços globais de manutenção da paz, mas, nos últimos anos, a China passou a assumir um papel mais ativo.

A China sustenta que seu maior envolvimento nos assuntos internacionais e sua atuação nas questões globais não representam ameaça ao status quo nem a nenhum outro país, mas isso tem, ainda assim, despertado preocupação entre as potências tradicionais, que veem o resultado como uma situação de soma zero, em que, se a China ganha, elas perdem. A abordagem não tradicional da China tem sido bem recebida por boa parte do mundo em desenvolvimento — expressão muitas vezes usada como sinônimo de Sul Global —, que cada vez mais

vê a China como parceira preferível para mediar a paz em tempos de conflito. É por isso que a China é cada vez mais vista como uma força estabilizadora na geopolítica.

O primeiro artigo deste capítulo, "A China está pronta para ser uma âncora num admirável mundo novo multipolar", mostra que a posição da China como defensora firme e eficaz do multilateralismo e da igualdade para as nações marginalizadas é importante para alcançar o mundo em desenvolvimento. O artigo seguinte, "A China como ator global na arena internacional: um papel crescente no cenário mundial", desenvolve esse tema ao examinar de perto a abordagem da China à diplomacia internacional, incluindo seus esforços para mediar conflitos, mas também a forma como ela se relaciona com o mundo por meio do BRICS e de uma colaboração econômica mais ampla, optando por caminhos alternativos para a paz que a diferenciam das abordagens ocidentais tradicionais.

O papel da China como mediadora da paz

A China está singularmente preparada para o papel de mediadora. Tendo passado de país em desenvolvimento ao limiar da condição de país de renda média, a China continua enraizada no Sul Global, de suas relações com a ASEAN e com os países da Ásia Central às que mantém com os países africanos, o que se sintetiza em sua Iniciativa Cinturão e Rota. A boa vontade e as relações econômicas que construiu com esses países são algo que o mundo desenvolvido não consegue igualar.

No entanto, a China, potência econômica, tornou-se indispensável também para os países desenvolvidos, que dependem dela para boa parte de sua produção manufatureira e como mercado-chave para os produtos que consomem. Esse vínculo econômico significa que a China tem a influência e os canais necessários para atuar tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento.

À medida que se torna um participante mais proativo das missões de manutenção da paz e trabalha com outros países para prevenir e resolver conflitos, a China ganhou a reputação de ser mais flexível e aberta a formas alternativas de mediar esses conflitos. O terceiro artigo deste capítulo, intitulado "Por que a China está se tornando uma das primeiras escolhas para mediar conflitos

globais", examina como a China vem transpondo distâncias regionais e econômicas para construir consensos entre os países-membros do BRICS, os países do Oriente Médio e a Rússia, tornando-se uma força transformadora pela paz.

O quarto artigo deste capítulo, "A China pode ter um papel maior na mediação de grandes conflitos internacionais", defende que a China pode e deve aproveitar suas vantagens para participar ativamente da mediação de conflitos e promover soluções pacíficas, e apresenta nove pontos sobre como a China pode contribuir de forma construtiva para esse processo. A ideia ecoa também no quinto artigo deste capítulo, "A China pode servir de catalisador da cooperação Norte-Sul global", que examina como a relação da China especificamente com o Sul Global a coloca numa posição singular para preencher a lacuna que existe entre o Ocidente e muitos países não ocidentais ou em desenvolvimento que vivem conflitos.

Voltando o foco para a influência econômica da China como fator importante que ela pode aproveitar na mediação de conflitos, o sexto artigo deste capítulo, "O papel mediador e a diplomacia econômica da China: promover a paz e o progresso no Oriente Médio", examina mais de perto o êxito da China numa região onde a diplomacia ocidental tradicionalmente teve impacto limitado. Destacando a conquista da China ao restabelecer as relações entre a Arábia Saudita e o Irã, o artigo argumenta que as mesmas técnicas poderiam ser usadas para mediar uma paz duradoura entre Israel e Palestina.

A abordagem singular da China para mediar a paz entre Rússia e Ucrânia

Talvez o conflito mais controverso da história recente, com implicações de longo alcance para a ordem e a paz mundiais, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia está redefinindo o modo como o mundo se alinha. As ações da Rússia despertaram na Europa o medo de uma ameaça real de guerra, algo que não se sentia desde o fim da Segunda Guerra Mundial, como mostra a decisão da Finlândia e da Suécia de aderir à OTAN.

A guerra também afetou a China: como ela se dispôs a manter o comércio normal com a Rússia e a não aderir às sanções contra seu maior vizinho, o Ocidente passou a dizer que ela se aliou à Rússia, criando uma batalha ideológica entre autocracia e democracia.

A China, no entanto, continuou a manter sua posição intermediária, demonstrando sua oposição às ações da Rússia ao seguir defendendo a soberania de todas as nações e ao pedir a cessação imediata das hostilidades como parte de uma proposta-quadro de paz. Ao mesmo tempo, continua a enfatizar negociações inclusivas, que reúnam não só as partes em conflito, mas também outras grandes potências regionais e globais para discutir juntas uma solução.

O artigo seguinte deste capítulo, intitulado "A China pode ajudar Trump e Putin a acabar com a guerra na Ucrânia", destaca os desdobramentos mais recentes das negociações para levar a paz à Ucrânia e ressalta que o papel da China e de outros países do BRICS é essencial para o processo de paz e para os futuros esforços de reconstrução. O oitavo artigo deste capítulo, intitulado "Por que a China continua sendo a melhor chance do mundo para a paz na Ucrânia", traz mais contexto sobre o tema, destacando as dificuldades que os Estados Unidos e a Europa enfrentam para resolver a guerra na Ucrânia e ressaltando, ao mesmo tempo, que a posição singular da China no cenário mundial, inclusive suas relações com a Rússia, pode torná-la a mais eficaz para alcançar uma paz duradoura. O tema é retomado no artigo seguinte, intitulado "Por que a China está em melhor posição para ajudar a negociar o fim da guerra na Ucrânia", que começa destacando os avanços obtidos com a Rússia e outros países por meio da Organização para Cooperação de Xangai, o que demonstra a importância de manter abertos os canais de comunicação com todas as partes e de explorar todas as opções — algo que a China, ao lado da Turquia, tem conseguido fazer e que pode muito bem colocar os dois países na melhor posição para negociar uma paz duradoura na Ucrânia.

Compreendendo a posição da Rússia melhor do que a maioria, a China percebeu, logo no início da guerra, que a Rússia estava numa situação delicada, da qual não conseguiria sair facilmente. O décimo artigo deste capítulo, "É hora de oferecer uma saída à Rússia, e a China pode ajudar nisso", destaca a disposição da China, numa fase muito inicial da guerra, de buscar um meio-termo para encontrar uma solução multilateral, num momento em que os países ocidentais estavam concentrados em atingir a Rússia com sanções dolorosas para frustrar seu esforço de guerra.

Longe de apoiar a Rússia incondicionalmente, porém, a China expressou com clareza sua oposição e tem pedido continuamente uma solução diplomática pacífica para as hostilidades, tendo apresentado seu próprio plano de paz. O artigo seguinte, "Enquanto a guerra na Ucrânia se arrasta, por que não dar uma chance ao plano de paz da China?", reitera os esforços da China em favor da paz. Apesar das críticas ocidentais de que o plano não traz soluções exequíveis, ele continua sendo a melhor base para pôr fim às hostilidades e reunir todos para discutir o caminho rumo à paz.

O último artigo deste capítulo, intitulado "O alarme com um 'eixo China-Rússia' ressuscita uma indesejada mentalidade de Guerra Fria", adverte contra conclusões precipitadas sobre uma suposta aliança entre a China e a Rússia. O retorno a uma narrativa simplista e bipolar de Guerra Fria no mundo atual, claramente multipolar, é irrealista e impraticável. A China não está aliada à Rússia, e as tentativas de impor essa narrativa podem ter o efeito involuntário de aproximar ainda mais os dois países.

Como grande potência, a China historicamente contribuiu de forma positiva para a paz regional e a prosperidade global. Apesar das contribuições relativamente recentes do Ocidente para as instituições e práticas globais, bem como de suas contribuições reais para a paz e a prosperidade mundiais, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, é importante que a China recupere seu papel tradicional, para assegurar o equilíbrio na tomada de decisões globais e garantir que possa voltar a fazer parte da governança global e a contribuir para ela.

A China está pronta para ser uma âncora num admirável mundo novo multipolar[1]

O que parece claro na Conferência de Segurança de Munique deste ano é que está a caminho uma evolução rumo a uma ordem mundial pluralista. Precisamos de um marco de governança eficaz para abraçar esse novo mundo multipolar, reformando as instituições e incluindo mais países na conversa.

O título do mais recente Relatório de Segurança de Munique diz tudo. Depois de "Virar a maré — Desaprender o desamparo", em 2022, "Re: visão", em

[1] Publicado originalmente em 4 de março de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

2023, e "Perde-perde?", no ano passado, o volume deste ano, lançado antes da Conferência de Segurança de Munique, realizada no mês passado, chama-se "Multipolarização". A era unipolar terminou.

Fui o único palestrante chinês convidado para o evento de abertura da conferência e estive no lançamento do relatório. Como participo há anos dos eventos paralelos da Conferência de Segurança de Munique, calculo que neste ano muito mais delegados vieram do Sul Global, reflexo da multipolaridade crescente.

À medida que a agenda do presidente americano, Donald Trump, toma forma, muitos participantes parecem ver a China como um contrapeso estabilizador — papel que a China parece disposta a assumir.

O arco temático da conferência reflete uma tomada de consciência mais ampla. Três anos atrás, o debate sobre o "desamparo coletivo" captou a desordem na esfera transatlântica. No ano passado, o exame das "dinâmicas de perde-perde" deu enquadramento às tensões da competição de soma zero. O foco deste ano na multipolarização reflete um mundo de poderes em dispersão — uma transição turbinada pelo Trump 2.0.

As ameaças tarifárias e o instinto negociador de Trump dominaram os corredores de Munique, lançando uma sombra sobre os debates enquanto os participantes tentavam entender as implicações de sua agressiva agenda comercial.

Nesse cenário, o apelo do ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, ao multilateralismo teve grande ressonância, oferecendo um contraponto que privilegiava a cooperação, e não o confronto, num panorama geopolítico em mutação. Sua visão de um "mundo multipolar igualitário e ordenado" encontrou eco entre os que buscam estabilidade, enquanto sua crítica ao protecionismo realçou a abordagem contrastante da China nas relações globais.

As medidas da China — zerar as tarifas para mais de 40 países menos desenvolvidos no ano passado, depois de isentar de impostos de importação 98% dos produtos de mais de 20 países africanos — são uma resposta ao protecionismo. Essas iniciativas deram resultado: segundo a alfândega chinesa, as importações chinesas da África cresceram 14% na comparação anual, para US$ 60,15 bilhões, no primeiro semestre do ano passado.

Essa diplomacia econômica rendeu à China elogios como força estabilizadora num mundo incerto. Ao mesmo tempo, a guerra Rússia-Ucrânia evidenciou o potencial da China como pacificadora.

O plano de Trump, que impede a entrada da Ucrânia na OTAN e depende de forças europeias para manter a paz, enfrenta ceticismo generalizado. Como o presidente russo, Vladimir Putin, provavelmente resistirá a uma força de paz liderada pelo Ocidente, o governo Trump mudou a dinâmica: nada de tropas americanas, contando-se, em vez disso, com contribuições da Europa e, possivelmente, de outros lugares.

Aqui, a China poderia assumir um papel de liderança. Tendo contribuído nos últimos anos com mais capacetes azuis do que qualquer outro membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China poderia encabeçar uma força neutra, possivelmente ao lado da Índia e do Brasil.

O peso diplomático de Pequim está crescendo, como se viu na reaproximação entre Irã e Arábia Saudita e nos cessar-fogos em Mianmar. Um esforço liderado pela ONU poderia oferecer uma saída a Putin, estabilizando o Leste Europeu e fazendo avançar uma resolução multipolar de conflitos.

As tensões econômicas ocuparam o centro dos debates de Munique. Numa sessão a portas fechadas sobre segurança econômica, sugeri responder aos aumentos tarifários de Trump com reduções, no mesmo espírito da política chinesa de isenção de vistos de entrada para 54 países, entre eles os Estados Unidos.

Um representante — que não era da China — provocou comentários entusiasmados ao propor uma resposta unificada: cortar tarifas enquanto Trump as aumenta, manter os mercados abertos e reforçar marcos como o Acordo de Paris e a Organização Mundial do Comércio (OMC) para contrabalançar as políticas dele. Essa estratégia poderia amortecer o impacto do protecionismo, evidenciando a resiliência da China e reforçando o papel de Pequim como pilar do multilateralismo.

A abordagem de Trump, guiada por acordos, põe à prova a unidade ocidental. Em seu discurso na conferência, o vice-presidente americano, JD Vance, mirou as vulnerabilidades da Europa — as restrições à liberdade de expressão, a secularização —, apresentando-as, creio eu, como trunfo para negociações

comerciais. As notícias de um telefonema de Trump a Putin, sugerindo um degelo, abalaram ainda mais a confiança transatlântica.

Ao se afastar das agendas do passado, centradas no poder militar, e privilegiar os ganhos econômicos em vez da ideologia, Trump sinaliza uma mudança profunda. Na conferência, sugeri que isso poderia inaugurar a era de um "grande triângulo", com laços EUA-China-Europa moldados por acordos práticos, e não por dogmas.

O mundo está evoluindo para uma ordem pluralista, com a China, os Estados Unidos e a Europa como três pilares interligados. Veja-se a recente Cúpula de Ação sobre Inteligência Artificial, em Paris: China, França, Alemanha, na verdade toda a União Europeia, e dezenas de países firmaram um pacto, enquanto os Estados Unidos e o Reino Unido ficaram de fora.

Essa multipolaridade, porém, ainda carece de governança eficaz. A inclusão promovida pela Conferência de Segurança de Munique, com cada vez mais vozes do Sul Global e de mulheres, representa um avanço, mas os marcos globais estão ficando para trás. O Conselho de Segurança da ONU, a OMC e o Acordo de Paris continuam inclinados para os interesses ocidentais, muitas vezes marginalizando as potências emergentes.

O histórico diplomático da China oferece um modelo possível: sua defesa da ampliação do BRICS, abrindo a adesão a países como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, amplifica a voz do Sul Global. Esses países anseiam por um papel maior nos sistemas globais — talvez por meio de um Conselho de Segurança da ONU reformado, com assentos permanentes para a África e a América Latina, ou de um pacto comercial que rivalize com o alcance cada vez mais vacilante da OMC.

A era dos acordos de Trump desafia essa ordem emergente. Seu foco econômico — refletido em escolhas como a do embaixador na China, David Perdue, ex-CEO de uma empresa da lista Fortune 500, e a do secretário do Tesouro, Scott Bessent, veterano de Wall Street — pode fragmentar alianças ou fazer surgir novas. A resposta da China — que combina manutenção da paz e abertura — dá ao país uma posição singular.

A extensão da isenção de vistos a países como os Estados Unidos e o Canadá, como sugeri na conferência, poderia ampliar o soft power da China, enquanto

projetos conjuntos da Iniciativa Cinturão e Rota e do Global Gateway da UE na África poderiam servir de modelo de cooperação entre os polos.

Munique deixou claro: o mundo multipolar chegou. Diante dessa mudança, com sua habilidade diplomática e seu compromisso com o multilateralismo, a China pode guiar o novo mundo rumo à paz e à estabilidade.

A China como ator global na arena internacional: um papel crescente no cenário mundial[2]

Dos avanços diplomáticos no Oriente Médio e da mediação da paz entre a Rússia e a Ucrânia ao apaziguamento das turbulências econômicas com a Europa, o papel cada vez mais importante e decisivo da China no cenário mundial é inegável.

À medida que a economia e a política globais passam por mudanças significativas, a China, como uma das maiores beneficiárias do sistema global, busca fortalecer e aprimorar a governança global junto com todas as grandes potências. Entramos num mundo multipolar, e a China despontou como ator-chave, usando seu poder econômico e sua habilidade diplomática para contribuir para o sistema multilateral internacional e aperfeiçoá-lo. Com conflitos fervilhando pelo mundo, o papel da China como mediadora de guerras e disputas tem ganhado cada vez mais destaque. Essa influência decorre não só de sua força econômica, mas também de sua sofisticada abordagem diplomática, ancorada nos princípios da coexistência pacífica e do respeito mútuo. Além disso, a China pôs em prática estratégias inovadoras de desenvolvimento econômico e de transição verde, ao mesmo tempo que defende a cooperação multilateral e fortalece seu engajamento com o Sul Global. Esses esforços estão prestes a redefinir profundamente os contornos das relações internacionais na ordem mundial em evolução.

O PAPEL EMERGENTE DA CHINA NA MEDIAÇÃO DE GUERRAS E CONFLITOS

No mês passado, o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmytro Kuleba, encontrou seu homólogo chinês, Wang Yi, em Guangzhou. Durante as conversas, Wang reiterou o compromisso da China de promover uma solução política

[2]Publicado originalmente em 2 de setembro de 2024 pelo *Bled Strategic Times* e revisto para esta coletânea.

para a guerra da Rússia contra a Ucrânia, posição que teve resposta positiva de Kuleba. A influência significativa da China decorre em grande parte de suas conexões econômicas com as partes do conflito. Nas conversas de Guangzhou, Wang ressaltou o papel da China como maior parceiro comercial da Ucrânia.

Segundo a alfândega chinesa, o comércio bilateral foi de US$ 6,81 bilhões no ano passado. Wang também lembrou a posição da China como principal importadora de produtos agrícolas ucranianos e destacou a participação pioneira da Ucrânia na Iniciativa Cinturão e Rota.

Ao mesmo tempo, a posição da China como principal parceiro comercial da Rússia, com um comércio bilateral que chegou a US$ 240,1 bilhões no ano passado, consolida ainda mais seu papel singular como potencial mediadora neutra. Essa interdependência econômica com os dois países dá à China uma influência que poucos outros países conseguem igualar.

A diplomacia econômica da China obteve um êxito notável há um ano, quando mediou o restabelecimento das relações entre os antigos rivais Irã e Arábia Saudita. Grande parceiro comercial e maior comprador de petróleo dos dois países, a China exerceu uma influência significativa. Esse peso econômico foi reforçado por importantes acordos bilaterais: um acordo de cooperação de 25 anos com o Irã, fechado em 2021, e o fortalecimento de sua parceria estratégica abrangente com a Arábia Saudita, em 2022.

Os profundos laços econômicos da China com essas potências do Oriente Médio lhe deram tanto os meios quanto a motivação para impulsionar a reconciliação entre elas. Terceiro maior parceiro comercial de Israel, com um comércio bilateral que chegou a US$ 14,5 bilhões no ano passado, a China também pode ter um papel significativo na promoção de uma solução pacífica para a crise em Gaza, oferecendo potencialmente um caminho para o diálogo onde a diplomacia tradicional fracassou.

Além disso, o assento da China no Conselho de Segurança da ONU tornou-se um pilar de sua crescente influência diplomática, sobretudo em seu empenho por soluções multilaterais para os conflitos globais. Depois que eclodiram os conflitos na Ucrânia e em Gaza, a China propôs conferências internacionais de alto nível para tratar das crises. Essa abordagem deu frutos neste ano, quando facções palestinas rivais se uniram em torno da Declaração de Pequim, um raro

momento de unidade obtido pela diplomacia chinesa. Dias depois, em 25 de julho, o representante permanente da China na ONU, Fu Cong, reiterou a posição de Pequim sobre a guerra na Ucrânia durante uma sessão de avaliação do Conselho de Segurança, enfatizando a necessidade de negociações de paz e de uma solução política.

Mais importante ainda, a abordagem da China à diplomacia internacional está profundamente enraizada em sua narrativa histórica e nos princípios de sua política externa. A China não tem passado colonial nem se envolveu em campanhas militares de invasão na história recente, o que serve de base para sua credibilidade no cenário mundial. Essa postura, sintetizada nos "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica", privilegia o diálogo e a consulta, e não a força e a agressão, na resolução de disputas internacionais.

Os esforços diplomáticos da China se estendem, ainda, aos países em desenvolvimento, como mostra o recente consenso China-Brasil sobre a crise na Ucrânia. A proposta de seis pontos dos dois países define princípios fundamentais de desescalada, entre eles nenhuma expansão do campo de batalha, nenhuma escalada dos combates e nenhuma provocação por qualquer das partes. Significativamente, o documento propõe uma conferência internacional de paz, a ser realizada num momento aceitável tanto para a Rússia quanto para a Ucrânia, que assegure a participação igualitária e a discussão justa de todos os planos de paz. Essa tendência também ficou evidente no ano passado, quando uma delegação de paz africana visitou a Ucrânia e a Rússia.

A CHINA PODE PROMOVER A COLABORAÇÃO ECONÔMICA GLOBAL E A TRANSIÇÃO VERDE

Em 4 de julho de 2024, a Comissão Europeia anunciou tarifas antissubsídio de 17,4% a 37,6% sobre os veículos elétricos chineses. A decisão da UE de impor taxas adicionais aos veículos de nova energia chineses é desnecessária. Num momento em que o clima global passa por mudanças recordes, deveríamos estar mais empenhados em cumprir o Acordo de Paris. A Agência Internacional de Energia (AIE) projeta que a demanda global por novas instalações fotovoltaicas chegará a 820 gigawatts, cerca de quatro vezes a capacidade acrescentada em 2022. Esse salto na demanda é impulsionado pela necessidade de cumprir as

ambiciosas metas fixadas pelo Acordo de Paris. O apetite verde do mercado mundial é enorme e excede em muito a capacidade dos fornecedores. Para atingir as metas climáticas definidas no Acordo de Paris, são imprescindíveis investimentos substanciais em energia limpa: segundo a AIE, são necessários US$ 4 trilhões em investimentos anuais, e apenas US$ 1,7 trilhão foi efetivamente investido em 2023. A distância entre o investimento necessário e o gasto efetivo ressalta a necessidade de produtos com alta relação custo-benefício, tecnologias avançadas e alocação eficiente de recursos. É impossível para a China enfrentar sozinha o desafio climático.

A China fez progressos significativos no aumento de sua capacidade de produzir tecnologias de energia renovável. Em 2023, fabricou 90% dos painéis solares do mundo, consolidando sua posição de líder global no setor. Além disso, despontou como força dominante no mercado de veículos elétricos, respondendo por 60% das vendas globais desses veículos.

Por isso, a China e a Europa deveriam retomar sem demora o Acordo Abrangente de Investimentos China-UE, suspendendo as sanções que impuseram uma à outra. Além disso, o Parlamento Europeu deveria incentivar as empresas chinesas a investir na Europa, impulsionando assim o emprego local, aumentando a arrecadação de impostos, revitalizando o setor manufatureiro e eliminando tarifas. O desacoplamento entre a China e a Europa não é uma opção.

A China e a Europa também deveriam desenvolver vigorosamente a cooperação em economia digital e inteligência artificial.

Recentemente, organizei no CCG, junto com a embaixadora da Alemanha na China, Patricia Flor, e o embaixador da França na China, Bertrand Lortholary, um simpósio intitulado "Perspectivas europeias e chinesas sobre a governança da IA", para destacar a importância da cooperação em IA entre a UE e a China. Além disso, nunca é demais enfatizar a importância da economia digital e de sua governança. Segundo a Academia Chinesa de Tecnologia da Informação e Comunicação (CAICT), a economia digital já responde por quase 60% do PIB global. Na China, a economia digital tem mostrado um crescimento notável, superando de forma constante o crescimento do PIB total por 11 anos consecutivos. Segundo os dados mais recentes, a economia digital contribui com 41,5% do PIB chinês, número que evidencia sua importância crescente e rivaliza

com a contribuição do setor secundário para a economia nacional, o que abre enormes oportunidades para as empresas europeias trabalharem na China e, em conjunto, em terceiros países.

A CHINA PODE APROFUNDAR A COOPERAÇÃO GLOBAL COM O SUL GLOBAL

A China vem firmando aos poucos seu papel de grande potência responsável no cenário mundial, com o firme compromisso de atuar ativamente numa ampla gama de organismos internacionais, entre eles as Nações Unidas, o BRICS, o G7 e o G20. Essa atuação ressalta a dedicação da China à governança global e sua postura proativa diante dos desafios prementes que o mundo enfrenta hoje. Entre suas prioridades centrais está a defesa da paz e da estabilidade mundiais, com ênfase especial na necessidade crucial de evitar a escalada para um conflito nuclear.

Em busca desses objetivos, a China tem manifestado forte disposição de colaborar com atores globais centrais, sobretudo a Europa e os Estados Unidos, para enfrentar uma série de questões globais que exigem ação coletiva. Uma das áreas em que a influência diplomática da China poderia ter impacto especial é a guerra em curso entre a Rússia e a Ucrânia. Ao assumir um papel ativo na mediação dessa crise, a China tem potencial para contribuir significativamente para reduzir as tensões e encontrar uma solução pacífica. Ao mesmo tempo, o envolvimento da Europa poderia servir de catalisador para o avanço das relações China-EUA, favorecendo um diálogo e uma cooperação mais construtivos entre essas duas grandes potências. Por meio desses esforços multilaterais, a China demonstra seu compromisso com uma abordagem equilibrada e pragmática das relações internacionais, buscando construir pontes e reforçar a estabilidade global num mundo cada vez mais complexo.

A China vem colaborando com membros do Sul Global para reduzir a distância entre países em desenvolvimento e desenvolvidos. Como membro fundador do BRICS, a China tem mantido, por meio do bloco, um intenso intercâmbio comercial com os países em desenvolvimento. Esse mecanismo do BRICS é uma força cada vez mais influente no setor financeiro global e na segurança política. Medidos pela paridade do poder de compra, os países do BRICS já

superaram o G7, respondendo por 35,6% do PIB mundial, contra 30,3% do G7. Até 2028, projeta-se que essa disparidade cresça ainda mais a favor do BRICS, com estimativas de 36,6% contra 27,8%. A sólida cooperação econômica intra-BRICS tem atraído a adesão de mais países de "potência média". Em junho, por exemplo, o ministro das Relações Exteriores da Turquia, Hakan Fidan, falou da busca de seu país por novas oportunidades de cooperação com o BRICS num discurso no Centro para a China e a Globalização.

CONCLUSÃO

Em suma, o papel em evolução da China como mediadora em conflitos globais ressalta sua influência crescente no cenário internacional. Aproveitando seus laços econômicos e seus princípios diplomáticos, a China firmou-se como ator-chave na promoção do diálogo e de soluções políticas, como se vê em seu envolvimento na guerra Ucrânia-Rússia e em sua bem-sucedida mediação entre o Irã e a Arábia Saudita. O compromisso da China com a coexistência pacífica, aliado a suas abordagens inovadoras para o desenvolvimento econômico e a transição verde, consolida ainda mais sua liderança na construção de uma nova ordem mundial. À medida que a China defende a cooperação multilateral e continua a aprofundar seu engajamento com o Sul Global, seus esforços provavelmente terão um papel crucial na redefinição dos contornos das relações internacionais nos próximos anos.

Por que a China está se tornando uma das primeiras escolhas para mediar conflitos globais[3]

No caso específico da guerra Ucrânia-Rússia, a influência econômica da China, suas conexões diplomáticas e seu compromisso com soluções multilaterais fazem dela uma força potencialmente transformadora pela paz.

Enquanto os conflitos fervilham pelo mundo, o papel da China como mediadora ganha destaque, e sua influência econômica e suas conexões diplomáticas a ajudam a promover o diálogo. No mês passado, o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmytro Kuleba, reuniu-se com seu homólogo chinês, Wang Yi,

[3]Publicado originalmente em 16 de agosto de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

em Guangzhou. Durante as conversas, Wang reiterou o compromisso da China de promover uma solução política para a guerra da Rússia contra a Ucrânia, posição que teve resposta positiva de Kuleba.

A influência significativa da China decorre em grande parte de suas conexões econômicas com as partes em conflito. Nas conversas de Guangzhou, Wang ressaltou o papel da China como maior parceiro comercial da Ucrânia. Segundo a alfândega chinesa, o comércio bilateral foi de US$ 6,81 bilhões no ano passado. Wang também lembrou a posição da China como principal importadora de produtos agrícolas ucranianos e destacou a participação pioneira da Ucrânia na Iniciativa Cinturão e Rota.

Kuleba, por sua vez, reconheceu a importância da relação bilateral, dizendo que os dois países não são apenas parceiros comerciais, mas também importantes parceiros econômicos e estratégicos. À medida que a guerra na Ucrânia se arrasta, Kiev parece ver a influência de Pequim como cada vez mais vital. A China, com sua experiência em infraestrutura, poderia ter um papel significativo na reconstrução da Ucrânia no pós-guerra.

Ao mesmo tempo, a posição da China como principal parceiro comercial da Rússia, com um comércio bilateral que chegou a US$ 240,1 bilhões no ano passado, consolida ainda mais seu papel singular como potencial mediadora neutra. Essa interdependência econômica com os dois países dá à China uma influência que poucos outros países conseguem igualar.

A diplomacia econômica da China obteve um êxito notável há um ano, quando mediou o restabelecimento das relações entre os antigos rivais Irã e Arábia Saudita. Grande parceiro comercial e maior comprador de petróleo dos dois países, a China exerceu uma influência significativa. Esse peso econômico foi reforçado por importantes acordos bilaterais: um acordo de cooperação de 25 anos com o Irã, fechado em 2021, e o fortalecimento de sua parceria estratégica abrangente com a Arábia Saudita, em 2022.

Os profundos laços econômicos da China com essas potências do Oriente Médio lhe deram tanto os meios quanto a motivação para impulsionar a reconciliação entre elas. Terceiro maior parceiro comercial de Israel, com um comércio bilateral que chegou a US$ 14,5 bilhões no ano passado, a China também pode — tenho razões para acreditar — ter um papel significativo na promoção de uma

solução pacífica para a crise em Gaza, oferecendo potencialmente um caminho para o diálogo onde a diplomacia tradicional fracassou.

Além disso, o assento da China no Conselho de Segurança da ONU tornou-se um pilar de sua crescente influência diplomática, sobretudo em seu empenho por soluções multilaterais para os conflitos globais. Depois que eclodiram a guerra na Ucrânia e o conflito em Gaza, Wang propôs conferências internacionais de alto nível para tratar das crises.

Essa abordagem deu frutos neste ano, quando facções palestinas rivais se uniram em torno da Declaração de Pequim, um raro momento de unidade obtido pela diplomacia chinesa. Dias depois, em 25 de julho, o representante permanente da China na ONU, Fu Cong, reiterou a posição de Pequim sobre a guerra da Ucrânia durante uma sessão de avaliação do Conselho de Segurança, enfatizando a necessidade de negociações de paz e de uma solução política.

Nas últimas três décadas, a China tornou-se uma grande contribuinte de tropas para as operações de manutenção da paz da ONU — fornece mais capacetes azuis do que todos os demais membros permanentes do Conselho de Segurança juntos — e é a segunda maior financiadora dessas operações. Esses compromissos ajudaram a redesenhar a imagem internacional da China, apresentando-a como uma nação dedicada à paz mundial e ao respeito à soberania, o que difere acentuadamente de sua postura outrora isolacionista.

Mais importante ainda, a abordagem da China à diplomacia internacional está profundamente enraizada em sua narrativa histórica e nos princípios de sua política externa. A China não tem passado colonial nem se envolveu em campanhas militares de invasão na história recente, o que serve de base para sua credibilidade no cenário mundial. Essa postura, sintetizada nos "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica", privilegia o diálogo e a consulta, e não a força e a agressão, na resolução de disputas internacionais.

A política chinesa de não interferência nos assuntos internos de outros países, que oferece uma alternativa às abordagens intervencionistas, conquistou apoio significativo, sobretudo entre os países em desenvolvimento. À medida que os interesses globais da China se expandem junto com suas capacidades econômicas e militares, ela continua a defender a coexistência pacífica e a não intervenção. Livre das amarras das alianças da era da Guerra Fria, a China se apresenta como

mediadora neutra nos assuntos mundiais — papel que assume cada vez mais no complexo panorama geopolítico atual.

Os esforços diplomáticos da China se estendem, ainda, aos países em desenvolvimento, como mostra o recente consenso China-Brasil sobre a crise na Ucrânia. A proposta de seis pontos dos dois países define princípios fundamentais de desescalada, entre eles nenhuma expansão do campo de batalha, nenhuma escalada dos combates e nenhuma provocação por qualquer das partes. Significativamente, o documento propõe uma conferência internacional de paz, a ser realizada num momento aceitável tanto para a Rússia quanto para a Ucrânia, que assegure a participação igualitária e a discussão justa de todos os planos de paz.

Essa tendência também ficou evidente no ano passado, quando uma delegação de paz africana visitou a Ucrânia e a Rússia. Como membro do bloco BRICS (cujos membros originais incluem Brasil, Rússia, Índia e China), a China incentiva os países em desenvolvimento a se unirem na promoção de marcos de desenvolvimento pacífico.

Por meio do compartilhamento de informações, da ajuda financeira, da colaboração em projetos e da participação em negociações internacionais, Pequim, que também faz parte do Sul Global, vem estreitando seus laços com os demais países do Sul Global e amplificando a voz coletiva do grupo nas iniciativas globais de paz.

Em suma, o papel emergente da China na resolução de conflitos globais aproveita sua influência econômica e seu alcance diplomático para unir partes interessadas diversas. Ao criar plataformas de diálogo que transpõem divisões antigas, Pequim oferece uma nova abordagem às negociações de paz.

O compromisso da China com soluções multilaterais e com o diálogo com todas as partes faz dela uma força potencialmente transformadora na manutenção da paz internacional. Essa abordagem não só promove os interesses diplomáticos da China, como também reflete sua visão de um futuro compartilhado para a humanidade, e pode redesenhar o panorama da resolução de conflitos globais nos próximos anos.

A China pode ter um papel maior na mediação de grandes conflitos internacionais[4]

Os impasses em conflitos globais como os da Ucrânia e de Gaza mostram que as potências tradicionais têm dificuldade para conter as tensões, mas a China se mostra promissora como nova mediadora em zonas de conflito internacional.

No turbulento panorama dos assuntos mundiais, conflitos como a crise em curso entre a Rússia e a Ucrânia e o perene embate entre Israel e Palestina são lembretes contundentes do custo humano e das repercussões geopolíticas das disputas não resolvidas. Enquanto o mundo reflete sobre o saldo devastador desses conflitos, fica cada vez mais evidente que são imprescindíveis esforços concertados pela paz e pela estabilidade. Nesse contexto, a China, como grande potência, despontou como defensora de soluções pacíficas para os conflitos internacionais, engajando-se ativamente em esforços diplomáticos que promovem a harmonia global.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia está entrando no terceiro ano e deixou um rastro de devastação dos dois lados. O anúncio do presidente ucraniano, Zelensky, de que 31 mil soldados ucranianos foram mortos evidencia a dura realidade do custo humano da guerra.

Segundo a Missão de Monitoramento dos Direitos Humanos das Nações Unidas na Ucrânia, mais de 10 mil civis, entre eles centenas de crianças, morreram, e outros milhares ficaram feridos. Também se registraram baixas significativas entre as forças russas, com centenas de milhares de mortos ou feridos.

Enquanto isso, o embate em curso entre Israel e Palestina continua a cobrar um preço altíssimo em vidas civis, sobretudo no enclave sitiado de Gaza. Com mais de 22 mil mortos e dezenas de milhares de feridos, o conflito infligiu um sofrimento incomensurável à população, o que representa uma perda de vidas significativa em proporção à população de Gaza antes da guerra.

Em meio a essas crises, a China se posicionou como defensora proativa da paz e da estabilidade no cenário internacional. O discurso do ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, na 60ª Conferência de Segurança de Munique ressaltou o

[4]Publicado originalmente em 30 de abril de 2024 pelo *Global Solutions Journal*, n. 10, e revisto para esta coletânea.

compromisso da China de atuar como força estabilizadora nos assuntos mundiais. O engajamento proativo da China se evidencia em suas múltiplas iniciativas diplomáticas, entre elas a proposta de paz de doze pontos para a guerra Rússia-Ucrânia e seu papel decisivo no restabelecimento das relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã. Além disso, a China tem defendido sistematicamente ações construtivas e responsáveis por parte das nações influentes, sobretudo na proteção de rotas marítimas cruciais, como as rotas de navegação do mar Vermelho.

Apesar desses esforços, esses e outros conflitos continuam a desestabilizar a ordem internacional. É imperativo considerar recomendações realmente exequíveis, voltadas a atenuar as tensões e a promover soluções pacíficas. A seguir estão ações imediatas e práticas que, a nosso ver, teriam impacto real na resolução dos conflitos existentes e na promoção da paz:

A primeira delas é uma conferência de paz para a Ucrânia. Como terceira parte não envolvida, direta ou indiretamente, na guerra da Ucrânia, a China tem se mantido objetiva e imparcial na questão ucraniana, defendendo a paz e o diálogo. O presidente Xi Jinping teve pessoalmente conversas aprofundadas com líderes de vários países, entre eles a Rússia e a Ucrânia. A China propôs um plano de paz de doze pontos, que enfatiza a importância de respeitar a soberania nacional e a integridade territorial e de defender a Carta das Nações Unidas. A China afirmou que não se pode travar uma guerra nuclear na Ucrânia e que instalações nucleares não devem ser bombardeadas. Todos esses esforços visam preparar o caminho para um cessar-fogo e para o diálogo.

Acreditamos que se deve convocar uma conferência de paz abrangente, convidando todas as partes interessadas relevantes, inclusive a Rússia, e acolhendo os esforços de mediação de países como a Turquia e a Suíça. Em reuniões anteriores, a Rússia não foi convidada a participar, já que a Ucrânia insiste na retirada completa de todas as tropas russas de seu território, no restabelecimento das fronteiras na configuração da era soviética, anterior a 1991, e na criação de mecanismos para responsabilizar Moscou. Mas não pode haver negociações de paz genuínas sem a participação da Rússia.

O 10º Fórum China e Globalização, organizado pelo CCG, ofereceu uma plataforma oportuna e flexível, propícia à análise das complexidades da questão

ucraniana. Seu foco em promover o diálogo e examinar questões globais deu a formuladores de políticas, acadêmicos e especialistas do mundo inteiro uma oportunidade única de se reunir e travar discussões construtivas sobre os vários aspectos da situação na Ucrânia. As análises perspicazes, a troca de pontos de vista e o exame de possíveis soluções que resultaram dos debates no fórum podem, em última instância, abrir caminho para esforços bem fundamentados e colaborativos em favor da paz e da estabilidade na região.

Em segundo lugar, deve-se convocar uma conferência internacional de alto nível para Israel e Palestina. Atualmente, Israel ignora os alertas e as condenações da comunidade internacional: não só se recusa a trocar reféns com o Hamas, como reitera suas ameaças de atacar Rafah, cidade no sul de Gaza. Os suprimentos humanitários enviados pela comunidade internacional à Faixa de Gaza precisam entrar pela passagem de Rafah, que dá acesso ao Egito. Se a área for alvo de bombardeios aéreos e ataques terrestres ou acabar sob o controle das forças armadas israelenses, será extremamente difícil que a ajuda humanitária internacional chegue às mãos dos civis em Gaza. Até os Estados Unidos manifestaram oposição à situação atual: o Departamento de Estado americano anunciou sanções contra três pessoas e duas entidades em Israel. Embora possam parecer brandas, essas sanções representam a primeira condenação pública, por parte dos Estados Unidos, da violência de Israel contra os palestinos.

A China espera encontrar uma solução abrangente, justa e duradoura para a questão palestina. No curto prazo, espera facilitar um cessar-fogo imediato para evitar uma escalada maior ou a perda de controle. Opõe-se a ações que prejudiquem civis ou violem o direito internacional e pede a proteção dos civis e assistência humanitária para evitar um desastre humanitário ainda mais grave. A China apoia a pronta convocação de uma conferência internacional de maior autoridade, mais ampla e mais eficaz para promover a retomada das negociações israelo-palestinas, incluindo a elaboração de um cronograma e de um roteiro específicos. A China insiste em que as Nações Unidas tomem a iniciativa de organizar negociações de alto nível com os membros permanentes do Conselho de Segurança, ao lado de representantes palestinos e israelenses. A postura proativa da China no conflito israelo-palestino ficou exemplificada em sua presidência do Conselho de Segurança em novembro passado, que culminou na aprovação da

Resolução 2712 e evidencia seu potencial para fazer avançar os esforços de paz na região.

Em terceiro lugar, a China pode atuar como garantidora de um cessar-fogo entre a Rússia e a Ucrânia. Em 17 de junho de 2023, durante uma reunião com uma delegação africana em São Petersburgo, o presidente russo, Putin, apresentou um rascunho do Acordo de Istambul, esboçado em março de 2022 em Istambul com o objetivo de resolver a questão ucraniana. O rascunho designava China, Estados Unidos, Reino Unido, Turquia, França e Belarus como "países garantidores" do acordo. Dadas suas relações amistosas e suas parcerias estratégicas tanto com a Rússia quanto com a Ucrânia, a China está bem posicionada para servir de garantidora de um acordo de cessar-fogo, facilitando assim as negociações diplomáticas e os esforços de construção da paz.

Em quarto lugar, forças de paz da ONU devem ser enviadas rapidamente à Ucrânia e à Palestina, assegurando que as operações de manutenção da paz respeitem o direito e as normas internacionais, com a devida autorização e mandatos claros. O envio e as atividades das forças de paz devem ser decididos pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia Geral da ONU e exigem o consentimento das partes envolvidas. Uma vantagem fundamental disso é que as ações de manutenção da paz da ONU só podem avançar com o consentimento de todas as partes envolvidas no conflito, o que impede que as forças de paz da ONU se tornem uma nova parte no conflito. O compromisso contínuo da China com as operações de manutenção da paz da ONU faz dela uma contribuinte valiosa para os esforços de manter a paz e a estabilidade nas regiões afetadas por conflitos.

Em quinto lugar, a China pode apoiar os esforços de reconstrução na Ucrânia e em Gaza. Depois de sofrer os estragos da guerra e uma destruição imensa, a Ucrânia precisará urgentemente de reconstrução. Valendo-se de sua experiência como grande construtora de infraestrutura, a China pode ter um papel decisivo nos esforços de reconstrução pós-conflito, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e a estabilidade nas áreas afetadas. A Ucrânia poderia facilitar isso pondo fim às sanções contra a China Railway Construction Corporation (CRCC), impostas por causa da cooperação da empresa com a Rússia. Deveria também retirar a declaração de que, no pós-guerra, "não usaria a tecnologia ferroviária de alta velocidade chinesa". Deveria, em vez disso, acolher a participação

de empresas chinesas de infraestrutura na reconstrução da Ucrânia. Na Faixa de Gaza, a China forneceu ajuda humanitária emergencial, como alimentos e remédios, e anunciou que destinará centenas de milhões de dólares em ajuda à Faixa de Gaza para reconstruir a infraestrutura e prestar socorro. Esses recursos ajudarão a restabelecer a ordem econômica normal da Faixa de Gaza e a melhorar as condições de vida de sua população.

Em sexto lugar, vem a implementação de uma solução de dois Estados para Israel e Palestina. Olhando para o futuro, a solução de dois Estados continua sendo o caminho mais viável para a região. O status quo vigente e a longa história de conflito na região desde 1947 fazem com que o principal desafio esteja em viabilizar e implementar uma solução exequível. Isso deve se concretizar na criação de um Estado palestino capaz de promover a convivência harmoniosa entre Israel e as nações árabes. A China, classificada como a terceira mediadora preferida dos palestinos numa pesquisa YouGov do Arab News, atrás da Rússia e da UE, tem potencial para desempenhar um papel central nesse processo.

Em sétimo lugar, a comunidade internacional deve apoiar a adesão da Ucrânia à UE sem a entrada na OTAN. Se conseguir entrar na União Europeia, a Ucrânia se beneficiará da livre circulação de mercadorias no mercado da UE, da liberdade de investimento e de condições comerciais mais vantajosas. Isso traria mais oportunidades de desenvolvimento econômico para a Ucrânia e fortaleceria a posição econômica do país. A entrada na OTAN, porém, provocaria uma oposição forte e contínua da Rússia, que vê a adesão à OTAN como um desafio a seus interesses de segurança, e poderia aumentar a tensão entre os dois países.

Em oitavo lugar, deve-se reforçar a cooperação entre as grandes potências e as potências médias. Na busca da paz e da estabilidade mundiais, é essencial a colaboração entre grandes potências como a China, os Estados Unidos e a Europa, ao lado de potências médias como Turquia, Japão, Coreia do Sul, Austrália e os países do BRICS. Valendo-se de plataformas multilaterais como as Nações Unidas, esses países podem enfrentar coletivamente os grandes conflitos internacionais por meio do diálogo e da diplomacia. A China está numa posição singular para dialogar amplamente com todas as partes, promovendo a abertura e a inclusão em vez do isolamento e da exclusão, e a negociação e a cooperação em vez do confronto e do antagonismo. A China poderia liderar proativamente

um apelo ao multilateralismo e à busca de resultados ganha-ganha, trabalhando ao mesmo tempo para evitar cenários que resultem em perdas para países individualmente e para a comunidade internacional.

Por último, mas não menos importante, à medida que aumentam os atritos comerciais e tecnológicos entre as grandes potências, manifestos sobretudo em controles de exportação, sanções, tarifas punitivas e restrições a investimentos, a China, os Estados Unidos e a UE têm um interesse crescente em impedir que a situação saia do controle. Além disso, os efeitos colaterais desses desafios representam uma ameaça crescente também para a cadeia de suprimentos e para os usuários finais no Sul Global. Seria viável instituir um mecanismo de salvaguarda para fornecedores de equipamentos de telecomunicações, gigantes das redes sociais e empresas de IA diante de um fórum de diversas autoridades, para que as questões sensíveis e as controvérsias sejam expostas e enfrentadas.

Em suma, na busca de soluções para os enormes desafios impostos pelos conflitos em curso, consideramos que a abordagem proativa da China na construção da paz oferece um farol de esperança para a paz e a estabilidade mundiais. Valendo-se de sua influência diplomática, promovendo o diálogo entre as partes em conflito e defendendo o engajamento construtivo, a China pode ter um papel decisivo para aliviar as tensões e promover uma paz duradoura em regiões marcadas por conflitos e sofrimento. Enquanto o mundo lida com as consequências dos conflitos, são imprescindíveis esforços concertados de construção da paz e de mediação, e a China está pronta para contribuir com esses nobres empreendimentos.

[5]Publicado originalmente em 22 de janeiro de 2024 pelo *People's Daily* e revisto para esta coletânea. Este artigo foi escrito em coautoria com Mabel Lu Miao, cofundadora e secretária-geral do CCG.

A China pode servir de catalisador da cooperação Norte-Sul global[5]

Enquanto o mundo continua a apostar no regionalismo e na redução de riscos, o Sul Global pode ser uma nova fonte de parceiros. Nesse contexto, a China pode ajudar a facilitar o comércio e o intercâmbio Norte-Sul.

Alguns meios de comunicação chamaram 2023 de "Ano do Sul Global", e a *Foreign Policy* publicou que a ascensão da influência política dos países do Sul Global era uma tendência crucial a acompanhar em 2023.

Cunhado originalmente num texto anticolonial de Carl Oglesby, de 1969, o termo "Sul Global" recebeu aval oficial em 2004, com a iniciativa "Forjando um Sul Global", do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Durante a Guerra Fria, o termo "Sul Global" designava com frequência os países do Terceiro Mundo que não se alinhavam nem com os Estados Unidos nem com a União Soviética. Depois da Guerra Fria, o termo evoluiu para "países em desenvolvimento", expressão hoje predominante no discurso nacional e no da ONU.

Hoje, porém, "Sul Global" é um termo encontrado com mais frequência em contextos menos formais e raramente aparece em registros ou documentos oficiais. Em geral, o Sul Global se caracteriza por três atributos principais: uma perspectiva não ocidental, uma postura anti-intervencionista e o foco no desenvolvimento.

À medida que a dinâmica do poder global passa por ajustes substanciais, com a reconfiguração das estruturas de poder, o Sul Global tem demonstrado considerável flexibilidade e independência, o que objetivamente aumentou sua influência e contribuiu para uma distribuição mais equilibrada do poder.

A INFLUÊNCIA CRESCENTE DO SUL GLOBAL

Desde a crise financeira de 2008, a crescente participação dos países em desenvolvimento no PIB mundial lançou, em certa medida, as bases do peso cada vez maior do Sul Global. Os membros do G20 em desenvolvimento viram sua fatia conjunta do PIB saltar de 18,28% em 2008 para 30,52% em 2021, enquanto o conjunto do mundo em desenvolvimento respondeu por mais da metade do PIB global.

Para além da economia, alguns países não ocidentais aproveitam suas vantagens geográficas ou de recursos para redesenhar a dinâmica geopolítica regional. A Turquia explora sua localização estratégica, os países da OPEP usam como trunfo suas reservas e sua produção de energia, e o México se beneficia de seu papel essencial nas rotas comerciais e nas cadeias de suprimentos. Todos estão ajudando a recalibrar o panorama político e econômico enquanto maximizam os próprios interesses. O Sul Global usa suas vantagens comparativas para ampliar sua influência e obter resultados concretos.

Depois do início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, em 2022, os países em desenvolvimento afirmaram sua independência por meio da neutralidade e defenderam negociações, evitando posições polarizadas. Em meio à política monetária agressiva dos Estados Unidos entre 2022 e 2023, que abalou as finanças globais, a sugestão do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, de que os países do BRICS adotassem moedas locais na liquidação de suas transações provocou acalorados debates nos países ocidentais. Hoje o BRICS é uma organização intergovernamental formada por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos. A expansão do BRICS em 2023, por sua vez, deu ao Sul Global mais força para definir agendas e exercer liderança.

O ELO DA CHINA COM O SUL GLOBAL

Os países desenvolvidos, reconhecendo a influência ascendente do Sul Global, estão ansiosos por colaborar em frentes como comércio, mudança climática, infraestrutura e economia digital. As estratégias e os objetivos variam.

Os Estados Unidos vêm tentando seduzir os países em desenvolvimento e isolar a China.

A União Europeia vê o desenvolvimento das relações com o Sul Global como parte de sua chamada estratégia de "redução de riscos". Diante de desafios mais graves de segurança, economia e liderança, a UE está mais concentrada em construir uma "terceira via" para sua visão de uma nova ordem global, por meio da cooperação com os países em desenvolvimento.

Como país em desenvolvimento, a China se alinha ao Sul Global por meio de sua participação no Grupo dos 77, de sua atuação junto ao Movimento dos

Países Não Alinhados e de suas sinergias naturais com esse grupo de países. A cooperação da China com o Sul Global é marcada pela inclusão e pela inovação, como sintetiza a Iniciativa Cinturão e Rota.

O período pós-Guerra Fria caracterizou-se por uma hierarquia global longamente estabelecida, a chamada estrutura de "uma superpotência e várias grandes potências". Nos últimos anos, houve ajustes inevitáveis. A ascensão do Sul Global sinaliza uma guinada rumo a um novo equilíbrio na ordem global, uma transição que está longe de ser simples. A enorme variedade de sistemas políticos, culturas e economias torna o Sul Global menos avesso a riscos, mas suscetível a divergências internas.

A China é o maior país em desenvolvimento do mundo e pode ser uma ponte ideal entre o Sul Global e o Norte Global. Sem deixar de priorizar os interesses do Sul Global, a China pode mediar com sensatez as aspirações dos países em desenvolvimento e dos desenvolvidos. Ao fortalecer a cooperação Norte-Sul e atenuar cenários de soma zero, a China pode promover um desenvolvimento global mais duradouro e uma governança mundial melhor.

O papel mediador e a diplomacia econômica da China: promover a paz e o progresso no Oriente Médio[6]

A experiência histórica da China e seu passado não colonial criam uma afinidade entre ela e as nações do Oriente Médio, o que lhe dá uma vantagem singular para mediar a paz e o progresso na região.

Não surpreende que a China apareça como a terceira mediadora preferida dos palestinos, atrás da Rússia e da UE, segundo uma pesquisa YouGov do Arab News. Essa classificação condiz com a percepção dos palestinos e reflete a postura justa da China e suas ponderadas contribuições para a paz no Oriente Médio. Vale notar que a China teve um papel decisivo na mediação da reaproximação entre a Arábia Saudita e o Irã em março, o que ressalta seu compromisso de promover o diálogo e reduzir as tensões na região.

O degelo entre Riad e Teerã mostra a importância de contar com um mediador confiável e imparcial, e não com uma grande potência que exibe os

[6]Publicado originalmente em 6 de junho de 2023 pelo *Arab News* e revisto para esta coletânea.

músculos e se impõe às nações menores. É evidente que um mediador que age de boa-fé, garantindo confiabilidade e equidade, pode dar novo impulso ao processo de redução das hostilidades. A contribuição da China, depois de um árduo trabalho de Omã e do Iraque, foi decisiva para viabilizar a retomada das relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã.

O Oriente Médio pertence, por direito, aos povos da região, e são eles que devem determinar seu futuro. Independentemente da complexidade e dos desafios envolvidos, uma solução mutuamente aceitável só pode ser alcançada por meio de um diálogo em pé de igualdade, baseado no respeito mútuo.

Não é coincidência que tanto a Arábia Saudita quanto o Irã mantenham laços comerciais substanciais com a China. A China é o principal parceiro comercial dos dois países e o maior comprador de seu petróleo. Nos últimos anos, essas relações se fortaleceram com acordos importantes, entre eles a assinatura de um acordo de cooperação de 25 anos com o Irã, em 2021, e de um acordo de parceria estratégica abrangente com a Arábia Saudita, em 2022. Esses fatos dão à China um poder de persuasão único e um forte incentivo para defender a distensão.

O restabelecimento das relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã deve influenciar os acontecimentos na região. A ampla acolhida de quase todos os países da região indica que eles acreditam que esses acordos contribuirão para a estabilidade política e o desenvolvimento econômico. O acordo saudita-iraniano pode ser visto como continuação do processo de normalização em curso no Oriente Médio, que ganhou impulso em várias frentes, inclusive nos esforços dentro do Golfo e do mundo árabe.

Muitos países da região vêm diversificando ativamente suas relações externas, buscando melhorar os laços com diferentes potências regionais e globais. Essa abordagem estratégica visa romper a dependência em relação a determinadas potências globais e aumentar a autonomia na tomada de decisões.

Na perspectiva do povo chinês, a turbulência no Oriente Médio, incluindo o conflito Palestina-Israel, é vista como um legado da problemática ordem geopolítica estabelecida na era do colonialismo. As potências imperiais repartiram o Oriente Médio, redesenharam os mapas políticos e reduziram a região a fornecedora de oleodutos e postos de gasolina — em grande parte em benefício de

poucos. A realidade histórica do Oriente Médio, reforçada pelas estruturas de poder internacionais, continua a moldar os desafios enfrentados hoje.

A abordagem da China em relação ao Oriente Médio se baseia em sua própria história, marcada por um período de humilhação nos séculos XIX e XX. As lições aprendidas levaram a China a evitar a repetição dessas experiências e a abster-se de impor sua vontade aos outros, sobretudo pela força ou pela coerção.

A China rejeita inequivocamente a reprodução das fracassadas abordagens intervencionistas adotadas por outros. Busca, em vez disso, um engajamento neutro com todas as partes, baseado em acordos mutuamente benéficos e acompanhado de empatia. A China estabeleceu relações diplomáticas formais com a Palestina em 1988, quatro anos antes de estabelecê-las com Israel. Em 2013, apresentou uma proposta de quatro pontos que ressaltava a importância de um Estado palestino independente, da coexistência pacífica entre Palestina e Israel e do estabelecimento de uma Palestina soberana com base nas fronteiras de 1967, tendo Jerusalém Oriental como capital — um direito inerente ao povo palestino.

A recente escalada do conflito Palestina-Israel é um lembrete contundente da necessidade premente de enfrentar a questão palestina. A comunidade internacional deve priorizar o tema, colocando-o no alto da agenda internacional. Um compromisso firme com a solução de dois Estados, a defesa da pronta retomada das negociações de paz e o atendimento às aspirações legítimas do povo palestino são passos essenciais para a realização de seu sonho de estabelecer um Estado palestino independente.

O interesse direto da China está em ver um Oriente Médio pacífico e próspero. Com sua economia e suas relações comerciais em expansão, a China tornou-se um parceiro vital para os países da região. A Iniciativa Cinturão e Rota da China abrange o Oriente Médio e procura contribuir para o tão necessário desenvolvimento da infraestrutura, que beneficiará a longo prazo os países participantes, inclusive a própria China.

A China já afirmou que não pretende mudar a ordem internacional vigente nem desafiar ou substituir os Estados Unidos. Seu objetivo é promover o desenvolvimento, inclusive complementando programas de desenvolvimento nacionais e internacionais em todo o Oriente Médio. Num momento em que o Ocidente dá sinais de cansaço com os assuntos do Oriente Médio, os investi-

mentos substanciais, o comércio e a ajuda da China fornecem bens públicos que promovem o desenvolvimento e a estabilidade na região.

Depois de um longo período de turbulência na região, vale a pena explorar uma abordagem de construção da paz centrada no desenvolvimento. Enfrentar as causas profundas da insegurança regional — como a estagnação econômica, o alto desemprego, a infraestrutura inadequada, o rápido crescimento populacional e a fuga de cérebros — deve ter precedência sobre a exportação de modelos de governança. Ampliar o comércio e o investimento mutuamente benéficos, facilitar a assistência econômica e priorizar o desenvolvimento sustentável são fundamentais para alcançar uma paz duradoura no Oriente Médio.

A China pode ajudar Trump e Putin a acabar com a guerra na Ucrânia[7]

A guerra que continua na Ucrânia mostrou que a Rússia tem dificuldade em trabalhar com equipes de negociação lideradas pela Europa ou pelos Estados Unidos, mas a China talvez possa desempenhar um papel de facilitadora capaz de ajudar a garantir a paz.

A cúpula entre o presidente americano, Donald Trump, e o presidente russo, Vladimir Putin, marcada para esta sexta-feira no Alasca, representa um começo promissor para pôr fim à guerra na Ucrânia. Mas a verdadeira paz exigirá mais do que o envolvimento dos Estados Unidos e da Rússia. Requer também a participação da Ucrânia, da Europa, das Nações Unidas e da China.

Moscou e Kiev continuam muito distantes quanto à maneira de encerrar a guerra. Apesar de terem sofrido baixas espantosas, com poucas mudanças drásticas no terreno, nenhum dos lados demonstrou publicamente qualquer disposição de ceder em suas principais exigências. A Ucrânia não está disposta a aceitar condições que exijam o desarmamento ou a cessão de território sem obter em troca alguma proteção significativa. A Rússia, é claro, continua a pressionar por essas concessões, ao mesmo tempo que rejeita a possibilidade de um compromisso de segurança da OTAN com a Ucrânia.

[7] Publicado originalmente em 13 de agosto de 2025 na *Foreign Policy* e revisto para esta coletânea.

No entanto, por trás das posturas públicas, uma realidade diferente está tomando forma. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, sinalizou abertura para um acordo com a Rússia nas condições certas. O regime de Putin, por sua vez, manifestou disposição de considerar um marco de paz liderado pela ONU, como mostram declarações do embaixador russo na ONU, Vassily Nebenzia. Nesse contexto, negociar uma solução que respeite as linhas vermelhas dos dois lados é difícil, mas não impossível.

A China está numa posição singular para ajudar a romper o impasse. Pequim pode convocar uma cúpula subsequente que reúna a Ucrânia, a Rússia, os Estados Unidos e a Europa e leve a um encontro presencial entre os líderes de todos esses atores. O objetivo seria criar um marco formal de negociações a sete, composto pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mais a Ucrânia e representantes da União Europeia.

A China tem o peso diplomático e a influência econômica necessários para levar isso adiante. Continua sendo o maior parceiro comercial tanto da Rússia quanto da Ucrânia, com US$ 240,1 bilhões e US$ 12,8 bilhões, respectivamente, em 2023. Tanto a Rússia quanto a Ucrânia são membros da Iniciativa Cinturão e Rota, e a China tem especial interesse na estabilidade das exportações ucranianas de grãos. Por isso, Pequim pode oferecer à Rússia a saída de que ela precisa e prestar à Ucrânia assistência para a reconstrução e a recuperação.

Um marco de negociações a sete evita forçar um dos lados a capitular diante da narrativa do outro. Em vez disso, procura reformular o problema buscando interesses comuns — como a segurança nuclear, a estabilidade regional e o fim da miséria humana causada pelos combates — que possam ser desvinculados dos debates de soma zero mais controversos.

O primeiro passo é um cessar-fogo. A história mostra que mesmo um êxito parcial nesse ponto poderia deter a escalada, reintroduzir flexibilidade e ajudar a criar um marco dentro do qual arranjos mais duradouros possam, com o tempo, tomar forma. As cúpulas e os trabalhos iniciais não precisam resolver de saída todas as reivindicações territoriais ou jurídicas. Em vez disso, devem procurar congelar as hostilidades, abrir corredores humanitários, restabelecer o funcionamento econômico básico e iniciar negociações para um acordo de longo prazo.

Uma vez assegurado um cessar-fogo, ainda que limitado, haveria espaço para que uma força de paz da ONU o ampliasse. O secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, afirmou em reuniões da OTAN em Bruxelas e na Conferência de Segurança de Munique que enviar forças americanas à Ucrânia seria inaceitável e que "qualquer garantia de segurança deve ser respaldada por tropas europeias e não europeias capazes".

Os comentários de Hegseth apontam um caminho promissor. Uma força de paz eficaz poderia ser composta por uma combinação de Estados não alinhados e europeus. Isso ofereceria um meio-termo politicamente viável, aplacando os temores dos dois lados do conflito. A presença física dessas tropas inibiria novos conflitos e garantiria o início de um processo de reconstrução. Essa força poderia ser formada por cinco países europeus — como Alemanha, França, Reino Unido, Polônia e Itália — e cinco países do BRICS, como China, Brasil, Índia, África do Sul e Egito. Esse arranjo ressaltaria a neutralidade e também distribuiria as responsabilidades, assegurando assim uma legitimidade ampla e uma garantia de segurança duradoura.

A relativa distância dos países do BRICS em relação aos assuntos de segurança europeus pode se transformar numa vantagem. Por estarem historicamente menos envolvidos, eles têm mais condições de oferecer garantias criativas e medidas de construção de confiança que todas as partes possam aceitar. Isso deveria incluir não só apoio à manutenção da paz, mas também assistência ao desenvolvimento de longo prazo.

Os planos de recuperação para o pós-guerra serão vitais. A tarefa de reconstruir a Ucrânia exige um esforço internacional contínuo — não só financeiro, mas também logístico e técnico. Os países do BRICS, especialmente a China, têm a competência em engenharia e a capacidade de financiamento para ajudar na reconstrução. A participação da China não só ajudaria a acelerar a recuperação da Ucrânia, como também demonstraria o compromisso mais amplo de Pequim com a paz, a estabilidade e o desenvolvimento inclusivo. Dentro desse marco, grupos de trabalho menores poderiam tratar de desafios específicos: o acesso humanitário, as disputas territoriais, a infraestrutura energética e as garantias de segurança de longo prazo — cada um deles reforçado por uma coalizão mais diversificada de contribuintes.

Uma cúpula de paz que inclua todas as partes interessadas — talvez anunciada na ONU — poderia demonstrar que a competição não precisa excluir a cooperação. Com novos conflitos ameaçando se multiplicar, do Oriente Médio ao Leste Asiático, o mundo inteiro tem a responsabilidade de ajudar a preservar a paz. Ao sediar negociações a sete, Pequim pode ajudar a abrir o caminho.

Por que a China continua sendo a melhor chance do mundo para a paz na Ucrânia[8]

Apesar da retórica constante sobre um suposto eixo China-Rússia, o impasse entre a Rússia e o Ocidente faz com que a China, com seu acesso diplomático e seu histórico de diálogo com todas as partes, possa ser a mais bem posicionada para levar a paz à Ucrânia.

A Organização Internacional para a Mediação, instituição criada para complementar e concretizar o artigo 33 da Carta das Nações Unidas, foi lançada em Hong Kong no fim do mês passado. Com 32 países como signatários fundadores, a organização representa aquilo de que o mundo precisa cada vez mais, enquanto a invasão da Ucrânia pela Rússia se arrasta para o quarto ano.

As recentes negociações de paz em Istambul não produziram nenhum progresso substancial, e os golpes desferidos no campo de batalha há muito deram lugar a um impasse desgastante. Nenhum dos lados parece capaz de alcançar a paz, muito menos a vitória no campo de batalha. Enquanto isso, as sanções, as entregas de armas e a escalada retórica continuam a agravar a fragmentação global.

As duas partes continuam profundamente divididas. Os esforços liderados pelos Estados Unidos para levá-las a aceitar um cessar-fogo fracassaram até agora, e não é de admirar, dados os desafios que persistem. Ainda assim, a paz pode estar ao alcance se as questões mais espinhosas forem enfrentadas. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, manifestou abertura para negociações diretas com o presidente russo, Vladimir Putin. Ao mesmo tempo, o embaixador da Rússia nas Nações Unidas, Vassily Nebenzia, reiterou a disposição de Moscou

[8] Publicado originalmente em 12 de junho de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

de apoiar uma iniciativa de paz para a Ucrânia liderada pela ONU, o que sugere que há pelo menos uma brecha.

A resposta não está na OTAN, nem na presença de tropas americanas. O secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, deixou claro que enviar forças americanas à Ucrânia numa missão de paz é inaceitável. "...qualquer garantia de segurança deve ser respaldada por tropas europeias e não europeias capazes", disse ele numa reunião de membros da aliança transatlântica em Bruxelas.

A Rússia não está disposta a aceitar um acordo de paz que deixe divisões da OTAN estacionadas em sua fronteira. Da mesma forma, a Ucrânia não pode aceitar uma paz nos termos da Rússia, que a deixaria desarmada e geopoliticamente isolada. Uma combinação de forças de paz europeias e não europeias será vital para aplacar as inquietações que prolongaram o conflito.

A situação exige uma força militarmente capaz e politicamente neutra, que possa ser composta por atores sem interesses em jogo no conflito. É nesse contexto que a China pode oferecer uma solução que as partes em guerra na Europa não podem — uma alternativa crível, baseada na neutralidade e no respeito mútuo, e não na ideologia e na política de alianças.

A China é o membro permanente do Conselho de Segurança da ONU que mais contribui com tropas para as missões de paz. Suas forças serviram em toda a África e no Oriente Médio, do Líbano ao Mali. E, ao contrário de muitos países da OTAN e da Europa, a China mantém acesso diplomático e relações comerciais tanto com Kiev quanto com Moscou.

Não se trata de uma discussão apenas teórica. O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, e seu homólogo ucraniano, Andrii Sybiha, encontraram-se à margem da Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro. Na conversa, Wang enfatizou o compromisso da China com a paz por meio de uma solução negociada. Destacou também o papel da China como maior parceiro comercial da Ucrânia e um dos principais importadores de produtos agrícolas ucranianos.

Enquanto isso, o comércio bilateral da China com a Rússia chegou a US$ 244,8 bilhões em 2024, o que faz dela o principal parceiro comercial da Rússia. O engajamento econômico simultâneo da China com os dois Estados em guerra faz dela um dos poucos atores com peso suficiente para levar ambos à mesa. Seus

laços com a Rússia lhe dão uma influência discreta, enquanto sua abertura com a Ucrânia lhe dá credibilidade.

A recusa da China em condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia tem sido citada como motivo para questionar sua neutralidade, mas, na realidade, a neutralidade se reflete no comportamento diplomático e na coerência, não em frases de efeito. A China não forneceu armas a nenhum dos lados e, embora não tenha se juntado ao Ocidente na imposição de sanções à Rússia, tampouco protegeu Moscou das consequências de seus atos.

Pequim continuou dialogando com os dois lados quando outros se afastaram. Chegou a apresentar duas propostas de paz distintas. Já em 2022, o presidente Xi Jinping se manifestou contra as tentativas de coerção nuclear, o que levou a uma proposta de paz de 12 pontos em 24 de fevereiro de 2023, aniversário da invasão russa. No ano passado, a China e o Brasil deram sequência a isso com uma declaração conjunta de seis pontos, que propõe uma conferência internacional de paz com participação igualitária e apoio de atores neutros.

Observadores ocidentais descartaram as iniciativas da China como vagas e movidas por interesse próprio. No entanto, as conexões da China com a Rússia e a Ucrânia fazem com que não haja país mais bem posicionado para mediar. Pequim quer tornar a diplomacia possível, não ditar condições.

Infelizmente, boa parte do debate ocidental continua enquadrada pela conversa sobre um eixo China-Rússia, que distorceu as percepções e estreitou as opções. Essa narrativa ignora os laços duradouros da China com a Ucrânia e interpreta mal as intenções de Pequim. O interesse estratégico da China está em promover a estabilidade regional e evitar repercussões econômicas. Ela não ganha nada com uma guerra prolongada que desorganiza as cadeias de suprimentos, eleva a inflação global e endurece as rivalidades entre blocos.

O peso regional da China e seus canais diplomáticos abertos lhe dão uma oportunidade singular de agir com discrição, mas de forma decisiva. Nada disso será fácil. A paz na Ucrânia exigirá concessões difíceis e coordenação internacional, e isso não virá pela escalada nem pela exclusão. É preciso criar um novo caminho — que envolva os velhos atores e traga novos, em particular a China e o Sul Global — para restaurar a ordem por meio do diálogo, do equilíbrio e da diplomacia discreta.

A Ucrânia merece uma paz que dure, e o mundo merece um processo que funcione. Com seu acesso diplomático e seu histórico de diálogo com todas as partes, a China pode ser a última milha decisiva para trazer a paz em nosso tempo.

Neste ano em que celebramos o 80º aniversário da ONU, renovemos nosso compromisso com a paz e a mediação. Precisamos aproveitar esta oportunidade para romper o impasse.

Por que a China está em melhor posição para ajudar a negociar o fim da guerra na Ucrânia[9]

Os laços regionais e o peso que a China aparentemente tem junto à Rússia poderiam lhe dar uma influência formidável para fazer avançar a paz na Ucrânia, graças a seus canais de comunicação abertos tanto com Kiev quanto com Moscou.

Na semana passada, muitos olhares se voltaram para a antiga cidade de Samarcanda, sede da reunião anual da Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Realizada num momento de desafios globais e tensões geopolíticas crescentes, a cúpula mostrou a importância da OCX e do papel da China na promoção do multilateralismo, da conectividade e do desenvolvimento na Ásia Central e além.

Em Samarcanda, os membros da OCX adotaram mais de 40 documentos finais, que abrangem diversas áreas, e emitiram declarações sobre questões prementes, como a segurança alimentar, a segurança energética, a mudança climática e a segurança das cadeias de suprimentos. Também foram anunciados novos projetos de infraestrutura, entre eles o trecho mongol de um novo gasoduto Rússia-China e um acordo conjunto entre a China, o Quirguistão e o Uzbequistão para construir uma ferrovia transnacional.

Quando estiver concluída, ela encurtará em 900 km o trajeto ferroviário de cargas da China para a Europa, que hoje passa pela Rússia. Essa nova rota pela Ásia Central era cogitada havia muito tempo, mas não tinha avançado, em parte porque contrariava os interesses estratégicos e econômicos da Rússia.

[9]Publicado originalmente em 23 de setembro de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

O fato de agora estar saindo do papel reflete a mudança na dinâmica de poder na região e a evolução da relação China-Rússia. Essas mudanças também ficaram visíveis no encontro entre os líderes dos dois países.

Por um lado, a China e a Rússia ressaltaram a solidez da relação bilateral e se comprometeram a apoiar uma à outra em questões relativas a seus respectivos interesses centrais. O presidente russo, Vladimir Putin, descreveu a parceria estratégica entre a China e a Rússia como "sólida como uma montanha".

Nos últimos meses, uma série de acontecimentos aproximou ainda mais a China e a Rússia. A China já era o maior parceiro comercial da Rússia e tornou-se economicamente ainda mais importante para Moscou em meio às sanções ocidentais. Nos oito primeiros meses deste ano, o comércio total de bens entre a China e a Rússia saltou 31,4% na comparação anual, para US$ 117,2 bilhões.

Em Samarcanda, Putin manifestou forte apoio à China, chegando a condenar as "ações provocativas de certos países em questões relativas aos interesses centrais da China". Desdobramentos em curso, como a tramitação da Lei de Política para Taiwan no Congresso dos EUA, devem consolidar ainda mais o alinhamento China-Rússia nessa questão.

Por outro lado, em contraste com a posição unificada sobre Taiwan, talvez o resultado mais notável do encontro tenha sido marcar uma clara distância entre Pequim e Moscou em relação à guerra na Ucrânia. Putin reconheceu a "posição equilibrada" e as "dúvidas e preocupações" da China sobre a crise na Ucrânia e disse que iria "explicar a nossa posição".

Vindo de um líder que não é conhecido por sentir necessidade de explicar nada a ninguém, o reconhecimento por Putin das reservas de Pequim indica que, ao contrário do que pensam algumas pessoas, a China não está plenamente alinhada com Putin sobre a Ucrânia e não conspirou para apoiar a invasão. Juntando essas declarações, vemos que, embora a relação bilateral continue forte, a China tomou certa distância da Rússia na questão ucraniana.

Desde o início da guerra, a China tem procurado calibrar suas ações para se manter acima da refrega. Não condenou a invasão russa, mas também evitou violar as sanções contra a Rússia lideradas pelo Ocidente. A China mantém ainda relações estreitas com a Ucrânia, e, em agosto, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, voltou a instar Pequim a ajudar a pôr fim à guerra.

Esse jogo de equilíbrio colocou a China numa posição em que tem o grau necessário de influência e imparcialidade para ajudar a mediar uma saída para esta crise. Isso poderia envolver a China e as Nações Unidas assumindo um papel de mediação para facilitar negociações a sete entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a Ucrânia e a União Europeia, a fim de intermediar um cessar-fogo e lançar um processo de paz para acabar com a guerra.

Algumas pessoas podem achar intragável a ideia de oferecer a Putin uma saída negociada, sobretudo depois que os avanços das forças ucranianas levantaram a perspectiva de que a Ucrânia possa sair vitoriosa. Mas a realidade é que, a partir deste ponto, há apenas quatro desfechos possíveis para a guerra, e nenhum deles é bonito.

Primeiro, a Rússia poderia perder e ser forçada a uma retirada completa. No entanto, a pressão crescente sobre Putin poderia tornar a situação mais perigosa, à medida que o líder russo se sentisse impelido a tomar medidas cada vez mais extremas — como indicam a recente escalada dos ataques à infraestrutura civil da Ucrânia e sua advertência sinistra, na sexta-feira, de que a guerra ainda poderia "ficar mais séria".

Segundo, as forças russas poderiam se reagrupar e acabar derrotando a Ucrânia, obrigando Kiev a aceitar todas as condições de Moscou. No entanto, um terceiro desfecho, mais provável, é um conflito desgastante e prolongado, em que nenhum dos lados prevalece, ambos sofrem pesadas baixas e o resto do mundo continua a sofrer com a instabilidade econômica e a escassez de alimentos e energia.

Resta o quarto desfecho possível e a única maneira real de deter o derramamento de sangue: um acordo negociado. Isso pode parecer uma perspectiva distante em meio às hostilidades atuais e à postura desafiadora dos dois lados. Mas o acordo de exportação de grãos fechado entre Rússia, Ucrânia, Turquia e ONU em Istambul, em 22 de julho, mostra que intermediários podem ter um papel construtivo.

Assim como a Turquia, a China é um dos poucos países que têm canais de diálogo abertos tanto com Kiev quanto com Moscou, e sua influência é muito maior. Alcançar uma solução multilateral para a guerra em curso será um desafio

enorme, mas a cúpula da OCX ressaltou que não há país mais bem posicionado do que a China para ajudar a alcançá-la.

É hora de oferecer uma saída à Rússia, e a China pode ajudar nisso[10]

Os erros de cálculo da Rússia no início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia a deixaram numa posição incômoda. Talvez uma saída mediada pela China fosse do interesse de todos.

Vladimir Putin parece ter presumido que conseguiria uma vitória rápida, subestimando a feroz resistência da Ucrânia. Duas semanas depois do início da guerra, a Rússia intensifica sua ofensiva contra a Ucrânia, e os países ocidentais, por sua vez, intensificam suas punições financeiras e econômicas contra a Rússia, inclusive acionando a "opção nuclear" financeira — a exclusão dos bancos russos do sistema de pagamentos SWIFT. Enquanto isso, Putin colocou suas forças nucleares de verdade em alerta máximo.

Estamos agora numa espiral de escalada. A pressão crescente sobre Putin provavelmente tornará a situação mais perigosa, à medida que o líder russo se sente impelido a tomar medidas cada vez mais extremas — como as que vimos nos últimos dias, com as táticas de cerco do exército russo e os ataques a áreas civis.

Assim, por mais intragável que a ideia pareça a alguns no Ocidente, é hora de oferecer ao líder russo uma saída com a ajuda da China. Na terça-feira, o presidente chinês, Xi Jinping, realizou uma cúpula virtual com o presidente francês, Emmanuel Macron, e o chanceler alemão, Olaf Scholz, defendendo uma solução diplomática.

Os Estados Unidos e seus aliados podem relutar em deixar que a China tenha qualquer papel nesta crise, já que veem Pequim como rival estratégica. Isso é insensato e míope; os perigos imediatos do conflito superam em muito quaisquer considerações de competição. A própria Ucrânia vê potencial numa solução do conflito liderada pela China. Até agora, a China pediu diálogo e diz apoiar os

[10]Publicado originalmente em 13 de março de 2022 pelo *The New York Times* e revisto para esta coletânea.

esforços de ajuda humanitária. Mas os interesses de Pequim num envolvimento mais proativo crescem a cada dia.

A China tem um interesse econômico significativo numa solução rápida para a guerra russo-ucraniana. A China mantém laços fortes com a Rússia e a Ucrânia e é o maior parceiro comercial individual dos dois países, embora cada um deles comercie mais com o bloco da UE do que com a China. A Rússia e a Ucrânia são componentes cruciais do programa de infraestrutura do Cinturão e Rota, além de corredores para o comércio da China com a Europa. O transporte ferroviário entre a China e a Europa multiplicou-se por 100 desde o início dos anos 2010, mas a guerra em curso ameaça interromper esses fluxos comerciais.

A China também está numa posição singular para atuar como mediadora neutra entre uma Ucrânia apoiada pelo Ocidente e a Rússia. É verdade que Pequim e Moscou têm uma relação forte e crescente, sobretudo no campo econômico. A demanda da China pelos recursos que a Rússia tem em abundância — alimentos e energia —, assim como a insatisfação comum com o estado atual da ordem mundial liderada pelos Estados Unidos, tem aproximado cada vez mais os dois países. Essa aliança foi selada quando Putin e Xi se encontraram no mês passado e emitiram uma declaração conjunta que ressaltava seus laços profundos e reafirmava uma parceria "sem zonas proibidas".

Não é do interesse de Pequim depender apenas de uma aliança antiocidental com Moscou. A Rússia pode ter forças armadas poderosas, mas sua economia está em declínio estrutural de longo prazo, com um PIB não muito maior que o da Espanha. Apesar de toda a conversa sobre os laços com Moscou, vale lembrar que os interesses econômicos da China com a Rússia são ínfimos perto dos que ela compartilha com o Ocidente. Em 2021, o comércio entre a China e a Rússia pode ter saltado 36% em relação ao ano anterior, para US$ 147 bilhões — mas isso ainda é menos de um décimo do comércio somado com os Estados Unidos (US$ 657 bilhões) e a União Europeia (US$ 828 bilhões).

Mesmo que a China não adira às sanções, é possível que empresas e bancos chineses reduzam seu envolvimento com a Rússia para evitar represálias em outros mercados, mais importantes. À medida que a Rússia fica isolada da economia mundial, a China não vai querer carregar sozinha o fardo econômico russo.

A perspectiva de uma relação econômica crescente entre Moscou e Pequim pode parecer ameaçadora para o Ocidente, mas, do ponto de vista de Putin, ela dá à China poder de pressão sobre ele em eventuais negociações. Diante do isolamento crescente que ele e seu país enfrentam, Putin não pode se dar ao luxo de perder também a China.

Há também razões políticas para a China querer que esta guerra termine de um modo que agrade a todos os envolvidos. Quanto mais a guerra durar, mais ela revigorará a aliança ocidental em torno da ideia de um confronto entre Oriente e Ocidente baseado em valores, alinhando ainda mais os Estados Unidos e a União Europeia e elevando os orçamentos militares em todo o mundo. Isso não é bom para a China, que preferiria manter laços econômicos lucrativos com o Ocidente e concentrar seus recursos no desenvolvimento interno.

Num momento em que a China enfrenta críticas globais crescentes por suas violações de direitos humanos, mediar o fim desta guerra poderia ajudar a melhorar a imagem do país junto ao Ocidente. Pequim há muito se esforça para convencer as elites políticas e empresariais da Europa e dos Estados Unidos de que a ascensão da China não representa uma ameaça. O apoio à agressão russa — mesmo que apenas percebido como tal — ameaça minar essa afirmação. Em contrapartida, ter um papel construtivo no fim da guerra poderia ajudar a apresentar a China como parceira estratégica, e não apenas econômica.

No plano ideológico, a China tem pontos em comum tanto com a Ucrânia quanto com a Rússia. A China valoriza profundamente o princípio da soberania estatal e há muito se opõe à interferência externa no que considera assuntos internos, como Taiwan. No mês passado, o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, voltou a pedir respeito global à integridade territorial, dizendo: "A Ucrânia não é exceção." Nesse aspecto, pelo menos, a invasão de Putin contraria diretamente um dos valores centrais da China.

A China — assim como a Rússia — desconfia da influência ocidental pró-democracia em escala global. Até agora, a mídia chinesa evitou criticar a Rússia e chegou a adotar a narrativa de Moscou sobre a guerra. Os dois países compartilham ressentimentos diante do que veem como hostilidade e hipocrisia ocidentais. Enquadrar a invasão como antiocidental e anti-OTAN ajuda a justificar a ação de Putin perante o público interno.

Quanto mais a guerra se prolongar, porém, mais a China poderá se ver numa situação de retornos decrescentes em sua estreita relação com a Rússia. Isso torna ainda mais convincente o argumento para que Pequim assuma um papel ativo de mediação.

Que forma essa mediação poderia assumir? Qualquer solução séria teria de envolver os Estados Unidos e a União Europeia como atores-chave nos arranjos de segurança europeus. Pequim poderia ajudar a intermediar um cessar-fogo imediato como prelúdio de negociações entre a Rússia, a Ucrânia, os Estados Unidos, a União Europeia e a China.

O objetivo de Pequim seria encontrar uma solução que desse a Putin garantias de segurança suficientes, que pudessem ser apresentadas ao público interno como uma vitória, protegendo ao mesmo tempo o núcleo da soberania da Ucrânia e a política de portas abertas da OTAN. Encontrar um ponto de convergência para um acordo desse tipo é difícil, mas não impossível. Alguma diplomacia criativa poderia resolver isso, como uma fórmula para a expansão da OTAN que, na prática, excluísse a adesão da Ucrânia, preservando, em teoria, sua soberania e os princípios da OTAN.

Garantir uma solução multilateral para a crise na Ucrânia será um desafio duro e arriscado, mas não há país mais bem posicionado para isso do que a China.

Enquanto a guerra na Ucrânia se arrasta, por que não dar uma chance ao plano de paz da China?[11]

Desconfiado dos motivos de Pequim, o Ocidente descartou seu plano, alegando que ele não traz soluções exequíveis. Mas, com poder de influência sobre Moscou e interesses próprios em jogo, não há outro país mais bem posicionado para mediar.

Há basicamente duas maneiras de uma guerra terminar: com uma vitória completa ou com um acordo negociado. Depois de um ano de combates na Ucrânia, cresce o consenso de que nenhum dos lados conseguirá uma vitória total tão cedo.

A Rússia parece não ter capacidade de vencer a Ucrânia enquanto o apoio ocidental continuar. Mas as forças russas se entrincheiraram, e parece cada vez

[11] Publicado originalmente em 7 de março de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

menos provável que a Ucrânia consiga expulsá-las, mesmo com equipamentos melhores vindos do Ocidente.

O presidente russo, Vladimir Putin, não vai desistir — ele vê a derrota como uma ameaça existencial e tem recursos para travar uma guerra de desgaste prolongada. E resta a possibilidade aterradora de que ele recorra à opção nuclear se for encurralado.

Enquanto isso, as sanções não paralisaram a economia russa, e não há sinal de nenhum esforço sério para derrubar Putin. Um eventual golpe viria mais provavelmente da direita ultranacionalista e dificilmente poria fim aos combates.

Quanto mais a guerra se arrasta, mais sofrimento causa. É provável que no ano que vem estejamos marcando outro aniversário sombrio — e quem sabe quantos depois disso. Inúmeras pessoas serão mortas, feridas ou ficarão desabrigadas. A interrupção dos fluxos de grãos e de energia vai agravar a fome em regiões vulneráveis e a inflação global, alimentando a instabilidade.

Se nenhum dos lados pode prevalecer, a única maneira de pôr fim ao derramamento de sangue é a mesa de negociações. É verdade que isso também parece improvável — mas não impossível.

O plano de paz divulgado pela China há duas semanas foi imediatamente descartado pela União Europeia e pelos Estados Unidos — mas, e isso é importante, não pela Rússia nem pela Ucrânia. As Nações Unidas classificaram o plano como uma "contribuição importante", e, embora esteja longe de ser perfeito, ele é a única opção sobre a mesa.

Sem um fim da guerra à vista, o plano merece ser devidamente considerado — nem que seja como trampolim para um cessar-fogo e para negociações de paz a sete sob a égide da ONU, que incluam os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, a Ucrânia e a UE.

Há duas críticas principais no Ocidente à proposta de Pequim. Mas nenhuma delas basta para descartá-la de imediato.

A primeira é que o documento não oferece soluções exequíveis. De fato, ele é em grande parte uma reiteração de princípios e deixa sem resposta questões cruciais. Mas deve ser tomado como ponto de partida. Não há como a China — ou qualquer outra parte — oferecer respostas prontas. Os detalhes precisam ser acertados em negociações entre os principais atores.

A segunda objeção, mais séria, é que muitos no Ocidente não veem Pequim como mediadora crível. Desde o início da guerra, Pequim se equilibra numa posição incômoda em relação à Ucrânia. Sua recusa em condenar a invasão de Moscou faz com que muitos no Ocidente vejam a postura da China como uma "neutralidade pró-Rússia".

Mas é preciso reconhecer que a China tem tomado cuidado para não ultrapassar a linha das sanções ocidentais. A China prestou apoio humanitário à Ucrânia, mas não há provas de que tenha fornecido armas à Rússia.

A recusa da China em aderir à campanha contra Moscou pode não cair bem no Ocidente, mas continua sendo a posição majoritária no resto do mundo. Mais importante, é justamente essa relutância em intervir que coloca Pequim numa posição singular para ajudar a mediar.

Muitos desconfiam dos motivos de Pequim para entrar em cena agora. Não há dúvida de que a China tem muito a ganhar se conseguir ajudar a negociar o fim da guerra.

O comércio internacional foi atingido, e a China é a maior nação comercial do mundo e o maior parceiro comercial tanto da Rússia quanto da Ucrânia. Os combates também interromperam um corredor-chave da Iniciativa Cinturão e Rota e o comércio terrestre com a Europa, além de provocar nos mercados globais uma volatilidade que prejudica a China, grande importadora de energia e grãos.

No plano estratégico, fazer o papel de mediadora ajudará a China a melhorar sua imagem, sobretudo no Sul Global, e a preservar sua parceria estratégica com a Rússia, pondo fim a um conflito que prejudica suas relações com o Ocidente. Negociar a paz talvez não diminua a competição com os Estados Unidos, mas certamente ajudaria Pequim a reparar as relações com a UE e a afastar o bloco de Washington.

Motivações cínicas à parte, a China continua sendo a mais bem posicionada para mediar — e a única com influência significativa sobre Moscou. O fato de Pequim ter interesses em jogo só aumenta a chance de êxito; a mediação não precisa ser um ato de altruísmo para funcionar.

O presidente americano, Joe Biden, disse que a ideia de a China ajudar a negociar a paz "simplesmente não é racional". Mas me parece que a objeção é movida mais pela emoção e pela indignação moral.

O interesse próprio de Pequim e sua omissão em se posicionar contra a Rússia não anulam o fato de que a paz beneficiaria a todos e nos permitiria concentrar-nos em nossos muitos outros desafios. O Ocidente estaria dando um tiro no próprio pé se descartasse um possível caminho para a paz só porque ele veio da China.

Além disso, se Pequim leva a sério a intenção de negociar a paz, precisa responder às dúvidas sobre sua disposição e sua capacidade de mediar com imparcialidade. Por exemplo, a liderança chinesa mantém contato com Putin desde o início da crise, mas ainda não conversou com o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky. Depois da divulgação do plano, Zelensky disse que pretendia conversar com o presidente Xi Jinping. Fazer isso acontecer seria um bom começo.

Garantir uma solução multilateral para a crise na Ucrânia é uma aposta difícil. A China terá de se expor mais do que jamais esteve disposta a fazer para que haja alguma chance de êxito. Mas não há país mais bem posicionado para isso. O Ocidente deveria lhe dar uma chance.

O alarme com um "eixo China-Rússia" ressuscita uma indesejada mentalidade de Guerra Fria[12]

Os rumores de uma nova aliança entre a China e a Rússia contrariam tanto os interesses quanto as ações da China. A política externa coerente da China e seus apelos à paz e ao diálogo contínuo com todas as partes deveriam bastar para dissipar a paranoia persistente da era da Guerra Fria.

Na semana passada, completaram-se cinquenta anos da visita histórica do presidente Nixon a Pequim, que aliviou as tensões com a China e redesenhou a geopolítica da Guerra Fria. Depois que a ruptura sino-soviética dos anos 1960 transformou, na prática, uma ordem mundial bipolar numa "tripolaridade", a viagem de Nixon e a reaproximação que ela simbolizou alteraram substancial-

[12]Publicado originalmente em 1º de março de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

mente o equilíbrio de poder no triângulo das relações entre a China, a União Soviética e os Estados Unidos.

O "triângulo estratégico" foi o enquadramento dominante pelo qual se entendia a geopolítica no auge da Guerra Fria. Ele ficou em grande parte adormecido com a queda da URSS, mas agora foi ressuscitado por alguns observadores ocidentais, com a Rússia de Putin no lugar da União Soviética.

Esse renascimento foi desencadeado pelos acontecimentos na Ucrânia e pela declaração conjunta da China e da Rússia de 4 de fevereiro, vista por alguns como um momento que espelha a visita de Nixon à China em 1972. Ele gerou nos Estados Unidos uma onda de manchetes que alertavam para "O novo eixo da autocracia", uma "aliança de autocracias" e uma "Nova disputa de superpotências entre EUA, Rússia e China".

Mas, sejam quais forem os ecos da Guerra Fria na atual crise da Ucrânia, aplicar esse enquadramento triangular do século XX ao mundo de hoje é um anacronismo perigoso e equivocado, por três razões principais.

Primeiro, ele interpreta mal as relações da China com a Rússia e suas intenções em relação ao Ocidente. Em última análise, a China quer estabilizar e melhorar os laços com os Estados Unidos e seus aliados, não forjar uma aliança antiocidental com a Rússia.

A declaração de 4 de fevereiro foi um compromisso de trabalhar em conjunto em interesses comuns, e não a proclamação de uma frente antiocidental conjunta, como alguns a pintaram. A China não tem aliança com a Rússia e nunca apoiou uma invasão russa da Ucrânia, como deixou claro mais uma vez, recentemente, o apelo do ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, para que se respeite a soberania de todos os países e se encontre uma solução para a crise da Ucrânia por meio do diálogo e da consulta.

Apesar de toda a conversa que vem surgindo sobre os laços com Moscou, vale lembrar que os interesses econômicos da China com a Rússia são ínfimos perto dos que ela compartilha com o Ocidente. Em 2021, o comércio bilateral entre a China e a Rússia saltou 35%, para US$ 147 bilhões. Isso ainda era menos de um décimo do comércio somado com os Estados Unidos (US$ 657 bilhões) e a UE (US$ 828,1 bilhões).

A Rússia pode ser um peixe grande no plano militar, mas é um peixe pequeno na economia, em declínio estrutural de longo prazo, com um PIB pouco maior que o da quinta maior economia da UE, a Espanha. Não é do interesse da China abrir um confronto de longo prazo com o Ocidente tendo um parceiro assim, e em Pequim não há intenção de fazê-lo.

Outra grande falha da visão triangular é que nosso mundo não é tripolar, nem mesmo bipolar, mas multipolar. O enquadramento da Guerra Fria deixa de fora atores geopolíticos importantes, a começar pela UE, que tem grandes interesses em jogo na Ucrânia e vem seguindo uma política externa cada vez mais independente.

É verdade que a UE tradicionalmente atuou, no plano estratégico, aquém de seu peso, e que a crise da Ucrânia revigorou temporariamente a aliança transatlântica. Mas a UE já não deseja ficar presa à posição americana e parece estar no alvorecer de uma nova era política, na qual vai talhar seu próprio papel global.

Com a saída de Angela Merkel e o novo chanceler alemão, Olaf Scholz, ainda se firmando no cargo, Emmanuel Macron deve ser a voz dominante da UE por algum tempo, desde que vença, como se espera, a eleição presidencial de abril.

O presidente francês é um forte defensor da autonomia estratégica da UE e deixou claro que a UE não deve se juntar aos Estados Unidos contra a China. Num telefonema com o presidente Xi Jinping em 16 de fevereiro, os dois líderes assumiram o compromisso de que a China e a UE trabalharão juntas em interesses comuns, como o comércio, o adiado acordo de investimentos China-UE (a que os Estados Unidos se opõem) e a mudança climática.

A questão do clima nos leva à terceira razão, talvez a mais importante, pela qual os enquadramentos da Guerra Fria não ajudam a enxergar o poder e a segurança no século XXI.

Numa era de ameaças globais que não podem ser vencidas pela força bruta nem por um país agindo sozinho, concentrar-se apenas no "poder sobre" outros países é negligenciar a dimensão mais importante do "poder com" outros países para enfrentar nossos desafios comuns. A necessidade de considerar o poder tanto em sua forma competitiva quanto em sua forma cooperativa deveria estar clara, enquanto continuamos a enfrentar uma pandemia global e uma emergência climática iminente.

Há o perigo de que enquadrar o mundo como um triângulo estratégico de potências rivais se torne uma profecia autorrealizável e nos aprisione numa visão de soma zero de nossos interesses, quando, na verdade, as maiores ameaças que enfrentamos não vêm de outros Estados, mas de um fracasso coletivo em cooperar diante de nossos desafios comuns.

Cinquenta anos atrás, os líderes da China e dos Estados Unidos souberam pôr o pragmatismo acima da ideologia para alcançar um avanço diplomático que redesenhou o triângulo da Guerra Fria e atendeu aos interesses dos dois países.

Mas ressuscitar essa visão ultrapassada do mundo com meio século de atraso só vai aproximar ainda mais a China e a Rússia, aumentando o risco de um conflito entre grandes potências e prejudicando nossa capacidade de trabalhar juntos diante de ameaças existenciais que vão muito além da Ucrânia.

9
TENSÕES GEOPOLÍTICAS E SOLUÇÕES MULTILATERAIS

O MUNDO SEMPRE MUDOU e continua mudando, alternando períodos de relativa paz e de relativa turbulência. A história recente mostra que as grandes mudanças globais de poder parecem se suceder com frequência cada vez maior, porque o nosso mundo, em sentido figurado, está ficando cada vez menor. O tempo necessário para viajar ou enviar uma mensagem é uma fração do que nossos antepassados poderiam sequer imaginar um século atrás.

A interação crescente entre povos diferentes, de diferentes cantos do mundo e com diferentes sistemas culturais e políticos, está fadada a produzir, em algum nível, tensões. A globalização, como fenômeno, contribuiu tanto para a prosperidade da espécie humana quanto para sua tendência a conflitos ou crises. Só nos últimos 80 anos, isso ficou evidente na amplitude da Segunda Guerra Mundial, que atingiu ao mesmo tempo quase todos os cantos do mundo; na prosperidade do pós-guerra nos Estados Unidos e na Europa; na tensão da Guerra Fria e na queda da União Soviética; na ascensão meteórica da China como potência econômica global; nas ondas de choque que atravessaram o mundo durante as várias crises financeiras da virada do milênio; e, mais recentemente, na pandemia de covid-19, que quase paralisou o mundo inteiro.

Enquanto nos preparamos para a próxima fase da evolução global, as tensões geopolíticas — sobretudo entre os Estados Unidos e a China, as duas nações mais poderosas do mundo, mas também dentro de determinadas regiões — trazem tanto desafios quanto oportunidades. À medida que as instituições e as

parcerias globais se esforçam para acompanhar os tempos e criar novos métodos de adaptação às transformações nas estruturas do poder global e a ameaças globais como a mudança climática e a segurança de dados, a linha que separa os interesses nacionais da segurança humana talvez seja mais decisiva do que em qualquer outro momento da história da humanidade.

No entanto, o fato de o mundo ser também mais multilateral e inclusivo do que na maior parte da história oferece um lampejo de esperança à humanidade. Se as nações do mundo, especialmente as grandes potências, conseguirem olhar além de seus interesses individuais e se concentrar no bem-estar maior do mundo como um todo, talvez possamos superar as tensões geopolíticas atuais e aproveitar os esforços multilaterais para garantir um futuro mais seguro e próspero.

O multilateralismo na perspectiva da China

Se partirmos do princípio de que uma solução multilateral para os problemas que o mundo enfrenta hoje é a melhor opção, precisamos fortalecer as instituições capazes de contribuir para essas soluções. Na perspectiva da China, o país tem um papel fundamental não só na contribuição para essas soluções, mas também na defesa dos interesses das demais nações do Sul Global. O primeiro artigo deste capítulo, intitulado "Como consertar o Conselho de Segurança" e publicado pela *Foreign Policy*, trata da crise que atinge o Conselho de Segurança da ONU e, por extensão, todo o sistema das Nações Unidas. Ao apontar o estado de paralisia do Conselho, o artigo nos lembra de como os tempos mudaram e de como é urgente uma reflexão séria sobre a maneira de tornar a ONU novamente "adequada ao seu propósito" num mundo em transformação. O artigo seguinte, "Transformação e oportunidades na era multipolar: integração regional, governança global e a sabedoria histórica da China", busca possíveis inspirações para essas reformas ao mostrar como a perspectiva histórica da China oferece uma abordagem mais estável e ponderada para construir um mundo multilateral benéfico para todos. Em vez de mais confronto por meio da criação de blocos de segurança, a China defende uma evolução que passe pelo comércio e conduza ao respeito mútuo e ao desenvolvimento universal. O terceiro artigo trata de outra instituição internacional fundamental — a Organização para Cooperação de Xangai —, um conjunto de nações diversas, de todas as origens, que, coleti-

vamente, promovem os princípios fundamentais das Nações Unidas, atuando não como uma contramedida à ordem global atual e às suas instituições, mas como um baluarte que preserva seus valores e princípios em meio a um sistema global cada vez mais paralisado em seu funcionamento.

O quarto artigo deste capítulo, "Só uma coalizão multipolar pode garantir a paz na Ucrânia", sugere que o Acordo de Armistício da Guerra da Coreia poderia servir de referência para resolver a guerra entre a Rússia e a Ucrânia com o apoio de uma coalizão multipolar. O artigo seguinte, "As perspectivas do multilateralismo à sombra do protecionismo", por sua vez, destaca o papel fundamental da China na luta contra o protecionismo no comércio global, ao promover um comércio mais aberto entre as nações asiáticas para aproveitar a força das economias emergentes da Ásia, especificamente para combater o protecionismo dos Estados Unidos e de outras economias desenvolvidas. O sexto artigo deste capítulo, intitulado "Rumo a um mundo mais multipolar: a dinâmica China-EUA-Europa na era Trump 2.0", examina mais de perto a posição dos Estados Unidos, e em particular de um segundo governo Trump, sobre a relação entre a China, os Estados Unidos e os países europeus num mundo que se torna, de forma irreversível, mais multipolar. O artigo destaca também as dificuldades que a Europa pode enfrentar nesse ambiente em transformação por causa de sua relação historicamente próxima com os Estados Unidos, que se voltaram cada vez mais para dentro e se mostram cada vez mais recalcitrantes em matéria de política global. Em comparação, os países em desenvolvimento que compõem a maior parte do Sul Global continuam, em geral, entusiasmados com um mundo mais multilateral, em que a continuidade da globalização tem papel central. O sétimo artigo deste capítulo, "A China e o Sul Global: liberando as marés da transformação da ordem global", trata de como esses países serão fundamentais nas futuras mudanças da ordem global e de como seus valores, seus sistemas e suas necessidades específicas moldarão essa transformação.

O Sul Global, incluindo os países-membros do BRICS, vê instituições tradicionalmente ocidentais, como a OTAN, como voltadas para a segurança individual, e não para a segurança humana como um todo, tema do oitavo artigo deste capítulo, "Alianças como a OTAN estão desconectadas de um mundo que precisa de segurança humana". Este capítulo destaca o fato de que

as instituições existentes foram criadas para garantir a segurança das principais nações do mundo, então encarregadas de administrar a paz global, em vez de incluir o mundo em desenvolvimento, ou recém-independente, numa conversa em condições de igualdade.

As relações entre grandes potências e os mecanismos de comunicação

A relação mais conflituosa do mundo atual, mas também a de maior potencial, é a que existe entre a China e os Estados Unidos. Primeira e segunda maiores economias do mundo e donas talvez da maior influência política somada do planeta, são de fato duas grandes potências e têm a capacidade, e também a responsabilidade, de moldar o futuro do mundo.

No entanto, as enormes diferenças de história, de ideologia e de visão sobre o futuro do mundo muitas vezes colocam esses dois países em choque. A incrível ascensão econômica da China não só enriqueceu o país e lhe deu mais influência entre seus parceiros comerciais, como também resultou numa interdependência com os Estados Unidos tão indissociável que os dois já foram descritos como irmãos siameses. Embora os esforços recentes de *reshoring* e de redução de riscos venham procurando atenuar essa dependência, a tarefa tem sido difícil, já que muitas empresas já estão estabelecidas na China.

Apesar das questões aparentemente insolúveis e do clima persistente de guerra comercial que existe hoje, o nono artigo deste capítulo, intitulado "Enquanto a rivalidade EUA-China esquenta, a disputa de soft power não precisa ser um jogo de soma zero", defende que o conflito e uma rivalidade de longo prazo entre as duas maiores economias do mundo não deveriam impedi-las de trabalhar juntas em questões que afetam o mundo inteiro.

Como em muitas relações, a conversa direta às vezes pode piorar as coisas, e há momentos em que um intermediário pode facilitar uma espécie de distensão. No artigo seguinte, "Um olhar de perto sobre as novas tendências das relações China-EUA-UE", examinamos o papel que a UE pode desempenhar para criar equilíbrio nas relações geopolíticas. A relação próxima da UE com os Estados Unidos e sua relação praticamente amistosa com a China colocam-na em condições de facilitar discussões em busca de soluções voltadas para questões específicas, que beneficiem a todos.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos mantêm um alcance global — militar, político e econômico — que permaneceu essencialmente sem rival, sobretudo depois da queda da União Soviética. No entanto, a ascensão econômica da China e o que se percebe como sua ascensão política e militar causaram preocupação nos Estados Unidos, que têm recorrido regularmente a uma política de contenção em relação à China. Isso continuou valendo durante o governo Biden, que examinamos no décimo primeiro artigo deste capítulo, intitulado "O Marco do Indo-Pacífico de Biden não pode dar certo sem a China". A constante vacilação da política americana em relação ao Leste Asiático gerou incerteza e falta de credibilidade entre as nações da região. Embora os países asiáticos vejam com bons olhos o engajamento dos Estados Unidos na região, prefeririam não ter de escolher entre a China e os Estados Unidos no curso desse engajamento.

Em meio a bate-bocas bilaterais e remendos trilaterais, a melhor solução seria uma solução multilateral, que incluísse o maior número possível de vozes. No décimo segundo artigo deste capítulo, intitulado "Como um mecanismo 'G3' poderia reiniciar as relações EUA-China-UE e enfrentar os desafios globais", tratamos da proposta de especialistas do CCG de criar um "mecanismo G3" que promovesse a comunicação entre as três potências regionais mais influentes do mundo, para facilitar e coordenar melhor os esforços de enfrentamento dos desafios que afetam o mundo como um todo.

Além do Ocidente e do Oriente — A aproximação com o Sul Global

No mundo multilateral de hoje, o consenso geral é que o mundo deve progredir junto, como um todo, com as nações mais ricas e poderosas apoiando o mundo em desenvolvimento. No contexto da China e dos Estados Unidos, ou mesmo da Rússia e da Europa, o mundo costuma ser dividido entre Oriente e Ocidente, mas, se formos além desses marcos geográficos tradicionais, veremos que algumas das regiões emergentes mais dinâmicas estão no que passou a ser chamado de Sul Global.

Embora a China seja frequentemente considerada parte do Sul Global, seu sucesso econômico e sua influência geopolítica a colocaram no topo do mundo em desenvolvimento e em pé de igualdade com os Estados Unidos e a UE.

Como uma espécie de "*primus inter pares*" entre as nações em desenvolvimento, a China tem colhido frutos consistentes do fortalecimento de suas relações com o Sul Global, em termos de novos modelos de cooperação, de melhores relações regionais e de reconhecimento entre as nações em desenvolvimento. O décimo terceiro artigo deste capítulo, "Os laços da China com o Sul Global mostram que outra ordem mundial é possível", mostra como países do Caribe à África Central aprovam a abordagem chinesa de comércio e parceria, em contraste com a dos países ocidentais, que também começaram a retirar o apoio tradicional devido à guinada de suas políticas rumo ao protecionismo e à prioridade dada aos assuntos internos.

Uma das principais instituições que vêm trabalhando para impulsionar o desenvolvimento em todo o Sul Global, a partir do próprio Sul Global, é o BRICS. O décimo quarto artigo deste capítulo, "O BRICS não é antiocidental, só quer uma ordem mundial mais justa", destaca o desejo do Sul Global de participar da governança econômica global e do desenvolvimento em condições de igualdade, dentro do sistema atual.

Embora às vezes vista como um desafio à estrutura de poder estabelecida, é mais provável que a capacidade recém-adquirida dos países do Sul Global represente uma oportunidade para que os dois lados se unam e impulsionem o desenvolvimento em todas as frentes. Esse é o tema do artigo seguinte deste capítulo, intitulado "Como a China e o Ocidente podem se unir para ajudar de verdade a África". Com a população mais jovem, em média, e uma abundância de recursos, o continente africano tem grande potencial de prosperidade, mas os legados históricos e a falta de infraestrutura têm emperrado os esforços de desenvolvimento. Se a China, que tem trabalhado para desenvolver a infraestrutura na África, pudesse atuar junto com as gigantes ocidentais de tecnologia e as instituições internacionais, seria possível fazer uma diferença real na África.

Como já mencionado, a China é potencialmente uma ponte ideal entre o Oriente e o Ocidente, assim como entre o Norte e o Sul. O artigo seguinte deste capítulo, "Como a China pode estar à altura de suas responsabilidades num Sul Global em ascensão", trata de como a China também precisa trabalhar para promover a cooperação Sul-Sul, especialmente com sua rival regional, a Índia, e destaca cinco áreas práticas em que o país pode contribuir para o desen-

volvimento sustentável do Sul Global. O décimo sétimo artigo deste capítulo, intitulado "Como a visita de Modi à China pode redesenhar o futuro da Ásia", volta a enfatizar a importância de melhorar as relações entre a China e a Índia, dois dos países mais influentes da Ásia, invocando o espírito da Conferência de Bandung, da qual ambos participaram quando foi realizada, em 1955.

O artigo seguinte deste capítulo, intitulado "Da ASEAN e do G20 à APEC, com os líderes mundiais de novo frente a frente, três razões para torcer pelo multilateralismo", destaca especificamente como os primeiros encontros dessas organizações multilaterais depois da covid conseguiram chegar a uma série de acordos sobre questões-chave, dando um impulso positivo a um futuro multilateral.

Ao mesmo tempo, os próprios esforços multilaterais da China por meio da Iniciativa Cinturão e Rota, embora ambiciosos, também precisam continuar a se tornar mais inclusivos. No décimo nono artigo deste capítulo, intitulado "Como a China pode multilateralizar a BRI", são apresentadas sugestões de como a iniciativa deveria ir além dos memorandos de entendimento bilaterais, incluindo os membros em sua administração e dialogando também com outras organizações internacionais.

A tecnologia — A faca de dois gumes de um mundo multilateral

Os dois últimos artigos examinam o impacto da tecnologia num mundo multilateral e como garantir o fluxo de informações e, ao mesmo tempo, assegurar a segurança e proteger a privacidade na era da informação.

O penúltimo artigo deste capítulo, "A China pode abraçar a internet global para contar sua narrativa", discute as vantagens de a China se relacionar com o mundo por meio da internet global, tanto incentivando as instituições do país a ampliar sua presença on-line para além da ciberesfera chinesa quanto facilitando que os indivíduos interajam com o mundo e mudem a narrativa sobre a China por meio do intercâmbio on-line.

O último artigo trata das preocupações reais dos Estados Unidos com a segurança de dados e de como a China procura assegurar não só aos Estados Unidos, mas ao mundo como um todo, que está igualmente comprometida com a segurança de dados. "As preocupações dos EUA com a segurança de dados

da China devem ser tratadas, mas não com a proibição do TikTok" descreve os esforços da China para demonstrar seu respeito à soberania de dados, bem como o impacto positivo que plataformas globais como o TikTok e outras têm sobre os usuários individuais e sobre a economia, e argumenta que uma proibição pura e simples só teria efeitos negativos.

Como consertar o Conselho de Segurança[1]

Acrescentar membros e eliminar o veto unilateral tornaria o órgão mais forte.

Nos debates de alto nível da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, na semana passada, uma série de líderes mundiais pediu um Conselho de Segurança mais eficaz e representativo. Nas palavras do presidente finlandês, Alexander Stubb: "Se os países do Sul Global, da América Latina, da África, da Ásia, não tiverem voz ativa no sistema, vão dar as costas às Nações Unidas."

De fato, as deficiências do Conselho estão se revelando com clareza demais hoje em Gaza e na Ucrânia. Os Estados Unidos usaram seu veto unilateral para bloquear uma série de resoluções que pediam um cessar-fogo em Gaza, permitindo que o conflito genocida continuasse. A Rússia, por sua vez, vem bloqueando sistematicamente, desde 2022, qualquer resposta significativa do Conselho de Segurança à guerra na Ucrânia, apesar da condenação internacional e do profundo sofrimento humanitário.

No entanto, apesar das falhas do Conselho de Segurança, não existe um substituto real para ele. Se ele resvalar para a irrelevância, isso simplesmente eliminará os últimos vestígios de uma coordenação global eficaz. O desafio, portanto, não é decidir se o Conselho deve ser reformado, mas como reformá-lo.

É nesse contexto que o presidente chinês Xi Jinping lançou uma nova Iniciativa de Governança Global. Xi defende um sistema multilateral mais justo e inclusivo, sem dois pesos e duas medidas, que tenha as Nações Unidas em seu centro.

Para concretizar essa visão global, o Conselho de Segurança deveria promover uma reforma estrutural e processual. Em primeiro lugar, o Conselho deveria ampliar o número de membros, para refletir melhor o mundo de hoje. Em segundo

[1] Publicado originalmente pela *Foreign Policy* em 30 de setembro de 2025.

lugar, deveria criar um mecanismo que limite o uso dos vetos unilaterais, para impedir que um único Estado barre sozinho um consenso internacional. Juntas, essas reformas podem revitalizar a credibilidade e a capacidade do Conselho de Segurança, transformando-o de um fórum de impasses num guardião da paz mais ágil e eficaz.

A estrutura atual do Conselho de Segurança — cinco membros permanentes e 10 membros não permanentes rotativos — reflete, na melhor das hipóteses, as realidades geopolíticas da época da última rodada de reformas do Conselho, em 1965. Essa estrutura deveria ser atualizada com a criação de uma nova categoria de assentos, a de membros permanentes associados.

Para isso, todos os atuais membros do G21 (antigo G20) deveriam receber um assento num Conselho de Segurança ampliado. Isso eliminaria os 10 assentos rotativos existentes e criaria 16 novos assentos permanentes associados. Esses novos Estados não teriam veto individual, mas, junto com os outros quatro membros permanentes, poderiam derrubar o uso do veto unilateral.

Isso preservaria o legado institucional dos cinco membros plenos originais e, ao mesmo tempo, daria mais peso a vozes que refletem a ordem econômica e política multipolar de hoje. Com isso, aumentaria a legitimidade do Conselho, melhoraria a representação regional e inseriria o Conselho de Segurança de forma mais sólida na arquitetura real da ordem global atual.

Tentativas anteriores de reforma tropeçaram na questão de como distribuir os novos assentos no Conselho. Aqui, o G21 oferece uma solução elegante. O grupo é composto por uma combinação equilibrada de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Tomá-lo como base da reforma corrige parte da sub-representação do Sul Global e, ao mesmo tempo, reconhece o poder duradouro dos membros atuais. Hoje, os membros do G21 respondem por mais de 85% do PIB mundial, e o grupo já ajudou a coordenar respostas multilaterais a alguns dos desafios econômicos mais urgentes do mundo. Nesse novo modelo, o Conselho de Segurança da ONU ampliado seria formado por Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos, além da União Africana e da União Europeia, cada uma com um voto coletivo.

A segunda reforma necessária para restabelecer o funcionamento do Conselho é processual. O veto unilateral paralisou o Conselho de Segurança, permitindo que até medidas humanitárias urgentes fiquem travadas indefinidamente. Até hoje, o veto foi usado espantosas 324 vezes em menos de 80 anos, a uma média de quatro vetos por ano. Isso inclui 159 vetos da União Soviética ou da Federação Russa, 94 dos Estados Unidos, 32 do Reino Unido, 21 da China e 18 da França.

Mesmo questões aparentemente simples, como a admissão de novos membros, podem ficar atoladas em disputas, como a União Soviética demonstrou com habilidade no início da Guerra Fria e como os Estados Unidos demonstram hoje ao bloquear a adesão da Palestina. Além disso, o impacto do veto provavelmente é pior do que conseguimos ver. Sua presença ameaçadora faz com que muitas resoluções morram a portas fechadas, em conversas privadas, quando os responsáveis pela redação dos documentos são discretamente informados de que suas resoluções serão vetadas.

Iniciativas anteriores de reforma tentaram enfrentar o problema do veto. A proposta franco-mexicana, apresentada pela primeira vez em 2013, pedia que os membros permanentes suspendessem voluntariamente o veto em casos de atrocidades em massa. Mais tarde, o Grupo de Responsabilização, Coerência e Transparência propôs um código de conduta, hoje apoiado por mais de 120 Estados, que insta os países do P5 a se absterem de usar o veto em situações de genocídio, crimes contra a humanidade ou crimes de guerra.

Mas é preciso uma solução mais substancial. Para resolver os problemas criados pelo veto unilateral, devemos enfraquecê-lo, instituindo sua derrubada por supermaioria. Segundo esta proposta, se mais de dois terços do Conselho de Segurança ampliado, ou seja, 15 de seus membros, e dois terços da Assembleia Geral votassem pela derrubada do veto de um único membro do P5, a resolução em questão seria aprovada.

Afinal, se dois terços de ambos os órgãos conseguem concordar em derrubar o veto de um único membro do P5, isso claramente representa um amplo consenso internacional. Um único membro do P5 não deveria poder bloquear uma resolução do Conselho de Segurança aprovada por todos os demais membros

permanentes, por dois terços dos outros 16 membros permanentes associados e por dois terços dos 193 membros da Assembleia Geral.

Essa nova proposta beneficiaria os países do Sul Global que antes não conseguiam participar de forma significativa da formulação das regras internacionais e da segurança por causa de vetos invioláveis impostos de cima. Ao mesmo tempo, não há motivo para os atuais membros do P5 temerem as consequências dessa reforma. O P5 continuaria podendo impor um veto vinculante a qualquer resolução, desde que pelo menos dois de seus membros estivessem de acordo. Isso ofereceria alguma tranquilidade e, ao mesmo tempo, impediria que uma única potência descarrilasse a ação coletiva, além de elevar, de saída, o custo político de exercer o veto.

Essa mudança simples teria repercussões imediatas. Do Iêmen a Gaza, abriria as portas para a resolução de conflitos que passaram de graves a horrendos. A eliminação do veto unilateral derrubaria a barreira que, com frequência excessiva, impediu as forças de paz e os esforços de socorro da ONU de enfrentar algumas das piores tragédias da história.

Reformar a ONU sinalizaria um compromisso renovado com os ideais fundadores das Nações Unidas — paz, cooperação, justiça, direitos humanos e responsabilidade compartilhada. O resultado seria um Conselho de Segurança mais adequado ao presente e mais bem preparado para o futuro.

Transformação e oportunidades na era multipolar: integração regional, governança global e a sabedoria histórica da China[2]

No limiar de um novo mundo multipolar, estamos numa encruzilhada entre a evolução e a divisão. Enquanto alguns países gostariam de dividir o mundo em campos, a visão de longo prazo da China, fundamentada na história, é a de uma evolução integrada que beneficie todas as nações.

O mundo de hoje passa por uma profunda transformação. A ordem unipolar outrora dominante, a da hiperpotência americana, cedeu lugar gradualmente a

[2] Adaptado de um documento de referência preparado para o Trilogue Salzburg, realizado em agosto de 2025.

um panorama multipolar mais complexo e diverso. A China defende o multilateralismo há muito tempo, mas agora a presença dele já não pode ser negada. Na Conferência de Segurança de Munique, ele foi o tema central das discussões e, na prática, tratado já como um truísmo.[3] Além disso, novos blocos estão surgindo, o regionalismo ressurge e atores independentes afirmam sua autonomia. Os padrões tradicionais de influência estão sendo substituídos por novas formas de cooperação e de competição. Em meio a essa mudança radical, compreender as motivações e as dinâmicas por trás dessas transformações — especialmente a maneira como países como a China tendem a reagir, apoiando-se em seu profundo legado histórico e cultural — tornou-se essencial para entender o futuro das relações internacionais.

Esse panorama global em evolução continua mergulhado até o pescoço nas convulsões da globalização. Mesmo que a estrela do liberalismo econômico pareça ameaçada e o internacionalismo liberal esteja em retirada, os processos de integração e cooperação regional em vários continentes só se aceleraram, sinalizando um afastamento decisivo do poder centralizado rumo a uma ordem mundial mais distribuída e interconectada. Esse é o cerne da Globalização 3.0: mesmo com a desaceleração da globalização econômica em seu escopo mais amplo, todas as forças que sustentam a globalização continuaram em jogo e se ajustaram a essa nova ordem pós-hegemônica.

E agora que o movimento rumo à multipolaridade é inequívoco, com o poder e a influência já não concentrados numa única superpotência nem presos a uma rivalidade bipolar, vemos um mundo de maior liberdade de ação, para o bem e para o mal. A dispersão do poder por múltiplos centros e, como reação, os programas de integração regional destacam-se como uma das expressões mais nítidas dessa mudança.

Na América do Norte, os Estados Unidos se lançaram num esforço para construir seu próprio polo, primeiro sob o governo Biden, quando tentaram se entrincheirar em suas estruturas tradicionais de alianças e formar uma frente unida contra o poder ascendente da China, com agrupamentos como o Quad e o AUKUS, além de um envolvimento crescente da OTAN no Pacífico. Mas,

[3] https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report-2025/executive-summary/.

no segundo governo Trump, os Estados Unidos mudaram de rumo e passaram a buscar um polo norte-americano de foco mais restrito, tentando coagir o Canadá, e a Dinamarca por meio da Groenlândia, a estreitar relações, enquanto ameaçam retomar o controle do Canal do Panamá. Esses movimentos refletem um mundo em transformação e a determinação de consolidar um polo mais modesto em meio à competição global cada vez mais intensa.

Enquanto isso, a Europa acelera seu processo de integração e investe em capacidade e cooperação militares. Saindo da desaceleração pós-Brexit, a União Europeia, que desde sua criação passou de seis membros fundadores a 27, agora pretende continuar crescendo, com países como a Ucrânia e a Moldávia como candidatos oficiais, o que sinaliza um interesse contínuo pela expansão externa. No plano interno, por sua vez, a integração econômica prossegue, com a ampliação do mercado único da UE, da zona do euro e do Espaço Schengen. Em conjunto, esses mecanismos facilitam a livre circulação de bens, capitais, serviços e pessoas e levaram os Estados-membros a ceder direitos e parcelas limitadas de soberania, confiando à UE supranacional maior autoridade em temas que vão da negociação de acordos comerciais à regulamentação da produção de alimentos. Ao mesmo tempo, os gastos militares na OTAN devem subir em breve para 4,5% do PIB em toda a Aliança, o que afeta sobretudo os membros da Europa Ocidental, ao sinalizar o fim de seu dividendo da paz e da Europa como continente desarmado. Apesar dos desafios do populismo e do extremismo político, a UE continua determinada a avançar com uma abordagem de via dupla — aprofundar e ampliar a integração —, ao mesmo tempo que investe nos meios necessários para agir de forma independente da garantia de segurança dos Estados Unidos.

Para além da Europa e da América do Norte, a ascensão do Sul Global catalisou a descentralização do poder no sistema internacional e mostrou outro caminho possível. A crise financeira global de 2008 levou as economias emergentes à governança global e conduziu diretamente à criação da Cúpula de Líderes do G20 — base de um novo marco de cooperação em questões econômicas e globais. As economias emergentes ocupam 11 assentos no G20, e a inclusão da União Africana na cúpula de Nova Délhi, em 2023, amplifica ainda mais a voz do Sul Global. Os países do BRICS são representantes destacados dessa nova onda e se tornaram motores fundamentais da evolução multipolar. Em 2022,

medidas pela paridade do poder de compra, as nações do BRICS respondiam por 31,5% da economia mundial — mais que os 30,7% do G7.[4] Essa diferença só tende a aumentar, à medida que as oportunidades das economias em desenvolvimento superam as das desenvolvidas.

Ao mesmo tempo, a Ásia assiste a um surto de cooperação regional. Cúpulas de alto nível envolvendo a China, a ASEAN e o Conselho de Cooperação do Golfo evidenciaram os esforços para ampliar a conectividade econômica, a colaboração energética e o diálogo diplomático — o que reflete um reconhecimento crescente da importância da solidariedade regional para enfrentar as incertezas globais.

No Sudeste Asiático, o mecanismo "ASEAN-X" exemplifica uma abordagem pragmática e flexível da integração regional. Ao permitir a implementação diferenciada e gradual dos compromissos, a ASEAN promove a unidade regional respeitando a soberania e a diversidade dos Estados-membros. Ao mesmo tempo, o Sudeste Asiático aprofunda ativamente a cooperação com potências externas e parceiros internacionais, ampliando sua conectividade estratégica e sua influência na governança global. A dupla abordagem da própria ASEAN — fortalecer a coesão interna e ampliar as parcerias externas — reflete a tendência mais ampla, observada também na Europa, de intensificação da cooperação regional sob a multipolaridade. Essa abordagem posiciona o Sudeste Asiático não só como um bloco regional coeso, mas também como um ator dinâmico que contribui para a construção de uma ordem internacional equilibrada e multipolar.[5]

Da mesma forma, a América Latina busca ativamente a integração regional como resposta estratégica a pressões externas e a desafios internos. O 27º Foro de São Paulo, realizado em Tegucigalpa, em Honduras, reuniu mais de 1.000 representantes de mais de 400 partidos políticos, organizações e movimentos sociais da América Latina, do Caribe e de 21 países de todo o mundo. Sob o tema da integração regional, o Foro examinou criticamente os desafios impostos

[4] People's Daily Online, "Let World Hear More BRICS Voices, Witness Greater BRICS Contributions", 22 de agosto de 2023. https://en.people.cn/n3/2023/0822/c90000-20061840.html (acesso em 15 de julho de 2025).

[5] Dai Yi e Lai Zhengshi, "Institutional Changes of 'ASEAN-X' and Regional Integration in Southeast Asia", *Southeast Asian Studies* 1: 49–62, https://doi.org/10.19561/j.cnki.sas.2025.01.049.

pelas ações hegemônicas dos Estados Unidos e da OTAN, pela ascensão das forças de direita e pelas crises globais em curso que minam a unidade regional. Em resposta, enfatizou a necessidade de fortalecer a solidariedade e a cooperação entre os partidos de esquerda para promover uma integração regional plural e inclusiva. Rejeitando o neoliberalismo, o neocolonialismo e os acordos comerciais excludentes, o Foro defendeu a resistência à ingerência imperialista e à guerra não convencional.[6] Por meio de planos abrangentes de desenvolvimento e da unidade política, a América Latina demonstra um claro compromisso com o fortalecimento da coesão regional e com o empoderamento coletivo.

Na América Latina, na África, na Índia e em todas as nações do Sul Global em sentido amplo, há cada vez mais margem e mais disposição para adotar políticas externas independentes. Esse impulso se mistura à recusa em se alinhar estritamente a qualquer bloco de grandes potências, e o não alinhamento reflete o desejo de maior autonomia e de parcerias diversificadas. Enquanto isso, o internacionalismo liberal recuou nos Estados Unidos, e o aumento das tensões dificultou o livre fluxo do comércio. Apesar desses dois fatores, porém, o crescimento contínuo do comércio global revelou outra verdade silenciosa: se o comércio global das últimas décadas tem sido uma dança, então, sim, os pares podem estar mudando, e as dinâmicas regionais podem se acentuar. Mas as pessoas continuam procurando parceiros para a valsa. O próprio comércio continua sendo fundamental para sustentar a prosperidade do presente, mesmo tendo se tornado mais impopular nos países desenvolvidos.

Além disso, o Sul Global como um todo parece compreender profundamente que os desafios globais, como a mudança climática, o desenvolvimento e a segurança, exigem soluções flexíveis e multilaterais. Em conjunto, essas tendências mostram que o mundo já não é definido por estruturas de poder únicas ou binárias. Em vez disso, blocos regionais e atores independentes moldam juntos uma nova e complexa ordem multipolar, caracterizada por redes sobrepostas de cooperação, competição e negociação.

Como mencionado antes, durante o governo Biden houve tentativas de reviver uma abordagem ideológica ao estilo da Guerra Fria, formando coalizões

[6] Wang Ximan e Hu Jiahui, "An Analysis of the 27th São Paulo Forum Meeting", *Contemporary World and Socialism (Bimonthly)*, n. 1: 170–190, https://doi.org/10.16502/j.cnki.11-3404/d.2025.01.017.

de países "com ideias afins" para fazer frente à China. Iniciativas como o AUKUS e o Quad trouxeram novos parceiros, como a Índia, e apresentaram a questão como uma luta entre democracia e autoritarismo para preservar o "mundo livre". No entanto, com as mudanças na liderança americana e as realidades geopolíticas em transformação, essas divisões ideológicas rapidamente ficaram pelo caminho, e as relações da China com países antes alinhados contra ela começaram a melhorar.[7] Essa mudança evidencia uma característica definidora da ordem multipolar emergente: o mundo já não é moldado por blocos ideológicos rígidos, mas por uma rede flexível e sobreposta de agrupamentos regionais pragmáticos.

Se a disrupção é uma ruptura — uma quebra súbita em que se revela que as condições concretas se apoiavam em premissas falsas, como no colapso da União Soviética e no fim da ordem bipolar —, a evolução ocorre quando os líderes e as partes interessadas reconhecem a mudança cedo e compreendem suas implicações.

Já superamos o primeiro obstáculo: vimos a mudança chegando. Assim como pensadores como John Robert Seeley previram que a era de hegemonia global da Grã-Bretanha não duraria diante de "nações organizadas numa escala mais vasta", hoje estamos no limiar de uma nova era multipolar. Mudanças fundamentais na organização econômica do mundo já estão em curso, sinalizando o fim lento, mas inexorável, do poder hegemônico americano. A resposta da China a essa mudança global iminente, e a solução que ela oferece, estão profundamente enraizadas em sua história milenar e em suas ricas tradições culturais, que conferem ao país um senso singular de confiança e serenidade. Ao longo de milhares de anos, em meio à ascensão e à queda de dinastias e ao nascimento do Estado chinês moderno, o povo chinês cultivou uma ampla perspectiva histórica, que lhe permite lidar com os desafios internacionais de hoje como episódios passageiros no vasto contínuo do tempo. Uma visão de longo prazo favorece uma mentalidade de paciência e deliberação cuidadosa, que estimula respostas ponderadas em vez de reações impulsivas. Por entender que crises e

[7]Robert A. Manning e Mathew Burrows, "Biden's Foreign Policy Legacy: A Troubled Interregnum", The Henry L. Stimson Center, 19 de novembro de 2024. https://www.stimson.org/2024/bidens-foreign-policy-legacy/.

convulsões costumam ser temporárias, a China enfrenta as incertezas globais com uma prudência serena, buscando sempre o momento e a abordagem certos para atravessar as mudanças com eficácia.

Essa perspectiva de longo prazo é complementada pela herança da China, que imprimiu ao caráter nacional um forte senso de pragmatismo e estabilidade. Durante séculos, a autossuficiência agrícola moldou uma mentalidade coletiva centrada na ideia de que, "havendo o que comer, não há por que entrar em pânico". Mesmo quando as circunstâncias externas se tornam turbulentas ou ameaçadoras, o pior cenário exige que o país se volte, com calma, para dentro, concentrando-se no sustento da nação. Isso livrou a China da necessidade de reagir de forma agressiva ou de fazer concessões precipitadas sob pressão. Com exceção das invasões mongóis do Japão, nascidas de uma jovem dinastia estrangeira que controlava a China continental, a China sempre definiu com calma seu próprio ritmo e sua direção estratégica: evitando iniciar guerras e mantendo, em vez disso, a estabilidade mesmo em meio à instabilidade.

No entanto, essa abordagem pragmática não deve ser confundida com conservadorismo ou isolacionismo. A história mostra que a China muitas vezes converteu períodos de turbulência em oportunidades de transformação e crescimento. Muitos de seus maiores líderes e imperadores fundadores surgiram em tempos de caos, aproveitando momentos de incerteza para estabelecer novas ordens e remodelar a nação. Por outro lado, foram a complacência e a expansão hegemônica da dinastia Qing que levaram à grande divergência, tanto militar quanto tecnológica, responsável em parte pela fraqueza da China no século XIX e no início do século XX. Essa experiência histórica alimenta uma mentalidade em que a mudança em si não é algo a temer; ao contrário, é uma parte natural e inevitável da vida, que precisa ser compreendida e aproveitada. A mudança representa oportunidade, e o que realmente importa é a capacidade de reconhecer as tendências emergentes, definir objetivos claros e adaptar-se com flexibilidade às circunstâncias em evolução.

Consequentemente, a abordagem estratégica da China hoje se ancora em objetivos de longo prazo bem definidos, com flexibilidade quanto aos meios de alcançá-los. Ela adota a atitude pragmática de que vale a pena seguir qualquer método ou caminho que contribua para esses objetivos, sem apego rígido a

fórmulas ou ideologias fixas. No panorama complexo e mutável das relações internacionais, a China não só procura proteger seus próprios interesses nacionais, como também pretende desempenhar um papel construtivo na governança global.

O sucesso da China reforça essa mensagem. A China prova que as nações pacíficas podem tanto se beneficiar da globalização econômica quanto navegar com destreza contra os ventos contrários da nossa época, oferecendo conciliação, paz e benefício mútuo para todos.

Por exemplo, em crises como os conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio, a China mantém de forma coerente uma posição independente e equilibrada, participando ativamente de esforços de mediação diplomática para promover a paz e a estabilidade. Isso reflete o entendimento de que a desordem global também pode abrir espaço para uma influência construtiva, e de que o sucesso depende de aproveitar os momentos certos para moldar resultados benéficos tanto para a China quanto para o mundo em geral.

Quando se reflete sobre a história tumultuada do último século, a trajetória da China oferece lições valiosas. Em períodos de crise e declínio nacional, o povo chinês dedicou-se a uma experimentação incansável com diversos modelos sociais, políticos e econômicos, em busca de um caminho viável. O país tornou-se um vasto laboratório em que vários sistemas de governo — de democracias parlamentaristas a regimes presidencialistas — foram testados. Muitas dessas tentativas enfrentaram dificuldades significativas por serem incompatíveis com o contexto cultural e histórico singular da China.

Da intensa competição entre essas diferentes ideias e das experiências concretas, foi tomando forma, gradualmente, a República Popular da China tal como existe hoje. Esse processo histórico evidencia uma verdade simples, mas importante: soluções sustentáveis só surgem de abordagens pragmáticas, ajustadas às circunstâncias e realidades específicas de cada nação. Desde a fundação da República Popular, esse princípio de pragmatismo orientou muitas das decisões mais cruciais da China — da histórica normalização das relações com os Estados Unidos ao lançamento das políticas de reforma e abertura que impulsionaram a rápida modernização do país. Se a China tivesse escolhido outros caminhos, o país, e na verdade o mundo, seriam hoje muito diferentes.

E agora a China oferece sua própria solução a todos que quiserem ouvir: uma evolução pacífica e fortalecedora, em vez da ruptura brusca da disrupção — por meio dos cinco princípios formulados pela primeira vez na Conferência de Bandung, em 1955: respeito mútuo à soberania, não agressão, não interferência, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica. A China se coloca à disposição, engajando-se econômica e pacificamente com todos os continentes, de olho no benefício mútuo que nasce do comércio, da confiança e da capacitação, capazes de nos unir a todos numa evolução, não numa revolução, que aproxime o mundo e o torne um lugar melhor. Do Fórum China-CELAC, na América Latina, ao Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), dos modelos ASEAN-X à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), a China está comprometida com esse caminho.

Em suma, o mundo está numa encruzilhada entre a evolução e a disrupção. A tendência à multipolaridade e à integração regional marca uma ruptura clara com as esferas de influência da era colonial e com a bipolaridade rígida da Guerra Fria. O mundo de hoje é moldado pela cooperação voluntária entre Estados soberanos, por marcos regionais sobrepostos e inclusivos e por estratégias pragmáticas e flexíveis, enraizadas na história e na cultura de cada nação. A abordagem da China — ancorada em objetivos de longo prazo, mas capaz de se adaptar com flexibilidade — exemplifica como a sabedoria histórica e a experiência prática podem oferecer estabilidade e oportunidades em meio à incerteza. À medida que o poder global continua a se dispersar e as redes regionais se tornam mais complexas, a capacidade de se adaptar, de cooperar e de manter a clareza de propósito será essencial para enfrentar os desafios e as oportunidades da era multipolar.

[8] Publicado originalmente em 12 de setembro de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

A OCX liderada pela China é um bálsamo crucial para os males da ordem global[8]

Num momento em que o mundo enfrenta uma fragmentação e conflitos entre Estados como não se viam havia décadas, a Organização para Cooperação de Xangai trabalha para impulsionar soluções práticas. Nem ela nem o BRICS pretendem substituir as Nações Unidas, mas, diante da paralisia da ONU, organizações que defendem o multilateralismo regional podem ajudar a sustentar a ordem global.

Oitenta anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema multilateral está vacilando. As Nações Unidas, outrora símbolo da paz e da cooperação do pós-guerra, são cada vez mais deixadas de lado por ações unilaterais e guerras comerciais, em meio à marginalização do Sul Global na tomada de decisões.

Corremos o risco de chegar a um mundo em que tarifas e sanções substituem a negociação, os conflitos se multiplicam e os próprios princípios do direito internacional são frequentemente ignorados. Se a comunidade internacional quiser evitar uma deriva ainda maior rumo à fragmentação, novas abordagens de governança são urgentemente necessárias.

Foi nesse momento de turbulência que a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) se reuniu em Tianjin, na China, para a maior cúpula de sua história, o que ressalta seu papel crescente como fórum de estabilidade, diálogo e desenvolvimento em toda a Eurásia.

O que começou, há mais de duas décadas, como um órgão regional para administrar a segurança das fronteiras evoluiu para uma instituição abrangente, com faces econômicas, culturais e, cada vez mais, globais. A cúpula não só proporcionou diálogo político, como também estabeleceu novos mecanismos de cooperação, entre eles um banco de desenvolvimento da OCX.

O presidente chinês Xi Jinping também apresentou sua Iniciativa de Governança Global, a mais recente de uma série de propostas que inclui a Iniciativa Cinturão e Rota, a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global e a Iniciativa de Civilização Global. O novo marco estabelece cinco princípios orientadores: igualdade soberana, adesão ao Estado de direito internacional, apoio ao multilateralismo no âmbito do sistema da ONU, desenvolvimento centrado nas pessoas e cooperação orientada para a ação. A OCX

encarna esses cinco princípios, oferecendo uma plataforma para que países de culturas, ideologias e sistemas políticos diferentes cooperem. Ela é um bálsamo crucial para os males do sistema global de hoje, em que alguns Estados aumentam tarifas e minam as instituições globais, enquanto outros pedem reformas, mas não as concretizam.

As questões econômicas e comerciais se destacaram em Tianjin. Em meio ao protecionismo crescente, a OCX se comprometeu a manter os mercados regionais abertos e inclusivos. A Europa endureceu as regras para veículos importados, e os Estados Unidos continuam a usar tarifas e sanções como instrumentos de pressão, mas a China seguiu na direção oposta. O país está eliminando suas tarifas para 53 países africanos, abrindo seu mercado a algumas das nações mais pobres do mundo.

A mensagem é simples: quando a globalização parece estar recuando, ainda há grandes potências dispostas a promover a abertura e a inclusão. Para os membros da OCX e seus parceiros, esse exemplo dá a confiança de que existe um caminho cooperativo a seguir.

Igualmente importante, a cúpula colocou a cooperação digital e a transição verde no centro de sua agenda. Em toda a OCX, campeões locais, das fintechs ao comércio eletrônico, estão transformando as economias, enquanto a China fornece infraestrutura, capacitação e conhecimento tecnológico. Projetos que associam energia renovável a capacidade computacional, como em Xinjiang, oferecem modelos de como combinar a dotação de recursos com a inovação sustentável.

Os Estados-membros da OCX também se comprometeram a ampliar bolsas de estudo, intercâmbios científicos e programas conjuntos de pesquisa, investindo no capital humano necessário para a próxima fase do desenvolvimento. Essas medidas refletem o espírito orientado para a ação que a China enfatizou, transformando a retórica da cooperação em resultados mensuráveis.

Mas a OCX não se resume à economia. Num mundo em que a guerra entre Estados voltou numa escala que não se via havia décadas, a capacidade de convocação da organização é, por si só, um bem público. A cúpula de Tianjin reuniu os líderes da China, da Índia e do Paquistão à mesma mesa — um momento raro, dadas as tensões históricas no Sul da Ásia. Encontros como esse não resolvem

disputas da noite para o dia, mas criam os hábitos de diálogo e de confiança indispensáveis para a paz.

Da mesma forma, a OCX oferece um fórum em que as discussões sobre a Ucrânia, Gaza e outros conflitos podem ocorrer sem as divisões ideológicas que muitas vezes paralisam outros órgãos. Sua capacidade de reunir atores diversos, entre eles Estados com sistemas políticos e preocupações de segurança diferentes, está se tornando um importante contrapeso à polarização que domina os assuntos globais.

A OCX não substitui a ONU, nem pretende substituí-la. Mas, enquanto a ONU se debate com a paralisia, o multilateralismo regional tem um papel cada vez maior na sustentação da ordem global. Ao lado do BRICS, que ampliou sua aproximação com a África e a América Latina, a OCX mostra como o Sul Global pode se organizar, articular seus interesses e criar instituições. Nenhuma dessas organizações rejeita o sistema global atual; ao contrário, ambas procuram reforçar os princípios da Carta da ONU por meio de iniciativas práticas.

O papel da China nessa evolução é central. Como segunda maior economia do mundo, o país tem tanto a responsabilidade quanto os recursos para apoiar os esforços multilaterais. Ao cortar tarifas, financiar infraestrutura, compartilhar tecnologia e promover o diálogo, mostra que a liderança não depende apenas de poder militar ou de retórica diplomática, mas também da capacidade de gerar benefícios e confiança. Seja por meio da Iniciativa Cinturão e Rota, de bancos de desenvolvimento ou de projetos da OCX em energia e transformação digital, a China mostra que o multilateralismo pode ser revitalizado com atos.

O mundo corre o risco de resvalar para a desordem. Os conflitos aumentam, as regras do comércio global estão sob pressão e a legitimidade das instituições internacionais vem sendo questionada. Mas a lição de Tianjin é que existem alternativas. Ao ampliar sua missão, criar instituições e abraçar a inclusão, a OCX mostra que pode ser um pilar da estabilidade multipolar. O marco da Iniciativa de Governança Global oferece uma bússola filosófica, enquanto a OCX e o BRICS fornecem os meios práticos para atravessar a turbulência.

Para reparar o sistema multilateral do pós-guerra, são necessárias visão e ação. A evolução da OCX sugere que, mesmo numa era de fragmentação, estão surgindo modelos de cooperação. Para os mais de 3 bilhões de pessoas de seus

Estados-membros e para a comunidade internacional em geral, isso é um bem inequívoco.

Só uma coalizão multipolar pode garantir a paz na Ucrânia[9]

Para avançar, as negociações precisam ter como base garantias de segurança que reflitam as realidades geopolíticas de hoje.

O encontro, agora adiado, entre o presidente americano Donald Trump e seu homólogo russo, Vladimir Putin, em Budapeste, na Hungria, poderia ter sido um ponto de virada rumo à paz na Ucrânia. Em vez disso, revelou uma linha de fratura mais profunda.

No entanto, é uma fratura que pode ser superada. Até o enviado especial do Kremlin para investimentos e cooperação econômica, Kirill Dmitriev, acredita que as partes estão perto de pôr fim à guerra.

A comunidade global deveria oferecer uma saída e buscar um meio-termo aceitável para os dois lados. Nenhum cessar-fogo, por mais bem-intencionado que seja, funcionará se não levar em conta as disputas mais profundas em torno da postura de segurança da Europa e as inquietações da Rússia em relação ao Ocidente. Em suma, o que se exige é uma fiscalização crível e garantias de segurança equilibradas.

Nesse sentido, Kiev exige, com razão, proteção contra agressões futuras. Moscou, por sua vez, insiste em garantias de que a OTAN, a aliança de segurança transatlântica, não vai se aproximar ainda mais de sua fronteira. O simples fato de a cúpula de Budapeste ter entrado em pauta indica que os dois lados estão, ao menos aparentemente, abertos a "congelar" o conflito. Mas a confiança anda escassa.

Já defendi a criação de um marco formal de negociações a sete, nos moldes das Negociações a Seis sobre a península coreana, que reuniria os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU — Estados Unidos, França, Reino Unido, China e Rússia —, além da Ucrânia e de representantes da União Europeia. Mas agora um precedente mais antigo pode servir de guia: o Acordo

[9]Publicado originalmente em 29 de outubro de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

de Armistício da Coreia, de 1953, não pôs fim à guerra, mas reduziu muito a violência.

Uma abordagem desse tipo, se adotada com a ajuda da supervisão de terceiros neutros, poderia oferecer um caminho viável fora dos objetivos maximalistas. Se a Ucrânia e a Rússia estão de fato dispostas a interromper os combates, precisarão aceitar um marco de manutenção da paz forte o bastante para dissuadir violações, mas neutro o bastante para ser aceito por ambas.

Essa força não pode vir apenas da OTAN ou da Rússia. Ela precisa extrair sua legitimidade de uma coalizão internacional mais ampla, que reflita a realidade multipolar de hoje. A ONU é um veículo indispensável para estabelecer essa presença, mas qualquer esforço de construção da paz precisa ser reforçado pelo envolvimento dos países do BRICS que mantiveram o diálogo com a Rússia e a Ucrânia.

Tropas ou observadores da China, da Índia, do Brasil ou da África do Sul, enviados ao lado de parceiros europeus como Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Polônia, poderiam sustentar a missão equilibrada que a situação exige. Sua presença mostraria que as principais regiões do mundo compartilham a responsabilidade pelas questões de segurança e dissiparia o receio de que as forças de paz não honrassem sua missão.

A China pode desempenhar um papel construtivo. É o maior parceiro comercial tanto da Rússia quanto da Ucrânia e mantém comunicação com todos os lados desde o início da guerra. A proposta de paz de 12 pontos de Pequim enfatizava a soberania, o acesso humanitário e a prevenção de uma escalada nuclear, princípios que continuam válidos.

Mais recentemente, a China ampliou sua cooperação com o BRICS e pediu uma diplomacia inclusiva para enfrentar o conflito. Atuando por meio da ONU e em coordenação com o BRICS, a China pode servir de garantidora da paz e de força de paz, ajudando a desenhar um marco neutro que concilie os temores de segurança de cada lado.

O adiamento das conversas de Budapeste não deve ser interpretado como o fim da diplomacia, mas como uma chance de iniciar um processo mais realista. Caso as negociações prossigam, uma mesa mais ampla poderia ser encontrada na próxima cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, em Gyeongju, na

Coreia do Sul, nesta semana. Espera-se a presença do presidente Xi Jinping, de Trump e de uma delegação russa, assim como de líderes de toda a Ásia-Pacífico, uma região conhecida tanto por conflitos quanto por reconciliações.

À margem da cúpula, poderia ser convocada uma reunião trilateral informal para explorar os contornos de uma "Iniciativa de Cessar-Fogo de Gyeongju", abrindo caminho para uma conferência de paz formal sob os auspícios da ONU, com a participação do Conselho de Segurança da organização, da Ucrânia e da UE.

Para Washington e Moscou, isso ofereceria uma saída digna do confronto. Para Kiev, ofereceria proteção concreta e um caminho para a reconstrução. Para a Europa, reduziria o desgaste de uma gestão de crise sem fim. E, para o Sul Global, marcaria um momento há muito esperado, em que as potências emergentes ajudam a carregar o fardo da paz.

Um congelamento das hostilidades cuidadosamente elaborado poderia abrir corredores humanitários, estabilizar o abastecimento de alimentos e de energia e ajudar a dar a partida na recuperação da Ucrânia, tarefa que exigirá as capacidades industriais e financeiras tanto do Ocidente quanto da Ásia.

Alguns podem descartar essa proposta ambiciosa como idealista, mas o mesmo se poderia ter dito da ideia de a Alemanha e a França integrarem a mesma união política, ou de o Acordo de Armistício da Coreia ser mantido, em linhas gerais, ao longo dos anos. A paz não precisa nascer da afeição mútua. Pode brotar de uma coexistência administrada.

O adiamento da cúpula entre Trump e Putin não se deveu à desconfiança pessoal, mas à ausência dos marcos adequados para monitorar e sustentar garantias de segurança extremamente necessárias. Essa lacuna pode e deve ser preenchida pela comunidade internacional em sentido amplo.

A guerra na Ucrânia redesenhou a política global e sobrecarregou instituições concebidas para outra era. Se a ONU e o BRICS conseguirem forjar um marco crível de manutenção da paz que congele a violência e, ao mesmo tempo, viabilize as negociações, o resultado não só salvaria vidas ucranianas, como também mostraria que a cooperação global pode triunfar sobre a competição entre grandes potências.

Uma trégua garantida por uma responsabilidade compartilhada é melhor do que uma vitória conquistada à custa da exaustão e de covas preenchidas sem necessidade. Uma diplomacia sem projeto não tem como durar. O mundo deveria aproveitar o momento antes que ele escape. Em Gyeongju, os Estados Unidos, a Rússia, a China e outros parceiros têm a chance de traçar um caminho que se afaste do desgaste e leve à estabilidade.

As perspectivas do multilateralismo à sombra do protecionismo[10]

Avançar na integração e na cooperação econômicas entre as nações asiáticas pode ajudar a estimular um movimento mais amplo rumo ao multilateralismo e a impulsionar a recuperação global e a reforma institucional numa direção mais equitativa.

No início de 2025, a ascensão do unilateralismo e do protecionismo desferiu novos golpes na estabilidade global e na recuperação econômica. Os desafios e as incertezas da economia global se acumulam, alimentando uma preocupação e uma ansiedade crescentes na comunidade internacional. Diante desse cenário global em transformação, a questão de como fazer avançar a globalização econômica e defender o multilateralismo tornou-se premente para os países asiáticos. Em todo o mundo, barreiras comerciais, sanções econômicas, tarifas e outras medidas protecionistas têm dificultado a cooperação econômica internacional e contido o crescimento global. Nesse contexto, a questão de como os países asiáticos podem assumir um papel mais proativo na promoção da recuperação e da estabilidade econômicas globais, sobretudo no fomento ao desenvolvimento sustentável e à integração econômica, tornou-se central no atual panorama econômico global.

À medida que o ambiente econômico global continua a evoluir, a importância estratégica dos países asiáticos aumenta. O atual Relatório Anual do Fórum de Boao para a Ásia sobre as Perspectivas Econômicas da Ásia destaca como países asiáticos como a China estão assumindo a liderança mundial na promoção do crescimento, no desenvolvimento verde, na transição energética

[10]Publicado originalmente em 27 de março de 2025 pela CGTN e revisto para esta coletânea.

e na inovação, especialmente em tecnologias de ponta como a inteligência artificial. Essa mudança não só estimulou a expansão econômica regional na Ásia, como também injetou forte impulso e enorme potencial no desenvolvimento sustentável da economia global.

Mas o panorama do comércio global está sendo redesenhado pela ascensão de políticas protecionistas, sobretudo as que decorrem do unilateralismo e do protecionismo dos Estados Unidos. Guerras comerciais prolongadas, tarifas cada vez mais altas e restrições econômicas cada vez mais rígidas impuseram sérios desafios tanto à China quanto à economia global em geral.

Apesar da pressão externa crescente, a China respondeu com uma abordagem comedida e estratégica, priorizando a abertura do mercado e a diversificação das parcerias comerciais. O país demonstrou resiliência num ambiente comercial global turbulento, por meio de cortes de impostos e da concessão de isenções tarifárias a mais de 40 dos países menos desenvolvidos (PMDs) do mundo.

Um indicador revelador dessa mudança é o papel cada vez menor dos Estados Unidos no conjunto do comércio exterior chinês: os Estados Unidos respondem hoje por apenas 11% do total de importações e exportações da China, cerca de 10 pontos percentuais abaixo do pico de 21,5% registrado em 2002. Embora os Estados Unidos tenham imposto tarifas pesadas aos produtos chineses, as medidas protecionistas lideradas pelo governo Trump acabaram não conseguindo conter o crescimento do comércio bilateral. Na verdade, apesar da pressão tarifária, o volume total do comércio China-EUA passou de US$ 500 bilhões para mais de US$ 600 bilhões, um aumento de cerca de 20%.

Diante dos desafios econômicos globais, a China respondeu com moderação e precisão estratégica, em vez de recorrer a retaliações generalizadas. Por exemplo, optou por contramedidas direcionadas a cerca de 100 categorias específicas de produtos, em vez de lançar uma retaliação comercial total. Essa resposta calibrada reflete uma verdade econômica fundamental: numa guerra comercial, não há vencedores.

Nesse contexto, a busca da integração asiática ganha importância ainda maior. Como um dos principais motores do crescimento econômico global, a China deveria trabalhar de forma proativa para aprofundar a cooperação com seus vizinhos regionais, entre eles a Associação de Nações do Sudeste Asiático

(ASEAN), a Índia, a Coreia do Sul e o Japão, de modo a lançar as bases de uma aliança asiática mais ampla. Para além da economia, a Ásia também tem elementos culturais singulares, que podem servir como poderosos laços de unidade. Tradições compartilhadas, como os valores confucianos e a simbólica "cultura dos pauzinhos", refletem raízes filosóficas e estilos de vida comuns que podem ajudar a fomentar um senso mais forte de solidariedade regional. Com o tempo, essa aliança asiática idealizada poderia abranger a Ásia Central, o Sul da Ásia, a região do Golfo e até partes da orla do Pacífico, contribuindo para a integração econômica global.

Além da integração regional, é igualmente vital estabelecer mecanismos de cooperação como o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP). Por meio da cooperação multilateral, a Ásia pode construir maior resiliência e liberar mais potencial de inovação, acelerando a integração econômica regional e, ao mesmo tempo, apoiando a recuperação e o desenvolvimento mais amplos da economia global. O CPTPP não é apenas um complemento do sistema internacional de livre-comércio; é uma força significativa que impulsiona a integração da própria Ásia e faz avançar a globalização de modo mais amplo. Nos próximos anos, espera-se que o potencial econômico da Ásia se expanda substancialmente, sobretudo em setores emergentes como a manufatura inteligente, o desenvolvimento verde e a economia digital.

Como grande ator do comércio global, a China deveria aprofundar a cooperação com a União Europeia, a Austrália e os países latino-americanos para ajudar a moldar um sistema de comércio global mais aberto, justo e inclusivo. A Organização Mundial do Comércio (OMC) continua sendo o órgão central de governança do comércio internacional, e preservar sua autoridade é essencial para garantir que o comércio global continue a funcionar num marco baseado em regras. A China tem defendido sistematicamente, nos últimos tempos, a reforma da OMC e os acordos comerciais multilaterais. Em setembro de 2024, durante o Fórum Público da OMC, o Centro para a China e a Globalização (CCG) promoveu um seminário na sede da OMC, em Genebra, ressaltando a importância de fazer avançar a liberalização comercial. O evento instou as economias de todo o mundo a tomar a iniciativa de impulsionar a reforma do

comércio, em vez de esperar passivamente que os Estados Unidos voltem a se engajar no sistema multilateral.

Em conclusão, sob a sombra crescente do protecionismo, os países asiáticos precisam manter o compromisso com o multilateralismo, avançar em seus esforços para ampliar a cooperação regional e assumir maior responsabilidade global. Ao promover a integração dentro da Ásia e aprofundar a cooperação com outras economias do mundo, a região está pronta para se tornar um importante motor do crescimento global. Ela terá um papel cada vez mais central na configuração da economia mundial. Os desafios e as incertezas atuais são um teste de resiliência e uma oportunidade crucial para impulsionar a recuperação econômica e o desenvolvimento de longo prazo. Os países asiáticos deveriam assumir um papel mais proativo nesse processo, trabalhando juntos para ajudar a conduzir a economia global rumo a um futuro mais estável, próspero e sustentável.

Rumo a um mundo mais multipolar: a dinâmica China-EUA--Europa na era Trump 2.0[11]

A volta de Donald Trump à Casa Branca marca também a volta de uma política de "América em primeiro lugar", que põe a Europa numa posição difícil e semeia a divisão na relação transatlântica. Uma consequência não intencional, porém positiva, é a capacidade recém-adquirida da Europa de atuar como polo de equilíbrio.

Em 2 de abril de 2025, os Estados Unidos impuseram uma tarifa básica de 10% sobre todas as importações, além de alíquotas muito mais altas sobre produtos de cerca de 60 países — 34% sobre a China, 25% sobre a Coreia do Sul e 20% sobre a União Europeia. Pouco depois, o presidente Trump elevou ainda mais as tarifas sobre os produtos chineses, a inéditos 145%. Essa nova onda de protecionismo, em meio ao acirramento das tensões geopolíticas, deve redesenhar a dinâmica das relações EUA-China-Europa. Até a Europa — aliada próxima dos Estados Unidos há muito tempo — sente a pressão, à medida que a confiança na cooperação multilateral se desgasta com a crescente fragmentação das políticas e a volatilidade dos mercados.

[11] Publicado originalmente em 15 de maio de 2025 pela *Limes* e revisto para esta coletânea.

Num panorama global complexo e em rápida transformação, as políticas do governo Trump devem levar a ajustes significativos nas relações China-EUA-Europa, trazendo tanto oportunidades quanto desafios. Esses ajustes se manifestam de várias maneiras: (1) a China e os Estados Unidos procurarão preservar relações estáveis apesar da turbulência contínua; (2) a aliança transatlântica entre os Estados Unidos e a Europa enfrentará pressões; e (3) a China e a Europa têm algum espaço de cooperação para lidar com as políticas de Trump. De modo geral, a China, os Estados Unidos e a UE caminham para uma relação mais multipolar.

AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS: EM BUSCA DE EQUILÍBRIO EM MEIO À TURBULÊNCIA

As políticas de Trump continuam imprevisíveis, mas sua abordagem transacional e voltada para os negócios é evidente. Sob seu governo, as relações EUA-China inevitavelmente terão dificuldade para encontrar equilíbrio em meio à turbulência contínua.

A política tarifária: um foco central das relações comerciais de Trump com a China

O governo Trump continua obcecado pelos déficits bilaterais no comércio de bens como medida do declínio nacional, mas essa visão ignora a estrutura básica da economia americana. Em 2024, os Estados Unidos registraram um superávit de US$ 300 bilhões no comércio de serviços,[12] e isso sem contar as contribuições das filiais locais de multinacionais americanas no exterior. Além disso, vantagens como a senhoriagem do dólar, os retornos dos investimentos no exterior e uma capacidade inigualável de atrair talentos globais — 60% dos ganhadores do Nobel trabalham nos Estados Unidos, e 47% dos talentos americanos em IA vêm da China[13] — refletem a posição privilegiada do país no sistema internacional.

A posição privilegiada dos Estados Unidos não para por aí. A receita das empresas de capital americano na China superou significativamente a das empresas de capital chinês nos Estados Unidos: a diferença foi de US$ 400 bilhões.[14] Dos

[12]United States Congress Joint Economic Committee, Trade Update, maio de 2025.

[13]Ma Yingyi, "US security and immigration policies threaten its AI leadership", Brookings, 4 de abril de 2024.

[14]Zhao Huanxin, "Envoy: China doesn't want or fear trade war", chinadaily.com.cn, 5 de maio de 2025.

celulares da Apple, 80% são fabricados na China e contam como exportações chinesas,[15] mas quem fica com o dinheiro é a Apple, empresa americana que projeta o iPhone e seu ecossistema digital e aplica sua margem de lucro sobre o aparelho pronto.

Longe de serem vítimas da globalização, os Estados Unidos estão entre os seus maiores beneficiários. Na verdade, a única área em que o país tem um déficit comercial persistente é a dos bens manufaturados — e isso nunca foi por acaso. Os Estados Unidos fizeram uma mudança deliberada e calculada rumo a uma economia de serviços e de alta tecnologia. Afastaram-se de indústrias de baixa margem, intensivas em mão de obra e muitas vezes poluentes, em direção a setores mais limpos, mais lucrativos e dominantes em escala global. Os Estados Unidos lideram o mundo em educação, tecnologia, biociências, economia digital e IA. Não podem simplesmente jogar um jogo em que "o vencedor leva tudo", dominando até as indústrias intensivas em mão de obra que antes abandonaram. Tratar agora essa mudança como um fracasso é reescrever décadas de política econômica.

Embora a China e os Estados Unidos tenham retomado recentemente as negociações — e o presidente Trump tenha sinalizado uma possível redução das tarifas —, as barreiras comerciais provavelmente continuarão a ser uma questão central nas relações bilaterais no futuro previsível.

O potencial do investimento chinês nos Estados Unidos

Trump tem se mostrado relativamente aberto ao investimento chinês nos Estados Unidos e pode usá-lo para impulsionar a indústria nacional. Embora pretenda barrar a importação de carros chineses, ele também se mostrou disposto a apoiar montadoras chinesas que instalem operações de fabricação nos Estados Unidos. Durante a guerra comercial anterior, muitas empresas chinesas abriram fábricas no México para contornar as tarifas. Se os Estados Unidos adotarem políticas que incentivem as empresas chinesas a investir e a instalar fábricas em território americano, isso poderá abrir novos caminhos para a cooperação econômica sino-americana. Casos de sucesso como o da Fuyao Glass e

[15] Andy Hirschfeld, "Apple to move assembly of US phones to India in shift away from China", Al Jazeera, 25 de abril de 2025.

as negociações de investimento da CATL com empresas americanas mostram a viabilidade desse modelo.

Além disso, Trump pode estudar a revogação de partes da Lei de Investimento em Infraestrutura e Empregos, da Lei CHIPS e Ciência e da Lei de Redução da Inflação, aprovadas no governo Biden. Ele pode redirecionar os recursos não utilizados para projetos de infraestrutura tradicionais, em contraste com a abordagem mais restritiva do governo Biden em relação ao investimento chinês.

Espaço para negociação: a promessa de Trump de ser um "presidente da paz"
Na arena geopolítica, Trump prometeu ser um "presidente da paz". Seu plano, que impede a entrada da Ucrânia na OTAN e depende de forças europeias para manter a paz, enfrenta ceticismo generalizado. Como o presidente russo Vladimir Putin provavelmente resistirá a uma força de paz liderada pelo Ocidente, o governo Trump alterou a dinâmica: nenhuma tropa americana, contando em vez disso com contribuições da Europa e, possivelmente, de outras partes. Dados os laços diplomáticos da China com a Rússia e com vários países do Oriente Médio, é provável que Trump busque a cooperação de Pequim para lidar com essas questões.

O papel ativo da China na diplomacia do Oriente Médio, como a mediação de um acordo entre a Arábia Saudita e o Irã e a realização de encontros com facções palestinas, reflete sua influência crescente na região. Tendo contribuído nos últimos anos com mais soldados para as forças de paz da ONU do que qualquer outro membro permanente do Conselho de Segurança, a China poderia liderar uma força neutra, possivelmente ao lado da Índia e do Brasil.

Na península coreana, Trump já buscou a ajuda da China para enfrentar os desafios nucleares da Coreia do Norte. Embora seus esforços não tenham dado resultado no primeiro mandato, a situação na península se agravou, com as tensões entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul à beira de uma crise. Para cumprir a promessa de ser um "presidente da paz", Trump pode voltar a buscar a ajuda da China.

A abordagem pragmática de Trump em relação a Taiwan

A abordagem de Trump em relação a Taiwan tem sido mais pragmática do que a de outros governos. Ele pode procurar manter um equilíbrio dinâmico com a China na questão de Taiwan, evitando uma nova escalada das tensões no estreito de Taiwan. Isso contrasta com o governo Biden, que fortaleceu os laços militares e políticos com Taiwan, minando a política de "uma só China" e aumentando os riscos para a estabilidade regional.

Alguns especialistas americanos recomendaram reafirmar a política de "uma só China", e Trump pode optar por fazê-lo, possivelmente explorando novas medidas para fortalecer esse compromisso. Negociar um novo comunicado conjunto poderia ser um passo para administrar melhor as tensões relacionadas a Taiwan, com medidas como o fim da venda de armas a Taiwan e a oposição à "independência de Taiwan".

AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS: UMA DINÂMICA EM TRANSFORMAÇÃO

Durante o governo Biden, a Europa seguiu os Estados Unidos em muitas questões, o que resultou em relações EUA-UE relativamente estáveis. No entanto, as políticas de "América em primeiro lugar" de Trump e sua volta ao poder podem afetar profundamente a relação EUA-UE.

As relações comerciais sob ameaça

A guerra tarifária de Trump deve provocar tensões no comércio global, abalar a estabilidade das cadeias globais de suprimentos e levar a uma forte deterioração do ambiente do comércio internacional. Isso será, sem dúvida, um duro golpe para a economia europeia, altamente dependente do comércio exterior.

Segundo dados do Serviço de Estatística da UE, em 2023 o valor total das exportações de bens da UE para os Estados Unidos chegou a 502 bilhões de euros, enquanto as importações vindas dos Estados Unidos somaram 344 bilhões de euros, o que resultou num superávit comercial de 158 bilhões de euros. Os Estados Unidos são o maior destino das exportações de bens da UE, com 19,7% do total exportado pelo bloco; são também a segunda maior origem das impor-

tações de bens da UE (depois da China), com 13,7% do total importado.[16]

Esses dados mostram que os Estados Unidos são o maior mercado de exportação da UE. Um aumento das tarifas tornará os produtos europeus significativamente mais caros nos Estados Unidos, enfraquecendo sua competitividade no mercado e afetando a economia da UE, que já enfrenta dificuldades. Jan Hatzius, economista-chefe do Goldman Sachs, afirmou que, se estourar uma guerra tarifária transatlântica, a UE sofrerá perdas maiores que os Estados Unidos. A expectativa é que a guerra tarifária reduza o PIB da UE em 1%.[17] Segundo o Instituto Ifo de Pesquisa Econômica, da Alemanha, a guerra tarifária poderia provocar uma queda de 14,9% nas exportações alemãs para os Estados Unidos.[18]

As preocupações de segurança

A segurança europeia enfrentará sérios desafios. A OTAN é a pedra angular da segurança europeia, o vínculo que sustenta a relação transatlântica e também um instrumento de controle dos Estados Unidos sobre a Europa. Os Estados Unidos não só mantêm 100.000 soldados estacionados na Europa e armas nucleares táticas instaladas no continente, como também dispõem de uma ampla rede de bases militares em território europeu. A base militar de Stuttgart, na Alemanha, abriga o Comando Europeu dos Estados Unidos e o Comando dos Estados Unidos para a África, enquanto a base naval de Nápoles, na Itália, é o quartel-general da Sexta Frota americana. Recentemente, depois da Romênia, os Estados Unidos instalaram na Polônia um sistema de defesa antimísseis "Aegis" baseado em terra.

Na "era Trump 1.0", o governo americano se retirou do Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário e do Tratado de Céus Abertos, reduziu o número de soldados americanos estacionados na Alemanha e exigiu explicitamente que os aliados aumentassem os gastos com defesa, chegando a ameaçar sair da OTAN, o que afetou gravemente a segurança europeia. Com sua volta

[16]Zhang Linchu, "The Impact of Trump's Election on EU-US Relations and Sino-European Relations", cfisnet, 18 de novembro de 2024.

[17]Chartered Institute of Export and International Trade, "What could the new Donald Trump presidency mean for trade?", 6 de novembro de 2024.

[18]ifo, "Germany's US exports could fall by 14.9% if Trump is re-elected", 23 de setembro de 2024.

vigorosa ao poder, Trump deixou claro que os aliados da OTAN precisam elevar os gastos com defesa a 5% do PIB e questionou as altas contribuições financeiras dos Estados Unidos à OTAN.

Se o governo Trump acabar adotando essas políticas, isso será um golpe significativo para a estratégia de segurança europeia. A Europa não só precisará aumentar os gastos militares, como também assumir mais responsabilidades de segurança, o que pesará ainda mais sobre suas finanças. Relatórios indicam que, até 2024, os gastos com defesa de 18 países da OTAN terão atingido a meta de 2% do PIB, enquanto 14 países ainda não cumprem o patamar de 2% fixado pela OTAN. Num cenário de marasmo econômico, esse é, sem dúvida, um teste severo para a UE.[19]

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia: um grande teste para as relações EUA-UE

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia é uma prova de fogo para as relações transatlânticas, mas a situação está cada vez mais complexa. Para a Europa, a questão ucraniana vai além da segurança regional e molda toda a arquitetura de segurança europeia. No entanto, divergências significativas entre os Estados Unidos e a Europa são inevitáveis, sobretudo no que diz respeito à ajuda à Ucrânia, a possíveis negociações de paz, às estruturas de segurança do pós-guerra e às relações com a Rússia. Essas diferenças terão consequências de longo alcance para as relações EUA-UE, para a segurança europeia e para a ordem internacional em evolução. Ao mesmo tempo, surgem também divisões internas na UE. A desaceleração econômica, a crise energética e a crescente insatisfação da opinião pública estão levando alguns países da UE a reconsiderar seu apoio à Ucrânia. Por isso, a trajetória da guerra entre a Rússia e a Ucrânia servirá como indicador fundamental das mudanças na dinâmica das relações transatlânticas.

Os desafios da governança global

Os Estados Unidos e a Europa enfrentam numerosos desafios na governança global. Na "era Trump 1.0", Trump adotou uma atitude cética, resistente e até destrutiva em relação à governança global e aos mecanismos multilaterais. Retirou o país de organizações como a UNESCO e a Organização Mundial da

[19]NATO, "Secretary General welcomes unprecedented rise in NATO defence spending", 14 de fevereiro de 2024.

Saúde. Depois de reeleito, continuou a retirar o país de acordos como o Acordo de Paris e do Conselho de Direitos Humanos da ONU, ao mesmo tempo que buscava formas de contrabalançar os mecanismos multilaterais existentes, fortalecendo as relações bilaterais e a cooperação multilateral em pequenos grupos.

A UE defende ativamente o multilateralismo e está empenhada em fortalecer o sistema de governança global, cooperando com organizações internacionais e com outros países para enfrentar juntos os desafios globais. A UE sempre teve um papel ativo no enfrentamento da mudança climática, esforçando-se para promover iniciativas globais de combate à mudança climática e à perda de biodiversidade. Por isso, a UE e o governo Trump enfrentarão numerosos desafios e divergências políticas na governança global, o que afetará seriamente as relações EUA-UE e minará a liderança americana nas relações transatlânticas.

AS RELAÇÕES SINO-EUROPEIAS: NOVAS OPORTUNIDADES EM MEIO AOS DESAFIOS

Nos últimos anos, as relações sino-europeias evoluíram com resultados mistos. Por um lado, as relações bilaterais deram sinais de estabilização, com frequentes intercâmbios de alto nível, o que reflete uma tendência de alguns países europeus e da UE a corrigir suas políticas em relação à China e a voltar a uma abordagem mais racional. Isso demonstra as vantagens complementares e o caráter mutuamente benéfico da cooperação sino-europeia. Por outro lado, sob a influência do "triplo posicionamento" da UE em relação à China e de seus esforços de "redução de riscos", o protecionismo comercial, a politização das questões econômicas e uma tendência geral a pensar em termos de segurança e de ideologia provocaram turbulência nas relações comerciais sino-europeias. No entanto, se o governo Trump persistir em suas políticas isolacionistas e de "América em primeiro lugar", as relações sino-europeias poderão viver um novo ponto de virada.

A cooperação sino-europeia diante da guerra comercial americana

As políticas protecionistas de Trump podem aprofundar ainda mais as relações econômicas sino-europeias, levando a UE a depender mais do mercado chinês para diversificar os riscos comerciais e manter o crescimento das exportações. Para a UE, é crucial manter mercados de exportação estáveis e parceiros comerci-

ais diversificados. Como segunda maior economia do mundo e dona do mercado consumidor mais promissor, a China se tornará uma opção "alternativa" para o desenvolvimento econômico da UE. Além disso, o governo chinês vem promovendo ativamente uma abertura maior e aprimorando continuamente seu ambiente de negócios, o que oferece oportunidades de investimento mais atraentes para as empresas da UE. Em 2023, o comércio sino-europeu chegou a US$ 783 bilhões (€ 847,3 bilhões), sendo a China o maior parceiro comercial da UE, e a UE o segundo maior parceiro comercial da China.[20] Portanto, se Trump travasse guerras comerciais e tarifárias contra a Europa e a China ao mesmo tempo, ainda que com intensidades diferentes, o resultado obrigaria a China e a UE a responder em conjunto às guerras comerciais e tarifárias dos Estados Unidos.

A cooperação sino-europeia poderia ser reavivada nas negociações sobre as tarifas dos veículos elétricos, em que os dois lados procurariam administrar as divergências, aumentar a confiança e chegar a acordos de benefício mútuo. A indústria automotiva é um motor fundamental da prosperidade europeia: sustenta mais de 13 milhões de empregos diretos e indiretos e contribui com cerca de € 1 trilhão para o PIB da UE.[21]

Atualmente, a indústria automotiva europeia enfrenta múltiplos desafios, entre eles a transição para a energia limpa, a reestruturação das cadeias de suprimentos e a inovação tecnológica. As vantagens das cadeias industriais da China em veículos de nova energia complementam as capacidades avançadas de fabricação da Europa, o que representa uma oportunidade significativa de cooperação. As parcerias sino-europeias já existentes no setor automotivo, como a bem-sucedida colaboração entre a Geely e a Volvo e as joint ventures com a Volkswagen e a BMW na China, mostram como os dois lados podem aprofundar a cooperação e enfrentar esses desafios por meio de seus pontos fortes complementares. Entre os caminhos concretos de colaboração estão a criação conjunta de bases de produção na Europa, para fazer frente a possíveis barreiras

[20] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, "Join Hands to Promote the Healthy and Stable Development of China-EU Relations", 21 de novembro de 2024.

[21] "The European Union Launches Strategic Dialogue on the Automotive Industry and Will Present an Action Plan in March to Address Transformation", Caixin, 31 de janeiro de 2025.

comerciais, e o trabalho conjunto para explorar mercados emergentes no Sudeste Asiático, na América Latina e em outras regiões. A presença da BYD na Europa e a expansão internacional da CATL podem servir de referências úteis para essa cooperação.

A retomada dos acordos de investimento

O Acordo Abrangente de Investimentos UE-China (CAI) enfrentou atrasos e obstáculos significativos por causa das tensões políticas e das preocupações com questões de direitos humanos. No entanto, sob as políticas isolacionistas de Trump, surge uma possível oportunidade de reavivar esse acordo. Se ele for reavivado com sucesso, poderá ter um impacto profundo nas relações sino-europeias, ampliando a cooperação política, econômica e cultural. O CAI poderia oferecer um marco para resolver disputas e, ao mesmo tempo, promover a colaboração em setores críticos como tecnologia, energia e manufatura. Os dois lados têm a ganhar com uma parceria econômica mais forte. Para a China, o acordo melhoraria sua imagem internacional e ajudaria a consolidar sua posição de ator econômico global responsável, além de abrir novos caminhos de integração econômica com a Europa. Para a Europa, o acordo poderia dar acesso ao vasto mercado consumidor chinês, a oportunidades de investimento e a inovações tecnológicas. Além disso, a perspectiva de relações comerciais e fluxos de investimento mais fluidos ofereceria às empresas europeias condições mais favoráveis para expandir suas operações na China.

Liderar a transição verde

Enquanto o mundo se debate com os impactos crescentes da mudança climática, a China e a Europa são cada vez mais chamadas a assumir um papel de liderança na transição verde global. A China, que deu passos significativos no desenvolvimento das energias renováveis, sobretudo da energia solar, está em condições de desempenhar um papel crucial na transição verde. Como maior produtora mundial de painéis solares e grande protagonista das energias eólica e hidrelétrica, a China empreende esforços de transição para uma economia de baixo carbono que são cruciais não só para seu próprio desenvolvimento de longo prazo, mas também para as metas climáticas globais. A Europa, por sua vez, com seu compromisso com políticas verdes como o Pacto Ecológico Europeu, já está

no caminho da neutralidade de carbono até 2050. A colaboração da China com a Europa no avanço das tecnologias verdes, da infraestrutura de energia renovável e das estratégias de redução de carbono é essencial para alcançar as ambiciosas metas climáticas globais estabelecidas pelo Acordo de Paris. Ao reunir recursos e conhecimentos, a China e a Europa podem dar um exemplo poderoso de cooperação internacional na luta contra a mudança climática.

Colaborar em inteligência artificial (IA)

A inteligência artificial (IA) está transformando indústrias e sociedades em todo o mundo. A China e a Europa estão na vanguarda do desenvolvimento da IA: a China avança rapidamente em suas capacidades de IA em setores como o comércio eletrônico, os veículos autônomos e a saúde, e a Europa investe pesadamente em pesquisa e desenvolvimento de IA, sobretudo em áreas como ética e regulação. Dado o enorme potencial da IA para revolucionar a economia global, a China e a Europa precisam trabalhar juntas para garantir seu desenvolvimento responsável, equitativo e sustentável.

A urgência de tratar a IA ao mesmo tempo como oportunidade e como desafio ficou evidente na primeira Cúpula Global de IA, em Londres, onde líderes de vários países discutiram o futuro da governança da IA. Na Cúpula Global de IA deste ano, em Paris, 61 países assinaram uma declaração para estabelecer um mecanismo inclusivo e sustentável de governança da IA, enquanto os Estados Unidos e o Reino Unido se abstiveram de assiná-la. Colaborando em IA, a China e a Europa podem trabalhar juntas para criar diretrizes éticas sólidas, estabelecer marcos regulatórios justos e fazer avançar inovações tecnológicas que melhorem a qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

Defender o multilateralismo

A China e a UE compartilham um compromisso com o multilateralismo e a governança global, cada vez mais importante num mundo diante de desafios globais complexos. A UE há muito tempo defende o multilateralismo, participando ativamente de iniciativas globais e atuando por meio de organizações internacionais como as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio e a Organização Mundial da Saúde. Para a UE, o multilateralismo não é apenas

uma estratégia política, mas também um reflexo de seus valores de inclusão, colaboração e paz.

A China também abraçou o multilateralismo em sua política externa, como demonstram iniciativas como a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e a Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI). Essas iniciativas promovem a cooperação global, o comércio e o desenvolvimento, e a China se posiciona como parceira fundamental na promoção da conectividade internacional e do crescimento econômico. Além disso, a China tem contribuído ativamente para a governança global, participando de instituições como o G20, a Organização para Cooperação de Xangai e o bloco BRICS, e assumindo um papel de liderança no enfrentamento de desafios globais como a redução da pobreza, a saúde global e o desenvolvimento sustentável.

Os Estados Unidos, sobretudo sob o governo Trump, têm adotado cada vez mais abordagens unilaterais diante dos desafios globais, retirando-se de importantes acordos internacionais, como o Acordo Climático de Paris, e da Organização Mundial da Saúde. Essa mudança abriu uma lacuna na liderança global, e a China e a UE entram em cena para defender soluções multilaterais para questões globais urgentes. Trabalhando juntas, a China e a UE podem preencher esse vazio de liderança, fazendo avançar a cooperação global em questões como a mudança climática, o comércio global e a resolução de conflitos.

CONCLUSÃO: UM MUNDO MAIS MULTIPOLAR

A relação entre a China, os Estados Unidos e a Europa evolui numa direção mais multipolar. A UE precisa da China para ajudar a equilibrar os Estados Unidos. No contexto da competição entre grandes potências, ou da perspectiva do triângulo China-EUA-Europa, a vitória de Trump fez a UE perceber que precisa manter sua autonomia estratégica, aumentar sua influência nos assuntos internacionais e se firmar como ator fundamental num mundo multipolar. A China é cada vez mais vista como uma parceira estável e confiável.

Ao mesmo tempo, com Trump de volta à Casa Branca, a UE pode ganhar mais autonomia na definição de suas políticas para a China, o que lhe permitiria priorizar seus próprios interesses acima dos interesses dos Estados Unidos. Diante da pressão americana, a China também precisa da Europa. A China deve

incentivar a Europa a atuar como polo de equilíbrio e, ao mesmo tempo, buscar acesso aos mercados e à tecnologia europeus.

Em conclusão, uma relação mais multipolar entre a China, os Estados Unidos e a Europa é benéfica para a estabilidade e o desenvolvimento globais. As três regiões deveriam trabalhar para fazer avançar e fortalecer essa dinâmica em evolução.

A China e o Sul Global: liberando as marés da transformação da ordem global[22]

O Sul Global tornou-se uma força poderosa, que está redesenhando a ordem global e traçando um rumo centrado no desenvolvimento e na globalização econômica, o que abre oportunidades para que a China e as demais grandes economias impulsionem juntas o desenvolvimento econômico mundial.

Segundo Comfort Ero, a ascensão do Sul Global tornou-se uma realidade inescapável e premente, que exige nossa atenção imediata: "com um foco profundo e inabalável no desenvolvimento e na plena participação na globalização econômica, o Sul Global já não é uma força periférica, mas um motor central de mudança na arena global".[23]

Nos últimos anos, a China vem construindo ativamente laços estratégicos e significativos com os países do Sul Global. Por meio de diversos mecanismos de cooperação, contribuiu para a construção de infraestrutura, a expansão do comércio e o compartilhamento de tecnologia, desempenhando um papel importante na promoção do desenvolvimento dessas regiões.

No entanto, o desenvolvimento do Sul Global não é uma tarefa que um único país possa realizar sozinho.[24] Ele exige o esforço conjunto da comunidade internacional. A China, os Estados Unidos e a Europa, como grandes atores do cenário mundial, devem deixar de lado as diferenças e colaborar para promover o desenvolvimento integral do Sul Global. Estabelecer um novo sistema de

[22]Publicado originalmente em *Southern Powers and Global Dis/Order: Canada Among Nations* 2025, Springer Nature (no prelo), e revisto para esta coletânea.

[23]Comfort Ero, "The Trouble With 'the Global South': What the West Gets Wrong About the Rest", *Foreign Affairs*, 1º de abril de 2024.

[24]Jacqueline Anne Braveboy-Wagner (org.), *Diplomatic Strategies of Rising Nations in the Global South: The Search for Leadership and Influence*, Palgrave Macmillan Cham, 2024.

Bretton Woods que incorpore o Sul Global não é apenas uma necessidade absoluta, mas também algo extremamente vantajoso. Além disso, o Canadá, como importante potência média, tem potencial para servir de ponte entre os países ocidentais e o Sul Global, aproveitando sua posição singular para facilitar o diálogo, a cooperação e o entendimento mútuo. Juntos, podemos liberar todo o potencial do Sul Global e redesenhar a ordem global de um modo mais inclusivo e próspero.

A ASCENSÃO DO SUL GLOBAL

O "Sul Global" não tem uma definição internacional oficial. Em geral, a expressão designa os países em desenvolvimento da África, da América Latina e do Caribe, das ilhas do Pacífico e da Ásia.[25] Depois do fim da Guerra Fria, a desintegração do sistema bipolar levou ao declínio do uso das expressões "países em desenvolvimento", "Terceiro Mundo" e "países subdesenvolvidos", enquanto "Sul Global", mais moderada e neutra, foi aos poucos ganhando popularidade como alternativa.[26] Comparada a outros conceitos, porém, a conotação de "Sul Global" vai além das fronteiras geográficas e das categorias econômicas e se refere mais a um grupo de países com valores, tradições culturais e níveis de desenvolvimento diversos e com interesses variados.

A ascensão do Sul Global reflete mudanças profundas na ordem global. O atual sistema global tem origem no arcabouço de Bretton Woods, dos anos 1940. Desde os anos 1980, porém, esse sistema, que já havia abandonado o padrão-ouro, vem enfrentando desafios significativos. Os países desenvolvidos viram diminuir sua participação no PIB global, à medida que o Sul Global crescia rapidamente. Nos últimos anos, com a expansão da globalização econômica e o avanço constante da cooperação Sul-Sul, a situação econômica geral do "Sul Global" continuou a melhorar significativamente, e o grupo tornou-se uma força importante na promoção do crescimento econômico mundial. Dados recentes mostram que, calculada pela paridade do poder de compra, a participação no PIB global dos países do BRICS, em grande parte integrantes do "Sul Global", já supera a das economias do G7.

---

[25] "The Emergence of Global South and its International Influence", *The Paper*, 8 de dezembro de 2023.
[26] Joseph S. Nye, "What is the Global South", China US Focus, 3 de novembro de 2023.

O "Sul Global" foi naturalmente ampliando sua influência internacional e impulsionando a reforma do sistema de governança global, ao criar uma série de organizações internacionais e regionais, entre elas a Liga dos Estados Árabes e a União Africana, e ao participar de grandes conferências multilaterais internacionais, como a Cúpula do BRICS e a Cúpula do G20. Em setembro de 2023, por exemplo, a 18ª Cúpula do G20 convidou a União Africana a se tornar membro pleno. No mesmo mês, a Assembleia Geral da ONU adotou como tema o "desenvolvimento" e discutiu questões como a mudança climática e o alívio da dívida soberana, que são grandes preocupações dos países do "Sul Global". A independência estratégica do "Sul Global" também aumentou, promovendo ainda mais a democratização das relações internacionais.

GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA: A CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO DO SUL GLOBAL

Muitos países do Sul Global, que se libertaram do jugo colonial, têm aguda consciência de como é difícil o caminho rumo ao desenvolvimento econômico.[27] Suas lutas, marcadas por sacrifícios e esforços incansáveis, concentraram-se em construir caminhos de desenvolvimento adequados às suas circunstâncias particulares. Para essas nações, a globalização econômica — que prioriza o desenvolvimento econômico — é vista como a chave do progresso. Em sua abordagem das relações internacionais, elas tendem a pôr o desenvolvimento acima da ideologia ou da democracia, e o consenso entre os países do Sul Global é que o desenvolvimento continua sendo a maior prioridade.

A globalização econômica contrasta com as tendências crescentes de militarização e populismo em muitos países. Enquanto os países se voltam cada vez mais para dentro, concentrando-se no protecionismo e em políticas nacionalistas, a globalização econômica defende mais abertura, cooperação e interdependência entre as nações.[28] Esse choque fica evidente nas ações dos principais atores globais. Os Estados Unidos, por exemplo, adotaram nos últimos anos medidas mais protecionistas, impondo tarifas a uma série de países, entre eles a China, o

[27] Oliver Mtapuri (org.), *Poverty, Inequality, and Innovation in the Global South*, Palgrave Macmillan Cham, 2023.

[28] Jimoh Amzat e Oliver Razum, *Globalization, Health and the Global South: A Critical Approach*, New York: Routledge, 2022.

Canadá e várias nações europeias, a pretexto de defender a indústria doméstica e salvaguardar o interesse nacional. A China, ao contrário, reconhecendo a importância de estreitar os laços com o mundo em desenvolvimento, adotou uma abordagem diferente, reduzindo ou eliminando as tarifas para os países menos desenvolvidos (PMDs). Essa divergência evidencia abordagens opostas da globalização: enquanto algumas nações caminham para o isolacionismo econômico, outras abraçam a ideia de promover a cooperação internacional para impulsionar o crescimento mútuo, especialmente nos países do Sul Global.

A globalização econômica oferece inúmeras vantagens ao Sul Global. No comércio, ela derruba barreiras e dá aos países dessa região acesso a mercados internacionais maiores. Isso lhes permite exportar seus bens característicos, como produtos agrícolas, têxteis e artesanato, o que estimula as indústrias locais e aumenta as receitas em divisas. Em consequência, as condições de vida melhoram significativamente. Com mais oportunidades de emprego nos setores voltados para a exportação, a renda das pessoas aumenta, o que se traduz em padrões de vida mais altos e em acesso à educação e à saúde. Além disso, a globalização pode impulsionar o desenvolvimento sustentável no Sul Global. Ela favorece a transferência de tecnologias limpas e de práticas empresariais sustentáveis das nações desenvolvidas. Isso ajuda a promover uma produção que use os recursos com eficiência, a reduzir a degradação ambiental e a criar um futuro econômico mais sustentável.

A CHINA ESTREITA OS LAÇOS ESTRATÉGICOS COM O SUL GLOBAL

Fortalecer a unidade na esfera política

A China, maior país em desenvolvimento do mundo e parte integrante do "Sul Global", tem uma ligação antiga e profunda com o Sul Global. Essa ligação remonta a 1974, quando Deng Xiaoping declarou, na sexta sessão especial da Assembleia Geral da ONU, que "a China é um país em desenvolvimento e pertence ao Terceiro Mundo", posição que desde então se mantém inabalável. O relatório do 20º Congresso Nacional do PCCh reiterou que a China continuará sendo membro do Sul Global, independentemente de seu futuro progresso econômico e de sua posição internacional, consolidando essa identidade.

Em 2018, o presidente Xi Jinping fez referência ao Sul Global em seu discurso de encerramento no Fórum Empresarial do BRICS, em Joanesburgo, na África do Sul, e no encontro com a imprensa que se seguiu, ao lado do presidente sul-africano Cyril Ramaphosa. Na ocasião, ele ressaltou que, "como país em desenvolvimento e membro do Sul Global, a China respira o mesmo ar que os demais países em desenvolvimento e busca com eles um futuro compartilhado".[29] O presidente Xi também discursou na primeira sessão da 19ª Cúpula do G20, em 18 de novembro de 2024. O anúncio de oito ações de apoio ao desenvolvimento global, que se somam a mais de 1.100 projetos de desenvolvimento já existentes, demonstra o compromisso concreto da China. A criação de um centro de pesquisa sobre o "Sul Global" e o apoio a iniciativas do G20 que beneficiam o "Sul Global" não são apenas palavras, mas atos que fortalecem os laços políticos.[30]

As experiências históricas compartilhadas pela China e pelos países do Sul Global formam a base de sua unidade. As lutas desses países, marcadas por sacrifícios e esforços incansáveis para construir caminhos de desenvolvimento adequados às suas circunstâncias particulares, refletem de perto a trajetória da própria China.[31] Essa herança comum criou um vínculo forte e duradouro.

Em tempos de crise global, ou quando os países do Sul Global sofrem pressões externas sobre sua soberania, sua segurança ou seus interesses de desenvolvimento, a China invariavelmente se apresenta. Em disputas comerciais internacionais em que os direitos de exportação de países em desenvolvimento estavam sendo injustamente cerceados, por exemplo, a China usou seu peso diplomático e sua influência econômica para defender condições mais justas. Ela tem sido uma defensora atuante nas plataformas multilaterais, garantindo que as vozes dos países do Sul sejam ouvidas e que seus direitos legítimos sejam salvaguardados.[32]

[29]Li Yan, "Where Did the Term 'Global South' Originate?", China US Focus, 21 de setembro de 2023.
[30]"Xi Jinping announces eight actions that China will take to support global development", Xinhua, 19 de novembro de 2024.
[31]Zhao Daojiong, "Where exactly is the 'Global South'?", *Global Times*, 9 de junho de 2023.
[32]Yang Hui, "The Rise and Divergence of the Global South and China's Choice", *Foreign Affairs Review*, n. 2, 2024.

Enfatizar o desenvolvimento econômico

A China e os países do Sul Global compartilham desafios e tarefas de desenvolvimento semelhantes e têm como objetivo o desenvolvimento e o rejuvenescimento. Historicamente, estiveram em desvantagem na distribuição internacional dos benefícios econômicos e sofreram com o atraso econômico. Ainda hoje, o injusto sistema político e econômico global continua, em grande parte, sem correção. Os países desenvolvidos dominam a definição da agenda internacional e a elaboração das regras, enquanto persistem os problemas de um desenvolvimento desequilibrado e insuficiente. Os países do Sul Global enfrentam tarefas mais árduas e dificuldades maiores para recuperar o atraso. Além disso, sob o efeito de fatores como conflitos geopolíticos e emergências de saúde pública, as preocupações do Sul Global com o desenvolvimento são cada vez mais marginalizadas, à medida que o foco internacional se desloca para a segurança. Alguns países desenvolvidos tendem a politizar as questões econômicas, provocando disputas e prejudicando os interesses do Sul Global. Em resposta, a China defende que as questões de desenvolvimento voltem ao centro da agenda internacional e que se acelere a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, demonstrando seu apoio ao Sul Global.

A China desempenha um papel econômico crucial para o Sul Global.[33] Grande parceira comercial de mais de 140 países e dona de um vasto mercado, ela tem reduzido tarifas para estimular o comércio. A Iniciativa Cinturão e Rota chega a 150 países, em sua maioria países em desenvolvimento do Sul Global. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) também contribuem para a construção de infraestrutura e para o comércio. Apesar de sua força econômica, a China continua a comerciar como país em desenvolvimento para ajudar o Sul Global. No BRICS, por exemplo, ela é uma força motriz, que faz a mediação de disputas entre países e promove o desenvolvimento tecnológico em áreas como a transição verde, as comunicações e a inovação, para enfrentar a mudança climática. No plano interno, a China conseguiu tirar 800 milhões de pessoas da pobreza, uma

[33]Meng Honghua e Yu Yanfang, "China in the New Era under the Framework of the Global South: Relations with Developing Countries", *International Review*, n. 1, 2024.

conquista notável e uma contribuição significativa para o mundo. Nesse aspecto, a China serve de modelo para os países do Sul Global.

Em seus primeiros anos, apesar de ter uma economia ainda em desenvolvimento, a China prestou ajuda incondicional aos países do Terceiro Mundo. A Ferrovia Tanzânia-Zâmbia, nos anos 1970, foi um projeto emblemático, que envolveu um empréstimo sem juros de 988 milhões de yuans (cerca de US$ 400 milhões) e o envio de quase 1 milhão de toneladas de equipamentos e materiais. Apelidada de "Ferrovia da Liberdade", ela contribuiu muito para o desenvolvimento socioeconômico da Tanzânia e da Zâmbia e para os movimentos de libertação nacional da África Austral, pois contornava a África do Sul do apartheid e a Rodésia. Esse apoio foi muito elogiado na África e foi vital para que a China obtivesse respaldo para recuperar seu assento legítimo na ONU durante a Guerra Fria, quando enfrentava bloqueios internacionais.[34]

Depois da reforma e abertura da China, seu investimento no Sul Global espelhou seu modelo interno de desenvolvimento, com ênfase na infraestrutura. Nas últimas duas décadas, a China tornou-se o maior investidor em infraestrutura da África, participando de mais de 200 projetos, incluindo 10 mil km de ferrovias, rodovias, portos e linhas de transmissão de energia. O modelo de "parque industrial" adotado pelos investidores chineses também foi bem-sucedido. Em 2021, as nações africanas tinham 237 parques industriais, dos quais quase 60 com participação de empresas chinesas, o que deu novo impulso à industrialização africana. Isso não só estimula as atividades econômicas como cria um ambiente estável, essencial para novos avanços. A Ferrovia Adis Abeba–Djibuti, por exemplo, financiada e construída com tecnologia chinesa, reduziu em quase 40% os custos de transporte das empresas etíopes, facilitando o comércio e a integração regional.

A assistência econômica da China à África deve continuar no futuro. O Plano de Ação de Pequim (2025–2027) do Fórum de Cooperação China-África prevê 360 bilhões de yuans em apoio financeiro nos próximos três anos, entre linhas de crédito, assistência e investimento direto. Espera-se que esse pacote im-

[34] Huiyao Wang, "The evolving landscape of China-Africa cooperation", CGTN, 9 de setembro de 2024.

pulsione o desenvolvimento industrial, a melhoria da infraestrutura e a inovação tecnológica na África.

A cooperação da China com o Sul Global beneficia quem a recebe sem impor condições adicionais. Ao contrário do investimento de outros países na África, a China assume trabalhos prosaicos, mas cruciais, como a construção de estradas e a mineração. Como observam líderes da Namíbia e de Honduras, a China respeita os princípios da autodeterminação e da não ingerência e constrói relações baseadas no respeito mútuo e no benefício mútuo. Depois de terem se beneficiado do rápido desenvolvimento da China no passado, os países desenvolvidos tentam agora, intencionalmente ou não, impedir que o Sul Global desfrute dos mesmos benefícios.

Ampliar o intercâmbio tecnológico

A relação entre a China e o Sul Global evoluiu notavelmente. O que começou com um foco predominante na construção de infraestrutura básica transformou-se num empreendimento mais abrangente. Hoje, não se trata apenas de tijolo e cimento, mas de impulsionar um crescimento sustentável e de alta qualidade, com o intercâmbio tecnológico e as iniciativas verdes no centro do palco. Nos últimos anos, a China tem sido um ator fundamental na transformação verde da África. Desde 2021, mais de 120 projetos ligados ao clima surgiram em todo o continente. No Quênia, por exemplo, a China tem participado de projetos de usinas solares, instalando painéis fotovoltaicos avançados capazes de gerar eletricidade limpa para milhares de residências, o que reduz a dependência dos combustíveis fósseis.

Para garantir o andamento contínuo desses programas de desenvolvimento e de intercâmbio tecnológico, a China assumiu compromissos concretos com a segurança regional. Enviou forças de paz ou observadores a vários países africanos, entre eles o Sudão, onde ajudaram a manter a ordem e a normalidade. Não se trata de um gesto meramente simbólico, pois um ambiente estável é crucial para que a transferência de tecnologia voltada ao desenvolvimento crie raízes. No Mali, por exemplo, os capacetes azuis chineses protegeram infraestruturas essenciais, permitindo a instalação ininterrupta de redes de telecomunicações, vitais

para a tecnologia digital que a população local pode usar para acessar recursos educacionais on-line e participar da economia digital.

O uso do know-how tecnológico da China para aproveitar as abundantes reservas de energia sustentável da África tem resultado em colaborações frutíferas. Os 19 memorandos de cooperação Sul-Sul sobre mudança climática firmados com 17 países africanos abriram caminho para uma onda de projetos conjuntos. Na Etiópia, empresas chinesas se associaram a parceiros locais para construir parques eólicos equipados com turbinas de última geração, cujos sistemas de monitoramento e controle em tempo real se baseiam em tecnologia digital chinesa. Essa sinergia é um ótimo exemplo de como o intercâmbio tecnológico pode impulsionar o progresso ambiental, já que os africanos ganham experiência prática com ferramentas avançadas de engenharia e de gestão digital vindas da China.[35]

A CHINA, OS ESTADOS UNIDOS, A EUROPA E A COMUNIDADE GLOBAL: UNIR ESFORÇOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO SUL GLOBAL

À medida que o Sul Global se afirma como um ator significativo no mundo, a comunidade internacional deve colaborar para apoiar e fazer avançar seu desenvolvimento. A China, os Estados Unidos e a Europa devem trabalhar juntos para promover o desenvolvimento do Sul Global.[36] A China já vem liderando os esforços de cooperação internacional com o Sul Global, tanto por meio de iniciativas bilaterais quanto de organizações internacionais, para promover o desenvolvimento sustentável da África.

Os Estados Unidos não poderão ignorar as reivindicações coletivas do Sul Global,[37] sobretudo depois da reeleição de Trump. "Os mercados e os materiais que esses países possuem só se tornarão mais centrais para resolver problemas que o novo presidente demonstra grande interesse em enfrentar, como fortalecer

[35] Huiyao Wang, "How China and the West can join hands to truly help Africa", *South China Morning Post*, 23 de setembro de 2024.

[36] "Who's the big boss of the Global South?", *The Economist*, 8 de abril de 2024.

[37] Yang Sen, "The US and the West want to lead the 'Global South' to where?", *Beijing Daily*, 22 de setembro de 2023.

as cadeias de suprimentos dos EUA e garantir o acesso a minerais críticos."[38] Numa guinada estratégica, os Estados Unidos lançaram iniciativas como o Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa. Esse ambicioso projeto, que deve mobilizar bilhões em investimentos, busca reafirmar a influência americana no Sul Global. Estimativas preliminares sugerem que, se for plenamente implementado, ele poderá aumentar em até 25% o volume de comércio entre as regiões participantes nos próximos cinco anos.

O Japão também está avançando. Em reuniões recentes do G20, comprometeu-se com US$ 5 bilhões adicionais em ajuda ao desenvolvimento para projetos de resiliência climática no Sul Global, dobrando seu compromisso anterior. A Europa, com seu Pacto Verde para o Sul Global, planeja destinar € 300 bilhões na próxima década para apoiar transições sustentáveis, buscando recompor relações desgastadas.

A Índia, com um pé de cada lado da divisão Norte-Sul, está tirando proveito de sua posição. O país sedia encontros anuais como o Diálogo Raisina, para o qual convida líderes dos dois hemisférios a discutir os desafios globais. Em 2023, a Índia convocou uma cúpula virtual de países em desenvolvimento, chamada, talvez com uma ponta de presunção, de Voz do Sul Global, que proclamou com ambição a "unidade de pensamento, unidade de propósito".[39] Na África, empresas indianas de tecnologia da informação criaram mais de 50 centros de capacitação, que dão aos jovens locais competências digitais, com o objetivo de formar um contingente de talentos para futuras colaborações tecnológicas. A Rússia, por sua vez, concentrou-se em parcerias de energia e de segurança alimentar. Só no último ano, assinou contratos de longo prazo de fornecimento de grãos com 10 nações africanas, garantindo a estabilidade alimentar. Já seus acordos de energia, como a construção de refinarias na Argélia, fortaleceram os laços econômicos, com as exportações para a região crescendo 15% ao ano.[40] Além disso, a Rússia sediou uma cúpula Rússia-África, uma primeira conferên-

[38]Leslie Vinjamuri e Max Yoeli, "America's Last Chance With the Global South", *Foreign Affairs*, 15 de novembro de 2024.

[39]Alan Beattie, "The 'Global South' is a pernicious term that needs to be retired", *Financial Times*, 14 de setembro de 2023.

[40]Huiyao Wang, "How China can step up to its responsibilities in a rising Global South", *South China Morning Post*, 22 de agosto de 2023.

cia parlamentar internacional com países latino-americanos e o fórum de Kazan com o mundo islâmico, que reuniu mais de 11 mil delegados de 79 países.[41]

Os modelos chineses de cooperação em mercados terceiros também estão dando resultados notáveis. A parceria com a França no porto de águas profundas de Kribi, em Camarões, é um bom exemplo. Desde a inauguração, a movimentação do porto triplicou, chegando a mais de 10 milhões de toneladas de carga no ano passado, em benefício não só de Camarões, mas também de seus vizinhos sem saída para o mar. Além disso, apesar de certo tom de concorrência, a cooperação com o Japão também está florescendo. Depois do fórum de 2018, surgiram várias joint ventures em projetos de energia solar. No Quênia, um consórcio sino-japonês construiu uma usina solar de 50 megawatts, combinando tecnologias japonesas com a fabricação chinesa de baixo custo, o que reduziu em 20% os custos de eletricidade das indústrias locais.

As instituições multilaterais são o eixo dos esforços de cooperação global. O AIIB, cujo número de membros não para de crescer e já passa de 100 países, cofinanciou projetos no valor de US$ 20 bilhões na África. A colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento em projetos de infraestrutura hídrica, como a ampliação de estações de tratamento de água na Nigéria, levou água potável a milhões de pessoas. A emissão do "título panda" do Egito, no valor de US$ 500 milhões, sob a orientação do AIIB, mostra como a inovação financeira pode mobilizar recursos para o desenvolvimento sustentável e abre um precedente para outras economias emergentes.

A cooperação com o Sul Global não deve ser feita de forma isolada; deve ser, isto sim, uma abordagem estratégica que se integre harmoniosamente à comunidade internacional mais ampla e fortaleça a coesão global. Essa cooperação deve se basear nos princípios do benefício mútuo, da igualdade e dos resultados ganha-ganha, sem buscar criar sistemas paralelos ou exclusivos,[42] e sim preencher lacunas e complementar os marcos de cooperação internacional existentes. Ao compartilhar experiências de desenvolvimento, tecnologias e recursos, ela

[41] Natalie Sabanadze, "Russia is using the Soviet playbook in the Global South to challenge the West—and it is working", Chatham House, 16 de maio de 2024.

[42] Dawn C. Murphy, "China's rise in the Global South: the Middle East, Africa, and Beijing's alternative world order", *The China Quarterly*, vol. 252, Stanford University Press, 2022.

estreita os laços entre as nações. Promove um senso de unidade em que tanto os países ocidentais quanto o Sul Global trabalham por objetivos comuns, como a redução da pobreza, a adoção de energias sustentáveis e a mitigação da mudança climática. Esse modelo de cooperação não perturba a ordem internacional, mas a enriquece, tornando a comunidade global mais inclusiva e coesa, com cada parte contribuindo com seus pontos fortes particulares para o bem coletivo.[43]

ESTABELECER UM NOVO SISTEMA DE BRETTON WOODS QUE INCORPORE O SUL GLOBAL

Estabelecer um novo sistema de Bretton Woods implica repensar a governança global para enfrentar melhor os desafios prementes da mudança climática, da desigualdade econômica e dos desequilíbrios geopolíticos de poder. Um aspecto fundamental desse sistema é ampliar a voz e a influência do Sul Global, assegurando sua participação ativa na formulação das decisões políticas globais que afetam diretamente seu desenvolvimento, sua resiliência climática e seu futuro econômico. Isso inclui promover o multilateralismo como princípio fundador, em que os países colaboram em torno de objetivos globais comuns, sobretudo no combate à mudança climática e na busca do desenvolvimento sustentável. Além disso, a criação de um G10 centrado nos dez maiores emissores de carbono do mundo pode impulsionar esforços urgentes e equitativos de redução das emissões. Essa plataforma responsabilizaria os maiores emissores, reconhecendo ao mesmo tempo as disparidades históricas e atuais de responsabilidade. Mais ainda, uma cúpula sobre IA com participação substancial do Sul Global é crucial para tratar do papel transformador da inteligência artificial na economia global. Ao incluir vozes de países historicamente excluídos dessas discussões, a cúpula ajudaria a garantir que as tecnologias de IA sejam desenvolvidas e implantadas de maneira a beneficiar todas as nações de forma equitativa, especialmente as do Sul Global, enfrentando questões como a desigualdade digital e o acesso à tecnologia.

[43] Gustavo de Carvalho, "Global South: The 'Rest' vs the West?", Italian Institute for International Political Studies, 21 de dezembro de 2023.

O CANADÁ, COMO POTÊNCIA MÉDIA, PODE TER UM PAPEL IMPORTANTE

O Canadá é reconhecido há muito tempo como uma importante potência média no cenário mundial, ao lado de países como a Austrália, o Japão e a Turquia. Como potência média, o Canadá ocupa uma posição singular nas relações internacionais, equilibrando seus sólidos laços econômicos e políticos tanto com as grandes potências quanto com as nações emergentes. O país conta com vastos recursos naturais, uma população altamente instruída e uma força de trabalho inovadora, o que faz dele um ator fundamental nos assuntos globais. Além disso, o considerável soft power do Canadá — moldado por seus valores de multiculturalismo, manutenção da paz e engajamento diplomático — reforça ainda mais sua influência no cenário mundial. Essa combinação de atributos permite ao Canadá desempenhar um papel crucial de mediação entre as grandes potências e aproximar o Sul Global e o Ocidente. Dada sua reputação de imparcialidade, pragmatismo e habilidade diplomática, o Canadá pode ajudar a facilitar o diálogo e a colaboração em questões internacionais complexas, promovendo a cooperação entre regiões e interesses diversos.

Como fiz meu doutorado na Universidade de Western Ontario, passei a compreender de forma profunda e abrangente o papel do Canadá nos assuntos mundiais. Essa vivência aguçou minha percepção de como a condição de potência média permite ao Canadá lidar com os conflitos internacionais e estabelecer relações construtivas, sobretudo com o Sul Global. Com seu firme compromisso com o multilateralismo e os direitos humanos, o Canadá continua sendo uma voz confiável nas discussões globais, oferecendo uma perspectiva singular sobre como superar as divisões entre o Sul Global e o resto do mundo.

CONCLUSÃO

Em suma, a ascensão do Sul Global não é apenas uma tendência passageira, mas uma força consolidada e poderosa que está redesenhando a ordem global. Com o desenvolvimento e a globalização econômica em seu cerne, o Sul Global está traçando um novo rumo para si mesmo e para o mundo como um todo.

Os eventos do 22º Fórum de Doha, em 7 de dezembro de 2024, em especial a sessão conjunta do Centro para a China e a Globalização (CCG) e do Fórum de Doha "O papel da China no Sul Global em ascensão: redefinindo a futura

ordem mundial", foram um sucesso notável. As discussões aprofundadas entre líderes e especialistas eminentes exploraram vários aspectos da influência da China sobre o Sul Global, dos impactos econômicos e políticos à transformação da rede de comércio global e das instituições internacionais. Esses intercâmbios não só são cruciais para o futuro das relações entre a China e o Sul Global, como também servem de modelo de cooperação internacional para promover o desenvolvimento do Sul Global.

Estou confiante de que, com a continuidade de esforços como os demonstrados no Fórum de Doha e com o empenho conjunto de todos os países envolvidos, o Sul Global continuará a prosperar. Ele não só alcançará seus próprios objetivos de desenvolvimento, como também contribuirá para uma ordem global mais equilibrada, justa e próspera. O futuro do Sul Global é muito promissor, e o mundo deve apoiar ativamente essa notável jornada de transformação e participar dela.

Alianças como a OTAN estão desconectadas de um mundo que precisa de segurança humana[44]

A segurança de cada nação e a da humanidade como um todo não são mutuamente excludentes nem conflitantes, e as organizações devem se concentrar em garantir a segurança da humanidade acima de considerações míopes de segurança nacional.

Numa era de crescente interdependência global, o enfoque tradicional de garantir a segurança por meio de alianças de caráter militar já não basta para enfrentar os desafios globais de hoje.

Embora as recentes cúpulas da OTAN tenham reafirmado a força desse tipo de aliança, também evidenciaram seus limites para enfrentar as ameaças do século XXI. É urgente passar a priorizar a segurança humana, um conceito que abrange a mudança climática, a segurança alimentar, a energia e o alívio da pobreza.

A possível expansão da OTAN para a região do Indo-Pacífico, por meio de países como a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul e a Nova Zelândia, levanta dúvidas sobre o papel dessas alianças no mundo interconectado de hoje. Esse

[44] Publicado originalmente em 2 de agosto de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

movimento reflete uma abordagem de segurança que talvez não seja adequada ao seu propósito, dada a dinâmica global atual.

Embora a aliança transatlântica tenha incorporado abordagens mais políticas e econômicas ao lado das considerações militares, a eficácia dessas estratégias na promoção da paz e do desenvolvimento é discutível. Essas abordagens correm o risco de alimentar involuntariamente as tensões regionais e exigem uma reavaliação do impacto de longo prazo das alianças de segurança tradicionais sobre a segurança humana global.

A ênfase na segurança nacional muitas vezes ofusca questões globais prementes, como a globalização econômica e uma governança climática eficaz. A cooperação global nessas áreas beneficiará tanto as nações desenvolvidas quanto as em desenvolvimento. Nesse contexto, iniciativas como a Parceria Econômica Regional Abrangente e a Iniciativa Cinturão e Rota procuram enfrentar esses desafios globais e, ao mesmo tempo, oferecer possíveis benefícios mútuos.

Uma consideração fundamental no atual contexto global é o equilíbrio entre a segurança nacional e a segurança humana. Promover a segurança humana também pode servir aos interesses nacionais. Esse equilíbrio envolve fazer avançar o desenvolvimento interno, levar em conta as preocupações de outras nações e participar da cooperação internacional.

Os anos 2020 têm assistido ao aumento das ameaças à segurança humana nas áreas do clima, da alimentação, da energia e da pobreza. Essas crises interligadas exigem ação coletiva, pois nenhum país consegue enfrentá-las sozinho de forma eficaz.

A pandemia de covid-19 e os conflitos regionais perturbaram as cadeias de suprimentos globais, complicando ainda mais o cenário mundial e contribuindo para crises energéticas. A energia tornou-se cada vez mais politizada, o que provocou descompassos entre recursos e consumo, assim como entre capital e demanda.

As sanções às exportações russas de energia durante a invasão da Ucrânia afetaram tanto a Rússia quanto a Europa Ocidental e elevaram os preços da energia. Em consequência, alguns países adiaram seus compromissos de baixo carbono e voltaram a investir em combustíveis fósseis, o que pode agravar os problemas climáticos.

Os efeitos da mudança climática continuam a se intensificar. Ao que consta, o ano passado foi o mais quente já registrado, e a elevação do nível do mar e o derretimento das geleiras representam ameaças em escala global.

Um relatório divulgado em janeiro pelo Fórum Econômico Mundial e pela Oliver Wyman projeta consequências terríveis da mudança climática para a saúde até 2050, incluindo até 14,5 milhões de mortes adicionais e US$ 12,5 trilhões em perdas econômicas. O relatório estima ainda mais US$ 1,1 trilhão em custos extras para os sistemas de saúde do mundo. Esses números contundentes ressaltam a urgência de enfrentar a mudança climática como componente crucial da segurança humana.

Enquanto isso, a invasão da Ucrânia pela Rússia contribuiu para uma crise alimentar global. Os dois lados são grandes produtores de grãos e reduziram suas exportações em meio ao conflito. Somada à pandemia e à crise climática, a guerra na Ucrânia manteve elevados os preços dos alimentos e agravou a fome no mundo.

O relatório de 2023 das Nações Unidas sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo mostra que entre 691 e 783 milhões de pessoas passaram fome no mundo em 2022, 122 milhões a mais do que em 2019. Além disso, 2,4 bilhões de pessoas em todo o mundo — quase 30% da população mundial — não tinham acesso regular a alimentos, e cerca de 900 milhões enfrentavam insegurança alimentar grave.

As crises sobrepostas do clima e da segurança alimentar elevaram o custo de vida e aumentaram o número de pessoas sem moradia, tornando o alívio da pobreza uma prioridade ainda mais crucial. Segundo dados da ONU divulgados no ano passado, 1,1 bilhão de pessoas continuam na pobreza, e as crianças respondem por metade desse número.

Esse aumento da pobreza global não só compromete o bem-estar individual como também representa riscos para a estabilidade social e a segurança. As Nações Unidas, no entanto, apontam motivos para otimismo e observam que é possível reduzir a pobreza, desde que haja uma cooperação global robusta e mais assistência dos países desenvolvidos.

A segurança da infraestrutura é outro desafio global crucial. Déficits significativos, sobretudo nas regiões em desenvolvimento, ameaçam o crescimento

econômico e a segurança humana. A colaboração entre o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e instituições como o Banco Mundial poderia reforçar muito os esforços para suprir as lacunas globais de infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a resiliência global.

Em suma, as tendências do desenvolvimento global devem priorizar a segurança humana ao lado das preocupações tradicionais de segurança nacional. A próxima Cúpula do Futuro da ONU, em setembro, oferece uma plataforma crucial para reafirmar o multilateralismo e os princípios da Carta das Nações Unidas. Ao contrário das alianças de segurança tradicionais, essa forma de diálogo e cooperação internacional está mais bem preparada para lidar com as questões complexas que o mundo enfrenta hoje e oferece aos países a oportunidade de colaborar diante de novos desafios, reconstruindo ao mesmo tempo a confiança nas instituições globais.

Precisamos enfrentar os desafios globais prementes e nos preparar para um futuro mais resiliente. Isso inclui desenvolver soluções multilaterais eficazes para acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, combater a mudança climática com ações concretas e lidar com as complexidades de tecnologias emergentes como a inteligência artificial.

Deve-se dar prioridade à segurança alimentar global e à redução da pobreza como aspectos fundamentais da segurança humana. Só deslocando nosso foco dos estreitos interesses nacionais para essa visão mais abrangente da segurança humana poderemos criar um mundo mais seguro, sustentável e equitativo.

Enquanto a rivalidade EUA-China esquenta, a disputa de soft power não precisa ser um jogo de soma zero[45]

Os Estados Unidos e a China devem trabalhar para restabelecer o intercâmbio cultural, os laços acadêmicos e o diálogo entre os governos e para estimular as viagens, ampliando também a colaboração diante dos desafios comuns.

Nas últimas três décadas, poucos conceitos foram mais influentes nas relações internacionais do que a ideia de soft power. O termo foi cunhado em 1990 pelo

[45] Publicado originalmente em 12 de maio de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

cientista político Joseph Nye para descrever a capacidade de obter o que se quer por meio da atração, e não da coerção ou do pagamento.

Hoje, temos a impressão de viver numa era de intensa disputa de soft power, à medida que a luta entre as grandes potências ultrapassa os assuntos militares e econômicos e chega ao terreno das narrativas, das imagens e da informação.

Depois que os Estados Unidos perderam soft power durante os anos Trump, o presidente Joe Biden empreendeu um esforço concentrado para restaurar a estatura moral do país. Ele pôs os valores no centro da política externa, apresentando os Estados Unidos como principal defensor da ordem liberal e opondo democracias a autocracias.

A China também abraçou a ideia de soft power. Seus líderes ressaltaram sua importância e fizeram grandes investimentos em diplomacia pública. O conceito foi tema de inúmeros artigos e livros publicados por estudiosos chineses, bem como de vários seminários em nosso think tank, o Centro para a China e a Globalização.

À medida que a rivalidade entre as grandes potências esquenta, o soft power é muitas vezes visto como um jogo de soma zero, uma batalha por influência e narrativas entre Washington e Pequim em que a perda de um lado é o ganho do outro. Mas, como Nye ressaltou em nosso recente diálogo por ocasião do lançamento de seu novo livro, embora os aspectos competitivos do soft power sejam inegáveis, devemos lembrar também que há maneiras de ele gerar ganhos conjuntos. É uma percepção importante, num momento em que as crescentes tensões entre a China e os Estados Unidos alimentam a conversa sobre uma nova Guerra Fria.

Como Nye observou em nossa conversa, nossa situação geopolítica é bem diferente do confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética. Em primeiro lugar, a globalização econômica e as cadeias de valor uniram as grandes potências de nossa época de um modo muito diferente do que ocorria na Guerra Fria. Apesar de toda a conversa sobre desacoplamento, o comércio de bens entre a China e os Estados Unidos atingiu o recorde de US$ 690,6 bilhões no ano passado.

Em segundo lugar, mesmo que ocorra algum grau de desacoplamento econômico em certas áreas, a China e os Estados Unidos estão para sempre ligados

por uma "interdependência ecológica". A mudança climática e as pandemias ameaçam os dois lados, porque as emissões de carbono e os vírus não respeitam fronteiras.

Nye chama as relações China-EUA de "rivalidade cooperativa", porque esses desafios globais exigem cooperação mesmo enquanto os dois lados competem. Infelizmente, em meio ao alarido sobre Taiwan, balões espiões e sanções tecnológicas, há ênfase demais na "rivalidade" e muito pouca na "cooperação".

Em 2009, Nye e o estudioso chinês Wang Jisi descreveram como o soft power possibilita a cooperação China-EUA, pois é muito mais fácil trabalhar juntos quando os dois lados gostam um do outro. Se a China é vista como pouco atraente nos Estados Unidos e demonizada na mídia ou na política, o público americano e os formuladores de políticas tendem menos a apoiar a cooperação com Pequim — e vice-versa. Infelizmente, as visões negativas sobre o "outro lado" predominam hoje nos dois países, dificultando a cooperação em interesses comuns.

Não precisa ser assim. Durante a Guerra Fria, mesmo quando Washington e Moscou ameaçavam destruir um ao outro, cientistas americanos e soviéticos trabalharam juntos para desenvolver uma vacina contra a poliomielite. Em 2003, os Estados Unidos e a China uniram forças para combater o surto de síndrome respiratória aguda grave (SARS). Infelizmente, essa cooperação faltou no caso da covid-19, o que provavelmente agravou o impacto da pandemia.

A China e os Estados Unidos são as duas maiores economias e os dois maiores emissores de carbono do mundo. São também as duas superpotências científicas, respondendo por mais de um terço dos pesquisadores do mundo e por dois quintos da produção acadêmica. Se os dois lados não conseguirem trabalhar juntos, a capacidade da humanidade de lidar com a próxima pandemia ficará seriamente comprometida, sem falar em outros desafios globais, como a mudança climática.

Uma maneira de os Estados Unidos e a China começarem a reconstruir seu soft power é restabelecer os laços culturais e a cooperação em pesquisa e no meio acadêmico, que minguaram nos últimos anos por causa da política e da pandemia.

Além de trazer benefícios econômicos e progresso científico, a retomada do intercâmbio acadêmico bilateral ajudaria a China e os Estados Unidos a melhorar o respeito e o entendimento mútuos. As interações com colegas locais são um catalisador de laços interpessoais e comerciais mais profundos, de confiança e de um sentimento de conexão capaz de resistir aos atritos bilaterais.

O intercâmbio acadêmico é crucial para que a próxima geração de formuladores de políticas, empreendedores e cientistas chineses e americanos seja capaz de se entender e de trabalhar em conjunto. Uma pesquisa de 2022 mostra que os chineses que estudaram ou viajaram nos Estados Unidos têm atitudes mais positivas em relação ao país.

Também é importante que mais estudantes americanos atravessem o Pacífico para estudar, aprender chinês e formar um fluxo contínuo de pessoas versadas em China. Mas, enquanto há cerca de 295 mil chineses estudando em universidades americanas, há apenas uns 350 estudantes americanos em campi chineses, contra milhares uma década atrás.

Agora que as fronteiras da China estão abertas, os dois lados devem trabalhar para restabelecer os intercâmbios acadêmicos e outros laços culturais, como o turismo, assim como as reuniões bilaterais em vários níveis de governo. Os dois lados poderiam examinar questões como estas: as leis chinesas obrigam as empresas chinesas a entregar dados estrangeiros a pedido do governo, e a política chinesa de fusão militar-civil determina que as empresas privadas chinesas entreguem tecnologia ao Exército de Libertação Popular, como muitos insistem nos Estados Unidos? Achamos que não.

Uma competição exacerbada e o distanciamento só prejudicarão o soft power dos dois países no resto do mundo. Mas, se a China e os Estados Unidos conseguirem trabalhar juntos para resolver desafios como a mudança climática ou encontrar um fim para a guerra na Ucrânia, poderão ampliar sua influência e ajudar a inspirar a cooperação global.

[46] Publicado originalmente em 29 de julho de 2022 pela *Beijing Review* e revisto para esta coletânea.

Um olhar de perto sobre as novas tendências das relações China-EUA-UE[46]

Apesar do recuo definitivo da pandemia, o estrago causado à compreensão que o mundo tem da China foi grave, e é preciso impulsionar os intercâmbios para melhorar as relações diplomáticas e econômicas.

Na década anterior à devastação do mundo pela pandemia de covid-19, delegações do Centro para a China e a Globalização visitavam seus interlocutores do outro lado do Pacífico, nos Estados Unidos, pelo menos duas vezes por ano. A propagação incessante do vírus, no entanto, prejudicou em grande medida os intercâmbios entre os dois países.

A viagem incomum deste ano marca a primeira vez em mais de dois anos que o CCG fez uma visita internacional. Essa turnê de um mês de diplomacia de segunda via (Track II), isto é, de diplomacia não governamental e entre os povos, começou em Cingapura, seguiu para Nova York e Washington, D.C., nos Estados Unidos, depois para Paris, Berlim e Bruxelas, na Europa, e terminou em Seul, na República da Coreia, com o objetivo de conversar pessoalmente com líderes e especialistas de think tanks, do meio acadêmico e dos círculos empresariais locais.

Até onde sabemos, foi a primeira delegação de um think tank chinês a visitar os Estados Unidos desde o início da covid-19, um sinal positivo de que os intercâmbios entre os povos estão voltando.

O ECOSSISTEMA

Os intercâmbios humanos e culturais entre a China e os Estados Unidos estão estagnados, ou por vezes até inexistentes, há mais de dois anos. As queixas e os mal-entendidos aumentaram apesar das conversas virtuais e, mesmo depois de um diálogo extenso e intenso, ainda podemos sentir nos Estados Unidos um sentimento negativo sem precedentes em relação à China.

Ao mesmo tempo, porém, ficamos comovidos com a calorosa acolhida que recebemos. O entusiasmo das pessoas que querem visitar a China, assim como o desejo de que as relações sino-americanas voltem a algum nível de estabilidade e de que sejam retomados os intercâmbios culturais e entre os povos, continuavam vivos.

Provavelmente porque fazia muito tempo que não nos víamos, todos tinham muito a dizer, e as perguntas pareciam não ter fim. Muitos dos eventos de que participamos passaram do horário. Muitos colegas americanos estão bastante insatisfeitos com a atual falta de comunicação entre os dois lados, e alguns acadêmicos, nas conferências e reuniões, apontaram o sentimento negativo do lado americano e as longas quarentenas exigidas na China como provavelmente o maior obstáculo para virem à China — dificuldades que obrigaram muitos deles a mudar ou cancelar os planos de vir para cá. Muitos jovens americanos que planejavam estudar a língua e a cultura chinesas na China continental tiveram de cancelar a viagem ou ir para outros lugares. Desde o início da pandemia, o número de estudantes americanos na China despencou, o que afeta toda uma geração de "China hands" — pessoas com conhecimento especializado da língua, da cultura e do povo da China — nos Estados Unidos. Além disso, está cada vez mais difícil para os americanos manter intercâmbios com a China, por causa do atual clima de sentimento antichinês nos Estados Unidos.

A relação sino-americana é um ecossistema que exige o cultivo constante de novas cabeças, mas havia em Washington uma clara falta dessas mentes jovens. A geração mais velha de *China hands*, como Kenneth G. Lieberthal e Douglas H. Paal, aposentou-se e deixou Washington, enquanto a atitude das gerações mais jovens em relação à China ficou menos matizada, porque lhes falta uma base de conhecimento ampla e aprofundada — não puderam visitar a China desde o início da pandemia — e lhes faltam informações de primeira mão sobre a China de hoje. Isso será prejudicial às relações sino-americanas no longo prazo.

O retorno dos círculos empresariais foi essencialmente o mesmo do meio acadêmico. As empresas americanas estão muito preocupadas com o impacto da geopolítica, em particular da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Temem a deterioração das relações EUA-China e uma possível crise no estreito de Taiwan.

Ainda assim, muitas empresas americanas continuam pragmáticas e otimistas e mantêm relações econômicas sino-americanas saudáveis. O interesse pela China continua alto, e muitas empresas esperam voltar à China o mais rápido possível. Mesmo assim, temem sofrer pressões em várias frentes se desenvolverem uma relação próxima com a China. Também acham difícil combater as percepções negativas sobre a China, já que no momento a falta de compreensão

sobre o país é mais aguda. Mas não são só os empresários que sentem essa pressão: nem mesmo as opiniões mais racionais dos especialistas em China nos Estados Unidos estão sendo ouvidas, o que é frustrante para eles.

A pandemia e os crescentes conflitos geopolíticos dos últimos anos, como a crise da Ucrânia, complicaram as relações entre as duas maiores economias do mundo. A falta de comunicação pessoal e de intercâmbios privados entre os dois lados levou a erros de avaliação estratégica e à desinformação sobre a China por parte de alguns formuladores de políticas americanos.

Além disso, enquanto os Estados Unidos se esforçam para lidar com problemas econômicos, como a inflação e as rupturas nas cadeias de suprimentos, e com uma série de impactos da covid-19, a China, infelizmente, tem sido amplamente usada como bode expiatório para influenciar a opinião pública americana. O governo dos Estados Unidos já incluiu quase 1.100 empresas chinesas em listas de sanções, o que prejudicou gravemente as relações comerciais sino-americanas.

Um grande número de acadêmicos que estudam a China, muitos dos quais têm profunda especialização em estudos sobre o país e uma posição objetiva sobre as relações sino-americanas, não conseguiu manter atualizadas suas pesquisas sobre a China durante a pandemia. A maior parte das informações vindas da mídia ocidental e do pequeno número de veículos chineses em língua inglesa está longe de ser suficiente. Poucos relatórios de pesquisa em inglês são publicados por think tanks chineses. Em consequência, é difícil para esses acadêmicos ocidentais manter a precisão e a influência ao elaborar recomendações de políticas, o que, por sua vez, altera o status quo.

Muitos nos Estados Unidos sentem urgência em intensificar os intercâmbios bilaterais e esperam promover visitas, estudos no exterior e turismo. Alguns sugerem que a China e os Estados Unidos trabalhem para restabelecer o quanto antes os intercâmbios culturais e entre os povos, a fim de melhorar o sentimento público, e só depois pensem nos próximos passos. Entre as soluções propostas nesse sentido está a visita de pessoal americano à China com a adoção de um modelo de "circuito fechado" semelhante ao usado nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Pequim de 2022, o que permitiria aos dois lados sentar-se e conversar pessoalmente.

SOLUÇÕES PARA QUESTÕES ESPECÍFICAS

Em nossas reuniões, representantes dos dois lados manifestaram preocupação com muitas questões das relações sino-americanas. As empresas com que nos reunimos em Nova York, por exemplo, mostraram-se preocupadas com a exclusão de empresas chinesas listadas nas bolsas de valores americanas e com o endurecimento das regulamentações. Também fizeram muitas perguntas sobre o desenvolvimento econômico da China, sua política de prevenção da covid-19 e sua posição sobre a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Respondemos com franqueza, com base na situação real da China.

Os subsídios às empresas estatais e as questões de concorrência leal são o que mais preocupa os Estados Unidos hoje. Atualmente, o número de empresas chinesas na lista Fortune 500 supera o de empresas americanas. Muitas multinacionais americanas acreditam que entrar no mercado chinês significa competir com empresas estatais que, ao que se supõe, contam com o patrocínio permanente do Estado.

Para responder a essas questões, explicamos que o governo central e os governos locais da China estão dando mais apoio à implementação das políticas de abertura, garantindo um ambiente de negócios justo e adotando políticas preferenciais para o desenvolvimento das empresas. O Ministério do Comércio criou o Centro Nacional de Reclamações de Empresas com Investimento Estrangeiro para dar respostas rápidas e ajudar as multinacionais a entender as políticas pertinentes.

A Lei de Investimento Estrangeiro entrou em vigor em 2020. Ela busca tornar mais transparentes as políticas de investimento estrangeiro e garantir que empresas nacionais e estrangeiras estejam sujeitas a um conjunto unificado de regras e concorram em condições de igualdade. Novas zonas de livre-comércio foram criadas recentemente, e outras políticas de abertura estão sendo implementadas. Mais medidas entraram em preparação desde que o governo central pediu adesão ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica, um pacto comercial de 11 membros, e ao Acordo de Parceria para a Economia Digital, um acordo internacional que busca impulsionar o comércio digital. Isso significa que há muito trabalho pela frente para ampliar a abertura da China.

Como um dos maiores mercados do mundo e um país com abundante capacidade industrial, a China é sempre um destino ideal para o investimento estrangeiro. O país recebe de braços abertos os empresários estrangeiros que querem fazer negócios. Essa é uma doutrina que nunca mudou e continuará a mesma, apesar da turbulência da geopolítica global. A China um dia se tornará o maior mercado do mundo, que nenhuma multinacional poderá se dar ao luxo de abandonar.

Também ressaltamos que as multinacionais, por sua vez, devem antes de tudo compreender e respeitar a soberania da China e cumprir as normas chinesas. Elas podem construir uma imagem melhor assumindo a responsabilidade social corporativa e participando da tarefa de contar a verdadeira história da China.

Apesar das diferentes visões dos dois lados, as discussões foram francas e diretas, mas, de modo geral, as pessoas com quem nos encontramos nos Estados Unidos tendiam a falar de questões específicas. Por isso, embora seja necessário enfatizar uma macroestratégia "mutuamente benéfica", é preciso dar mais ênfase aos primeiros passos na solução dos problemas, como os intercâmbios entre os povos, os culturais e os de mídia, para estabilizar as relações bilaterais, começando pelo pequeno e resolvendo os problemas fundamentais que vêm impedindo os esforços para melhorar as relações sino-americanas.

Algumas autoridades americanas fizeram eco à necessidade de reiniciar as relações sino-americanas buscando soluções concretas para questões específicas, enquanto dirigentes de think tanks propuseram reduzir a "diplomacia do microfone" entre os Estados Unidos e a China — isto é, a prática, comum aos dois países, de debater por meio de discursos públicos — para baixar o tom da retórica, falar menos das grandes questões e concentrar-se na solução de questões específicas.

O EQUILÍBRIO CHINA-EUA-UE

O clima geral na Europa era bem diferente do de antes da pandemia. A Europa aprendeu a conviver com o vírus, e o turismo e os serviços se recuperaram plenamente, com metrôs e outros espaços públicos movimentados e lotados. Havia, porém, uma insatisfação generalizada com o transtorno causado pela redução dos voos de e para a China. Muitos esperavam que os voos normais fossem

retomados rapidamente e que os intercâmbios culturais e entre os povos, como o turismo e os estudos, pudessem continuar.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia teve um impacto significativo nas relações China-UE: os europeus em geral têm uma visão cada vez mais negativa da China, por acharem que ela tomou o partido da Rússia na guerra. As maiores economias da UE, França e Alemanha, preparam-se para publicar relatórios de política estratégica voltados para a China, e, durante nossa visita, vimo-nos o tempo todo tranquilizando nossos interlocutores quanto à ênfase da China no respeito à soberania e à integridade territorial dos outros países e quanto ao desejo chinês de promover negociações de paz. Acreditamos que ainda é preciso fazer muito mais para construir confiança e dissipar dúvidas.

O Acordo Abrangente de Investimentos China-UE (CAI) está suspenso há mais de um ano, e uma nova rodada de revisão começará em outubro deste ano. Mas o que resultará dela? O plano quinquenal de cooperação econômica China-UE poderá ser reativado? A China e a UE realizarão reuniões de alto nível num futuro próximo? Os planos de investimento propostos poderão ser implementados? As sanções dos dois lados poderão ser suspensas para que o CAI se concretize? Essas são algumas das questões que discutimos durante nossa visita.

A comunicação pessoal é muito mais eficaz do que as reuniões on-line. Estar sentados à mesma mesa facilita que as pessoas se abram, compartilhem mais informações e desfaçam mal-entendidos. Os intercâmbios entre os povos da China e da UE podem servir de catalisador para aquecer as relações. Os europeus viram nossa visita como um sinal de que a China está reabrindo aos poucos os canais de comunicação presencial, e também estamos nos empenhando para promover a cooperação e o intercâmbio. É esse tipo de comunicação que decidirá se o CAI e muitas outras questões voltarão a avançar.

Na esteira da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a relação entre a Europa e os Estados Unidos se fortaleceu, e os dois lados se aproximaram em termos de ideologia e valores.

A China, no entanto, é o maior parceiro comercial da UE, e, embora a segurança política do bloco possa depender mais estreitamente dos Estados Unidos, a segurança econômica e o comércio dependem mais da China. A China e

a Europa têm muito em comum, e devemos trabalhar para cooperar mais em questões como a mudança climática e a economia digital.

Um mecanismo de diálogo e coordenação de alto nível entre a China, os Estados Unidos e a UE teria um papel positivo na promoção da paz mundial e do desenvolvimento comum. Durante nossa estada na Europa, propusemos o conceito de um "G3", que põe a Europa numa posição-chave, como fiel da balança entre a China e os Estados Unidos, e que contribuiria muito para manter a estabilidade da geopolítica e das relações internacionais.

O Marco do Indo-Pacífico de Biden não pode dar certo sem a China[47]

As idas e vindas e a instabilidade da política americana para a Ásia, de Obama a Trump, a Biden e de volta outra vez, enfraqueceram a credibilidade dos Estados Unidos junto aos países asiáticos. Se os Estados Unidos querem ao mesmo tempo descarbonizar a Ásia e convencer os países a aderir ao IPEF, devem buscar a cooperação da China.

Em 23 de maio, o presidente Joe Biden lançou seu Marco Econômico do Indo-Pacífico (IPEF), um plano longamente aguardado para ampliar o engajamento econômico dos Estados Unidos na região. Embora os detalhes ainda não tenham sido definidos, o plano será difícil de vender, como mostram as notícias de que ele foi diluído na última hora para atrair mais países.

O primeiro problema é a credibilidade. Na última década, o papel dos Estados Unidos na Ásia tem sido um turbilhão de siglas e aspirações efêmeras, que vêm e vão ao sabor dos ventos políticos de Washington.

Depois da retirada dos Estados Unidos da Parceria Transpacífica, criação do próprio Barack Obama, e do posterior fracasso do Indo-Pacífico livre e aberto de Donald Trump, é compreensível que os líderes asiáticos olhem com desconfiança para o IPEF, ainda mais com a sorte política do próprio Biden em declínio e a possibilidade iminente de uma segunda presidência Trump.

O segundo problema, maior, é que o IPEF simplesmente não oferece muito às economias em desenvolvimento. A política interna impede Biden de oferecer

[47] Publicado originalmente em 28 de maio de 2022 pelo *Nikkei* e revisto para esta coletânea.

o tipo de incentivo de acesso a mercados que foi crucial para convencer países como o Vietnã a aceitar padrões mais rígidos quando a TPP original foi negociada. O que resta é uma lista de desejos americana, cheia de compromissos, e pouca coisa em termos de benefícios concretos.

A maioria dos países da Ásia vê com bons olhos um engajamento econômico mais profundo dos Estados Unidos na região. Mas eles não querem ser reduzidos a peões num tabuleiro de xadrez nem ser obrigados a escolher entre os Estados Unidos e a China, que, para a maioria, é um parceiro econômico muito mais importante.

Como observa o acadêmico cingapuriano Kishore Mahbubani, as nações do Sudeste Asiático estão menos interessadas em discursos sobre "liberdade" e "abertura" e mais interessadas nas necessidades materiais da região e em sua recuperação da pandemia.

Se Biden quer garantir a adesão ao IPEF e provar que ele é mais do que um instrumento geopolítico para promover os interesses americanos, terá de mostrar que o marco pode trazer benefícios práticos fora do canal tradicional do acesso a mercados. Percorrendo-se a lista de itens que o presidente Biden apresentou em Tóquio, o pilar que se destaca é o da infraestrutura e da mudança climática.

A Ásia-Pacífico é um campo de batalha decisivo em nossa luta contra a mudança climática. A região abriga as economias mais populosas e de crescimento mais rápido do mundo, responde por mais da metade das emissões globais de carbono e está muito exposta a eventos climáticos extremos, como mostraram as recentes ondas de calor no Sul da Ásia.

No entanto, a região também enfrenta desafios de desenvolvimento significativos, entre eles um déficit anual de US$ 1,7 trilhão em gastos com infraestrutura, e está se descarbonizando muito mais devagar do que a média global.

Washington precisa fazer mais do que pressionar os países a adotar metas climáticas mais ambiciosas se quiser ter um papel relevante na descarbonização da Ásia. Deve também assumir um compromisso duradouro de apoio ao investimento em infraestrutura verde, o que aceleraria tanto a transição para a energia limpa quanto uma recuperação equitativa da pandemia.

Isso nos leva ao elefante na sala. O IPEF pode fazer real diferença na ampliação dos investimentos favoráveis ao clima se excluir a maior economia da Ásia, o centro de suas cadeias de suprimentos, sem falar no líder mundial em soluções acessíveis de infraestrutura e de energia renovável?

Uma cooperação formal com a China em infraestrutura verde no âmbito do IPEF — ou, aliás, da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) — talvez seja pedir demais no atual clima político. Afinal, o novo marco de Biden foi concebido para a competição estratégica com a China, que Biden, assim como seu antecessor, vê como o tema central da relação bilateral.

Mas, ao contrário de Trump, Biden leva a mudança climática a sério e está disposto a trabalhar com a China para enfrentá-la.

Como vice-presidente, ele teve um papel fundamental num programa de cooperação climática com a China que foi decisivo para o Acordo de Paris de 2015 e gerou colaborações frutíferas entre empresas dos dois países no âmbito do Grupo de Trabalho EUA-China sobre Mudança Climática. O grupo foi abandonado por Trump, mas deve ser reativado depois de um raro avanço bilateral na 26ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudança Climática, a COP26, em novembro passado.

Se conseguirem deixar de lado as diferenças e trabalhar juntos, os Estados Unidos e a China têm o peso e as capacidades complementares para promover um progresso real na descarbonização da Ásia. A China é um dos maiores fabricantes de tecnologias favoráveis ao clima, como a eólica e a solar; os Estados Unidos são líderes em sistemas que integram esses produtos às redes elétricas e às cidades.

Há muitas sinergias a ganhar combinando os pontos fortes da China em infraestrutura física com o conhecimento americano em infraestrutura imaterial, como normas, governança e instituições.

Um passo adiante seria criar uma nova iniciativa de ação, no âmbito do grupo de trabalho sobre o clima reativado, para facilitar a cooperação bilateral em terceiros países da Ásia. Isso permitiria o compartilhamento de informações, o diálogo e algum grau de coordenação entre os Estados Unidos e a China na promoção da infraestrutura verde em toda a região.

Ela poderia servir também de veículo para aproximar e viabilizar a colaboração entre empresas americanas e chinesas no trabalho com os países anfitriões, a fim de destravar oportunidades verdes em áreas como energia limpa, edifícios verdes e cidades inteligentes.

Os críticos do IPEF dizem que ele é apenas um instrumento para conter a China e que pouco beneficia a região. Biden pode provar que estão errados dotando o marco dos meios para dar uma contribuição duradoura e significativa à descarbonização da Ásia. Essa tarefa gigantesca, da qual depende o futuro de todos nós, só poderá ser cumprida se todos os atores fundamentais trabalharem juntos.

Biden sabe que as grandes potências precisam aprender a coexistir e a enfrentar desafios que não podem ser superados isoladamente. Ele prometeu que sua estratégia para a China buscará um equilíbrio entre competição e cooperação.

Encontrar maneiras de trabalhar com Pequim para ampliar os benefícios verdes do IPEF e da BRI seria um ótimo ponto de partida.

Como um mecanismo "G3" poderia reiniciar as relações EUA-China-UE e enfrentar os desafios globais[48]

Num mundo pós-pandemia, os Estados Unidos, a China e a UE precisam trabalhar juntos para lidar com as questões globais, e um mecanismo G3 que os reúna, em vez de dividir o mundo em esferas rivais, facilitaria essa tarefa.

Nos últimos dois anos, o intercâmbio acadêmico presencial entre a China e a Europa ficou paralisado por causa da pandemia de covid-19 e das restrições às viagens de entrada e saída da China.

Para começar a reavivar essas interações, uma delegação do Centro para a China e a Globalização visitou Paris, Berlim e Bruxelas no início de agosto de 2022, participando de seminários e reunindo-se com representantes de think tanks e de órgãos governamentais.

Foi a primeira viagem à Europa de uma delegação de um think tank chinês desde o início da pandemia, parte de uma turnê de contatos globais que nos levou também a Nova York, Washington, Seul e Cingapura. Minha última visita

[48] Publicado originalmente em 23 de agosto de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

à Europa havia sido para a Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2020, que acabou sendo um dos últimos grandes encontros de formuladores de políticas do mundo antes que as viagens internacionais fossem interrompidas por causa da pandemia.

Desde então, o cenário político europeu e as visões sobre a China mudaram significativamente. Angela Merkel, que foi chanceler da Alemanha por 16 anos e era a principal defensora na Europa de laços mais fortes com a China, deixou a cena. Seu sucessor, Olaf Scholz, e o governo de coalizão que ele lidera parecem decididos a adotar uma linha mais dura em relação à China.

A questão dos direitos humanos em Xinjiang também se tornou mais controversa e levou a União Europeia e a China a impor sanções uma à outra. Essas sanções devem ser renovadas este ano, e esperamos que os dois lados encontrem uma forma de abandoná-las.

A guerra na Ucrânia dominou nossas discussões. Em toda a Europa, ela levou os países a repensar a política externa e piorou ainda mais as percepções sobre a China, dada a visão amplamente difundida de que Pequim não fez o suficiente para se opor à invasão promovida pelo presidente russo, Vladimir Putin.

Enquanto estávamos na Europa, os governos francês e alemão pareciam caminhar para uma postura mais firme em relação à China. Do outro lado do canal da Mancha, na disputa em curso pelo cargo de primeiro-ministro britânico, os dois candidatos restantes tentavam superar um ao outro em dureza com a China.

Apesar do endurecimento dessas posições, os think tanks, as fundações e as autoridades da UE com quem nos encontramos estavam ansiosos para reativar o diálogo com a China e manifestaram o desejo de uma cooperação mais estreita em torno de interesses comuns.

Afinal, a China continua sendo o maior parceiro comercial da UE e é vista como um ator importante em desafios globais como a mudança climática e a reforma do multilateralismo.

Embora a Europa esteja absorvida pela guerra na Ucrânia, a questão de como recalibrar os laços com Pequim e lidar com a relação cada vez mais complexa entre a China e os Estados Unidos continua crucial para os formuladores de políticas da UE. O presidente francês, Emmanuel Macron, que despontou como uma das

principais vozes da UE na era pós-Merkel, tem falado da necessidade de a UE ser uma "potência de equilíbrio".

A invasão da Ucrânia pela Rússia e o consequente revigoramento da OTAN são um sério desafio às esperanças de "autonomia estratégica" da UE. No entanto, nesta era de policrise, nunca foi tão grande a necessidade de que a UE se afirme como um ator geopolítico influente e promova a paz e a cooperação internacionais.

A China, a UE e os Estados Unidos são os três atores políticos e econômicos mais poderosos do mundo e respondem juntos por cerca de 60% do produto interno bruto global. No momento, a cooperação global está travada pelas tensões entre a China e os Estados Unidos, mas a UE poderia ser a única potência capaz de desempenhar um papel de mediação entre os dois.

Se essas três partes conseguirem se sentar à mesa, terão peso para enfrentar os desafios econômicos atuais, galvanizar a ação coletiva contra ameaças como a mudança climática e a pandemia e impulsionar a reforma da governança global. Foi por isso que, em reuniões recentes com nossos interlocutores europeus, enfatizamos o conceito de um mecanismo "G3" que reúna a China, a UE e os Estados Unidos para um diálogo e uma coordenação regulares de alto nível.

Para dar a partida, esse "G3" poderia começar por questões urgentes, mas menos controversas. Enfrentar a atual crise global de segurança alimentar é uma área promissora para encontrar pontos em comum. Esses esforços poderiam se apoiar no acordo firmado pela China e pela UE para manter a estabilidade da cadeia global de suprimentos, inclusive discutindo como aumentar a transparência e trocar informações sobre o fornecimento de certas matérias-primas críticas e de outros produtos.

Em meio às ondas de calor deste verão, a mudança climática se destaca como uma área evidente para a cooperação de longo prazo no G3. A China, a UE e os Estados Unidos respondem por cerca de 40% das emissões globais de gases de efeito estufa e consomem quase metade da energia do mundo.

Juntos, eles têm a massa crítica para fazer avançar a agenda climática global e influenciar os rumos econômicos — e, portanto, as trajetórias das emissões — muito além de suas fronteiras. Uma frente de trabalho seria desenvolver um

marco comum para as finanças verdes e apoiar projetos de descarbonização em outros países.

Nesse sentido, o G3 poderia servir também de fórum para alcançar algum grau de coordenação no desenvolvimento da infraestrutura global entre a Iniciativa Cinturão e Rota, o Global Gateway da UE e a nova Parceria para Infraestrutura e Investimento Globais do Grupo dos Sete. Se os investimentos dessas iniciativas não forem coordenados e forem moldados pela competição geopolítica, há o risco de que prendam os países a trajetórias de alto carbono por décadas.

Nas conversas com colegas na Europa, havia uma preocupação comum com uma dinâmica emergente que ameaça dividir o mundo em esferas rivais. Fazer com que a China, a UE e os Estados Unidos se sentem para conversar exigirá esforços ousados no clima atual. Mas, se quisermos um século XXI estável e sustentável, um G3 seria um bom ponto de partida.

Os laços da China com o Sul Global mostram que outra ordem mundial é possível[49]

O comércio e as parcerias da China com o Sul Global são um estudo de caso do que os esforços multilaterais podem fazer. Juntos, podemos avançar por um novo caminho e construir uma ordem global mais inclusiva e mais colaborativa.

A busca do Sul Global por uma ordem mundial mais equitativa ganhou novo impulso no 22º Fórum de Doha, no início de dezembro de 2024. Durante os dois dias do evento, líderes mundiais se reuniram para discutir o papel em transformação da China no desenvolvimento internacional. O diálogo de alto nível ocorreu num momento crítico, em que o cenário do comércio global enfrenta novas incertezas.

Enquanto grandes economias como os Estados Unidos e a União Europeia sinalizam um retorno a políticas protecionistas — com tarifas sobre veículos elétricos, painéis solares e semicondutores chineses, além de mecanismos de ajuste de carbono na fronteira —, o recente anúncio da China de que reduziria as tarifas para mais de 40 países menos desenvolvidos chamou bastante atenção.

[49]Publicado originalmente em 23 de dezembro de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Essa abordagem estratégica ficou evidente na sessão do subfórum "O papel da China no Sul Global em ascensão: redefinindo a futura ordem mundial", em que líderes de todo o mundo compartilharam perspectivas sobre parcerias de desenvolvimento, num forte contraste com o futuro sombrio do engajamento econômico internacional.

O engajamento crescente da China com o Sul Global representa mais do que simples estatísticas comerciais; representa um modelo alternativo de cooperação internacional. Principal parceira comercial de pelo menos 120 países, a China foi além das meras relações comerciais e estabeleceu parcerias abrangentes de desenvolvimento.

A Iniciativa Cinturão e Rota, que hoje abrange 150 nações, tornou-se uma plataforma de desenvolvimento sustentável que vai além da simples construção de infraestrutura. Respaldada por instituições como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, o Novo Banco de Desenvolvimento e a Parceria Econômica Regional Abrangente, a abordagem da China está mudando a forma como as nações em desenvolvimento pensam as parcerias econômicas.

O impacto desse modelo de cooperação já é evidente. O presidente de Ruanda, Paul Kagame, revelou que o comércio de seu país com a China saltou de US$ 30 milhões para mais de US$ 150 milhões depois das recentes reduções tarifárias, um crescimento notável de 274% desde 2018.

Os agricultores ruandeses ganham agora US$ 4 a mais por quilo de café em grão vendido à China. A parceria também resultou em obras de infraestrutura significativas, entre elas usinas hidrelétricas e a reforma do Hospital de Masaka.

Ainda mais reveladora foi a observação do presidente da Namíbia, Nangolo Mbumba, sobre as empresas chinesas que realizam projetos essenciais de infraestrutura, como a construção de estradas e a abertura de minas.

As relações comerciais entre a China e a Namíbia se baseiam na cooperação equitativa, e não na coerção. A Namíbia aumentou suas exportações agrícolas para a China, entre elas carne bovina, carne de carneiro e frutas secas. O país também está explorando parcerias inovadoras no desenvolvimento do hidrogênio verde. Esses resultados práticos representam uma mudança fundamental na forma como as nações do Sul Global veem as parcerias de desenvolvimento.

A China está, essencialmente, reescrevendo as regras tradicionais da cooperação para o desenvolvimento. Nas últimas duas décadas, os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento passaram a responder por 80% do crescimento global. Os países do BRICS estiveram na vanguarda desse movimento e respondem por cerca de 35% do produto interno bruto global.

A influência econômica dos países do BRICS tem se traduzido cada vez mais em capacidade diplomática, como mostram a bem-sucedida mediação da China entre a Arábia Saudita e o Irã e seu papel na união de facções políticas rivais na Palestina.

O firme apoio de líderes do Sul Global no Fórum de Doha reflete essa dinâmica em transformação. A primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, invocando o espírito da Conferência de Bandung, formulou o que muitas nações em desenvolvimento sentem há muito tempo, mas raramente expressam: o monopólio ocidental sobre a definição da ordem global precisa acabar.

Sua convicção de que todas as nações, independentemente do tamanho, devem ter voz na construção da ordem mundial multipolar encontrou ressonância imediata entre outros líderes, sobretudo porque as nações em desenvolvimento buscam traçar caminhos de desenvolvimento que correspondam a suas necessidades e circunstâncias específicas.

A perspectiva do ministro das Relações Exteriores de Honduras, Eduardo Enrique Reina, foi particularmente reveladora. Ele destacou como grandes potências que no passado se beneficiaram das relações com a China agora desencorajam outras nações a buscar parcerias semelhantes.

Como resumiu Mbumba, da Namíbia, "nós, africanos, estamos aprendendo a fazer as coisas por nós mesmos e com quem fazê-las", a partir de uma posição de força. Essa confiança crescente, somada à observação do presidente ruandês de que as parcerias chinesas não "vêm com muitas amarras", reflete uma mudança fundamental nas relações internacionais.

A cooperação entre a China e os países do Sul Global mostra um potencial notável em setores inovadores, como se destacou no Fórum de Doha, que teve como tema "O imperativo da inovação". Os líderes exploraram várias áreas de colaboração em que as nações em desenvolvimento estão superando defasagens tecnológicas enquanto buscam o desenvolvimento sustentável. A tecnologia

ligada ao clima, a economia digital e a transição para a energia verde estão se tornando novos pilares da cooperação.

Já há resultados concretos em todo o continente: a tecnologia solar chinesa ajudou famílias africanas a ter melhor acesso à eletricidade, sistemas de pagamento digital desenvolvidos pela cooperação sino-africana estão impulsionando a inclusão financeira, e fóruns conjuntos estão acelerando o desenvolvimento de culturas resistentes à seca.

Embora algumas comecem pequenas, essas iniciativas estão provocando mudanças transformadoras no dia a dia das pessoas e lançando as bases do desenvolvimento sustentável.

A visão que emerge do Fórum de Doha sinaliza um novo capítulo no desenvolvimento internacional. Como disse Mottley, de Barbados, uma ordem mundial mais inclusiva está tomando forma — uma ordem que exige esforços colaborativos de múltiplas instituições globais. Embora a China tenha desempenhado um papel pioneiro, o objetivo final continua sendo um ecossistema global de desenvolvimento verdadeiramente aberto e cooperativo.

Instituições como o Banco Mundial, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e outras organizações multilaterais devem trabalhar juntas para atender às necessidades de desenvolvimento do Sul Global. O futuro não está em narrativas concorrentes, mas em soluções colaborativas. Unindo forças diversas, podemos construir parcerias globais mais equitativas.

O BRICS não é antiocidental, só quer uma ordem mundial mais justa[50]

Ao defender a inclusividade econômica e a autonomia estratégica, abrir caminho na inovação financeira e promover a paz, o BRICS é uma força do bem.

A 16ª cúpula do BRICS, realizada no momento em que o mundo marca os 80 anos do acordo de Bretton Woods, anuncia uma evolução importante e muitas vezes mal compreendida: o BRICS não é um bloco antiocidental, mas uma nova plataforma que permite aos países em desenvolvimento participar da governança global.

[50]Publicado originalmente em 29 de outubro de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Com a presença de mais de 20 chefes de Estado, a cúpula mostrou como as economias emergentes podem contribuir para o desenvolvimento global. Embora o BRICS — cujo nome vem dos primeiros membros, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — represente cerca de 30% da economia mundial e quase metade da população, o grupo não tem a intenção de substituir as instituições existentes; procura, ao contrário, enriquecê-las por meio de reformas construtivas e de um desenvolvimento complementar.

Em nossa ordem mundial multipolar, ainda em evolução, o BRICS representa uma das primeiras grandes plataformas lideradas por países em desenvolvimento para promover o desenvolvimento. Embora isso possa sugerir concorrência com as instituições existentes, a concorrência saudável impulsiona a inovação e o progresso.

O que distingue o grupo são três características fundamentais.

Primeiro, sua inclusividade econômica reúne países em diferentes estágios de desenvolvimento. Das grandes economias emergentes às nações em desenvolvimento, todos podem participar de uma cooperação prática, sem pré-requisitos ideológicos.

Longe de ser uma fraqueza, essa diversidade mostra a força singular da plataforma para fomentar a colaboração entre países de todo o espectro do desenvolvimento. A recente ampliação do BRICS, com a entrada do Egito, da Etiópia, do Irã e dos Emirados Árabes Unidos, exemplifica essa abordagem inclusiva. Com outros 30 países que, segundo se noticia, manifestaram interesse em aderir, o BRICS não é um clube fechado, mas uma plataforma solidária, comprometida com a ajuda mútua e a cooperação.

Segundo, o BRICS continua a abrir caminho com soluções inovadoras na governança econômica global. Veja-se, por exemplo, o BRICS Pay, um sistema internacional de pagamentos em desenvolvimento, concebido para impedir que a moeda seja usada como arma.

Há também o Novo Banco de Desenvolvimento, com sede em Xangai, que já aprovou mais de US$ 35 bilhões para 105 projetos de desenvolvimento. Em Kazan, os membros do BRICS endossaram o plano do banco de financiar mais projetos em moedas locais, para evitar as flutuações cambiais. O banco também financiou projetos em áreas cruciais, como infraestrutura sustentável, energia

limpa, transformação digital e infraestrutura social, com atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento.

Ele serve de veículo de investimento em estágio inicial para os países em desenvolvimento, oferecendo oportunidades atraentes de crescimento e cooperação e, ao mesmo tempo, complementando as instituições financeiras internacionais.

Por fim, o BRICS defende o princípio da autonomia estratégica. Os membros mantêm sua independência na escolha de caminhos de desenvolvimento adequados às suas condições nacionais. Para além da cooperação econômica, os países do BRICS desempenham um papel cada vez maior na promoção da paz e da estabilidade mundiais, em meio a um cenário internacional turbulento e a guerras regionais.

Exemplo disso é a iniciativa "Amigos da Paz", lançada pela China e pelo Brasil, um marco inclusivo de diálogo sobre conflitos regionais como a guerra da Rússia contra a Ucrânia. Dezessete países, entre eles a Turquia, membro da OTAN, fazem parte do grupo. A assinatura de um comunicado conjunto por 13 desses países, após uma reunião em setembro, reforçou ainda mais o compromisso da coalizão com o diálogo e a solução pacífica.

As bases para isso foram lançadas pela China e pelo Brasil com seu plano de paz de seis pontos, que mostra o papel crescente dos membros do BRICS na resolução de conflitos.

Os líderes do BRICS também tomaram suas próprias iniciativas diplomáticas para atenuar conflitos. No ano passado, notadamente, o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa e outros chefes de Estado africanos visitaram a Rússia e a Ucrânia como mediadores.

A recente cúpula do BRICS realizada em Kazan, na Rússia, destacou ainda mais esse compromisso com a construção da paz, sobretudo por meio do encontro China-Índia à margem da cúpula, no qual os dois líderes se mostraram dispostos a recuar das tensões na fronteira, demonstrando como as duas maiores nações do Sul Global podem trabalhar juntas.

Essa cooperação entre dois gigantes da Ásia confere enorme estabilidade à plataforma do BRICS e fortalece seu papel na promoção da paz. Tal evolução

está em sintonia com a defesa que o presidente chinês Xi Jinping faz do BRICS como força pela paz, pela inovação e por uma governança global equitativa.

À medida que o BRICS se firma como força indispensável do crescimento econômico global e como voz do Sul Global, alguns países ocidentais se mostram apreensivos. Mas o BRICS busca apenas construir uma ordem mundial mais equitativa. O grupo tornou-se uma plataforma crucial, que permite às nações do Sul Global interagir de forma mais eficaz com grandes instituições como o G7, o G20, a União Europeia, a Associação de Nações do Sudeste Asiático e a União Africana.

O apelo da plataforma, porém, vai além do Sul Global. O presidente francês Emmanuel Macron teria se interessado em participar da cúpula do ano passado, e, neste ano, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, esteve entre os presentes. Isso reflete uma verdade mais ampla sobre a governança global: assim como o G7 se beneficiaria de incluir mais economias emergentes em suas reuniões, o BRICS acolhe a participação das nações desenvolvidas — o que marca uma evolução natural rumo a um verdadeiro multilateralismo.

Para o Sul Global, o BRICS é uma plataforma importante de cooperação e desenvolvimento, o que inclui a criação de zonas de livre-comércio e de parques industriais, além do impulso ao combate à pobreza, à transição para a energia verde e à melhoria da infraestrutura. A cooperação econômica defendida pelos membros do BRICS é mais necessária do que as alianças militares ou de segurança que vêm surgindo em nosso mundo, geopoliticamente mais desafiador.

À medida que o mundo caminha para a multipolaridade, a emergência do BRICS como mais um polo pode ajudar a diversificar e democratizar a política internacional. Seus esforços podem ajudar a fortalecer as instituições da ONU e a aprimorar a governança global, promovendo uma ordem mundial mais justa. A cooperação econômica entre os membros do BRICS também pode contribuir para um crescimento econômico global mais equilibrado e inclusivo.

O BRICS continuará a enfrentar os desafios urgentes do mundo, das guerras à mudança climática. Trata-se, em última análise, de uma plataforma que enriquece a governança global ao acolher a diversidade e fomentar o diálogo entre as nações, contribuindo de forma vital para uma ordem mundial mais equilibrada e sustentável.

Como a China e o Ocidente podem se unir para ajudar de verdade a África[51]

No espírito do multilateralismo, a China e as nações ocidentais deveriam adotar um modelo de cooperação em mercados terceiros para ajudar os países africanos a enfrentar seus muitos desafios.

Enquanto o mundo continua a se debater com desafios globais sem precedentes, o desenvolvimento da África tornou-se um ponto focal da cooperação internacional. Embora a colaboração entre a África e a China tenha dado passos significativos nas últimas décadas, chegou a hora de uma abordagem mais inclusiva para fortalecer o continente africano.

A recente cúpula do Fórum de Cooperação China-África evidenciou a solidez dessas relações, com o anúncio, pela China, de um plano de ação de 10 pontos para aprofundar sua parceria com a África. Para liberar de fato o potencial africano, porém, precisamos agora estender essa cooperação a mais parceiros globais, aproveitando as forças e os recursos de um leque mais amplo de nações e instituições.

Apesar da distância geográfica entre a China e a África, a amizade entre as duas tem uma história profunda e duradoura. Desde a fundação da República Popular da China, o país tem prestado amplo apoio aos países africanos. A Ferrovia Tanzânia-Zâmbia, construída no início dos anos 1970, destaca-se como exemplo significativo dessa cooperação inicial — um projeto do qual meu pai participou com orgulho.

Ao longo dos anos, a colaboração entre a China e a África foi além da infraestrutura e passou a apoiar os países africanos em seus esforços para alcançar suas metas nacionais de desenvolvimento. O foco se ampliou para o desenvolvimento sustentável e de alta qualidade, incluindo programas verdes.

Desde 2021, a China participou de mais de 120 projetos climáticos na África. Além disso, para garantir a continuidade desses programas, até o fim de 2019 a China havia enviado forças de paz ou observadores a pelo menos quatro regiões africanas, o que reflete seu compromisso com a estabilidade e o crescimento do continente.

[51] Publicado originalmente em 23 de setembro de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

A África, continente com a população mais jovem do mundo e o maior número de países em desenvolvimento, conta com mão de obra abundante e ricos recursos naturais. No entanto, fatores históricos como o domínio colonial têm entravado o desenvolvimento econômico africano.

Como maior economia em desenvolvimento do mundo, a China mantém ampla cooperação com a África. Agora, para liberar plenamente o potencial de desenvolvimento africano e enfrentar seus desafios, é necessária a participação de uma parcela maior da comunidade internacional.

É encorajador que alguns países ocidentais tenham se unido para lançar iniciativas de cooperação, como o programa Global Gateway, da União Europeia, e a iniciativa "Build Back Better World", liderada pelos Estados Unidos, que foi adotada pelo Grupo dos Sete em 2021 e rebatizada um ano depois como Parceria para Infraestrutura e Investimento Globais.

A maior atenção e o maior investimento das grandes potências resultaram em iniciativas de desenvolvimento diversificadas e em parcerias econômicas mais fortes nos países africanos, catalisando o crescimento em setores-chave como infraestrutura, tecnologia e energia sustentável. No entanto, surgiram problemas nesses projetos internacionais. Há quem sugira que iniciativas como o Global Gateway e a Build Back Better World foram lançadas, em parte, para contrabalançar a influência internacional da Iniciativa Cinturão e Rota da China nos países do Sul Global.

Em torno desses projetos, de vez em quando aflora uma retórica política ligada à competição com a China. Além disso, alguns projetos ocidentais enfatizam as vantagens comparativas e os valores de seus países, o que nem sempre se alinha às necessidades imediatas de desenvolvimento das nações africanas. Por exemplo, embora a estratégia Global Gateway se concentre em energia limpa e indústrias digitais, que são metas importantes de longo prazo, ela pode não responder plenamente às preocupações mais urgentes da África, como a industrialização, a segurança alimentar e a integração pan-africana.

Assim, apesar do amplo reconhecimento, entre os países ocidentais, da importância global e do potencial de desenvolvimento da África, as abordagens por vezes conflitantes e as conotações políticas de suas estratégias podem dificultar uma cooperação eficaz e levar a uma alocação ineficiente de recursos.

Para impulsionar de fato o desenvolvimento africano, é crucial que todas as partes envolvidas priorizem as necessidades reais da África e privilegiem a colaboração genuína em vez da competição.

Felizmente, alguns países ocidentais vêm adotando aos poucos uma atitude mais aberta em relação à ajuda externa, olhando com mais simpatia para os projetos de desenvolvimento da China na África e colaborando ativamente. Essa disposição crescente para cooperar representa um passo positivo rumo a esforços de ajuda mais coordenados, capazes de responder melhor aos desafios de desenvolvimento da África.

A China, por exemplo, está explorando a cooperação em mercados terceiros com a França, incentivando empresas dos dois países a participar conjuntamente de projetos. Essa modalidade de cooperação tem trazido benefícios tanto para a China e a França quanto para as nações africanas. Um exemplo notável é a colaboração na operação do porto de águas profundas de Kribi, em Camarões, que traz benefícios econômicos não só para Camarões, mas também para países africanos sem saída para o mar, como a República Centro-Africana e o Chade.

Curiosamente, o Japão despontou como outro participante importante da cooperação com a China em terceiros mercados. O primeiro Fórum de Cooperação China-Japão em Terceiros Mercados, realizado em Pequim em outubro de 2018, abriu mais oportunidades para que empresas dos dois países colaborem na África. Embora exista competição entre empresas chinesas e japonesas no continente, também se reconhece o potencial de parcerias mutuamente benéficas.

As instituições multilaterais também têm papel crucial nessa abordagem colaborativa. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), com seu quadro diversificado de membros de todo o mundo, estabeleceu bases de cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento e com o Banco Mundial. A participação do AIIB em projetos como a emissão, pelo Egito, de um "título panda" sustentável demonstra como as instituições financeiras internacionais podem trabalhar juntas para apoiar as metas de crescimento inclusivo e de desenvolvimento verde da África.

Daqui em diante, é imperativo que construamos sobre a sólida base que já temos na cooperação China-África, para criar uma parceria verdadeiramente global em prol do desenvolvimento africano.

Combinando a experiência da China, a experiência tecnológica dos países ocidentais desenvolvidos, o conhecimento especializado das instituições multilaterais e, acima de tudo, a visão e a liderança das próprias nações africanas, podemos criar um modelo de cooperação para o desenvolvimento mais eficaz e sustentável. Essa abordagem colaborativa não só serviria aos interesses da África, como também contribuiria para a estabilidade e a prosperidade mundiais.

Como a China pode estar à altura de suas responsabilidades num Sul Global em ascensão[52]

Como a ascensão do Sul Global traz oportunidades e riscos para a cooperação Sul-Sul, a China precisa intensificar o diálogo, trabalhar mais com a Índia e impulsionar a cooperação Norte-Sul.

Não há como exagerar a importância da cúpula do BRICS desta semana, sobretudo diante da possibilidade de ampliação de um grupo que já reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Este momento também é revelador da ascensão mais ampla do Sul Global.

Em fevereiro de 2023, a Conferência de Segurança de Munique incluiu em sua programação um painel sobre como o Norte Global pode cooperar melhor com o Sul Global. Na cúpula do G7 em maio, o Japão, país anfitrião, empenhou-se em fortalecer os laços do Grupo dos Sete com o Sul Global e convidou especificamente os líderes de vários países em desenvolvimento para o encontro de Hiroshima.

"O Sul Global está se tornando mais visível — e mais influente — em todas as arenas", afirmou a revista *Foreign Policy* no início do ano.

Embora a Cúpula da Voz do Sul Global, encontro virtual organizado pela Índia no início deste ano, tenha reunido mais de 100 países, não há uma definição universalmente aceita de quais países, exatamente, compõem o Sul Global. Há, por exemplo, países do Sul Global no Norte geográfico, e vice-versa.

Essa flexibilidade, contudo, reflete a natureza do Sul Global, uma comunidade em que os Estados reconhecem uns nos outros situações semelhantes. Do ponto de vista econômico, é uma comunidade em desenvolvimento, que busca

[52]Publicado originalmente em 22 de agosto de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

melhorar. Do ponto de vista político, é uma aliança multilateral, com valores e interesses diversificados.

Apesar da escalada da crise na Ucrânia e das divisões políticas globais, a maioria dos países optou por não tomar partido nem aderir à pressão estratégica contra a Rússia. Está claro que os países do Sul Global preferem manter uma política externa independente e uma posição de não alinhamento.

Nos últimos anos, grandes potências do Norte Global lançaram iniciativas para fortalecer sua ligação com o Sul Global, muitas vezes na esperança de obter maiores vantagens geopolíticas. Entre elas estão a Build Back Better World, liderada pelos Estados Unidos, e o Global Gateway, da UE.

Em comparação com os Estados Unidos, porém, a União Europeia parece ter um interesse mais matizado pelo Sul Global. Ao mesmo tempo que resguarda os interesses de seus membros nas antigas colônias, a UE também espera reforçar sua segurança energética e alimentar por meio da "redução de riscos". Em essência, a UE vê uma terceira via numa nova ordem global, dominada nem pelos Estados Unidos nem pela China, e precisa construir interesses comuns com o Sul Global.

Ao mesmo tempo, a Índia e a Rússia desempenham papéis importantes nos países do Sul Global. A Índia se posiciona como uma potência Norte-Sul — profundamente entrelaçada com o Norte Global em objetivos estratégicos e valores, sem deixar de ser parte integrante do Sul Global —, buscando tornar-se uma ponte que conduza essa comunidade à construção de um novo equilíbrio diplomático.

O foco diplomático da Rússia, por sua vez, tem sido os antigos Estados soviéticos, a Ásia-Pacífico, o Oriente Médio e a África. A dependência desses países em relação à energia, aos alimentos, aos fertilizantes químicos e a outras commodities russas torna o desacoplamento difícil. Por meio do engajamento, a Rússia fortaleceu sua posição e sua cooperação com o Sul Global.

A ascensão do Sul Global traz consigo oportunidades para aprofundar a cooperação Sul-Sul. Mas qualquer movimento precipitado pode trazer riscos, intensificar as tensões Norte-Sul e agravar os confrontos no mundo todo. A China, vista como um país central do Sul Global já em 2004, deve assumir as responsabilidades que lhe cabem.

Em primeiro lugar, deve incentivar e apoiar think tanks e instituições do Sul Global e realizar pesquisas conjuntas com outros países do Sul Global para examinar questões como os mecanismos de intercâmbio. Os países ocidentais já criaram vários think tanks e centros de pesquisa dedicados ao Sul Global.

Em segundo lugar, deve-se propor e promover uma nova ordem mundial alinhada às demandas do Sul Global. A ascensão do Sul Global pode ser uma tendência irrefreável, mas o processo não será tranquilo. A frouxidão, a fragilidade e a diversidade dessa comunidade fazem com que ela tenha menos capacidade de se esquivar dos riscos e seja mais propensa a disputas internas. Para se precaver contra a exclusão, a China deve acolher os países em desenvolvimento, manter laços estreitos com seus parceiros e trabalhar para reforçar a coesão do Sul Global.

Em terceiro lugar, a China precisa trabalhar para melhorar as relações com a Índia, de modo a reforçar a influência e o funcionamento do BRICS. Como grupo, a economia do BRICS já superou a do G7 em termos de paridade do poder de compra.

As relações sino-indianas estão estagnadas há anos, mas, como a Índia presidiu a recente cúpula da Organização para Cooperação de Xangai e vai presidir a cúpula do G20 em dezembro, há esperança de que elas melhorem. Tanto a China quanto a Índia têm condições de trabalhar com outros grandes países em desenvolvimento e liderar a cooperação no Sul Global para promover o BRICS. A ampliação só fará aumentar o impacto do formato "BRICS Plus" no tratamento das preocupações do Sul Global.

Em quarto lugar, a China deve realizar mais fóruns do Sul Global para intensificar os intercâmbios oficiais e não governamentais. Entre as plataformas existentes estão o Fórum do Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional, o Fórum de Cooperação China-África e o Fórum China-CELAC, com os Estados da América Latina e do Caribe.

A China deve convidar altos funcionários e especialistas da indústria e da academia para realizar fóruns do Sul Global mais diversificados. Realizados com regularidade, esses fóruns podem favorecer a criação de padrões para a cooperação Sul-Sul e estabelecer regras inclusivas e equitativas de cooperação em áreas como a economia digital, a mudança climática e o desenvolvimento sustentável.

Por fim, a China deve trabalhar por uma cooperação Norte-Sul mais forte, melhor e coordenada. Para muitos, a China personifica o Sul Global em ascensão. A cooperação econômica e tecnológica da China com muitos países do Sul Global também é maior do que a dos países desenvolvidos.

Dada a experiência da China em cooperar com os países desenvolvidos, seu papel de intermediária pode ser mais atraente para o Norte Global. Nesse sentido, a China deve considerar a intensificação dos intercâmbios e da cooperação Norte-Sul, evitando ao mesmo tempo uma escalada das tensões.

Como país que reúne elementos de nação em desenvolvimento e de nação desenvolvida, a China poderia conciliar os interesses das duas comunidades para promover um desenvolvimento global mais sustentável e uma governança global melhor.

Como a visita de Modi à China pode redesenhar o futuro da Ásia[53]

A China e a Índia, ambas civilizações antigas e as nações mais populosas do mundo, têm se desentendido nos últimos anos. Enquanto o primeiro-ministro indiano Narendra Modi se preparava para visitar a China antes da Cúpula da OCX de 2025, em Tianjin, refleti não só sobre como os dois países poderiam enfrentar com prudência seus desafios, mas também sobre o potencial de um mundo em que eles possam cooperar para alcançar objetivos comuns.

Enquanto o primeiro-ministro indiano Narendra Modi se prepara para visitar a China para a cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), em Tianjin, o mundo observa atentamente. A visita de Modi será uma oportunidade histórica de inaugurar uma nova era de cooperação entre duas civilizações antigas cujas populações somam pouco menos de 35% da humanidade e que representam a segunda e, em breve, a terceira maiores economias do mundo.

No recente encontro de Modi com o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, os dois pareceram concordar que a Índia e a China são parceiras, não rivais, e que o século asiático não acontecerá sem a cooperação bilateral.

[53] Publicado originalmente em 26 de agosto de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

A história entre a China e a Índia é profunda, das antigas relações comerciais na época do Império Kushan e da dinastia Han a intercâmbios culturais como a difusão do budismo e as viagens do monge chinês Xuanzang. As duas civilizações dialogam há muito tempo, e as trocas de ideias, comerciais e filosóficas só enriqueceram ambas as sociedades. A Conferência de Bandung, de 1955, foi um exemplo desse tipo de intercâmbio no campo diplomático.

Este ano marca o 75º aniversário das relações diplomáticas formais. A Índia foi o primeiro país fora do bloco socialista a ser reconhecido pela República Popular da China, em 1950. Agora, mais do que nunca, é hora de construir sobre esse legado.

Os dois países enfrentam desafios de desenvolvimento comuns para garantir a prosperidade de seus povos. A Índia é a grande economia que mais cresce e abriga a maior população jovem do mundo, além de um sistema de inovação em rápido crescimento e de uma base de consumidores em expansão. A China traz conhecimento especializado em infraestrutura, manufatura, governança digital e energia renovável. Se as duas potências trabalharem juntas, as possibilidades serão enormes.

A China pode ter um papel construtivo, investindo na próxima fase de crescimento da Índia. Vale destacar que a Índia já é a maior beneficiária dos financiamentos do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB).

Trabalhando no âmbito do AIIB, a China e a Índia podem impulsionar o investimento em áreas-chave como infraestrutura, cidades inteligentes, energia limpa, saúde pública e agricultura sustentável. Com a força conjunta de 2,8 bilhões de pessoas, há muito que podemos realizar, da conectividade digital à ação climática.

Não se trata de um lado "ajudar" o outro, mas de as duas nações aproveitarem forças complementares. Juntos, os dois países mais populosos do mundo podem se tornar um pilar de estabilidade e prosperidade para a Ásia.

Igualmente importante, laços mais estreitos entre a China e a Índia poderiam lançar as bases de uma governança global mais democrática. As duas nações são centrais no BRICS, no G20 e na OCX. Por meio de seu papel vital nessas organizações, podem defender reformas que fortaleçam os países em desenvolvimento

e resistir a ações unilaterais que desestabilizam os mercados e as instituições globais.

Num mundo de crescente incerteza geopolítica, a necessidade dessa cooperação nunca foi tão grande. A imprevisibilidade da política externa americana é um bom exemplo. As compras de petróleo russo feitas anteriormente pela Índia, a preços limitados por um teto, chegaram a ser incentivadas por Washington, para evitar uma disparada mundial dos custos de energia. Agora, porém, a Índia enfrenta novas tarifas americanas por ter feito essas compras.

Felizmente, a China e a Índia não precisam agir sozinhas. A Ásia, em paridade do poder de compra, já representa mais de dois quintos da economia global.

Se a Índia aderir à Parceria Econômica Regional Abrangente, ligando-se efetivamente a uma coalizão econômica mais ampla, a integração e o desenvolvimento regionais aconteceriam mais depressa do que se pode imaginar. A Índia pode dar esse passo em seus próprios termos, com o apoio da China. A turbulência no sistema mundial e as perturbações no comércio global reforçam os argumentos a favor da adesão indiana.

É assim que o espírito da Conferência de Bandung pode ser valorizado no contexto atual. Em 1955, líderes da Ásia e da África reuniram-se em Bandung, na Indonésia, para afirmar uma visão de cooperação baseada no respeito mútuo, no não alinhamento e no desenvolvimento pacífico. Daquela conferência nasceu o Movimento dos Países Não Alinhados.

Reviver o ethos de Bandung exige não apenas definir metas comuns, mas também administrar com sabedoria os desafios do presente. Infelizmente, a disputa de fronteira entre a China e a Índia pôs à prova a confiança bilateral nos últimos anos. Vale lembrar que, depois dos anos 1960, as tensões passaram meio século sem escalar, até o confronto na fronteira do vale de Galwan.

A coexistência era a norma. Abraçar de novo esse espírito seria honrar o legado de Bandung e, ao mesmo tempo, permitir que os dois lados se concentrem na promessa da parceria. A Índia e a China concordam que as diferenças não devem se transformar em disputas. Se a paz pôde durar 50 anos, pode voltar a durar.

Como observou Wang durante sua visita a Nova Délhi, os dois lados procuram intensificar a cooperação diante dos desafios globais e se opor à inti-

midação unilateral. Eles avançaram na construção de um novo consenso sobre como administrar a fronteira e resolver as disputas. São passos importantes. Mas precisam vir acompanhados de visão.

A visita de Modi é uma boa oportunidade para que os dois lados emitam um comunicado conjunto ou um roteiro de cooperação. Um marco desse tipo poderia identificar áreas práticas para a colaboração transfronteiriça. Há muito espaço para avançar em áreas como turismo, programas acadêmicos, acordos de investimento, desenvolvimento da infraestrutura, transição verde, proteção ambiental e governança tecnológica coordenada dos espaços digitais e da inteligência artificial.

Essa visão — centrada numa agenda comum de desenvolvimento verde, multilateralismo e paz — poderia tomar forma quando Modi voltar a se encontrar com o presidente Xi Jinping neste ano. A China e a Índia não são apenas herdeiras de uma sabedoria antiga, mas também guardiãs das possibilidades do futuro. O dragão e o elefante, trabalhando juntos, podem gerar prosperidade para a Ásia nas próximas décadas, por meio de uma parceria digna de duas grandes civilizações e, na verdade, do mundo.

Da ASEAN e do G20 à APEC, com os líderes mundiais de novo frente a frente, três razões para torcer pelo multilateralismo[54]

A retomada das reuniões presenciais de alto nível da ASEAN, do G20 e da APEC prova que a comunicação eficaz produz resultados, especialmente para as potências médias.

Nas últimas duas semanas, a Ásia sediou a mais intensa sequência de cúpulas multilaterais desde o início da pandemia, com líderes nacionais reunidos em encontros organizados pela ASEAN, pelo G20 e pela APEC. Embora ofuscadas pelas tensões geopolíticas, as reuniões marcaram um bem-vindo retorno à diplomacia presencial de cúpula, e os resultados, melhores do que o esperado, mostram que ainda há esperança para o multilateralismo.

[54] Publicado originalmente em 29 de novembro de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Os encontros começaram em Phnom Penh, com a cúpula anual da Associação de Nações do Sudeste Asiático. Nos primeiros eventos presenciais desse tipo em quase três anos, os líderes da ASEAN deram o passo positivo de concordar, em princípio, com a admissão do Timor-Leste como 11º membro da organização.

Quando os líderes seguiram para Bali, para a cúpula do G20, as expectativas eram baixas, já que as reuniões ministeriais preparatórias não tinham chegado a um consenso. No início do ano, diante das fraturas abertas pela invasão da Ucrânia pela Rússia, pairava a dúvida sobre se o G20 conseguiria sequer seguir adiante ou sobreviver em sua forma atual.

No fim, a cúpula superou as expectativas ao produzir uma declaração conjunta após intensas negociações: os líderes chegaram aos meios-termos necessários para se unir em torno da afirmação de que "a era de hoje não deve ser de guerra" e se comprometeram a preservar o sistema multilateral.

A cúpula também foi palco de um encontro pessoal positivo entre o presidente da China, Xi Jinping, e o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden — o primeiro dos dois como líderes —, que sinalizou a disposição de deter a trajetória descendente das relações China-EUA.

Em Bangcoc, os 21 líderes do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico também se comprometeram a preservar e fortalecer o sistema multilateral de comércio baseado em regras. Um ponto importante: o grupo aprovou um plano de trabalho plurianual para uma área de livre-comércio da Ásia-Pacífico.

Olhando para essas três cúpulas, três lições dão motivo para um otimismo cauteloso de que o multilateralismo ainda pode ser revitalizado e desempenhar um papel importante na solução de nossos desafios.

Em primeiro lugar — e talvez o mais óbvio —, a volta da diplomacia presencial de cúpula é um alento bem-vindo para a cooperação global. Os formatos virtuais cumpriram um papel provisório útil no auge da pandemia, mas nunca substituíram a reunião dos líderes numa mesma sala. Isso vale especialmente para as interações à margem dos encontros, muitas vezes tão importantes quanto o evento principal. O retorno da China à diplomacia de mais alto nível foi um impulso adicional, tanto para o país quanto para o resto do mundo.

Além do aguardadíssimo encontro de Xi com Biden, o líder chinês reuniu-se com mais de uma dúzia de outros líderes nas cúpulas do G20 e da APEC, incluindo um primeiro encontro mais caloroso do que o esperado com o primeiro-ministro japonês Fumio Kishida e seu primeiro encontro com um primeiro-ministro australiano desde 2016.

Os líderes puderam encontrar pela primeira vez seus novos homólogos ou aprofundar relações já existentes, o que só pode favorecer a cooperação global.

A segunda lição é que, por mais graves que sejam nossos desafios, a ameaça de escalada dos conflitos e as fortes pressões econômicas sobre todas as nações parecem estar concentrando as atenções e aumentando a disposição para dialogar e cooperar — nem que seja por necessidade.

A cúpula do G20 foi o segundo grande encontro deste ano a superar as expectativas, depois que a 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em junho, surpreendeu os observadores ao aprovar um plano de reforma da organização e de seu mecanismo de solução de controvérsias. A declaração do G20 reiterou o apoio a esse plano de reforma da OMC, que será fundamental para recolocar nos trilhos a agenda do livre-comércio e dar à economia global um impulso muito necessário.

Em terceiro lugar — e talvez o mais significativo a longo prazo —, as cúpulas recentes marcaram uma aceleração da tendência à multipolarização na diplomacia internacional e, em particular, a crescente influência das "potências médias" não alinhadas na definição dos resultados multilaterais.

As potências médias representadas na ASEAN, no G20 e na APEC têm enorme interesse em evitar uma bifurcação da economia global que poderia resultar de uma nova guerra fria. Elas não querem ser forçadas a escolher um lado, e muitas mostram disposição e capacidade crescentes de construir pontes e devolver um impulso positivo ao multilateralismo.

A Indonésia é um excelente exemplo. O peso estratégico do país e sua credibilidade como nação não alinhada o colocam em boa posição para fazer a ponte entre campos diferentes. O presidente Joko Widodo fez uma grande aposta política no sucesso do G20 e foi elogiado pela diplomacia habilidosa que manteve a organização viva e a levou a divulgar uma declaração conjunta.

A delegação indiana também teria tido um papel importante na obtenção de consenso sobre a redação da declaração, e o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) — assim como a Indonésia — acabou fazendo o papel de fiel da balança, decisivo para garantir a declaração conjunta. Um funcionário indiano disse que foi "a primeira cúpula [do G20] em que as nações em desenvolvimento definiram o resultado".

Há margem para que essa tendência continue no próximo ano, à medida que as potências médias ganham estatura e a Índia e a Indonésia assumem a presidência do G20 e da ASEAN, respectivamente. O Brasil sediará o G20 no ano seguinte.

Já em Sharm el-Sheikh, na COP27, a cúpula do clima da ONU, outra potência média — o Egito, país anfitrião — também foi elogiada por ajudar a conduzir um acordo histórico de financiamento para os países pobres afetados pela mudança climática. Mas o fracasso final em alcançar um compromisso de redução gradual dos combustíveis fósseis foi um duro lembrete das enormes dificuldades que persistem para forjar o consenso global necessário à superação de nossos desafios comuns.

Como a China pode multilateralizar a BRI[55]

A Iniciativa Cinturão e Rota é hoje um conjunto frouxo de acordos bilaterais, mas multilateralizar a forma como ela é administrada poderia fortalecer a iniciativa.

No fim de 2022, 150 países e 32 organizações internacionais haviam assinado mais de 200 documentos de cooperação relativos a projetos conjuntos de infraestrutura com a China no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI). Além disso, o relatório de trabalho de 2022 apresentado ao 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China indicou que o país deve promover a abertura ao mundo e o desenvolvimento. Ancorar a BRI num marco multilateral poderia ajudar a China a alcançar esses objetivos.

A BRI é um plano ambicioso da China para construir infraestrutura global e, ao mesmo tempo, conectar-se a seus parceiros comerciais. Desde o lançamento, a iniciativa tem despertado reações diversas na comunidade internacional. Alguns

[55] Publicado originalmente em 11 de março de 2023 pelo East Asia Forum e revisto para esta coletânea.

países acolheram a oportunidade de formar novas rotas comerciais, enquanto outros — notadamente os Estados Unidos — a retrataram como sinal dos esforços da China para derrubar a ordem mundial. Também surgiram dúvidas sobre a Iniciativa em torno de questões ligadas ao meio ambiente, aos padrões trabalhistas, à transparência, às compras governamentais e à responsabilidade social.

A BRI se estrutura, em grande parte, em torno das relações bilaterais da China com outros países. Memorandos de entendimento (MoUs) bilaterais e declarações conjuntas de apoio à iniciativa são as principais formas de acordo de cooperação que ancoram a BRI. Os termos jurídicos desses acordos, porém, são relativamente fracos. Os prazos de vigência estipulados nos MoUs costumam ser curtos, e os signatários podem se retirar a qualquer momento. Até certo ponto, os MoUs tornaram-se uma forma potencialmente instável de a China formalizar a cooperação com outros países. Parecem mais acenos políticos do que compromissos genuínos com a cooperação econômica e empresarial.

O desenvolvimento multilateral da BRI poderia ampliar seu alcance global e permitir que a Iniciativa desempenhasse um papel maior como nova plataforma de governança global. A China lançou um mecanismo de cooperação multilateral diversificado e em vários níveis para a BRI e convidou outros países a participar e a assegurar seu desenvolvimento multilateral.

Será muito difícil atrair o apoio de alguns atores internacionais importantes para ampliar o alcance da BRI. Os Estados Unidos, alguns de seus aliados e aqueles que, na comunidade internacional, desconfiam da diplomacia chinesa da "armadilha da dívida" vão minar as oportunidades de a China expandir seu poder econômico, estratégico e geopolítico. Ainda assim, há maneiras de a China construir confiança e, potencialmente, garantir mais cooperação multilateral.

Em primeiro lugar, poderiam ser criadas estruturas internacionais e multilaterais de tomada de decisão para fortalecer a BRI e gerir a forma como ela fornece infraestrutura. Se a vários países fosse oferecida — e por eles aceita — uma responsabilidade real sobre o que é considerado uma iniciativa chinesa, isso poderia envolver a criação de um Comitê Diretor Internacional da BRI. Os países convidados poderiam enviar representantes para participar do comitê, ajudando a formar uma nova ordem de governança global e regional da BRI.

Um Comitê Diretor da BRI poderia estar alinhado com as instituições multilaterais de governança global e regional já existentes, como o G20 e o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico. Os países poderiam se reunir regularmente para discutir os itens da agenda relacionados à BRI e realizar amplos intercâmbios e consultas. Os acordos, planos, mecanismos e projetos implementados em conjunto promoveriam um desenvolvimento sequencial nas várias etapas dos projetos da BRI.

Em segundo lugar, a BRI poderia atrair organizações internacionais do sistema das Nações Unidas para que se conectem aos projetos da BRI e deles participem. A iniciativa poderia incentivar as Nações Unidas a criar uma agência de cooperação para a BRI, aproveitando plenamente o papel de ponte e a influência global da organização. A participação da ONU na BRI também poderia estabelecer alianças com agências do sistema da ONU, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Organização Mundial do Comércio. Embora o apoio das Nações Unidas pudesse estimular os participantes, obtê-lo deve ser difícil, já que os Estados Unidos e algumas outras nações provavelmente impedirão que as agências da ONU prestem assistência à BRI.

Em terceiro lugar, a China poderia envolver mais países desenvolvidos na cooperação em mercados terceiros no âmbito da BRI e intensificar sua cooperação com os Estados Unidos e a Europa em planos de construção de infraestrutura. A China já assinou com a França e o Japão acordos de cooperação em terceiros países, e esses acordos poderiam ser estendidos a outros países desenvolvidos. Os acordos de cooperação em mercados terceiros enfatizam as complementaridades, que incluem a capacidade produtiva de alto nível da China, a tecnologia avançada dos países desenvolvidos e as necessidades de infraestrutura dos países em desenvolvimento. Reunir esses elementos proporcionará um novo modelo de construção conjunta de alta qualidade dos projetos da BRI e um meio eficaz de promover o multilateralismo. A China poderia propor uma cooperação em infraestrutura entre a BRI, o Global Gateway, liderado pela UE, e as iniciativas de infraestrutura Build Back Better, lideradas pelos Estados Unidos — mesmo que o plano Build Back Better tenha sido criado, de início, para fazer frente à BRI.

Em quarto lugar, a China poderia considerar, com cautela, a adesão ao Clube de Paris. A construção da BRI envolve empréstimos de somas enormes. A China pode dissipar em grande parte as dúvidas da comunidade internacional sobre a BRI se suas práticas de concessão de empréstimos seguirem regras internacionalmente aceitas. Como credora emergente, a China ainda carece de experiência na gestão e no controle dos riscos da dívida externa. O Clube de Paris permite a comunicação regular entre os principais países credores. A China poderia considerar a adesão ao Clube de Paris e se comprometer a seguir regras internacionais de empréstimo transparentes e sustentáveis. A medida ajudaria a mitigar os riscos da dívida externa da China e a salvaguardar a estabilidade financeira global.

Em quinto lugar, a China poderia atualizar o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e incentivar a cooperação entre os bancos internacionais de desenvolvimento e a BRI. Melhorar e renovar a infraestrutura tradicional nos países em desenvolvimento, construir infraestrutura digital e viabilizar a transição verde rumo à neutralidade de carbono são áreas potenciais de cooperação. Os gastos com infraestrutura podem estimular a demanda por investimento e ampliar as oportunidades de emprego, embora haja lacunas de financiamento.

A China poderia ampliar os setores e as regiões de atuação do AIIB e apoiar projetos elegíveis de investimento em infraestrutura no mundo todo. Com novas finalidades, o AIIB poderia trabalhar com o Banco Mundial e com outros bancos de desenvolvimento continentais, como o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o Banco Islâmico de Desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento. Desde que o ambiente geopolítico global permita, esse arranjo poderia formar um sistema de desenvolvimento de infraestrutura internacional, padronizado, aberto e transparente e ampliar as redes de fornecimento de produtos globais.

Desde 2013, a BRI passou de uma visão a uma série de arranjos bilaterais. Mas a Iniciativa tem potencial para servir de plataforma multilateral para o desenvolvimento internacional da infraestrutura. Harmonizar os padrões globais de infraestrutura e as normas de desenvolvimento aberto poderia permitir que mais países participassem da BRI, ajudar os países a explorar oportunidades de desenvolvimento cooperativo e promover a recuperação e o desenvolvimento da economia mundial.

A China pode abraçar a internet global para contar sua narrativa[56]

À medida que o mundo saía da pandemia, a China tinha a oportunidade de ampliar seu engajamento pelo mundo, incentivando instituições e indivíduos a reforçar sua presença nas plataformas globais de mídia on-line.

No início dos anos 1960, o teórico canadense da comunicação Marshall McLuhan cunhou a expressão "aldeia global" para descrever como os avanços nas tecnologias de comunicação aproximam as pessoas do mundo inteiro, permitindo que interajam com mais facilidade e vivenciem os mesmos acontecimentos em tempo real.

Seis décadas depois, a internet ajudou a concretizar essa visão num grau que surpreenderia até McLuhan. Mas a aldeia global digital de hoje nem sempre é harmoniosa.

A internet ajuda os seres humanos a transpor barreiras físicas, a se conectar e a construir comunidades que, de outro modo, jamais teriam sido possíveis. No entanto, como mostram as renovadas preocupações com a polarização on-line e o discurso de ódio na esteira da tumultuada compra do Twitter por Elon Musk, a internet também pode ser uma arma para espalhar desinformação e divisão. Isso vale especialmente para temas controversos como a China.

A falta de uma discussão on-line saudável e equilibrada sobre a China pode ser atribuída a muitos fatores. As tensões geopolíticas, os preconceitos já existentes e o predomínio da mídia ocidental têm seu papel, assim como o fenômeno das "bolhas de filtro", que tendem a expor as pessoas a informações alinhadas com suas crenças e vieses prévios. Mas a escassez de vozes chinesas na internet global e a falta de interação entre a esfera on-line sinófona e o resto do mundo também agravam o problema.

Estamos entrando numa era em que tecnologias emergentes como o metaverso, a realidade virtual e aumentada e a internet das coisas farão com que a aldeia global digital se torne mais imersiva e onipresente a cada ano que passa. Com o contínuo aumento das tensões geopolíticas e dos desafios transnacionais, é mais importante do que nunca que organizações e indivíduos chineses façam

[56]Publicado originalmente em 27 de dezembro de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

ouvir sua voz e interajam on-line para promover o diálogo e o entendimento mútuo entre a China e outros países.

A China tem um ecossistema e uma cultura digitais próprios e pujantes e, embora existam obstáculos regulatórios e linguísticos evidentes a um engajamento mais profundo com o resto do mundo on-line, ainda há maneiras de alcançá-lo.

Primeiro, organizações chinesas como think tanks, universidades e organizações sociais podem aprimorar sua presença on-line internacional e ser mais proativas no contato com o público estrangeiro. Atualmente, mesmo grandes instituições muitas vezes estão ausentes das principais plataformas globais.

Por exemplo, um estudo de 2021 sobre 40 dos principais think tanks chineses constatou que 65% deles não tinham conta no Twitter, no Facebook, no YouTube, no Instagram nem no LinkedIn, e que apenas 7% usavam todos esses cinco canais.

Para aprofundar o engajamento internacional, as instituições chinesas podem desenvolver sites em inglês fáceis de usar, abrir contas nas principais plataformas globais e compartilhar conteúdos como artigos e vídeos curtos. Ferramentas como a tradução automática e o reconhecimento de voz reduziram significativamente o custo de criar conteúdo acessível ao público estrangeiro. Firmar parcerias com organizações ou plataformas no exterior é outra maneira de alcançar mais pessoas.

A segunda maneira de a China desempenhar um papel mais ativo na aldeia global digital é capacitar pessoas de todas as origens e profissões a compartilhar suas histórias e interagir com o público global por meio das redes sociais.

Um exemplo marcante é o sucesso de uma nova geração de celebridades globais da internet vindas da China rural. A vlogueira de culinária Dianxi Xiaoge acumulou quase 10 milhões de inscritos em seu canal no YouTube compartilhando receitas tradicionais e imagens da vida bucólica em sua Yunnan natal. Até seu cachorro, Dawang, tem mais de 450 mil inscritos.

Influenciadores como Dianxi Xiaoge mostram um retrato da vida muito distante da China urbana e industrial a que o público estrangeiro costuma ser exposto, ajudando a transmitir a diversidade do país e a desmontar narrativas que reduzem a vida de 1,4 bilhão de pessoas a clichês ou a questões políticas. Com

a reabertura da China continental, surge agora também a chance de incentivar influenciadores, especialistas e jovens estrangeiros a visitar o país e compartilhar experiências diretas da China com o público em seus países de origem.

Minha terceira sugestão é que indivíduos e organizações abracem o metaverso e explorem maneiras de usar esse espaço virtual coletivo para promover o intercâmbio e o entendimento mútuo entre a China e o resto do mundo.

O metaverso se tornará um domínio cada vez mais importante para a criatividade, a colaboração e o intercâmbio cultural. A pandemia ofereceu um vislumbre desse potencial. Museus e galerias de arte criaram experiências imersivas que deram a pessoas do outro lado do mundo a chance de percorrer suas exposições. Os governos também estão aderindo.

Seul trabalha com empresas locais de TI para desenvolver espaços em que visitantes virtuais possam vivenciar a cultura do K-pop, e, no ano passado, Barbados tornou-se o primeiro país a anunciar que abrirá uma embaixada no metaverso. A China deveria participar desses mundos emergentes e da formação das convenções internacionais necessárias para orientar seu desenvolvimento saudável.

No mundo de hoje, o que separa as pessoas, mais do que os obstáculos físicos, são muitas vezes as barreiras cognitivas e o preconceito em relação a civilizações diferentes. Sua reputação pode estar manchada, mas a internet ainda guarda um imenso potencial como palco de diálogo, intercâmbio e aprendizado entre diferentes países.

O desenvolvimento futuro e a globalização da China estão estreitamente ligados à sua participação numa esfera on-line em constante evolução. Nossa civilização tem uma longa tradição de inclusão e abertura, que muitas vezes coincidiu com períodos de grande força, como as dinastias Tang e Song. Ao entrarmos numa nova era de florescimento nacional, a China faria bem em recorrer a essas tradições e desempenhar um papel ativo na construção de uma aldeia global mais aberta e inclusiva.

As preocupações dos EUA com a segurança de dados da China devem ser tratadas, mas não com a proibição do TikTok[57]

Apesar dos numerosos compromissos com o respeito à soberania de dados e de rigorosas medidas de proteção de dados, a segurança de dados em relação à China continua sendo uma questão importante nos Estados Unidos. O pragmatismo na questão do TikTok poderia ajudar a reconstruir a confiança e sinalizar que os dois lados conseguem lidar com questões complexas.

No centro do intenso escrutínio a que o TikTok está submetido nos Estados Unidos está a questão de saber se o governo chinês pode acessar dados americanos por meio do TikTok ou de sua controladora chinesa, a ByteDance. Em meio às inúmeras reportagens e análises que se seguiram à audiência da Câmara dos Representantes sobre o TikTok, uma iniciativa chinesa fundamental tem estado ausente do debate americano, embora possa se revelar crucial.

Embora as preocupações com a possibilidade de os dados do TikTok nos Estados Unidos caírem nas mãos do governo chinês não sejam infundadas, faltam provas. Um relatório de 2021 do Citizen Lab afirmou não haver transmissão evidente de dados do TikTok ao governo chinês, embora não tenha conseguido determinar o que acontece depois que os dados entram nos servidores do TikTok.

O CEO do TikTok, Chew Shou Zi, declarou perante uma comissão do Congresso que "o TikTok nunca compartilhou dados de usuários americanos com o governo chinês, nem recebeu pedido para compartilhá-los. E o TikTok tampouco atenderia a tal pedido, se algum dia fosse feito". Os membros do Congresso, em grande parte, continuaram céticos, sobretudo em relação à última afirmação.

Isso não surpreende, dado o atual clima de desconfiança entre os Estados Unidos e a China. Os céticos apontam para leis chinesas que estabelecem que "todas as organizações e cidadãos devem apoiar, assistir e cooperar com os esforços nacionais de inteligência, nos termos da lei", e interpretam isso como uma obrigação legal da ByteDance de entregar dados do TikTok quando solicitada.

[57] Publicado originalmente em 4 de abril de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Quatro pontos devem ser considerados. Primeiro, o governo chinês tem afirmado repetidamente que suas leis não permitem a obtenção de dados estrangeiros dessa maneira. Em março de 2019, o então primeiro-ministro Li Keqiang disse numa entrevista coletiva que pedir a empresas chinesas que "espionem" outros países "não é compatível com a lei chinesa".

Segundo, o que muitos membros do Congresso enxergam como uma porta aberta para que o governo chinês espione por meio de suas empresas é resultado de tradições legislativas diferentes. As leis chinesas costumam parecer amplas e vagas quando vistas pela ótica da *common law*, porque seguem o modelo da legislação dos países de tradição romano-germânica. A China precisa de leis e regulamentos redigidos em termos amplos para se adequar às condições locais.

Terceiro, a posição da China sobre a proteção de dados é, na verdade, mais rigorosa que a do Cloud Act.[58] Aprovada durante o governo do ex-presidente americano Donald Trump, essa lei determina que as empresas sujeitas à jurisdição americana podem ser obrigadas, mediante ordem judicial, a apresentar os dados sob seu controle, independentemente de onde estejam armazenados.

Quarto, a China assumiu o compromisso internacional de não solicitar a empresas chinesas dados localizados no exterior. Em setembro de 2020, a China apresentou a Iniciativa Global sobre Segurança de Dados. Entre outras coisas, ela pede que os países tratem a segurança de dados "de maneira abrangente, objetiva e baseada em evidências" e respeitem a soberania dos outros países na forma como estes lidam com os dados.[59]

---

[58] A China afirma, no Comitê Ad Hoc para Elaborar uma Convenção Internacional Abrangente sobre o Combate ao Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para Fins Criminosos, que "os Estados não devem coletar diretamente dados armazenados em Estados estrangeiros junto a empresas ou indivíduos, nem por meios técnicos que contornem medidas de proteção da segurança das redes, se tais medidas forem contrárias às leis desse Estado estrangeiro".

[59] A Iniciativa Global sobre Segurança de Dados estabelece: os Estados devem incentivar as empresas a cumprir as leis e os regulamentos do Estado em que operam. Os Estados não devem exigir que as empresas nacionais armazenem em seu próprio território os dados gerados e obtidos no exterior. Os Estados devem respeitar a soberania, a jurisdição e a governança dos dados de outros Estados e não devem obter dados localizados em outros Estados por meio de empresas ou indivíduos sem a permissão desses Estados. Caso precisem obter dados no exterior por exigência da aplicação da lei, como no combate a crimes, os Estados devem fazê-lo por meio de assistência judiciária ou de outros acordos multilaterais e bilaterais pertinentes. Nenhum acordo bilateral de acesso a dados entre dois Estados deve infringir a soberania judicial e a segurança de dados de um terceiro Estado.

Numa leitura direta, isso significa que, no caso do TikTok, a China não exigirá que os dados do TikTok sejam armazenados na China. A posição chinesa é que o país respeita a soberania, a jurisdição e a governança dos dados americanos e não obterá dados do TikTok localizados nos Estados Unidos por meio da ByteDance, do TikTok, de seus funcionários ou de quem quer que seja sem a permissão americana.

A iniciativa procura firmar a narrativa chinesa sobre segurança de dados e tranquilizar as nações estrangeiras. Zhang Ming, chefe da missão da China junto à União Europeia, mencionou a iniciativa numa entrevista em 2020, dizendo que "nunca pedimos às empresas chinesas que violem as leis dos países anfitriões entregando ao governo chinês dados obtidos no exterior". A julgar pelo discurso predominante nos Estados Unidos, é provável que alguns políticos e comentaristas desconheçam a iniciativa. De todo modo, ela raramente aparece nas discussões.

Numa época mais otimista, o TikTok poderia ter sido celebrado como um símbolo de sucesso, reflexo dos laços profundos entre as duas maiores economias do mundo. Lamentavelmente, tornou-se agora um ponto de discórdia: Washington estaria ameaçando proibi-lo a menos que ocorra um desinvestimento, medida que encontrou firme oposição de Pequim.

As duas nações já enfrentam desafios suficientes e deveriam evitar agravar as tensões repetindo um confronto semelhante ao que envolveu a Huawei.

Há uma maneira construtiva de atravessar esse campo minado. Washington poderia sinalizar a Pequim, por canais informais, se necessário, sua intenção de resolver a questão com base no pragmatismo.

A China, por sua vez, poderia incorporar a Iniciativa Global sobre Segurança de Dados às leis e aos regulamentos nacionais, emendando as leis ou interpretando-as oficialmente nesse sentido. Nenhum dos lados quer parecer "fraco" internamente, mas ambos têm interesse em encontrar um meio-termo.

O TikTok informa ter uma base de 150 milhões de usuários nos Estados Unidos. Uma proibição ou o bloqueio de novos downloads seria uma medida extrema e potencialmente espinhosa, do ponto de vista político, para o presidente americano Joe Biden. Como disse a deputada Alexandria Ocasio-Cortez, isso é "colocar a carroça na frente dos bois".

Uma abordagem baseada em evidências não justifica uma proibição. Para a China, depois de quase três anos promovendo a Iniciativa Global sobre Segurança de Dados no plano internacional e aplicando proativamente aspectos centrais dela no plano interno, não se trata de apaziguar os Estados Unidos, mas de um passo lógico para fortalecer ainda mais seu apelo global e servir aos interesses chineses.

A mais recente Conferência Central de Trabalho Econômico, em Pequim, afirmou que a China apoia as grandes empresas de tecnologia para que mostrem plenamente sua capacidade de impulsionar o crescimento econômico, a criação de empregos e a competição internacional. Transformar a iniciativa global em lei fortaleceria, de forma concreta e a baixo custo, as empresas de internet, assim como a Huawei, a fabricante de drones DJI, a gigante de testes genéticos BGI e até as montadoras.

Como os dados estão presentes em toda a tecnologia e em todos os produtos chineses, uma legislação que dissipe possíveis preocupações será bem recebida no mundo inteiro. O pragmatismo de ambos os lados em relação ao TikTok também poderia servir de ponto de partida para reconstruir a confiança e sinalizar que eles conseguem lidar com questões complexas.

Por fim, não é Pequim que tem a chave para responder às preocupações mais amplas dos Estados Unidos com a privacidade on-line, como conteúdos questionáveis, algoritmos viciantes e o impacto sobre a saúde mental dos adolescentes. Esses problemas não são exclusivos do TikTok.

PARTE III

GLOBALIZAÇÃO E ECONOMIA

Ajustando o motor engasgado do crescimento global

A globalização e o crescimento econômico tornaram o mundo mais estável e mais próspero do que em qualquer outro momento da história humana. No entanto, uma série de fatores fez o motor do crescimento global desacelerar e começar a dar sinais de desgaste. É hora de examinar, como comunidade global, como consertar e ajustar esse motor para que possamos entrar numa nova era de prosperidade e estabilidade duradouras para todas as nações.

10
A GLOBALIZAÇÃO COMO MOTOR DA PROSPERIDADE

Os mecanismos e as forças motrizes por trás dos acontecimentos geopolíticos andam de mãos dadas com as mudanças que estamos vendo na globalização. A percepção de que a ascensão do Sul Global, ou da China como ator individual no plano geopolítico, representa uma ameaça é em parte o que levou boa parte do mundo desenvolvido a recuar da globalização tradicional e a adotar políticas de *reshoring*, *friend-shoring* e diversificação ou, nos casos mais graves, de precaucionismo, protecionismo ou mesmo sanções declaradas.

Esses acontecimentos podem causar danos irreparáveis ao sistema de globalização que gerou a prosperidade de que o mundo desfruta desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Seja na forma do Plano Marshall, instituído pelos Estados Unidos para reconstruir as nações devastadas pela guerra nos anos 1950, da criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que mais tarde deu origem à Organização Mundial do Comércio e lançou as bases da ascensão meteórica da China, ou de inovações recentes como a própria Iniciativa Cinturão e Rota da China, a globalização tem tido um saldo positivo para o mundo.

Ao entrarmos numa nova era, a globalização não é algo de que devamos recuar, mas algo que devemos continuar a abraçar, ainda que numa forma nova e mais equitativa. A globalização pode continuar a ser um motor de prosperidade não só para os países em desenvolvimento, que se beneficiaram e continuam a se beneficiar de mercados abertos e de políticas comerciais liberais, como também pode trazer novas oportunidades para as economias desenvolvidas.

Neste capítulo, o primeiro da terceira parte deste livro, vamos explorar brevemente a realidade atual desta fase da globalização, o potencial que ela conserva e o impacto positivo que pode ter, além de alguns passos práticos que podemos dar daqui para a frente.

O primeiro artigo deste capítulo, "A globalização não morreu, só deixou de ser americana", dá o tom de toda a seção. Longe de proclamar a queda dos Estados Unidos, o foco está em mostrar que eles já não são o único motor da globalização e da prosperidade global. Do comércio às finanças, da cultura às marcas comerciais, um número crescente de novos nomes e de novos países disputa agora espaço com as marcas que antes dominavam o mundo.

O artigo seguinte trata de como as economias e o comércio internacional podem continuar a contribuir positivamente para um mundo estável e pacífico. Em "O papel positivo do comércio na paz, na estabilidade e na prosperidade mundiais", examinamos como, num mundo que parece mergulhar em conflitos e rivalidades, o comércio pode continuar a ter um papel positivo no alívio das tensões que afligem tantas regiões do planeta.

O último artigo deste capítulo propõe alguns passos práticos para salvar o comércio global e orientá-lo numa nova direção, que preserve o impulso atual da globalização e suas contribuições positivas para a estabilidade e a paz. Intitulado "Para salvar o comércio global, comece pequeno", ele sugere começar pelas questões de propriedade intelectual e pelo processo de reativação do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, para que essa instituição central do comércio global possa voltar a cumprir o papel para o qual foi criada.

A globalização não morreu, só deixou de ser americana[1]

Os laços comerciais, de investimento e tecnológicos entre as nações estão crescendo e passam menos do que nunca por Hollywood, pelo Vale do Silício e por Washington, mas a ascensão e a exportação de soft power na forma de marcas e cultura vindas de outros cantos do mundo mostram que eles continuam prosperando.

Primeiro, foi a crise financeira. Depois, o Brexit e a eleição do ex-presidente americano Donald Trump. Em seguida, vieram uma guerra comercial e uma

[1] Publicado originalmente em 7 de maio de 2022 pela Bloomberg e revisto para esta coletânea.

pandemia. A guerra na Ucrânia é apenas o acontecimento mais recente a desencadear uma onda de afirmações de que a globalização morreu.

Desde o início da invasão russa, todo mundo, de colunistas de jornal a nomes ilustres de Wall Street como o presidente do conselho da BlackRock Inc., Laurence Fink, e o cofundador do Oaktree Capital Group, Howard Marks, concluiu que a era da expansão do comércio e dos laços financeiros globais chegou ao fim. No entanto, essas afirmações não correspondem à realidade empírica que muitos de nós vemos, sobretudo na Ásia.

Pelo contrário, nosso mundo parece estar cada vez mais interconectado. No ano passado, o comércio global atingiu o recorde de US$ 28,5 trilhões, alta de 25% em relação ao ano anterior e 13% acima do nível de 2019, antes da chegada da pandemia. Apesar de toda a conversa sobre desacoplamento, o comércio EUA-China cresceu mais de 20% no ano passado, para US$ 687,2 bilhões. Mesmo com a guerra na Ucrânia, a previsão é de que o comércio global cresça em 2022, ainda que num ritmo mais lento.

O investimento transfronteiriço também superou os níveis pré-pandemia no ano passado, chegando a US$ 1,65 trilhão. A China, em particular, está mais integrada à economia global do que nunca. Em 2021, a entrada de investimento estrangeiro direto no país cresceu um terço, para o recorde histórico de US$ 334 bilhões. No primeiro trimestre deste ano, cresceu mais de 25% na comparação anual.

As viagens têm demorado mais a se recuperar, e o comércio internacional como proporção do PIB global caiu desde seu pico, em 2008. Ainda assim, a globalização está em constante evolução e avança com força nas dimensões não físicas.

O tráfego mensal global de dados disparou durante a pandemia, e a previsão é de que chegue a 780 exabytes até 2026, mais que o triplo de 2020. Meio milhão de novas pessoas se conectam à internet todos os dias.

Estamos mais imersos do que nunca numa esfera global de imagens e ideias. Bilhões de pessoas acompanham o desenrolar do que a revista *The New Yorker* chamou de "a primeira guerra do TikTok" por meio de imagens de satélite e de transmissões ao vivo de civis e soldados. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, soube aproveitar as tecnologias da globalização digital, cativando o

mundo com vídeos em formato de selfie e discursando para vários parlamentos nacionais pelo Zoom, algo que seria difícil de imaginar antes da pandemia.

Por que, então, tantos especialistas ainda acham que a globalização está morrendo? Em parte, eles parecem presos a um conjunto específico de ideias neoliberais sobre a globalização, centradas nos Estados Unidos, que prevaleceram depois da Guerra Fria.

Uma crença central é o que o colunista do *The New York Times* David Brooks chama de "globalização de convergência" — a ideia de que, à medida que se globalizassem e se desenvolvessem, os países ficariam "mais parecidos conosco, no Ocidente".

Na realidade, como relatam os pesquisadores Heather Berry, Mauro F. Guillén e Arun S. Hendi num estudo citado por Brooks, "ao longo do último meio século, os Estados nacionais do sistema global não se tornaram significativamente mais próximos (ou mais semelhantes) uns dos outros em várias dimensões". A globalização não levou à americanização.

Pelo contrário, a globalização está se tornando menos americana e mais, digamos, global.

Se antes de 2000 os Estados Unidos estavam no comando do comércio global, hoje dois terços dos países comerciam mais com a China. Desde que Trump deu as costas ao acordo de livre-comércio da Parceria Transpacífica e à Organização Mundial do Comércio, o centro da liberalização comercial multilateral se deslocou para a Ásia.

Nas finanças globais, embora o dólar ainda reine soberano, sua participação nas reservas cambiais mundiais caiu de 70% em 2000 para 59% em 2020. As sanções estão acelerando os esforços da Rússia e de outros países para desenvolver alternativas ao dólar americano e ao sistema de mensagens interbancárias SWIFT.

Na esfera cultural, a cultura pop americana enfrenta uma concorrência crescente de alternativas como Bollywood, o K-pop e as novelas turcas. No ano passado, o grupo musical que mais vendeu (BTS) e a série mais popular da Netflix (*Round 6*) eram sul-coreanos, enquanto o aplicativo mais baixado do mundo (TikTok) e a maior varejista de moda (Shein) eram chineses. Assim,

embora os fluxos globais continuem a crescer, eles passam relativamente menos por Washington, Wall Street e Hollywood.

A guerra na Ucrânia também despedaçou uma segunda premissa neoliberal sobre a globalização: a crença de que a liberalização dos mercados desencadearia um círculo virtuoso de paz, prosperidade e abertura, entrelaçando os interesses econômicos dos Estados até tornar impensável um conflito entre eles.

Essa ideia não está totalmente errada. Mas não reconhece que a conectividade é uma faca de dois gumes e que as pessoas se importam com outras coisas além de dinheiro.

Como escreve Mark Leonard em *The Age of Unpeace*, está cada vez mais claro que as conexões que entrelaçaram o mundo — do comércio à migração, às finanças globais e à internet — também podem ser usadas como armas e se tornar fonte de conflito.

No mundo todo, os governos estão prestando mais atenção à maneira como a globalização pode ameaçar a segurança nacional, os interesses dos cidadãos e o meio ambiente. Para mitigar esses riscos e tornar a globalização mais aceitável, muitos estão trocando as políticas de laissez-faire ao estilo de Washington por uma abordagem mais intervencionista, de "globalização administrada".

A União Europeia é pioneira nesse aspecto, ao adotar novas regras para os fluxos transfronteiriços, como seu Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e o futuro imposto de ajuste de carbono na fronteira. O modelo de "dupla circulação" da China pode ser visto como uma forma de globalização administrada que procura aproveitar seus benefícios reduzindo, ao mesmo tempo, a exposição à incerteza externa. Até os Estados Unidos defendem medidas mais proativas para administrar os fluxos transnacionais, como um imposto mínimo global sobre as multinacionais.

Isso anuncia uma abordagem mais comedida da globalização, que leva em conta a resiliência de longo prazo e as realidades políticas, e não um recuo generalizado para a autarcia. Entramos numa fase de integração global movida por novas forças, que será mais diversa e mais administrada do que a anterior. E isso não precisa ser ruim.

O papel positivo do comércio na paz, na estabilidade e na prosperidade mundiais[2]

Enquanto o mundo parece caminhar para um futuro mais militarista e conflituoso, é importante enfatizar o impacto positivo que o comércio pode ter sobre a estabilidade e a paz.

No momento em que escrevo este artigo, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia já dura mais de um mês. Segundo as Nações Unidas, até 30 de março a guerra havia levado mais de 4 milhões de refugiados ucranianos a fugir de sua terra natal e, até 1º de abril, sabia-se que pelo menos 1.276 civis ucranianos tinham morrido e 1.981 tinham ficado feridos. A Europa enfrenta seu maior afluxo de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Não foram afetados apenas os recursos energéticos e as atividades comerciais globais; também foram postos em xeque a segurança europeia e o sistema internacional formado depois da Segunda Guerra Mundial. Em certo momento, a Rússia chegou a indicar que poderia usar armas nucleares se sua sobrevivência fosse ameaçada.

A pandemia de covid-19, ainda em curso, somada à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, colocou a humanidade diante de um novo momento de Bretton Woods. Precisamos refletir sobre como a humanidade manteve a paz nos últimos 77 anos e por que voltou a chegar à beira de uma guerra mundial.

A Conferência de Bretton Woods, realizada em julho de 1944, criou instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (antecessor do Banco Mundial) para administrar o sistema monetário internacional, o que impulsionou a construção de um novo sistema monetário internacional no pós-guerra. Durante décadas, o panorama econômico global que se desenvolveu com base no sistema de Bretton Woods, incluindo o Acordo Geral de Tarifas e Comércio e hoje a Organização Mundial do Comércio, contribuiu para um círculo virtuoso de abertura, comércio, prosperidade e estabilidade. O comércio global tornou-se o maior estabilizador da paz mundial desde a Segunda Guerra Mundial.

No fim da Segunda Guerra Mundial, o comércio representava apenas 5% do PIB global. O investimento estrangeiro direto global multiplicou-se por oito de

[2]Publicado originalmente em 3 de abril de 2022 pela CGTN e revisto para esta coletânea.

1950 a 1970. No fim do século passado, o total das importações e exportações globais correspondia a 50% do PIB global. Em 1950, as importações e exportações globais somaram US$ 61 bilhões, enquanto o comércio global total atingiu o recorde de US$ 28,5 trilhões em 2021, um aumento de nada menos que 466 vezes.

Nos últimos anos, porém, o papel das alianças militares internacionais aumentou à medida que o panorama do poder internacional evoluiu. A OTAN, por exemplo, expandiu-se para o leste cinco vezes, enquanto os Estados Unidos provavelmente querem criar uma versão menor da OTAN na Ásia por meio de alianças militares multilaterais com o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e a Índia. Isso sem contar o pacto de segurança "AUKUS", já estabelecido pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido e pela Austrália. A eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia mostra o perigo crescente de confrontos entre alianças militares, que podem provocar uma nova corrida armamentista em razão do isolamento e da desconfiança, levando a conflitos acidentais ou regionais que ameaçam a segurança e a estabilidade. O mundo precisa continuar a promover a prosperidade e o desenvolvimento alcançados por meio de instituições como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o AIIB e outras.

A globalização econômica continua sendo uma grande tendência do desenvolvimento mundial. No futuro, evitar novas guerras regionais e mundiais significa apostar em alianças econômicas, e não em alianças militares. A cooperação econômica e as alianças regionais, como manifestação da globalização econômica, estão mais alinhadas com os interesses e as necessidades do desenvolvimento global e são mais sustentáveis no longo prazo. Essas alianças criam mercados interligados maiores, que complementam as vantagens regionais, trazem benefícios mútuos, reforçam a prosperidade e o desenvolvimento regionais e estimulam o intercâmbio e a cooperação amistosos.

Nos últimos anos, a China adotou uma atitude ainda mais aberta em relação ao mundo, ampliando o círculo de seu comércio e alcançando um desenvolvimento rápido. Parte disso foram a Iniciativa Cinturão e Rota, liderada pela China, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Fórum de Cooperação China-África. A China também aderiu ao Acordo de Parceria

Econômica Regional Abrangente, assinou o Acordo de Investimentos China-Europa e pediu adesão ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica e ao Acordo de Parceria para a Economia Digital. A China é hoje o maior parceiro comercial de mais de 130 países. Ao aprofundar a cooperação econômica e comercial internacional e se alinhar às regras internacionais, a China liberou mais potencial, cooperou com outros países em benefício mútuo e ligou suas próprias perspectivas às de outros países do mundo, o que conseguiu gerar boa vontade e confiança.

Há muito espaço para a cooperação entre a China e os Estados Unidos. Dado o grande papel que os Estados Unidos e a Europa assumiram na guerra entre a Rússia e a Ucrânia, destaca-se o potencial papel da China como mediadora neutra. O presidente chinês, Xi Jinping, manifestou disposição de prestar mais assistência humanitária e pediu a todas as partes que trabalhem juntas para apoiar o diálogo e as negociações entre a Rússia e a Ucrânia. Nesse sentido, a China poderia procurar formar, no âmbito da ONU, um mecanismo de negociação multipartite que incluísse os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a Ucrânia e a UE, e facilitar um cessar-fogo entre os dois lados. Isso acabaria por devolver a estabilidade à Europa e reduziria o risco de uma volta da instabilidade depois do cessar-fogo.

Outras áreas globais em que há espaço para cooperação são a infraestrutura, o clima e a neutralidade de carbono. A China e os Estados Unidos deveriam trabalhar com países de todo o mundo para reforçar a articulação dos projetos de desenvolvimento e aprofundar a interligação dos interesses econômicos. Essas partes deveriam trabalhar juntas para promover iniciativas de infraestrutura como a BRI, a Build Back Better World e o Global Gateway da UE, reforçar a cooperação em mercados terceiros e cooperar no desenvolvimento da infraestrutura, especialmente nos países em desenvolvimento. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura deveria considerar tomar a dianteira e trabalhar com o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimento, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para formar uma aliança global

de bancos de investimento em infraestrutura voltada para a infraestrutura e a mudança climática.

Na região do Indo-Pacífico, os Estados Unidos trabalham para criar uma aliança de quatro países formada por Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália — o Quad —, que, como a Índia ressaltou, se destina a reforçar a cooperação econômica. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se fortalecem o comércio e a cooperação entre a China e a Índia, também é possível que a China e os Estados Unidos façam o mesmo na região da Ásia-Pacífico. Nas condições certas, poderia haver um mecanismo econômico, incluindo a China, por meio do qual todas as partes cooperassem no desenvolvimento econômico e no comércio regionais, ampliando o espaço de cooperação e reforçando o entendimento e a confiança mútuos.

O mundo está cada vez mais instável, incerto e inseguro. Ao longo da história, as alianças e os confrontos militares trouxeram agitação e catástrofes humanitárias, enquanto a cooperação e as alianças econômicas comprovadamente trouxeram integração, desenvolvimento, confiança mútua e boa vontade. Diante da desconfiança crescente entre as grandes potências, talvez a China, os Estados Unidos e os países da Europa, da Ásia, da África e da América Latina devessem considerar a revisão das regras da governança econômica global, reforçando a cooperação econômica e comercial multilateral e desempenhando papéis mais positivos no comércio para garantir a paz, a estabilidade e a prosperidade.

Para salvar o comércio global, comece pequeno[3]

Enquanto buscamos maneiras de estender os benefícios da globalização, uma opção prática é estimular a participação do maior número possível de partes para combater os danos do reshoring *e do precaucionismo.*

A economia global está sendo abalada pela guerra, pelas sanções e pela disparada dos preços das commodities — sem falar na pressão contínua da pandemia, das tensões geopolíticas e da mudança climática. Esses riscos, que se somam uns aos outros, representam um sério desafio para o sistema de comércio aberto que a Organização Mundial do Comércio foi criada para sustentar. Mas também

[3]Publicado originalmente em 13 de junho de 2022 pela Bloomberg e revisto para esta coletânea.

oferecem a essa organização acossada, que realiza sua primeira conferência ministerial desde 2017, a chance de provar que continua relevante.

A OMC tradicionalmente se concentrou em combater o protecionismo — medidas destinadas a blindar os produtores contra a concorrência internacional. Agora, porém, as maiores ameaças ao livre-comércio vêm de políticas que pretendem salvaguardar a segurança nacional e proteger os cidadãos de riscos, como os relacionados à saúde, ao meio ambiente ou aos espaços digitais.

O ex-diretor-geral da OMC Pascal Lamy chamou de "precaucionismo" esse uso crescente de controles de exportação, leis de cibersegurança, listas negras de investimentos, incentivos ao *reshoring* e afins. Ele vem crescendo desde o início da pandemia, quando muitos países passaram a restringir as exportações de suprimentos médicos e de outros itens essenciais. A covid-19 também despertou preocupações com a vulnerabilidade das cadeias de suprimentos, sobretudo as que dependem de rivais geopolíticos.

Tanto os Estados Unidos quanto a China, as duas maiores nações comerciais do mundo, recorreram ao precaucionismo. Os Estados Unidos seguem ativamente uma política de *friend-shoring* — transferir os fluxos comerciais de países potencialmente hostis para outros mais amistosos. A estratégia de "dupla circulação" da China visa em parte reduzir a dependência de importações, sobretudo de tecnologia, e o governo chinês há muito impõe limites aos fluxos de dados que entram no país e saem dele.

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, o movimento em direção ao *friend-shoring* ganhou força. Ao mesmo tempo, a escassez de alimentos e a disparada dos preços desencadearam outra rodada de medidas de precaução: desde o início da guerra, 63 países impuseram mais de 100 restrições à exportação de fertilizantes e alimentos.

Embora o impulso por trás dessas políticas seja compreensível, a tendência pode causar grandes danos se não for contida. Ela vai aumentar a inflação e deprimir o crescimento global, sobretudo se implicar a custosa transferência de cadeias de suprimentos para longe de produtores eficientes como a China. Um estudo recente da OMC estimou que o desacoplamento da economia global em blocos "ocidental" e "oriental" eliminaria quase 5% da produção, o equivalente a US$ 4 trilhões.

Como aponta um estudo recente do Fundo Monetário Internacional, a maneira de tornar as cadeias globais de valor mais resilientes é diversificá-las, e não desmontá-las. Dar as costas ao comércio aberto só deixará os Estados mais vulneráveis a choques econômicos como guerras, doenças ou quebras de safra.

A OMC é o veículo óbvio para articular uma ação coletiva sobre essas questões. No entanto, como outras instituições globais, ela foi enfraquecida por anos de impasse. Na reunião desta semana, os países deveriam começar a criar um impulso positivo com alguns avanços pequenos, mas simbolicamente significativos, para mostrar que a OMC ainda é capaz de mobilizar uma ação conjunta.

Diante das ameaças atuais à segurança alimentar, os membros deveriam, no mínimo, concordar em não restringir as exportações de alimentos comprados para o Programa Mundial de Alimentos. Um passo adiante seria uma declaração conjunta que exortasse os membros a manter aberto o comércio de alimentos e produtos agrícolas e a evitar restrições injustificadas às exportações. Também deveria haver uma coordenação mais estreita para dar fluidez às cadeias de suprimentos e desobstruir os canais logísticos.

Outra conquista ao alcance da mão é finalmente garantir a suspensão dos direitos de propriedade intelectual sobre produtos relacionados à covid-19. Essa proposta ficou parada por mais de 18 meses, mas foi agora reformulada para atender às preocupações dos Estados Unidos e da União Europeia. Assiná-la ajudaria em alguma medida a ampliar o acesso global às vacinas, que ainda fazem muita falta em várias partes do mundo.

Para além desta semana, o secretariado e os membros da OMC precisam elaborar um programa de trabalho para reformar a organização. Isso deveria incluir a criação de um marco que garanta que, se os Estados adotarem medidas de precaução, o façam de maneira transparente e baseada em regras, sem resvalar para formas mais nocivas de protecionismo.

Reativar o inoperante mecanismo de solução de controvérsias da OMC é uma prioridade evidente. Vinte e cinco membros concordaram com um arranjo provisório que funcionaria de modo semelhante. Mais membros deveriam aderir a esse acordo, de preferência incluindo os Estados Unidos, e começar a negociar o pleno restabelecimento de um mecanismo vinculante. Deveriam também fixar

critérios claros para exceções que contemplem medidas de precaução legítimas relacionadas à segurança nacional, à saúde e a questões ambientais.

Ninguém deve esperar grandes avanços em Genebra. Mas acordos práticos sobre prioridades imediatas, como a segurança alimentar e as vacinas, ajudariam pelo menos a reafirmar a relevância da OMC e a mostrar que os parceiros comerciais do mundo não vão simplesmente desistir do multilateralismo. Neste momento perigoso, até pequenas vitórias são bem-vindas.

11
A CHINA COMO MOTOR DO CRESCIMENTO GLOBAL

A China tem sido uma das maiores beneficiárias da globalização. Graças a uma combinação de reformas administrativas e de políticas públicas — entre as quais se destaca o conceito abrangente de reforma e abertura, que perdura até hoje — e à integração gradual à economia global e à rede mundial de comércio, a economia chinesa cresceu em média mais de 9% ao ano, e o país tirou quase 800 milhões de pessoas da pobreza.

Mas, se a economia interna da China sem dúvida se beneficiou enormemente de sua reintegração ao sistema econômico mundial, essa reintegração também possibilitou um aumento da prosperidade geral em escala global: do fornecimento de produtos de consumo baratos aos países desenvolvidos, que aos poucos deixaram a manufatura para trás e se tornaram economias de serviços, à contribuição para o desenvolvimento da infraestrutura e para o aumento do comércio nos países em desenvolvimento do chamado Sul Global.

Há mais de 40 anos a China é uma grande fonte de crescimento global e deixou uma marca indelével no mundo, não só na economia, mas cada vez mais também na política e na cultura. É mais do que provável que isso continue no futuro previsível, mas o aumento das tensões geopolíticas globais, as mudanças na política econômica e a diversificação das cadeias de suprimentos, assim como os deslocamentos de poder do Ocidente para o Oriente e do Norte para o Sul, vão influenciar como e em quais áreas a China impulsiona o crescimento global.

As relações cada vez mais tensas entre a China e os Estados Unidos agravaram esse quadro, à medida que as duas maiores economias do mundo, com frequência cada vez maior rivais políticas, defendem cada uma a sua visão de futuro global. A posição da China foi e continua sendo a do benefício mútuo e do engajamento com todas as partes, na confiança de que sua economia seguirá forte e continuará a contribuir para o crescimento global.

Neste capítulo, examinaremos formas concretas pelas quais a China contribui hoje para o crescimento global e como pretende continuar contribuindo para o desenvolvimento econômico e comercial em todo o mundo, desenvolvido e em desenvolvimento.

O primeiro artigo deste capítulo, intitulado "Ao contrário dos Estados Unidos, a China não está tentando barrar o futuro", traça um forte contraste entre a aceitação e a promoção, pela China, dos veículos elétricos, da energia limpa, da IA e de outras tecnologias emergentes e a postura dos Estados Unidos, que parecem dar-lhes as costas como parte de sua política geral. O artigo seguinte, "A resiliência da China e seu compromisso com a globalização", examina, sob a ótica da formulação de políticas, como as mais recentes Duas Sessões da China — as reuniões simultâneas das assembleias legislativas do país, a Assembleia Popular Nacional e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês — mantiveram uma política coerente de globalização e desenvolvimento econômico, comparando as reuniões de 2025 com as de 2023: ambas enfatizaram o empenho da China em continuar sendo uma fonte de crescimento tanto para as empresas globais que fazem negócios no país quanto para o comércio global como um todo.

O terceiro artigo, intitulado "Os críticos não enxergam o quadro geral da transição econômica da China", ressalta que a economia chinesa já não é um monólito de manufatura básica e está hoje na vanguarda da transição para a infraestrutura verde, a conectividade digital e a pesquisa de nível mundial, que terão impacto considerável sobre o desenvolvimento global futuro. Na mesma linha, o artigo seguinte, intitulado "A economia chinesa está pronta para seguir crescendo com alta qualidade em 2025", reafirma que a China continua sendo uma fonte de crescimento global e cita os números mais recentes do crescimento e as melhorias no cotidiano dos cidadãos chineses que apontam para a conti-

nuidade do desenvolvimento robusto do país. Essa tendência se verifica desde o início da recuperação econômica global após a covid-19, quando a China se empenhou em se apresentar como um motor de crescimento forte e confiável.

O motor de crescimento da China é movido, em grande parte, por suas empresas inovadoras e dinâmicas, que continuam entusiasmadas com a expansão internacional, seja pelo comércio, seja até pelo investimento direto numa ampla gama de economias do mundo. O quinto artigo deste capítulo, "As empresas chinesas podem liderar uma nova onda de globalização", mostra como essas empresas serão parte integrante do desenvolvimento econômico global na "Globalização 3.0", uma nova fase de desenvolvimento mais multilateral, cada vez mais influenciada pelo Sul Global, do qual a China é o membro mais proeminente.

Parte desse motor é o forte setor de tecnologia da China, que lidera em várias áreas apesar de certas dificuldades decorrentes do protecionismo e das tarifas recentes. O artigo seguinte deste capítulo, intitulado "As gigantes chinesas de tecnologia retomam o fôlego em meio à recuperação econômica e às tensões com os EUA", detalha como empresas chinesas de tecnologia como o Baidu e a Tencent, e até plataformas de comércio eletrônico como a Shein e a Temu, estão superando múltiplos desafios para se recuperar e se expandir no exterior.

O sétimo artigo deste capítulo, intitulado "A China continuará sendo um grande motor de crescimento este ano", mostra como a China se concentra em manter o crescimento geral e em fixar metas confiáveis, o que, por sua vez, continuará a fazer do país um destino atraente para o investimento estrangeiro. Dando sequência a esse tema, o artigo seguinte deste capítulo destaca a visão da China sobre a globalização num sentido mais amplo. Intitulado "A China injeta novo impulso na globalização multipolar", enfatiza que a China já não vê a globalização como um conceito liderado pelo Ocidente e que ela deve ser mais inclusiva, tanto do ponto de vista geográfico quanto do dos sistemas econômicos, e observa que o modelo econômico misto da China, que inclui seu setor estatal, esteve no centro de seu crescimento e oferece uma alternativa às teorias clássicas do desenvolvimento. Durante boa parte de sua história econômica recente, o desenvolvimento da China esteve inextricavelmente entrelaçado com o investimento estrangeiro e com as empresas multinacionais e transfronteiriças.

O nono artigo deste capítulo, "A China está dando um forte impulso à atração de investimento estrangeiro", volta a sublinhar a ênfase que a China dá à criação de um bom ambiente para o investimento estrangeiro, ampliando o leque de setores abertos ao investimento e promovendo programas criados especificamente para o investimento estrangeiro.

Indo além das fronteiras da China, o artigo seguinte deste capítulo trata de "Como a China está ajudando as economias do Oriente Médio a se afastar do petróleo do Golfo". A China está trabalhando com os países do Oriente Médio — vistos há muito tempo como excessivamente dependentes da receita da produção de petróleo e carentes de diversificação econômica — para desenvolver outros setores, entre eles infraestrutura, alta tecnologia e tecnologias verdes. Isso não só os ajuda a se afastar de uma fonte de receita baseada no petróleo, como também cria um leque mais amplo de oportunidades de investimento estrangeiro e de cooperação no Oriente Médio. No entanto, embora este artigo se concentre no Oriente Médio, ele também é representativo dos esforços da China para apoiar a globalização em todo o mundo e para encontrar soluções para os desafios que ela enfrenta num futuro incerto.

Como já mencionado, uma parte fundamental do sucesso da China, que contribuiu muito para o crescimento global como um todo, é seu sistema singular de planejamento e seu modelo de cima para baixo, eficiente e eficaz. Ao conduzir o país, o Partido Comunista dá o tom do desenvolvimento, oferecendo orientação e direção a empresas e administradores. É também um barômetro fundamental para que o mundo avalie o rumo do desenvolvimento chinês e as diretrizes de suas políticas. O artigo seguinte deste capítulo, "O Congresso Nacional do PCCh abraça o desenvolvimento e a prosperidade", faz um balanço das conquistas das décadas anteriores e das prioridades para o futuro, com ênfase considerável na atração de talentos internacionais e no estímulo à inovação.

O último artigo deste capítulo, "Por que a China continua sendo um motor sólido de crescimento e um porto seguro para as multinacionais em meio à maré crescente do sentimento antiglobalização", destaca como a China se manteve comprometida com a globalização e com a oferta de um ambiente estável e seguro tanto para as multinacionais que já estão no país quanto para as que pretendem ampliar ou iniciar investimentos aqui no futuro.

Já transformada numa grande base de produção para muitas das principais empresas de tecnologia do mundo, a China continua a avançar no setor, e as empresas chinesas de tecnologia também se tornam concorrentes no cenário global. Na esteira da covid-19, elas estiveram entre as primeiras empresas da China a mostrar uma forte recuperação, apesar dos desafios globais.

Ao contrário dos Estados Unidos, a China não está tentando barrar o futuro[1]

A transição verde deve definir o século XXI. Em vez de resistir à mudança, a China está escolhendo moldá-la por meio da difusão de tecnologias como os veículos elétricos, a energia solar e a eólica, as baterias e a inteligência artificial.

Em seu artigo de opinião no *New York Times*, os economistas David Autor e Gordon Hanson — cujo trabalho definiu pela primeira vez o "choque chinês" — alertam para uma nova onda de ruptura, que eles chamam de "choque chinês 2.0", desta vez impulsionada não por têxteis ou brinquedos, mas por veículos elétricos, energia limpa, inteligência artificial e biotecnologia. O temor é que a China já não esteja apenas recuperando o atraso, mas prestes a assumir a dianteira em setores que antes definiam a liderança ocidental.

Mas a expressão "choque chinês 2.0" praticamente convida a interpretações equivocadas. Os dois autores sabem bem disso: posicionam-se contra o protecionismo reflexo que esse enquadramento inspira e propõem, em vez dele, um ideal voltado para o futuro, de investimentos e subsídios criteriosos.

É preciso ressaltar que as mudanças de hoje não são uma repetição das rupturas do passado. Não se trata de fábricas fechadas nem de empregos perdidos, e sim da construção de sistemas e setores inteiramente novos. A China não está aqui como fator de desestabilização, mas como construtora.

A mudança atual, o choque chinês 2.0, seria mais bem chamada de choque do futuro. E ela é liderada por indústrias de alta tecnologia e intensivas em capital: veículos elétricos, energia solar, turbinas eólicas, baterias, redes inteligentes e inteligência artificial. Esses setores não são movidos por salários baixos, mas pela escala, pela integração das cadeias de suprimentos e por um impulso inces-

[1] Publicado originalmente em 13 de agosto de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

sante de inovação, conduzido por uma série de instituições de ponta em nível mundial que parecem só se fortalecer graças ao abandono dos subsídios estatais em favor de uma ênfase maior na disciplina de mercado e na inovação movida pela pesquisa.

Se o século XIX pertenceu ao vapor e ao Reino Unido, e o século XX ao silício e aos Estados Unidos, o século XXI pertencerá a quem liderar a transição verde. É exatamente o que a China está fazendo. Os benefícios já se fazem sentir no mundo inteiro. Só em 2023, a China instalou mais capacidade solar do que todo o resto do mundo somado: 1,6 vez mais. Instalou quase o dobro da capacidade eólica do resto do mundo e está derrubando os custos da energia limpa em todo o planeta.

O custo dos painéis solares caiu de 24 centavos de dólar por watt de capacidade em 2023 para apenas 11 centavos em 2024. Mais do que apoiar a transição verde, a China a está bancando.

Mais do que indústrias antigas sendo deslocadas, o que se vê são indústrias novas sendo criadas, e os benefícios globais já estão à vista. Nos países em desenvolvimento, as instalações de energia limpa estão chegando a lugares aonde as redes tradicionais nunca chegaram. Em partes da África, do Sudeste Asiático e da América Latina, microrredes solares, sistemas de baterias e a mobilidade elétrica estão queimando etapas e dispensando os sistemas tradicionais. São implantações inéditas, que levam infraestrutura moderna a comunidades havia muito deixadas à margem.

No entanto, é justamente essa capacidade — essa velocidade, essa eficiência e esse alcance — que provoca irritação. A tentação é responder com tarifas e protecionismo. Mas a lição da história, inclusive do próprio trabalho de Autor e Hanson, é que essas estratégias muitas vezes fracassam.

Nos anos 1970 e 1980, a indústria automobilística americana enfrentou a concorrência do Japão. Tarifas e restrições às exportações trouxeram alívio temporário, mas não conseguiram mascarar fragilidades estruturais mais profundas. Hoje, montadoras de controle estrangeiro dominam a maior parte dos segmentos de veículos nos Estados Unidos, enquanto as empresas de capital nacional se recolheram às categorias de picapes e SUVs, protegidas por tarifas.

O caso da Harley-Davidson é ainda mais gritante: uma tarifa de 1983 sobre motocicletas pesadas importadas e a relutância em diversificar levaram a empresa a depender de um grupo restrito de motociclistas cada vez mais velhos. Hoje, ela enfrenta uma base de clientes em declínio e uma linha de produtos ultrapassada.

Em vez de resistir à mudança, o melhor é escolher moldá-la. Depois do Acordo de Plaza, de 1985, o Japão respondeu à pressão americana investindo diretamente em fábricas nos Estados Unidos. Hoje, a China segue um caminho semelhante, não para contornar e desestabilizar mercados, mas para participar deles. Uma estratégia "no mundo, para o mundo" instala a produção em países parceiros, transfere know-how e se alinha às metas locais de desenvolvimento, oferecendo empregos aos trabalhadores locais e receita aos governos locais.

A estratégia "*hai na bai chuan*" ("o mar acolhe todos os rios") da Changan Automobile, por exemplo, prevê a construção de 20 fábricas no exterior. A Xpeng lançou a produção local de veículos elétricos na Indonésia. A BYD começou a montar veículos elétricos no Brasil, numa fábrica que já pertenceu à Ford. A Huawei e a Chery se associaram para criar uma nova marca de veículos elétricos, com mais de 10 bilhões de yuans (US$ 1,4 bilhão) em capacidade integrada de pesquisa e desenvolvimento e de produção.

A China não está passando por cima das regras globais nem dos parceiros locais. Ao contrário, está investindo no crescimento compartilhado e na colaboração de longo prazo.

Na verdade, a China desempenha cada vez mais um papel estabilizador no sistema global enquanto outros recuam. À medida que os Estados Unidos se afastam do internacionalismo liberal e reduzem o apoio às instituições multilaterais e aos bens públicos, a China preenche lacunas cruciais. Do apoio a fóruns regionais como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da contribuição de cerca de 15,25% do orçamento das Nações Unidas à promessa de US$ 500 milhões ao longo de cinco anos para apoiar a Organização Mundial da Saúde, a China tem optado sistematicamente por continuar engajada.

A China implantou um regime de tarifa zero para produtos de 53 países em desenvolvimento. Sua política de entrada com isenção de vistos já abrange mais de 75 países. A China busca aderir ao Acordo Abrangente e Progressivo

para a Parceria Transpacífica, sucessor da Parceria Transpacífica (TPP), da qual os Estados Unidos se retiraram em 2017. Também participa da definição de padrões globais, entre eles marcos de governança da IA, colaborações em pesquisa e outros projetos ganha-ganha. Longe de recuar, está investindo num mundo que continua aberto, interligado e compartilhado.

O verdadeiro choque não é a ascensão da China. É a rapidez com que o futuro já está sendo montado. O único erro agora seria tentar barrá-lo, em vez de escolher fazer parte dele.

A resiliência da China e seu compromisso com a globalização[2]

Como mostraram as recentes Duas Sessões — as duas reuniões congressuais nacionais —, a China abraça o multilateralismo e a abertura e trabalha para conduzir o mundo rumo à cooperação.

Enquanto o mundo atravessa uma era de transformações sem precedentes, marcada pelas pressões tarifárias dos Estados Unidos e por uma série de incertezas geopolíticas e econômicas, a China se encontra numa conjuntura decisiva. As "Duas Sessões" oferecem uma plataforma oportuna para refletir sobre a trajetória econômica da China e seu compromisso inabalável com um nível mais alto de abertura.

Em 5 de março de 2025, o primeiro-ministro chinês, Li Qiang, apresentou o relatório de trabalho do governo, que fixa uma meta de crescimento econômico de cerca de 5% para 2025.

Apesar dos desafios externos, a economia chinesa continua robusta, resiliente e um motor vital do crescimento global. Aproveitando as vantagens de seu vasto mercado, sua destreza tecnológica e seu engajamento multilateral, a China continua a defender a globalização e a cooperação inclusiva, oferecendo estabilidade e oportunidades num mundo turbulento.

[2]Publicado originalmente em 6 de março de 2025 pelo *China Focus* e revisto para esta coletânea.

UMA ECONOMIA RESILIENTE NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

A resiliência econômica da China não é mero slogan: é uma realidade sustentada por pontos fortes tangíveis. Em 2024, apesar das crescentes pressões externas, a economia chinesa mostrou tenacidade e cumpriu sua meta de crescimento de 5%. Segundo o relatório de trabalho do governo, a tendência básica de desenvolvimento sólido da economia chinesa no longo prazo permanece inalterada. Isso decorre de um mercado interno de 1,4 bilhão de pessoas, de um sistema industrial completo e da ênfase na inovação e na infraestrutura.

A rede ferroviária de alta velocidade da China, com mais de 45.000 km e mais de 70% do total mundial, conecta cidades, estimula o consumo e sustenta o comércio regional. Sua infraestrutura de telecomunicações, com mais de 4,5 milhões de estações-base 5G, fortalece as indústrias e posiciona a China como líder tecnológica global. Essa vantagem tecnológica brilhou durante o Festival da Primavera de 2025, quando um robô humanoide apresentou a tradicional dança Yangge no palco da gala, despertando fascínio mundial pela inteligência artificial chinesa.

No plano comercial, a China continua sendo a maior parceira de mais de 140 países e responde por mais de 30% do crescimento global. Em 2024, as exportações cresceram em ritmo forte, impulsionadas pela demanda por bens manufaturados e tecnologias verdes. Vale destacar que o valor total do "novo trio" das exportações — veículos elétricos, baterias de íons de lítio e painéis solares — ultrapassou 1 trilhão de yuans em 2023; no fim de 2024, a China detinha 70,4% do mercado global de veículos de nova energia, 79,8% do de baterias de íons de lítio e 85% do de energia fotovoltaica, o que reforça seu domínio nas indústrias sustentáveis.

O turismo também se recuperou: o número de visitantes estrangeiros que entraram no país durante o Festival da Primavera de 2025 saltou 150% na comparação anual. Essa recuperação foi impulsionada pela simplificação dos trâmites de visto, inclusive com a isenção de vistos para dezenas de países asiáticos e europeus, e por campanhas promocionais dirigidas a mercados-chave como o Sudeste Asiático e a Europa.

A resiliência da China também se apoia em seu povo. Em 2024, mais de 13 milhões de universitários recém-formados entraram no mercado de trabalho,

alimentando a inovação em IA, energias renováveis e muito mais. Somado a uma base industrial que abrange toda a cadeia de valor, o capital humano e industrial da China não tem paralelo. Essa força se evidencia em sua participação de 79,8% no mercado global de baterias de íons de lítio e de 70,4% no de veículos de nova energia, que impulsiona a transição energética. Empresas como a BYD e a CATL são exemplo disso, com inovações que movem veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia no mundo todo.

ABERTURA DE ALTO NÍVEL: UMA ESCOLHA ESTRATÉGICA

Em vez de recuar, a China está abrindo ainda mais sua porta para o mundo. Nas Duas Sessões, a mensagem foi clara: "A China permanece firme em seu compromisso com a abertura, sejam quais forem as mudanças no ambiente externo", o que sinaliza ao mesmo tempo intenção e ação. O governo chinês reafirmou seus compromissos com o acesso ao mercado, a liberalização do comércio e a cooperação global, reconhecendo que o vasto mercado chinês oferece prosperidade mútua.

A isenção de vistos para mais de 40 países e as reduções tarifárias previstas em acordos comerciais estimulam os intercâmbios, enquanto a abertura total da indústria de transformação ao investimento estrangeiro marca uma virada histórica. A sinergia regional está se acelerando, com a dinâmica de "dupla circulação" entre a China continental e Hong Kong e Macau tomando forma naturalmente. Projetos transfronteiriços como a Grande Área da Baía, por exemplo, estimularam o investimento em tecnologia e logística, ampliando a vitalidade econômica regional.

Os empresários privados são peça-chave dessa estratégia, impulsionando a inovação e as exportações. O apoio do governo — incentivos fiscais, financiamento e simplificação de normas — libera seu potencial e reforça a resiliência. A internacionalização do renminbi (RMB) também ganhou força, posicionando-o como uma moeda global capaz de rivalizar com o dólar e ampliando a influência econômica da China. Esse movimento é sustentado pelo uso crescente do RMB nas transações do Cinturão e Rota, o que reduz a dependência do dólar na liquidação do comércio.

EM DEFESA DO MULTILATERALISMO E DA GLOBALIZAÇÃO

Em meio ao avanço do protecionismo, a China defende o multilateralismo e uma globalização inclusiva. As Duas Sessões destacam seu papel na ONU, na OMC e no G20 em favor de uma governança equitativa. A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), que conecta mais de 150 países, enfatiza o desenvolvimento verde e a conectividade digital. Estratégias centrais como as "novas forças produtivas" e a "dupla circulação" despontaram como expressões em voga, aproveitando a inovação e a sinergia entre o mercado interno e o global para enfrentar as pressões. Diante das tarifas americanas, a China aprofundou seus laços com a ASEAN, a UE e os mercados emergentes. O progresso ambiental, com 87,2% dos dias de 2024 registrando boa qualidade do ar, estabelece uma referência verde. O foco da BRI na sustentabilidade se alinha à liderança da China em energia fotovoltaica, setor em que o país detinha 85% do mercado global no fim de 2024, o que reforça seu papel na globalização verde.

As Duas Sessões traçam um caminho de resiliência, abertura e parceria. As "novas forças produtivas" e a "dupla circulação" injetam dinamismo, enquanto as políticas de abertura e a colaboração regional oferecem um modelo de parceria global. Apesar das tarifas e das tensões, a China constrói uma economia inclusiva com seu mercado, sua infraestrutura e seus talentos — não só para si mesma, mas para o mundo. A ascensão prevista do RMB como moeda global consolida ainda mais essa visão. Ao abraçar o multilateralismo e a abertura, a China se contrapõe à fragmentação e conduz o mundo rumo à cooperação.

Os críticos não enxergam o quadro geral da transição econômica da China[3]

Como segunda maior economia do mundo, a China é parte indissociável do desenvolvimento econômico global futuro. Sua transição em curso para a infraestrutura verde, a conectividade digital e a pesquisa de nível mundial deu à economia chinesa uma fonte de crescimento mais dinâmica.

À medida que a China passa do 14º para o 15º Plano Quinquenal, sua trajetória econômica volta a ser examinada com lupa. Os comentários vindos de fora

[3]Publicado originalmente em 26 de setembro de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

muitas vezes se concentram nos ventos contrários de curto prazo — o arrefecimento do mercado imobiliário e a correspondente desaceleração do crescimento —, mas esses desafios encobrem uma história mais importante.

Sob a superfície, a China tem uma espinha dorsal vibrante, fortalecida pelos efeitos sinérgicos da infraestrutura, do capital humano, da tecnologia e de um compromisso sem paralelo com a transição verde. Esses pontos fortes interligados formam uma base resiliente para o crescimento sustentável nos próximos anos.

Essa sinergia representa uma onda de desenvolvimento sustentável e de qualidade. A China está diante de um momento de grande mudança, ao cultivar uma economia mais equilibrada e diversificada.

Um aspecto dessa sinergia é a velocidade com que as ideias passam do laboratório ao mercado e ganham escala até se tornarem indústrias globais. A China já esteve atrás de outros países na ciência avançada. Hoje, é líder mundial em pesquisa científica. Em meados de 2024, a China produzia 33,8% dos artigos científicos mais citados do mundo.

Segundo dados do Australian Strategic Policy Institute, a China lidera hoje em 57 de 64 tecnologias-chave, como inteligência artificial, computação de alto desempenho, criptografia pós-quântica, materiais avançados e energia renovável.

Enquanto isso, a Academia Chinesa de Ciências é a instituição de pesquisa mais produtiva do mundo, com avanços que se irradiam para aplicações comerciais.

Talvez o exemplo mais claro disso esteja na tecnologia que sustenta a transição verde. Em 2023, a China instalou mais capacidade solar do que o resto do mundo somado e o dobro das instalações eólicas feitas no restante do planeta. O custo dos painéis solares caiu mais da metade entre 2023 e 2024, mudança impulsionada em grande parte pela escala da indústria chinesa.

Esses ganhos não se limitaram à matriz energética interna da China: estão levando energia limpa e acessível ao mundo inteiro. Em partes da África, por exemplo, microrredes solares e sistemas de armazenamento em baterias estão eletrificando comunidades que as redes tradicionais nunca alcançaram. Partes do Sudeste Asiático e da América Latina também estão acelerando suas transições verdes, graças em parte à tecnologia verde cada vez mais acessível vinda da China.

Além disso, a infraestrutura que sustenta a transformação da China é de nível mundial. Em 2024, o país contava com impressionantes 436 gigawatts de energia hidrelétrica, 521 gigawatts de eólica e 887 gigawatts de solar. A China tem também a rede elétrica de ultra-alta tensão situada na maior altitude do mundo, que permite transportar energia limpa a longas distâncias.

A espinha dorsal de dados da China é cada vez mais incomparável, com 4,5 milhões de estações-base 5G construídas, que conectam mais de um bilhão de pessoas. Já em 2023, as estações-base 5G da China representavam mais de 60% do total mundial, segundo o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação.

O país tem pelo menos 110 "cidades gigabit", onde as taxas de acesso à rede 5G chegaram a 80%. Enquanto isso, no âmbito do projeto "Dados do Leste, Computação do Oeste", a China planeja construir oito polos de computação e 10 aglomerados de centros de dados nas regiões ocidentais do país, para aproveitar a eletricidade mais barata de fontes renováveis.

Além disso, o forte mercado interno da China está fisicamente conectado por mais de 45.000 km de ferrovias de alta velocidade — mais do que o resto do mundo somado — e por pelo menos 177.000 km de vias expressas. Seu próspero mercado de aviação civil já é o segundo maior do mundo.

Com sete dos 10 maiores portos de contêineres do mundo, a China também está cada vez mais conectada ao mundo. Por sua rede de trens de carga ligada à Europa, 11 milhões de contêineres foram transportados nos últimos 13 anos.

Essas sinergias vão além das fronteiras da China, à medida que as empresas chinesas transferem cada vez mais sua produção para o exterior, das fábricas de veículos elétricos em construção no Brasil e na Indonésia a projetos de energia renovável na África e na Ásia Ocidental. Essa abordagem não só cria empregos e transfere tecnologia, como também garante que as cadeias globais de suprimentos continuem estáveis e diversificadas.

Os críticos apontam o mercado imobiliário fraco e a recuperação desigual da China após a covid-19 como sinais de fragilidade. Mas a economia chinesa depende muito menos de um único motor de crescimento do que antes. Embora o setor imobiliário ainda seja importante, é apenas uma parte de um sistema mais amplo. A elevada poupança das famílias representa outra fonte inexplorada de força interna, capaz de sustentar o consumo e o investimento por muitos anos.

Os efeitos multiplicadores são impressionantes. A espinha dorsal física e digital da China permite que os avanços da pesquisa passem rapidamente do conceito à produção em massa, reforçando o ciclo de retroalimentação entre ciência e indústria.

Pesquisas de ponta em química de baterias, por exemplo, podem impulsionar diretamente a liderança global da China em veículos elétricos. Os avanços em computação de alto desempenho e IA podem transbordar para aplicações em otimização logística e saúde. As descobertas em novos materiais remodelam a indústria, a aviação e os sistemas de energia renovável.

A mudança em curso é clara. A China está passando de uma economia movida pelo setor imobiliário e pelas exportações para uma economia impulsionada por talentos, inovação e crescimento verde. Essa transição não está isenta de desafios. Mas, das universidades e laboratórios à infraestrutura e à formação de talentos, a China está bem equipada para transformar obstáculos em oportunidades.

O século XXI pertence aos pioneiros da tecnologia verde. A infraestrutura, a capacidade de pesquisa e os talentos da China colocaram o país na vanguarda dessa transformação, que se constrói não só sobre novas indústrias, mas também sobre uma nova visão do futuro.

O caminho à frente exigirá reformas contínuas e capacidade de adaptação. Mas, com seu modelo sinérgico de crescimento sustentável, a China pode atravessar as incertezas da economia global enquanto molda a próxima fase de crescimento, dentro e fora do país.

A economia chinesa está pronta para seguir crescendo com alta qualidade em 2025[4]

Com políticas voltadas a apoiar o desenvolvimento de alta qualidade e o bem-estar da população, a China está pronta para alcançar crescimento e prosperidade contínuos no ano que começa.

Em 31 de dezembro de 2024, o presidente Xi Jinping dirigiu sua mensagem de Ano-Novo ao povo chinês, resumindo os avanços do país em 2024 e dando

[4]Publicado originalmente em 7 de janeiro de 2025 pelo *China Focus* e revisto para esta coletânea.

o tom para 2025. Ao tratar das conquistas econômicas de 2024, o presidente Xi destacou as medidas proativas adotadas para enfrentar os desafios internos e internacionais, ressaltando uma série de combinações de políticas voltadas a promover o desenvolvimento de alta qualidade.

Ele também sublinhou o cultivo de novas forças produtivas adaptadas às condições locais, com o florescimento de novas indústrias, novos modelos de negócios e novos padrões econômicos. Com foco na melhoria das condições de vida da população, o presidente Xi observou que, "de todas as tarefas que temos pela frente, a mais importante é garantir uma vida feliz ao nosso povo".

Essas declarações mostram que o desenvolvimento de alta qualidade, sobretudo pelo fomento às novas forças produtivas, e a prioridade dada à melhoria das condições de vida da população são as chaves para compreender 2024 e as missões centrais para 2025.

Em 2024, apesar de um cenário global desafiador, marcado pela incerteza econômica, por uma recuperação lenta e decepcionante e pelas transições econômicas internas, a China demonstrou notável resiliência e vitalidade. A projeção é que o país cumpra suas principais metas de desenvolvimento econômico e social do ano. O Produto Interno Bruto (PIB) deve superar 130 trilhões de yuans, com crescimento estimado em cerca de 5%, o que corresponde a quase 30% do crescimento econômico global.

Vale notar que a produção de grãos da China em 2024 atingiu o recorde de 706,5 milhões de toneladas, alta de 1,6% em relação ao ano anterior. O ano de 2024 marca também a primeira vez que o país registrou uma safra de grãos superior a 700 milhões de toneladas.

De janeiro a novembro, as vendas totais no varejo de bens de consumo chegaram a 44,27 trilhões de yuans, alta de 3,5%. Entre elas, as vendas on-line no varejo em todo o país cresceram 7,4% na comparação anual, e as vendas no varejo de serviços aumentaram 6,4%. No investimento, o investimento direto não financeiro da China no exterior (ODI) chegou a US$ 128,63 bilhões de janeiro a novembro, alta de 11,2% na comparação anual. Desse montante, o investimento direto não financeiro nos países parceiros do Cinturão e Rota somou US$ 30,17 bilhões, crescimento de 5,1% na comparação anual.

Ao mesmo tempo, foram criadas na China 52.379 novas empresas com investimento estrangeiro, alta de 8,9% na comparação anual, o que mostra o enorme poder de atração do mercado chinês e a confiança dos investidores estrangeiros na economia do país. As exportações, motor fundamental do crescimento econômico, também tiveram bom desempenho em 2024. Nos primeiros 11 meses, o valor total das importações e exportações de bens da China chegou a 39,79 trilhões de yuans, alta de 4,9% na comparação anual. Desse total, as exportações responderam por 23,04 trilhões de yuans, com crescimento de 6,7%, dando forte sustentação ao crescimento econômico.

Os destaques do desempenho econômico da China em 2024 foram muito além dos indicadores tradicionais de crescimento. Um traço marcante foi a ênfase do país no fomento às novas forças produtivas. No campo da inovação científica e tecnológica, os cientistas chineses obtiveram avanços pioneiros, enfrentando de frente desafios globais. A missão lunar Chang'e-6, por exemplo, trouxe com sucesso as primeiras amostras do mundo colhidas no lado oculto da Lua, fornecendo dados valiosíssimos para a pesquisa lunar.

Em indústrias emergentes como a inteligência artificial, o 5G e as novas energias, as empresas chinesas obtiveram avanços significativos, consolidando suas posições competitivas no mundo. Vale notar que mais de 10 milhões de veículos de nova energia foram produzidos na China em 2024, o que evidencia a liderança do país na transição para a energia verde.

Além das conquistas econômicas e tecnológicas, a China deu passos notáveis na melhoria do bem-estar de sua população. Foram adotadas políticas para ampliar as oportunidades de emprego e aumentar a renda. Entre as principais iniciativas estiveram o aumento das aposentadorias básicas, a redução dos juros do crédito imobiliário e a ampliação do pagamento direto de tratamentos médicos realizados fora da região de origem do paciente. Programas como os de "troca" de eletrodomésticos usados por novos também elevaram o padrão de vida ao estimular o consumo sustentável. Esses esforços refletem o compromisso do governo em atender às aspirações da população por uma vida melhor.

Como 2025 é o último ano do 14º Plano Quinquenal, sua importância econômica deve ser plenamente reconhecida. O país continuará a priorizar um crescimento estável e de alta qualidade, superando ao mesmo tempo os desafios

estruturais. Precisamos implementar plenamente os princípios orientadores do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China e da Segunda e da Terceira Sessões Plenárias do 20º Comitê Central do PCCh, seguir o princípio geral de buscar o progresso mantendo a estabilidade, continuar superando desafios e obstáculos e nos concentrar na implementação e na execução rigorosas.

No plano externo, a China enfrenta incertezas crescentes no ambiente do comércio global. Como maior exportadora do mundo, é particularmente sensível ao avanço do protecionismo. As renovadas ameaças de tarifas pesadas do governo Trump, o plano da UE de impor taxas aos veículos de nova energia chineses e a desaceleração da demanda externa podem pressionar ainda mais as exportações. No plano interno, a insuficiência da demanda efetiva continua sendo um desafio premente, que pode desacelerar o ritmo da economia.

Ainda assim, a resiliência econômica da China e o enorme potencial de seu mercado oferecem uma base sólida para um crescimento sustentado. Em 2025, o governo deve adotar políticas macroeconômicas mais proativas, recorrendo a "ajustes anticíclicos extraordinários". A Conferência Central de Trabalho Econômico, realizada de 11 a 12 de dezembro de 2024, definiu nove prioridades para 2025, entre elas ampliar a demanda interna, impulsionar a inovação tecnológica, aprofundar a abertura aos mercados globais, promover a nova urbanização e a revitalização rural e avançar em esforços coordenados de redução de carbono, controle da poluição e crescimento verde.

Além disso, com o início dos preparativos para o 15º Plano Quinquenal, grandes iniciativas estratégicas, reformas e projetos serão lançados para sustentar o crescimento econômico e preparar o desenvolvimento de longo prazo.

Ao nos despedirmos de 2024, um ano de resiliência e progresso, abraçamos as oportunidades e os desafios de 2025. Como exortou o presidente Xi em sua mensagem de Ano-Novo, precisamos manter a confiança, crescer em meio às provações do vento e da chuva e sair mais fortes de cada desafio. Com políticas voltadas a apoiar o desenvolvimento de alta qualidade e o bem-estar da população, a China está pronta para alcançar crescimento e prosperidade contínuos no ano que começa.

As empresas chinesas podem liderar uma nova onda de globalização[5]

No caos do reshoring *e da redução de riscos, o know-how tecnológico e a sabedoria empresarial singulares das empresas chinesas podem colocá-las em posição privilegiada para um crescimento considerável na era da Globalização 3.0 que se aproxima, dando uma contribuição positiva à economia global.*

Numa conferência recente em Cingapura sobre a internacionalização das empresas chinesas, falei sobre a desglobalização e os contornos emergentes da Globalização 3.0. Talvez mais do que nunca, precisamos olhar adiante, em busca de novas ideias e conceitos para enfrentar o que quer que o futuro nos reserve.

Quando a China pôs em prática sua política de reforma e abertura, em 1978, sua economia, moldada pela experiência autárquica e pela autossuficiência, ainda funcionava "na China, para a China". Ao recorrer a forças de mercado capazes de transformar o mundo, a economia entrou num período de "na China, para o mundo", e o país se tornou a fábrica do mundo.

Indústrias de valor agregado cada vez mais complexas tiraram 800 milhões de pessoas da pobreza e aumentaram a riqueza material do nosso mundo moderno. Em 2020, a China respondia por 35% da produção industrial bruta mundial. Mas as guerras comerciais — iniciadas pelos Estados Unidos durante o primeiro governo Trump — voltaram a realinhar a dinâmica global.

No mundo de hoje, já não basta fazer melhor e mais barato. A globalização está entrando numa nova era, e a multipolaridade está de volta. A "redução de riscos" e a instabilidade lançaram as empresas num novo período de incerteza e transformação.

Com o aumento das barreiras comerciais, das tarifas e da fragmentação geopolítica, a Globalização 3.0 será cada vez mais movida pelo digital e orientada para as regiões. As empresas chinesas precisam urgentemente ajustar suas estratégias e acelerar o ritmo de sua internacionalização.

Isso significa passar de um modelo de crescimento movido pelas exportações para outro caracterizado pela presença global, pelos investimentos no exterior e pela coordenação industrial transfronteiriça. Em outras palavras, precisamos de

[5]Publicado originalmente em 25 de junho de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

uma estratégia para que a economia chinesa esteja "no mundo, para o mundo". As empresas chinesas precisam se internacionalizar, distribuindo suas cadeias de valor e seus sistemas de produção por diversos países para atender aos clientes internacionais.

A verdade pura e simples é que a expansão no exterior não só aumenta a competitividade de uma empresa e a protege do avanço do protecionismo e das tensões geopolíticas, como também desarma alguns dos problemas mais agudamente sentidos da globalização: a distribuição desigual de seus frutos entre os grupos sociais.

Ela faz isso ao reverter a perda de oportunidades de emprego para trabalhadores qualificados e ao devolver capital produtivo e receita tributária aos países anfitriões.

Uma estratégia global abrangente não só atenua os riscos das barreiras comerciais e dos conflitos de política comercial, como também abre novas oportunidades e novos modelos de fazer negócios e de aumentar a produtividade. A Geely, que emprega 4.000 pessoas em sua fábrica da Volvo na Bélgica, desenvolveu em conjunto uma plataforma de arquitetura veicular que centralizou a produção, diluiu os custos fixos e incorporou novas forças produtivas, resultando em produtos de alta qualidade que chegam aos consumidores a preços mais baixos.

Esse esforço para distribuir os benefícios da globalização também não significa apenas investir nas economias avançadas. No início deste mês, a China anunciou planos de eliminar todas as tarifas sobre 53 economias africanas, numa tentativa de distribuir melhor os benefícios da globalização, do comércio e do desenvolvimento. Não se trata apenas de se proteger contra guerras comerciais e insatisfações, mas de um compromisso sério e duradouro com a inclusão econômica.

Um fabricante de móveis sediado na China me disse recentemente que a mais nova rodada de tensões da guerra comercial EUA-China representa uma oportunidade para sua empresa se expandir globalmente — ele já construiu uma fábrica nos Estados Unidos. Como maior mercado consumidor do mundo, os Estados Unidos continuam sendo uma arena vital para as empresas chinesas.

Esse novo caminho também pode permitir que as empresas chinesas avancem em setores emergentes e em áreas cada vez mais fechadas às exportações chinesas.

Há uma década, a Fuyao Glass instalou uma fábrica de vidros automotivos em Ohio, nos Estados Unidos, que hoje emprega mais de 2.000 trabalhadores. A cerimônia de inauguração reuniu centenas de pessoas, entre elas o governador do estado e membros do Congresso. Extremamente popular, a fábrica serve de modelo de cooperação empresarial China-EUA, exemplo de benefício mútuo e de resultados ganha-ganha.

Enquanto isso, o investimento chinês em energia renovável nos Estados Unidos também cresce rapidamente. A Longi Green Energy Technology participou de uma joint venture de US$ 600 milhões para construir em Ohio uma fábrica de montagem de painéis solares de 5 gigawatts — unidade que depois foi vendida —, e a Trina Solar já construiu uma fábrica de US$ 225 milhões no Texas. A fabricante de baterias Contemporary Amperex Technology Limited (CATL) e a fabricante de eletrônicos Luxshare sinalizaram disposição de considerar a produção nos Estados Unidos. A China Railway Rolling Stock Corporation tem fábricas em Springfield, Massachusetts, e em Los Angeles, Califórnia.

De fato, o presidente da Longi Green Energy me contou certa vez que a joint venture americana da empresa só foi possível graças à estreita cooperação com muitas empresas locais, a montante e a jusante, que havia criado uma comunidade estável de interesses compartilhados. Foi justamente essa rede de interesses alinhados que viabilizou a implantação bem-sucedida do projeto. Não faltaram desafios, porém: o prolongado esvaziamento da indústria americana exigiu uma correção na forma de programas de formação profissional.

À medida que as empresas chinesas se expandem globalmente — e precisam fazê-lo, para não ficarem para trás —, devem aproveitar as oportunidades de joint ventures e de investimentos greenfield. A primeira fábrica de veículos elétricos de propriedade integral da BYD no Sudeste Asiático foi inaugurada no ano passado em Rayong, na Tailândia. Os fabricantes chineses, sobretudo de têxteis, vestuário, eletrônicos e módulos solares, aumentaram rapidamente seus investimentos no Vietnã, na Tailândia, na Malásia, no Camboja e em Mianmar. O Sudeste Asiático abriga hoje cerca de um terço do investimento estrangeiro direto da China na indústria de transformação no exterior.

As capacidades globais das empresas chinesas são muito promissoras. A internacionalização vai ajudá-las a diversificar riscos, ampliar canais de venda e obter acesso aos mercados globais. Ao mesmo tempo, levará mais empregos e benefícios econômicos aos países anfitriões, gerando benefício mútuo e prosperidade compartilhada. Devemos trabalhar juntos para levar mais sabedoria e força chinesas à paz e à prosperidade mundiais.

As gigantes chinesas de tecnologia retomam o fôlego em meio à recuperação econômica e às tensões com os EUA[6]

Os balanços otimistas de empresas de tecnologia como o Alibaba, o Baidu e a Tencent mostram um ambiente regulatório melhor e uma economia chinesa em recuperação, além da expansão global e do compromisso com a globalização.

As principais empresas de tecnologia da China estão de volta. Os balanços do Alibaba, do Baidu e da Tencent referentes ao primeiro trimestre de 2023 mostraram otimismo diante de um ambiente regulatório melhor e de uma economia em recuperação depois da suspensão das restrições da pandemia de covid-19 na segunda maior economia do mundo.

O Alibaba, dono do *South China Morning Post*, registrou alta de 2% na receita em relação ao ano anterior. Apesar de um início de ano lento, o grupo, que opera duas das principais plataformas de comércio eletrônico da China, observou em março um impulso positivo de crescimento no mercado interno. O Baidu, que se esforça para se firmar como pioneiro da inteligência artificial, informou um crescimento de 10% nos resultados, acima das expectativas dos analistas.

Depois de uma série de trimestres negativos ou estagnados, a Tencent registrou uma impressionante alta de 11% na receita, também acima das expectativas. A empresa atribui o desempenho a uma forte recuperação dos volumes de pagamentos, das vendas de publicidade e dos jogos, sustentada pela sólida retomada do consumo interno na China, que suspendeu as restrições da covid-19 em dezembro.

[6]Publicado originalmente em 29 de maio de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Foi também o primeiro trimestre desde a Conferência Central de Trabalho Econômico realizada em dezembro, na qual Pequim prometeu apoiar as empresas de tecnologia para que liderem o desenvolvimento, criem empregos e concorram no plano internacional. Ficaram para trás as investigações direcionadas e as multas pesadíssimas. Em vez disso, as autoridades agora falam em "regulação normalizada" e sinalizaram o fim da campanha de retificação das grandes plataformas de internet.

As gigantes chinesas de tecnologia defendem agora a integração entre a economia digital e a economia real. Isso vai além da oferta de serviços em nuvem a clientes corporativos. A Tencent, por exemplo, está ajudando operadoras locais de rodovias a instalar radares para prevenir acidentes de trânsito, e a Huawei está automatizando minas de carvão para reduzir significativamente a necessidade de pessoal no subsolo. Essas iniciativas, embora menos divulgadas, estão fazendo as gigantes chinesas de tecnologia se destacarem em relação às plataformas de internet "puras", como a Meta.

A sorte dessas empresas continua estreitamente ligada à economia chinesa. As principais operações da maioria das empresas de tecnologia concentram-se em setores como bens de consumo e publicidade, inerentemente correlacionados com a economia como um todo. A retomada este ano da economia chinesa, que segundo projeção do Fundo Monetário Internacional deve crescer 5,2%, é a base de uma rápida recuperação das receitas.

Além disso, as gigantes chinesas de tecnologia olham cada vez mais para além das fronteiras do país. A receita de jogos da Tencent nos mercados internacionais cresceu 25% na comparação anual, dando sequência à trajetória de alta iniciada no terceiro trimestre de 2019. A receita de jogos no exterior já equivale a mais de um terço da receita de jogos da empresa no mercado interno.

Segundo veículos de imprensa chineses que citam fontes anônimas, a Tencent planeja criar jogos pensados desde o início para agradar a um público global, em vez de mirar mercados específicos. A empresa pretende ampliar suas equipes locais para fomentar um ecossistema global integrado de colaboração no desenvolvimento de jogos.

Além do mais, as plataformas chinesas de comércio eletrônico Shein e Temu estão ajudando a aliviar o peso da inflação para os consumidores ao reduzir os

custos de roupas e artigos de moda. Enquanto isso, o TikTok continua a atender mais de 1 bilhão de usuários no mundo inteiro. O CEO do Alibaba Group, Daniel Yong Zhang, enfatizou que a globalização será um dos três pilares do grupo em sua reorganização.

Num momento em que as tensões geopolíticas entre a China e os Estados Unidos se agravam, as conquistas das empresas chinesas de tecnologia nos mercados internacionais evidenciam seu espírito empreendedor e seu compromisso duradouro com a globalização. Isso serve de inspiração para muitas startups menores.

Apesar das acusações recentes de que as empresas chinesas de tecnologia são obrigadas a entregar dados ao governo central — como se viu no escrutínio enfrentado pelo CEO do TikTok, Chew Shou Zi, cingapuriano de ascendência han, durante uma audiência na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos em março —, suas conquistas no exterior continuam a demonstrar a resiliência dos empresários privados.

Como já defendi anteriormente, a China deveria incorporar sua Iniciativa Global sobre Segurança de Dados às leis e normas internas, alterando ou interpretando oficialmente as leis nesse sentido. A iniciativa, que Pequim promove no plano internacional, estabelece que os Estados "não devem obter dados localizados em outros Estados por meio de empresas ou indivíduos sem a permissão desses Estados".

Transformar nobres declarações políticas em leis internas é liderar pelo exemplo. Isso ajudaria as empresas chinesas de tecnologia a se expandir internacionalmente, como o governo se comprometeu a fazer durante a Conferência Central de Trabalho Econômico.

Por fim, vale notar a queda drástica da contribuição dos jovens para o sucesso das empresas chinesas de tecnologia. A Tencent informou uma redução de 96% no tempo total que os menores de 18 anos passaram em jogos no mercado interno, em comparação com o mesmo período de 2020, e a fatia desse público ficou em meros 0,4%. Do mesmo modo, a receita gerada por menores com jogos despencou 90%, para 0,7% da receita bruta, em comparação com o mesmo período de 2020.

Nos Estados Unidos, levantaram-se, com razão, preocupações com o impacto de plataformas como o TikTok na saúde mental dos jovens. A China enfrenta um problema semelhante, e Pequim agiu para restringir o acesso de crianças aos jogos on-line e ao Douyin, a versão chinesa do TikTok.

Os esforços da Tencent para limitar o acesso dos adolescentes aos jogos demonstram a eficácia dessas campanhas e seus efeitos colaterais limitados sobre os resultados das empresas. Os Estados Unidos poderiam considerar a adoção de uma legislação razoável para evitar o tempo excessivo de tela das crianças em redes sociais ou jogos, inspirando-se na abordagem chinesa.

A China continuará sendo um grande motor de crescimento este ano[7]

Um gabinete favorável aos negócios na China significa uma calorosa acolhida ao investimento estrangeiro e um forte impulso à diplomacia, à conectividade e à sustentabilidade, o que pode ser bom para muitas empresas internacionais.

As "Duas Sessões" da China — as reuniões anuais do Legislativo e do órgão de consulta política — são sempre acompanhadas com grande expectativa por investidores do mundo inteiro. Em 2023, com o vento a favor da reabertura da China, as reuniões apontaram áreas promissoras para o engajamento internacional e a cooperação econômica.

Em primeiro lugar, o gabinete recém-nomeado conhece bem a economia de mercado e o setor privado e está bem posicionado para promover a integração da China à economia global. Em sua primeira entrevista coletiva como primeiro-ministro, Li Qiang enviou sinais positivos com seu tom pragmático e prometeu que a China continuará a se abrir "não importa como evolua a situação externa".

Li é visto como alguém com credenciais pró-negócios, por ter trabalhado nas dinâmicas regiões costeiras de Zhejiang, Jiangsu e Xangai, onde teve papel fundamental no apoio à instalação da Gigafactory da Tesla, a primeira fábrica de automóveis de capital inteiramente estrangeiro na China.

Além disso, a permanência de tecnocratas de confiança em postos-chave — entre eles os chefes do banco central e dos ministérios das Finanças e do Comér-

[7] Publicado originalmente em 21 de março de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

cio — dá garantias de continuidade das políticas enquanto os recém-nomeados se acomodam e se realiza a reestruturação dos órgãos do governo e do partido.

Essas autoridades estiveram entre os interlocutores mais importantes da China em reuniões internacionais como as do Grupo dos 20, mais conhecido como G20, e supervisionaram reformas nos setores financeiro e bancário do país, que estão entre as áreas mais importantes da liberalização do mercado chinês nos últimos anos.

No campo das políticas, o relatório de trabalho do governo e outros documentos importantes apresentados nas Duas Sessões também deram alguns sinais positivos aos investidores estrangeiros.

Fortalecer a economia chinesa contra os riscos e a incerteza externa foi um dos grandes temas das reuniões. Mas esse empenho pela segurança nacional não é só má notícia para as empresas multinacionais. O governo chinês continua a ver o investimento estrangeiro como crucial para alcançar seus objetivos estratégicos de longo prazo, sobretudo os projetos que possam ajudar a garantir a segurança de suas cadeias industriais e impulsionar sua inovação.

O relatório de trabalho do governo trazia uma linguagem que elevava a importância de atrair investimento estrangeiro este ano. Houve também promessas de abrir mais os mercados, sobretudo o de serviços, e de melhorar o ambiente de negócios, com ênfase em reformas legais e regulatórias para promover a concorrência leal e proteger melhor o investimento estrangeiro.

As medidas para facilitar as viagens entre países também favorecem os negócios internacionais. Logo após o encerramento das Duas Sessões, a China anunciou que retomaria a emissão de quase todas as categorias de visto para visitantes estrangeiros. Executivos de empresas globais começaram a voltar à China, e muitos outros planejam visitá-la este mês para eventos importantes como o Fórum de Desenvolvimento da China e o Fórum de Boao para a Ásia.

Um porta-voz do Ministério do Comércio reiterou numa entrevista coletiva recente que os investidores de todo o mundo são bem-vindos na China e que o ministério vai "desempenhar um papel ativo na promoção de projetos-chave com capital estrangeiro", inclusive com "serviços mais convenientes para executivos".

As Duas Sessões também sinalizaram que a China buscaria ampliar este ano seu engajamento e sua cooperação no exterior.

O então ministro das Relações Exteriores disse à imprensa que Pequim havia apertado o "botão de aceleração" da diplomacia, à medida que a China se abre e volta a se engajar com o mundo. Esse engajamento diplomático vai favorecer mais cooperação econômica e criar oportunidades para empresas estrangeiras numa série de setores e regiões.

O aumento de dois dígitos, de 12,2%, no orçamento da diplomacia, anunciado nas Duas Sessões, reflete a ambição da China de desempenhar um papel maior no mundo, sobretudo no Sul Global, no âmbito de suas iniciativas globais de desenvolvimento e de segurança.

O papel recente da China na mediação do restabelecimento das relações entre o Irã e a Arábia Saudita é um sinal do que está por vir, à medida que o país converte cada vez mais sua influência econômica em peso político em regiões como o Oriente Médio.

Enquanto isso, a Iniciativa Cinturão e Rota, já em seu 10º ano, está sendo recalibrada. O apelo da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma para construir projetos "pequenos, mas belos" ao longo do Cinturão e Rota indica uma guinada para uma ênfase maior em qualidade, eficiência e controle de riscos, e para projetos de sustentabilidade, tecnologia digital e saúde.

Isso deve ampliar as oportunidades de cooperação em mercados terceiros com empresas multinacionais que tenham soluções e experiência nessas áreas, sobretudo com o aumento de atividade esperado em torno do 3º Fórum do Cinturão e Rota, previsto para ainda este ano.

Por fim, a sustentabilidade continua a se destacar como área promissora para a cooperação de longo prazo. O relatório de trabalho do governo confirmou que o desenvolvimento verde continuará sendo prioridade este ano.

As empresas multinacionais estarão bem posicionadas para se firmar como líderes nesse campo se adaptarem suas estratégias verdes globais ao mercado chinês e vincularem seus compromissos globais às metas ambientais do governo por meio de projetos-piloto e parcerias locais em áreas como cadeias de suprimentos, modernização tecnológica e consumo verde.

Embora os atritos geopolíticos tenham aumentado os riscos para as empresas multinacionais, as Duas Sessões reforçam a visão de que a China continuará a oferecer oportunidades lucrativas aos investidores estrangeiros capazes de se adaptar e de encontrar nichos alinhados à estratégia de desenvolvimento de longo prazo do país. Para muitas empresas internacionais, a China continuará sendo um grande motor de crescimento este ano — sobretudo quando as perspectivas são incertas em outros lugares.

A China injeta novo impulso na globalização multipolar[8]

À medida que a globalização se afasta de um modelo centrado no Ocidente, a China, polo histórico da globalização, trabalha para que o foco continue na prosperidade compartilhada, defendendo um novo momento Bretton Woods.

Segundo uma visão predominante, a globalização começou com a Era dos Descobrimentos, no século XV. No entanto, a historiadora americana Valerie Hansen, professora da Universidade Yale, afirmou num diálogo público que a globalização surgiu já por volta do ano 1000 d.C. e que a China, então governada pela dinastia Song, era o centro da globalização.

Naquela época, o país tinha o comércio exterior mais extenso do mundo. Por todo o hemisfério, os chineses exportavam cerâmicas singulares e de alta qualidade, além de diversos produtos manufaturados, para o Oriente Médio, a África, a Índia e outras regiões mais distantes. Ao mesmo tempo, obtinham dessas regiões bens de consumo raros, como especiarias e marfim. Pode-se dizer que a China antiga foi um dos grandes berços da globalização.

O processo de globalização liderado pelo Ocidente ocorreu na era moderna. Junto com a globalização econômica, os valores, os conceitos acadêmicos e os modelos institucionais ocidentais se disseminaram pelo mundo e se tornaram dominantes. As duas revoluções industriais garantiram a dianteira do Ocidente no desenvolvimento tecnológico. Depois das duas guerras mundiais, tomou forma uma ordem mundial dominada pelo Ocidente.

O cenário global evoluiu da bipolaridade da Guerra Fria para a fórmula "uma superpotência, muitas grandes potências", que veio depois dela, e agora

[8]Publicado originalmente em 31 de janeiro de 2023 pela Xinhua e revisto para esta coletânea.

para a aceleração da multipolaridade em todo o mundo. A ascensão da China é imparável, e a descentralização da política mundial tornou-se uma tendência. Desde o século XIX, o mundo passou de um sistema acêntrico para um sistema de centro e periferia. Os países ocidentais se acostumaram a estar no centro, com o mundo não ocidental na periferia. No entanto, à medida que cresce a força dos países periféricos e o ritmo de desenvolvimento dos países centrais desacelera relativamente, o sistema de centro e periferia tende a dar lugar a uma ordem mundial multipolar mais equilibrada e inclusiva.

É inegável que a criação do sistema de Bretton Woods depois da Segunda Guerra Mundial trouxe ao mundo décadas de paz, estabilidade, prosperidade e desenvolvimento. Mas, tendo a crise financeira de 2008 como ponto de virada, a economia mundial entrou numa fase de declínio. A estrutura do poder global e a ordem mundial também passaram por ajustes e reconstrução.

Nos últimos 30 anos, mais ou menos, a globalização avançou a passos largos. A prosperidade e o desenvolvimento generalizados encobriram a injustiça e a desigualdade do sistema internacional e da ordem mundial, mas a economia mundial estagnada deixou os problemas a descoberto.

Hoje, três anos depois da eclosão da pandemia de covid-19, a guerra que continua entre a Rússia e a Ucrânia, a recessão econômica mundial e o impacto acelerado da mudança climática, junto com o rápido desenvolvimento de novas tecnologias, impulsionaram a globalização para um novo estágio. O mundo enfrenta mais desafios comuns. A humanidade precisa de um novo sistema de Bretton Woods.

Atualmente, a comunidade internacional enfrenta a questão de como tornar a globalização mais inclusiva, igualitária, mutuamente benéfica, cooperativa e unida, de modo a criar uma globalização mais resiliente e flexível. Nesse processo, os grandes países do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul, para além de divisões e agrupamentos, precisam cooperar e administrar suas clivagens. Aqui, a China pode desempenhar um papel central e construtivo.

A China se abriu ao mundo exterior e está ampliando seu círculo de amigos no processo de globalização, o que, na verdade, ajuda a contrabalançar a insegurança provocada pelos Estados Unidos.

Nos últimos anos, os Estados Unidos têm se empenhado em consolidar e ampliar sua aliança de segurança militar, com movimentos como a expansão da OTAN para o leste, o Diálogo Quadrilateral de Segurança e a parceria Austrália-Reino Unido-Estados Unidos. Esses movimentos exacerbaram as tensões geopolíticas e alimentaram sutilmente uma corrida armamentista, que ameaça prejudicar a paz e a estabilidade.

Sem nenhuma intenção de travar uma disputa militar com os Estados Unidos, a China sempre considerou a globalização econômica sua prioridade máxima. Nos últimos anos, o país promoveu a Iniciativa Cinturão e Rota e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. A China aderiu à Parceria Econômica Regional Abrangente e pediu adesão ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica e ao Acordo de Parceria para a Economia Digital. Além disso, continua a aprofundar a cooperação econômica e comercial com a Europa, a África, a América Latina e os países árabes.

Ademais, a China desenvolveu uma economia mista sui generis. Sua estabilidade, sua previsibilidade e seu enorme potencial lançaram uma base sólida para o avanço de uma nova onda de globalização. Uma das características mais marcantes da modernização ao estilo chinês, o modelo de economia mista se destaca no processo de globalização do país.

Empresas estatais, empresas privadas e empresas multinacionais formaram um tripé estável, que, em conjunto, criou um caminho singular de modernização ao estilo chinês. Entre elas, as estatais funcionam como pilar da economia nacional, presentes nas grandes indústrias e nas áreas-chave da China. Desempenham um papel importante na estabilização da economia, na inovação científica e tecnológica, na garantia das condições de vida da população e no fornecimento de bens públicos.

As empresas privadas respondem por mais de 50% da arrecadação tributária da economia chinesa, mais de 60% do PIB, mais de 70% das conquistas em inovação tecnológica, mais de 80% do emprego urbano e mais de 90% do número de empresas.

As empresas multinacionais, embora representem menos de 3% do total de empresas na China, geraram emprego para cerca de 40 milhões de pessoas e

respondem por 2/5 do comércio exterior chinês, 1/6 da arrecadação tributária e quase 1/10 do emprego urbano.

São parte importante do mercado chinês e também importantes participantes, testemunhas e colaboradoras da sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos que a China construiu.

Num cenário de recessão econômica global, a forte resiliência, o enorme potencial e a vitalidade abundante da economia chinesa permanecem inalterados. O contínuo aprofundamento da abertura e do desenvolvimento da China continuará a dar um impulso robusto à recuperação econômica global.

Durante muito tempo, a globalização foi dominada pelos países ocidentais. A globalização do futuro, no entanto, será um empreendimento multipolar, impulsionado conjuntamente pela China, pelos Estados Unidos, pela Europa e pelas economias emergentes.

Nesse sentido, deveria ser criado um novo mecanismo global de coordenação multilateral com base em organizações internacionais como o G20, o G7 etc. Deveria ser estabelecido um mecanismo de diálogo de alto nível entre a China, os Estados Unidos e a Europa para reforçar a coordenação.

Nesse processo, a China, que se beneficiou da globalização, continuará a promover uma globalização e uma governança global mais inclusivas, igualitárias, mutuamente benéficas, cooperativas e unidas, e continuará a injetar novo impulso no desenvolvimento de uma nova globalização na era pós-pandemia.

A China está dando um forte impulso à atração de investimento estrangeiro[9]

As políticas internas da China influenciam cada vez mais as tendências econômicas globais, e os sinais positivos vindos do país dão confiança aos investidores estrangeiros, contribuindo assim para o crescimento econômico mundial.

Em 17 de janeiro de 2023, o vice-primeiro-ministro chinês Liu He fez um discurso na Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, no qual reafirmou o compromisso da China com a abertura em todas as frentes e com a

[9]Publicado originalmente em 20 de janeiro de 2023 pela CGTN e revisto para esta coletânea.

cooperação internacional com outros países em prol da estabilidade e do desenvolvimento da economia mundial.

Desde que a China iniciou sua política de reforma e abertura, em 1978, seu uso de capital estrangeiro cresceu de forma constante, e o volume de investimento estrangeiro recebido ocupou por muitos anos o primeiro lugar entre os países em desenvolvimento. Segundo dados oficiais, nos primeiros 11 meses de 2022, o uso efetivo de investimento estrangeiro pela China chegou a quase 1,16 trilhão de yuans (US$ 170,62 bilhões), alta de 9,9% na comparação anual em bases comparáveis, já superior ao total de 2021.

Com base no princípio de "manter os investidores estrangeiros existentes e atrair novos investidores estrangeiros", a China obteve resultados notáveis na melhoria da qualidade do investimento estrangeiro. A atração de investimento estrangeiro contribuiu para o desenvolvimento de áreas-chave.

De janeiro a novembro de 2022, o uso efetivo de capital estrangeiro na indústria de alta tecnologia aumentou 58,8%, e nos serviços de alta tecnologia subiu 23,5%, o que os tornou o "motor principal" da atração de investimento estrangeiro.

Em segundo lugar, nos primeiros 11 meses de 2022, as origens do investimento estrangeiro se diversificaram. O investimento efetivo da Coreia do Sul, da Alemanha, do Reino Unido e do Japão aumentou 122,1%, 52,6%, 33,1% e 26,6%, respectivamente, na comparação anual. Em terceiro lugar, a distribuição regional do investimento estrangeiro ficou mais equilibrada. As regiões central e ocidental da China se tornaram mais atraentes para os investidores estrangeiros, com entradas de capital estrangeiro crescendo 28,6% e 24,6%, respectivamente.

Enquanto a economia mundial continua a ser sacudida pela geopolítica, pelo protecionismo comercial e pela covid-19, a China se manteve firme no aumento tanto da quantidade quanto da qualidade do investimento estrangeiro e obteve em 2022 um crescimento desse investimento na contramão da tendência mundial. Isso não teria sido possível sem os esforços contínuos da China para facilitar o acesso dos investidores estrangeiros ao mercado e melhorar o ambiente de negócios, para que as empresas com capital estrangeiro prosperem no país.

No que diz respeito à ampliação do acesso dos investidores estrangeiros ao mercado, a China reduziu várias vezes a lista negativa de investimento estrangeiro

de suas zonas de livre comércio, eliminando algumas restrições ao investimento estrangeiro. A nova versão nacional da lista e a versão das zonas de livre comércio reduziram o número de itens com restrições aos investidores estrangeiros para apenas 31 e 27, respectivamente.

Grandes medidas de abertura foram adotadas na indústria, na mineração, na agricultura e nas finanças para atrair mais empresas com capital estrangeiro a operar na China. O número total de itens do Catálogo de Indústrias Incentivadas para o Investimento Estrangeiro de 2022 aumentou quase 20% em relação à versão de 2020. O novo catálogo amplia o leque de setores incentivados para o investimento estrangeiro e orienta o capital estrangeiro para áreas-chave, como a indústria e os serviços voltados à produção, e para regiões-chave, como o centro, o oeste e o nordeste da China.

No que diz respeito à otimização do ambiente de investimento e de negócios, a China eliminou nos últimos seis anos normas e diretrizes contrárias à Lei de Investimento Estrangeiro e promoveu a elaboração, a revisão e a revogação de mais de 500 documentos para garantir condições equitativas de concorrência às empresas com capital estrangeiro.

No fim de 2022, a Assembleia Popular Nacional aprovou uma emenda à Lei de Comércio Exterior da China que aboliu a exigência de cadastro e registro dos operadores de comércio exterior. As empresas não precisam mais se registrar como operadoras de comércio exterior e podem ir diretamente à alfândega, com sua licença comercial, para os trâmites de importação e exportação.

A China também está se alinhando a padrões mais elevados. A Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) entrou em vigor no início de 2022. A China busca aderir ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) e ao Acordo de Parceria para a Economia Digital (DEPA). Além disso, está empenhada na negociação e na atualização de vários acordos de livre comércio.

Em 2023, diante da desaceleração econômica global e do ressurgimento do protecionismo, é crucial que a China promova uma abertura de alto nível ao mundo exterior. A China vai implementar várias medidas para estabilizar o investimento estrangeiro.

A primeira é promover grandes projetos de investimento estrangeiro. Os cinco primeiros lotes de grandes projetos de investimento estrangeiro vêm se concretizando em ritmo acelerado. O governo fez um levantamento minucioso dos projetos de investimento estrangeiro em preparação em toda a China. Um novo lote de grandes projetos de investimento estrangeiro, com efeito multiplicador sobre o conjunto da economia, será lançado no momento oportuno.

A segunda é reforçar a prestação de serviços aos investidores estrangeiros. Serão organizados eventos de promoção da cooperação internacional industrial e de investimentos, para criar uma plataforma que permita às multinacionais investir na China e aos governos locais atrair investimentos.

A terceira é continuar otimizando o ambiente de negócios para os investidores estrangeiros. A Lei de Investimento Estrangeiro será aplicada para garantir que todas as políticas valham igualmente para as empresas nacionais e para as de capital estrangeiro, e que estas possam desfrutar, na prática, do tratamento nacional. A China eliminará as restrições que estejam fora da lista negativa de acesso do investimento estrangeiro, reforçará a proteção dos direitos de propriedade intelectual e construirá um ambiente de negócios orientado pelo mercado, baseado na lei e aberto aos atores globais.

A China se preparou para receber as empresas estrangeiras e aprimorou seu ambiente de negócios. Do mesmo modo, as empresas com capital estrangeiro continuam otimistas com o desenvolvimento econômico da China e dispostas a criar raízes no mercado chinês e a contribuir para o crescimento da economia chinesa e da economia global.

Segundo relatórios de várias câmaras de comércio na China, mais de 70% das empresas alemãs, mais de 60% das americanas e a maioria das britânicas planejam aumentar seus investimentos no país, e muitas multinacionais conhecidas estão ampliando sua presença nos setores de baixo carbono.

De acordo com o Relatório de Comércio e Investimento da Iniciativa Cinturão e Rota da China 2022, de 2013 a 2021 os países do Cinturão e Rota investiram na China e nela estabeleceram 32.000 empresas, com investimento direto acumulado de US$ 71,15 bilhões. Em 2021, o investimento efetivo na China dos países ao longo do Cinturão e Rota foi de US$ 11,25 bilhões, alta de 36% na comparação anual.

Com a economia chinesa inserida no processo de globalização e o contínuo aprofundamento das políticas de reforma e abertura, a China se integrou às cadeias globais de valor, às cadeias industriais e às cadeias de suprimentos. O sistema chinês voltado para o mundo foi e continua sendo construído em conjunto por empresas nacionais e por empresas com capital estrangeiro.

Por isso, a China defende mercados abertos e abraça a cooperação mutuamente benéfica. Investidores de todo o mundo podem compartilhar as oportunidades do desenvolvimento da China e impulsionar o crescimento não só da economia chinesa, mas também da economia mundial.

Como a China está ajudando as economias do Oriente Médio a se afastar do petróleo do Golfo[10]

Dos automóveis às telecomunicações, o trabalho da China com os países do Oriente Médio para diversificar suas economias não carrega a bagagem histórica que pesa sobre os Estados Unidos e a Europa.

O presidente Xi Jinping encerrou no sábado sua viagem à Arábia Saudita, onde se reuniu com vários líderes da região ao participar da primeira Cúpula China-Estados Árabes e da cúpula China-Conselho de Cooperação do Golfo.

Além de marcar a continuidade da reaproximação diplomática da China com o mundo, depois de uma série de encontros em torno do G20 no mês passado, a visita de Xi evidenciou como os laços entre a China e o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) estão se aprofundando e se diversificando, à medida que os dois lados buscam garantir seu futuro econômico. A China e a Arábia Saudita se comprometeram a elevar o nível de sua parceria e anunciaram uma série de acordos em setores como energia, tecnologia da informação, serviços em nuvem, logística e construção.

É claro que os combustíveis fósseis continuam no centro dessa relação em rápido crescimento. A China é a maior importadora de petróleo do mundo, e a Arábia Saudita, a maior exportadora. Em outubro, o reino produziu 10,9 milhões de barris de petróleo bruto por dia, e os Emirados Árabes Unidos e

[10]Publicado originalmente em 13 de dezembro de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

o Kuwait acrescentaram outros 3,5 milhões e 2,8 milhões de barris, respectivamente.

Mas a finitude das reservas, as crescentes preocupações com a mudança climática e a transição para combustíveis mais limpos lançaram uma sombra sobre as receitas do petróleo no longo prazo, ainda que a guerra na Ucrânia e a consequente crise energética tenham devolvido, por ora, o poder aos petro-Estados. A longo prazo, porém, os Estados do Golfo estão promovendo uma guinada econômica para deixar de depender das exportações de petróleo.

O primeiro componente dessa guinada é a aproximação com as economias asiáticas de rápido crescimento. Mantidas as taxas de crescimento atuais, o comércio entre o GCC e a Ásia Emergente — grupo que inclui a China, a Índia e a maioria dos membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) — deve chegar a cerca de US$ 578 bilhões até 2030, superando o comércio com as economias avançadas, segundo projeções da Asia House.

A China tem um papel desproporcional nessa reorientação do Golfo. Seu comércio com o GCC dobrou desde 2010, e o ano passado foi um divisor de águas: pela primeira vez, o comércio do GCC com a China superou o comércio do conselho com os Estados Unidos e a zona do euro. Enquanto isso, o comércio da China com a Arábia Saudita chegou a US$ 81,7 bilhões, superando o comércio somado de Riad com os Estados Unidos, a zona do euro e o Reino Unido.

O segundo aspecto da guinada econômica do GCC é diversificar, trocando os hidrocarbonetos por setores emergentes e usando as receitas extraordinárias dos altos preços do petróleo para apoiar investimentos em infraestrutura e em setores de alta tecnologia, como mostram planos como a Visão 2030 da Arábia Saudita e a Visão 2035 do Kuwait.

Os pontos fortes e a abordagem de desenvolvimento da China se encaixam bem nesses programas de diversificação econômica. Embora rica, a região do Golfo está atrasada em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. As empresas chinesas, fortes em tecnologia da informação e comunicação, inovação e infraestrutura, são parceiras ideais para esse esforço e já estão avançando muito na região.

A tecnologia limpa é um foco de cooperação enquanto os Estados do Golfo se preparam para a vida depois do petróleo. Durante a visita de Xi, empresas

chinesas e sauditas assinaram acordos de investimento em hidrogênio verde e energia solar. A chinesa Enovate Motors concordou em construir uma fábrica de veículos elétricos para produzir 100.000 carros por ano. No início deste ano, a também chinesa NWTN anunciou que construiria uma unidade de montagem de veículos elétricos em Abu Dhabi.

As telecomunicações e a TI também são pontos focais do desenvolvimento conjunto. A Huawei Technologies Co. acaba de fechar um acordo com o ministro das Comunicações saudita para implantar internet móvel de 10 gigabits por segundo e uma instalação de computação em nuvem no reino. Desde 2019, a Huawei assinou contratos de 5G com a maioria das empresas de telecomunicações do GCC.

Em fevereiro, a Huawei e a Academia Digital Saudita assinaram um acordo para formar talentos locais em tecnologia, com vários projetos conjuntos pelos quais cerca de 8.000 sauditas serão capacitados em programas de TI e comunicações credenciados pela Huawei.

A presença crescente da Huawei na região evidencia outro fator que sustenta o desenvolvimento dos laços econômicos China-GCC: a geopolítica e, em particular, o interesse comum em construir parcerias no cenário mundial fora da órbita de Washington. Enquanto a Huawei se vê cada vez mais excluída dos mercados ocidentais à medida que aumentam as tensões com os Estados Unidos e seus aliados, a gigante chinesa das telecomunicações encontrou no Oriente Médio um território mais acolhedor.

Ao contrário de outras grandes potências, a China se manteve fora das disputas regionais e continua a ter laços fortes com todos os países do Golfo e do Oriente Médio em geral. É um dos poucos países que mantêm parcerias estratégicas abrangentes com os dois grandes rivais regionais, Riad e Teerã.

A posição favorável de Pequim contrasta com a dos Estados Unidos, que carregam a pesada bagagem histórica de suas intervenções na região e de seu longo impasse com o Irã — e até suas relações com a Arábia Saudita estão no ponto mais baixo.

A visita de Xi à Arábia Saudita deu impulso extra ao aprofundamento dos laços da China com o reino. Pelo novo acordo de parceria estratégica, os líderes dos dois países vão se reunir a cada dois anos.

Os olhares se voltam agora para o próximo marco dessa história em andamento. Um deles pode ser a expansão da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) para o Oriente Médio. A Arábia Saudita, que já é parceira de diálogo da OCX, tem interesse em passar ao status de observadora. No mês passado, o Irã aprovou um projeto de lei para ingressar no grupo.

Outro ponto a acompanhar são as negociações do acordo de livre comércio China-GCC, que estariam na fase final e decisiva. A relação entre a China e o Golfo merecerá atenção, à medida que os dois lados buscam diversificar suas economias e suas relações externas num mundo cada vez mais incerto.

O Congresso Nacional do PCCh abraça o desenvolvimento e a prosperidade[11]

Ao dar o tom do caminho de desenvolvimento futuro da China, o PCCh continua a enfatizar a prosperidade compartilhada por todos, o desenvolvimento do comércio global, a atração de talentos globais e a melhoria da imagem da China no cenário mundial.

O 20º Congresso Nacional do PCCh, encerrado em 22 de outubro de 2022, ajudou a estimular e a unir mentes e corações. A China parece seguir pelo caminho certo e enviou ao mundo mensagens positivas e de abertura.

Na última década, o país havia alcançado sua meta de construir uma "sociedade moderadamente próspera", definida em termos quantitativos como a duplicação, até 2020, do PIB e da renda per capita dos moradores urbanos e rurais em relação a 2010. Em 2019, a China já havia chegado a um PIB anual de 99 trilhões de yuans (US$ 14,4 trilhões) — mais que o dobro dos 41,2 trilhões (US$ 6,37 trilhões) de 2010 —, com um PIB per capita de US$ 10.276.

Mas o desenvolvimento econômico do país, embora seja um ponto alto, não foi o único foco da construção de uma sociedade moderadamente próspera. Também houve grandes avanços em outras áreas. O padrão de vida da população chinesa melhorou de fato, como mostra a alta constante de vários indicadores. A nota da China no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) subiu de 0,49

[11] Publicado originalmente em 19 de outubro de 2022 pelo *GD Today* e revisto para esta coletânea.

em 1990 para cerca de 0,76 em 2019, e a expectativa de vida também está bem acima da média mundial, tendo chegado a 77,3 anos em 2019.

Apesar dos progressos nas áreas mencionadas, o PCCh continua preocupado em garantir que o desenvolvimento seja equilibrado. Em 40 anos de reforma e abertura, a China tirou mais de 800 milhões de pessoas da pobreza, o que corresponde a mais de 75% da redução da pobreza no mundo nesse período.

Nas últimas três décadas, o combate à pobreza no mundo ficou muito aquém do ritmo da globalização, e a desigualdade crescente foi a principal causa da recente onda antiglobalização. É por isso que as conquistas da China no combate à pobreza têm importância global e podem contribuir para a continuidade da globalização e para novos avanços na redução da pobreza no mundo.

A China aproveitou as vantagens de seu sistema e de suas políticas no caminho para construir uma sociedade moderadamente próspera. O governo valeu-se de seus pontos fortes em infraestrutura, desenvolvimento industrial, educação, saúde e proteção ambiental para fomentar o desenvolvimento.

A China investiu pesadamente em educação, elevando a taxa bruta de matrícula no ensino superior de 30% em 2012 para 57,8% em 2021. Em 2021, o programa nacional de seguro médico básico da China já cobria mais de 1,3 bilhão de pessoas, e o sistema básico de previdência, quase 1 bilhão. A China também garante, nos termos da lei, o ensino obrigatório para crianças e adolescentes em idade escolar.

Ainda assim, ao avaliar as razões dessas conquistas notáveis, não podemos ignorar os benefícios que a globalização e a abertura trouxeram para o desenvolvimento econômico da China. A pobreza diminuiu graças ao comércio internacional. "O comércio é melhor do que a ajuda", como disse o ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan.

Nas últimas quatro décadas, as empresas multinacionais investiram na China e passaram a responder por cerca de metade do comércio de importação e exportação do país, quase 20% da arrecadação tributária e um décimo do emprego urbano. Elas não só fomentaram o desenvolvimento econômico como também proporcionaram uma enorme quantidade de oportunidades de emprego na China.

Além disso, desde que a China entrou na OMC, em 2001, seu PIB se multiplicou por mais de dez. Há quase 300 milhões de trabalhadores migrantes de origem rural na China, e a renda dos migrantes empregados nas multinacionais, assim como as remessas que eles enviam para casa, tornou-se parte importante do crescimento econômico do país. A abertura contínua também fez avançar a inovação tecnológica da China. Nos anos 2010, a economia digital e o comércio eletrônico conectaram a China ao mundo e a levaram à era do pagamento móvel.

Nos próximos cinco a dez anos, o desenvolvimento de alta qualidade será crucial para construir um modelo de modernização que beneficie toda a sociedade. Como mencionado no relatório de trabalho apresentado pelo presidente Xi ao 20º Congresso Nacional do PCCh, o mercado tem desempenhado um papel decisivo no desenvolvimento econômico, mas a ciência, a tecnologia e os talentos também são recursos importantes para o desenvolvimento de alta qualidade e continuarão a dar à China um impulso considerável. Tudo isso indica que a China continuará a adotar políticas mais inovadoras para atrair talentos globais.

A inovação em matéria de talentos também fez parte do rápido desenvolvimento da China. O país tornou-se aos poucos uma das primeiras escolhas dos talentos globais e do empreendedorismo. De 1978 a 2019, o número total de estudantes chineses no exterior passou de 6,5 milhões, e 86,28%, ou cerca de 4,2 milhões, optaram por voltar à China depois dos estudos.

Segundo o Índice Global de Inovação 2022, a China subiu rapidamente para o 11º lugar, ante o 29º em 2015. O país também ficou em primeiro lugar no mundo em número total de profissionais de P&D e em número de pedidos internacionais de patentes, com mais de 69.000 depósitos.

A necessidade global de talentos será ainda maior na era pós-pandemia, com os países correndo para adotar novas políticas de atração de talentos. Para garantir que deixe de ficar limitada a tecnologias centrais simples, a China precisa se esforçar mais para atrair os melhores talentos internacionais.

Hoje, a China tem pontos fortes na atração de talentos globais nos campos da inteligência artificial, das tecnologias quânticas e da engenharia genética, e precisa se tornar mais atraente para continuar competitiva.

Nos últimos anos, a China implementou muitas políticas inovadoras para atrair talentos internacionais, entre elas a criação de uma Administração Nacional de Imigração independente e o ajuste de sua política de green card. Mas precisamos aperfeiçoar ainda mais as políticas de apoio e criar um ambiente social mais aberto, inclusivo, prático e agradável para se viver.

A China também pode oferecer mais incentivos para atrair os melhores talentos internacionais. O país vem proporcionando um ambiente mais aberto e equitativo para que os talentos internacionais trabalhem e abram empresas, com procedimentos de visto mais fáceis, serviços de residência mais acessíveis, acesso mais amplo ao green card e uma experiência de vida internacional aprimorada. A experiência de Guangdong e das Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau na reforma dos mecanismos de atração de talentos pode ser replicada e levada a outras cidades.

A China fez progressos notáveis nos primeiros cem anos desde a fundação do PCCh. Olhando para o futuro, para alcançar sua segunda meta centenária — construir um país socialista moderno até 2049 —, o Partido enfrentará um conjunto de novos desafios, como a armadilha da renda média, o envelhecimento da população e o cumprimento de suas metas de emissões de carbono. Por isso, aprofundar a reforma e a abertura é necessário e vital para o futuro do país, enquanto ele enfrenta essas novas dificuldades e se empenha em alcançar sua segunda meta centenária.

Apesar do complexo ambiente internacional atual, uma integração maior à economia mundial não só fará avançar os pontos fortes do país em tecnologia e inovação como, mais importante, ampliará o soft power da China, ao criar uma imagem mais pacífica, amistosa e amável no cenário mundial. Em última análise, uma das tarefas mais importantes e desafiadoras para a China é ampliar o entendimento mútuo, obter reconhecimento global e expandir seu círculo de amigos no plano internacional — algo que não se alcança apenas com crescimento econômico.

Por que a China continua sendo um motor sólido de crescimento e um porto seguro para as multinacionais em meio à maré crescente do sentimento antiglobalização[12]

A chegada do McDonald's a Moscou e a Pequim marcou a reabertura desses mercados para o mundo e o alvorecer de uma era de ouro da globalização, tradição que a China espera continuar levando adiante no futuro e além.

A partir dos anos 1990, as multinacionais se espalharam pelo globo à medida que a tecnologia avançava, as barreiras comerciais caíam e as finanças se liberalizavam, o que tornou mais fácil do que nunca a circulação de bens, capitais, pessoas e ideias através das fronteiras. As empresas transnacionais ajudaram a costurar o mundo com cadeias de suprimentos, trazendo investimentos, empregos, uma cultura de consumo compartilhada e novas maneiras de fazer as coisas.

Como os tempos mudaram. O sentimento antiglobalização vem crescendo há algum tempo e, desde o início da crise na Ucrânia, houve um êxodo de multinacionais da Rússia, entre elas o McDonald's, a Starbucks e a Coca-Cola. Ao mesmo tempo, a Mastercard e a Visa suspenderam suas operações na Rússia, isolando cidadãos e empresas russos de grandes porções do sistema financeiro global.

Essa tendência vai além da crise na Ucrânia. As empresas multinacionais, há muito tempo os principais motores da globalização, veem-se cada vez mais no fogo cruzado geopolítico e se tornam instrumentos e alvos do uso da economia como ferramenta de poder do Estado, no novo jogo da interdependência transformada em arma.

No entanto, apesar de todo o discurso catastrofista e de desacoplamento em meio a uma "nova Guerra Fria", os fatos concretos na China contam uma história muito diferente: as multinacionais continuam a colher lucros extraordinários e a contribuir para o desenvolvimento local.

Em 2021, o investimento estrangeiro direto na China continental saltou 20,2%, para US$ 173,48 bilhões. O ânimo dos investidores estrangeiros continua amplamente positivo. A pesquisa mais recente da Câmara de Comércio da União Europeia na China (EUCCC) constatou que 59% dos associados consi-

[12]Publicado originalmente em 24 de maio de 2022 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

deram ampliar seus investimentos no país, 8 pontos percentuais a mais do que em 2020.

Do mesmo modo, a última pesquisa do Conselho Empresarial EUA-China (USCBC) constatou que 43% dos associados planejam acelerar a destinação de recursos à China nos próximos 12 meses, 18 pontos percentuais a mais do que no ano anterior.

As Duas Sessões anteriores reforçaram ainda mais o papel da China como motor de crescimento e porto seguro para o investimento estrangeiro em meio ao aumento da volatilidade global.

A meta oficial de crescimento do PIB de cerca de 5,5% para 2022 sinalizou uma postura política firmemente favorável ao crescimento. O programa de estímulos delineado para alcançá-la era notavelmente favorável às empresas e incluía 2,5 trilhões de yuans em restituições de impostos.

O relatório de trabalho do governo apresentado pelo primeiro-ministro Li Keqiang também delineou novas reformas favoráveis às empresas, como a implementação plena da gestão por listas dos assuntos que exigem aprovação do governo e o reconhecimento das licenças eletrônicas em todo o país, para facilitar as operações entre regiões.

A melhoria do ambiente de negócios foi parte fundamental de sua agenda na última década, período em que o número de entidades empresariais na China passou de 100 milhões para 150 milhões. Seu mandato também registrou avanços importantes no investimento estrangeiro, entre eles uma nova lei que ajuda a garantir condições equitativas às empresas estrangeiras e uma lista negativa de investimento estrangeiro reduzida hoje a apenas 31 itens.

Apesar desses avanços, ainda há espaço para melhorias. Foi o que destacaram vários colaboradores de *Transition and Opportunity: Strategies from Business Leaders on Making the Most of China's Future*, publicação do Centro para a China e a Globalização.

Em algumas áreas das políticas públicas, como escreve no livro o presidente da EUCCC, Jörg Wuttke, ainda há uma distância entre a retórica e a implementação. Enfrentar essas questões ampliará a capacidade das multinacionais de atuar como catalisadoras de mudanças, ajudando a formar talentos e a lançar as

bases da modernização industrial ao fornecer insumos de alta qualidade e elevar as expectativas dos consumidores chineses.

Do lado das empresas, os investidores estrangeiros precisam explorar seus pontos fortes e encontrar nichos alinhados à estratégia de desenvolvimento de longo prazo da China, que combina a integração regional com esforços para tornar a economia mais sustentável e menos dependente de recursos, tecnologias e mercados externos. O relatório de trabalho do governo deste ano aponta três áreas especialmente promissoras.

Em primeiro lugar, o investimento estrangeiro em setores como a indústria avançada e a química, que podem ajudar a China a internalizar cadeias industriais, será incentivado e poderá se beneficiar de uma abertura maior do mercado ou de políticas preferenciais. O relatório de trabalho pediu que o investimento estrangeiro seja direcionado à indústria e às áreas de alta tecnologia nas regiões central, ocidental e nordeste da China.

Em segundo lugar, os setores que estimulam o consumo interno, como os de automóveis e outros bens de consumo, continuam promissores, dadas as orientações políticas favoráveis e a contínua ascensão da classe média chinesa. Nas Duas Sessões, foram prometidas novas medidas para apoiar os gastos com bens de alto valor, como automóveis e eletrodomésticos.

Os limites à participação estrangeira nas montadoras foram eliminados este ano, o que permite a empresas como a Tesla ampliar a produção com tranquilidade e criar raízes, construindo centros de P&D na China. A Parceria Econômica Regional Abrangente aumenta o potencial de a China se tornar uma base de exportação de automóveis para a região.

Em terceiro lugar, as empresas estrangeiras com pontos fortes nas áreas de baixo carbono podem se beneficiar das duas metas de carbono da China, usando os planos setoriais e locais de descarbonização, que devem ser divulgados este ano, para identificar oportunidades de mercado e firmar parcerias com atores locais, sobretudo as empresas estatais encarregadas de conduzir a descarbonização por meio de alianças e de cadeias de suprimentos verdes.

As parcerias verdes com as estatais também podem ajudar as multinacionais a se inserir nas cadeias de suprimentos de baixo carbono e a conquistar novos

clientes, dado o papel das estatais como orquestradoras ou "guardiãs" de setores e projetos-chave.

O sucesso não virá fácil no mercado chinês, ágil e cada vez mais competitivo. Já se foi o tempo em que as empresas globais podiam contar com suas vantagens em tecnologia e marca para surfar numa onda de crescimento do PIB de dois dígitos simplesmente replicando seus modelos na China.

Mas as multinacionais ainda têm um papel crucial a desempenhar no desenvolvimento local. Num mundo incerto, a China continua a ser uma fonte de crescimento e de oportunidades para as multinacionais capazes de se adaptar e se localizar para superar a concorrência.

12
EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO

O MUNDO NUNCA DEIXARÁ de mudar, e sempre surgirão desafios às instituições e às ordens existentes. À medida que as atuais mudanças no poder global evoluem e se desdobram, cabe aos observadores e aos tomadores de decisão, em todos os níveis, contribuir com soluções para os desafios que enfrentamos, tanto como nações, individualmente, quanto como mundo, em seu conjunto.

Embora cada governo, comunidade, família e indivíduo enfrente uma série de desafios que vão do corriqueiro ao existencial, há alguns desafios que afetam a todos por igual. Hoje, entre eles estão as mudanças do nosso clima, que vêm provocando fenômenos naturais mais frequentes e mais destrutivos; a ameaça muito real de pandemias e de outras crises de saúde pública, que se propagam mais depressa porque o mundo está cada vez mais conectado; e a ameaça, ainda desconhecida, de tecnologias emergentes como a inteligência artificial.

Para a China, membro emergente e cada vez mais influente da comunidade global, a resposta sempre foi — e continua sendo — o engajamento, a comunicação e a cooperação que abarquem o Norte Global e o Sul Global, o Oriente e o Ocidente, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. As necessidades e os pontos fortes de todos os cantos do mundo estão interligados e afetam a todos nós. Foi por isso que a China decidiu se abrir e se reformar no fim dos anos 1970, por isso voltou às Nações Unidas, por isso entrou na Organização Mundial do Comércio e por isso continua a se engajar por meio de plataformas

novas e inovadoras, como o Acordo de Paris, o CPTPP, a Organização para Cooperação de Xangai e sua própria Iniciativa Cinturão e Rota.

Talvez um dos exemplos mais marcantes de como a China enfrenta esses desafios seja sua resposta à pandemia de covid-19, imperfeita, mas bem adequada à sua situação singular. Confinamentos estritos, aplicados com rigor, e um rastreamento de contatos que tirou proveito de seus pontos fortes tecnológicos, uma política de covid zero que manteve os números baixos e um movimento de reconversão industrial que garantiu a produção rápida de equipamentos de proteção individual e de vacinas — todas essas medidas ajudaram a salvar inúmeras vidas, porque limitaram a propagação da doença, mas seu rigor e sua duração fizeram com que a China ficasse isolada do mundo de forma mais completa e por mais tempo do que muitos outros países.

No entanto, a rapidez e o ímpeto com que a China se recuperou foram igualmente impressionantes e, ao contrário de muitos outros países, ela seguiu defendendo a continuidade da globalização e do livre-comércio, apesar da onda de protecionismo que surgiu em muitas economias desenvolvidas. Em vez de forjar alianças de segurança, a China vê no comércio uma solução central para os problemas atuais do mundo, que ao mesmo tempo assegura a continuidade de seu crescimento e de seu desenvolvimento — seja ao integrar as economias, de modo que os governos pensem duas vezes antes de se envolver num conflito militar, seja por sua posição de liderança no desenvolvimento e na fabricação de tecnologias verdes capazes de evitar uma mudança climática destrutiva.

Neste capítulo, exploramos soluções viáveis para alguns dos principais problemas que o mundo enfrenta hoje, com foco em como as políticas e as abordagens da China podem contribuir para resolvê-los, trabalhando, em última análise, com o resto do mundo para inaugurar uma forma inovadora de globalização econômica, capaz de redesenhar a ordem mundial em benefício de todos.

O caminho para as soluções é pavimentado pelo diálogo

Este capítulo começa reiterando a disposição da China de atender às preocupações dos Estados Unidos; mas, como afirma o artigo seguinte, intitulado "O diálogo, não a ruptura, deve definir o futuro do comércio", são os Estados Unidos que precisam dar o primeiro passo para iniciar essa conversa, que pode

muito bem levar a avanços e a novas áreas de cooperação. Soluções não surgem no vácuo; precisam ser exploradas por meio de uma discussão aberta e pragmática. Agora a bola está com os Estados Unidos.

O segundo artigo deste capítulo, intitulado "Liderança em energia verde: por que a China pode liderar a revolução climática", analisa a tendência inevitável da transição verde na tecnologia e as capacidades avançadas da China nesta era, e discute não se a China vai se tornar uma líder, mas se conseguirá fazer o mundo abraçar seus avanços tecnológicos. O terceiro artigo deste capítulo, intitulado "Aproveitar a transição verde da China para mitigar a mudança climática global", aprofunda esse tema, concentrando-se nas vantagens centrais específicas da China na busca de uma solução para a mudança climática. Os avanços da China em tecnologia verde lhe dão a capacidade singular de oferecer soluções baratas e eficazes aos países determinados a fazer a transição para um futuro de carbono zero.

Passando ao fator humano, o artigo seguinte deste capítulo trata do fluxo de talentos, que pode ser uma bênção para os países em desenvolvimento, não só por atrair os talentos necessários ao desenvolvimento, mas também por criar entendimento e prevenir problemas causados por mal-entendidos e pela desinformação. O artigo seguinte deste capítulo, intitulado "A isenção de vistos mostra que a China escolhe a abertura em vez do isolamento", destaca como a China está de fato trabalhando para se tornar mais aberta e acessível ao mundo. Ao estender programas de isenção de vistos a nada menos que 47 países até junho de 2025, a China aposta que, facilitando as viagens ao país e ampliando os intercâmbios entre os povos, melhorará sua imagem global, ao permitir que o mundo conheça a China em primeira mão.

Seguindo adiante, no campo do comércio global, uma das grandes preocupações tem sido a de que a China estaria inundando o mundo com seus produtos, e os Estados Unidos têm se manifestado com enorme veemência sobre a chamada "sobrecapacidade" chinesa. O quinto artigo deste capítulo, intitulado "A preocupação dos EUA com a sobrecapacidade chinesa é um falso problema", examina a questão de a China estar revolucionando o mercado com uma série de produtos, em especial veículos de nova energia e baterias, e de como isso deveria ser visto no contexto mais amplo da cooperação contra a mudança climática,

bem como das alavancas que a China e seus parceiros podem pôr na mesa em matéria de tecnologias verdes.

Às vezes parece não haver fim para as fontes de tensão na relação China-EUA, o que torna monumental a tarefa de encontrar soluções para questões globais mais amplas. Para garantir a continuidade da prosperidade que a globalização trouxe ao mundo até agora, o artigo seguinte deste capítulo, intitulado "A cooperação China-UE é necessária para salvaguardar o futuro da globalização", sustenta que os atores mais decisivos para que isso aconteça talvez sejam a China e a UE. Como as duas maiores potências econômicas depois dos Estados Unidos, a China e a Europa, cooperando, poderiam criar as condições para que a próxima fase da globalização seja tão próspera quanto a anterior.

Em busca de um novo modelo de desenvolvimento

O artigo seguinte deste capítulo, intitulado "Uma nova forma de globalização econômica para redesenhar a ordem mundial", reforça o mesmo tema sob outra perspectiva, discutindo como o atual modelo de globalização econômica já não é adequado ao seu propósito no mundo de hoje. Longe de propor uma substituição completa do sistema atual, porém, o artigo enfatiza a ideia de que uma nova forma de globalização poderia ser alcançada por meio da reforma das instituições existentes e da criação de novas instituições, quando necessário. Para construir uma forma de globalização mais integrada no conjunto e estruturalmente atualizada, o artigo também faz recomendações específicas sobre a reforma da OMC e de outras instituições globais, bem como de marcos regionais, como o Acordo Abrangente de Investimentos, hoje engavetado, e o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica.

O artigo seguinte, intitulado "O papel da BRI como bem público global deve ser maximizado", concentra-se nas contribuições que a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) da China pode dar ao desenvolvimento global. A BRI tem recebido uma cobertura em geral negativa no Ocidente, mas uma avaliação positiva dos países em desenvolvimento, que formam a maioria de seus membros. Está claro, porém, que daqui para a frente a BRI precisa multilateralizar sua gestão e a seleção de projetos e, ao mesmo tempo, articular-se com outras iniciativas, para que possa de fato se tornar um bem público global.

Como líder da BRI, a China orienta as tendências e o ritmo do desenvolvimento tanto dos países em desenvolvimento quanto dos desenvolvidos. Depois da pandemia de covid-19, a reabertura da China contribuiu muito para a recuperação econômica global, mas a continuidade de sua abertura no futuro também criará oportunidades para o mundo. No artigo seguinte, "Cinco razões pelas quais a reabertura da China é uma boa notícia para a economia global", examinaremos mais de perto como exatamente a China, uma das economias mais influentes do mundo, pode oferecer soluções para os desafios que a globalização enfrenta e um caminho claro para a recuperação econômica.

Num contexto mais amplo, o décimo artigo deste capítulo, intitulado "Redesenhar a ordem mundial pode trazer de volta a globalização econômica?", analisa a possibilidade de um momento "novo Bretton Woods", em que o mundo poderia trabalhar em conjunto para garantir a prosperidade econômica e a estabilidade política. Nesse contexto, o papel da China é o de privilegiar a cooperação econômica e comercial, e não as alianças de segurança, como forma de se precaver contra tensões e conflitos; o país sustenta que mais integração, e não menos, contribuirá para um mundo mais estável e próspero.

O engajamento e o intercâmbio são essenciais para a busca de soluções no futuro.

Algumas soluções para certos problemas podem ter efeitos colaterais inesperados ou indesejados. A resposta da China à pandemia de covid-19 foi uma das mais abrangentes do mundo e, embora tenha sido extremamente eficaz para salvar vidas num país que poderia ter tido, de longe, a maior taxa de letalidade, também resultou numa paralisação quase total dos fluxos globais de talentos, de estudantes a profissionais qualificados e empresários. O décimo primeiro artigo deste capítulo, intitulado "A política de covid zero teve um impacto severo sobre o estoque de talentos globais da China", examina de perto o quanto a pandemia afetou os talentos globais na China e como o país está trabalhando para atrair esses talentos de volta e garantir a mão de obra necessária para sustentar sua próxima fase de desenvolvimento.

Parte do esforço de atrair talentos e aprimorar o intercâmbio consiste em atuar dentro do marco internacional de acordos, especificamente dos acordos comerciais, que estabelecem padrões e marcos capazes de promover o desenvol-

vimento. O penúltimo artigo deste capítulo trata da candidatura da China ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica, que passou a ser liderado pelo Japão depois que os Estados Unidos se retiraram do acordo. "O Japão deveria estar aberto à adesão da China ao CPTPP" analisa a escolha diante da qual o Japão se encontra: aproximar-se mais de seu maior vizinho e destino da maior parte de seus produtos manufaturados, ou permanecer próximo dos Estados Unidos por causa da percepção de riscos à segurança. Uma das vantagens de trazer a China para o acordo seria que ela teria de cumprir as exigências do acordo, o que nivelaria o campo de jogo, ao mesmo tempo que abriria ainda mais seus mercados a uma gama maior de produtos do mundo todo.

Com o objetivo de se tornar um centro de desenvolvimento de talentos e um destino atraente para os melhores talentos do mundo, a China está trabalhando para aplicar muitas das soluções discutidas neste capítulo e se posicionar ao mesmo tempo como formadora e como polo de talentos. O último artigo deste capítulo, "Políticas inovadoras na China para acolher talentos globais", descreve medidas concretas que a China adotou para tornar o trabalho no país mais atraente para profissionais de todo o mundo, como a ampliação de sua política de "green card" e a adoção de políticas favoráveis a profissionais de certos setores, como ciência e tecnologia.

O diálogo, não a ruptura, deve definir o futuro do comércio[1]

A China está pronta para dialogar com os Estados Unidos em pé de igualdade, mas são os Estados Unidos que precisam dar o primeiro passo. Afinal, o diálogo é essencial para administrar as relações comerciais EUA-China, e o progresso nessa frente pode dar mais impulso a outras questões que exigem a cooperação entre os dois países.

O presidente Trump assumiu o cargo este ano proclamando aos quatro ventos sua disposição de trabalhar com a China em questões que vão da produção de fentanil ao TikTok e à paz mundial. Hoje, parece que estamos mais longe do que nunca de soluções cooperativas e de um diálogo produtivo. Em 2 de abril, batizado pela Casa Branca de "Dia da Libertação", os Estados Unidos

[1] Este artigo foi escrito em 17 de abril de 2025, depois que o governo Trump impôs tarifas à China.

anunciaram tarifas abrangentes sobre dezenas de países, sinalizando um retorno aos elementos mais confrontacionais das políticas do governo Trump. Embora Trump tenha desde então recuado da beira do abismo — anunciando, em 9 de abril, uma pausa de 90 dias para todos os países, exceto a China, com novas e amplas isenções e exceções no dia 11 —, essas medidas, por si sós, não bastam. A Casa Branca precisa, em vez disso, optar conscientemente por estender a mão tanto à China quanto ao resto do mundo, para resolver juntos as questões globais.

No cerne das tarifas do governo Trump há uma incompreensão fundamental da natureza do comércio. O governo Trump continua fixado nos déficits bilaterais no comércio de bens como medida do declínio nacional, mas essa visão ignora a estrutura básica da economia americana. Os Estados Unidos têm um dos maiores superávits do mundo em serviços — das finanças e da consultoria à educação e à propriedade intelectual. O país é o polo global de talentos, inovação e capital. Seus mercados estão entre os destinos de investimento mais atraentes do mundo. E o status do dólar americano como moeda de reserva mundial dá a Washington enormes vantagens estruturais de que poucos outros desfrutam. Dito de outra forma: se você paga um cozinheiro por uma refeição, seria racional tirar tempo do seu trabalho como sócio-gestor de uma empresa financeira só para fazer panelas e tigelas a fim de equilibrar seu déficit comercial com o cozinheiro?

Na verdade, a única área em que os Estados Unidos têm um déficit comercial persistente é a dos bens manufaturados — e isso nunca foi por acaso, porque os Estados Unidos têm a capacidade de imprimir dólares para comprar os bens do mundo. O país também fez uma guinada deliberada e calculada rumo a uma economia de alta tecnologia, movida pelos serviços. Afastou-se de indústrias de margens baixas, intensivas em mão de obra e muitas vezes poluentes, em direção a setores mais limpos, mais lucrativos e dominantes em escala global. Agora, os Estados Unidos tratam essa guinada como um fracasso e se preparam para reescrever décadas de uma política econômica intencional.

O resultado é um cenário de incerteza global. As tarifas de Trump tratam o comércio como um livro-caixa a ser zerado — em que as exportações devem igualar as importações e qualquer desequilíbrio é, por natureza, injusto. Punem os parceiros comerciais com base numa leitura estreita do comércio de bens, que

ignora esse quadro mais amplo, no qual os Estados Unidos obtiveram retornos extraordinários como centro do comércio de serviços, do investimento e dos talentos.

Está claro, porém, que, apesar de todo o caos, Trump quer um acordo e, embora suas opiniões sobre os déficits comerciais possam ser quixotescas, foi ele quem aventou a possibilidade de reduzir restrições em troca de mais ação contra o fentanil e quem levantou questões como a estrutura acionária do TikTok como ponto de partida. Quando as tarifas levaram a Washington representantes preocupados de todo o mundo, o governo comemorou, e o próprio Trump estaria, segundo relatos, à espera de um telefonema da China. A porta chinesa para a discussão e a negociação está escancarada, mas os Estados Unidos precisam estar dispostos a dialogar de boa-fé e em pé de igualdade, como reafirmou recentemente a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Mao Ning.

Mas não se leva a China ao diálogo e à discussão com ameaças. Embora o volume total do comércio China-EUA tenha aumentado em relação ao período anterior à primeira guerra comercial, em 2018, a importância dos Estados Unidos como parceiro caiu de 19,2% das exportações totais da China em 2018 para 14,7% em 2024.[2] A China se diversificou, e hoje mais de 70% de suas exportações vão para países de fora do G7.[3] A ASEAN se tornou o maior parceiro comercial da China, e quase metade do comércio chinês hoje se dá com países do Cinturão e Rota. A China também eliminou as tarifas sobre as importações de 43 países em desenvolvimento, reforçando sua posição de parceira do Sul Global e sinalizando um compromisso contínuo com o comércio aberto.

Além disso, a transformação interna da própria China está a todo vapor: estimula o consumo doméstico, aprofunda o desenvolvimento de alta qualidade por meio da IA e da energia verde e libera novas forças produtivas de qualidade. A China ainda domina a oferta global em áreas como os minerais de terras raras, e setores estratégicos como semicondutores, veículos elétricos e robótica avançada são hoje prioridades nacionais, o que, ao mesmo tempo, reforçou a resiliência da China e reduziu sua dependência do mercado americano.

[2]CSIS, "China and the Impact of 'Liberation Day' Tariffs", *Critical Questions*, 4 de abril de 2025.
[3]Dexter Tiff Roberts, "China is ready to 'eat bitterness' in the trade war. What about the US?", Atlantic Council, 10 de abril de 2025.

A China está aberta à discussão em pé de igualdade. O vice-primeiro-ministro chinês He Lifeng reuniu-se recentemente com o ex-secretário do Tesouro americano Hank Paulson, com o fundador da Bridgewater, Ray Dalio, e com o presidente emérito da Brookings Institution e da Asia Society, John Thornton. Mas, se os Estados Unidos querem fazer as coisas avançarem, precisam, como iniciadores desta guerra comercial, estender a mão à China agora, em vez de tentar intimidá-la com ameaças que só servem para agitar e desestabilizar os mercados globais.

Tomem-se, por exemplo, os diálogos anteriores de cooperação EUA-China sobre o fentanil durante o governo Biden, depois dos quais as mortes relacionadas ao fentanil nos Estados Unidos caíram 27% em 2024 — uma queda acentuada, fruto do aumento da cooperação com a China.[4] Se Trump quiser dar continuidade a essa cooperação, poderá optar por dialogar com a China e fornecer informações de inteligência claras sobre as cadeias de suprimentos e as rotas de tráfico, para que as autoridades chinesas, por sua vez, tomem novas medidas. Como afirmou recentemente a ex-secretária de Comércio Gina Raimondo, a China e os Estados Unidos podem resolver juntos a crise do fentanil. Esse deveria ser o objetivo: não mais tarifas, e sim reuniões e soluções reais.

Além disso, as empresas chinesas não têm se acanhado em investir nos Estados Unidos: o investimento direto chinês chegou a quase US$ 84 bilhões no fim de 2023, e a perspectiva de retomada do diálogo e da cooperação traz oportunidades para mais.[5] Isso espelha a forma como, nos anos 1980 e 1990, o Japão aliviou os atritos comerciais com os Estados Unidos aumentando seus investimentos na indústria e na infraestrutura americanas. A mesma abordagem poderia funcionar de novo. Facilitar o investimento chinês em setores que geram empregos não só beneficiaria as economias locais — também ofereceria uma forma pragmática de equilibrar o comércio sem prejudicar ainda mais o sistema baseado em regras.

[4] Vanda Felbab-Brown, "US-China relations and fentanyl and precursor cooperation in 2024", Brookings, 29 de fevereiro de 2024.

[5] The State Council Information Office of the People's Republic of China, "China's Position on Some Issues Concerning China-US Economic and Trade Relations", White Papers, 9 de abril de 2025.

Num mundo cada vez mais instável e, ainda assim, mais conectado do que nunca, um diálogo sólido e uma cooperação estreita entre a China e os Estados Unidos são um pilar cada vez mais vital não só para o comércio global, mas também para o bem comum mundial; pelo bem de toda a humanidade, os Estados Unidos deveriam corresponder de boa-fé. Como disse o próprio presidente Trump em dezembro, "a China e os Estados Unidos podem, juntos, resolver todos os problemas do mundo". Em questões que vão da Ucrânia e da Palestina à mudança climática e à saúde global, os dois países têm interesses convergentes e potencial para uma cooperação real. Uma relação EUA-China estável não interessa apenas aos dois lados — é um alicerce da paz mundial.

A ironia dessa abordagem é que os Estados Unidos, ao tentar reequilibrar seu comércio, estão se isolando. Países como Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Índia e as principais economias da ASEAN buscam relações comerciais estáveis. O papel da China como defensora da abertura está ganhando destaque e, se os Estados Unidos não estiverem à altura do momento, poderão descobrir que já não ditam as regras, apenas reagem a elas.

O presidente Trump promete tornar a América "grande de novo", mas as tarifas, por si sós, não vão conseguir isso. O que é preciso agora não é confronto, e sim uma coordenação de mãos abertas; não muros, mas pontes. O comércio não é uma arma. É um instrumento de prosperidade compartilhada. E precisa ser protegido — pelo bem de nossas duas nações e do mundo.

Liderança em energia verde: por que a China pode liderar a revolução climática[6]

À medida que a transição verde se torna uma das tendências tecnológicas decisivas do século XXI, a questão não é se a China está liderando o mundo, mas se conseguirá fazer com que sua liderança climática seja abraçada com rapidez suficiente para construir um futuro melhor para todos.

Em 2007, o colunista do *New York Times* Thomas Friedman escreveu que "o verde é o novo vermelho, branco e azul", argumentando que os Estados Unidos poderiam consolidar sua liderança tecnológica por meio da tecnologia limpa.

[6]Publicado originalmente em 26 de junho de 2025 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Nas décadas seguintes, porém, a disfunção política americana virou essa ideia de cabeça para baixo. Agora, em 2025, ele argumenta que o "grande e belo projeto de lei" do presidente americano Donald Trump só vai "tornar a China grande de novo".

Não é difícil entender por que ele pensaria assim. Há uma ligação íntima entre a capacidade de geração de energia e a produção econômica de um país. Num mundo movido por modelos de IA cada vez mais famintos de energia, por grandes investimentos em infraestrutura digital e por processos industriais tradicionais, abandonar a forma mais barata de geração de energia já descoberta para defender velhos interesses ligados aos combustíveis fósseis parece insensato.

Desde o início dos anos 2020, é um truísmo que, por dólar gasto em capacidade, as renováveis já superam os combustíveis fósseis em preço, além de não dependerem de um fluxo contínuo de combustível externo a preços oscilantes.

Nesse desafio está a oportunidade. Num mundo assolado pela instabilidade climática, pela insegurança energética e pela incerteza econômica, o próximo líder global será coroado não pela guerra nem pela riqueza, mas pela competência e pela capacidade. Fornecer energia limpa em grande escala será a linha de frente em que essas qualidades se definirão, e a China está se posicionando no centro dessa transformação. Está se tornando a maior produtora mundial de painéis solares e de veículos elétricos e dando sustentação a uma revolução verde que pode redefinir a governança global.

Como observou recentemente o historiador econômico Adam Tooze num diálogo no Centro para a China e a Globalização, a China efetivamente deflagrou uma revolução da energia verde, criando capacidade onde antes só havia marcos de política e sonhos distantes de substituição. Só em 2023, a China instalou mais capacidade solar do que o mundo inteiro havia instalado no ano anterior, e está derrubando os preços das instalações em outros lugares.

O custo da energia solar caiu para apenas 11 centavos de dólar por watt de capacidade em 2024. Nas palavras de Tooze: "Porque esse domínio — e é mesmo domínio — de tantas áreas da produção, com altíssima qualidade, altíssima flexibilidade, integração em toda a cadeia de suprimentos e custo razoável, significa que fica difícil para os outros imaginarem seu futuro econômico."

Assim como a energia a vapor ajudou a erguer o Império Britânico e o transistor catalisou a liderança tecnológica americana, hoje a energia verde está lançando as bases para que a China contribua para a próxima fase da liderança global. Ao contrário das revoluções industriais anteriores, a transição verde, por sua própria natureza, precisa ser colaborativa, inclusiva e de alcance global.

Afinal, a mudança climática é um problema que ameaça a todos nós, independentemente das fronteiras, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas do mundo. Nesses lugares, as novas instalações vão criar uma capacidade que nunca existiu antes.

A governança global precisa evoluir para refletir esse futuro compartilhado. Se a China puder ajudar a conduzir o mundo na contenção da mudança climática, não só contribuiremos para estabilizar o planeta, como também ajudaremos a escrever um novo capítulo na arquitetura da cooperação internacional.

A transição já está dando frutos dentro do país. A China está passando de um modelo conduzido pelo Estado e fortemente apoiado em subsídios para uma economia verde mais eficiente e movida pelo mercado. Os subsídios à energia fotovoltaica foram eliminados gradualmente à medida que o setor amadureceu, o que permitiu que os avanços tecnológicos e as economias de escala impulsionassem a adoção da energia solar apenas por seus méritos. Os subsídios aos veículos elétricos estão sendo retirados aos poucos, o que leva as montadoras nacionais a voltar a se concentrar em inovação, qualidade e competitividade global.

No entanto, a competitividade da China também cria um problema. Para combater a mudança climática, precisamos superar um déficit de confiança cada vez maior. A ascensão da China na cadeia de valor já começou a deslocar empresas estabelecidas nas economias desenvolvidas em áreas como a indústria automobilística, mas o deslocamento não precisa ser a lógica da ascensão chinesa.

Para se consolidar e apoiar a transição verde, a China precisa construir confiança por meio de ações, e fazê-lo de modo a não privar as economias locais de oportunidades. Terá de abraçar continuamente uma estratégia global de "sair para o mundo", uma estratégia que esteja "no mundo, para o mundo", investindo de forma concreta nos mercados estrangeiros para ampliar a capacidade das empresas chinesas e distribuir os frutos da integração econômica.

O mundo pode se beneficiar de empreendimentos como a joint venture da LONGi Green Energy para fabricar equipamentos solares em Ohio e a primeira fábrica de veículos elétricos da BYD na Tailândia. Linhas de transmissão construídas pela China, por exemplo, podem ligar usinas solares no Norte da África às redes elétricas da Europa.

Haverá, claro, resistência de interesses arraigados e de indústrias tradicionais. Mas, para as pessoas comuns de todo o mundo e para os governos que buscam energia a preço acessível, quanto antes vier a transição verde mundial, melhor.

Se o século XIX pertenceu ao vapor e o século XX ao silício, o século XXI pertencerá a quem dominar a transição verde. A questão não é se a China está liderando essa revolução. A verdadeira questão é se a China conseguirá fazer o mundo abraçar sua liderança climática com rapidez suficiente para construir um futuro melhor e mais sustentável para todos.

Aproveitar a transição verde da China para mitigar a mudança climática global[7]

Apesar da resistência crescente às tecnologias e aos produtos verdes, a oportunidade criada pelos desafios da mudança climática global não deve ser subestimada, e a China tem potencial para impulsionar uma transição verde mutuamente benéfica.

O ano de 2024 foi o mais quente já registrado, o que evidencia a necessidade urgente de intensificar os esforços de produção de novas energias em todo o mundo. Apesar das iniciativas governamentais pelo mundo afora, persiste uma escassez significativa de capacidade e de investimento em novas energias. Como um dos líderes da transição verde global, a China transformou significativamente suas políticas climáticas, passando de um papel passivo na governança climática global a uma posição de liderança proativa no enfrentamento da mudança climática. Essa transição verde oferece inúmeros benefícios, tanto dentro da China quanto no plano global. Para aproveitar a transição verde da China na mitigação da mudança climática global, a comunidade internacional deveria

[7]Publicado originalmente em 7 de maio de 2025 no número 11 do *Global Solutions Journal* e revisto para esta coletânea.

tirar proveito dos avanços que a China alcançou, em benefício do mundo como um todo.

OS EFEITOS DESTRUTIVOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA

A elevação contínua da temperatura global agrava os eventos climáticos extremos e tem efeitos profundos sobre a estabilidade econômica e social do mundo. A mudança climática tem perturbado significativamente setores importantes, da agricultura e da energia à infraestrutura e às cadeias globais de suprimentos, com consequências particularmente graves para os países em desenvolvimento que dependem fortemente de recursos naturais para sustentar suas economias. Na escala humana, a segurança alimentar sofre uma dupla ameaça, a do aumento das temperaturas e a dos eventos climáticos extremos; ao mesmo tempo, as cadeias de suprimentos são frequentemente interrompidas e a infraestrutura muitas vezes é danificada, o que agrava ainda mais a situação precária da economia global.

GRAVE ESCASSEZ DE CAPACIDADE E DE INVESTIMENTO EM NOVAS ENERGIAS

Apesar das iniciativas governamentais no mundo inteiro, persiste uma escassez significativa de capacidade e de investimento em novas energias. A Agência Internacional de Energia (AIE) preconiza um investimento anual de US$ 4,5 trilhões em energia verde, mas em 2023 só uma fração desse montante foi efetivamente gasta: apenas US$ 1,3 trilhão. A grande distância entre a demanda e o progresso efetivo evidencia a urgência e a necessidade de desenvolver produtos com boa relação custo-benefício, aprimorar a alocação de recursos para aumentar a eficiência e avançar na tecnologia para acelerar o progresso. Os painéis solares apresentam um imenso potencial de crescimento, por serem uma ferramenta essencial no combate à mudança climática global, e a AIE prevê que a demanda mundial por novas instalações fotovoltaicas chegará a 820 gigawatts. Em 2022, porém, a capacidade de produção ainda era insuficiente e atendia a apenas um quarto dessa meta — longe de qualquer sobrecapacidade. Da mesma forma, o mercado de veículos elétricos cresceu exponencialmente em 2023, com alta de 35% nas vendas globais na comparação anual. No entanto, embora a projeção seja de que a demanda global por veículos elétricos chegue a 30 milhões de

unidades até 2027, a China exportou apenas 1,2 milhão de veículos elétricos em 2023, o que evidencia uma grave escassez de oferta.

Essa escassez afeta sobretudo os países em desenvolvimento, cuja transição para uma economia de baixo carbono e cujos esforços para combater a mudança climática exigem, com urgência, financiamento e apoio tecnológico da comunidade internacional. É por isso que os países deveriam promover o uso e o comércio de tecnologias e produtos verdes por meio de um sistema de comércio internacional aberto e inclusivo, em vez de politizar as questões climáticas a serviço de interesses econômicos. Quaisquer políticas que entravem a transição global para uma economia verde, em especial as restrições comerciais excessivas, vão sufocar a cooperação climática global e enfraquecer o poder coletivo do mundo de responder à mudança climática.

OS AVANÇOS DA CHINA RUMO À TRANSIÇÃO VERDE

Nos últimos anos, as políticas climáticas da China passaram por uma transformação significativa, deixando a participação passiva na governança climática global para assumir um papel de liderança no combate à mudança climática. O presidente Xi Jinping lançou a Iniciativa de Desenvolvimento Global na Assembleia Geral da ONU, enfatizando a necessidade de acelerar a transição para uma economia verde e de baixo carbono e de alcançar uma recuperação e um desenvolvimento verdes, aprimorando ao mesmo tempo a governança ambiental global para responder ativamente à mudança climática.

A China não só se comprometeu a atingir o pico das emissões de carbono até 2030 e a neutralidade de carbono até 2060, como também vem promovendo a cooperação internacional em desenvolvimento verde por meio da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e de outros canais. Ao participar ativamente dos acordos climáticos internacionais e promover o comércio sustentável, a China passou gradualmente à linha de frente da governança climática global. O ex-vice-ministro do Comércio e ex-diretor-geral adjunto da OMC Yi Xiaozhun destacou recentemente, num seminário na sede da OMC, que as políticas verdes da China não só têm impactos profundos sobre sua economia doméstica, como também dão um impulso significativo à transição verde global.

Hoje, embora o carvão continue sendo a principal fonte de energia da China, o país vem reduzindo ativamente sua dependência dele, com uma expansão significativa das energias renováveis e da energia nuclear. Segundo o 14º Plano Quinquenal da China (2021–2025), a capacidade instalada total de energias renováveis, como a eólica e a solar, deverá superar 1,2 bilhão de quilowatts até 2030, o que fará da energia limpa um componente central da futura matriz energética chinesa.

A China também tem investido pesadamente no avanço das tecnologias de energia renovável, da tecnologia de veículos elétricos, das redes inteligentes, dos sistemas de armazenamento de energia e de outras tecnologias ambientalmente corretas. Com o objetivo de criar um ecossistema de mercado em torno da redução de carbono, o mercado nacional de comércio de carbono da China busca usar mecanismos de mercado para incentivar as empresas a reduzir suas emissões de carbono e levar os setores de altas emissões a acelerar a modernização tecnológica e a transição para práticas mais verdes. Além disso, a China vem promovendo ativamente o desenvolvimento da "nova infraestrutura", que inclui o 5G, a inteligência artificial e a internet das coisas, cuja aplicação em larga escala aumentará a eficiência energética e reduzirá sua pegada de carbono.

A TRANSIÇÃO VERDE DA CHINA ESTÁ SE TORNANDO MAIS MOVIDA PELO MERCADO DO QUE CONDUZIDA PELO GOVERNO

Como enfatizou Yi Xiaozhun, a transição verde da China é movida mais pela concorrência de mercado e pela inovação tecnológica do que pela dependência de subsídios governamentais. Ele observou que o sucesso da indústria chinesa de energia renovável não se baseia em subsídios governamentais de longo prazo, mas no estímulo à concorrência de mercado, na rápida inovação tecnológica e no aproveitamento de seu imenso mercado.

O mercado nacional de comércio de emissões de carbono da China é um mecanismo de mercado que garante transparência e equidade nas transações de carbono. Ele não só ajuda a China a controlar suas emissões totais de carbono, como também salvaguarda a concorrência leal no comércio internacional, oferecendo um ambiente mais equitativo para que as empresas chinesas atuem nos mercados globais. Essas medidas permitem à China implementar uma tran-

sição econômica verde e, ao mesmo tempo, preservar a estabilidade do sistema multilateral de comércio, demonstrando assim seu compromisso com o desenvolvimento sustentável internacional.

Nos primeiros estágios de desenvolvimento, os subsídios governamentais ajudaram a indústria chinesa de energia renovável a crescer rapidamente, mas nos últimos anos a China foi reduzindo gradualmente os subsídios em setores como o fotovoltaico, o eólico e o de veículos elétricos. O caso mais notável é o do "Comunicado sobre Questões Relativas à Geração de Energia Fotovoltaica em 2018", que reduziu significativamente os subsídios à energia fotovoltaica e limitou a escala dos novos projetos fotovoltaicos. À medida que esses subsídios diminuíam, as empresas fotovoltaicas chinesas aumentaram sua competitividade modernizando suas tecnologias e reduzindo os custos de produção, o que foi baixando gradualmente o preço da eletricidade. Essa transição lhes permitiu conquistar uma posição dominante no mercado global.

No setor de veículos elétricos, os subsídios do governo chinês começaram a diminuir gradualmente em 2017, e todos os subsídios aos compradores de veículos elétricos haviam sido eliminados em 2022. A retirada desses subsídios acelerou a transição do setor para uma lógica de mercado, levando as fabricantes de veículos elétricos a competir com mais inovação e controle de custos. Em 2018, a China chegou a ter 480 fabricantes de veículos elétricos, mas a intensa concorrência de mercado reduziu esse número para apenas cerca de 50 hoje. Essa pressão competitiva obrigou as empresas a se empenhar em aprimorar constantemente as tecnologias existentes e reduzir os custos de produção, e é isso que lhes deu uma posição tão forte no mercado internacional.

CRÍTICAS CRESCENTES À CHINA POR CAUSA DA SOBRECAPACIDADE E DAS TARIFAS

Essa transição verde oferece inúmeros benefícios, tanto dentro da China quanto no plano global, entre eles custos de energia mais baixos, proteção ambiental e apoio a outros países por meio do comércio e da transferência de tecnologia. Os esforços da China, porém, enfrentam críticas por uma possível sobrecapacidade, além de desafios impostos por tarifas e medidas protecionistas. Os efeitos combinados do acirramento das tensões geopolíticas, do aumento do protecionismo

econômico e da pandemia de covid-19 levaram a uma tendência de desglobalização. Isso provocou mudanças profundas no panorama do comércio global, sobretudo no campo das energias renováveis e da tecnologia verde, em que o aumento da concorrência entre os países agravou a instabilidade e a insustentabilidade do sistema global de comércio.

O crescimento do comércio global tem sido um dos principais motores do crescimento econômico e do avanço tecnológico. Com a ascensão do protecionismo comercial, porém, em especial as políticas de "local em primeiro lugar" adotadas pelas grandes economias nos últimos anos, a abertura e a equidade do comércio internacional enfrentam desafios sem precedentes. Em resposta à concorrência nos produtos de energia renovável, países têm adotado medidas que conflitam com as políticas de livre-comércio, como tarifas e outras barreiras. Essas políticas não só provocaram ampla controvérsia no mundo todo, como também intensificaram os conflitos nos esforços internacionais para enfrentar a mudança climática e coordenar as políticas comerciais.

RECOMENDAÇÕES PARA A CHINA E PARA A TRANSIÇÃO VERDE GLOBAL MAIS AMPLA

À medida que os esforços para enfrentar a mudança climática e alcançar o desenvolvimento sustentável se tornaram mais difundidos, as políticas de comércio internacional foram migrando gradualmente para modelos verdes e de baixo carbono. Em vez de recorrer ao protecionismo, o foco deveria estar em fomentar a cooperação entre todas as partes interessadas. Governos, empresas e organizações internacionais deveriam trabalhar juntos para formular e implementar políticas de comércio sustentável que promovam a circulação global de produtos e tecnologias verdes, numa situação ganha-ganha para o crescimento econômico e a proteção ambiental. Seguem algumas medidas recomendadas que poderiam ser adotadas:

Formular políticas de comércio sustentável e otimizar a estrutura dos produtos verdes

Os Estados soberanos deveriam formular suas políticas comerciais na perspectiva do desenvolvimento sustentável, incentivando a exportação de produtos sustentáveis e restringindo a exportação de matérias-primas que consomem mais

energia e geram mais emissões, o que reestruturaria o comércio de produtos e serviços verdes.

Aproveitando as vantagens industriais regionais e seus pontos fortes no desenvolvimento verde, os países deveriam acelerar sua transição para a energia verde, promover a aplicação de tecnologias verdes e incentivar as empresas a priorizar, no projeto e na fabricação, materiais e tecnologias de baixo carbono, energeticamente eficientes e ambientalmente corretos. Isso aumentará a competitividade das exportações de produtos verdes.

Por exemplo, as montadoras da China e da Europa poderiam inaugurar novas formas de colaboração industrial, com centros conjuntos de pesquisa e desenvolvimento, programas compartilhados de formação de talentos e padrões técnicos mutuamente reconhecidos. Os fabricantes chineses poderiam instalar bases de produção na Europa, criando empregos e fomentando o intercâmbio tecnológico. Atualmente, a BYD está construindo uma fábrica de baterias na Hungria, o que amplia a capacidade de fabricação de veículos elétricos da região, enquanto a CATL, líder mundial em tecnologia de baterias, vem implementando grandes projetos na Alemanha, na Hungria e na Espanha. Esses investimentos mostram como as sinergias industriais podem correr nos dois sentidos, espelhando as experiências bem-sucedidas das montadoras europeias na China, mas adaptadas ao cenário automotivo em transformação de hoje. Além disso, a UE e a China poderiam retomar as negociações do Acordo Abrangente de Investimentos, que daria salvaguardas institucionais cruciais a essas empresas.

Aprofundar a cooperação multilateral, bilateral e regional

Os países deveriam defender coletivamente o atual sistema internacional centrado nas Nações Unidas e trabalhar pela plena implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e do Acordo de Paris. Os países deveriam advogar ativamente pelo investimento, pela produção e pelo consumo sustentáveis, conforme previsto no marco de políticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A OMC, como plataforma, também pode ser aproveitada para fomentar um novo consenso sobre a governança global, atualizar as regras e promover a criação de um novo mecanismo de comércio sustentável. Os países também deveriam promover

políticas que incentivem o comércio sustentável, usar negociações multilaterais para reduzir ou mesmo eliminar as tarifas sobre produtos sustentáveis e facilitar seu desembaraço aduaneiro.

Avançar nas regulamentações de baixo carbono e fortalecer a cooperação internacional

Os países deveriam fortalecer a cooperação internacional e fazer avançar as regulamentações de baixo carbono no âmbito das grandes instituições globais. Em 2012, os membros da APEC chegaram ao primeiro acordo substantivo do mundo sobre uma lista de produtos ambientais destinada a promover a liberalização do comércio, abrangendo 54 códigos tarifários aduaneiros. Em 2021, o FMI recomendou que os maiores países emissores de carbono do mundo elevassem os preços do carbono no âmbito do G20, levando em conta os estágios de desenvolvimento e as responsabilidades históricas pelas emissões, e estabelecessem um preço mínimo para o carbono. A OCDE há muito tempo ressalta a importância da precificação do carbono, que considera o instrumento de política mais crucial para enfrentar a mudança climática. Os países deveriam aproveitar com eficácia as plataformas multilaterais de colaboração existentes para promover a coordenação de políticas em comércio sustentável e finanças verdes, estabelecendo padrões unificados num marco inclusivo. Além disso, deveriam ser feitos esforços para aumentar a transparência das cadeias de suprimentos e fomentar a cooperação em inovação tecnológica.

Fortalecer a cooperação internacional nas cadeias industriais verdes

A China deveria impulsionar o desenvolvimento de baixo carbono nas indústrias a montante e a jusante, bem como nos setores correlatos. A cooperação internacional na manufatura verde também deveria ser fortalecida, para promover a criação de um sistema de cooperação para cadeias industriais e de suprimentos verdes e de baixo carbono, garantindo a integração eficiente de recursos de ponta com a economia real. Outras medidas incluem intensificar o intercâmbio e a cooperação técnica, reduzir os custos de entrada no mercado para produtos e tecnologias verdes, a fim de acelerar sua adoção global, e aprimorar o planejamento de cima para baixo no enfrentamento da mudança climática.

Aprofundar a cooperação internacional em finanças verdes

A China deveria promover a cooperação prática em investimento e financiamento climático, por exemplo incentivando o desenvolvimento de crédito verde, títulos verdes, seguros verdes e outros produtos financeiros capazes de oferecer apoio financeiro à conservação de energia, à proteção ambiental, à produção limpa, à energia limpa, ao ambiente ecológico, à infraestrutura verde, aos serviços verdes e a outras áreas-chave. A China também deveria aprimorar os mecanismos de cooperação internacional em finanças verdes, aumentando o alinhamento dos padrões de avaliação e do relato e divulgação de dados ambientais e de governança, além de explorar e desenvolver ativamente padrões internacionais de finanças verdes e reforçar a coordenação global num marco padronizado de finanças verdes. Recomenda-se que os bancos multilaterais da China, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), ofereçam serviços de crédito, emitam títulos sustentáveis, invistam em iniciativas de redução de carbono e em economias verdes nos países em desenvolvimento e ajudem as economias subdesenvolvidas a criar mercados de carbono.

Promover a cooperação Sul-Sul para uma transição verde conjunta

A China também deveria intensificar a cooperação Sul-Sul na atual transição verde. Em novembro de 2023, a China assinou 48 acordos de cooperação Sul-Sul sobre mudança climática com países parceiros da BRI. Recomenda-se elaborar e promover planos de transição verde nas zonas de cooperação econômica e comercial da BRI, para ajudar a atender às necessidades dos países da BRI na transformação de indústrias tradicionais e na modernização de sua infraestrutura energética. A China pode aumentar a exportação de tecnologias verdes e trabalhar para ampliar as capacidades de produção verde, usando sua experiência para expandir a transição verde com os países da BRI.

Por fim, nunca é demais enfatizar que enfrentar a mudança climática exige uma ação global imediata e sustentada. A comunidade internacional precisa se unir, aproveitando o impulso atual para fortalecer a colaboração no desenvolvimento de soluções climáticas durante a atual transição verde. Com um esforço coletivo, podemos moldar um futuro em que a ação climática não seja um fardo,

mas um catalisador e um motor do progresso global, da inovação e da prosperidade compartilhada.

A isenção de vistos mostra que a China escolhe a abertura em vez do isolamento[8]

À medida que a China se empenha em retomar o contato com o mundo, aumentar o número de turistas estrangeiros que visitam o país é uma estratégia central para dar às pessoas uma visão bem informada de uma China moderna.

A China está pronta para que o mundo testemunhe seu desenvolvimento, conheça sua cultura e interaja com seu povo. A política chinesa de isenção de vistos para visitantes, introduzida no ano passado, está se tornando rapidamente a maior liberalização de vistos desde a fundação da República Popular. Em novembro de 2024, a China acrescentou ao programa mais nove países, entre eles o Japão, elevando o total para 38.

A partir do fim do mês, viajantes do Japão, da Bulgária, da Romênia, da Croácia, de Montenegro, da Macedônia do Norte, de Malta, da Estônia e da Letônia poderão visitar a China sem visto por até 30 dias. Isso representa o dobro dos 15 dias concedidos anteriormente pelo programa e vale para todos os países da lista, que inclui a Coreia do Sul e vários Estados europeus.

Os números falam por si. Nos primeiros sete meses deste ano, a China recebeu 17,25 milhões de visitantes estrangeiros, um aumento expressivo de quase 130% na comparação anual. Essa recuperação despertou otimismo no setor de turismo.

O afluxo está injetando novo ânimo em setores que vão de hotéis e restaurantes a transportes e varejo, criando empregos em meio à fraqueza do consumo interno. Hashtags relacionadas a viagens à China estão em alta nas redes sociais, o que reflete um interesse crescente.

Espera-se também que a reabertura da China beneficie o turismo em todo o mundo, à medida que o número de viajantes chineses se recupera. Antes da pandemia de covid-19, os turistas chineses eram os que mais gastavam no mundo.

[8]Publicado originalmente em 26 de novembro de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

A mobilidade global importa. As viagens internacionais, interrompidas pela pandemia, estão sendo perturbadas de novo pelas forças antiglobalização. Com a desaceleração da economia mundial, os países estão se voltando para dentro, erguendo barreiras comerciais, restringindo a transferência de tecnologia e limitando o intercâmbio acadêmico. O protecionismo está criando muros entre as nações justamente quando precisamos de mais pontes. Ao receber mais visitantes, Pequim escolhe o engajamento em vez do isolamento.

Enquanto outros criam barreiras comerciais, a China, comprometida com a abertura, está isentando de tarifas dezenas dos países menos desenvolvidos do mundo, o que demonstra sua dedicação à cooperação internacional. Pequim deveria ser incentivada a ir além, implementando unilateralmente o Acordo Abrangente de Investimentos com a União Europeia, que foi suspenso depois das sanções impostas pelos dois lados.

Em meio ao aumento das tensões globais, a ampliação do programa chinês de isenção de vistos reflete um movimento estratégico para aumentar seu soft power, ao incentivar mais pessoas no mundo a descobrir seus avanços mais recentes e a ouvir suas histórias mais envolventes.

Quando pessoas de todo o mundo compartilham nas redes sociais suas experiências com as ferrovias de alta velocidade, o desenvolvimento urbano e o patrimônio cultural da China, oferecem vislumbres autênticos de uma China moderna, que repercutem mais profundamente do que as narrativas oficiais. Essa "diplomacia" de baixo para cima é particularmente eficaz para remodelar as percepções internacionais, sobretudo entre as gerações mais jovens. Experiências tão diretas e pessoais muitas vezes derrubam preconceitos.

A China está apostando numa verdade simples: os laços pessoais constroem confiança com mais eficácia do que qualquer pronunciamento oficial. Esse gesto confiante sugere que Pequim valoriza mais o engajamento genuíno do que as mensagens controladas, e reflete uma estratégia mais ampla de usar uma abertura maior para combater o ceticismo.

A reação internacional tem sido positiva. O ministro das Relações Exteriores da Dinamarca, Lars Lokke Rasmussen, por exemplo, saudou a inclusão de seu país no programa chinês de isenção de vistos, observando seu potencial para impulsionar a cooperação entre os dois países.

Reações como essa sugerem o reconhecimento de que, no mundo fragmentado de hoje, reduzir as barreiras ao intercâmbio entre os povos pode ajudar a reacender o dinamismo econômico global. Para as nações europeias em particular, um acesso mais fácil ao mercado chinês representa ao mesmo tempo uma oportunidade econômica e uma chance de aprofundar o entendimento cultural.

O próximo passo lógico seria estender o programa de isenção de vistos a grandes economias como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e o Canadá. Diante das tensões diplomáticas, mais intercâmbios entre os povos poderiam ajudar a construir pontes onde o diálogo oficial emperrou. Como maior economia do mundo, os Estados Unidos continuam sendo uma fonte vital de tecnologia, inovação e investimento. Abrir-se aos americanos poderia criar oportunidades de negócios significativas e facilitar o intercâmbio de conhecimento.

Da mesma forma, a experiência do Canadá em energia limpa, educação e proteção ambiental oferece um valioso potencial de colaboração. Qualquer imagem negativa ou estereótipo seria posto em xeque assim que as pessoas tivessem a chance de ver a China com os próprios olhos.

A política de isenção de vistos também pode fortalecer o intercâmbio acadêmico com esses países desenvolvidos, fomentando o compartilhamento de conhecimento e impulsionando o desenvolvimento da China. O sucesso do ambicioso programa de isenção de vistos de Hainan, que permite a visitantes de 59 países permanecer até 30 dias, sugere que um programa nacional mais amplo pode impulsionar o intercâmbio internacional sem abrir mão das devidas medidas de segurança.

O desafio mais amplo, porém, está em simplificar a experiência do visitante. Para os viajantes de países que ainda precisam de visto, Pequim deveria considerar uma reformulação do processo de solicitação, por exemplo eliminando o agendamento para o visto, dispensando a coleta de impressões digitais de solicitantes de baixo risco e reduzindo as taxas.

Os procedimentos de imigração também precisam ser modernizados. O sucesso dos portões automáticos de imigração nos aeroportos de Cingapura e do Japão dá uma ideia de controles de fronteira mais eficientes, apoiados na tecnologia, que mantêm os padrões de segurança.

O próprio setor de turismo da China precisa de melhorias estratégicas à altura da nova abertura. Tanto os órgãos governamentais quanto as operadoras privadas deveriam aprimorar seus serviços, do atendimento multilíngue a meios de pagamento digital mais acessíveis.

Cidades como Barcelona e Amsterdã mostraram como é crucial administrar de forma sustentável o crescimento do turismo. As autoridades chinesas precisam equilibrar a promoção do turismo com a proteção das comunidades locais e dos sítios culturais.

Afinal, turismo sustentável não é só atrair mais visitantes — é criar valor duradouro tanto para quem visita quanto para quem recebe, preservando a autenticidade que faz os destinos valerem a visita, para começo de conversa.

A iniciativa chinesa de isenção de vistos é mais do que uma simples mudança administrativa. Reflete uma escolha estratégica de abraçar a abertura e o engajamento num momento em que muitos países se voltam para dentro. Demonstra a confiança da China de que a melhor maneira de ser compreendida é ser vivenciada em primeira mão. A China está pronta para que o mundo testemunhe seu desenvolvimento, conheça sua cultura e interaja com seu povo.

Isso pode muito bem se tornar uma pedra angular da estratégia de engajamento da China. Ao escolher a abertura em vez do isolamento, a China mostra que laços significativos podem florescer, mesmo em tempos difíceis.

A preocupação dos EUA com a sobrecapacidade chinesa é um falso problema[9]

Em vez de apontar o dedo, os que denunciam a sobrecapacidade deveriam ver a capacidade verde da China no contexto mais amplo da cooperação contra a mudança climática.

A questão da sobrecapacidade na China voltou a entrar no debate internacional. Durante sua recente visita à China, a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, enfatizou as preocupações compartilhadas pelos Estados Unidos e seus aliados com o transbordamento da sobrecapacidade industrial chinesa para a economia global.

[9]Publicado originalmente em 2 de maio de 2024 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Fazendo eco a Yellen, o secretário de Estado americano, Antony Blinken, também levantou a questão das práticas comerciais chinesas desleais numa reunião posterior com autoridades do governo local em Xangai.

A sobrecapacidade, termo que designa uma situação em que a produção supera a demanda, tornou-se um tema recorrente nas discussões sobre o panorama econômico da China, com repercussões em vários setores e indústrias.

Lu Feng, professor emérito de economia da Universidade de Pequim, lançou luz recentemente sobre as dimensões da atual onda de sobrecapacidade. Ele apontou setores como petroquímica, semicondutores, automóveis, veículos de nova energia e baterias.

As exportações chinesas de baterias de íon-lítio, por exemplo, saltaram mais de 30% em 2023 na comparação anual. No mesmo ano, a China exportou também 1,2 milhão de veículos elétricos, 80% a mais do que no ano anterior.

O rápido crescimento das exportações chinesas de veículos elétricos, em particular, alimentou as discussões sobre a sobrecapacidade chinesa. Insufladas por uma desconfiança carregada de geopolítica, essas preocupações se amplificaram até virar um coro de ansiedade.

A narrativa atual sobre a sobrecapacidade chinesa, no entanto, soa bastante parecida com a da crise financeira global de 2008, quando o pacote de estímulo chinês de 4 trilhões de yuans (US$ 580 bilhões) levou à expansão da produção industrial e a preocupações com a sobrecapacidade.

A China tornou-se o maior exportador do mundo em 2009, o que despertou apreensão quanto a um modelo econômico mais centrado na conquista de participação de mercado do que na construção de marcas. Na época, a contração do comércio global agravou os temores de sobrecapacidade, a tal ponto que o *New York Times* publicou um texto que se inquietava com o excesso de capacidade da China.

A história mostra, porém, que essa situação durou pouco e que a aflição com a sobrecapacidade era desnecessária. A demanda global se recuperou rapidamente em 2010, quando as exportações cresceram 14,5%, numa retomada depois da queda de 12% do ano anterior. E as preocupações com a capacidade da China começaram a se dissipar.

Ficou evidente que o alarido sobre a sobrecapacidade tinha sido inspirado sobretudo pela desaceleração econômica global e pela retração da demanda do mercado, e não por falhas inerentes ao modelo industrial chinês.

Avancemos para 2024: o panorama econômico global é marcado pela turbulência geopolítica, e a dinâmica do comércio internacional está se desenrolando de outra maneira.

Apesar disso, a demanda internacional tem mostrado notável resiliência, e as previsões indicam uma recuperação gradual do comércio global. O mercado mundial de veículos elétricos, em particular, vive um crescimento exponencial: as vendas dispararam 35% em 2023 na comparação anual, e as projeções indicam nova expansão.

Da mesma forma, o mercado de painéis solares apresenta um imenso potencial de crescimento: a Agência Internacional de Energia (AIE) prevê que a demanda global por novas instalações fotovoltaicas chegará a 820 gigawatts, cerca de quatro vezes a de 2022, se a meta fixada pelo Acordo de Paris for cumprida.

O apetite verde do mercado global é enorme e supera em muito a capacidade dos fornecedores. Para atingir as metas climáticas definidas no Acordo de Paris, são imprescindíveis investimentos substanciais em energia limpa — segundo a AIE, seriam necessários US$ 4,5 trilhões por ano, mas os gastos com energia renovável em 2023 devem ficar em apenas US$ 1,8 trilhão.

A distância entre o investimento necessário e o gasto efetivo ressalta a necessidade de produtos com excelente relação custo-benefício, de tecnologias avançadas e de uma alocação eficiente de recursos. É impossível para a China enfrentar sozinha o desafio climático.

Em vez de combater a chamada sobrecapacidade, precisamos de uma colaboração global entre indústrias e setores para dar mais impulso à economia sustentável global.

À medida que o mundo faz a transição para as tecnologias ambientais, maximizar a capacidade dos fornecedores verdes é crucial para combater a mudança climática. Em vez de recorrer a acusações e ao protecionismo, o fundamental é fomentar a cooperação entre todas as partes interessadas — fabricantes, pesquisadores, fornecedores, investidores e consumidores.

Com suas diversificadas capacidades industriais, a China desempenha um papel central no panorama da manufatura global, respondendo por cerca de um terço da produção manufatureira mundial.

Vista no marco da globalização econômica, a capacidade da China é indispensável para atender à demanda internacional. Além disso, um mercado global integrado não só exige uma participação diversificada, como também oferece benefícios mútuos, criando um cenário ganha-ganha para as partes interessadas.

Em suma, a narrativa em torno da sobrecapacidade na China precisa ser contextualizada no marco mais amplo do crescimento industrial sustentável e da colaboração global.

À medida que o mundo abraça a transição verde, aproveitar as capacidades e os recursos coletivos é imperativo para enfrentar os desafios impostos pela mudança climática. Em vez da fragmentação, esforços concertados de cooperação e inovação abrirão caminho para um futuro mais resiliente e sustentável para todos.

A cooperação China-UE é necessária para salvaguardar o futuro da globalização[10]

As falhas da atual ordem global significam que precisamos, coletivamente, conceber um novo modelo multipolar de coexistência pacífica. Nesse esforço, a China e a Europa despontam como os dois atores mais decisivos.

Uma mensagem clara saiu da primeira cúpula presencial China-UE em quatro anos: construir um mundo multipolar exigiria uma reforma sistemática da governança global. A China e a Europa precisam sanar suas divergências e cooperar para desempenhar um papel central e construtivo na garantia de um futuro melhor para a governança global.

O atual sistema internacional, que compreende o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio e é liderado em grande parte pelos Estados Unidos e pela Europa, foi criado depois da Segunda Guerra Mundial para promover a globalização — e nisso teve grande êxito.

[10]Publicado originalmente em 14 de dezembro de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

Mas a economia, a cultura e a sociedade globais seguiram adiante. Diante da tendência de descentralização na geopolítica, esse sistema já não reflete o mundo de hoje, e a governança global fica cada vez mais aquém das necessidades do mundo. A ordem mundial precisa urgentemente de uma reestruturação.

O mundo passa por mudanças sísmicas como não se viam em um século. A convulsão geopolítica, a mudança climática, uma pandemia e a ascensão de um movimento antiglobalização inauguraram uma era turbulenta. A globalização, em particular, enfrenta desafios sem precedentes.

Em maio deste ano, o chanceler alemão Olaf Scholz reconheceu a multipolaridade do mundo na Cúpula Global Solutions. Mas, embora esse mundo multipolar já tenha chegado, o sistema de governança que deveria acompanhá-lo ainda está por se formar.

A China faz parte do Sul Global, mas algumas de suas regiões atingiram níveis de desenvolvimento comparáveis aos das nações do Norte Global. A China está em condições de se conectar com os principais setores de um mundo multipolar e de desempenhar um papel de liderança na globalização.

Para construir um sistema de governança global melhor, os Estados Unidos, a União Europeia, a China e os demais países do Sul Global precisam chegar a um acordo sobre um modelo multipolar de coexistência pacífica. Seria conveniente que a China, os Estados Unidos e a UE estabelecessem um diálogo trilateral para manter intercâmbios regulares e promover uma cooperação internacional mais ampla.

Além disso, como maiores economias do mundo e grandes emissoras de gases de efeito estufa, essas três potências deveriam discutir soluções de desenvolvimento sustentável.

Por causa de diferenças culturais e sistêmicas, há mais competição do que cooperação entre a China e os Estados Unidos. Se os dois lados conseguirem coexistir num contexto de competição e cooperação, talvez alcancem um novo equilíbrio até 2035.

A Europa terá um papel central para evitar um mundo bipolar e ajudar a formar um mundo multipolar. Como a Europa é um terceiro ator independente, sua relação econômica com a China ganhou importância crescente.

Há quatro domínios em que a China e a Europa podem cooperar para forjar um mundo mais multipolar.

O primeiro é o das novas tecnologias. Da internet das coisas e da inteligência artificial à energia limpa, os avanços tecnológicos estão remodelando a maneira como fazemos negócios, apesar da falta de uma governança internacional eficaz, o que dificulta a coordenação.

Entre as questões de ponta estão a gestão global da economia digital, os impostos sobre o carbono e o imposto global sobre a renda das empresas. A China e a Europa deveriam discutir a criação de instituições internacionais que promovam a coordenação nessas áreas emergentes.

O segundo é o da ação climática. A China é líder mundial em energias renováveis, como a eólica e a solar. Sua Iniciativa Cinturão e Rota busca promover a transição para uma infraestrutura verde, com financiamento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB).

No ano que vem, o AIIB sediará a quinta Cúpula Finance in Common. Nessa cúpula, a China deveria propor uma cooperação em infraestrutura verde entre sua Iniciativa Cinturão e Rota e o programa Global Gateway da UE. O AIIB e o Banco Europeu de Investimento também podem facilitar o financiamento de iniciativas ligadas ao clima nos países em desenvolvimento.

O terceiro domínio em que a China e a UE podem cooperar é o do investimento e do comércio. A China aderiu à Parceria Econômica Regional Abrangente e pediu para fazer parte do Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica e do Acordo de Parceria para a Economia Digital.

Mas, embora compartilhem amplos interesses e uma base sólida de cooperação, a China e a UE chegaram a um impasse no Acordo Abrangente de Investimentos (CAI).

Quanto mais cedo o CAI se tornar realidade, mais cedo veremos um boom econômico para as empresas chinesas e europeias, o que é especialmente importante diante da atual estagnação da economia global. Como a China já dispensou unilateralmente a exigência de vistos para alguns países da UE, também poderia começar a aplicar unilateralmente algumas propostas do CAI para se abrir.

Por último, mas não menos importante, a China e a Europa podem cooperar para facilitar a circulação de seus cidadãos. Liberar o fluxo de pessoas faz parte da

globalização e tem impacto sobre o comércio, o investimento e os intercâmbios tecnológicos, além de promover o intercâmbio de culturas e de ideias.

É nesse espírito que a China está testando a isenção de vistos para cidadãos da França, da Alemanha, da Itália, dos Países Baixos e da Espanha portadores de passaporte comum que entrem no país a negócios, a turismo ou para visitar parentes e amigos.

Mas a China também deveria continuar trabalhando para atrair talentos, especialmente da Europa, liberalizando ainda mais sua política de vistos para promover a conectividade entre os povos e ajudar a construir um consenso global.

A governança global precisa ser mais inclusiva e voltada para os problemas do século XXI, como a mudança climática e a desigualdade social. Isso pode ser feito impulsionando o livre-comércio, superando o déficit global de infraestrutura e eliminando a exclusão digital. A China é uma beneficiária da globalização, e sua economia continuou a amadurecer, entrando numa era de alto consumo de massa, semelhante à da Europa do passado.

É evidente que a China e a Europa enfrentam obstáculos a uma cooperação maior, com pressões tanto internas quanto externas. Mas é do interesse de ambas desempenhar juntas um papel de liderança na construção da próxima versão de um modelo de globalização mais resiliente, inclusivo e sustentável.

Uma nova forma de globalização econômica para redesenhar a ordem mundial[11]

O futuro da ordem mundial depende de redesenhar uma forma ineficaz de globalização econômica que já não é adequada ao seu propósito. As nações precisam se adaptar à realidade de um novo modelo, reformando as instituições existentes e criando outras.

A "hiperglobalização" chegou ao fim quando os conflitos geopolíticos, a lentidão da economia global e a mudança climática alimentaram o descontentamento dentro da ordem mundial. Para enfrentar as questões globais coletivas, é

[11] Publicado originalmente em maio de 2023 pelo *Global Solutions Journal* e revisto para esta coletânea. Este artigo foi escrito em coautoria com Mabel Lu Miao, cofundadora e secretária-geral do Centro para a China e a Globalização (CCG).

imperativo fortalecer de forma inteligente as conexões econômicas entre países e regiões e redesenhar a governança econômica global. Como praticante e beneficiária da globalização há mais de 40 anos, a China continuará a contribuir para a governança econômica global e a abraçar a nova onda de globalização.

A CHAVE É A MUDANÇA ESTRUTURAL

A globalização chegou a uma nova encruzilhada depois de 40 anos de prosperidade econômica sem precedentes no mundo. A "Governança Global 1.0", o sistema internacional baseado na ONU e nas instituições de Bretton Woods, vem enfrentando diversos desafios, que vão das mudanças na geopolítica, do rápido avanço técnico e das transformações sociais e econômicas globais à aceleração da mudança climática. Como disse numa frase célebre o Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz, em *A globalização e seus malefícios*: "A globalização não está funcionando para muitos dos pobres do mundo. Não está funcionando para boa parte do meio ambiente. Não está funcionando para a estabilidade da economia mundial." Para responder ao descontentamento generalizado com a globalização, é preciso entender o que aconteceu recentemente com a turbulenta ordem internacional. A resposta mais simples é: o mundo está passando por uma mudança estrutural.

UM MUNDO MULTIPOLAR

O mundo é hoje mais multipolar, pois testemunhou a ascensão dos países em desenvolvimento nas últimas quatro décadas. Em nenhum lugar a passagem para a multipolaridade é mais evidente do que na ascensão da Ásia, cuja economia já é maior que a de todo o resto do mundo somado. A realidade é simples: nenhuma potência pode, sozinha, ditar as normas e as regras globais. O sistema existente, liderado pelos Estados Unidos e concebido para um mundo em que o poder se concentra nas mãos de uma única superpotência, está se tornando cada vez mais insustentável.

MAIS INTERDEPENDÊNCIA

O mundo multipolar, porém, é também mais interdependente. A interdependência crescente tem duas fontes relacionadas. A primeira são os fluxos transfronteiriços de pessoas, bens, capitais, ideias e dados que unem os interesses

de diferentes países por meio das cadeias globais de suprimentos, dos fluxos culturais e das finanças globais. A segunda é o surgimento de desafios transnacionais — geralmente chamados de ameaças não tradicionais à segurança, como a pandemia de covid-19 —, que perturbam gravemente a cadeia global de suprimentos. Nosso atual sistema de governança global foi concebido numa época em que as ameaças à segurança mais evidentes que os países enfrentavam vinham de outros Estados. O aprofundamento dos vínculos transfronteiriços e as ameaças globais compartilhadas significam que a governança global deveria facilitar respostas coletivas aos desafios transnacionais.

ECONOMIA DIGITAL

Essa interconexão crescente se manifesta no aumento dos fluxos transnacionais de dados e na economia digital global. Em 2021, o valor agregado pela economia digital em 47 grandes economias correspondeu a 43,7% de seu PIB somado, um aumento de 15,6% em relação ao ano anterior, segundo o relatório da Academia de Tecnologia da Informação e Comunicação da China (CAICT). A pandemia acelerou essa digitalização e, embora suas implicações para a governança global ainda não estejam totalmente claras, elas são certamente profundas e múltiplas. Infelizmente, a próspera economia digital global enfrenta uma ameaça vinda da geoeconomia, que se concentra no uso de instrumentos econômicos para promover objetivos geopolíticos. As relações econômicas são cada vez mais uma fonte de atrito que mina a cooperação internacional e a governança global. A pandemia de covid-19 aumentou ainda mais os apelos ao *reshoring* da produção, com alguns governos intervindo para trazer as cadeias de suprimentos de volta para casa. Como observou Pascal Lamy, ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), depois da pandemia era de esperar certo grau de precaucionismo — a salvaguarda legítima das necessidades dos cidadãos.

A ASCENSÃO DO REGIONALISMO

À medida que as regras do comércio global se desgastam, surgiu uma colcha de retalhos de acordos regionais, como veículos para uma liberalização mais profunda. Primeiro veio o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP), lançado em 2018. Depois veio o novo acordo de livre-

-comércio entre Estados Unidos, México e Canadá (USMCA), que entrou em vigor em 2020, seguido pela Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), que começou a operar em 2021. A conquista mais recente é a entrada em vigor da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), em 2022. Para reformar a "Governança Global 1.0", hoje menos funcional, precisamos acomodar essas soluções regionais dinâmicas e aumentar sua coordenação, para que funcionem juntas de forma harmoniosa. Mais importante ainda, precisamos explorar os avanços técnicos mais recentes e tirar proveito dessas interdependências em benefício do nosso bem-estar.

PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A atual ordem mundial já estava entrando num período de incerteza quando as crescentes tensões geopolíticas entre as maiores economias do mundo inquietaram a comunidade internacional. As relações EUA-China parecem estar resvalando para a profecia autorrealizável da "Armadilha de Tucídides", tal como a descreveu o professor de Harvard Graham Allison. A "operação militar especial" da Rússia, iniciada em 2022, sinalizou o colapso do sistema de Yalta, fundado depois da Segunda Guerra Mundial. A dicotomia entre democracia e autocracia, um fantasma da mentalidade da Guerra Fria, vem se tornando cada vez mais dominante nas narrativas de algumas grandes potências. O desafio comum que se coloca para o mundo não é a inação diante de catástrofes ou conflitos, nem o abandono da responsabilidade compartilhada, mas a hostilidade mútua na mente dos seres humanos.

UMA GOVERNANÇA MAIS INCLUSIVA, INTEGRADA E FLEXÍVEL

Para se adaptar a essas realidades, uma nova governança econômica global precisará incorporar três princípios:

1. Ela precisa ser mais inclusiva. Deve representar melhor as vozes e os interesses das economias emergentes e mobilizar um novo conjunto de atores para trabalhar nos problemas globais.
2. A governança econômica global precisa ser mais integrada. Desafios complexos e transversais precisam ser enfrentados de maneira integrada, levando em conta os vínculos entre diferentes setores e questões, com base em conexões

sólidas entre organizações globais e regionais, instituições financeiras internacionais e outras alianças e instituições globais.

3. Por fim, nosso mundo pós-pandemia exige instituições globais mais flexíveis. Em vez de se apegar a formatos grandes, pesados e conduzidos pelos membros para todos os fins, os mecanismos globais deveriam ser talhados para a tarefa em questão. Para alguns fins, como dar a partida no processo de reforma das principais instituições globais, um grupo menor de potências pode ser preferível. Para outras tarefas, pode ser mais adequado formar um grupo amplo e inclusivo de nações e outras partes interessadas.

A SINGULARIDADE DA CHINA

A China tem um papel singular a desempenhar para impulsionar a governança global. Seu desenvolvimento persistente no último meio século não apenas enriqueceu a diversidade da história mundial, como também redesenhou o mapa econômico do mundo. Além disso, à medida que se conscientizava cada vez mais da importância do desenvolvimento sustentável, a China ajudou a gestar o histórico Acordo de Paris, ao lado das principais economias do mundo. Ao propor, em 2020, suas metas de pico das emissões de carbono e de neutralidade de carbono, a China também ajudou a consolidar o consenso global sobre a mudança climática.

O surto de covid-19 e, em 2022, a guerra da Rússia na Ucrânia minaram gravemente o esforço conjunto da comunidade internacional para reestruturar a globalização. A China, ao contrário, demonstrou sua resiliência econômica durante a pandemia e conseguiu se reconectar com o mundo no fim de 2022. Retomou rapidamente a diplomacia presencial com a comunidade internacional, e seus dirigentes visitaram com frequência os principais atores da geopolítica global. Ao se reunir com o presidente americano Joe Biden na Cúpula do G20 em Bali, o presidente Xi Jinping assegurou ao mundo sua intenção de redefinir o marco das relações sino-americanas. Quando se aproximava o primeiro aniversário da guerra na Ucrânia, a China publicou o Documento Conceitual da Iniciativa de Segurança Global e o documento de posição da China sobre a solução política da crise na Ucrânia. Neste último, a China reitera sua oposição a ataques armados contra usinas nucleares, e seu alerta de que "armas nucleares

não devem ser usadas e guerras nucleares não devem ser travadas" foi aplaudido pela comunidade internacional.

Todos esses esforços podem ser desperdiçados se os outros países não estiverem dispostos a corresponder. A China não pode agir sozinha, e o multilateralismo é fundamental para a cooperação internacional. O ano de 2023 assistiu a um florescimento de diálogos internacionais para reavivar a colaboração por meio de mecanismos bilaterais e multilaterais. Esperamos que, nas próximas cúpulas do BRICS, do G20, do G7 e da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), a diplomacia itinerante traga resultados frutíferos que ajudem a restaurar uma ordem mundial equitativa e justa.

RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES PARA PROMOVER A REFORMA DA OMC

Com a multiplicação dos acordos bilaterais e multilaterais de investimento e de comércio, a OMC continua a ser uma promotora central da facilitação do investimento e do comércio, reduzindo as barreiras tarifárias e não tarifárias e eliminando o tratamento diferenciado no comércio internacional. Uma reforma da OMC reforçaria a confiança da comunidade internacional no sistema multilateral de comércio e no multilateralismo. No futuro, esperamos que todas as partes promovam as reformas da OMC e que a organização volte a desempenhar plenamente seu papel de preservar e facilitar o comércio multilateral internacional.

Ressuscitar o Acordo Abrangente de Investimentos China-UE

A China e a UE compartilham amplos interesses comuns e uma base sólida de cooperação, mas, nos últimos dois anos, os dois lados chegaram a um impasse no Acordo Abrangente de Investimentos (CAI), que foi saudado como a segunda rodada de reforma e abertura da China. Para superar esse impasse e num esforço para reavivar o CAI, a Assembleia Popular Nacional da China ratificou em abril de 2022, como medida simbólica para atenuar as preocupações, a Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 1930, e a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, de 1957, ambas da Organização Internacional do Trabalho. A retomada das comunicações pode permitir que os dois lados negociem e

suspendam as sanções, de modo que o CAI entre em vigor o quanto antes e traga um boom econômico às empresas chinesas e europeias.

Multilateralizar a Iniciativa Cinturão e Rota
A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) precisa ser reconfigurada como um empreendimento multilateral de governança global e de desenvolvimento. Desde seu lançamento, em 2013, a BRI tornou-se um vetor de globalização, crescimento e investimento em muitas regiões. Além disso, a iniciativa ajudou a construir a chamada infraestrutura "leve", como educação, saúde e outros serviços. Quando chegar o momento certo, a China poderá propor uma cooperação em infraestrutura entre a BRI, o programa "Global Gateway", liderado pela UE, e a "Build Back Better World" (B3W), liderada pelos Estados Unidos.

Transformar o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura em Banco Global de Infraestrutura
Nos últimos seis anos, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) consolidou-se como um banco multilateral de desenvolvimento (BMD) eficaz e integrou-se com sucesso à arquitetura financeira internacional. Com uma nova injeção de capital e um quadro de membros ampliado, o banco estaria em boa posição para expandir seu mandato e se tornar o Banco Global de Investimento em Infraestrutura (GIIB). Isso implicaria convidar novos membros a desempenhar um papel de destaque, inclusive países de outras regiões, como a África e a América Latina. Além disso, o GIIB poderia criar um órgão especial para atores multilaterais, entre eles os BMDs e as organizações regionais, a fim de aprimorar a coordenação entre as iniciativas de infraestrutura existentes no mundo todo.

A China deveria avançar rumo à adesão ao CPTPP
A China deveria avançar rumo à adesão ao CPTPP, um acordo de livre-comércio de padrões mais elevados, voltado para economias avançadas. Aderir ao CPTPP, que tem 11 membros, ajudaria a conter o desacoplamento e o protecionismo e daria um impulso externo à próxima fase de reforma e abertura. Os princípios do CPTPP estão bem alinhados com os objetivos da China de aprimorar a proteção dos direitos de propriedade intelectual e de reformar as empresas estatais. No longo prazo, um CPTPP ampliado poderia servir de modelo para reformar a

OMC e recolocar nos trilhos a agenda global de livre-comércio. A adesão chinesa poderia ajudar a reduzir os atritos e a ascensão da geoeconomia, alinhando mais estreitamente a China às normas progressistas do comércio global.

Estabelecer acordos normativos e regulamentações para uma economia digital global

A economia digital é um motor fundamental e uma tendência importante do desenvolvimento econômico mundial. É preciso estabelecer um novo marco capaz de sustentar o crescimento seguro e saudável da economia digital global. Em 12 de junho de 2020, Cingapura, Chile e Nova Zelândia assinaram o Acordo de Parceria para a Economia Digital (DEPA); talvez o Grupo dos Vinte (G20) também pudesse aprofundar o estudo das regulamentações relativas ao comércio digital com base na Declaração de Osaka sobre a Economia Digital. Também se deveria considerar a criação de uma Aliança Internacional de Dados (D20), composta pelas 20 maiores empresas da economia digital do mundo, para reforçar a capacidade do G20 de promover melhor a governança global da economia digital.

Cooperar no desenvolvimento verde

O desenvolvimento verde exige novos modelos de negócios e novas formas de colaboração em toda a indústria. As questões verdes talvez ofereçam um campo mais promissor para forjar consensos e reformas significativas. Concretamente, a China poderia trabalhar com outros parceiros para promover a criação de uma instituição da ONU dedicada à mudança climática, uma crise singular que afeta muitas áreas da cooperação global. A ONU já desempenha um papel de liderança no enfrentamento da mudança climática por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

CONCLUSÃO

A governança global precisa ser mais inclusiva e voltada para os problemas do século XXI, como a mudança climática, e para o combate à desigualdade, impulsionando o livre-comércio, superando o déficit global de infraestrutura e eliminando a exclusão digital. O ano em que o livro *A globalização e seus malefícios* foi publicado foi provavelmente o auge do longo crescimento econômico

da China, graças sobretudo aos dividendos da reforma e abertura do país e à sua entrada na OMC para participar do sistema de comércio internacional, o que estimulou a confiança dos consumidores domésticos e expandiu as exportações nas duas décadas seguintes. A China tem sido uma beneficiária da globalização, e seu crescimento econômico passou da decolagem à maturidade e à era do alto consumo de massa. Olhando em retrospecto, porém, percebe-se que a China também enfrenta desafios, com pressões internas e dúvidas sobre como os outros países reagirão à sua ascensão. Ainda assim, é do interesse tanto da China quanto dos demais países que o país mais populoso do mundo desempenhe um papel de liderança na construção da próxima etapa da governança global.

O papel da BRI como bem público global deve ser maximizado[12]

A multilateralização da BRI, por meio da reforma de seus mecanismos de tomada de decisão e da articulação com organizações internacionais, poderia dissipar as dúvidas das economias desenvolvidas e fortalecer o papel da iniciativa como bem público global.

A Iniciativa Cinturão e Rota passou de uma visão, em 2013, a uma série de arranjos bilaterais que hoje têm potencial para servir de plataforma global para o desenvolvimento da infraestrutura internacional. Até junho de 2023, 152 países e 32 organizações internacionais haviam assinado com a China mais de 200 acordos de cooperação no âmbito do Cinturão e Rota, o que reflete a popularidade e a eficácia da iniciativa.

Mas, apesar de elogiada por muitos países do Sudeste Asiático, do Leste Europeu, da África e do Oriente Médio, a iniciativa ainda não convenceu alguns países ocidentais de seu papel crucial no desenvolvimento da infraestrutura transfronteiriça. Há várias razões para isso, mas, de modo geral, a Iniciativa Cinturão e Rota enfrenta três desafios principais.

[12]Publicado originalmente em 12 de outubro de 2023 pelo *China Daily* e revisto para esta coletânea.

REPORTAGENS NEGATIVAS GERAM MAL-ENTENDIDOS

O primeiro desafio diz respeito ao poder de discurso. Como a voz da mídia chinesa nos círculos internacionais é relativamente fraca e, por consequência, sua influência é limitada, os veículos de comunicação ocidentais conseguem influenciar em maior medida a visão da comunidade internacional sobre a iniciativa. Além disso, reportagens negativas sobre questões ligadas ao Cinturão e Rota provocam mal-entendidos e prejudicam a iniciativa.

O segundo desafio é a ideia, lançada pelo Ocidente, de que a Iniciativa Cinturão e Rota cria "armadilhas da dívida" para os países em desenvolvimento. Muitos estudiosos no mundo todo examinaram a questão e provaram que a iniciativa não cria "armadilhas da dívida". Ainda assim, alguns observadores e veículos de comunicação ocidentais continuam a alardear suas alegações infundadas.

E, em terceiro lugar, a iniciativa significa coisas diferentes para diferentes países e observadores, o que quer dizer que lhe falta uma definição unificada.

Para aumentar sua inclusividade, a China deveria garantir que a Iniciativa Cinturão e Rota amplie a cooperação com outros mecanismos internacionais, de modo a se integrar às redes globais de cooperação e a se projetar como uma plataforma internacional crucial, a serviço não apenas da China, mas também do resto do mundo.

É PRECISO UM AMPLO CONSENSO PARA INTENSIFICAR A INTERAÇÃO

Diante desses fatos, a Iniciativa Cinturão e Rota deveria construir um amplo consenso com seus participantes estrangeiros, a fim de facilitar uma interação mais estreita com a comunidade internacional. Para "multilateralizar" a Iniciativa Cinturão e Rota, sugiro que as autoridades estabeleçam os mecanismos a seguir.

Para começar, poderiam ser construídas estruturas multilaterais de tomada de decisão para fortalecer a Iniciativa Cinturão e Rota e assegurar um desenvolvimento de infraestrutura de alta qualidade. Se fosse oferecida aos países envolvidos na iniciativa a responsabilidade de construir conjuntamente as estruturas multilaterais, e eles a aceitassem, seria possível criar uma nova instituição — digamos, um Comitê Diretor Internacional do Cinturão e Rota ou uma Orga-

nização de Cooperação Internacional do Cinturão e Rota. Os países convidados poderiam enviar seus representantes para participar do comitê ou da organização e ajudar a formar uma nova ordem de governança global e regional para a iniciativa.

Um bom exemplo desse tipo de organização é o Centro ASEAN-China, criado pela China e pelos Estados-membros da ASEAN, que funciona como instituição regional, com escritórios na China e nos Estados-membros da ASEAN. Ele tem uma estrutura de gestão eficiente, em três níveis, que oferece orientação e executa tarefas específicas no alinhamento e na cooperação das principais políticas bilaterais e multilaterais com os países envolvidos.

Um mecanismo de comitê diretor da BRI também poderia ser articulado com as instituições multilaterais de governança global e regional já existentes, como o G20 e o fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). Isso permitiria que os países se reunissem regularmente para discutir os itens da agenda relacionados ao Cinturão e Rota e realizassem amplos intercâmbios e consultas. Os acordos, planos, mecanismos e projetos implementados em conjunto impulsionariam o desenvolvimento dos projetos do Cinturão e Rota.

Em segundo lugar, a Iniciativa Cinturão e Rota poderia se aproximar das organizações internacionais do sistema das Nações Unidas e convidá-las a participar dos projetos do Cinturão e Rota. A iniciativa também poderia pedir às Nações Unidas que criassem um mecanismo de cooperação do Cinturão e Rota, aproveitando plenamente as boas práticas da ONU e seu papel de ponte entre os países.

O envolvimento da ONU na Iniciativa Cinturão e Rota poderia ajudar a estabelecer relações de trabalho com agências da ONU, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Organização Mundial do Comércio. Embora o apoio da ONU desse confiança adicional aos países do Cinturão e Rota, obtê-lo pode ser difícil, já que os Estados Unidos e alguns outros países provavelmente impediriam que as agências da ONU se associassem à Iniciativa Cinturão e Rota. Por isso, a China precisa trilhar esse caminho com cautela.

Em terceiro lugar, a China deveria tomar medidas para envolver mais economias desenvolvidas na cooperação em mercados terceiros no âmbito do Cinturão e Rota e ampliar sua cooperação com os Estados Unidos e a União

Europeia em projetos de construção de infraestrutura. A China já assinou acordos de cooperação com a França e o Japão para projetos em mercados terceiros. Esses acordos poderiam ser estendidos a outros países desenvolvidos. Os acordos de cooperação em mercados terceiros enfatizam as complementaridades, que incluem a capacidade produtiva de alto nível da China, a tecnologia avançada dos países desenvolvidos e as necessidades de infraestrutura dos países em desenvolvimento. Reunir esses elementos oferecerá um novo modelo de cooperação conjunta de alta qualidade nos projetos do Cinturão e Rota e promoverá o multilateralismo.

A China também poderia considerar propor uma cooperação em infraestrutura entre a Iniciativa Cinturão e Rota, o Global Gateway da UE e as iniciativas de infraestrutura Build Back Better dos Estados Unidos. Além disso, o Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa, proposto na Cúpula do G20 em Nova Délhi, abre a possibilidade de construir uma plataforma "quadrilateral+" China-EUA-Índia-Europa para o investimento e o desenvolvimento em infraestrutura global.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne economias industrializadas, promove a saúde econômica de seus membros e contribui para o desenvolvimento mundial, também compara experiências de políticas públicas, identifica boas práticas e coordena as políticas internas e internacionais de seus membros. Por isso, poderia servir de modelo para "multilateralizar" a Iniciativa Cinturão e Rota.

AS ECONOMIAS AVANÇADAS DEVERIAM DISSIPAR AS DÚVIDAS SOBRE A BRI

Em quarto lugar, ampliar os setores e as regiões de atuação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura poderia ser uma forma plausível de apoiar projetos elegíveis de investimento em infraestrutura no mundo todo. A China poderia explorar a possibilidade de criar uma parceria de cooperação entre bancos internacionais de desenvolvimento para impulsionar a colaboração entre os diversos bancos internacionais de desenvolvimento.

A parceria entre bancos de desenvolvimento internacionais e regionais, como o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Africano de

Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da América Latina, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Islâmico de Desenvolvimento e o AIIB, reforçará a coordenação entre os bancos, ajudará a melhorar a infraestrutura nos países em desenvolvimento, construirá infraestrutura digital e viabilizará a transição verde.

Embora haja lacunas de financiamento, os gastos com infraestrutura tendem a estimular a demanda por investimentos e a gerar empregos. Desde que o ambiente geopolítico global permita, esse arranjo poderia formar um sistema de desenvolvimento de infraestrutura internacional, padronizado, aberto e transparente, e ampliar as redes de fornecimento de produtos globais.

Em sexto lugar, a Iniciativa Cinturão e Rota deveria considerar mobilizar os recursos empresariais e os think tanks do mundo todo para explorar mais recursos intelectuais. Criar uma parceria empresarial internacional do Cinturão e Rota e uma plataforma de think tanks diversificada e em vários níveis ajudaria a dinamizar a comunicação entre os povos e a compreensão mútua. Ao organizar fóruns e cúpulas internacionais não oficiais, essas parcerias podem enriquecer e diversificar a Iniciativa Cinturão e Rota e transformá-la numa iniciativa internacional popular.

Em suma, a China poderia trabalhar para aperfeiçoar a governança econômica global. Pode aumentar ainda mais seu nível de participação pública e defender com mais firmeza o multilateralismo. Isso ajudaria a maximizar o papel da iniciativa como bem público global.

Cinco razões pelas quais a reabertura da China é uma boa notícia para a economia global[13]

A suspensão das restrições da covid-19 na China permitiu a retomada dos negócios internacionais, a recuperação do turismo e do consumo e a volta dos intercâmbios culturais, abrindo caminho para mais contatos presenciais e para uma recuperação global mais ampla.

Depois de quase três anos de covid zero, a reabertura da China veio "gradualmente e, depois, de repente", para usar a famosa frase de Ernest Hemingway.

[13]Publicado originalmente em 10 de janeiro de 2023 pelo SCMP e revisto para esta coletânea.

No fim de 2022, a vida aqui em Pequim estava praticamente parada, com confinamentos locais se espalhando pela cidade. Agora, é como se uma nuvem tivesse se dissipado: os anéis viários, os escritórios e os shopping centers da capital começam a se encher de novo. Os casos dispararam em todo o país, mas a maioria foi leve e logo vai diminuir, à medida que se alcançar a imunidade de rebanho. As infecções em Pequim já atingiram o pico, e outras cidades devem seguir o mesmo caminho no fim de janeiro de 2023.

A suspensão da maioria das restrições injetou vitalidade na economia, à medida que as pessoas retomam a rotina normal de trabalho e de vida. A reabertura acelerada levou o Goldman Sachs e o Morgan Stanley a elevar suas previsões de crescimento do PIB da China em 2023 para mais de 5%.

As perspectivas positivas são reforçadas pela guinada de Pequim para uma política econômica mais pragmática e favorável ao crescimento, sinalizada na recente Conferência Central de Trabalho Econômico. Isso inclui apoio ao setor privado e ao consumo interno e uma postura mais flexível em relação ao setor imobiliário e às gigantes de tecnologia, dois importantes motores de crescimento que sofreram ofensivas regulatórias nos últimos dois anos.

A reabertura da China também atenua os temores de uma recessão global num momento em que as economias avançadas desaceleram por causa da alta dos juros e dos elevados custos de energia. O país é, de longe, o maior motor de crescimento do mundo, respondendo por cerca de 30% do crescimento global.

Vale destacar cinco benefícios para a economia global.

Primeiro, apesar de alguns transtornos de curto prazo causados pela falta de pessoal, o fim das restrições deve ajudar gradualmente a desfazer os gargalos nas cadeias de suprimentos que provocaram longos atrasos na entrega de produtos que vão de carros a iPhones, o que ajudará a aliviar a inflação.

O segundo benefício vem da retomada das viagens de e para a China. Ao contrário dos fluxos de bens e de capitais, que se mantiveram fortes mesmo sob a política de covid zero, as viagens de entrada e saída da China ficaram reduzidas a um fio, com queda de 79% para os cidadãos da China continental e de 95% para os estrangeiros em 2021, em comparação com os níveis de 2019.

A facilitação das viagens internacionais dá impulso às operações e aos investimentos das multinacionais. Os executivos voltarão a viajar entre as sedes e a

China, o que facilitará novos negócios e projetos. Da mesma forma, os empresários chineses farão viagens adiadas por muito tempo em busca de oportunidades nos mercados externos.

A melhora das condições também ajudará as empresas sediadas na China a atrair e reter talentos estrangeiros. Em janeiro passado, estimava-se que até 100 mil estrangeiros esperavam para voltar só a Xangai, entre eles professores e outros integrantes da infraestrutura familiar que dá suporte à força de trabalho internacional.

O terceiro impacto da reabertura, e talvez o mais imediato, será a retomada do consumidor chinês. A confiança do consumidor atingiu mínimas recordes em 2022, mas já se recuperou de forma significativa desde o início da reabertura, o que faz dos consumidores chineses os mais confiantes do mundo, segundo a mais recente pesquisa da Ipsos.

Há espaço para uma considerável recuperação por reversão à média em 2023, à medida que a classe média chinesa liberar seu poder de compra represado. Os consumidores chineses não receberam cheques do governo, como no Ocidente, mas acumularam dinheiro durante a pandemia. A renda disponível nominal per capita subiu 5,3% nos nove primeiros meses de 2022, enquanto a poupança dos residentes no país cresceu 16,7% e atingiu o recorde de US$ 17 trilhões em novembro de 2022. Além do aumento dos gastos com importações, a reabertura da China representa um enorme ganho inesperado para o setor de turismo global, que responde por mais de 10% do PIB mundial.

Antes da pandemia, os turistas chineses respondiam por quase 20% dos gastos com turismo internacional, ou US$ 255 bilhões em 2019. Sua ausência deixou um enorme buraco negro, mas os primeiros sinais indicam que eles voltarão com força. As buscas pelos principais destinos no exterior na plataforma de viagens Ctrip se multiplicaram por dez nos 30 minutos seguintes ao anúncio do relaxamento das regras de quarentena.

Os primeiros beneficiários dessa "retomada do turismo emissivo" serão destinos próximos e muito expostos aos gastos chineses, como Hong Kong e a Tailândia, cujo PIB poderia ganhar um impulso de 6% e 3%, respectivamente, com os gastos adicionais de viagem, segundo estimativas do Goldman Sachs.

Setores ligados às viagens, como aviação, hotelaria e varejo, também se beneficiarão.

O último benefício da reabertura da China para a economia global é menos tangível, mas não menos importante no longo prazo.

As tensões EUA-China lançam uma sombra escura sobre as perspectivas da economia global. A política de covid zero agravou esse problema ao sufocar o intercâmbio interpessoal bilateral, tão importante para construir confiança e entendimento mútuo.

A reabertura da China também abre caminho para a retomada do contato presencial entre autoridades, acadêmicos, empresários e estudantes dos dois países. Essa interação é importante, sobretudo para a próxima geração de tomadores de decisão.

Uma pesquisa recente mostra que os chineses que estudaram ou viajaram nos Estados Unidos têm atitudes mais positivas em relação ao país. Espera-se que 2023 traga também a volta à China dos estudantes americanos, cujo número caiu de milhares para menos de 400 durante a pandemia, ajudando a formar para o futuro um contingente de pessoas versadas em China.

No clima atual, talvez não surpreenda que a recente mudança de política de Pequim tenha levado muitos comentaristas fora da China a dar sua própria meia-volta. Depois de passarem anos destacando os danos dos confinamentos e de outras restrições, muitos agora enfatizam os riscos da reabertura, como a escassez temporária de mão de obra e as pressões inflacionárias adicionais.

São preocupações válidas, sobretudo porque o aumento da demanda chinesa ocorre num momento de aperto da política monetária global. Isso, porém, não deve ofuscar o quadro geral. O caminho da China para a reabertura pode não ser simples, mas trará um enorme impulso aos mercados e às indústrias do mundo todo em 2023.

[14]Publicado originalmente em 20 de setembro de 2022 pelo Instituto Montaigne e revisto para esta coletânea.

Redesenhar a ordem mundial pode trazer de volta a globalização econômica?[14]

Estamos diante de um novo momento Bretton Woods: como o sistema atual é incapaz de garantir a prosperidade econômica e a estabilidade política, as grandes potências, incluindo a China, precisam trabalhar para desenvolver um marco de "Novo Bretton Woods" que restaure uma forma mais equitativa de globalização.

A globalização está numa encruzilhada. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que eclodiu em fevereiro, desafiou a ordem mundial do pós-Segunda Guerra. Num sentido mais amplo, porém, o redesenho da atual ordem mundial é um resultado inevitável do desenvolvimento econômico global, dos avanços tecnológicos e da evolução natural do cenário do poder global. No sistema "centro-periferia", o fluxo globalizado de recursos, tecnologia, capital e pessoal permitiu que as economias emergentes se fortalecessem, enquanto os países desenvolvidos do centro se enfraqueceram comparativamente. O custo de manter sua atual posição de poder reprimindo os concorrentes está aumentando. Isso tem prejudicado a credibilidade desses países e, ao mesmo tempo, provocado ondas de choque em toda a economia mundial e na ordem geopolítica global.

A ORDEM MUNDIAL DEPOIS DA GUERRA ENTRE A RÚSSIA E A UCRÂNIA

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que veio na esteira da pandemia de covid-19 que mergulhou a economia mundial na recessão, abalou a hegemonia americana e se tornou o maior desafio à ordem internacional desde a Segunda Guerra Mundial. A globalização tal como a conhecemos nos últimos 30 anos está chegando ao fim. Larry Fink, CEO da BlackRock, a maior gestora de ativos do mundo, declarou em sua carta aos acionistas de 2022 que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia vai redesenhar a cadeia global de suprimentos e fazer subir a inflação mundial. Um artigo do *New York Times* intitulado "A globalização acabou. As guerras culturais globais começaram" expressou opiniões semelhantes.

As mudanças na relação sino-americana, somadas ao desenvolvimento de outras potências regionais e de novas alianças entre nações, enfraqueceram a influência dos Estados Unidos. Potências regionais como Turquia, África do Sul, Egito, Índia, Indonésia, Brasil e México desempenham um papel mais singular e importante no cenário mundial. O desenvolvimento contínuo de alianças de

nações como a ASEAN, a União Africana e a Liga Árabe fortaleceu a unidade regional e lhes deu maior poder de barganha para manter sua independência. Depois da eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, apenas 40 países impuseram sanções à Rússia. Essa decisão teve motivações comerciais: dois terços dos países do mundo têm a China como principal parceiro comercial, o que os leva a optar pelo não alinhamento. Essa tendência indica que, hoje, os países em desenvolvimento tendem mais à multipolaridade do que à bipolaridade. Enquanto os Estados Unidos tentam fortalecer as antigas alianças com parceiros e aliados, Argentina, Irã, Arábia Saudita, Turquia e Egito se preparam para aderir ao BRICS, que pode desempenhar um papel mais ativo no redesenho da ordem global.

A eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia acelerou uma grande reestruturação do cenário internacional e aumentou a multipolarização. Com o agravamento dos problemas internos dos Estados Unidos, tem sido cada vez mais posto em dúvida se o país tem a vontade, a confiança e a capacidade de manter seu status de superpotência com atuação global.

Zbigniew Brzezinski, conselheiro de Segurança Nacional do presidente Jimmy Carter e renomado teórico da geoestratégia, previu certa vez em seu livro *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives* que, "no longo prazo, a política global está fadada a se tornar cada vez mais avessa à concentração do poder hegemônico nas mãos de um único Estado. Por isso, os Estados Unidos não são apenas a primeira e a única superpotência verdadeiramente global, mas provavelmente também serão a última".

Hoje, a tendência de descentralização da política mundial é praticamente um fato consumado. À medida que o poder dos países periféricos aumenta e o do centro se enfraquece, o poder no sistema mundial "centro-periferia" se tornará mais descentralizado, resultando numa ordem mundial multipolar mais igualitária e inclusiva.

AS MUDANÇAS NA ORDEM MUNDIAL E O PAPEL DA CHINA

Um redesenho da ordem internacional afetaria principalmente os valores, as normas e os arranjos institucionais dominantes. Como as grandes potências têm um papel importante na transformação da ordem mundial, as relações sino-

-americanas e a ascensão da China são elementos-chave. O ex-primeiro-ministro de Cingapura Lee Kuan Yew chamou certa vez a China de "o maior ator da história", ressaltando que é impossível um país do tamanho da China não ter impacto sobre o sistema mundial. Então, que impacto a China está tendo sobre a ordem mundial?

Estruturas binárias de poder, concepções históricas de dominação e sentimentos ideológicos e nacionalistas tornam fácil para o Ocidente ver a China como inimiga. No entanto, os conceitos tradicionais chineses de "harmonia", a missão de criar uma nova era de prosperidade comum e o objetivo de construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade demonstram que a China, empenhada em alcançar uma ascensão pacífica, é inclusiva e harmoniosa. Em termos de desenvolvimento econômico, a China conseguiu em 30 ou 40 anos o que os países ocidentais pioneiros levaram quase 200 anos para realizar e vem reduzindo gradualmente a distância em relação à economia americana. Ainda persistem, porém, problemas como a desigualdade de riqueza. A China ainda tem 600 milhões de pessoas com renda mensal média de no máximo ¥ 1.000. O PIB per capita da China é de pouco mais de US$ 10 mil, cerca de metade da renda média dos países desenvolvidos, e o país está muito atrás dos Estados Unidos em áreas-chave. Em termos geopolíticos, a China não tem a vontade de substituir os Estados Unidos como polícia do mundo nem a capacidade de fornecer bens públicos ao mundo, apesar de sua crescente força nacional global. Mas a disposição e a capacidade da China de salvaguardar seus próprios interesses nacionais e de assumir responsabilidades como grande potência também estão em alta.

Nas últimas três décadas de rápida globalização, a prosperidade geral mascarou a injustiça do sistema internacional e da ordem mundial, que ficou mais evidente à medida que a economia mundial desacelerou. A China se beneficiou enormemente da globalização e trabalhou continuamente para se abrir ao mundo, oferecendo bens públicos institucionais à comunidade global e, ao mesmo tempo, promovendo novos conceitos de globalização e de governança para orientá-la numa direção mais inclusiva, equitativa e justa.

Na última década, a China propôs o conceito de comunidade de futuro compartilhado para a humanidade e defendeu a implementação da Iniciativa

Cinturão e Rota (BRI). No campo do desenvolvimento econômico, promoveu a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), aderiu à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), assinou o Acordo Abrangente de Investimentos China-UE (CAI) e pediu adesão ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) e ao Acordo de Parceria para a Economia Digital (DEPA).

Em seu discurso de maio de 2022 sobre a política do governo Biden para a China, o secretário de Estado americano Antony Blinken classificou a China como "o desafio de longo prazo mais sério à ordem internacional". Da política de "pivô para a Ásia" de Obama ao Diálogo Quadrilateral de Segurança (Quad), à aliança Austrália-Reino Unido-Estados Unidos (AUKUS), aos Cinco Olhos e ao Marco Econômico do Indo-Pacífico para a Prosperidade (IPEF), a estratégia americana de conter a China nas próximas décadas é muito clara. Com o declínio relativo da influência americana, as potências regionais se tornarão mais ambiciosas, e haverá mais incidentes militares entre países, além de mais securitização. Esses cenários indicam que enfrentaremos um mundo mais fragmentado, turbulento e dividido antes que uma nova ordem mundial multipolar possa ser estabelecida.

Alguns europeus podem ver a China como um desafio à ordem internacional vigente e se angustiar com o declínio do Ocidente, mas a Europa continuará sendo um ator importante na construção de qualquer nova ordem mundial.

A China, os Estados Unidos e a Europa precisam criar espaço para a cooperação. Em termos de escala, a China, os Estados Unidos e a Europa são os três principais pilares econômicos do mundo.

Em 2021, o PIB total dos Estados Unidos superou US$ 23 trilhões, enquanto o da UE chegou a US$ 17 trilhões (US$ 20 trilhões, se incluirmos o Reino Unido e outros países europeus fora da UE). O PIB da China, por sua vez, atingiu US$ 17,7 trilhões. A China, os Estados Unidos e a Europa são também os principais atores da maioria dos conflitos e divisões globais que enfrentamos hoje. É por isso que faz sentido criar um "G3" que inclua a China, os Estados Unidos e a Europa. Uma plataforma de diálogo e coordenação de alto nível, que possa ser usada para conciliar posições divergentes sobre as grandes questões internacionais, poderia ajudar a evitar mal-entendidos e conflitos desnecessários

e desempenhar um papel positivo na promoção da paz mundial e do desenvolvimento comum.

A China e a Europa compartilham consensos em muitas áreas, como a mudança climática e a economia digital. A Europa pode não ser tão forte militarmente, mas ainda tem vantagens significativas em termos de economia, soft power e influência cultural. Muitas organizações internacionais também estão sediadas na Europa. Se o conceito de um "G3" China-EUA-UE se concretizar, a Europa atuará como mediadora entre a China e os Estados Unidos, em vez de se alinhar completamente aos Estados Unidos, e manterá uma independência relativa. Atualmente, a China já estabeleceu um mecanismo de cooperação em mercados terceiros com muitos países, entre eles a França. No futuro, a China e a Europa também poderão considerar o aprofundamento da cooperação em mercados terceiros na África e em outros lugares, para promover conjuntamente o investimento, o comércio e o desenvolvimento da infraestrutura na África, abrindo assim um novo rumo para a cooperação Sul-Sul.

REINICIAR A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E REDESENHAR A ORDEM MUNDIAL

Peter Schiff, veterano analista de Wall Street que previu com precisão a crise financeira de 2008, alertou no início de julho de 2022 que os Estados Unidos enfrentariam uma crise econômica mais grave que a "Grande Recessão" de 2008. A chefe do FMI, Kristalina Georgieva, também declarou publicamente em 13 de julho que a situação da economia global seria sombria em 2022 e possivelmente ainda pior em 2023. É justo dizer que chegou uma depressão econômica global. Está claro que ainda não chegamos ao fundo do poço dessa recessão econômica, já que a inflação global, as crises alimentares e as crises energéticas continuam a fervilhar. A desaceleração econômica nos Estados Unidos e na Europa se agrava, ao passo que a recuperação econômica da China também perde fôlego.

O sistema de Bretton Woods, criado depois da Segunda Guerra Mundial, foi a pedra angular da ordem mundial do pós-guerra e trouxe décadas de paz, estabilidade e prosperidade ao mundo. Hoje, a pandemia de covid-19 e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia levaram a humanidade a um novo momento Bretton Woods. A globalização econômica enfrenta um ambiente internacional mais

complexo, com a paz mundial, a abertura, a conectividade, a diversidade e o desenvolvimento equitativo gravemente prejudicados.

Por isso, todas as partes deveriam se concentrar em criar uma nova ordem econômica e uma nova base institucional e, ao mesmo tempo, se proteger contra a expansão militar e a insegurança que ela traz ao mundo.

RECOMENDAÇÕES PARA O CAMINHO A SEGUIR

Primeiro, as reformas da Organização Mundial do Comércio (OMC) deveriam ser uma prioridade. Essa instituição está hoje entre as mais importantes do comércio mundial. O pacote de acordos alcançado na 12ª Conferência Ministerial da OMC (MC12) reforçou a confiança da comunidade internacional no sistema multilateral de comércio. No futuro, esperamos que todas as partes promovam as reformas da OMC e que a organização volte a desempenhar plenamente seu papel de preservação e mediação do comércio multilateral internacional.

Segundo, é necessária uma implementação tranquila do Acordo de Investimentos China-UE (CAI). As relações China-UE chegaram a um impasse em torno do CAI nos últimos dois anos; por isso, a retomada da comunicação pode permitir que os dois lados negociem e suspendam as sanções, para que o CAI entre em vigor o quanto antes, o que seria uma dádiva para as empresas chinesas e europeias.

Terceiro, poderia ser criado um marco de cooperação entre bancos multilaterais de desenvolvimento. No futuro, o AIIB poderia trabalhar com o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimento, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros, a fim de promover uma plataforma para o desenvolvimento da infraestrutura global impulsionada pelos bancos multilaterais de desenvolvimento internacionais.

Quarto, é fundamental promover a cooperação econômica, comercial e de investimentos. Diante da crescente demanda por respostas conjuntas aos desafios, talvez seja possível se proteger contra a insegurança reforçando a cooperação econômica, comercial e de investimentos entre a China, os Estados Unidos e outros países da região no âmbito do "Marco Econômico do Indo-Pacífico para

a Prosperidade". É difícil para a ASEAN e outros países asiáticos se distanciar da China em termos econômicos e de segurança, e eles não estão dispostos a tomar partido entre a China e os Estados Unidos. Uma Ásia dividida política e militarmente não condiz com a continuidade da ascensão dos países asiáticos.

Quinto, deve-se estimular a vitalidade econômica regional e global para promover a integração econômica da Ásia-Pacífico. O CPTPP já chegou a 90% e, em alguns casos, até a 98%. No futuro, se o bolo econômico crescer e todos voltarem ao mecanismo de negociação multilateral, o risco de conflito direto entre os países poderá diminuir.

Sexto, é preciso estabelecer um novo marco para promover acordos normativos e regulamentações para a economia digital global. Os Estados Unidos também deveriam permitir que a Huawei, o TikTok, o WeChat e outras empresas operem em seu território, enquanto a China também deveria considerar abrir seu mercado ao Google, ao Facebook, ao Twitter e a outras empresas digitais americanas. Também se deveria considerar a criação de uma "Aliança Internacional de Dados" (D20), composta pelas 20 maiores empresas da economia digital do mundo, para reforçar a capacidade do G20 de promover melhor a governança global da economia digital.

Em suma, para superar as divisões provocadas pela covid-19 e pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, evitar a eclosão de guerras regionais maiores e orientar a evolução da ordem mundial para que ela funcione de modo mais moderado, precisamos intensificar a cooperação econômica. Redesenhar a governança econômica global e promover uma nova rodada de globalização econômica é o melhor caminho a seguir.

[15] Publicado originalmente em 18 de julho de 2022 pelo *Financial Times* e revisto para esta coletânea.

A política de covid zero teve um impacto severo sobre o estoque de talentos globais da China[15]

O êxodo de talentos da China durante a covid teve um impacto duradouro, que ainda hoje se faz sentir: o número de profissionais e de estudantes estrangeiros continua reduzido a uma fração dos níveis anteriores à pandemia. Mesmo assim, a China segue empenhada em aumentar seu estoque de talentos globais.

Embora a política de covid zero da China tenha tido um êxito notável em conter o vírus e em manter as taxas de mortalidade numa fração das registradas nos Estados Unidos e no Reino Unido, ela também afetou profundamente a economia do país e o estoque de talentos globais da China.

Os fluxos internacionais de pessoas foram drasticamente reduzidos: no ano passado, as viagens de entrada ou saída da China feitas por cidadãos da China continental despencaram 79% em relação a 2019. No caso dos estrangeiros, o número caiu ainda mais, para apenas 4,6% dos níveis de 2019.

Esses números começarão a aumentar com as medidas recentes para facilitar a entrada na China. Mas a manutenção de controles rigorosos de imigração e de quarentena já prejudicou os negócios. Os funcionários de multinacionais estrangeiras baseados na China não puderam voltar às sedes para compartilhar conhecimento, receber treinamento e ampliar suas redes de contatos. Do mesmo modo, tem sido difícil para os funcionários de multinacionais chinesas se aventurar no exterior para criar laços pessoais e ganhar experiência direta nos mercados locais.

Esse distanciamento foi agravado pelo êxodo de talentos estrangeiros. A Câmara de Comércio Europeia na China estima que até metade dos expatriados europeus pode ter deixado a China desde o início da pandemia. Em maio, 74% dos participantes de uma pesquisa da Câmara de Comércio Americana na China disseram que as medidas de covid zero tinham prejudicado sua capacidade de atrair ou reter funcionários estrangeiros qualificados. Um terço disse que executivos seniores ou trabalhadores estrangeiros essenciais tinham recusado missões na China por causa do surto mais recente de covid.

A infraestrutura familiar que dá suporte à força de trabalho internacional também está se desgastando. A Câmara de Comércio Britânica na China estima que de 40% a 60% dos professores estrangeiros vão embora este ano. As escolas

bilíngues, que muitas vezes permitiam aos estudantes chineses estudar no exterior, foram atingidas por essa falta de professores e também por uma ofensiva regulatória.

Houve, no entanto, alguns benefícios para os funcionários locais, que estão sendo promovidos mais depressa, já que as multinacionais se veem obrigadas a acelerar a localização de seus quadros e a abandonar o velho modelo em que os cargos-chave eram ocupados por executivos estrangeiros em missões curtas.

Em janeiro, a Volkswagen anunciou planos de reduzir em 30% o número de funcionários expatriados baseados na China nos próximos dois ou três anos. Uma pesquisa feita no fim de abril com membros da Câmara de Comércio Europeia constatou que cerca de 60% deles planejam localizar seus quadros em todos os níveis ao longo do próximo ano. A Apple, que antes da pandemia reservava todos os dias 50 assentos na classe executiva para levar funcionários entre São Francisco e Xangai, agora depende mais de engenheiros locais para resolver problemas.

Essa localização reflete o leque cada vez mais amplo de habilidades e a competência técnica dos trabalhadores chineses. Também pode aumentar o dinamismo econômico futuro da China, já que os gestores chineses de multinacionais muitas vezes passam depois a trabalhar em empresas locais ou fundam seus próprios negócios.

Num estágio anterior da cadeia, a pandemia e a resposta política de Pequim também afetaram os estudantes. O fechamento das fronteiras da China esvaziou os campi de estudantes estrangeiros, que eram quase meio milhão em 2018. Isso vai atrasar a internacionalização de longo prazo da força de trabalho do país, já que mais de 60% dos estudantes internacionais dizem ter a intenção de trabalhar na China depois de formados. Sei que a embaixada chinesa nos Estados Unidos tem ajudado estudantes internacionais a voltar à China, e a embaixada chinesa na França também começou a ajudar estudantes franceses a retornar.

O impacto sobre os estudos no exterior foi mais variado. Em 2020, muitos estudantes chineses adiaram ou mudaram seus planos de estudar fora, mas desde então a demanda por educação no exterior se recuperou. Desde maio de 2021, o número de vistos de estudante concedidos a chineses para estudar nos Estados Unidos passou de 90 mil. E, no ano passado, o número de estudantes chineses

no Reino Unido voltou a ficar perto do nível de 2019, depois de uma queda de 32% em 2020.

Há indícios de que a pandemia reforçou tendências de longo prazo de os estudantes escolherem destinos mais próximos — como Hong Kong, Cingapura ou Japão — ou ficarem na China para a pós-graduação. Esses padrões refletem diversos fatores, entre eles a qualidade crescente das melhores universidades chinesas, a redução do prêmio salarial da formação no exterior e a percepção cada vez maior de que o Ocidente é hostil aos estudantes chineses.

Mas os talentos nacionais, sozinhos, não bastarão para o mercado chinês em rápido crescimento. Numa conferência nacional em setembro passado, o presidente Xi Jinping ressaltou que os esforços para formar talentos no próprio país "não podem significar isolamento" e enfatizou a "atratividade global e a vantagem competitiva".

O órgão encarregado dessa tarefa é a Administração Nacional de Imigração, que nos últimos dois anos esteve ocupada em manter o vírus fora da China. Quando as fronteiras estiverem totalmente abertas de novo, a agência retomará os esforços para aperfeiçoar o sistema de imigração e atrair trabalhadores estrangeiros. Só o tempo dirá quão dispostos eles estarão a voltar.

O Japão deveria estar aberto à adesão da China ao CPTPP[16]

À frente do CPTPP, o Japão tem diante de si uma escolha: acolher ou excluir a China. Se apoiar a admissão da China ao pacto comercial, obterá ganhos econômicos enormes para sua economia em dificuldades.

Em 2012, dois analistas americanos assinaram um artigo na *Foreign Policy* intitulado "Um conto de duas Ásias", que descrevia o contraste entre o lado Jekyll e o lado Hyde do continente.

De um lado, há a "Ásia econômica", uma região vibrante e integrada, com uma economia de mais de US$ 30 trilhões, a mais dinâmica do planeta e um motor do crescimento global. De outro, há a "Ásia da segurança", uma região conflituosa e cada vez mais militarizada, dilacerada pela desconfiança, pelo nacionalismo, por antagonismos históricos e por disputas territoriais.

[16]Publicado originalmente em 26 de abril de 2022 pelo *Nikkei* e revisto para esta coletânea.

Embora grosseira, essa dicotomia capta algo do exercício de equilíbrio de Tóquio na tentativa de navegar num mundo em transformação. Como o resto da Ásia, o Japão está sendo puxado em duas direções diferentes: novos pactos comerciais reforçam as tendências de integração pacífica, ao mesmo tempo que preocupações crescentes com a segurança provocam atritos na região.

O Japão é há muito tempo uma força motriz na construção de uma Ásia econômica mais integrada e próspera. Criou o Banco Asiático de Desenvolvimento em 1966 e concedeu ajuda ao desenvolvimento para apoiar a reforma e abertura da China nos anos 1970 e 1980.

Depois da crise financeira asiática do fim dos anos 1990, Tóquio impulsionou medidas de integração monetária que levaram aos acordos de swap cambial da Iniciativa Chiang Mai. Mais recentemente, Tóquio levou a bom termo o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) depois da saída dos Estados Unidos e foi membro fundador do acordo comercial da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP).

Em contrapartida, as forças que empurram o Japão a se concentrar na segurança na Ásia nunca estão longe. Os conservadores continuam determinados a emendar a Constituição pacifista do país, e Tóquio aderiu a novos arranjos de segurança, como o Quad e um acordo de acesso recíproco com as forças de defesa da Austrália.

Depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, o primeiro-ministro Fumio Kishida procurou reforçar os laços com a OTAN e com Washington para fortalecer a segurança do Japão, e o ex-primeiro-ministro Shinzo Abe chegou a levantar a questão das armas nucleares e faz campanha por um forte aumento dos gastos com defesa.

Equilibrar os interesses econômicos e de segurança em meio à competição EUA-China será a tarefa mais importante da política externa de Kishida. Neste ano, quando se completam 50 anos da normalização das relações com a China, ele terá de tomar várias decisões que darão o tom das futuras relações de Tóquio com Pequim. Talvez a mais importante seja a posição a adotar sobre o pedido de adesão da China ao CPTPP.

Ao examinar essa questão, Kishida deveria manter a mente aberta e se inspirar no legado da facção Kochikai, que ele lidera e que tradicionalmente valoriza a diplomacia econômica e as boas relações com a China.

Seu foco atual em alianças de segurança restritas é compreensível na esteira da guerra na Ucrânia. Mas, no longo prazo, os interesses do Japão — tanto em relação à economia interna quanto à segurança de longo prazo — serão mais bem atendidos se a Ásia se mantiver numa trajetória estável, baseada em regras, rumo a mais integração, mais coesão e mais prosperidade.

O CPTPP é o veículo ideal para isso, e a China parece cada vez mais disposta a colaborar. Em 3 de fevereiro, a alfândega chinesa anunciou que testaria as regras do CPTPP nas zonas de livre-comércio do país. Em 1º de março, o vice-ministro do Comércio, Wang Shouwen, afirmou a disposição da China de "atender plenamente" aos elevados padrões do pacto comercial.

Até agora, a recepção de Kishida ao pedido de Pequim tem sido morna. Mas há boas razões para que Tóquio esteja aberta à adesão da China ao CPTPP.

Primeiro, isso apoiaria a agenda interna de Kishida de estimular o crescimento e a igualdade no país. Embora o Japão e a China sejam ambos membros da RCEP, o CPTPP vai muito mais longe na redução de tarifas e na facilitação do comércio. Incluir a China aumentaria em US$ 68 bilhões os ganhos de renda real do Japão com o CPTPP em 2030 e quadruplicaria os ganhos de renda em todo o mundo, elevando-os a US$ 632 bilhões por ano, segundo projeções do Peterson Institute for International Economics, um think tank sediado em Washington.

Desde 2020, a China substituiu os Estados Unidos como principal destino dos produtos japoneses. No ano passado, as exportações de alimentos e de produtos agrícolas, florestais e pesqueiros para a China continental saltaram 35,2%. Com o CPTPP, os agricultores e trabalhadores japoneses estariam em posição ideal para se beneficiar da demanda crescente da imensa classe média chinesa. Haveria benefícios também para as multinacionais japonesas, para as quais a China continua a ser um polo industrial crucial.

Segundo, mesmo antes que os potenciais benefícios comerciais se concretizem, as negociações de adesão poderiam oferecer uma plataforma de diálogo produtivo com a China. Isso ampliaria a margem de manobra diplomática de Kishida e apoiaria os esforços para promover a harmonia regional.

Terceiro, o pedido de adesão da China ao CPTPP é uma oportunidade única para Tóquio exercer influência e incentivar aquela que em breve será a maior economia do mundo a evoluir de acordo com os mais elevados padrões internacionais.

Entre eles estão os padrões para questões "atrás da fronteira", como as políticas econômica, industrial e ambiental. Além de beneficiar as empresas japonesas e dar novo fôlego às reformas da China para construir uma economia moderna e aberta, isso também ajudaria a aliviar tensões comerciais mais amplas, inclusive com os Estados Unidos, criando um ambiente global melhor para o desenvolvimento do Japão.

O CPTPP é um dos caminhos para uma integração mais profunda e, futuramente, para a criação de uma Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico. Mas não é o único. Se a porta do CPTPP for fechada prematuramente à China e a outros países, o impulso pode migrar para vias alternativas, como a RCEP. Isso não seria do interesse do Japão, já que se trataria de um processo voltado para padrões mais baixos, no qual Tóquio tem menos voz.

Por ora, qualquer perspectiva de entrada da China no CPTPP continua distante. As negociações de adesão certamente serão longas e árduas. Os outros membros continuam divididos quanto à entrada da China, e a adesão exige consentimento unânime. Há também a espinhosa questão de Taiwan, que pediu adesão apesar da oposição de Pequim.

Ainda assim, o Japão se colocou numa posição vantajosa ao assumir a condução do CPTPP, e sua postura em relação ao pedido da China terá peso considerável. Daqui em diante, Tóquio deveria aproveitar o que já conquistou ao ajudar a construir uma Ásia econômica próspera e não permitir que as vozes mais belicosas fechem caminhos viáveis rumo à estabilidade e à prosperidade de longo prazo na região.

[17] Publicado originalmente em 18 de janeiro de 2022 pela CGTN e revisto para esta coletânea.

Políticas inovadoras na China para acolher talentos globais[17]

A China trabalha com afinco para atrair profissionais internacionais e ampliar seu contingente de talentos globais, com processos melhores e novos "green cards" que a tornam mais atraente para especialistas em ciência, tecnologia e outros setores.

A pandemia galopante de covid-19, o colapso das companhias aéreas e o endurecimento das políticas nacionais de viagem, que pode ocorrer de tempos em tempos, causam transtornos e incertezas entre a China e o exterior. E os fluxos de talentos em algumas áreas também ficarão restritos e, até certo ponto, desacoplados.

No entanto, a necessidade global de talentos se tornará ainda maior na era pós-pandemia, com os países se apressando a adotar novas políticas para atraí-los. Para mudar a situação em que a China há muito tempo sofre restrições no acesso a tecnologias essenciais, o país precisa se esforçar mais para atrair os melhores talentos internacionais.

Nos últimos anos, apesar do caos político nos Estados Unidos, seu sistema de talentos continua a ser um forte ímã para os melhores talentos do mundo. Um relatório intitulado *Doctorate Recipients from US Universities: 2020* afirma que, desde 2010, vem aumentando a intenção dos doutorandos de permanecer e trabalhar nos Estados Unidos depois de concluírem os estudos.

Até o ano letivo de 2020, 73% dos doutorandos pretendiam permanecer e trabalhar nos Estados Unidos. No ano letivo de 2020, 90% dos doutorandos da China continental e da Região Administrativa Especial de Hong Kong estavam em áreas de ciências e engenharia (C&E), com menos de 700 estudantes chineses fora de C&E, e mais de 81% dos novos doutores vindos da China continental pretendiam permanecer e trabalhar nos Estados Unidos.

Segundo estatísticas americanas, 85 mil chineses receberam vistos de estudante dos Estados Unidos entre maio e agosto de 2021. Mais de 300 mil estudantes chineses estão hoje nos Estados Unidos, o que mantém a China como a principal fonte de talentos do país.

Vale observar que, enquanto os Estados Unidos continuam a atrair e reter talentos científicos e tecnológicos do exterior, a China continuou a perder talentos estrangeiros nos últimos anos. A Câmara de Comércio Americana na

China afirma que o número de profissionais estrangeiros em Xangai caiu de 208 mil para 163 mil na última década.

Uma das razões centrais da rápida ascensão dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial foi o grande número de profissionais internacionais de primeira linha nas áreas de tecnologia de ponta. Hoje, a inteligência artificial, a tecnologia quântica e a engenharia genética são, em última análise, uma competição por talentos.

Por isso, a competição por talentos envolve também a capacidade de atrair talentos internacionais. Diante do atual ciclo longo e limitado de formação de talentos no país, as oportunidades de inovação científica e tecnológica são consideráveis, e atrair talentos internacionais é uma forma mais eficiente de alcançar avanços decisivos.

Nos últimos anos, a China implementou muitas políticas para atrair talentos internacionais, como a criação da Administração Nacional de Imigração e o ajuste de sua política de green card. Mas a China precisa aprofundar ainda mais a reforma institucional, abrir a mente, aprimorar as políticas de apoio e criar um ambiente social mais aberto e inclusivo, prático e agradável para viver.

Felizmente, o programa Canal Rápido de Viagens EUA-China está em funcionamento desde 7 de janeiro de 2022 e deve "oferecer um canal mais eficiente, previsível e confiável para a entrada na China de executivos essenciais de empresas americanas, de pessoal técnico e de seus dependentes".

O programa é uma luz de esperança para que a China e os Estados Unidos melhorem o fluxo de pessoas enquanto a covid-19 continua a se espalhar, e também oferece uma referência para que a China liberalize moderadamente, com outros países, a circulação internacional de pessoas do setor empresarial.

Num contexto de prevenção e controle rotineiros da covid-19, os governos locais podem levar em conta as necessidades dos estudantes internacionais e dos empresários e oferecer, no devido tempo, mais canais rápidos para as pessoas elegíveis. Isso refletirá em parte o acolhimento da cidade, assim como o profissionalismo e a internacionalização da formulação e da implementação de suas políticas diante da pandemia.

A China também pode oferecer maiores incentivos para atrair os melhores talentos internacionais. O país vem proporcionando um ambiente mais aberto e

equitativo para que talentos internacionais inovem e abram empresas, com procedimentos mais simples para pedir visto, opções de moradia mais confortáveis, mais possibilidades de obter o green card e um ambiente de vida internacional. As experiências de Pequim, Xangai, Guangdong, Hong Kong e Macau na reforma de suas formas de atrair talentos internacionais podem ser replicadas e difundidas em outras cidades.

Para construir um sistema de talentos mais competitivo internacionalmente, pode-se testar um canal para pedir o "green card" diretamente do exterior. Atualmente, os green cards chineses são concedidos sobretudo a quem já está no país há certo tempo, o que não favorece a atração de estrangeiros talentosos, inclusive de chineses do exterior[18] que desejem vir à China para inovar e abrir empresas. Pequim pode criar um sistema-piloto para migrantes qualificados. As embaixadas e os consulados chineses no exterior também podem criar escritórios de imigração para informar sobre as políticas da China para atrair talentos internacionais de destaque.

Profissionais internacionais altamente qualificados que desejam desenvolver sua carreira na China já podem pedir residência permanente pela internet. As restrições ao retorno de chineses do exterior à China também deveriam ser flexibilizadas, e o "Cartão de Chinês do Exterior" deveria ser criado o quanto antes para facilitar os pedidos de residência de longo prazo e permanente dos chineses do exterior que se destacam.

À medida que a competição global se intensifica, a China precisa reformar profundamente seus setores de ciência e tecnologia, deixando de seguir tendências para passar a liderá-las. A China precisa ser mais proativa e aberta na busca de talentos internacionais, mostrando que é aberta e acolhedora e que recebe de braços abertos os profissionais internacionais que vêm à China para inovar e criar empresas. Também deveria continuar a fortalecer os laços entre a China e o mundo.

[18] A diáspora chinesa.

13
SOBRE O COMPARTILHAMENTO DE IDEIAS E O PODER DO DIÁLOGO

Como um dos principais pesquisadores de think tank e acadêmicos da China, sou frequentemente convidado a falar numa grande variedade de fóruns, intercâmbios e eventos, quase sempre sobre temas ligados ao papel da China no mundo e aos seus próximos passos. Invariavelmente, constato que meu público está lamentavelmente mal informado sobre a situação atual da China, suas intenções e sua possível contribuição para o mundo. Pior ainda: a maioria nunca esteve na China ou, pelo menos, não visita o país há vários anos. Quando as mudanças acontecem no que já se chamou de "velocidade da China", essa é uma falha grave na comunicação da China com o mundo.

Os capítulos anteriores deste livro apresentaram uma grande variedade de artigos que não só tratam de diversas questões, como também mostram como a China tem se conduzido no cenário internacional ao longo do tempo e as posições que assume em vários temas. Esses artigos mostraram também a visão da China sobre o papel, as conquistas e o futuro possível da globalização no mundo de hoje. Enquanto ondas de protecionismo, nacionalismo e mentalidades em geral voltadas para dentro se espalham por países que antes defendiam um mundo aberto e globalmente conectado, a China parece ser um dos poucos

que continuam a impulsionar um modelo de governança global que promova o benefício mútuo, objetivos comuns e o desenvolvimento de todos os países.

No entanto, embora essas tendências possam levar alguns a dobrar os sinos pela globalização, a mudança não acontece no vácuo, e o fim de uma coisa costuma ser o começo de outra. As oportunidades criadas pelas políticas disruptivas da era Trump 2.0 estão obrigando o mundo a olhar para velhos problemas sob uma nova perspectiva e a estabelecer novas relações quando as antigas azedam. As noções tradicionais chinesas de equilíbrio e da natureza cíclica do mundo dão a mim e aos meus colegas chineses uma perspectiva singular sobre as mudanças em curso e nos permitem considerar alternativas possivelmente inéditas para enfrentar este mundo novo e imprevisível em que nos encontramos.

Neste capítulo, gostaria de compartilhar alguns dos meus discursos recentes, especificamente os que fiz no Conselho de Segurança das Nações Unidas, na Oxford Union, na Universidade Harvard e na Universidade de Princeton, bem como um texto que escrevi sobre a morte do meu bom amigo e colega Joseph Nye, com quem passei muitas horas debatendo e discutindo nossas semelhanças e diferenças, mas sempre com o objetivo de encontrar um caminho melhor.

O primeiro discurso que gostaria de compartilhar é o que fiz no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a tendência ao unilateralismo e à intimidação no mundo de hoje, em particular por parte dos Estados Unidos. As Nações Unidas foram fundadas com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais, desenvolver relações amistosas entre as nações e promover o progresso social, melhores padrões de vida e os direitos humanos. Isso naturalmente exige certo grau de respeito mútuo, de diálogo e, em última instância, de concessões — conceitos que parecem cada vez mais estranhos aos Estados Unidos sob Trump 2.0.

O título que escolhi para o discurso, "O impacto do unilateralismo e das práticas de intimidação nas relações internacionais", traduz o sentimento da China e de grande parte do mundo em desenvolvimento, que são os que mais têm a perder com o abandono da globalização e do multilateralismo — abandono que se manifesta de forma mais direta nos Estados Unidos. Tanto no plano interno quanto no internacional, o presidente Trump tomou decisões unilaterais que, dado o tamanho e a influência dos Estados Unidos, afetam o mundo de forma

direta e profunda, sobretudo no comércio e nos intercâmbios econômicos. A imposição repentina de tarifas, que no caso da China chegaram a 245% em seu ponto mais alto, deixou os países em pânico. Esse estilo de intimidação fiscal, em nome da proteção dos trabalhadores e da economia americana, é na melhor das hipóteses irresponsável e pode ter repercussões destrutivas de longo alcance, com as quais o mundo terá de lidar a longo prazo.

O discurso seguinte vem de uma das maiores honras que recebi até hoje: a ocasião em que me tornei o primeiro pesquisador de um think tank chinês a falar na Oxford Union. Ser convidado a falar em nome da China e ser ouvido como um igual nesse fórum centenário é um sinal claro de que a mudança é possível e de que as barreiras à comunicação entre o Oriente e o Ocidente estão caindo. Como sugere o título, "A democracia na China, as tarifas planejadas por Trump, como o Ocidente entende mal a China e mais", o discurso abrange uma grande variedade de temas, o que é importante, dada a falta de compreensão que existe sobre a situação real da China e suas verdadeiras motivações. Nele, conto boa parte da minha trajetória pessoal, dos estudos no exterior ao trabalho de construção de pontes antes e depois da fundação do Centro para a China e a Globalização. A missão da minha vida tem sido abrir canais de comunicação e construir pontes entre civilizações, sociedades e indivíduos para buscar as melhores soluções para as questões mais prementes da atualidade.

O discurso seguinte que gostaria de compartilhar é muito pessoal para mim. A Universidade Harvard é um nome conhecido no mundo inteiro, e muitas vezes as pessoas fazem questão de mencioná-lo para mostrar que têm algum tipo de ligação com essa augusta instituição. Ao compartilhar este discurso, porém, espero mostrar como o impacto pessoal e a inspiração que recebi do período em que fui pesquisador da Kennedy School, assim como minha relação contínua com muitos acadêmicos e até com colegas de estudo de lá, orientaram e embasaram meu trabalho como fundador do Centro para a China e a Globalização e como um dos principais pesquisadores de think tank da China.

Intitulado "Das ideias acadêmicas à governança global — No caminho para destravar as relações sino-americanas", esse discurso se baseia nas lições que aprendi em Harvard e trouxe de volta para a China, a fim de oferecer aos pesquisadores e estudantes de hoje uma nova perspectiva sobre as questões

mais prementes das relações EUA-China e sobre como poderíamos superar a rivalidade conflituosa e potencialmente destrutiva que hoje existe entre nossos dois países para criar um futuro de maior benefício mútuo.

O último discurso deste capítulo foi feito na Universidade de Princeton, na sessão inaugural do Fórum de Princeton sobre a China. Ao prepará-lo, inspirei-me no lema de Princeton: "A serviço da nação e a serviço da humanidade". Como muitos sabem, um dos lemas não oficiais da China é "Servir ao povo", e por isso o lema de Princeton ressoou em mim de maneira muito especial. O título que dei ao discurso foi "A serviço da humanidade — Sobre a missão maior da academia e do saber", com foco no fato de que nós, acadêmicos — sejamos pesquisadores, professores ou estudantes —, temos em última instância a tarefa de melhorar a sociedade a serviço da humanidade. A contribuição da academia para o mundo é extraordinária: do comércio que gera prosperidade para uma parcela maior da população mundial à saúde que previne e combate todo tipo de doença, da segurança que garante que as pessoas vivam num mundo pacífico e estável aos avanços tecnológicos que nos levam à próxima etapa do desenvolvimento humano, o objetivo final é a melhoria da vida de todos os seres humanos.

Os dois últimos textos deste capítulo não foram fáceis de incluir neste livro. Este ano, perdemos dois estudiosos que deixaram marcas indeléveis no mundo em suas respectivas áreas. A morte deles deixou na academia e na comunidade dos think tanks um vazio que não será facilmente preenchido.

O primeiro é uma homenagem a alguém cuja visão, paixão e determinação me inspiraram por muitos anos. O professor Joseph S. Nye Jr., que partiu deste mundo em 6 de maio de 2025, deixa um impacto indelével no mundo, não só na academia, mas também no governo, na sociedade e no imaginário popular. Conhecido como o "pai do soft power", ele via o mundo de outra maneira e acreditava que o poder podia se expressar de muitas formas, nem sempre por meios políticos ou militares. Nas muitas horas de conversa que tivemos ao longo dos anos, em discussões formais e em correspondência privada, uma das coisas que mais me impressionaram foi sua convicção de que nosso destino não está selado — de que nós, como indivíduos ou como nações, podemos buscar um futuro melhor, um futuro que inspire e enriqueça o mundo.

O segundo é em memória de um colega e de um ícone da comunidade dos think tanks. Embora partíssemos de pontos de vista essencialmente opostos e muitas vezes assumíssemos posições contrárias em diversas questões, o dr. Edwin J. Feulner, da Heritage Foundation, foi um amigo querido e um aliado valioso na promoção de um verdadeiro intercâmbio e diálogo entre os Estados Unidos e a China. Tanto antes quanto depois de seu período à frente da Heritage Foundation, o dr. Feulner conversou regularmente comigo e garantiu que os canais de comunicação entre nossas instituições permanecessem abertos e ativos. Foi sua disposição de dialogar com adversários que ajudou a superar ou mesmo a evitar mal-entendidos e a encontrar um terreno comum sobre o qual se pudessem construir alicerces mais sólidos. Estou confiante de que tanto a Heritage Foundation quanto nós, do CCG, continuaremos a honrar seu legado daqui em diante, apesar das possíveis dificuldades nas relações EUA-China.

O impacto do unilateralismo e das práticas de intimidação nas relações internacionais[1]

O afastamento dos Estados Unidos de sua posição de apoio à globalização desestabiliza o sistema global de comércio do qual o próprio país se beneficiou e, ao mesmo tempo, desorganiza outras economias menores. O mundo precisa se unir para construir uma nova forma sustentável de globalização, que beneficie a todos.

Distintos delegados, senhoras e senhores,

Bom dia. É uma honra estar aqui hoje com todos vocês, reunidos para discutir os graves desafios que a governança global e a economia internacional enfrentam. Este ano marca o 80º aniversário da fundação das Nações Unidas — um marco que nos lembra as normas fundamentais que sustentam as relações internacionais modernas. Os propósitos e princípios consagrados na Carta da

[1]Em 23 de abril de 2025, o presidente do CCG, Henry Huiyao Wang, participou como orador da sessão do Conselho de Segurança da ONU sobre "O impacto do unilateralismo e das práticas de intimidação nas relações internacionais", convocada pela República Popular da China e moderada por Fu Cong, representante permanente da China nas Nações Unidas. A reunião foi transmitida ao vivo e continua disponível na UN WebTV, com interpretação nas seis línguas oficiais da ONU. Wang foi um dos dois oradores da reunião, ao lado de Jeffrey David Sachs, diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Columbia e presidente da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Depois dos oradores, representantes de alguns Estados-membros da ONU também falaram.

ONU, em especial a defesa do multilateralismo, foram amplamente aceitos e respeitados pela maioria dos países do mundo.

Ao longo das décadas, apesar de um cenário global em transformação, as Nações Unidas mantiveram seu papel central na coordenação dos assuntos internacionais e, de modo geral, o mundo permaneceu pacífico e estável, enquanto a globalização econômica se firmava como tendência definidora do nosso tempo. Conceitos como a interdependência entre as nações e a visão de um futuro compartilhado ganharam amplo reconhecimento, e a maioria dos países abraçou o objetivo do benefício mútuo e do desenvolvimento comum.

No entanto, nos últimos anos, houve um aumento preocupante do unilateralismo e da coerção econômica. Essas práticas estão causando danos profundos e de longo alcance ao crescimento econômico global, à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, aos meios de subsistência das pessoas e à ordem política e econômica internacional como um todo. As medidas unilaterais — caracterizadas por tarifas elevadas, sanções econômicas, bloqueios tecnológicos e tentativas de desacoplamento — têm sido especialmente acentuadas nas ações hegemônicas dos Estados Unidos. Essas ações não só restringiram o comércio exterior dos países em desenvolvimento, como também desestabilizaram suas economias já frágeis e minaram os esforços globais para aliviar a pobreza e promover a educação e a saúde.

Para muitos países, inclusive os da Europa, essas medidas unilaterais corroeram a confiança que sustenta a cooperação multilateral e intensificaram a fragmentação das políticas e a incerteza dos mercados. Mais alarmante ainda, essa crescente tendência unilateral de agir à margem das normas internacionais está acelerando a erosão da arquitetura de governança global centrada nas Nações Unidas e na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que aumenta a fragmentação e a instabilidade da ordem mundial.

Nesse contexto, é ainda mais crucial defender o multilateralismo e fortalecer a cooperação internacional. Somente por meio de mecanismos multilaterais seremos capazes de enfrentar com eficácia os desafios globais e de promover uma ordem econômica internacional justa, equilibrada e sustentável.

À medida que os Estados Unidos se afastam do caminho da globalização, a economia global enfrenta uma enorme incerteza. Segundo o relatório "Global

Trade Outlook and Statistics", da OMC, divulgado em 16 de abril de 2025, a projeção é de que o volume do comércio global de mercadorias caia 0,2% em 2025. Se as tensões atuais se agravarem, a queda poderá chegar a 1,5%. No mesmo dia, o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, advertiu que a guerra comercial e as políticas tarifárias iniciadas pelo presidente Trump aumentaram a incerteza global e podem desacelerar ainda mais o crescimento econômico mundial. Da mesma forma, a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, alertou que a incerteza em torno das políticas comerciais globais está "fora de escala" e levaria a "reduções notáveis" nas estimativas de crescimento. Essa tendência tem suscitado sérias preocupações sobre a trajetória futura da economia global.

Primeiro, a atual guerra comercial é, em essência, uma guerra comercial iniciada pelo governo dos Estados Unidos contra o resto do mundo. Ela desorganizou a ordem internacional e causou danos significativos à economia global. De modo geral, o crescimento do comércio global impulsionou a expansão econômica e a prosperidade no mundo inteiro, promovendo laços cada vez mais estreitos entre as economias nacionais. Desde a criação da OMC, há 30 anos, o volume do comércio global saltou de US$ 5 trilhões em 1994 para US$ 33 trilhões em 2024 — um aumento de mais de cinco vezes. Uma guerra comercial prolongada prejudicaria gravemente o desenvolvimento e a estabilidade da economia global.

Como maior economia do mundo, os Estados Unidos respondem há muito tempo por mais de 25% do PIB global. O dólar americano, principal moeda de reserva internacional, representa cerca de 60% das reservas cambiais do mundo. Essas vantagens permitiram aos Estados Unidos colher benefícios enormes da globalização econômica, o que faz do país, inegavelmente, um dos maiores beneficiários do livre-comércio e da atual ordem econômica internacional. Nos últimos anos, porém, os Estados Unidos têm minimizado cada vez mais os ganhos que obtiveram com o livre-comércio, retratando o sistema de comércio internacional como injusto. Em vez de promover ativamente a globalização, têm agido cada vez mais para desestabilizá-la.

Segundo, o chamado déficit comercial dos Estados Unidos mostra apenas um quadro parcial. Embora haja déficit no comércio de bens, os Estados Unidos mantêm superávits substanciais em serviços, investimentos e talentos. Só no

setor de serviços, os Estados Unidos registram um volume de comércio de mais de US$ 1 trilhão, com superávit de US$ 300 bilhões.

Além disso, como principal moeda de pagamento do mundo, o dólar permite aos Estados Unidos aproveitar sua posição deficitária para adquirir recursos globais em grande escala. O papel do dólar como moeda dominante na liquidação de transações globais confere aos Estados Unidos vantagens enormes. Essas condições consolidaram o domínio americano sobre a economia global e atraíram volumes substanciais de investimento internacional. Em consequência, as bolsas americanas batem recordes sucessivos, impulsionadas por fortes entradas de capital global.

É importante notar que, embora os Estados Unidos de fato tenham déficit em bens, o país também abandonou deliberadamente certos setores da indústria — sobretudo os mais poluentes ou intensivos em mão de obra. Essas indústrias costumam ser menos atraentes para os trabalhadores americanos, têm maior impacto ambiental e em geral oferecem retorno mais lento sobre o investimento. Por isso, sua transferência para países com mão de obra abundante — em sua maioria economias em desenvolvimento — fez parte de um processo natural de reestruturação econômica global.

Nesse contexto, os Estados Unidos redirecionaram seu foco e seus recursos para as indústrias de alta tecnologia, a educação, as ciências da vida, a economia digital e a inteligência artificial. Esses setores passaram por rápida inovação e crescimento, o que permitiu aos Estados Unidos manter uma posição de liderança mundial. Embora os Estados Unidos tenham se retirado de certas áreas da indústria tradicional, essa mudança não indica perda de competitividade geral. Pelo contrário: de acordo com o princípio da vantagem comparativa, os países têm se especializado cada vez mais em setores diferentes, evidenciando seus pontos fortes e suas complementaridades. Os Estados Unidos continuam a ter uma vantagem significativa na economia global, mas não podem esperar sair vencedores em todos os campos.

Terceiro, a guerra comercial prejudicou significativamente o funcionamento normal das empresas multinacionais, que dependem de cadeias globais de valor finamente ajustadas, marcadas pela especialização e pela estreita coordenação. Essas redes são essenciais para reduzir custos, aumentar a eficiência e responder

rapidamente às demandas do mercado. No entanto, a imposição de tarifas elevadas e a maior incerteza política provocadas pela guerra comercial não produziram o chamado "*reshoring* da indústria". Em vez disso, desorganizaram gravemente os arranjos econômicos globais.

O impacto sobre os países em desenvolvimento tem sido particularmente grave. Muitos deles atuam como fornecedores de matérias-primas, polos de processamento primário ou centros de montagem dentro das cadeias globais de valor. Suas economias dependem muito das indústrias voltadas para a exportação. Quando eclodem guerras comerciais entre grandes economias, a demanda global enfraquece, as cadeias de suprimentos se desorganizam e a confiança dos investidores cai. Em consequência, essas economias em desenvolvimento, já frágeis, costumam ser as primeiras a sofrer.

Quarto, a história mostrou os perigos do protecionismo. Nos anos 1930, a pretexto de "proteger as indústrias nacionais", os Estados Unidos impuseram tarifas de mais de 50% sobre quase 2.000 produtos importados. Essa política acabou mergulhando os Estados Unidos na Grande Depressão e causou privações generalizadas no mundo inteiro. Em 2018, os Estados Unidos impuseram tarifas adicionais sobre US$ 250 bilhões em produtos chineses, o que fez os consumidores americanos pagarem US$ 57 bilhões a mais por ano em custos ligados às tarifas.

Hoje, os Estados Unidos respondem por apenas 13% das importações globais de mercadorias, uma queda notável em relação aos quase 20% de duas décadas atrás. Isso sugere que os Estados Unidos, sozinhos, não têm força suficiente para reverter o curso da globalização econômica. Simon Evenett, professor do International Institute for Management Development (IMD), na Suíça, constatou que, se os parceiros comerciais dos Estados Unidos mantiverem as atuais taxas de crescimento de suas exportações para outros mercados, 70 deles poderão compensar integralmente em um ano as vendas perdidas para os Estados Unidos, e 115 poderão fazê-lo em cinco anos.

Quinto, a globalização econômica é uma tendência irrefreável. Diante do protecionismo crescente, ganha força o impulso para salvaguardar e fazer avançar a globalização. A China adotou políticas de tarifa zero para mais de 40 países menos desenvolvidos, com o objetivo de apoiar melhor o desenvolvimento do

Sul Global como um todo. O aprofundamento da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), o avanço da Área de Livre-Comércio Continental Africana (AfCFTA) e a ampliação do BRICS demonstram que a globalização continua sendo abraçada pela grande maioria da comunidade internacional.

Hoje, a aspiração esmagadora da maioria dos países não é rejeitar ou abandonar a globalização, mas construir uma forma de globalização mais inclusiva e equitativa, que beneficie a todos. Num momento em que o mundo enfrenta não uma, mas várias crises sem precedentes, precisamos fortalecer a cooperação e trabalhar juntos para salvaguardar a paz e o desenvolvimento globais.

A democracia na China, as tarifas planejadas por Trump, como o Ocidente entende mal a China e mais[2]

A chave para um futuro seguro, próspero e pacífico é a cooperação. O retorno da China ao cenário mundial, na onda da globalização, assim como os recentes avanços em tecnologia verde, colocaram o país numa posição singular para exercer um impacto positivo na condução da próxima etapa do desenvolvimento global.

No fim do ano passado, enquanto me preparava para um discurso na Oxford Union, lembrei-me da famosa frase de Charles Dickens em *Um conto de duas cidades*: "Era o melhor dos tempos, era o pior dos tempos". Hoje, suas palavras voltam a ressoar, diante de um mundo definido por dualidades.

Por um lado, vivemos uma era de avanços sem precedentes. A economia global se multiplicou várias vezes, as inovações tecnológicas estão remodelando todas as facetas da nossa vida e os intercâmbios entre culturas criaram uma "aldeia global" estreitamente interligada.

Por outro lado, também somos ameaçados por imensos desafios globais. A guerra em curso entre a Rússia e a Ucrânia e o conflito entre Israel e a Palestina desestabilizaram regiões inteiras e despertaram o temor de uma Terceira Guerra Mundial. Enquanto isso, a mudança climática vem tendo consequências catas-

[2]Em 27 de novembro de 2024, Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), fez história como o primeiro pesquisador de um think tank chinês a discursar na Oxford Union, a prestigiosa sociedade de debates de renome mundial, com uma reputação inigualável por trazer convidados e palestrantes internacionais a Oxford. Desde 1823, a Union promove o debate e a discussão não só na Universidade de Oxford, mas no mundo inteiro. Este texto foi adaptado de seu discurso na Oxford Union em abril de 2025.

tróficas sem precedentes, de incêndios florestais devastadores à elevação do nível do mar. Pandemias globais, como a de covid-19, também expuseram as vulnerabilidades dos nossos sistemas de saúde pública.

Além disso, o rápido avanço da inteligência artificial (IA) impõe dilemas éticos e econômicos, enquanto os países em desenvolvimento enfrentam problemas crescentes de endividamento.

Neste momento crítico, nesta encruzilhada, precisamos trabalhar juntos por um futuro melhor, e a colaboração decisiva das grandes potências globais, como a China, os Estados Unidos e a Europa, com o Sul Global é ao mesmo tempo urgente e essencial.

UM MICROCOSMO PESSOAL

Minha trajetória pessoal está intimamente entrelaçada com a globalização e com o processo pelo qual o mundo chegou a este ponto de sua história, e explica também por que sou tão entusiasta da globalização e da construção de pontes. Por isso, gostaria de contar um pouco da minha história.

Nasci em Chengdu, a movimentada capital da província de Sichuan, terra dos famosos pandas da China, conhecida por sua rica cultura e pela deliciosa culinária sichuanesa. Mas, ao longo dos últimos 45 anos, testemunhei de perto o desenvolvimento da China durante o processo de reforma e abertura.

Aos 17 anos, como muitos jovens da minha geração, fui enviado a uma aldeia rural como parte do movimento de "descida ao campo". Os anos que passei morando numa simples cabana de sapé e trabalhando ao lado dos camponeses foram extremamente duros, mas profundamente formadores. Não havia eletricidade nem água encanada, só poços de onde tínhamos de bombear a água para beber; nem sequer havia comida suficiente. No inverno, fazia tanto frio que eu precisava beber água quente com pimenta para me aquecer. Durante a Revolução Cultural, a vida era mais dura do que eu poderia ter imaginado, e mal se conseguia sobreviver. Só havia trabalho — de sol a sol. Minha renda diária era de apenas 20 "centavos" chineses, o equivalente a cerca de três centavos de dólar na época. Daí se pode ver o quanto a China avançou. Foi um período muito difícil para mim, e um dos meus bens mais preciosos era um pequeno

rádio que me ligava ao mundo exterior e me oferecia vislumbres de esperança e de conhecimento em meio às privações.

Então, no inverno de 1977, o alto-falante da aldeia transmitiu o aviso de que "o governo vai restabelecer o exame de acesso à universidade", suspenso por uma década durante a Revolução Cultural. Assim que ouvi a notícia, agarrei a oportunidade e comecei a me preparar, usando meu rádio para estudar inglês com o programa "Follow Me". Essa transformação trazida pela política de reforma e abertura de Deng Xiaoping foi o início da minha jornada com a globalização: ela não só abriu a China para o mundo, como também mudou completamente o meu futuro.

A primeira edição dos exames reuniu seis milhões de candidatos, que não tinham podido prestá-los durante os dez anos da Revolução Cultural, disputando apenas 250 mil vagas — uma intimidadora taxa de aprovação de 1 para 25. Tive a sorte de ser aprovado e me formei em literatura inglesa e americana, formação que se tornou a base do meu envolvimento posterior com os assuntos internacionais e me abriu as portas para um mundo de oportunidades.

Depois da graduação, trabalhei no Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica da China, em Pequim, no início dos anos 1980, e mais tarde pude fazer um MBA no Canadá, tornando-me um dos primeiros estudantes de MBA vindos da China a estudar no país. Em seguida, fiz o doutorado na Universidade de Western Ontario e na Universidade de Manchester, aqui no Reino Unido. Também fui pesquisador sênior da Harvard Kennedy School e pesquisador visitante da Brookings Institution. Ver o mundo com meus próprios olhos foi diferente da minha experiência anterior na China. Essas experiências de aprendizado me ajudaram a olhar o mundo de forma mais objetiva. Considero-me um exemplo das muitas pessoas que se beneficiaram da reforma e abertura da China.

Depois dos estudos no Canadá, trabalhei para uma das maiores empresas multinacionais canadenses, a SNC-Lavalin. Mais tarde, passei por várias rodadas de entrevistas e fui nomeado representante comercial-chefe do Escritório do Governo de Quebec para Hong Kong e a Grande China. Aqueles anos foram também um período de grandes transformações para a China, que o mundo acompanhava de perto. Ao voltar para a China como "empreendedor

retornado", abri uma empresa que dirigi por muitos anos. Naquela época, uma das questões mais importantes era como promover o espírito empreendedor na China. Depois de anos no setor empresarial, finalmente voltei à vida acadêmica e me tornei professor adjunto da Escola de Administração Guanghua, da Universidade de Pequim, onde lecionei gestão internacional.

Quando eu era jovem, meus pais me diziam o tempo todo: "É preciso ler 10 mil livros e percorrer 10 mil milhas", conselho que influenciou profundamente minha visão de mundo. A educação estava no meu sangue, a começar pelo meu bisavô, que foi diretor da Academia Yuelu, na província de Hunan, instituição com mais de mil anos de história. Meus pais eram engenheiros da vasta rede ferroviária chinesa e muitas vezes me levavam em suas viagens a muitos lugares. Essas experiências cultivaram meu fascínio pelo mundo além da China, inclusive pela África, graças às viagens de meu pai à Tanzânia e à Zâmbia para ajudar nas obras da TAZARA, o projeto ferroviário chinês na África nos anos 1970. Isso teve uma enorme influência sobre mim.

CONSTRUIR UMA NOVA PONTE

Depois de minhas carreiras de empreendedor e de acadêmico, comecei a pensar em como poderia combinar minhas experiências no governo, nos negócios e na academia. Criar um think tank global genuinamente chinês foi uma das primeiras coisas que me vieram à mente.

Em 2008, justamente quando a China sediava os Jogos Olímpicos de Verão, fundei com a dra. Mabel Miao o Centro para a China e a Globalização (CCG). O tema dos Jogos naquele ano era "Um Mundo, Um Sonho", que simbolizava perfeitamente o espírito da globalização. Isso me inspirou a fundar na China um think tank não governamental dedicado à globalização. Mas, na época, muita gente desconfiava e perguntava: "Por que pôr 'globalização' no nome do seu think tank? Globalização significa ocidentalização e americanização." Ainda assim, seguimos em frente, realizando fóruns e publicando muitos livros. Criamos o CCG com o objetivo de construir pontes e promover conexões entre a China e o mundo exterior. Guiados pelo lema que então cunhamos, "Uma visão global para a China, a sabedoria chinesa para o mundo", temos trabalhado continuamente para atuar como conector global, construtor de pontes e adap-

tador intercultural, promovendo a compreensão mútua e a colaboração entre a China e o mundo.

O CCG se tornou um fenômeno e um dos think tanks mais produtivos da China. Tenho o prazer de dizer que o CCG fez progressos impressionantes nos últimos 17 anos, realizando pesquisas aprofundadas sobre aspectos-chave das experiências da China com a globalização e oferecendo sugestões a formuladores de políticas na China e no exterior. Como organização não governamental, o CCG é o único think tank da China que obteve status consultivo especial junto às Nações Unidas. Durante muitos anos seguidos, o CCG figurou entre os 100 principais think tanks do mundo e entre os 50 melhores think tanks independentes do mundo no "Global Go To Think Tank Index", publicado pelo Programa de Think Tanks e Sociedade Civil da Universidade da Pensilvânia.

O CCG teve um papel especialmente importante durante a pandemia, como o primeiro think tank chinês a ir ao encontro do mundo. Antes que as restrições fossem totalmente suspensas, visitamos seis países no período de um mês e dialogamos com diferentes comunidades globais e autoridades governamentais, reduzindo a distância entre a China e o mundo exterior. Desde o início da pandemia, também conduzi pessoalmente uma série chamada "Diálogos Globais do CCG", com quase 100 destacados pensadores globais, entre eles Jim O'Neill, Martin Wolf, Thomas Friedman, Graham Allison, Lawrence Summers, Joseph Nye, Ray Dalio, Arancha González, Pascal Lamy, Niall Ferguson e muitos outros. Esses vídeos ainda podem ser encontrados no nosso canal no YouTube e no nosso site oficial. No Reino Unido, conversei com Martin Wolf por duas horas, e os vídeos do nosso diálogo tiveram cerca de dois milhões de visualizações. Quando conversei com Larry Summers, ele disse: "Veja, Henry, a China tirou 800 milhões de pessoas da pobreza, uma conquista comparável à Revolução Industrial na Grã-Bretanha." Também conversei com Pascal Lamy, ex-diretor-geral da OMC. Ele disse: "O comércio é absolutamente vital. A globalização não vai parar."

Publicamos mais de 100 livros em inglês e em chinês sobre questões globais, além de vários relatórios de pesquisa, que chegaram a muitos leitores na China e no exterior. Nossos três boletins em inglês — *Pekingnology*, *The East is Read* e *CCG Update* — chegam a 30 mil assinantes em órgãos de governo, agências

de notícias multinacionais e think tanks do mundo inteiro. É de grande importância manter o diálogo e as janelas de comunicação abertas entre a China e o mundo.

Ao longo de 17 anos, o CCG apoiou os formuladores de políticas do governo em questões nacionais e globais com propostas e recomendações, muitas das quais foram adotadas por diferentes níveis de governo. O CCG também organizou fóruns de alto nível que se tornaram conhecidos por seu impacto internacional, recebendo milhares de participantes da China e do exterior. Além disso, o CCG é parceiro frequente de prestigiosos fóruns globais, como a Conferência de Segurança de Munique, o Fórum da Paz de Paris, o Fórum da Democracia de Atenas, o Fórum de Doha, o Fórum Estratégico de Bled e o Fórum de Boao, para promover diálogos mais equilibrados e construtivos.

O CCG também recebeu muitos convidados de nível ministerial de diferentes países e, este ano, tivemos o orgulho de promover regularmente em Pequim almoços em formato de mesa-redonda com embaixadores estrangeiros. Esses eventos tiveram repercussão positiva e geraram um diálogo significativo com mais de 50 embaixadores estrangeiros baseados em Pequim, fazendo do CCG um polo de intercâmbio internacional entre a China e o mundo.

Olhando para o futuro, gostaria de apresentar três propostas concretas, na condição de pesquisador de think tank e de testemunha das experiências singulares da China.

Em primeiro lugar, proponho uma Cúpula da Paz da ONU para pôr fim às guerras na Ucrânia e no Oriente Médio.

O presidente Trump demonstrou sua determinação de fechar um acordo, e a China também está pronta para ajudar nesse processo, com a proposta de um plano de paz de 12 pontos para a Ucrânia. Mas, longe de esperar pelos Estados Unidos, a China e o Brasil também propuseram conjuntamente um plano de paz de 6 pontos para a Ucrânia, além de terem formado, com a África do Sul, a iniciativa "Amigos da Paz" para a Ucrânia.

O papel da China como mediadora é cada vez mais significativo. Sua influência econômica e seus laços diplomáticos lhe permitem promover o diálogo onde outras nações teriam dificuldade. Por exemplo, a China é o maior parceiro comercial tanto da Rússia quanto da Ucrânia. Essa dupla ligação dá à China

uma influência econômica inigualável, que lhe permite atuar como intermediária neutra. A China poderia participar dos esforços de reconstrução pós-guerra tanto da Ucrânia quanto da Palestina.

A China também tem uma das maiores forças de manutenção da paz entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Os recentes êxitos diplomáticos da China, como a mediação do restabelecimento das relações entre o Irã e a Arábia Saudita, demonstraram sua capacidade. Aproveitando sua posição de maior importadora do petróleo dos dois países, a China facilitou uma reconciliação histórica. Recentemente, a China reuniu 14 facções palestinas em Pequim, contribuindo para a assinatura da Declaração de Pequim sobre o Fim da Divisão e o Fortalecimento da Unidade Nacional Palestina. A China também poderia incentivar a Coreia do Norte a aderir às conversações trilaterais China-Japão-Coreia do Sul e até estimular sua participação em marcos regionais como a RCEP e o CPTPP.

Considero a proteção da paz a questão mais importante do nosso tempo, e a China, os Estados Unidos, a UE, o Reino Unido e o Sul Global precisam trabalhar juntos para evitar uma Terceira Guerra Mundial. Já em março de 2022, defendi um modelo de Conversações de Sete Partes, com os países do P5 mais a UE e a Ucrânia, para trabalhar rumo a uma Cúpula da Paz da ONU.

Minha segunda proposta é enfrentar nosso desafio comum — a mudança climática.

Uma grande enchente atingiu a Espanha há algumas semanas, deixando muitos mortos, e o ano passado foi o mais quente já registrado. Estamos testemunhando as terríveis consequências da mudança climática e precisamos realmente trabalhar juntos com base nas diretrizes do Acordo de Paris.

Há uma década, Pequim vivia envolta numa densa névoa de poluição, num quadro sombrio que lembrava as ruas cobertas de fuligem da Londres do século XIX descritas por Charles Dickens em *Oliver Twist*. O ar estava carregado de poluentes, que encobriam os arranha-céus e lançavam um manto cinzento sobre o cotidiano. Naquela época, a embaixada dos Estados Unidos instalou em seu telhado um aparelho de monitoramento da poluição e passou a publicar diariamente dados de qualidade do ar sobre o PM2,5, evidenciando a extrema urgência de enfrentar a crise da poluição — sobretudo porque quase metade

dela vinha das emissões dos veículos que entupiam as artérias da cidade. Essa situação alarmante despertou no público chinês a consciência da importância vital da proteção ambiental.

Hoje, 60% da poluição de Pequim é causada pelas emissões dos carros, e é por isso que a China começou a desenvolver carros elétricos e é atualmente o maior produtor mundial deles. A China alcançou avanços significativos em energia renovável e hoje produz 90% dos painéis solares do mundo. A China lidera a transição para a energia verde, mas essa transição exige que todos os países trabalhem juntos. Alguns países acusam a China de sobrecapacidade e de inundar os mercados globais de nova energia, mas, segundo a Agência Internacional de Energia, a demanda global por novas instalações fotovoltaicas chegará a 820 gigawatts, cerca de quatro vezes a de 2022, se a meta fixada pelo Acordo de Paris for cumprida. Isso significa que o mundo precisa investir US$ 4,5 trilhões por ano em energia limpa, muito além do total gasto em 2023 com energia limpa no mundo, que foi de apenas US$ 1,8 trilhão. Longe de haver excesso de oferta, precisamos deixar de lado nossas diferenças e produzir mais soluções de energia verde.

Muitos anos atrás, o presidente americano Ronald Reagan perguntou ao líder soviético Mikhail Gorbachev: "Se alienígenas atacassem os Estados Unidos, a União Soviética viria em nosso socorro?" Gorbachev respondeu: "Sim." Então Gorbachev fez a mesma pergunta: "Se alienígenas atacassem a União Soviética, os Estados Unidos viriam em nosso socorro?" Reagan também respondeu: "Sim." Hoje, o "alienígena" que todos enfrentamos é a mudança climática — uma ameaça a toda a humanidade, cuja superação exige nosso esforço coletivo e nossa cooperação. Não há razão para nos separarmos diante desses desafios comuns. A mudança climática é a nossa maior ameaça e um inimigo comum. Proponho uma Cúpula anual do G10, reunindo os 10 maiores emissores de carbono, para se concentrar na busca de soluções globais no combate à mudança climática.

A última proposta diz respeito à inteligência artificial, uma faca de dois gumes que exige uma verdadeira governança global.

A inteligência artificial é um conceito e uma questão incontornáveis. Ela hoje permeia muitas facetas da vida cotidiana. Há dois anos, a primeira Cúpula

Global de IA, em Londres, ressaltou a urgência de tratar a inteligência artificial ao mesmo tempo como oportunidade e como desafio, e a China contribuiu ativamente para as discussões. Como os Estados Unidos e a China são os dois maiores desenvolvedores de IA, seria um enorme desafio se seguissem caminhos separados.

A Europa, porém, está mais disposta a trabalhar com a China em matéria de IA. Em junho de 2024, organizei, junto com a embaixadora da Alemanha, Patricia Flor, e o embaixador da França, Bertrand Lortholary, um seminário para destacar a urgência permanente da governança e da regulação da IA. Estou confiante de que os países europeus podem dar uma enorme contribuição para atenuar as preocupações em torno da IA, estabelecendo novas regulamentações e atuando como mediadores entre a China e os Estados Unidos nas questões de IA.

Enquanto atravessamos uma era de grandes promessas e de imensos desafios, fica claro que a cooperação global já não é opcional — é essencial. Seja para lidar com conflitos geopolíticos, combater a mudança climática ou moldar a economia digital, a responsabilidade compartilhada das grandes potências — China, Estados Unidos e Europa — definirá o futuro do nosso mundo interconectado. A pandemia de covid-19 nos mostrou como os seres humanos podem ser vulneráveis sem apoio mútuo. O mundo tem tantas questões candentes em curso, que exigem que as grandes potências trabalhem juntas.

A história nos mostrou que, quando as nações trabalham juntas, conseguem superar até os obstáculos mais assustadores. Fomentando o diálogo, promovendo a compreensão mútua e aproveitando nossas forças coletivas, podemos construir uma comunidade global mais pacífica, sustentável e próspera. Sigamos em frente com uma visão compartilhada e um compromisso com a colaboração, para que os desafios de hoje se tornem as oportunidades de amanhã. Juntos, estou confiante, podemos salvaguardar a paz e a estabilidade globais para as gerações futuras.

Das ideias acadêmicas à governança global — No caminho para destravar as relações sino-americanas[3]

Algumas lições tiradas do "espírito de Harvard" para superar o protecionismo comercial e avançar rumo à compreensão mútua por meio dos intercâmbios entre os povos, bem como para descobrir novos caminhos de cooperação.

Caros professores, estudantes e amigos,

De volta à Harvard Kennedy School, caminhando entre os conhecidos prédios de tijolos vermelhos, sinto como se as águas cintilantes do rio Charles e as luzes da Harvard Square tecessem um túnel através do tempo. Há quase 40 anos, cheguei aqui pela primeira vez e dei início à minha investigação aprofundada das relações sino-americanas e dos estudos sobre a globalização neste belo campus, que testemunhou inúmeros debates e intercâmbios intelectuais. Essa experiência é como um prisma, que reflete tanto a sabedoria da academia quanto o complexo espectro das relações entre grandes potências.

MINHA JORNADA COM HARVARD: UM DIÁLOGO ENTRE MENTES

Vim a Harvard pela primeira vez em 1986, a convite de meu irmão, Wang Huijin, um dos seis membros fundadores da Sociedade dos Economistas Chineses (CES). Qian Yingyi era então o presidente da CES em Harvard, e muitos estudantes e acadêmicos chineses tinham vindo a Harvard para a conferência anual da CES. Essa primeira experiência criou com Harvard um vínculo duradouro, que se mantém até hoje.

Mais tarde, minha extraordinária experiência acadêmica como pesquisador sênior da Harvard Kennedy School, em 2011, inspirou-me a escrever um livro intitulado *The Path of Public Management Elites at Harvard*, o que fez de mim o primeiro autor chinês a oferecer um relato em primeira mão das experiências na Kennedy School.

Com o tempo, minha ligação com Harvard se aprofundou significativamente. Beneficiei-me enormemente da convivência com muitos de seus renomados professores, entre eles Larry Summers, Joseph Nye, Graham Allison,

[3]Em 26 de abril de 2025, Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), fez um discurso e participou de um painel na Conferência sobre a China, conferência organizada por estudantes da Harvard Kennedy School. Este texto foi adaptado de seu discurso.

William Kirby e Tony Saich, com os quais tive muitas discussões interessantes ao longo dos anos. Obras influentes do professor Nye, como *Soft Power and Great Power Competition*, foram incluídas na série "China and Globalization", publicada pelo meu próprio think tank, o Centro para a China e a Globalização. Sua autobiografia mais recente, *A Life in the American Century*, também está sendo traduzida e será igualmente publicada na China pelo CCG.

Graham Allison, grande amigo meu, é uma figura lendária, muitas vezes considerado o "próximo Kissinger" das relações EUA-China. Tive o privilégio de travar muitos diálogos intensos com o professor Allison, que acabaram resultando numa de nossas publicações mais recentes, *Escaping Thucydides's Trap*, em inglês e em chinês, que aponta caminhos vitais para evitar as ciladas da Armadilha de Tucídides e administrar com eficácia as relações China-EUA.

AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS SINO-AMERICANAS: ENXERGAR ATRAVÉS DOS DADOS PARA DESFAZER EQUÍVOCOS DE PERCEPÇÃO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS SINO--AMERICANAS

O poder destrutivo das guerras comerciais

A atual guerra comercial é essencialmente um desafio unilateral lançado pelo governo dos Estados Unidos não só contra a China, mas contra o mundo inteiro, que desorganiza a ordem internacional e afeta gravemente a economia global. Desde a fundação da OMC, há 30 anos, o comércio global cresceu de US$ 5 trilhões em 1994 para US$ 33 trilhões em 2024 — mas as guerras comerciais ameaçam esse progresso. Como maior economia do mundo (com mais de 25% do PIB global e com o dólar respondendo por 60% das reservas cambiais do mundo), os Estados Unidos foram o maior beneficiário do livre-comércio, mas minam a globalização a pretexto de um "comércio injusto".

O retrato parcial dos déficits comerciais

Embora reconheçamos a existência do déficit comercial americano em bens, devemos também apontar a vantagem significativa que os Estados Unidos têm nos serviços, setor em que registraram um superávit de US$ 300 bilhões em 2024, com um volume total de comércio de serviços de US$ 1 trilhão. Além disso, vantagens como a senhoriagem do dólar e os retornos dos investimentos no

exterior evidenciam o predomínio americano. A sociedade americana também se beneficiou enormemente dos talentos globais. Em números, mais de 60% dos ganhadores do Nobel trabalham nos Estados Unidos, 30% dos profissionais americanos de IA vêm da China e os estudantes chineses representam 36% de todos os doutores estrangeiros formados em áreas STEM nos Estados Unidos. Muitos estudantes chineses também optam por ficar nos Estados Unidos para trabalhar, contribuindo muito para a base de talentos e para a economia do país como um todo. Em muitos sentidos, a transição dos Estados Unidos de indústrias poluentes e intensivas em mão de obra para setores de alta tecnologia reflete a vantagem comparativa, e não um "fracasso comercial".

Choques nas cadeias industriais globais

As guerras comerciais desorganizam as cadeias globais de suprimentos, que dependem de uma complexa divisão do trabalho. As tarifas elevadas e a incerteza política não tiveram nenhum impacto previsível sobre o "*reshoring* da indústria" e, ao mesmo tempo, prejudicam os países em desenvolvimento — a indústria exportadora do Sudeste Asiático viu suas encomendas despencarem, e os exportadores africanos de matérias-primas enfrentam pressões fiscais. As lições da história são contundentes: em 1930, os Estados Unidos aprovaram a Lei Tarifária Smoot-Hawley, o que levou a uma contração de 60% do comércio global. Em 2018, as tarifas impostas aos produtos chineses fizeram os consumidores americanos pagar US$ 57 bilhões a mais por ano. Hoje, a participação dos produtos importados no mercado americano caiu de 20%, duas décadas atrás, para 13%, o que demonstra como é difícil reverter a tendência da globalização.

A resiliência da globalização

Diante do protecionismo crescente, as forças que apoiam a globalização ganham impulso. A China adotou políticas de tarifa zero para mais de 40 dos países menos desenvolvidos do mundo. Ao mesmo tempo, a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), a Área de Livre-Comércio Continental Africana e a ampliação do grupo BRICS indicam que a globalização econômica continua sendo uma aspiração compartilhada por muitos países do mundo.

ROMPER O IMPASSE: RECONSTRUIR O CONSENSO GLOBAL POR MEIO DOS INTERCÂMBIOS ENTRE OS POVOS

1. Intercâmbios educacionais: formar os futuros agentes da compreensão e da colaboração

O intercâmbio educacional está no centro das interações entre os povos da China e dos Estados Unidos. Todos os anos, um grande número de estudantes chineses e americanos estuda no exterior, tornando-se embaixadores de suas respectivas culturas e promovendo a comunicação. Uma pesquisa do CCG mostra que mais de 80% dos estudantes chineses que estudaram nos Estados Unidos passaram a compreender mais profundamente a sociedade americana, e muitos promovem ativamente os intercâmbios entre os povos ao voltar para casa. Da mesma forma, os estudantes americanos que vêm à China ganham uma visão mais objetiva do país ao conhecer de perto sua cultura e seu desenvolvimento tecnológico. Assim, os intercâmbios educacionais formam futuros talentos com competências interculturais, reduzem os mal-entendidos causados pelas diferenças culturais e promovem a cooperação em diversos campos. A China também tem sido proativa nessa área: o presidente Xi convidou 50 mil estudantes americanos a visitar a China ao longo de cinco anos, o que resultou na visita de 16 mil estudantes americanos à China só em 2024.

2. Diplomacia de segunda via (Track II): fortalecer as bases sociais das relações China-EUA

A sociedade civil, representada por think tanks como o CCG e por muitas outras organizações, construiu plataformas de diálogo em vários níveis, organizando fóruns empresariais, diálogos de jovens e outras atividades de intercâmbio. Com sua flexibilidade e seu amplo alcance, a diplomacia entre os povos penetra em vários níveis da sociedade, reforçando a confiança mútua e a disposição de cooperar, e torna-se um complemento cada vez mais importante da diplomacia oficial.

3. Promover a cooperação pacífica em questões globais

No contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, há um potencial significativo para que a China e os Estados Unidos cooperem mais amplamente na promoção da paz. O presidente Trump manifestou relutância em enviar tropas americanas

e pediu à Europa e a outros países que contribuam com tropas, se necessário. A participação de forças não europeias, porém, continua incerta. Uma solução viável pode ser o envio de uma força de paz da ONU composta de efetivos de países do Sul Global, caso as negociações avancem até esse ponto. Não é inconcebível que a China possa contribuir para os esforços de manutenção da paz no pós-guerra, desde que receba autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas e obtenha o consentimento unânime dos países envolvidos.

4. Impulsionar os fluxos de investimento

O presidente Donald Trump declarou, de viva voz e publicamente, que as empresas chinesas são bem-vindas para investir nos Estados Unidos, reconhecendo que isso poderia revitalizar a base industrial do país. Esse impulso à reindustrialização está alinhado com os interesses comerciais das empresas chinesas: a busca de oportunidades de crescimento e o desejo de chegar a uma base de consumidores crucial, mais perto de seu mercado de destino.

Para além das declarações do presidente, porém, é essencial que tanto o Congresso dos Estados Unidos quanto o governo como um todo enviem sinais positivos que demonstrem uma abertura genuína ao investimento chinês.

CONCLUSÃO: QUE O ESPÍRITO DE HARVARD ILUMINE UMA NOVA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

A experiência em Harvard me ensinou a analisar os problemas com dados e lógica. Também me inspirou, com sua ênfase na responsabilidade social e na visão global, a me dedicar à pesquisa das relações China-EUA e da globalização. O futuro das relações China-EUA exige decisões racionais dos governos, bem como os esforços contínuos da sociedade civil. Devemos trabalhar para superar o protecionismo comercial, aprofundar a compreensão mútua por meio dos intercâmbios entre os povos e explorar novas possibilidades de cooperação.

Às margens do rio Charles, lembro-me de uma frase que li certa vez: "A política é efêmera, o saber é eterno e o talento é o portador da civilização." Embora a guerra comercial de Trump possa vir a ser um "rito de passagem" nas relações entre grandes potências, são o espírito acadêmico de instituições como Harvard, as pontes interculturais criadas pelos estudantes internacionais e os diálogos construtivos promovidos pelos think tanks que acabarão por provar

que a verdadeira grandeza de uma potência está no aprendizado mútuo entre as civilizações, e que a verdadeira globalização está em forjar consensos em meio às diferenças.

A serviço da humanidade — Sobre a missão maior da academia e do saber[4]

O diálogo e o intercâmbio são essenciais para melhorar as relações entre a China e os EUA. Do diálogo entre think tanks aos intercâmbios acadêmicos, o produto final dessas discussões é um serviço vital — tanto à própria nação quanto à humanidade como um todo.

Distintos convidados, queridos estudantes e amigos,

É uma honra profunda ser um dos oradores principais do 1º Fórum de Princeton sobre a China. Ao pisar neste campus — onde pináculos góticos guardam séculos de investigação e os cornisos começam a florir —, sinto-me ao mesmo tempo humilde e revigorado. O lema de Princeton, "A serviço da nação e a serviço da humanidade", traduz a aspiração que me impeliu pela primeira vez a atravessar o Pacífico, décadas atrás: a convicção de que o conhecimento não é um ornamento para poucos afortunados, mas uma alavanca para muitos. Falar a uma universidade que formou presidentes, ganhadores do Nobel e servidores públicos de todas as vocações é, para mim, um retorno espiritual ao lar.

Pisei pela primeira vez na América do Norte com duas malas, um dicionário e mais curiosidade do que dinheiro. Depois de vários anos formadores no Ministério do Comércio Exterior da China, eu estava ansioso para entender como o Ocidente libera o potencial humano. Professores estendiam o horário da biblioteca para que um recém-chegado pudesse terminar seus trabalhos; famílias anfitriãs aumentavam a mesa do jantar para que um estranho pudesse provar o Dia de Ação de Graças. Essas primeiras gentilezas me convenceram de que a confiança — palavra antiquada — pode viajar mais rápido do que qualquer navio de carga, e de que, quando a abertura encontra a dedicação, os destinos nacionais mudam.

[4]No sábado, 19 de abril de 2025, Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), fez um dos discursos principais do primeiro Fórum de Princeton sobre a China.

Anos depois, fundei o Centro para a China e a Globalização (CCG), hoje classificado como o principal think tank não governamental de Pequim. O CCG tornou-se uma espécie de porto de escala não oficial para diplomatas em busca da realidade no terreno, para professores que planejam estudos conjuntos, para jornalistas à procura das nuances por trás das manchetes e para estudantes — americanos, europeus e africanos — que buscam o lugar da China em seu próprio futuro. Promovemos dezenas de diálogos por ano, que atraem participantes de importantes centros de políticas públicas e universidades de toda a América do Norte. É nesses intercâmbios — em que as tarifas e os temores tecnológicos são examinados com dados, e não com slogans — que aprendo diariamente como o engajamento tempera a ambição com realismo e o realismo com empatia.

No CCG, a colaboração não é um slogan; é o nosso fluxo de trabalho. Mantemos um fluxo de trabalho deliberadamente poroso: pesquisadores visitantes colaboram em novas ideias de políticas, estudantes de pós-graduação vão atrás dos dados que ancorarão as teses de amanhã e negociadores comerciais aposentados ainda trocam histórias de guerra na fila do refeitório. Os céticos chegam de braços cruzados e saem, no mínimo, mais bem informados. É por meio desse esclarecimento iterativo que potências rivais se afastam pouco a pouco da colisão e avançam rumo à coexistência.

As universidades continuam sendo as titulares desta ponte sobre o Pacífico. Mesmo em tempos de geada, climatologistas de Princeton escrevem em coautoria com cientistas de dados de Pequim; engenheiros das melhores universidades das duas costas aperfeiçoam a química das baterias com parceiros em Shenzhen e Suzhou. A ciência não respeita fila de passaporte, e a revisão por pares é um instrumento subestimado de segurança global. É apropriado, portanto, que a China receba agora 50 mil estudantes americanos ao longo de cinco anos — convite feito pelo presidente Xi Jinping em São Francisco no fim de 2023 e já aceito por quase 16 mil jovens americanos no último ano. Eles estão provando iguarias em Chengdu, minha cidade natal, investigando a ética da IA em Pequim e descobrindo que a China dos documentários e das manchetes nunca é exatamente a China do dia a dia. Se a minha geração construiu pontes armada apenas de dicionários de papel, imaginem o que a deles fará com tradutores movidos a IA na ponta dos dedos.

O intercâmbio, é claro, precisa ser uma via de mão dupla. No ano passado, os Estados Unidos receberam quase 290 mil estudantes chineses, que injetaram recursos nas economias locais e sustentaram um número significativo de empregos americanos. Alguns ficarão e fundarão startups, de laboratórios de CRISPR em Boston a empresas de computação em nuvem em Seattle; muitos voltarão para casa e se tornarão embaixadores bilíngues da engenhosidade americana no vasto mercado chinês. Seja como for, cada amizade nascida num dormitório estudantil reduz o espaço para erros de cálculo de um lado e do outro do Pacífico.

Agora, falemos também com franqueza sobre o comércio, pois é o comércio que ainda paga as mensalidades e as taxas de laboratório. As exportações chinesas tiram todos os anos pontos percentuais da inflação dos preços ao consumidor nos Estados Unidos, aliviando o orçamento das famílias americanas na hora de passar no caixa. Quando as tarifas sobem, esse subsídio silencioso desaparece; uma análise recente do Fed de Boston adverte que os aumentos propostos podem acrescentar até dois pontos percentuais inteiros ao núcleo da inflação se as remarcações de preços se mantiverem. Brinquedos acessíveis para as crianças, laptops para calouros universitários, peças de reposição para oficinas mecânicas do Meio-Oeste — tudo fica um pouco mais caro, e o imposto invisível pesa mais sobre as famílias trabalhadoras.

Por outro lado, a colaboração na manufatura avançada promete prosperidade compartilhada. O presidente Donald Trump manifestou abertura à construção de fábricas de montadoras chinesas nos Estados Unidos. Se vierem em seguida regras claras e previsíveis — regras que respeitem os padrões trabalhistas americanos e as preocupações de segurança nacional —, o capital chinês poderá revitalizar corredores industriais de Michigan ao Mississippi, acelerar a chegada de veículos elétricos acessíveis e criar os empregos de classe média que os eleitores americanos tanto desejam. A competição, portanto, aumenta o bolo antes de ele ser fatiado.

A economia digital oferece um potencial ainda maior. Provedores de nuvem americanos podem hospedar startups chinesas de olho nos mercados globais, enquanto plataformas chinesas de comércio eletrônico contam com empresas de logística norte-americanas para chegar aos clientes de última milha no Meio-Oeste. Quando os dois lados alinham os padrões técnicos de proteção de dados

— tema que o CCG tem explorado com seus parceiros norte-americanos —, os pequenos negócios são os primeiros a se beneficiar: agricultores de Ohio que vendem petiscos de soja pela internet, artesãos de Sichuan que despacham jogos de chá para Phoenix.

A saúde também recompensa a cooperação. Durante a pandemia, cientistas americanos e chineses sequenciaram juntos genomas virais; hoje aperfeiçoam plataformas de RNA mensageiro para a imunoterapia do câncer. Ensaios clínicos compartilhados aceleram avanços para pacientes tanto em Baltimore quanto em Pequim. Num mundo que envelhece, o tempo é o nosso recurso mais escasso, e é a colaboração, não a rivalidade, que nos dá mais dele.

Por trás desses ganhos setoriais há um alicerce mais sólido: a resiliência das cadeias de suprimentos. Diálogos com líderes do setor mostram que rotas diversificadas — e não duplicadas — são o seguro mais garantido contra choques globais. Os portos das costas americanas se beneficiam de melhorias estrangeiras em equipamentos de movimentação de carga e em software, enquanto os portos do litoral chinês aplicam boas práticas de logística da cadeia do frio e protocolos de segurança desenvolvidos no exterior. Cada melhoria incremental reduz a probabilidade de que um terremoto num hemisfério esvazie as prateleiras das lojas no outro. A colaboração, repito, não é caridade; é interesse próprio esclarecido.

A diplomacia de segunda via (Track II) e a diplomacia de via 1,5 servem de andaime para esse progresso. No CCG, reunimos delegações empresariais internacionais que avaliam tendências de consumo, investidores em busca de parcerias industriais sustentáveis e educadores que exploram novos modelos de formação da força de trabalho. Estamos determinados a fazer circular ideias bem testadas muito antes de as posições formais se cristalizarem em comunicados à imprensa.

Às gerações mais jovens que querem ampliar seus horizontes e levar o diálogo a outro patamar, sugiro passar um semestre em Pequim, fazer um estágio em Hangzhou ou dedicar um verão a mapear cadeias de suprimentos verdes ao longo do rio Yangtzé. Suas habilidades — e suas amizades — sobreviverão a qualquer ciclo eleitoral. Aos professores: elaborem programas de curso que compartilhem dados e, ao mesmo tempo, resguardem as preocupações legítimas de segurança; deixem que a revisão por pares, e não a política, julgue a ciência.

E aos formuladores de políticas de Washington e de Pequim: lembrem-se de que o próximo grande avanço em abundância energética ou no tratamento do Alzheimer pode exigir vistos carimbados nos dois sentidos.

Quando deixei a China pela primeira vez, o comércio bilateral girava em torno de US$ 5 bilhões; hoje é mais de cem vezes maior. Números tão grandes exercem sua própria gravidade, atraindo fornecedores, consumidores e pesquisadores para a colaboração — desde que mantenhamos abertas as comunicações. Tendo me beneficiado da abertura da América do Norte e da era de reformas da China, estou convencido de que pontes construídas com curiosidade e respeito podem sobreviver a qualquer tempestade de desconfiança.

A missão de Princeton é servir à nação e, de modo mais ambicioso, à humanidade. Que nós — acadêmicos e estudantes, empresários e autoridades — fortaleçamos as pontes que herdamos e construamos novos vãos, para que as gerações futuras herdem bens acessíveis, indústrias resilientes e o hábito de conversar antes de agir. Ao fazê-lo, honramos não só nossos dois países, mas também o bem-estar comum da humanidade.

O legado de Joseph Nye e sua sabedoria para as relações sino-americanas[5]

A morte de Joseph Nye é uma perda incalculável para o mundo. Sua crença no "poder com os outros" deu ao mundo a esperança de que as nações do futuro possam moldar o mundo juntas. Reservemos um momento para lembrar seu legado e usá-lo para criar um futuro mais luminoso.

Em maio, o mundo perdeu uma de suas vozes mais ponderadas e influentes nos assuntos internacionais: o professor Joseph S. Nye Jr. Aos 88 anos, ele deixou um legado como professor, teórico e construtor de pontes entre as nações. Sua morte me entristece profundamente. Tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente e, ao

[5]Este ensaio foi escrito em 8 de maio de 2025, em memória de Joseph S. Nye Jr. — uma das figuras mais influentes das relações internacionais, homem que moldou décadas de política externa americana e apresentou ao mundo o duradouro conceito de "soft power" —, depois da notícia de sua morte, ocorrida em 6 de maio, em Cambridge, Massachusetts, aos 88 anos. A morte de Nye, ex-diretor da Kennedy School de Harvard e alto funcionário do governo dos Estados Unidos, representa uma perda profunda para acadêmicos, diplomatas e formuladores de políticas do mundo inteiro. Como homenagem final, o CCG publicará em breve a edição chinesa de *A Life in the American Century*, livro de memórias cuja publicação na China continental Nye havia autorizado ao CCG, o que levará seu legado a uma nova geração de leitores.

relembrar nossas interações ao longo dos anos, recordo sua imensa generosidade de espírito, sua clareza intelectual e seu compromisso inabalável com a paz por meio da compreensão.

Joseph Nye será lembrado para sempre como o arquiteto do conceito de "soft power", termo que desde então se tornou fundamental para a maneira como pensamos a influência global. Como ele costumava observar: "É preciso imaginar não apenas o poder sobre outros países, mas o poder com outros países. Essas questões, as questões transnacionais, não podem ser resolvidas pelo exercício do poder." Sua constatação de que a atração e a persuasão muitas vezes servem melhor aos países do que a força e a coerção moldou o campo moderno das relações internacionais e serviu de farol para os que se dedicam a construir pontes entre o Oriente e o Ocidente.

Conheci o professor Nye em 2010, quando eu era pesquisador sênior da Kennedy School of Government de Harvard. Já então, com mais de setenta anos, ele irradiava energia e vitalidade intelectual. Era generoso com seu tempo e dava atenção tanto a jovens acadêmicos quanto a visitantes estrangeiros. Criamos uma ligação imediata e compartilhamos conversas e diálogos significativos ao longo dos anos. Sua sabedoria se destacava não porque fosse contundente na argumentação, mas porque sabia ouvir e compreender. Numa época em que a diplomacia muitas vezes cai presa da ideologia ou da arrogância, Nye manteve uma conduta escrupulosa e ética e permaneceu inabalável em sua rejeição de um destino fatalista de conflito inevitável.

Ao longo dos anos, ele manteve contato regular e apoiou firmemente o Centro para a China e a Globalização (CCG). Tive vários diálogos com ele. Sua participação em nossos programas era sempre cuidadosa, nunca protocolar. Em abril de 2021, no auge da pandemia de covid-19, ele participou comigo, virtualmente, de um Diálogo Global do CCG sobre "As mudanças de poder no século XXI". Durante mais de uma hora, discutimos o futuro das relações EUA-China. Ele se mostrou perspicaz, esperançoso e sempre focado em soluções.

Como Nye comentou comigo num diálogo em 2021, os laços EUA-China podem ser descritos em ciclos de vinte anos: a partir de 1950, com a guerra na Península Coreana; depois, a aliança estratégica que se seguiu à visita de Nixon a Pequim nos anos 1970; e, ao longo dos anos 90, vimos a China se integrar,

aderindo à OMC e à ordem econômica liderada pelos Estados Unidos. Agora, em 2025, estamos no meio do mais recente ciclo de 20 anos, que começou com a candidatura presidencial de Donald Trump em 2015. Bem administrada, a atual fase de declínio não precisa ser permanente; aos olhos de Nye, o arco da diplomacia sempre poderia voltar a se curvar em direção ao benefício mútuo.

Foi nesse espírito que ele voltou a se juntar a nós em 2023, no lançamento de *Soft Power and Great-Power Competition: Shifting Sands in the Balance of Power Between the United States and China*, livro dele que eu editei, parte da série "China and Globalization", que coedito com a dra. Mabel Lu Miao. O livro foi copublicado pelo CCG e pela Springer, em inglês, e pela CITIC Press, em chinês; Nye participou virtualmente do lançamento, mas sua voz era firme e sua mensagem, urgente. Ele ressaltou a necessidade de "salvaguardas" nos laços EUA-China — não para restringir o contato, mas para evitar crises. Preocupavam-no especialmente os perigos do desacoplamento em áreas em que nossa interdependência não é apenas estratégica, mas existencial: pandemias, mudança climática, padrões tecnológicos e os bens comuns globais.

Suas advertências se baseavam numa compreensão profunda da teoria e da história. Nye rejeitava as analogias com a Guerra Fria e insistia em que a relação EUA-China era categoricamente diferente da relação entre os Estados Unidos e a União Soviética. Como disse na 8ª Conferência de Inovação de Think Tanks Globais da China, promovida pelo CCG: "Confundimos a nós mesmos quando usamos essa terminologia." A própria escala da integração econômica, do intercâmbio educacional e da interconexão social entre nossos países exige um novo marco — em que as duas nações precisem desenvolver a capacidade de trabalhar uma com a outra, e não apenas uma contra a outra.

Mesmo quando sua saúde começou a declinar, seu pensamento continuou afiado e seu ímpeto, intacto. Seguiu desafiando o pensamento preguiçoso e resistindo às correntes populistas. Em 2024, convidou a mim e à dra. Mabel Lu Miao para o Fórum de Segurança de Aspen, onde nos encontramos pessoalmente pela última vez. Foi lá que tive o prazer de conhecer sua esposa, Molly, que infelizmente morreu cinco meses antes dele, em dezembro. Em Aspen, ele se manteve firme e deixou clara sua oposição ao desacoplamento entre a China e os Estados Unidos. Foi lá também que conversamos sobre suas memórias, *A Life*

in the American Century, e ele nos confiou a tarefa de levá-las ao público chinês. Foi uma honra aceitar essa tarefa. O livro será publicado em breve pelo CCG em parceria com a China Science and Technology Press, embora, infelizmente, ele não tenha vivido para vê-lo concretizado. A perda da esposa foi um duro golpe e, somada às preocupações com a saúde, foi aos poucos afastando-o da vida pública. Mesmo em seus últimos meses, continuou produtivo — escrevendo e publicando comentários ponderados e incisivos.

Sua morte repentina, em maio deste ano, foi um choque totalmente inesperado. E justamente agora, quando o mundo mais poderia se beneficiar de seus apelos à cooperação e à compreensão — e de sua rejeição de um desacoplamento imprudente —, em meio aos tempos turbulentos do segundo governo Trump e a uma ordem global cada vez mais convulsionada, ele partiu para sempre. Mais do que tudo, sentirei falta de sua presença — de sua clareza, de seu senso de justiça e de sua disposição de dialogar com a China não como um adversário a ser derrotado, mas como um parceiro na construção do futuro, sem desacoplamento entre nossos dois países. Em todas as trocas, ele respondia pessoalmente. Nunca fazia cerimônia. Sua humildade tornava seu intelecto ainda mais cativante.

Ele acreditava que o poder não era apenas uma questão de coerção, nem mesmo de estratégia, mas de inspiração. É por isso que continuou sendo uma voz poderosa nos círculos acadêmicos e de formulação de políticas muito depois de se aposentar. Nunca deixou de tentar melhorar o mundo.

Para aqueles de nós comprometidos com a estabilização e o fortalecimento das relações EUA-China, sua vida continua sendo um farol. Enquanto choro sua morte, renovo também meu compromisso com o trabalho que compartilhamos: construir entendimento, resistir ao confronto e acreditar — como ele acreditava — que nossos destinos não são uma espiral terminal rumo ao conflito, gravada em pedra. O legado e a lenda de Joseph Nye e sua sabedoria continuarão a inspirar a todos nós nas relações sino-americanas.

Em homenagem a Edwin J. Feulner — Uma história dos intercâmbios entre o CCG e a Heritage Foundation[6]

Quase todos os grandes avanços da história foram feitos por pessoas que partiam de pontos de vista diferentes. O dr. Edwin J. Feulner, embora representasse a perspectiva conservadora americana, dava grande valor às suas interações com a China, em especial às que envolviam o CCG e a Heritage Foundation.

O dr. Edwin J. Feulner, fundador e presidente de longa data da Heritage Foundation, morreu aos 83 anos, em 18 de julho de 2025.

O Centro para a China e a Globalização (CCG) teve uma rica interação com o dr. Feulner e com a Heritage Foundation, entre outros importantes think tanks americanos, ao longo dos últimos quinze anos. Em memória de Feulner, revisitamos alguns dos intercâmbios entre o CCG e a Heritage Foundation do dr. Feulner. Esses encontros simbolizam um espírito de abertura e de diálogo nas relações sino-americanas, apesar das divisões ideológicas. Feulner acreditava no valor do contato pessoal, e seus esforços ajudaram a construir pontes de entendimento entre acadêmicos chineses e seus colegas americanos de tendência conservadora. Ao revisitar esses momentos, honramos a memória de Feulner e reafirmamos a importância de manter o diálogo aberto entre a China e até mesmo as instituições americanas mais ferrenhamente conservadoras.

A relação calorosa do dr. Feulner com o CCG começou de fato em 2008, depois que o CCG surgiu no cenário global dos think tanks. Ele se mostrava receptivo ao diálogo com seus pares chineses e assim continuou mesmo depois de deixar a presidência da Heritage, em 2013. Vários encontros notáveis e de alto nível entre Feulner e a direção do CCG ocorreram no fim dos anos 2010, evidenciando seu compromisso com o diálogo.

No outono de 2017, uma delegação do CCG viajou a Washington. Nossa última parada foi uma visita à sede da Heritage Foundation, onde nos encontramos com o dr. Feulner.

Durante esse encontro, o presidente do CCG, dr. Wang Huiyao, e o dr. Feulner tiveram discussões produtivas sobre as relações EUA-China. O dr. Feul-

[6] Este ensaio foi escrito em 20 de julho de 2025, em memória do dr. Edwin J. Feulner, fundador e presidente de longa data da Heritage Foundation, que morreu aos 83 anos, em 18 de julho de 2025. A perda do dr. Feulner, colega e amigo, deixou um vazio pessoal e profissional que não será preenchido tão cedo.

ner recebeu calorosamente a delegação e elogiou a atuação do CCG, ressaltando que intercâmbios sólidos entre think tanks podem contribuir significativamente para a tomada de decisões nos dois governos, ao reduzir mal-entendidos. Feulner também apresentou à equipe do CCG o funcionamento da Heritage e seu envolvimento no assessoramento ao governo americano da época, destacando um desejo mútuo de manter abertos os canais de diálogo mesmo em meio às mudanças políticas.

No ano seguinte, enquanto as tensões comerciais fervilhavam, o dr. Feulner voltou a receber pessoalmente visitantes do CCG. Em 27 de setembro de 2018, a Heritage Foundation ofereceu em Washington um almoço privado a uma delegação visitante do CCG, do qual participaram também o diretor de Estudos Asiáticos, Walter Lohman, e o pesquisador Patrick Tyrrell, entre outros. As discussões se concentraram no alcance dos laços econômicos e comerciais EUA-China num momento delicado das negociações.

A presença de Feulner à cabeceira da mesa era um sinal claro da abertura da Heritage a um diálogo franco. Os dois lados trocaram opiniões sobre política comercial, investimentos e áreas em que os dois países ainda poderiam encontrar um terreno comum, apesar das disputas da época. Os participantes chineses ficaram particularmente impressionados com sua cordialidade e sua visão estratégica.

Mesmo depois que as viagens praticamente cessaram durante a pandemia de covid-19, o dr. Feulner continuou a manter comunicação regular com o CCG. Em 12 de janeiro de 2022, o CCG e a Heritage Foundation organizaram juntos um seminário on-line intitulado "Perspectivas para as relações EUA-China em 2022". O dr. Wang Huiyao e o dr. Feulner se encontraram numa sala virtual para uma discussão, mediada em parte pela Heritage, que abordou a trajetória das relações EUA-China sob o governo Biden e as perspectivas de reconstrução da confiança. Feulner ofereceu uma visão histórica, fruto de suas décadas em Washington, avaliando os desafios e as oportunidades da relação bilateral em 2022. Esse reencontro virtual demonstrou mais uma vez a crença inabalável de Feulner no diálogo.

O ex-embaixador dos Estados Unidos na China Terry Branstad, que havia pouco se juntara à Heritage como pesquisador ilustre, também participou da discussão on-line, acrescentando reflexões de sua experiência diplomática.

As interações diretas do dr. Feulner com o CCG ao longo dos anos foram marcadas pelo calor humano, pelo respeito e por uma genuína troca de ideias. Ele sempre enfatizou o valor da comunicação aberta entre os Estados Unidos e a China, mesmo quando os ventos políticos sopravam forte em Washington. Em cada encontro, Feulner atuou como ponte — compartilhando pontos de vista conservadores e ouvindo as perspectivas chinesas. Seu legado nesse sentido é de abertura e civilidade: ele demonstrou que até o orgulhoso líder de um think tank conservador via mérito no diálogo entre culturas. O CCG, por sua vez, via em Feulner um verdadeiro amigo na comunidade intelectual americana. Sua morte é profundamente sentida, mas os diálogos que ele ajudou a iniciar serão lembrados como faróis para o futuro entendimento sino-americano. Para além do envolvimento pessoal do dr. Feulner, o CCG e a Heritage Foundation construíram uma relação mais ampla de intercâmbio.

Ao homenagear Feulner, reconhecemos também como a Heritage Foundation, sob sua influência, se manteve aberta ao diálogo com o CCG. A seguir, algumas das interações importantes que tivemos nos últimos anos.

Em abril de 2019, quando as negociações comerciais EUA-China se aproximavam de um momento crítico, o CCG realizou em Pequim seu quinto Fórum China e Globalização, do qual participou o embaixador Terry Miller, da Heritage.

Em 23 de maio de 2019, Anthony B. Kim, da Heritage Foundation, editor do Índice de Liberdade Econômica, participou de uma sessão de treinamento organizada pelo CCG em Pequim.

Em julho de 2023, o CCG visitou Michael Pillsbury, destacado pesquisador sênior da Heritage e chefe de seu programa de pesquisa sobre a China, em seu escritório na Heritage.

Em outubro de 2023, Pillsbury participou da conferência do CCG e visitou a sede do CCG em Pequim.

O dr. Edwin J. Feulner teve um papel decisivo na abertura de portas entre o CCG e a Heritage Foundation. Sob sua liderança e depois dela, a Heritage

não fugiu das conversas com intelectuais chineses — ao contrário, procurou-as ativamente. Os encontros pessoais de Feulner quebraram o gelo numa época em que muitos em Washington se mostravam cada vez mais céticos em relação ao engajamento. Ele provou que conservadores de princípios ainda podiam sentar-se com seus interlocutores chineses em busca de compreensão mútua. Cada interação — fosse um café da manhã informal, um fórum formal ou um almoço privado — construiu confiança passo a passo. Esses intercâmbios permitiram que especialistas americanos e chineses explicassem seu pensamento, corrigissem percepções equivocadas e até encontrassem áreas inesperadas de concordância.

O CCG, por sua vez, sempre defendeu o diálogo aberto como meio de estabilizar as relações sino-americanas. No dr. Feulner, o CCG encontrou um parceiro disposto, que muitas vezes discordava, mas compartilhava a convicção de que a comunicação é melhor do que o silêncio, mesmo quando as relações oficiais azedavam ou as divisões ideológicas se aprofundavam. Como Feulner observou certa vez durante um intercâmbio, os diálogos entre think tanks podem ajudar a evitar erros de avaliação entre grandes potências, ao garantir que as opiniões de cada lado sejam ouvidas. Essa sabedoria soa hoje mais verdadeira do que nunca.

Despeço-me com carinho de Ed — acadêmico, líder e construtor de pontes. Os muitos diálogos entre o CCG e a Heritage que ele inspirou continuarão a ser uma pedra angular da memória coletiva de nossa instituição. Continuaremos a valorizar esses momentos de entendimento e a construir sobre eles — também com outros think tanks e interlocutores americanos.

Ao fazê-lo, mantemos viva a esperança do dr. Feulner de que, por meio de um intercâmbio honesto, os Estados Unidos e a China possam encontrar um caminho para a coexistência pacífica, mesmo em tempos difíceis. Essa talvez seja uma das homenagens mais significativas que podemos prestar ao seu legado.

14
O CÍRCULO SE FECHA

Prefácios e outros escritos

Muitas vezes, é ao redigir introduções e apresentações de obras maiores que acabamos descobrindo a essência de uma obra ou de um conjunto de obras. É por isso que este capítulo é dedicado aos prefácios de alguns livros publicados pelo Centro para a China e a Globalização. Entre eles estão tanto obras de grandes acadêmicos, como Joseph Nye, Graham Allison, Kishore Mahbubani e Kerry Brown, quanto coletâneas organizadas para eles. Ao publicar esses livros, nosso objetivo era oferecer aos leitores chineses uma compreensão melhor e uma visão mais aprofundada das ideias e das perspectivas dos acadêmicos ocidentais sobre a China.

Incluí-los aqui, porém, acrescenta outra camada de sentido, pois, ao traduzi-los para o inglês, não apenas revisitamos os conceitos-chave propostos por esses grandes acadêmicos, mas também damos aos leitores de fora da China acesso a uma perspectiva pensada para o leitor chinês. Esse olhar singular sobre conceitos conhecidos é parte importante do intercâmbio intercultural, que, por sua vez, é parte integrante da missão do CCG.

Ao nos concentrarmos nesses temas mais amplos e trazê-los de volta ao centro da conversa, podemos extrair os conceitos essenciais das mentes mais brilhantes do mundo, que depois podemos incorporar aos poucos à nossa própria prática, seja nos negócios, na academia ou no governo. Assim, ao encerrar este livro com uma seleção de prefácios de outras obras fundamentais, fechamos o círculo, tanto no que diz respeito aos temas-chave quanto às perspectivas importantes sobre questões centrais.

O primeiro texto deste capítulo é a tradução do prefácio à edição chinesa da autobiografia de Joseph Nye Jr., *A Life in the American Century*. Diante da influência crescente dos países asiáticos, e da China em particular, nos assuntos globais, vários acadêmicos começaram a falar do início de um século asiático. Kishore Mahbubani é um dos principais defensores desse conceito. Ao revisitar a influência dos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, incluindo os impactos positivos e negativos que ela teve sobre os assuntos mundiais, podemos analisar e observar melhor um possível século asiático e ajudar os países e os líderes que serão decisivos para a forma que ele vai assumir.

Espelho do primeiro texto deste capítulo, o segundo prefácio vem da tradução para o chinês da autobiografia de Kishore Mahbubani, intitulada, muito a propósito, *Living the Asian Century*. A diferença fica clara já no título, que revela a convicção de Mahbubani de que já vivemos no século asiático, realidade que ele considera irreversível no mundo de hoje. Sua visão se apoia no enorme impacto que países como o Japão, a China e as nações da ASEAN vêm exercendo sobre a economia global e a cooperação regional, e na maneira como as tradições, os valores e os sistemas dessas nações asiáticas influenciarão o futuro da governança global e o tratamento de questões globais específicas. Mahbubani oferece reflexões interessantes sobre muitas das mudanças e dos desafios singulares que o mundo enfrenta.

O terceiro texto deste capítulo é um pouco diferente, pois foi concebido como um guia de leitura voltado especificamente para a obra-prima de Henry Kissinger, *Liderança: seis estudos sobre estratégia*. Por causa do descompasso de entendimento entre a China e o mundo em certas áreas, às vezes é útil oferecer um pouco de contexto aos leitores interessados em obras um tanto mais acadêmicas ou técnicas de estudiosos ou especialistas ocidentais. As reflexões de Kissinger sobre liderança se baseiam em sua convivência com seis líderes mundiais e em suas impressões pessoais sobre eles, inclusive sobre a marca que deixaram na história. Conhecido como o "mestre do realismo", Kissinger faz uma análise repleta de elementos práticos que os leitores — sejam acadêmicos, empresários, diplomatas ou cidadãos comuns — podem aplicar em sua vida profissional e até pessoal.

O texto seguinte adota uma perspectiva ainda mais ampla sobre as relações entre Oriente e Ocidente. Nesse prefácio à tradução chinesa da obra de Kerry Brown *China Through European Eyes: 800 Years of Cultural and Intellectual Encounter*, vemos como o paradigma atual entre a Europa e a China se formou ao longo dos séculos, por meio dos relatos de viajantes, comerciantes, filósofos e diplomatas que tentaram explicar e transmitir as sutilezas de uma cultura muito diferente da sua. Assim como nos três textos anteriores, usar o passado como espelho nos permite aprender com os que vieram antes, aproveitar seus acertos e, quem sabe, evitar seus erros. Aqui, Brown dá uma contribuição extraordinária ao ampliar exponencialmente o tamanho desse espelho.

O último texto deste capítulo nos leva a um conceito fundamental, central para a missão do CCG, para a minha visão pessoal e para um mundo em que todos ganham: a ideia do "jogo de soma positiva", sobretudo na relação internacional mais decisiva do mundo atual — a dos Estados Unidos com a China. Trata-se da tradução do prefácio à edição chinesa da obra seminal de Joseph Nye Jr. *Soft Power and Great-Power Competition*, que examina como o soft power, termo cunhado por Nye, não é um recurso finito. A ascensão da China, sobretudo no que diz respeito à sua influência global e ao seu soft power, não é uma ameaça aos Estados Unidos e pode até render dividendos para os dois países, se eles conseguirem trabalhar juntos nas grandes questões globais. O professor Nye, um expoente no campo das relações entre grandes potências, mais uma vez nos dá a esperança de que o mundo possa chegar a um entendimento maior por meio do aprendizado e da disposição de trabalhar em conjunto.

[1] Este texto é o prefácio à edição chinesa da autobiografia de Joseph Nye Jr., *A Life in the American Century*, traduzido para o inglês e adaptado para esta coletânea.

Quando o século americano encontra o século asiático[1]

Símbolo do século americano, a própria vida do professor Joseph Nye encarnou o sonho americano e as dinâmicas sociopolíticas dos séculos XX e XXI. Com episódios pessoais que oferecem reflexões profundas, seu livro investiga o funcionamento interno e a lógica da política americana e dos líderes por trás dela.

Quando Henry Luce, editor da revista *Time*, cunhou a expressão "século americano", em 1941, Joseph Nye Jr. tinha apenas quatro anos. Pode-se dizer que o professor Nye nasceu no alvorecer do século americano e cresceu junto com ele; sua vida e sua obra são um reflexo vívido do século americano. Sua autobiografia, *A Life in the American Century*, não é apenas um livro de memórias pessoais, mas também um "manual de estratégia" que decifra a evolução das relações internacionais do século XX ao início do século XXI. No livro, Nye usa os mandatos de cada presidente americano como títulos dos capítulos e, conjugando seu duplo papel de homem de governo e de intelectual, entrelaça com naturalidade grandes narrativas — a Guerra Fria, a onda de globalização, a guerra contra o terrorismo, a competição e a cooperação entre EUA e China — com sua própria atuação acadêmica e política. Nye evita a exposição teórica árida e recorre a detalhes históricos vívidos — como seus esforços pela não proliferação nuclear durante o governo Carter, seu empenho pela "Iniciativa Nye" durante o governo Clinton, seus debates com Henry Kissinger e suas reflexões sobre o conceito de "soft power" —, muitos deles até então inéditos, para mostrar como um acadêmico molda a realidade com suas ideias.

Para os leitores interessados em política internacional, o livro oferece uma excelente oportunidade de entender a evolução da política externa americana, a ascensão e a queda da hegemonia das grandes potências e a transformação da ordem global. Nos mais de 80 anos transcorridos desde a Segunda Guerra Mundial, a pergunta "O século americano acabou?" tem sido não apenas uma preocupação comum no mundo inteiro, mas também um tema recorrente na carreira de Nye. Sua resposta era firme: "Ainda não", já que os Estados Unidos sempre demonstraram uma resiliência extraordinária. Ele advertia, porém, que o predomínio americano no século XXI seria diferente do que foi no século XX. À medida que a Ásia e a China retornam ao seu "lugar de direito na história", o "século asiático" substituirá o "século americano"? Em seu livro, Nye afirma

que "o maior perigo que enfrentamos não é que a China nos ultrapasse, mas que a difusão do poder produza entropia, ou seja, a incapacidade de fazer qualquer coisa". Por isso, Nye acreditava que os Estados Unidos e a China deveriam administrar sua competição e, ao mesmo tempo, colaborar nas áreas que ameaçam a existência da humanidade e o bem-estar das duas nações: mudança climática, saúde pública global, não proliferação nuclear, inteligência artificial, relações econômicas e comerciais e intercâmbios culturais.

A PERSONIFICAÇÃO DO SONHO AMERICANO

A vida de Nye é a personificação perfeita do sonho americano. Seus antepassados eram imigrantes de diferentes países europeus, da Grã-Bretanha e da Irlanda à Alemanha, e pertenciam a diferentes vertentes do cristianismo — o puritanismo e o catolicismo. Eles buscaram oportunidades nesse "Novo Mundo" e passaram a fazer parte do caldeirão cultural americano. Nye cresceu numa área rural de Nova Jersey; o pai era sócio de uma corretora de títulos, e a mãe, secretária. Estudou em escolas locais de ensino fundamental e médio e depois entrou, por mérito próprio, na Universidade de Princeton. Mais tarde, continuou os estudos na Universidade de Oxford (onde foi bolsista Rhodes) e na Universidade Harvard, onde teve como professores acadêmicos renomados, como Henry Kissinger. Com Robert Keohane, desenvolveu a teoria do institucionalismo neoliberal nas relações internacionais: enquanto o liberalismo tradicional vê a interdependência econômica como um instrumento para alcançar a paz, os dois propuseram que ela também pode ser usada como instrumento ou arma nos confrontos entre potências. Embora Nye e Keohane defendessem uma perspectiva realista na análise das relações internacionais, partindo da realidade de que não existe um governo global e de que as nações dependem do equilíbrio de poder para manter a ordem, eles sustentavam que o poder é multidimensional e que a cooperação por meio de instituições é ao mesmo tempo possível e racional. O livro que publicaram em 1976, *Power and Interdependence*, foi reimpresso várias vezes e continua sendo, até hoje, um manual de referência no ensino de relações internacionais.

Além de lecionar na Universidade Harvard, Nye ocupou dois cargos públicos. No governo Carter, foi secretário-assistente de Estado e propôs e promoveu

com vigor o programa de Avaliação Internacional do Ciclo do Combustível Nuclear. Nesse período, fez avançar políticas de prevenção da proliferação nuclear e recebeu o Prêmio por Serviço Distinto do Departamento de Estado. No governo Clinton, Nye foi presidente do Conselho Nacional de Inteligência (NIC) e secretário-assistente de Defesa; lançou a "Iniciativa Nye", reforçou a aliança EUA-Japão e estabeleceu um equilíbrio de poder na Ásia, o que lhe valeu a Medalha por Serviço Distinto do NIC e o Prêmio por Serviço Distinto do Departamento de Defesa.

Nos anos 1980, o crescente poder econômico do Japão ameaçava o domínio global dos Estados Unidos, reacendendo as discussões sobre o declínio americano. O historiador britânico Paul Kennedy, em seu livro *Ascensão e queda das grandes potências*, pôs os Estados Unidos da época na mesma categoria de nações como a Espanha de Filipe II ou a Inglaterra da era eduardiana. Para refutar essa visão, Nye escreveu *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. Nesse livro, Nye apresentou pela primeira vez o conceito de "soft power" e, ao mesmo tempo, publicou na *Foreign Policy* um artigo com esse mesmo título. Essa teoria inovadora divide o poder nacional em duas dimensões: o hard power e o soft power. O primeiro abrange recursos quantificáveis, como a escala econômica, a força militar e a capacidade tecnológica, enquanto o segundo se refere a influências brandas, como a difusão cultural, a identificação com valores e as estratégias diplomáticas. Nye ressalta que só combinando habilmente os dois, de modo a formar o "smart power", um país consegue maximizar a eficácia de suas estratégias. À medida que seu arcabouço teórico se desenvolvia, Nye passou a ser amplamente reconhecido pela comunidade acadêmica internacional como o "pai do soft power". Em 2004, publicou *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, em que recorre à análise empírica para revelar o papel crucial da atração cultural e da identificação com as instituições na governança global. Em 2020, Nye adotou outra abordagem no livro *Do Morals Matter?: Presidents and Foreign Policy from FDR to Trump*, no qual usou as "dimensões morais" como ferramenta analítica para examinar a política externa dos presidentes americanos de Roosevelt a Trump, oferecendo uma perspectiva inovadora para interpretar a evolução da estratégia global dos Estados Unidos e as mudanças contemporâneas

no cenário internacional. Ele continuou a desenvolver a teoria do soft power e a ampliar a dimensão ética da pesquisa em relações internacionais.

Outra grande realização de Nye é a construção de uma ampla rede de relações. Além de ocupar cargos em organizações transnacionais e não governamentais, como a Comissão Trilateral e o Aspen Strategy Group, Nye promoveu, quando era diretor da Kennedy School of Government da Universidade Harvard, a criação de vários programas de formação e intercâmbio, em especial um programa de formação de altos funcionários com a China. Muitos dos atuais altos funcionários do governo chinês estudaram na Kennedy School, o que deu uma contribuição significativa aos intercâmbios China-EUA.

AS INTERAÇÕES DO CCG COM O PROFESSOR NYE

Conheci o professor Nye em 2010, quando eu era pesquisador sênior da Kennedy School of Government, onde ele era professor e ex-diretor. Nós nos entendemos de imediato e, desde então, mantemos contato estreito. Mesmo depois da eclosão da pandemia de covid-19, em 2020, continuamos a nos falar on-line. No início de 2020, participamos como palestrantes convidados de um seminário on-line sobre a covid-19 e o crescimento econômico organizado pela Academia do Fórum de Boao para a Ásia. Em outubro de 2020, estivemos juntos numa mesa-redonda on-line promovida pelo think tank europeu "Friends of Europe". Em abril de 2021, convidei-o a participar dos "Diálogos Globais do CCG", um programa em vídeo, como interlocutor de um diálogo sobre "Narrativas de poder num mundo em transformação: implicações para a competição EUA-China". No mesmo ano, o professor Nye também contribuiu com um artigo prospectivo intitulado "China e Estados Unidos: um olhar para os próximos 40 anos" para o livro *Consensus or Conflict?: China and Globalization in the 21st Century*, que organizei com Alistair Michie.

Em 2023, o livro que compilei para Nye, *Soft Power and Great-Power Competition: Shifting Sands in the Balance of Power Between the United States and China*, foi publicado em chinês e em inglês. Nye participou on-line do evento de lançamento e fez um discurso. Em outubro do mesmo ano, Nye visitou a China para participar do 8º Fórum de Inovação de Think Tanks Globais da China, organizado pelo CCG em conjunto com a Associação do Povo Chinês para a

Amizade com os Países Estrangeiros. Em 2024, Nye convidou a mim e a Mabel Lu Miao, secretária-geral do CCG, para o fórum anual de segurança do Aspen Strategy Group, no qual fomos os únicos representantes chineses. O fórum teve mais de 40 sessões de diálogo e seminários em torno de temas como "O desafio da China", "Ao infinito e além: o espaço e a segurança nacional", "Startups ao resgate: a base industrial da próxima geração", "Mundo inflamável: quem vai ajudar os mais vulneráveis do mundo?" e "Resiliência democrática na era da IA". Durante o fórum, Nye promoveu o lançamento de sua autobiografia. Em sua fala, observou que a China e os Estados Unidos têm amplas oportunidades de cooperação em áreas como mudança climática, controle de pandemias e desenvolvimento de infraestrutura, e que podem trabalhar juntos para enfrentar os desafios globais. Isso me impressionou profundamente.

A meu ver, o professor Nye é um gigante acadêmico verdadeiramente admirável. Tem a mente afiada e enxerga longe, sempre capaz de penetrar em situações internacionais complexas e de antever tendências futuras. Cerca de dez anos antes dos atentados de 11 de setembro, por exemplo, ele alertou que os Estados Unidos não estavam preparados para responder a ataques desse tipo. Tem talento para construir redes de relações e um trato caloroso e acessível com as pessoas. Fez esforços enormes para preservar as alianças dos Estados Unidos e superar a divisão entre os dois grandes partidos políticos do país.

Mesmo com quase 90 anos, o professor Nye continuava apaixonado pela vida acadêmica, mantinha um espírito vigoroso e seguia escrevendo de forma prolífica. Publicava quase todo mês um ou dois artigos perspicazes e analiticamente rigorosos sobre política internacional em plataformas acadêmicas de prestígio ou na grande imprensa, oferecendo à comunidade acadêmica e ao público em geral reflexões profundas sobre o cenário político mundial.

Além disso, o professor Nye manteve-se ativo no cenário político internacional. Viajava com frequência entre os Estados Unidos e várias partes do mundo e participava de eventos importantes a convite dos anfitriões. Com profundo conhecimento profissional e uma visão singular, estimulava discussões aprofundadas sobre os temas candentes da política internacional, contribuindo com sabedoria e energia para o enfrentamento dos desafios globais. Era também um

dos preferidos da imprensa e explicava sempre ao público, de forma acessível, fenômenos complexos da política internacional.

O professor Nye foi também copresidente do Aspen Strategy Group. O Fórum de Segurança de Aspen, organizado pelo grupo, tem influência significativa na política internacional. O fórum se reúne duas vezes por ano, no verão e no inverno, em Aspen e em Washington. Concentra-se nas questões-chave de segurança nacional e política externa e atrai, todos os anos, centenas de profissionais de elite do governo americano, dos círculos estratégicos, de think tanks, de missões diplomáticas, de organizações não governamentais e da imprensa. O fórum adota a regra de Chatham House, que permite aos participantes falar livremente e travar discussões francas e aprofundadas.

Mesmo depois de deixar o governo, o professor Nye continuou a exercer influência indireta sobre as políticas por vários canais — seus alunos (muitos dos quais se tornaram altos dirigentes), o efeito de "gotejamento" de suas obras acadêmicas, os comentários publicados em revistas e jornais, a participação em organizações não governamentais e as aparições na televisão —, e tudo isso ajudou a moldar e a perpetuar o século americano.

QUANDO O SÉCULO AMERICANO ENCONTRA O SÉCULO ASIÁTICO

Ao longo de *A Life in the American Century*, Nye tenta responder à pergunta "O século americano acabou?", que, por coincidência, é também o título de seu livro de 2015. Nele, Nye examinou os possíveis desafiantes (Rússia, China, UE, Índia e Brasil) e concluiu que em 2045 os Estados Unidos ainda poderão ser a principal potência mundial. A autobiografia descreve, por meio de exemplos da vida pessoal do autor, os desafios enfrentados pelo século americano em diferentes períodos. No final do livro, o professor Nye conclui que o século americano ainda não terminou, mas que a posição dominante dos Estados Unidos no século XXI será fundamentalmente diferente da que o país ocupou no século XX, e mostra-se cautelosamente otimista quanto ao futuro americano.

Do outro lado do mundo, depois de se livrar dos grilhões do colonialismo, a Ásia começou a prosperar e viveu décadas de desenvolvimento. A participação dos Quatro Tigres Asiáticos, da China, da Índia, da ASEAN e de outros na economia global não para de crescer. Aos olhos de alguns acadêmicos e políticos,

a Ásia está voltando ao seu lugar de direito na história, o que marca o alvorecer do "século asiático". Ao mesmo tempo, o Sul Global — formado pelos países em desenvolvimento do mundo inteiro — também está em ascensão e busca fazer sua voz ser ouvida no cenário mundial.

Aos olhos de Nye, o ressurgimento da Ásia é natural, já que a região é a mais populosa do mundo e foi, historicamente, a mais próspera economicamente. Resta saber, porém, se os países em desenvolvimento conseguirão chegar a um consenso entre si. Em sua coluna de 2025 no *Project Syndicate*, intitulada "Para que serve o BRICS?", Nye escreveu que, dentro do BRICS, Rússia, China e Índia disputam a liderança, e que "a intenção declarada do grupo de evitar o dólar e liquidar uma parcela maior do comércio bilateral entre seus membros em suas próprias moedas obteve avanços apenas limitados". Para substituir o dólar como moeda de reserva global, a China teria de lastrear o renminbi em mercados de capitais profundos e flexíveis e no Estado de direito, mas essas condições estão longe de ser atendidas. Por isso, ainda não se sabe se os países do BRICS poderão se tornar um novo eixo da política mundial.

Quanto ao futuro do século americano, o professor Nye parece mais preocupado com as mudanças internas e com o impacto que elas podem ter sobre o soft power dos Estados Unidos. Ele acredita que, "mesmo que seu poder externo continue dominante, um país pode perder sua virtude interna e sua capacidade de atrair os outros".[2] Na visão dele, por exemplo, a política de "América em primeiro lugar" de Trump foi uma traição ao internacionalismo liberal: ao se retirar de instituições multilaterais, desprezar os aliados e insuflar o populismo, essa política não só enfraqueceu o soft power americano, como também acelerou a fragmentação da ordem global. O professor Nye argumentava que, apesar de suas falhas, os Estados Unidos são uma sociedade inovadora, que já se reinventou e se recriou com sucesso muitas vezes no passado. Talvez a geração Z volte a fazê-lo. Mas ele também advertia que os Estados Unidos deveriam tomar cuidado para não contar demais com o excepcionalismo americano.

O professor Nye acreditava que, no futuro, os Estados Unidos deveriam remodelar sua liderança por meio da cooperação, atraindo outros países com

[2]Joseph Nye Jr., *A Life in the American Century*, Cambridge: Polity, 2024.

suas instituições e seus valores e, ao mesmo tempo, mantendo sua vantagem nos campos militar e tecnológico. Para ele, os Estados Unidos deveriam colaborar com a China, a UE e outros em desafios e questões transnacionais, como a mudança climática, a saúde pública global e a inteligência artificial, já que essas áreas só podem ser enfrentadas por meio da cooperação. Nye acreditava firmemente que a ordem internacional liberal liderada pelos Estados Unidos poderia proporcionar um futuro "melhor" ao mundo, mas tenho certeza de que, se ele tivesse mantido intercâmbios mais aprofundados com o Sul Global, as vozes desses países sem dúvida lhe teriam trazido ainda mais inspiração.

RELAÇÕES CHINA-EUA: COMPETIÇÃO E COOPERAÇÃO

A China e os Estados Unidos são o maior país em desenvolvimento e o maior país desenvolvido do mundo, a maior potência emergente e a potência estabelecida, representantes do Sul Global e do Norte Global e os dois maiores emissores de carbono do planeta. Não há dúvida, portanto, de que a relação entre os dois se tornou a relação bilateral mais importante do século XXI.

Nye argumentava que a China é uma concorrente impressionante, à altura dos Estados Unidos, com grandes pontos fortes, mas também com fraquezas. Ao avaliar o equilíbrio geral de poder, Nye observa que os Estados Unidos têm pelo menos cinco vantagens de longo prazo. Primeiro, a geografia. Os Estados Unidos são cercados por dois oceanos e dois vizinhos amigáveis, enquanto a China faz fronteira com outros catorze países e tem disputas territoriais com vários deles. Segundo, os Estados Unidos têm uma forte vantagem energética, ao passo que a China depende de importações de energia. Terceiro, os Estados Unidos extraem poder de suas grandes instituições financeiras transnacionais e do papel internacional do dólar. Uma moeda de reserva confiável depende de livre conversibilidade, de mercados de capitais profundos e do Estado de direito, o que falta à China. Os Estados Unidos também têm uma vantagem demográfica relativa: são o único grande país desenvolvido que, segundo as projeções atuais, deve manter sua posição (a terceira) no ranking da população mundial. Sete das quinze maiores economias do mundo verão sua força de trabalho encolher na próxima década, mas a dos Estados Unidos deve crescer; a da China, em comparação, atingiu o pico em 2014. Por fim, os Estados Unidos estão na vanguarda de

tecnologias-chave (biotecnologia, nanotecnologia e tecnologia da informação). A China, é claro, investe pesadamente em pesquisa e desenvolvimento e se sai bem no número de patentes, mas, por seus próprios critérios, suas universidades de pesquisa ainda ficam atrás das americanas.[3]

Nye também sustentava que a China é uma desafiante potencial do século americano, mas não uma ameaça existencial aos Estados Unidos — a menos que os próprios Estados Unidos a transformem nisso, resvalando por erro de cálculo para uma grande guerra. Está claro que a política dos Estados Unidos para a China passou do "engajamento e ampliação" para a "rivalidade entre grandes potências", e os dois lados se preparam para uma competição intensa em tecnologias que vão da computação quântica à IA, em questões econômicas como a reestruturação das cadeias de suprimentos e a definição de regras globais, em assuntos militares e em valores. Isso, porém, não exclui a possibilidade de cooperação. Em 2024, enquanto o então secretário de Estado Blinken estava em visita à China, o professor Nye liderou uma delegação do Aspen Strategy Group ao país para um diálogo diplomático de segunda via (Track II) com a Escola do Partido do Comitê Central do PCCh. Num artigo escrito para o *Project Syndicate* com o título "A cooperação EUA-China continua possível", Nye observou que, durante o diálogo, os dois lados identificaram sete áreas de possível cooperação: mudança climática, saúde pública global, armas nucleares, inteligência artificial (especialmente em aplicações militares), certas áreas do comércio, subsídios e sobrecapacidade, e intercâmbios culturais.

Nye considerava perfeitamente possível uma guerra entre os Estados Unidos e a China, cujo estopim mais provável seria Taiwan, ou então erros de cálculo ou provocações de terceiros (como as Filipinas ou a Coreia do Norte), que também poderiam desencadear conflitos regionais. Em seu artigo "Como evitar uma guerra por Taiwan", Nye enfatizou que os Estados Unidos deveriam se comprometer claramente com a política de "uma só China", lembrando aos líderes taiwaneses que qualquer declaração de independência *de jure* seria um ato provocativo e inaceitável e que eles deveriam evitar cruzar as linhas vermelhas da China; ao mesmo tempo, porém, Taiwan deveria manter sua capacidade de

[3]Joseph Nye Jr., *A Life in the American Century*, Cambridge: Polity, 2024.

autodefesa e garantir que os recursos militares mobilizados pelos Estados Unidos no Japão, na Austrália e nas Filipinas pudessem chegar a Taiwan em até uma semana. Nye chamou isso de "dupla dissuasão", cujo objetivo é "prolongar o status quo indefinidamente".

Este ano, Trump foi eleito presidente outra vez, e a "incerteza" continua a ser a marca de seu mandato — uma tática que ele usa sobretudo nas relações EUA-China. Antes de tomar posse, Trump declarou publicamente que a China e os Estados Unidos podem cooperar para resolver todos os problemas do mundo. Pouco depois de assumir o cargo, porém, anunciou uma tarifa adicional de 10% sobre os produtos chineses importados pelos Estados Unidos, somada às tarifas já existentes, e logo deu início a mais uma guerra tarifária. Isso deixa todos se perguntando: para onde caminharão as relações EUA-China?

Nye disse certa vez que Trump tem "baixa inteligência situacional" nos assuntos internacionais e que seu narcisismo excessivo limita sua inteligência emocional. Trump sabe explorar o populismo, o protecionismo e o nacionalismo para atrair atenção, e suas políticas desafiam as premissas fundamentais da política externa americana e do século americano. Os nomes que escolheu para secretário de Estado e assessor de segurança nacional, Marco Rubio e Michael Waltz, são conhecidas figuras "linha-dura", que veem a China como uma grande ameaça, à qual é preciso responder com firmeza. A meu ver, essa abordagem reflete mais a estratégia de negociação de Trump, que consiste em adotar inicialmente uma postura dura para, no fim, obter resultados alinhados a seus interesses. Acredito que, se a China e os Estados Unidos concentrarem seus esforços nas negociações econômicas e comerciais, a cooperação será perfeitamente possível. Isso também ajudaria a administrar a competição entre a China e os Estados Unidos, a evitar erros de cálculo e a impedir que as ameaças se autorrealizem.

A Life in the American Century é um registro das ideias e da atuação do professor Nye, repleto tanto de detalhes comoventes quanto de reflexões francas sobre os processos de tomada de decisão. O livro também ilustra a evolução da política externa americana ao longo do último meio século e contribui para a compreensão de sua lógica subjacente, o que, em última análise, nos ajudará a fazer escolhas e a construir o futuro que desejamos.

O alvorecer do século asiático[4]

Com a ascensão da China e a confiança crescente de muitas nações asiáticas em desenvolvimento, o rejuvenescimento da Ásia está levando a um "século asiático", segundo Kishore Mahbubani, renomado diplomata e acadêmico cingapuriano, que vê essa mudança como benéfica para o mundo como um todo.

À medida que o rejuvenescimento asiático ganha impulso, as discussões sobre se o século XXI será o século asiático ficam cada vez mais acaloradas. Quando se fala em "rejuvenescimento asiático" e em "século asiático", é impossível não mencionar o diplomata e intelectual público cingapuriano Kishore Mahbubani. Ele foi um dos primeiros acadêmicos a analisar e discutir o rejuvenescimento asiático e há décadas promove incansavelmente a ideia de que "o século XXI será o século asiático".

Embora existam inúmeras grandes narrativas sobre o rejuvenescimento asiático e o século asiático, as memórias de Kishore Mahbubani, *Living the Asian Century*, adotam uma abordagem diferente. O livro mergulha nos detalhes de sua vida pessoal e parte do pequeno para ilustrar o grande, mostrando como a grande narrativa da luta da Ásia pela independência, pelo desenvolvimento econômico e pelo direito de fazer sua voz ser ouvida nos fóruns internacionais depois da Segunda Guerra Mundial transformou a vida e o pensamento dos povos asiáticos antes governados por colonizadores ocidentais, e como o próprio Mahbubani se tornou, aos poucos, um diplomata e intelectual público confiante, capaz de conduzir negociações internacionais em defesa dos interesses de sua pátria.

A identidade, a trajetória pessoal e as realizações de Kishore Mahbubani fazem dele um dos melhores porta-vozes do rejuvenescimento asiático. Ele é um cingapuriano de origem indiana cujos pais fugiram para Cingapura por causa dos distúrbios e dos massacres étnicos desencadeados pela Partição da Índia e do Paquistão, conduzida pelos britânicos. Kishore Mahbubani nasceu em Cingapura em 1948 e cresceu num bairro pobre onde as culturas hindu, muçulmana e chinesa conviviam e se misturavam. Na época, Cingapura ainda estava sob domínio colonial britânico, e o currículo escolar ainda visava formar

[4] Este texto é o prefácio à edição chinesa da autobiografia de Kishore Mahbubani, *Living the Asian Century*, adaptado para esta coletânea.

"súditos imperiais" pró-britânicos. Kishore Mahbubani adorava ler e pensar e, na universidade, formou-se em filosofia, o que o levou a refletir sobre a educação que havia recebido e a ver o mundo com um olhar dialético. Fez a graduação na Universidade Nacional de Cingapura e o mestrado no Canadá, recebeu um doutorado honorário e, mais tarde, foi também pesquisador visitante na Universidade Harvard. Essa formação diversificada moldou sua perspectiva e sua ideologia multilateralistas, que ele aproveitou plenamente em sua carreira diplomática de 33 anos — que incluiu dois mandatos como presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e lhe permitiu testemunhar e participar de inúmeras negociações diplomáticas. Ao mesmo tempo, as ideias e os princípios dos fundadores de Cingapura também exerceram profunda influência sobre ele e o ajudaram a desenvolver sua própria teoria geopolítica. Depois de se aposentar, continuou ligado à academia e tornou-se um especialista em questões asiáticas de renome mundial, o que lhe valeu o título de "musa do século asiático". Suas realizações profissionais lhe deram influência significativa tanto no Oriente quanto no Ocidente. Kishore Mahbubani defende há muito tempo os conceitos de rejuvenescimento asiático e de século asiático e publicou numerosas obras sobre o tema.

* * *

Conheço Kishore Mahbubani há quase 20 anos, e já discutimos questões e trocamos ideias em inúmeras ocasiões, em público e em privado, inclusive em eventos como o Fórum Econômico Mundial, em Davos, e o Fórum de Boao para a Ásia. Ele sempre me convidou calorosamente para os lançamentos de seus novos livros. Também já trabalhamos juntos. Em maio de 2019, participamos dos Debates Munk, de renome mundial, realizados em Toronto, no Canadá, onde debatemos se a China representa uma ameaça à ordem internacional liberal. Nossos oponentes foram H. R. McMaster, ex-assessor de segurança nacional do presidente Trump e figura linha-dura em relação à China, e Michael Pillsbury, diretor do Centro sobre a China do Hudson Institute, que representavam a visão ocidental predominante de que "a China representa uma ameaça à ordem internacional liberal". O debate foi realizado num país ocidental, e o ambiente era hostil a quem defendia a China. Naquela noite, Kishore e eu atuamos em

perfeita sintonia, refutando as narrativas enganosas do lado oposto com razão, evidências e moderação. A votação da plateia de 3.000 pessoas ao fim do debate mostrou que havíamos vencido, por termos enfrentado diretamente o ceticismo ocidental ao longo do debate e apresentado uma refutação sólida.

Durante a pandemia de covid-19, mantivemos vários intercâmbios on-line e, em 2021, o CCG foi convidado a traduzir para o chinês o novo livro de Kishore, *A China venceu?*, um best-seller mundial de análise política. Em parceria com a CITIC Press, organizamos um evento de lançamento e um seminário que incluiu uma videoconferência com Kishore para discutir "a pergunta do século": como evoluirão as relações EUA-China? No livro, Kishore levanta uma questão instigante: diante de desafios globais como a pandemia de covid-19, a recuperação mundial e a mudança climática, a pergunta que deveríamos fazer não é se a China ou os Estados Unidos venceram, mas se a humanidade venceu. O livro foi amplamente aclamado por acadêmicos, editores e leitores em geral. Mais tarde, organizamos também uma sessão especial de diálogo sobre o livro, intitulada "China, globalização e um mundo multipolar na era pós-pandemia", como parte da série Diálogos Globais do CCG. Durante o diálogo, Kishore Mahbubani reiterou que não existe nenhum conflito de interesses fundamental entre a China e os Estados Unidos. Os dois países fariam melhor se destinassem recursos à melhoria do bem-estar de seus próprios povos e cooperassem em desafios comuns como a mudança climática, em vez de se envolverem numa competição geopolítica que prejudica os interesses dos dois países e do mundo como um todo. A transcrição desse diálogo foi incluída no livro *CCG Global Dialogues: Understanding Globalization, Global Gaps, and Power Shifts in the 21st Century*, publicado pela renomada editora internacional Palgrave Macmillan.

No mesmo ano, Kishore Mahbubani também contribuiu com um artigo intitulado "A globalização morreu! Viva a globalização!" para uma das publicações do CCG em inglês, *Consensus or Conflict?*, organizada por Mabel Lu Miao e por mim. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia eclodiu pouco depois do lançamento do livro, o que mostra claramente que construir um consenso global é uma jornada longa e árdua.

Em 2022, o CCG e Kishore Mahbubani lançaram juntos a edição em inglês de *The Asian 21st Century* e realizaram um seminário. O livro integra a série em inglês "China and Globalization", organizada por Mabel Lu Miao e por mim, que inclui outros títulos, como *Consensus or Conflict?*, *Perspectives from Ambassadors to China* (volumes 1 e 2), *Transition and Opportunity*, *The Ebb and Flow of Globalization*, a obra do professor Joseph S. Nye Jr. *Soft Power and Great-Power Competition*, *Enhancing Global Governance in a Fragmented World* e *Global Development and Cooperation with China: New Ideas, Policies and Initiatives for a Changing World*. Todos esses livros estão disponíveis no site da Springer Nature.

The Asian 21st Century atraiu ampla atenção da comunidade internacional, com mais de 4 milhões de downloads desde o lançamento, em 30 de dezembro de 2021. O presidente global da Springer Nature, editora do livro, afirmou que o número de downloads é quase cem vezes maior que a média das publicações acadêmicas. No seminário que organizamos sobre o livro em janeiro de 2022, com o tema "A ascensão da Ásia e suas implicações para um mundo cada vez mais multipolar", dois renomados especialistas em estudos asiáticos — Kent E. Calder, vice-diretor da School of Advanced International Studies (SAIS) da Universidade Johns Hopkins e diretor do Edwin O. Reischauer Center for East Asian Studies, e Kerry Brown, diretor do Lau China Institute do King's College London — elogiaram o livro e concordaram que ele descreve com precisão as grandes transformações em curso no mundo e traz uma mensagem importante para o Ocidente. Diante da atenção considerável que o livro recebeu no mundo todo, Kishore realizou outro seminário em Cingapura, com convidados como o professor Koh Cheng Hsing, diretor da Lee Kuan Yew School of Public Policy da Universidade Nacional de Cingapura, e Chan Heng Chee, embaixadora itinerante do Ministério das Relações Exteriores de Cingapura. A ex-embaixadora da China em Cingapura Sun Haiyan também elogiou as perspectivas do livro e a influência do autor.

Em 2023, a edição em chinês simplificado de *The Asian 21st Century* foi publicada pela CITIC Press e seguida de um lançamento na sede do CCG em Pequim, onde Kishore fez um discurso que teve ampla repercussão. No mesmo

ano, a edição em chinês tradicional foi publicada pela Joint Publishing (Hong Kong).

* * *

Como diplomata que representou um país pequeno, Kishore compreende profundamente e valoriza muito a importância do multilateralismo, que a China tem defendido de forma consistente na governança global. No Fórum de Boao para a Ásia, no início de 2025, Kishore e eu mantivemos um diálogo de alto nível sobre o futuro do multilateralismo. Kishore acredita que a liderança ocidental nos assuntos globais está chegando ao fim e que o mundo entrou num período "3M": o da multipolaridade, do multilateralismo e do multiculturalismo. O Ocidente, no entanto, tem dificuldade de aceitar essa realidade e tenta usar as instituições e as bases de poder existentes para manter seu domínio. Kishore acredita que as Nações Unidas deveriam refletir as vozes do mundo inteiro, mas o Ocidente, que responde por apenas 12% da população mundial, detém 60% dos assentos do Conselho de Segurança da ONU. Está claro que as Nações Unidas precisam ser reformadas para refletir de forma plena e adequada as vozes de grupos e sociedades diversos.

Kishore destacou que, nas últimas décadas, a Ásia deu contribuições significativas para a manutenção da paz, a prevenção de guerras e o impulso ao crescimento econômico global. A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e sua iniciativa da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) são um excelente exemplo de plataforma institucional para a colaboração eficaz em regiões de grande diversidade. Por isso, ele sugere que os acordos e arranjos regionais e sub-regionais existentes na Ásia sejam ainda mais integrados e que os países ou organizações asiáticos continuem a trabalhar juntos para fazer do século XXI um verdadeiro século asiático — ideia semelhante, em espírito, à "União Asiática" que defendo há muito tempo. Diante da maré crescente da antiglobalização e da fragmentação cada vez maior do mundo, a integração regional tornou-se um meio importante de fomentar a cooperação multilateral, o que favorece o desenvolvimento global. No contexto do rejuvenescimento asiático, seria possível criar uma União Asiática com base num marco "ASEAN+3", acompanhada de esforços para avançar na integração regional da Ásia-Pacífico

e atenuar as tensões geopolíticas na região, o que ajudaria a preservar a paz, a estabilidade e a prosperidade regionais. Em meu livro *China and Globalization in the 21st Century*, publicado pela CITIC Press, argumento que a influência da cultura confuciana sobre os países do Leste Asiático criou um consenso cultural de princípios que inclui a "harmonia sem uniformidade", a "harmonia e unidade entre o céu e a humanidade" e o "colocar-se no lugar do outro", o que pode ajudar a promover uma cooperação econômica mais estreita, reconhecendo e preservando ao mesmo tempo a diversidade das identidades econômicas, culturais e histórico-políticas dos povos da região.

Hoje, vários acordos econômicos regionais já foram firmados na Ásia-Pacífico, entre eles o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP), a RCEP e os acordos "10+N" da ASEAN, o que, em certa medida, demonstra a vitalidade da economia asiática e a forte disposição de todas as partes para cooperar. O grande número de acordos comerciais, porém, também levou à "fragmentação", que prejudica a estabilidade e o desenvolvimento regionais. Por isso, promover a unificação de padrões entre as zonas de livre-comércio, criar um mercado comum com padrões unificados e estabelecer uma Área de Livre-Comércio da Ásia-Pacífico (FTAAP) que abranja toda a região são questões que precisarão ser enfrentadas no futuro. Segundo pesquisas do CCG, a FTAAP pode ser alcançada de duas maneiras: primeiro, pela fusão do CPTPP com a RCEP; segundo, pela formação de um "acordo guarda-chuva" que incorpore o CPTPP e a RCEP. A FTAAP poderia estabelecer um padrão intermediário que tratasse da redução de tarifas, da abertura dos setores de serviços e das regras de propriedade intelectual, criando assim um sistema de livre-comércio em vários níveis em toda a Ásia-Pacífico. Isso facilitaria um processo de integração asiática que teria grande importância no atual contexto de incerteza global e de escassez crescente de bens públicos globais.

Diante da atual tendência global à divisão, Kishore Mahbubani também exorta a Europa e os Estados Unidos a ampliar a cooperação econômica com a Ásia, afirmando que "a melhor maneira de tornar a América grande de novo é tornar o mundo inteiro grande".

* * *

Living the Asian Century é o livro de memórias de Kishore Mahbubani, no qual ele revela os detalhes de sua trajetória da pobreza até se tornar acadêmico e diplomata, relatando com franqueza os altos e baixos de sua vida e as mudanças em seu pensamento, sem se esquivar das críticas alheias. Ele se abre e fala sem rodeios sobre sua vida, relembrando suas interações com líderes cingapurianos e com diplomatas de outros países e ligando suas próprias experiências a uma narrativa mais ampla, o que torna a história viva, palpável e cheia de calor humano. No livro, ele expressa sua gratidão pelo sucesso de Cingapura e pelo desenvolvimento da Ásia, pois foi esse contexto histórico mais amplo que formou uma figura tão lendária e influente quanto Kishore Mahbubani. O CCG teve a honra de ser convidado a traduzir este livro para o chinês e a coordenar a distribuição da edição em chinês simplificado pela World Affairs Press, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

Agradecemos a todos os que apoiam a publicação deste livro, que, acreditamos, oferecerá uma perspectiva singular aos interessados em assuntos diplomáticos e no rejuvenescimento da Ásia, aprofundando sua compreensão desses campos em múltiplas camadas e sob múltiplos ângulos.

A última revelação de um mestre do realismo[5]

Prever a trajetória das relações internacionais é arriscado por causa do enorme número de variáveis, umas visíveis, outras ocultas. Em seu livro, Kissinger se debruça sobre a variável da liderança e sobre o papel que ela tem a desempenhar na definição do curso da história, num momento em que o mundo enfrenta desafios e mudanças complexos.

OBSERVAR UM SÉCULO DE MUDANÇAS ATRAVÉS DE UMA ÚNICA VIDA

De que tipo de líderes precisamos, afinal? É justamente a essa pergunta de peso que Henry Kissinger procurou responder neste livro.

Depois de *Sobre a China* e *Ordem mundial*, *Liderança: seis estudos sobre estratégia* encerra a "trilogia" de Kissinger de reflexões históricas e visões sobre o futuro. A edição em inglês foi publicada em maio de 2022, quando a pandemia

[5] Este texto é um guia de leitura publicado originalmente em chinês para a obra de Kissinger *Liderança: seis estudos sobre estratégia* e adaptado para esta coletânea.

de covid-19 já assolava o mundo havia dois anos; a guerra entre a Rússia e a Ucrânia havia eclodido três meses antes; o ChatGPT só seria lançado ao público meio ano depois; a última visita de Kissinger à China ainda demoraria um ano e dois meses; e sua morte repentina viria dali a um ano e meio.

Nesse sentido, *Liderança: seis estudos sobre estratégia* tem importância histórica, pois representa o legado intelectual que o autor deixou num momento histórico crítico. Observar, pelo prisma da vida de uma única pessoa, as grandes transformações sem precedentes ocorridas ao longo de um século tem um valor histórico intrínseco. No futuro, muitas pessoas — sejam políticos, acadêmicos, empresários ou leitores comuns — inevitavelmente recorrerão à obra desse sábio em busca de pistas para entender o presente e atravessar a névoa que continua a encobrir o futuro, assim como, em 2023, as pessoas buscaram em sua última visita à China pistas sobre a trajetória das relações entre as grandes potências.

Liderança: seis estudos sobre estratégia é uma obra fascinante, impregnada do estilo característico de Kissinger. Kissinger escreveu muito ao longo da vida. Suas primeiras obras, como *Nuclear Weapons and Foreign Policy* e *The Necessity of Choice: The Prospects for American Foreign Policy*, são marcadamente acadêmicas. À medida que entrou na política e viveu várias grandes viradas históricas, Kissinger foi desenvolvendo seu estilo narrativo singular. Suas obras posteriores entrelaçam teorias e conceitos acadêmicos eruditos com abundantes experiências pessoais e reflexões sobre momentos históricos decisivos. Assim, os escritos de Kissinger costumam equilibrar a grandiosidade com os mínimos detalhes, entremeando narrativa e comentário, o que os torna muito agradáveis de ler.

Liderança: seis estudos sobre estratégia dá continuidade ao estilo das obras posteriores de Kissinger, mas, ao mudar o objeto da narrativa, torna-se ainda mais envolvente. Neste livro, Kissinger tenta pela primeira vez — e talvez a única — adotar uma abordagem biográfica concisa para resumir a carreira política de seis líderes nacionais com quem teve múltiplas interações desde a Segunda Guerra Mundial e com alguns dos quais chegou a desenvolver uma profunda amizade. Kissinger transmite aos leitores a ideia de que os grandes líderes possuem certas capacidades e qualidades inerentes que lhes permitem penetrar a profunda turbulência estrutural da sociedade e influenciar o desenvolvimento futuro da civilização humana.

A INSATISFAÇÃO E A ANSIEDADE DE KISSINGER

Note-se que Kissinger não recorre a uma narrativa heroica para provar a validade de suas teorias. Embora os seis líderes que escolheu tenham, todos, a determinação de suportar dificuldades e perseverar, a vida deles não é feita só de sucessos. Anwar Sadat foi assassinado por promover uma política de paz com Israel; Richard Nixon renunciou em desgraça por causa do escândalo de Watergate; as políticas econômicas neoliberais de Margaret Thatcher continuam controversas até hoje; e Konrad Adenauer, Charles de Gaulle e Lee Kuan Yew também tiveram sua cota de controvérsias. Kissinger atenua deliberadamente esses aspectos. O que ele procurou destacar no livro foi a relação entre a mudança dos contextos históricos e os próprios líderes. Na visão dele, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o modelo de governança política nacional passou do "governo aristocrático" para a "governança das elites". Os seis políticos que ganharam proeminência depois da Segunda Guerra Mundial, em sua maioria, não tinham vínculos com a classe dominante tradicional. A maior parte deles vinha de famílias de classe média e entrou na política numa época em que o sistema político aristocrático do pré-guerra havia sido desmantelado, o que lhes permitiu subir na escada política conservando o código moral aristocrático do passado e encarnando, ao mesmo tempo, os padrões de comportamento pragmáticos característicos da classe média. Kissinger quis mostrar que, independentemente do sucesso ou do fracasso de seus governos, o caráter político desses líderes era universal e duradouro.

Kissinger analisou o estilo de liderança desses seis líderes pelas dimensões da capacidade analítica, da estratégia, da coragem e do caráter, aparentemente com o objetivo de estabelecer um modelo de análise. Mas isso é apenas aparência. Ele parecia mais preocupado em estabelecer um ponto de referência no qual os leitores pudessem se apoiar no futuro. Na conclusão, citou a ideia de Maquiavel de que a paz prolongada leva à acomodação da sociedade, o que, por sua vez, provoca o declínio da liderança. Comparando isso com o presente, Kissinger afirmou: "Os critérios usados para julgar os líderes ao longo da história permaneceram inalterados: se eles são capazes de transcender seu ambiente por meio da visão e da dedicação."

É evidente que Kissinger nutria insatisfação e ansiedade em relação à liderança das figuras políticas da era pós-Guerra Fria. Ele insinuou a possibilidade de declínio da liderança em tempos de paz e resumiu as características essenciais da liderança. Dessa perspectiva, *Liderança: seis estudos sobre estratégia* não é uma avaliação objetiva desses seis líderes, mas uma obra fortemente influenciada pelas intenções subjetivas do autor, que escolhe seis indivíduos do passado, mas tem os olhos claramente voltados para o presente.

Uma das maiores realizações de Kissinger como diplomata e estadista foi promover o desenvolvimento das relações China-EUA — a relação entre grandes potências que mais o preocupou ao longo da vida, como mostram suas mais de 100 visitas à China. Mesmo aos 100 anos, e até sua morte, ele continuou a visitar a China e a se dedicar à melhoria das relações bilaterais. As relações China-EUA são também um foco de atenção em todos os setores e camadas da sociedade. O CCG sempre manteve comunicação regular com Kissinger e colaborou com ele com frequência, servindo de ponte para que ele dialogasse com pessoas interessadas nas relações China-EUA. Em 28 de junho de 2011, o Comitê 2005 da Associação dos Estudantes Retornados do Ocidente — do qual Henry Huiyao Wang, presidente do CCG, é membro desde a criação — convidou Kissinger para um café da manhã no Clube Internacional de Pequim. Ele conversou com acadêmicos chineses que haviam retornado à China sobre temas como os intercâmbios China-EUA, as relações comerciais, o desenvolvimento da diversidade social e o crescimento da classe média chinesa. Em 21 e 22 de novembro de 2019, Wang e Kissinger participaram do New Economy Forum 2019, organizado em conjunto pelo Centro de Intercâmbios Econômicos Internacionais da China e pela Bloomberg, que reuniu mais de 500 autoridades governamentais, executivos, inovadores e especialistas do mundo todo para discutir soluções para os grandes desafios que o mundo enfrenta hoje e explorar respostas às questões globais atuais. Kissinger enfatizou repetidas vezes a importância de evitar um conflito aberto entre os Estados Unidos e a China, o que tem, sem dúvida, grande valor.

Como acadêmico e sábio, Kissinger tinha uma visão estratégica de longo alcance e grande capacidade de antevisão. Antes de morrer, escreveu com o professor Graham Allison, de Harvard — com quem trabalhei na Harvard

Kennedy School of Government —, um artigo intitulado "O caminho para o controle de armas de IA", alertando que a inteligência artificial poderia representar ameaças sem precedentes, algumas talvez ainda mais aterradoras que as das armas tradicionais. Ele defendia que se estabelecessem restrições globais antes que a inteligência artificial estivesse plenamente integrada à segurança nacional e exortava os Estados Unidos e a China, os dois países que lideram a pesquisa e o desenvolvimento em IA, a criar o quanto antes um grupo de trabalho para avaliar o desenvolvimento e o impacto da IA. O artigo foi publicado antes da reunião da APEC de 2023, em São Francisco. Em 15 de novembro daquele ano, depois do encontro entre os líderes da China e dos Estados Unidos, o ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, informou à imprensa que os dois lados haviam concordado em criar um mecanismo de diálogo intergovernamental sobre IA.

Fosse no exercício de cargos públicos, fosse como acadêmico e sábio, Henry Kissinger sempre foi conhecido como um mestre do realismo. Sua identidade política e sua experiência de vida moldaram, em certa medida, suas posições políticas, e suas extensas pesquisas, em especial seu profundo conhecimento da história diplomática europeia, levaram-no a valorizar muito o "equilíbrio de poder". O livro *Liderança: seis estudos sobre estratégia* mantém sua abordagem metodológica realista das relações internacionais e sustenta que as qualidades, as capacidades e a coragem dos líderes podem, em certa medida, servir de contrapeso ao desenvolvimento histórico, impedindo que a civilização humana mergulhe no abismo. A criação de *Liderança: seis estudos sobre estratégia* parece ser uma tentativa de provar esse ponto.

A VERDADEIRA NATUREZA DOS POLÍTICOS VALE EM TODA PARTE?

A notável carreira diplomática e administrativa de Kissinger lhe deu certa dose de flexibilidade diplomática. No livro, ele evitou com cuidado, e até com astúcia, comentar certas políticas controversas dos seis líderes que escolheu. Sobre De Gaulle, não mencionou o impacto objetivo da retirada francesa da Argélia sobre o sistema colonial africano; sobre Nixon, não mencionou o impacto do escândalo de Watergate sobre o sistema político americano; sobre Lee Kuan Yew, não mencionou as implicações negativas de políticas extremamente pragmáticas para o processo decisório dos países pequenos.

Na análise de Kissinger, embora esses líderes fossem de fato realistas, seus ideais muitas vezes determinavam o pragmatismo de suas ações. Eles nutriam grandes ambições de governar seus países e levar a paz ao mundo, e Kissinger não hesitou em cobri-los de elogios por isso. Ao mesmo tempo, porém, procurou minimizar os aspectos maquiavélicos de sua personalidade. Isso também faz com que os personagens do livro pareçam mais nobres e íntegros — De Gaulle é, no máximo, um tanto distante e pouco sociável, enquanto Lee Kuan Yew é apenas franco no modo de falar. Como sabemos, a política nem sempre molda as pessoas dessa maneira.

Além de deixar transparecer a cautela e a diplomacia características de Kissinger, o livro também transmite uma sensação de distância entre o autor e as figuras retratadas. Embora suas observações sobre os seis estadistas sejam ricas e cheias de nuances, nem sempre são precisas. Apesar do contato próximo que ele teve com os seis líderes, as distâncias temporais e culturais continuam evidentes. A descrição que Kissinger faz de Nixon é notavelmente clara e detalhada. Adenauer, nascido em 1876, e Charles de Gaulle, nascido em 1890, eram bem mais velhos que ele e tinham perspectivas históricas diferentes das de Kissinger. O autor os observa de uma posição de admiração, o que inevitavelmente soa um tanto superficial. No caso de Sadat e de Lee Kuan Yew, as diferenças culturais levam o autor a compreendê-los mais por meio de sua personalidade e de seu comportamento — e não de seu pensamento estratégico —, o que sem dúvida torna ainda mais complexa a compreensão dessas figuras. No fundo, os líderes podem ser indivíduos muito simples, mas, na tomada de decisões, às vezes dependem de escolhas racionais e, outras vezes, de reações instintivas. Ao escrever *Liderança: seis estudos sobre estratégia*, o autor talvez tenha superestimado o valor da liderança.

No conjunto, porém, Kissinger destaca a homogeneidade da liderança desses seis indivíduos. Com sua vasta experiência internacional, Kissinger poderia ter escolhido quaisquer líderes mais contemporâneos como personagens de sua narrativa. Mas a evidente homogeneidade entre esses seis indivíduos garante que sua compreensão e sua interpretação da liderança sejam transmitidas às gerações futuras. Assim como MacArthur, em seu discurso de despedida em West Point, repetiu insistentemente "dever, honra, pátria" para destacar a essência do

soldado, Kissinger também expõe, em sua obra derradeira, sua compreensão do papel do estadista ao longo do último século, usando um tom apocalíptico para enunciar as qualidades de "coragem, perseverança e estratégia", na esperança de incutir nas gerações futuras a ideia de que essas são verdades universais, válidas para todos.

China e Europa: aprender com o passado para entender o presente e o futuro[6]

O espelho da história nos oferece lições inestimáveis, se ao menos olharmos para ele. A pesquisa de Kerry Brown sobre 800 anos de visões europeias da China nos dá uma perspectiva singular dessa relação tão importante e de como melhorá-la daqui em diante.

O mundo de hoje vive uma intensa competição geopolítica, com prenúncios de uma nova Guerra Fria e a eclosão de conflitos regionais. O livro do professor Kerry Brown *China Through European Eyes: 800 Years of Cultural and Intellectual Encounter* examina o que figuras históricas europeias escreveram sobre a China ao longo dos últimos oito séculos, oferecendo ao mesmo tempo uma instigante perspectiva histórica e uma reavaliação da China moderna. O mais importante é que ajuda leitores do mundo inteiro a compreender melhor as raízes históricas das relações entre a Europa e a China.

O professor Brown argumenta que europeus e americanos tendem a marginalizar a China, o que faz com que os ocidentais não estejam acostumados a ver uma China em ascensão como uma grande potência e como uma igual. Em segundo lugar, os europeus estão presos às próprias crenças e carecem de uma compreensão básica dos valores chineses, que ou descartam como irrelevantes ou simplesmente se recusam a conhecer. Às vezes, chegam a rotular levianamente os valores chineses de problemáticos, de conflitantes com os valores ocidentais e de ameaça ao Ocidente.

O professor Brown acredita que os valores chineses são "híbridos", pois a cultura e a história da China foram influenciadas por uma ampla gama de

[6] Este é o prefácio da edição chinesa de *China Through European Eyes: 800 Years of Cultural and Intellectual Encounter*, livro organizado por Kerry Brown; foi escrito em coautoria por Henry Huiyao Wang e Mabel Lu Miao e adaptado para esta coletânea.

perspectivas éticas, filosóficas e religiosas, do confucionismo ao taoismo, além de sistemas de crenças contemporâneos, o que criou uma visão de mundo extremamente flexível e difícil de definir em poucas palavras. Por isso, o professor Brown explora uma série de perspectivas europeias para ajudar os leitores ocidentais a compreender melhor a história e a cultura chinesas, ampliar seu repertório de conhecimentos e promover o diálogo e a compreensão mútua. Essa foi a principal motivação do professor Brown ao organizar este livro.

Nesta era de incertezas, é importante que duas civilizações que poderiam ter evitado mal-entendidos desde o início se empenhem em promover o intercâmbio mútuo, para chegar a uma compreensão mais clara uma da outra. A obra do professor Brown estimula os europeus a compreender a China de um modo novo e vai muito além de muitos "especialistas em China" do Ocidente, ao explorar as profundezas históricas dos últimos oito séculos e os intercâmbios concretos entre a Europa e a China em busca de respostas para as questões prementes de hoje.

Conheço o professor Brown há muitos anos. Sua visita mais recente ao CCG foi em 2019, para participar de um simpósio sobre as relações China-EUA-Europa e a governança global organizado em conjunto pelo CCG e pelo Royal Institute of International Affairs. Formado pela mundialmente renomada Universidade de Cambridge, o professor Brown é um destacado especialista em estudos chineses no Reino Unido. Atualmente, dirige o Lau China Institute do King's College London. Esteve na China pela primeira vez em 1994 e mais tarde atuou como primeiro-secretário da embaixada britânica no país, convivendo com diversos setores da sociedade chinesa e desenvolvendo uma compreensão abrangente, objetiva e multidimensional da China. Desde 2006, escreveu mais de vinte obras sobre a China, entre elas *A Tale of Five Chinese Cities*, e se firmou como um especialista em China de influência internacional, ao mesmo tempo profundo conhecedor e amigo do país.

Seu mais recente trabalho de pesquisa, *China Through European Eyes*, traduzido para o chinês pelo Centro para a China e a Globalização, divide-se em cinco seções e reúne trechos do que dezesseis figuras europeias de destaque escreveram sobre a China, começando no século XIII, quando Marco Polo visitou o país, e avançando até meados do século XX e a Revolução Cultural.

A primeira seção, intitulada "Origens", começa com as descrições da China feitas por Marco Polo, Samuel Purchas e Matteo Ricci; a segunda prossegue com os escritos de três importantes pensadores do Iluminismo europeu — Gottfried Wilhelm Leibniz, Voltaire e Montesquieu — sobre a China; a terceira relata as impressões de John Barrow sobre a China durante sua visita com a Embaixada Macartney, as perspectivas de Georg Hegel e de Karl Marx sobre a China feudal e suas simpatias por ela, bem como as explorações de Évariste Régis Huc pelas fronteiras da China; a quarta parte vai mais fundo, com as pesquisas de Max Weber, Bertrand Russell e Carl Gustav Jung sobre as crenças chinesas, a questão chinesa e a sabedoria chinesa; por fim, a quinta parte se encerra com as observações de Simone de Beauvoir, Julia Kristeva e Roland Barthes sobre a China de Mao Zedong.

Esses dezesseis autores exerceram enorme influência sobre o pensamento ocidental. Enquanto oito deles visitaram pessoalmente a China, os outros oito — Samuel Purchas, Leibniz, Voltaire, Montesquieu, Hegel, Marx, Max Weber e Carl Gustav Jung — pesquisaram uma vasta literatura sobre o país. Ao explicar por que escolheu esses autores, o professor Brown disse considerar que Marco Polo oferecia um excelente ponto de partida para delinear como os estrangeiros viram a China ao longo dos últimos oito séculos, ao passo que a obra de Matteo Ricci é significativa porque demonstra que é perfeitamente possível, embora extremamente difícil, envolver-se a fundo com o modo de pensar chinês e com a cultura chinesa sem abrir mão de uma visão de mundo e de uma perspectiva europeias. Ele prossegue dizendo que Leibniz identificou com perspicácia pontos em comum entre as tradições chinesas e a religião e a filosofia europeias, enquanto Voltaire descreveu a China como tolerante e inclusiva. O relato de John Barrow sobre a Embaixada Macartney à China apresenta as visões europeias no início do "século de humilhação", que continua sendo uma lembrança dolorosa na memória do povo chinês. As ideias de Hegel influenciaram profundamente o jovem Karl Marx e, indiretamente, o percurso da China rumo à modernização e sua escolha final pelo comunismo. O relato de viagem de Évariste Régis Huc permite vislumbrar, de uma perspectiva europeia, os muitos aspectos admiráveis do povo chinês, de seu modo de vida e de suas tradições. Weber se dedicou a explorar as crenças do povo chinês, enquanto Bertrand Russell tinha o povo

chinês e seu espírito na mais alta estima, via o Oriente e o Ocidente como iguais e insistia em que o Oriente não devia ser visto como inferior ao Ocidente. Carl Jung contribuiu, sem querer, para a compreensão do lado "misterioso" e "exótico" da "sabedoria oriental", ao passo que Simone de Beauvoir, que visitou a China durante a Revolução Cultural, escreveu ter visto uma China libertada das relações socioeconômicas de exploração de classe. Por fim, Kristeva observa como a República Popular da China reconheceu oficialmente os direitos das mulheres chinesas em 1950.

O professor Brown acredita profundamente que reunir e estudar as visões desses importantes pensadores sobre a China pode ajudar os leitores do Ocidente a levar a China a sério, e afirma, no fim do prefácio do livro: "*A 'diferença' da China é muitas vezes vista como uma afirmação provocadora — uma tentativa de postular algum outro que possa então se tornar objeto de idealização ou de condenação. Mas os autores desta obra mostram, todos eles, maneiras muito diferentes de lidar com a China de forma realista, empírica, com investigação crítica. Nenhum deles se dá ao luxo etéreo de observar a China de lugar nenhum — todos se situam num lugar europeu ou racional e lançam dali sua investigação. O que os une é a necessidade urgente de levar a sério esse lugar, com suas tradições e sua visão de mundo complexas — e de se deixar intrigar e, de certo modo, inquietar pela questão de qual a melhor maneira de pensar a China com exatidão e honestidade. Numa era atormentada por sinófobos e sinófilos, por abraçadores de pandas e matadores de dragões, reunir as visões aqui expressas por pensadores tão diferentes, mas singulares e importantes, talvez ofereça um antídoto contra a pressa de tirar conclusões*."

Acredito que este livro tem grande importância para promover uma melhor compreensão da diversidade global, uma maior abertura às diferentes civilizações — sobretudo à chinesa —, bem como o diálogo e a compreensão mútua entre a China e a Europa. Ao terminar a leitura, sinto sinceramente que ele alcançou o objetivo do professor Brown, pois as visões e perspectivas de figuras europeias de destaque sobre a China podem ser mais persuasivas e inspirar os ocidentais a olhar a China e a civilização chinesa com mais racionalidade e a se tornar mais abertos em suas visões ideológicas.

Mas este livro também é importante para os leitores da China e de outras partes do mundo, pois aprofunda sua compreensão das relações atuais entre a China e a Europa, que são muito singulares e, mais recentemente, se tornaram um vínculo estreito e concreto. Em 2021, a China foi o maior parceiro comercial da UE, enquanto a UE foi o segundo maior parceiro comercial da China. No mesmo ano, 15.000 trens de carga atravessaram o continente eurasiático entre a China e a Europa, e 200.000 estudantes chineses enfrentaram o risco da covid-19 para iniciar seus estudos em países europeus.

Em 2021, a China e a Europa eram dois gigantes nas extremidades opostas do continente eurasiático, a segunda e a terceira maiores economias do mundo, com uma população somada que correspondia a um quarto do total mundial. Ambos os gigantes têm histórias e tradições filosóficas de que se orgulham e que perduram até hoje. A distância geográfica faz com que praticamente não tenham disputas territoriais, e os dois têm trabalhado juntos com regularidade para enfrentar os desafios do mundo. Uma das conquistas mais significativas dessa cooperação no século XXI foi o Acordo de Paris de 2015, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, impulsionado pela União Europeia e facilitado pela China. No campo da governança global, ambos defendem o multilateralismo, apoiam o livre-comércio e deram contribuições significativas à civilização humana. Devem unir forças, buscar pontos em comum apesar das diferenças e trabalhar juntos para enfrentar os desafios comuns da humanidade.

Quanto à globalização, a Europa vibrante e dinâmica que surgiu nos anos 1990 e no início dos anos 2000 foi um belo exemplo de globalização. Como aliança econômica e política que reúne a maioria das nações europeias, a UE rapidamente se tornou um dos atores mais importantes da ordem global. Com a evolução das novas estruturas de poder global, surgiu uma nova era de "dinâmica tripartite", tendo os Estados Unidos, a UE e a China como principais atores. A China e a Europa compartilham interesses comuns significativos, e a UE e o Conselho de Segurança da ONU funcionam como uma importante força de equilíbrio nas relações internacionais, essencial para uma globalização pacífica e sustentável.

No entanto, apesar dos esforços para manter a estabilidade e a moderação nas relações com a China, o relatório *EU-China Strategic Outlook*, publicado pela Comissão Europeia em março de 2019, definiu a China ao mesmo tempo como parceira de cooperação e de negociação, como concorrente econômica e como rival sistêmica.

Com a disseminação global da covid-19 em 2020 e a eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia em fevereiro de 2022, o papel da China como parceira perdeu força aos olhos dos líderes e da mídia europeus e se assemelha cada vez mais ao de uma concorrente e adversária — uma tendência que precisamos estudar e evitar coletivamente.

Limitados pelo próprio tema e pelo ambiente geral, muitos cientistas políticos ocidentais enfrentam desafios consideráveis ao pesquisar a fase atual da história política chinesa, tanto pelo recorte temporal quanto pelas ferramentas teóricas de que dispõem. Suas pesquisas conseguem explicar isoladamente muitos fenômenos políticos chineses, mas falta-lhes um quadro geral, se é que ele existe, e eles se limitam a seguir a inércia histórica do "orientalismo", duramente criticado por Edward Said por encaixar fenômenos orientais em teorias ocidentais, usando as próprias ideias para explicar o comportamento alheio.

É difícil dizer se a pesquisa do professor Kerry Brown foi influenciada por essa abordagem tão arraigada, mas ele ao menos tem consciência de sua existência. Ele viajou extensamente pela China, acumulando uma rica experiência como professor, diplomata, empresário e acadêmico. Essas experiências, somadas a seu domínio do chinês, sem dúvida lhe deram a vantagem de enxergar a política chinesa contemporânea de uma perspectiva mais ampla e mais profunda. Nos últimos anos, ele tem explorado cada vez mais a história e as tradições culturais da China, bem como sua influência sobre a política chinesa contemporânea, o que enriqueceu e diversificou suas observações. Um exemplo claro disso é sua oposição ao uso do termo ocidental "facção" para distinguir os grupos políticos do alto escalão na China. Ele também reconhece os componentes complexos da filosofia política chinesa, que incorpora tanto as origens marxistas do partido governante quanto as tradições herdadas do confucionismo, do taoismo e do budismo, presentes na China há milhares de anos.

Uma das principais características desta obra é o uso, pelo professor Brown, de uma metodologia que examina as relações dinâmicas entre a China e a Europa pela lente da história, explicando aspectos das relações sino-europeias modernas com referência às interações históricas entre a China e a Europa.

Os intercâmbios históricos entre essas grandes civilizações tiveram um papel importante na história da civilização humana. Marx acreditava que a pólvora chinesa ajudou a burguesia ocidental a subir ao palco da história, enquanto Voltaire usou sua própria concepção, imaginária e idealizada, da China para esclarecer o povo francês às vésperas da Revolução Francesa. As visões de ambos refletiam os aspectos positivos da percepção europeia da China, ao passo que os aspectos negativos foram articulados por figuras como Montesquieu, o que mostra os dois lados opostos da percepção que a Europa tinha da China.

Em janeiro de 2022, o professor Brown descreveu assim os últimos 800 anos de intercâmbio sino-europeu: "*O padrão que se observa ao longo desses 800 anos é, em linhas gerais, o de duas narrativas, duas histórias. De um lado, idealizar a China; do outro, temê-la e demonizá-la. Leibniz e Voltaire, imagino, representam a idolatria. Eles viam a China, com seu sistema meritocrático confuciano, como uma alternativa válida ao que os europeus faziam na época, no Iluminismo. Isso continuou até os dias de hoje. Do outro lado, figuras como Montesquieu escreveram sobre a China como um lugar de despotismo oriental que não deveríamos copiar. Pelas narrativas de que dispomos, não vejo que essa estrutura fundamental tenha mudado, pelo menos na Europa, e isso parece valer também para os Estados Unidos e a Austrália*."

Nesse sentido, o exame e os comentários do professor Brown sobre quase 800 anos de documentos históricos relativos às relações sino-europeias servem para estabelecer um quadro abrangente que permita à Europa perceber que a China não é um "Estado autocrático oriental" e alcançar uma compreensão adequada da história para corrigir essa percepção equivocada. O próprio professor Brown disse numa entrevista que, para a Europa e os Estados Unidos, uma das tarefas mais urgentes hoje é suprir a falta de conhecimento básico sobre a cultura tradicional chinesa, para que ao menos saibam com quem estão tentando colaborar, em vez de agir com base em suposições hipotéticas.

Hoje, a crítica à China na Europa evolui numa direção politicamente correta, e o professor Brown é considerado um acadêmico que fala com franqueza. Ele nunca hesita em dizer que aquilo de que a Europa e a China precisam hoje é cooperação e coexistência. Numa conversa recente, afirmou: "*Havia ao menos um pequeno espaço intermediário moderado, mesmo enquanto esses argumentos se intensificavam no Reino Unido, na Europa e nos Estados Unidos, em particular, e isso era importante pela simples razão de que, apesar de todas as preocupações legítimas com os pontos em que a China cada vez menos se alinhava aos interesses e às expectativas do Ocidente, em algumas das áreas mais importantes havia muito em que trabalhar juntos. Entre elas, estavam na linha de frente as áreas relativas à mudança climática, à sustentabilidade, à saúde pública e à recuperação econômica depois da pandemia. Em todas elas, a China figurava como uma parceira em grande medida colaborativa — ainda que mais em potencial do que de fato*."

Com sua vasta experiência, sua energia inesgotável e sua personalidade franca, o professor Brown se tornou um especialista em China muito requisitado pelos meios de comunicação do mundo todo. Como se lê no prefácio de seu livro *A Tale of Five Chinese Cities*, ele já foi entrevistado por "todos os grandes veículos de imprensa do mundo" e participou de incontáveis fóruns, cúpulas e debates acadêmicos sobre a China. Conheci o professor Brown numa conferência internacional, anos atrás, e, dada a ênfase do CCG na compreensão mútua e na cooperação internacional para prevenir conflitos, nossas posições se alinharam perfeitamente. Além disso, o papel do CCG como plataforma internacional de intercâmbio tornou a colaboração do professor Brown com o CCG ainda mais estreita. Nos últimos anos, ele participou de inúmeros diálogos on-line e presenciais organizados pelo CCG, interagindo com formadores de opinião e intelectuais do mundo todo para construir consensos. A próxima edição chinesa de *China Through European Eyes* é um dos frutos mais importantes do intercâmbio e da colaboração entre o CCG e o professor Brown.

Por fim, na minha opinião, *China Through European Eyes* oferece uma camada de significado ainda mais profunda, ao mostrar que o intercâmbio cultural é uma via de mão dupla. Nesse sentido, este livro também serve de estímulo a novas pesquisas sobre a Europa. A falta de conhecimento chinês sobre a Europa antes da era moderna faz com que seja difícil, para nós, compilar um livro

semelhante a *China Through European Eyes*. Nossa compreensão da Europa era fragmentada e muitas vezes baseada nas visões parciais de missionários ocidentais. Mais tarde, a China adotou da Europa conceitos de ciência e tecnologia, bem como das ciências sociais e das humanidades, o que impulsionou sua modernização. Esse fluxo de informação de mão única — da China para a Europa no passado e da Europa para a China hoje — talvez tenha levado a sentimentos conflitantes na China em relação à Europa: um de admiração incondicional e outro de vítima da história moderna, este último manifestado como um forte sentimento nacionalista no atual ambiente internacional.

Hoje, mais do que nunca, a China e a Europa precisam se entender como iguais, partindo de suas civilizações, igualmente antigas, para buscar um "lugar intermediário de moderação" que permita a coexistência bilateral, aprendendo com o passado para entender o presente. Para isso, precisamos não só de acadêmicos ocidentais como o professor Brown, que conhecem a fundo a China, mas também de acadêmicos chineses com uma compreensão abrangente da Europa. Por meio do intercâmbio, da compreensão e da inclusão, os dois lados levarão as relações sino-europeias a um novo patamar.

Promover um "jogo de soma positiva" nas relações China--EUA[7]

A conclusão do renomado acadêmico Joseph Nye — nosso destino não está selado — dá esperança ao mundo, pois ele reitera mais uma vez que as relações entre a China e os Estados Unidos não precisam ser um jogo de soma zero e que devemos buscar uma maneira de garantir um resultado de soma positiva para os dois países e para o mundo.

Em 7 de dezembro de 1972, a 29.000 km da superfície terrestre, o ser humano tirou a primeira fotografia panorâmica da Terra vista do espaço, a Blue Marble: uma pequena ilha azul-esverdeada, o único lar de toda a humanidade, flutuando na vasta imensidão negra do espaço. Essa cena fazia todas as diferenças, contradições, disputas, conflitos, guerras frias e guerras quentes entre povos e nações parecerem tão insignificantes. A Terra, que abriga toda a vida e os interesses

[7]Este é o prefácio da edição chinesa de *Soft Power and Great-Power Competition*, de Joseph Nye Jr., adaptado para esta coletânea.

de todas as nações, não passava de uma bolinha de gude no universo. Foi com essa imagem que abri o prefácio de meu novo livro, *CCG Global Dialogues: Understanding Globalization, Global Gaps and Power Shifts in the 21st Century*. Retomo-a aqui para desfazer uma expectativa comum entre os leitores: não esperem que o professor Joseph Nye discuta se o soft power americano é mais forte que o chinês, se a China prevalecerá numa nova era de competição entre grandes potências ou se os Estados Unidos sairão vitoriosos. Em vez disso, o livro oferece uma perspectiva mais ampla para examinar o impacto das relações EUA-China sobre os dois países e sobre o mundo, para que possamos mergulhar mais a fundo na sabedoria do professor Nye.

Cerca de um quinto do século XXI já se passou. Testemunhamos a evolução de um modelo global uni-multipolar para uma nova etapa de verdadeira multipolarização. No plano econômico, em 2021, o PIB (produto interno bruto) somado da China e dos Estados Unidos ultrapassou US$ 40 trilhões, mais de 40% do total mundial. Mas também estamos testemunhando um deslocamento histórico do poder global do Ocidente para o Oriente — dos Estados Unidos, a potência estabelecida e líder do Ocidente, para a China, a potência emergente e o centro de um rejuvenescimento asiático. O professor Nye certa vez propôs uma pergunta instigante: "como administrar essa transição de poder do Ocidente para o Oriente de um modo que seja benéfico para todos os países e que não degenere em rivalidades entre grandes potências, que são destrutivas?"[8] Não há dúvida de que a "competição entre grandes potências" mencionada aqui se refere sobretudo à China e aos Estados Unidos, que formarão a relação bilateral mais importante do século XXI; se bem administrada, ela beneficiará os dois países e o mundo; se mal administrada, prejudicará a comunidade global.

Diante de incontáveis incertezas, muitos se perguntam como essa relação vai evoluir. Em abril de 2021, num diálogo que tive com o professor Nye, ele apresentou sua "teoria dos ciclos de 20 anos": os primeiros 20 anos após a fundação da República Popular da China foram de relações bilaterais extremamente tensas entre os Estados Unidos e a China, com os dois países em guerra na Coreia; em 1972, a visita de Nixon à China marcou o início de um período de 20

[8] Henry Huiyao Wang em diálogo com Joseph Nye Jr., "Power Narratives in a Changing World: Implications for US-China Cooperative Rivalry", 28 de abril de 2021.

anos de melhora nas relações bilaterais; depois que Clinton assumiu o cargo, em 1992, as relações bilaterais continuaram boas, período em que a China entrou na OMC (Organização Mundial do Comércio) e se integrou profundamente à economia global e à ordem internacional; com a ascensão de Trump, em 2015–2016, as relações bilaterais começaram a se deteriorar, e estamos na metade do ciclo atual. Com base nessa teoria dos ciclos de 20 anos, o professor Nye previu que as relações EUA-China começariam a melhorar até 2035. "Espero que isso não tenha de durar tanto", disse ele. Acredito que muita gente compartilhe essa esperança. Afinal, boas relações China-EUA tornarão o mundo melhor, enquanto a deterioração das relações China-EUA deixa o mundo inquieto, já que muitos países preferem não ter de escolher lados. Por ora, só nos resta esperar para ver se a teoria dos ciclos de 20 anos de Nye se confirmará mais uma vez.

* * *

Quando conheci o professor Nye na Kennedy School of Government da Universidade Harvard, a relação China-EUA ainda não tinha chegado ao ponto baixo em que está hoje. Na época, a política externa americana estava concentrada no combate ao terrorismo, sobretudo no Oriente Médio, depois dos atentados de 11 de setembro. A China tinha acabado de sediar os Jogos Olímpicos e comemorava o 10º aniversário de sua adesão à OMC.

O professor Nye, com a perspicácia aguçada de um estudioso da política internacional, já acompanhava a ascensão da China havia mais de uma década. Num artigo publicado em 1998, escreveu que a expressão "ascensão da China" era imprópria e que "reemergência" seria mais exata. No fim de 2005, publicou um artigo no *Wall Street Journal* em que discutia pela primeira vez o soft power da China. Segundo o professor Nye, o poder de uma nação compreende o "hard power" (econômico, militar, tecnológico etc.) e o "soft power" (cultura, valores, política externa etc., fatores que afetam seu potencial de desenvolvimento e seu poder de atração). A combinação de hard power e soft power forma o "smart power". Ele disse que a atratividade da cultura tradicional chinesa, a popularidade do cinema e da televisão chineses no exterior, os Jogos Olímpicos de Verão de 2008, o número crescente de estudantes estrangeiros e de turistas na China, bem como a triplicação do PIB chinês em relação aos níveis anteriores à reforma,

sua ajuda econômica externa e seus mercados abertos, tinham aumentado muito a atratividade da China. No entanto, o professor Nye também apontou que o soft power da China ainda tinha um longo caminho a percorrer, pois "a China não tem indústrias culturais como Hollywood, e suas universidades estão longe de se igualar às americanas. Faltam-lhe as muitas organizações não governamentais que geram boa parte do soft power americano".

Em 2009, publicou um artigo afirmando que o soft power da China ainda estava nos estágios iniciais de desenvolvimento, com recursos fundamentalmente diferentes dos dos Estados Unidos ou de outras nações desenvolvidas: "Essas considerações sistêmicas e baseadas em valores fazem com que o soft power chinês possa parecer estranho ou intragável a quem está fora do sistema chinês. Contudo, a China, como potência em ascensão, é atraente no mundo em desenvolvimento, o que faz dela uma força que não pode ser ignorada." Ele também discutiu pela primeira vez a interação entre a China e os Estados Unidos em termos de soft power, dizendo que, embora a maioria dos americanos adote uma perspectiva de soma zero e veja o crescimento do soft power chinês sob uma luz mais negativa do que positiva, "há poucas evidências de que um aumento do soft power chinês desequilibraria o soft power americano". Ele observou que "a percepção de que o modelo chinês de combinar economia de mercado com governo de partido único (o Consenso de Pequim) vai desafiar o modelo ocidental (mercados abertos, democracia e Estado de direito) e seus valores é duvidosa" e que "a interação de soft power entre os Estados Unidos e a China, portanto, não precisa ser vista como uma competição, mas como uma combinação mais complexa de forças competitivas e cooperativas".

Em 2012, o professor Nye visitou a China e deu uma palestra sobre soft power na Universidade de Pequim. Em sua fala, observou com humildade que, embora tivesse proposto o conceito de "soft power" mais de 20 anos antes, esse tipo de poder existia havia muito tempo ao longo da história humana e vinha sendo aplicado de forma inconsciente. Lembrou que ele estava implícito nos escritos de Lao-Tsé, quando este diz que o melhor líder não é aquele cujas ordens o povo obedece, mas aquele cuja existência o povo mal percebe. Observou que o soft power não é exclusividade dos Estados Unidos e que a cultura tradicional chinesa é a fonte do soft power da China. Os valores que o confucionismo preza,

como a harmonia social, o decoro, a piedade filial e a compaixão, influenciaram a maior parte do Leste Asiático. Como escreveu Henry Kissinger, "na versão chinesa do excepcionalismo, a China não exportava seus valores, mas deixava que os outros viessem buscá-los". Além disso, as notáveis conquistas econômicas da China são outra grande fonte de seu soft power. Nos últimos 40 anos, a China tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza, o que tornou o país atraente e influente e lhe valeu a admiração de outros países. Mas ele também observou que "o sucesso econômico da China gerou tanto hard power quanto soft power, mas dentro de certos limites".

Em 2019, o professor Nye visitou a China para participar de um seminário promovido pela Ogilvy. Num intervalo, comentou como as empresas chinesas que se internacionalizam poderiam fortalecer o soft power da China, desde que consolidassem suas marcas no exterior e aprimorassem sua conformidade regulatória. Como esse também era um foco importante do CCG, o professor Nye e eu continuamos a discutir, durante o almoço, a interação entre a imagem das empresas multinacionais e o soft power nacional.

O professor Nye sustenta há muito tempo que o soft power tem uma dimensão de soma positiva, em que ambos os lados podem se beneficiar ao mesmo tempo — embora nem sempre seja assim, isso é possível em determinadas circunstâncias. Em nosso diálogo na primavera de 2021, ele reiterou sua visão de que o soft power não precisa ser de soma zero e deu um exemplo: se a China se tornar mais atraente nos Estados Unidos e os Estados Unidos se tornarem mais atraentes na China, isso poderá ajudar os dois lados a superar suas diferenças — e eu não poderia concordar mais. Esse diálogo ocorreu quase três anos depois de Trump lançar sua guerra comercial contra a China, quando múltiplos confrontos tinham levado as relações China-EUA a um ponto baixo, deixando-as numa encruzilhada histórica, já que o governo Biden acabara de tomar posse e sua política para a China continuava indefinida. O cenário político internacional passou por uma grande reviravolta em poucos anos, e expressões da moda como "ameaça chinesa" e "Armadilha de Tucídides" se tornaram conceitos corriqueiros.

* * *

Ao assumir o cargo, Trump mudou a política de Obama para a China e, desde 2017, Washington deslocou sua prioridade do Oriente Médio para a Ásia, concentrando-se cada vez mais na competição entre grandes potências. A questão, então, é: qual é o próximo passo da competição China-EUA? À medida que a China se fortalece econômica e militarmente, como os Estados Unidos vão reagir? Vai eclodir uma corrida armamentista entre a China e os Estados Unidos? Os Estados Unidos vão formar alianças como as da Guerra Fria e definir a China como seu principal rival? Como os Estados Unidos vão reagir aos contínuos avanços tecnológicos da China? Os Estados Unidos aceitarão que a China se torne a maior economia do mundo e a principal inovadora tecnológica? Ou verão a China como seu principal rival estratégico e tentarão limitar seu desenvolvimento econômico e tecnológico?

Sobre essas questões paira a sombra da Armadilha de Tucídides. O fortalecimento da China tem causado preocupação e ansiedade nos Estados Unidos. Nos últimos 30 anos, o professor Nye escreveu extensamente sobre a natureza do poder e sobre as relações EUA-China. De uma perspectiva histórica, a razão fundamental das mudanças nas relações bilaterais é a ascensão contínua da China, mas sob a superfície há novos ajustes e turbulências desencadeados pelas mudanças na distribuição de poder. O professor Nye acredita que a ascensão de uma potência emergente pode incutir medo numa potência estabelecida, o que pode estar na raiz de um conflito, mas isso não significa necessariamente que as duas tenham de cair na "armadilha". A China não é uma ameaça existencial para os Estados Unidos, nem os Estados Unidos são uma ameaça existencial para a China.

Ele também não gosta de usar termos como "nova Guerra Fria" para descrever as relações EUA-China, pois isso é uma leitura equivocada da história. A competição atual entre grandes potências não pode ser definida com conceitos antigos do século XX, dado o grau muito maior de interdependência econômica, social e ecológica entre a China e os Estados Unidos em comparação com a União Soviética. A abordagem correta é fortalecer os laços sociais existentes, como os intercâmbios de estudantes, o turismo e os intercâmbios culturais, e avançar nos intercâmbios econômicos, evitando que o desacoplamento em algumas áreas leve a um custoso desacoplamento econômico. Em última análise,

a relação EUA-China, em sentido amplo, precisa ser administrada de modo a evitar erros de cálculo e consequências não intencionais. Segundo a teoria dos ciclos de 20 anos, as relações EUA-China devem começar a melhorar até 2035, mas o professor Nye também acredita que uma competição intensa entre os dois países é inevitável e provavelmente continuará por 20 anos. Como, então, administrar a competição entre essas duas grandes potências para garantir que a relação continue saudável e não se torne destrutiva?

* * *

Em primeiro lugar, precisamos levar muito a sério os desafios que a China e os Estados Unidos enfrentam no século XXI.

Em abril de 2021, num diálogo com o professor Graham Allison, que propôs o exemplo da "Armadilha de Tucídides", discutimos as três realidades objetivas que os dois lados enfrentam: a condição de MAD (destruição mútua assegurada) trazida pelas armas nucleares, as ameaças da mudança climática e a questão de como promover o desacoplamento sem enfraquecer nem a China nem os Estados Unidos. Uma maneira de romper esse impasse é reconhecer que a cooperação entre a China e os Estados Unidos é possível apesar da intensa competição entre os dois.

Alguns políticos e analistas acham que os Estados Unidos e a China entraram numa "nova Guerra Fria", mas o professor Nye argumenta que isso encerra a China num quadro ideológico e ignora os verdadeiros desafios estratégicos que os dois países enfrentam. Ele sustenta que, mesmo que os dois países se desacoplassem, não poderiam evitar uma interdependência ecológica, que decorre de simples limitações físicas, e não políticas. Afirma ainda que não há necessidade de os dois países se enredarem numa nova Guerra Fria, muito menos numa guerra quente destrutiva. Nos próximos 40 anos, à medida que a China se fortalecer, os dois países precisarão se ajustar a um novo normal. Nye aponta que os Estados Unidos e a China devem manter a atual "rivalidade cooperativa" e certa vez citou o ex-primeiro-ministro australiano Kevin Rudd, para quem a competição EUA-China seria uma competição administrada, pois teria natureza não letal.

Em quase todas as oportunidades, o professor Nye enfatizou dois pontos-chave, o "poder com" e a "soma positiva", na firme convicção de que o mundo continuará interconectado, já que o isolacionismo é impraticável e o único caminho possível passa pela cooperação e pelo engajamento. Em seu livro *Do Morals Matter? Presidents and Foreign Policy from FDR to Trump*, ele discutiu como um país não pode buscar apenas o "poder sobre" os outros, mas deve considerar também o "poder com" outros países. A revolução da informação e a globalização de hoje estão transformando profundamente a política global. Diante de desafios globais como a pandemia de covid-19 e a mudança climática, o poder pode ser um "jogo de soma positiva". Exercer o poder *com* outras nações para enfrentar as questões globais também ajuda um país a alcançar seus próprios objetivos. Os líderes americanos e chineses precisam reconhecer isso. Ele exortou os Estados Unidos e a China a evitar a demonização mútua e acreditava que, se os dois países conseguissem se tornar mais atraentes aos olhos um do outro, a probabilidade de um conflito destrutivo entre eles diminuiria consideravelmente. Se um aumento do soft power chinês puder reduzir o potencial de conflito, ele naturalmente se tornará parte de uma "relação de soma positiva". Essa é a conclusão a que o professor Nye chegou depois de uma vida de pesquisa e que ele adotou como tema central deste livro.

O Centro para a China e a Globalização, que fundei em 2008, tem se dedicado a fortalecer o soft power da China. Concordo com a afirmação do professor Nye de que "o soft power de um país provém sobretudo da sociedade civil". Proponho aqui que a sociedade civil chinesa — sejam indivíduos, empresas, think tanks ou outras organizações — trabalhe para promover relações amistosas entre a China e o mundo exterior, compreenda as diferenças de valores e de cultura entre o Oriente e o Ocidente e aja com respeito mútuo, humildade e confiança ao se relacionar com o mundo, criando uma impressão positiva.

Do ponto de vista chinês, se nos empenharmos mais em participar ativamente da "diplomacia de segunda via" (Track II), mantivermos intercâmbios regulares com especialistas, acadêmicos e elites empresariais e políticas do Ocidente, realizarmos fóruns internacionais e criarmos organizações multilaterais com instituições internacionais, poderemos pautar a agenda na arena da opinião pública internacional, liderar a narrativa pública, construir consensos e unir e

ampliar o círculo dos que compreendem e apoiam a China. Ao longo dos anos, o CCG tem participado ativamente de fóruns internacionais multilaterais, como a Conferência de Segurança de Munique e o Fórum da Paz de Paris, e organizado subfóruns. Lançamos o programa "Diálogos Globais do CCG", com intercâmbios com formadores de opinião e especialistas internacionais como Angus Deaton, Thomas Friedman, Martin Wolf, Pascal Lamy, John Thornton, Kishore Mahbubani, Tony Saich, Neil Bush, David Lampton, Stephen Roach, Jim O'Neill e dezenas de outros formadores de opinião e especialistas internacionais. Em 2021, o CCG lançou também o "Projeto Diálogo Global de Jovens Líderes" (GYLD), que procura criar uma plataforma de diálogo entre jovens de diferentes países e origens. Para marcar o primeiro aniversário do GYLD, seus representantes enviaram uma carta ao presidente Xi Jinping relatando suas experiências na China e receberam uma resposta, uma honra rara e um reconhecimento de seus esforços. Nosso trabalho colocou o CCG entre os 100 maiores think tanks do mundo no Índice Global de Think Tanks da Universidade da Pensilvânia por vários anos consecutivos, e fomos o primeiro think tank chinês a obter status consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

* * *

Ao ler este livro, o leitor atento perceberá que alguns artigos foram escritos da perspectiva americana. No primeiro artigo da Parte Um, o professor Nye discute como o conceito de "soft power" nasceu como uma refutação da teoria, então predominante, do declínio americano. Na Parte Dois, ele discute o soft power e a política externa americana da perspectiva dos interesses americanos. Mas, ao mesmo tempo, também publicou artigos criticando a estratégia "América em primeiro lugar" do governo Trump, argumentando que ela mina o soft power americano e reduz a atração exercida pelos Estados Unidos aos olhos de outros países e povos do mundo.

Na terceira e na quarta partes, vemos que a discussão do professor Nye está enraizada nos interesses nacionais americanos e assume uma visão panorâmica. Fiel à neutralidade acadêmica, ele adota uma perspectiva ampla sobre o impacto da competição e da cooperação sino-americanas nos dois países, no mundo e

no futuro, olhando além da superfície para apreender a essência do problema e propor soluções ou recomendações.

As relações EUA-China resistiram a muitas tempestades e avançaram em meio a idas e vindas. Neste período histórico de profundas transformações, a velha ordem internacional passa por mudanças significativas, e a criação de uma nova ordem internacional enfrentará numerosos desafios. Quaisquer que sejam os papéis que os dois países desempenhem nesse processo, uma coisa é certa: os desafios apresentados pela tecnologia e pelo meio ambiente precisam ser enfrentados por meio da cooperação bilateral. Os danos causados pela mudança climática podem superar em muito a destruição provocada pela guerra. A pandemia de covid-19, que ceifou milhões de vidas, não será a última grande pandemia que a humanidade enfrentará. O encontro entre o presidente Xi Jinping e o presidente Biden em Bali, em que os dois líderes discutiram questões estratégicas das relações China-EUA e grandes questões globais e regionais, bem como as conversas em Langfang, emitiram sinais positivos. Acredito que, embora o espectro da Armadilha de Tucídides paire sobre a história humana há 2.500 anos, um antigo provérbio romano também pode ser usado para explicar a situação geopolítica atual e talvez neutralizar a maldição de Tucídides: se seu vizinho é rico, é provável que você também enriqueça; se seu vizinho é pobre, você também não enriquecerá. Na aldeia global, os países são vizinhos, e os dois lados do Pacífico podem se beneficiar do crescimento um do outro, assim como outros países também podem se beneficiar dessa relação saudável. Não nos esqueçamos de que todos vivemos no mesmo grande ponto azul.

Joseph Nye não é um desconhecido dos leitores chineses. Suas obras em coautoria *Understanding Global Conflict and Cooperation: An Introduction to Theory and History*, *Power and Interdependence* e *The Oxford Handbook of International Relations* foram traduzidas para o chinês e reimpressas várias vezes como livros didáticos universitários. As edições chinesas de suas monografias *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, *The Powers to Lead* e *O futuro do poder* foram publicadas pela CITIC Press e deflagraram um boom de pesquisas e debates sobre soft power na China. Além disso, outras obras suas, como *Is the American Century Over?* e *Do Morals Matter?*, também despertaram grande atenção da comunidade acadêmica chinesa.

A bem-sucedida publicação do livro do professor Nye *Soft Power and Great--Power Competition* se deve ao trabalho árduo da equipe da CITIC Press. Espero que os leitores possam apreciar o desenvolvimento de suas ideias e a constância de sua perspectiva em meio a mudanças tão radicais ao ler seus artigos, baseados em mais de 30 anos de pesquisa sobre o poder e as relações China-EUA.

Gostaria ainda de agradecer à equipe de tradução deste livro: Li Yanjie (que traduziu o "Diálogo" e a Parte Um), Bai Ruixia (que traduziu as Partes Dois e Quatro), Bai Yunfeng (que traduziu a Parte Três) e Ren Yuyuan, que revisou todo o manuscrito da tradução.

Gostaria de concluir este prefácio com uma citação do artigo do professor Nye "China e Estados Unidos: um olhar para os próximos 40 anos": "Não existe um único futuro até que ele aconteça. O destino dos Estados Unidos, da China ou do mundo como um todo ainda não está selado." De fato, os destinos dos Estados Unidos, da China e do mundo dependem das escolhas que fazemos e das ações que empreendemos hoje.

15
AO ENCONTRO DO MUNDO

Os meios de comunicação são parte importante de qualquer sociedade moderna, dos jornais locais às emissoras nacionais de televisão e à internet global. Hoje, a difusão de informações e de opiniões é mais fácil e, portanto, mais acessível do que em qualquer outro momento da história humana, mas isso traz tanto benefícios quanto desvantagens.

Durante boa parte dos últimos séculos, o formato dos meios de comunicação e os maiores veículos foram dominados pelo Ocidente. Mas, num plano ainda mais fundamental, a língua básica da informação e da mídia, sobretudo na internet, é inegavelmente o inglês. Embora isso, por si só, não feche as portas ao mundo não anglófono, limita a capacidade de quem não fala inglês de se expressar e de fazer com que suas ideias, suas esperanças e seus sonhos cheguem ao público anglófono.

Para mim, como especialista chinês de think tank, e para o Centro para a China e a Globalização, esse é um terreno especialmente difícil de percorrer. A abundância de desinformação ou de cobertura tendenciosa na maior parte da mídia ocidental de língua inglesa, assim como a falta de avaliações precisas e abrangentes da história da China e de seu atual estágio de desenvolvimento, faz com que, longe de podermos discutir as questões centrais para as quais a China poderia contribuir, muitas vezes nos vejamos diante da tarefa de dissipar preocupações, corrigir informações imprecisas ou informar as pessoas mundo afora sobre a situação real da China.

Neste último capítulo da coletânea, reunimos algumas das minhas entrevistas mais recentes a veículos que vão de emissoras de televisão de Hong Kong,

China, Índia e Turquia à imprensa escrita da Coreia e da Eslovênia, e até ao projeto "Living History", iniciado pelo Consulado dos Estados Unidos em Xangai. O caráter amplo e equilibrado dessas interações também é fundamental para a missão do CCG de garantir que se lance uma rede ampla na divulgação e na promoção das posições da China, de suas conquistas e de suas esperanças para o futuro, não só para si mesma, mas também para o mundo.

A primeira entrevista desta seção foi concedida ao *Chosun Ilbo*, o jornal mais antigo da Coreia do Sul, como parte de uma série de entrevistas em comemoração aos 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Depois da rendição do Japão, a separação da Coreia após a Guerra da Coreia e a fundação da República Popular da China criaram no Nordeste Asiático uma dinâmica repleta de questões complexas e não resolvidas. A presença de tropas americanas tanto na Coreia do Sul quanto no Japão, as relações estreitas da China com a Coreia do Norte e a ilha de Taiwan, ainda não reunificada, fazem com que as relações entre esses países estejam inextricavelmente ligadas aos Estados Unidos e ao paradigma do pós-guerra que eles lideraram. O que muda, porém, é que a China tem mais capacidade e, portanto, mais responsabilidade de assumir um papel maior no desenvolvimento futuro da região e de garantir a sua paz e a sua prosperidade como um todo.

A segunda entrevista, à Television Broadcasts Limited (TVB), sediada em Hong Kong, desloca o foco para o sul, para a Índia e para uma visita do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, ocorrida pouco antes de uma reunião crucial da Organização para Cooperação de Xangai, no início de setembro de 2025, da qual também participou o presidente Putin, da Rússia. A complexa relação entre a China e a Índia há muito tempo é difícil de equilibrar, e conflitos recentes, embora limitados em alcance e gravidade, tensionaram as relações. A participação da Índia tanto no BRICS quanto no Quad torna ainda mais difícil equilibrar as relações entre os dois países mais populosos do mundo. Mas o potencial de uma evolução positiva é considerável, tendo em vista as tarifas impostas recentemente pelos Estados Unidos e os contínuos esforços de reconciliação da China.

A entrevista seguinte, desta vez ao canal indiano Republic TV, examina a visita do primeiro-ministro Modi de outra perspectiva, decididamente indiana. Ela percorre uma série de temas: do recente conflito entre a Índia e o Paquistão,

aliado próximo da China, à possibilidade de o BRICS, como organização, fazer frente aos Estados Unidos na questão das tarifas, passando pelos possíveis passos positivos que a China e a Índia poderiam dar daqui em diante, não só para melhorar suas próprias relações bilaterais, mas também para criar na região um ambiente propício à estabilidade e ao aumento do comércio.

A quarta entrevista deste capítulo foi concedida ao serviço em língua inglesa da emissora nacional da Turquia, a TRT World. Embora essa entrevista volte a tratar das tarifas americanas e de outras pressões, que a China considera equivalentes a pura e simples intimidação, a ênfase recaiu antes sobre o fato de que a China manteve escancaradas as portas para o diálogo. O fato é que as guerras comerciais não beneficiam ninguém, sobretudo num mundo em que as economias de tantos países estão tão entrelaçadas, e qualquer oportunidade de resolver as diferenças pelo diálogo garantiria que tanto os Estados Unidos quanto a China saíssem ganhando. A entrevista abordou também as ações de Israel em Gaza e a instabilidade e o sofrimento que elas causaram, discutindo as mudanças na reputação dos Estados Unidos no mundo, bem como a necessidade de criar, por meio da ONU, uma força de paz que devolva a estabilidade ao Oriente Médio.

Num olhar mais detido sobre a situação no Oriente Médio, a entrevista seguinte deste capítulo foi concedida ao programa "The Bottom Line", da Al Jazeera, que queria entender mais a fundo como a China vê a guerra de Israel contra Gaza. A China mediou recentemente um acordo histórico entre o Irã e a Arábia Saudita, que havia muito tempo não conseguiam resolver suas diferenças. Isso tem sido atribuído à posição singular da China no mundo e à sua abordagem alternativa às negociações e à construção da paz, que também poderia ser eficaz para encontrar uma saída para as hostilidades em Gaza e na Ucrânia. A China não só não carrega a bagagem histórica que os Estados Unidos e a Europa têm nesses conflitos, como também enfatiza o aproveitamento eficaz das instituições multilaterais, das Nações Unidas ao G7, ao G20 e até ao BRICS, para promover a paz e encontrar pontos em comum.

A China há muito tempo é uma defensora convicta de uma ordem mundial mais multilateral, que dê o mesmo peso aos países em desenvolvimento e aos países menores. A entrevista seguinte foi feita pela RTV Slovenija à margem do Fórum Estratégico de Bled, na Eslovênia. O Fórum Estratégico de Bled tem a

particularidade de se realizar num país geralmente considerado pequeno, que raramente está sob os holofotes globais; mas é justamente esse aspecto do Fórum que lhe dá uma perspectiva única sobre as questões e lhe permite trazer à tona pontos de vista muitas vezes pouco discutidos sobre temas vitais.

Num mundo em que as questões ligadas à China costumam ter implicações regionais ou até globais, a conclusão do tema seguinte é particularmente oportuna — a saber, a de que uma China mais aberta é uma China mais segura. Nessa entrevista à Phoenix News, concedida à margem do Fórum de Segurança de Aspen de 2024, os temas giraram em torno de como políticas que isolam a China e a afastam do debate global podem ter consequências destrutivas. A estratégia americana do "quintal pequeno, cerca alta" para os semicondutores e outras tecnologias essenciais acabará forçando a China a desenvolver suas próprias alternativas e fará os Estados Unidos perderem um mercado fundamental. Problemas semelhantes existem também na geopolítica. Não trabalhar com a China em questões como Taiwan e outros temas regionais só tornará mais rígida a posição chinesa, ao passo que o engajamento e a comunicação aberta criariam um ambiente em que a China estaria mais disposta a negociar e a fazer concessões.

Os diferentes sistemas, histórias e até valores da China e do Ocidente são muitas vezes motivo de discórdia, e compreendê-los e aceitá-los exige tempo e esforço. Esse é o tema central da oitava entrevista deste capítulo, concedida ao *Delo*, o maior jornal da Eslovênia, e também realizada em conjunto com o Fórum Estratégico de Bled. Embora caiba à China o ônus de se esforçar para se expressar melhor no contexto internacional, considerando as barreiras linguísticas, as diferenças culturais e as complexidades sistêmicas que enfrenta, também é importante que os líderes e os tomadores de decisão pouco familiarizados com a China se esforcem para entendê-la melhor por meio do diálogo e do intercâmbio em todos os níveis, do governo às instituições e aos intercâmbios entre os povos.

A última entrevista do capítulo trata da minha própria trajetória de crescimento pessoal e profissional: dos tempos sombrios e difíceis do fim da Revolução Cultural à luz e à esperança da formação universitária e dos estudos no exterior, passando pelas provações e pelos êxitos de uma carreira entre culturas incrivelmente estimulante. Foi uma honra ser entrevistado pela série

documental "Living History", apoiada pelo Consulado dos Estados Unidos em Xangai, que procura registrar o período de 1979 a 2010 por meio das experiências pessoais de gente dos mais variados meios. Sem querer me vangloriar demais, vivi quase todos os aspectos da história recente da China, estudei tanto na China quanto no Ocidente e trabalhei em governos e em grandes multinacionais dos dois lados do Pacífico, até finalmente fundar meu próprio think tank, com a visão de dar continuidade ao que considero a lição mais importante da minha vida: promover o diálogo sempre que possível e fazer com que os povos de todas as nações passem a se entender e a se aceitar tais como são, para garantir um futuro melhor para toda a humanidade.

80 anos depois — O passado e o futuro do Nordeste Asiático[1]

Em 12 de agosto de 2025, Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), concedeu uma entrevista ao *Chosun Ilbo*, o maior jornal diário da Coreia do Sul. A conversa examinou as transformações do Nordeste Asiático nas últimas oito décadas, e Wang expôs suas opiniões sobre o papel da China no redesenho da ordem internacional e sobre as tendências mais amplas do desenvolvimento global.

Fundado em 1920 e sediado em Seul, o *Chosun Ilbo* é o jornal diário mais antigo e de maior circulação da Coreia do Sul. Esta entrevista foi peça central da série especial do jornal sobre os 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial e saiu na seção dedicada à China. A matéria foi publicada tanto na edição impressa quanto no site oficial do jornal.

Parte I — As relações EUA-China e a ordem global

Chosun Ilbo: O senhor é hoje um dos especialistas mais destacados em relações EUA-China. Como devemos avaliar o atual alívio das tensões entre os dois países? Hoje mesmo, por exemplo, foi anunciado que os Estados Unidos e a China prorrogaram por 90 dias o "período de trégua" nas tarifas. Como o senhor vê a situação geral?

[1] A entrevista foi feita em chinês, e a transcrição em chinês está disponível no blog oficial do CCG no WeChat. A tradução da transcrição para o inglês não foi revista por nenhum dos interlocutores.

Henry Huiyao Wang: Acredito que as relações EUA-China são, em essência, uma relação de interdependência e de prosperidade compartilhada. Nos últimos oito anos, que abrangem o primeiro mandato presidencial de Donald Trump e o atual, por meio do engajamento contínuo com a China e de várias rodadas de manobras na guerra comercial, os Estados Unidos passaram a reconhecer plenamente uma realidade há muito compreendida na China: "eu estou em você, e você está em mim". Na verdade, é muito difícil separar os dois.

Por isso, acho que Trump adotou desta vez uma abordagem mais pragmática. Ele concordou com a China em prorrogar a suspensão das medidas tarifárias. Seja em Genebra, onde as negociações impulsionaram reduções tarifárias, seja em Londres, onde os dois lados procuraram manter o status quo e esclarecer as divergências, seja em Estocolmo, onde se realizaram as conversas mais recentes, essa tendência ficou evidente. O anúncio feito hoje de uma nova prorrogação de 90 dias da trégua tarifária provavelmente visa abrir espaço para uma cúpula entre os líderes, o que permitiria novos avanços nos próximos três meses.

Minha avaliação decorre da posição singular da China. Nas relações dos Estados Unidos com os grandes parceiros comerciais e as grandes economias do mundo, as vantagens e o peso da China são cada vez mais pronunciados. Nas cadeias de suprimentos globais, a China tem papel central: 80% dos iPhones são produzidos na China; metade dos veículos elétricos da Tesla é fabricada lá; e uma parcela significativa das autopeças, sobretudo as de que as empresas americanas precisam, também vem de fornecedores chineses. Além disso, a China detém recursos estratégicos insubstituíveis, como as terras raras.

Portanto, se os Estados Unidos continuarem atiçando guerras comerciais nessas áreas, já não terão o mesmo poder de barganha de antes. O melhor caminho é os dois lados se sentarem para negociar, identificarem pontos em comum e chegarem a um equilíbrio. A China pode, por exemplo, aumentar as compras de produtos agrícolas americanos, sobretudo de soja. Como Trump enfatizou recentemente, ele quer que a China compre mais soja americana, e isso é perfeitamente viável. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos poderiam considerar a possibilidade de afrouxar as restrições à China no setor de semicondutores. Afinal, essas restrições afetam não só as empresas americanas, mas também os

fabricantes de chips da Coreia do Sul, do Japão, dos Países Baixos e de outros lugares.

Sob esse prisma, o consenso em manter suspensas as tarifas de 24% envia um sinal positivo. Sobretudo agora que Trump se prepara para fazer avançar as negociações de paz entre a Rússia e a Ucrânia, ele precisa de conquistas econômicas e comerciais tangíveis para mostrar progresso. Nesse contexto, avanços nas negociações econômicas EUA-China sem dúvida injetariam estabilidade no cenário global e dariam ao mundo a tranquilidade de que ele tanto precisa.

Chosun Ilbo: Na Coreia do Sul e no Japão, alguns comentaristas argumentam não só que a guerra tarifária lançada por Trump é duradoura, mas também que a maioria dos chamados "países vítimas" são, na verdade, aliados dos Estados Unidos, como a Coreia do Sul e o Japão. A China, por sua vez, embora em posição de confronto com os Estados Unidos, parece em certos aspectos ter se saído relativamente melhor. O senhor acha que a razão fundamental está apenas na diferença de poder, ou há outros fatores em jogo?

Henry Huiyao Wang: Acho que Trump é um líder relativamente pragmático. Ele provavelmente acredita que, nas relações internacionais de hoje, o "poder" continua sendo o fator decisivo. É por isso que impôs tarifas altas à Índia, à União Europeia, ao Japão e à Coreia do Sul — economias que, comparadas com os Estados Unidos, ainda apresentam uma clara defasagem de força no conjunto. A China, porém, está numa posição um tanto diferente. Em abril deste ano, depois do nosso Dia Nacional, Trump elevou por um breve período as tarifas sobre produtos chineses a até 245%, mas logo anunciou isenções que abrangiam US$ 100 bilhões em produtos chineses, entre eles smartphones, computadores e semicondutores. Essas categorias estão estreitamente ligadas à produção de empresas americanas na China. A Apple e a Tesla, por exemplo, dependem muito da China, e cerca de 60% das compras globais do Walmart também vêm de lá.

Além disso, os Estados Unidos intensificaram repetidamente os controles de exportação de chips contra a China invocando a "segurança nacional", o que sem dúvida cria um precedente. Em resposta, a China tem a opção de agir com reciprocidade, "tratando os outros como eles nos tratam". Os materiais de terras raras, por exemplo, vitais para as indústrias de defesa e de segurança dos Estados

Unidos, poderiam ser objeto de restrições comedidas por parte da China, o que enviaria um sinal claro. Se os dois lados entrassem em confronto total nesse campo, os Estados Unidos sentiriam na pele o peso da influência chinesa.

Ao mesmo tempo, Trump continua buscando redesenhar a ordem internacional e levar adiante seu plano mais amplo de "tornar a América grande de novo". Ele não quer que uma pressão excessiva sobre a China comprometa sua agenda estratégica global. Afinal, está promovendo novas iniciativas no Canadá, na Groenlândia e no Panamá; impulsionando processos liderados pelos Estados Unidos no Oriente Médio; buscando arranjos estratégicos no Cáucaso, chegando até a mediar um acordo de paz entre o Azerbaijão e a Armênia; e, claro, pretendendo desempenhar um papel central na guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Com tantas prioridades paralelas, não pode se dar ao luxo de criar inimigos em todas as frentes ao mesmo tempo.

A China, como principal "competidor estratégico" dos Estados Unidos — ao menos aos olhos de Washington —, pode, portanto, ver algumas restrições afrouxadas ou, pelo menos, encontrar um Trump mais disposto a fechar certos acordos, por considerações de poder e de estratégia. Esses movimentos refletem o pragmatismo de Trump e também servem à sua ambição maior de redesenhar a ordem econômica e comercial global.

Chosun Ilbo: Então, o que exatamente Trump está tentando redesenhar? Na sua opinião, qual é o objetivo ou o resultado final desse "redesenho"?

Henry Huiyao Wang: O "redesenho" de Trump se apoia na convicção de que os Estados Unidos têm sido "explorados" no sistema internacional atual. Na visão dele, os Estados Unidos vêm saindo perdendo na ordem comercial internacional construída ao longo de quase 80 anos desde a Segunda Guerra Mundial. Ele argumenta que a indústria manufatureira americana foi esvaziada e que o Meio-Oeste e a classe média sofreram golpes duros. Mas essas afirmações não são de todo exatas. Na verdade, em muitos aspectos, os Estados Unidos foram os maiores beneficiários do sistema do pós-guerra.

Os Estados Unidos continuam em primeiro lugar no mundo em PIB, com uma população de mais de 300 milhões de habitantes e recursos naturais extraordinários. Seu território continental se estende entre o Atlântico e o Pacífico, o que lhes dá vantagens geográficas sem igual. A sede das Nações Unidas fica

em Nova York, o que confere aos Estados Unidos uma influência única na governança global. De modo geral, os Estados Unidos têm sido o principal beneficiário desse sistema.

Mesmo assim, Trump quer reescrever ou até derrubar essa ordem em busca de um novo desenho estratégico. Seu objetivo é passar do multilateralismo ao unilateralismo, porque acredita que os Estados Unidos ainda têm poder para "agir sozinhos". Ao lidar com a China, ele age com mais cautela; com outros países e regiões, sente-se menos limitado. Sua meta central é a "América em primeiro lugar": maximizar os interesses americanos e preservar as vantagens de que o país desfrutou nos últimos 80 anos. A seus olhos, os Estados Unidos já não dominam com a folga de antes, e por isso ele procura elaborar uma nova estratégia que maximize os ganhos americanos e garanta que o país continue no comando dos assuntos globais.

Chosun Ilbo: Partindo do que o senhor acabou de mencionar — que a força nacional geral da China cresceu significativamente e hoje se aproxima da dos Estados Unidos —, como o senhor quantificaria isso? Do ponto de vista da força política, econômica e diplomática, que porcentagem do poder americano o senhor diria que a China já alcançou?

Henry Huiyao Wang: Eu diria que, em termos de soft power, a China ainda fica atrás dos Estados Unidos. O PIB chinês já se aproxima de 70% do americano, mas, quando se trata de soft power, os Estados Unidos mantêm vantagens claras. O inglês, por exemplo, é a língua franca mundial, o que dá aos Estados Unidos uma influência global intrínseca. Muitas organizações internacionais têm sede lá, e as Nações Unidas, em Nova York, são o exemplo mais destacado. Os Estados Unidos também mantêm o domínio da mídia, do jornalismo e do mercado editorial globais, todos pilares fundamentais do soft power.

Dito isso, também é importante observar que, embora os Estados Unidos tenham sido o principal motor da globalização econômica durante boa parte das últimas sete ou oito décadas, esse papel vem sendo assumido cada vez mais pela China. O soft power da China está hoje estreitamente ligado à sua promoção da globalização e da cooperação internacional. A criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), por exemplo, trouxe um complemento importante ao Banco Mundial e ao FMI. A Iniciativa Cinturão e Rota gerou

acordos de cooperação com mais de 150 países, construindo uma vasta rede de parcerias econômicas internacionais. A China também despontou gradualmente como líder do Sul Global, trabalhando ao lado da Índia no núcleo de mecanismos como o BRICS.

O próprio BRICS é uma plataforma inclusiva de cooperação econômica, essencialmente um "clube econômico". Seus membros abrangem uma ampla gama de sistemas de governo: da Índia, muitas vezes descrita como a "maior democracia do mundo", às monarquias do Oriente Médio. O BRICS não traça linhas segundo divisões ideológicas; concentra-se diretamente na cooperação econômica e na inclusão. Até a Índia e o Paquistão podem se sentar à mesma mesa. Esse modelo enfatiza os benefícios econômicos compartilhados e o desenvolvimento, oferecendo um novo paradigma de cooperação internacional.

A China também tem um papel proativo e de liderança no engajamento multilateral. Faz parte da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), o maior acordo de livre-comércio do mundo. Também manifestou interesse em aderir ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP). No plano regional, a China promoveu a Cúpula de Negócios e Investimentos China-ASEAN e convidou os países do Golfo para o marco de diálogo entre a ASEAN, o Conselho de Cooperação do Golfo e a China. Fora da Ásia, criou fóruns de cooperação com a América Latina, a África, a Ásia Central e o mundo árabe, cobrindo quase todas as grandes redes de cooperação internacional.

Em conjunto, essas iniciativas mostram com que rapidez cresceu a força da China na promoção da globalização econômica, do desenvolvimento da infraestrutura e do desenvolvimento global.

Chosun Ilbo: Olhando para a frente, em que o senhor acha que a China vai se concentrar em termos de soft power?

Henry Huiyao Wang: O próximo passo da China é continuar salvaguardando e promovendo a globalização econômica, construir o que se pode chamar de "Globalização 2.0". A ordem internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, ancorada no sistema das Nações Unidas ao longo dos últimos 80 anos, representa o que poderíamos chamar de "Globalização 1.0". O que a China promove agora representa uma transição para uma versão aprimorada, a "2.0".

A "Globalização 2.0" significa construir sobre as bases existentes da cooperação internacional, dando ao mesmo tempo mais ênfase ao aprofundamento e à ampliação da globalização econômica, bem como ao fortalecimento dos intercâmbios culturais e entre os povos. O objetivo é promover maior interação e integração entre as nações nas esferas econômica, cultural e outras. Como enfatizou Deng Xiaoping, "o desenvolvimento é a verdade incontestável". Para todos os países em desenvolvimento, o desenvolvimento continua sendo a tarefa mais fundamental e urgente. Nesse processo, a China deve desempenhar um papel central, servindo de espinha dorsal, de centro e de força motriz para o mundo em desenvolvimento como um todo.

Acredito que a China não só dá o exemplo no avanço da globalização econômica, como também lidera uma nova rodada dela. Ao estimular o desenvolvimento nos países vizinhos e em regiões mais amplas, e ao se tornar o principal parceiro comercial de mais de 140 países e regiões, a China tem amplo espaço e muitas oportunidades para continuar moldando a próxima etapa da integração global.

Chosun Ilbo: Os Estados Unidos procuram manter a hegemonia global. O senhor concorda com a visão de que hoje existe um vácuo de liderança global?

Henry Huiyao Wang: Não acredito que exista um vácuo de liderança global. Na verdade, o mundo está passando por uma transição de um sistema "unipolar" para um sistema "multipolar". O que testemunhamos hoje é o processo histórico de multipolarização.

Nesse mundo multipolar, além dos Estados Unidos, há também a China, a União Europeia, a Índia e outras grandes potências regionais ou organizações de integração regional, bem como economias importantes, como os países do BRICS. Juntos, eles estão explorando e moldando novos sistemas de governança global. Nessa transformação, a China tem demonstrado vantagens singulares. Na promoção da globalização econômica e da cooperação internacional, a China muitas vezes se antecipou aos Estados Unidos e a outras nações. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos reduziram nos últimos anos seu apoio aos países em desenvolvimento, chegando a encerrar programas da USAID, enquanto a China continuou a ampliar seus investimentos e seu engajamento.

Do ponto de vista da governança global e da cooperação econômica, portanto, a China tem uma notável vantagem competitiva no cenário multipolar de hoje.

Parte II — Como a China vê a Coreia do Sul

Chosun Ilbo: Passemos a algumas perguntas sobre a Coreia do Sul. Como nosso jornal está preparando uma reportagem especial sobre os 80 anos do pós-guerra, como o senhor avalia a trajetória de desenvolvimento da Coreia do Sul ao longo desses 80 anos? Qual é a sua visão, da perspectiva de um especialista chinês em assuntos globais?

Henry Huiyao Wang: Eu diria que o desenvolvimento da Coreia do Sul foi muito bem-sucedido. É um dos casos de sucesso mais representativos da era da "Globalização 1.0". Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa Ocidental cresceu rapidamente com o Plano Marshall. Terminada a Guerra da Coreia, tanto a Coreia do Sul quanto o Japão iniciaram seu rápido desenvolvimento, e, depois da Guerra do Vietnã, os "Quatro Tigres" asiáticos ascenderam rapidamente. Nesse contexto, a Coreia do Sul se beneficiou muito da nova ordem do pós-guerra e das primeiras oportunidades da globalização.

Parte do sucesso da Coreia do Sul veio de não ter de arcar com gastos excessivos de defesa, já que se beneficiava do guarda-chuva de segurança americano. Outro fator decisivo foi o estabelecimento de relações diplomáticas com a China, em 1992. Naquela época, a liderança sul-coreana mostrou considerável criatividade na política externa, inclusive no tratamento da questão de Taiwan. Essa estratégia diplomática permitiu à Coreia do Sul aproveitar, de um lado, o vasto mercado chinês e, de outro, recorrer à tecnologia avançada e aos recursos da Europa e dos Estados Unidos. Com isso, a Coreia do Sul se viu numa posição muito vantajosa para crescer.

Graças a isso, a economia sul-coreana avançou rapidamente, e o país se tornou um dos poucos da Ásia a entrar para o rol das nações desenvolvidas, além de membro da OCDE. Sua trajetória de desenvolvimento é frequentemente citada como um caso exemplar de sucesso na Ásia.

É claro que a Coreia do Sul enfrenta hoje uma série de desafios: o envelhecimento demográfico, as tensões geopolíticas, o conflito entre o Norte e o Sul e a

delicada tarefa de administrar as relações com a China. Esses fatores colocam o país numa encruzilhada crítica, em que precisa equilibrar com cuidado os laços com seus vizinhos, sobretudo as relações econômicas e diplomáticas com seu maior parceiro comercial.

Cultural e historicamente, a Coreia do Sul pertence à esfera cultural confuciana e faz parte da civilização do Leste Asiático, com laços profundos e semelhanças com a China. Daqui para a frente, o desenvolvimento da Coreia do Sul continuará estreitamente ligado ao vasto mercado chinês e a relações estáveis. Essa ligação será vital tanto para as perspectivas econômicas da Coreia do Sul quanto para a manutenção da estabilidade regional.

Chosun Ilbo: Desde 2018, à medida que as relações EUA-China ficaram mais tensas, como mudaram a posição e o papel internacionais da Coreia do Sul na perspectiva da China?

Henry Huiyao Wang: A situação pode ser descrita assim: do ponto de vista da Coreia do Sul, a instalação do sistema THAAD, alguns anos atrás, provocou profunda insatisfação e protestos da China. A Coreia do Sul precisa navegar com cuidado pelas realidades geopolíticas de lidar com grandes potências. De um lado, abriga tropas americanas em seu território; de outro, enfrenta a ameaça nuclear da Coreia do Norte. Nesse contexto, manter uma relação estável e construtiva com a China é de importância crítica. Em certo sentido, a Coreia do Sul faria bem em adotar uma política externa equilibrada e pragmática.

Nos últimos anos, as relações China-Coreia do Sul passaram por altos e baixos. Um exemplo relativamente positivo foi quando o presidente Yoon Suk Yeol se recusou a se encontrar com Nancy Pelosi por ocasião da controvertida visita dela a Taiwan. Desde que tomou posse, o presidente Lee Jae-myung também tem reiterado a importância de uma "diplomacia pragmática" em relação à China, o que é mais um sinal encorajador. A Coreia do Sul precisa ter clareza sobre onde está seu maior mercado: a China é seu maior parceiro comercial. Em nome do interesse nacional e do crescimento econômico, preservar laços estáveis com a China é indispensável.

Na questão norte-coreana, a Coreia do Sul deveria dar novos passos para promover a reconciliação na península. O novo governo aventou algumas propostas políticas inéditas, que são sinais positivos. Antes de tudo, todas as ações

militares provocativas deveriam cessar, ao mesmo tempo que se trabalha para construir um mecanismo de paz mais duradouro. Como a Península Coreana ainda está tecnicamente em estado de armistício, valeria a pena considerar um acordo de paz formal no marco original de Panmunjom, assinado pelos Estados Unidos, pela China, pela Coreia do Sul e pela Coreia do Norte, para garantir a desnuclearização e fazer avançar a paz.

De modo geral, a Coreia do Sul tem papel central na manutenção da estabilidade regional, na promoção da reconciliação entre o Norte e o Sul e na gestão das relações China-EUA. Com uma diplomacia ativa e firme, o país pode reduzir riscos e garantir tanto o seu desenvolvimento quanto a segurança da região.

Chosun Ilbo: Que papel o senhor acha que a China pode desempenhar no avanço da paz na Península Coreana?

Henry Huiyao Wang: Acho que a China pode desempenhar um papel muito importante. Como vizinha da Coreia do Norte, a China responde pela maior parte do comércio e dos intercâmbios econômicos de Pyongyang. Historicamente, também, os laços são profundos — durante a Guerra da Coreia, a China enviou centenas de milhares de voluntários para apoiar a Coreia do Norte. Esse legado sustenta o duradouro vínculo tradicional entre os dois lados.

Hoje, a Coreia do Sul também está economicamente entrelaçada com a China, e Pequim tem considerável poder de influência quando se trata de mediação. Exemplos recentes mostram a eficácia da China na resolução de conflitos: a mediação da reconciliação entre o Irã e a Arábia Saudita, o alívio das tensões entre o Camboja e a Tailândia e a ajuda para recompor as relações entre o Paquistão e o Afeganistão. Esses precedentes demonstram que a China é plenamente capaz de facilitar negociações de paz num marco quadripartite baseado em Panmunjom, abrindo caminho para um novo arranjo de paz na Península Coreana.

Isso é especialmente relevante agora, quando o presidente americano manifestou interesse em fazer avançar a paz regional e em se encontrar com os líderes tanto da Coreia do Sul quanto da Coreia do Norte. A China já presidiu com êxito as Negociações a Seis e ajudou a obter resoluções do Conselho de Segurança da ONU. É perfeitamente viável que a China ajude a relançar negociações quadripartites sob os auspícios da ONU para fazer avançar o processo de paz.

Chosun Ilbo: Por que reduzir as Negociações a Seis a um marco quadripartite?

Henry Huiyao Wang: Por "quatro partes", refiro-me aos signatários originais do Acordo de Panmunjom. Esse marco continua válido hoje e poderia ser usado de novo.

Chosun Ilbo: Recentemente, o novo ministro das Relações Exteriores da Coreia do Sul, Cho Hyun, disse numa entrevista ao *Washington Post* que a China "está se tornando um tanto problemática com seus vizinhos". Qual é a sua opinião sobre essa declaração? E, considerando que ela veio depois da posse do novo governo sul-coreano, o que uma declaração tão sensível sugere para a China?

Henry Huiyao Wang: Essa declaração reflete um claro mal-entendido e a falta de um conhecimento mais matizado sobre a China. Na verdade, contém muitas leituras equivocadas e muitos juízos errados. A China é hoje uma das forças mais importantes pela paz no mundo. Seja na mediação de conflitos regionais, seja em outras áreas, a China tem atuado de maneira consistente como uma "pedra de lastro" estabilizadora. Tornou-se uma âncora essencial da estabilidade econômica global e regional, ao mesmo tempo que mantém laços estreitos com outras nações e é o maior parceiro comercial de muitos países.

Quanto às questões a que Cho Hyun aludiu, provavelmente envolvem o mar do Sul da China ou o estreito de Taiwan. Nesses assuntos, a China tem posições e razões próprias, enraizadas na defesa da soberania nacional. Confundir essas disputas com a política geral da China para seus vizinhos é inexato. Do ponto de vista sul-coreano, declarações assim são irresponsáveis e pouco contribuem para a estabilidade ou o desenvolvimento saudável das relações China-Coreia do Sul.

Chosun Ilbo: Entendido. Em termos de economia, tecnologia e segurança, quais o senhor considera as prioridades estratégicas da China em relação à Coreia do Sul? Não só no plano econômico, mas também do ponto de vista da segurança.

Henry Huiyao Wang: A política externa da China tem sido consistente e coerente. Já na Conferência de Bandung, várias décadas atrás, a China formulou os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, e esse conceito continua sendo hoje uma pedra angular da diplomacia chinesa. Como vizinha próxima, com laços

históricos profundos e afinidades culturais, entre elas o que se poderia chamar de uma "cultura dos pauzinhos" comum, a Coreia do Sul tem uma base natural para a confiança mútua e a cooperação com a China.

Os pontos fortes da Coreia do Sul em alta tecnologia, sobretudo em semicondutores e manufatura avançada, complementam o vasto mercado chinês. Relações saudáveis entre a China e a Coreia do Sul não só garantem um crescimento econômico estável e de longo prazo para os dois lados, como também promovem os intercâmbios entre os povos e contribuem para a paz e a estabilidade na Península Coreana. Boas relações China-Coreia do Sul também criam condições para novos avanços nas relações intercoreanas, o que poderia trazer uma paz mais duradoura à península.

Do ponto de vista geopolítico, a China é o maior vizinho da península e seu principal parceiro econômico. Por isso, a Coreia do Sul precisa administrar as relações com a China com especial cuidado. Ao mesmo tempo, como tropas americanas continuam estacionadas na Coreia do Sul, o país precisa manter a neutralidade estratégica, concentrando-se em desenvolver intercâmbios econômicos e sociais em vez de se alinhar demais a qualquer bloco militar específico. Durante o governo Biden, a Coreia do Sul aderiu à chamada Cúpula de Camp David com os Estados Unidos e o Japão, formando uma aliança de segurança de círculo restrito. Movimentos assim são desfavoráveis às relações China-Coreia do Sul e merecem atenção.

Em suma, à medida que a influência da China, sua capacidade de cooperação econômica e seu soft power continuam a se expandir, a Coreia do Sul, mantendo relações normais com as outras grandes potências, deveria dar grande importância à cooperação amistosa com a China. É uma questão que exige atenção especial e um tratamento cuidadoso.

Chosun Ilbo: No passado, a cooperação econômica China-Coreia do Sul era particularmente estreita, em grande parte por causa da complementaridade dos mercados. Mas agora, em áreas como ciência e tecnologia, sobretudo nas indústrias de alta tecnologia, os dois países também são concorrentes, e em alguns setores considera-se até que a China tomou a dianteira. Nesse contexto, como a Coreia do Sul pode continuar se beneficiando da cooperação com a China e manter uma relação mutuamente vantajosa?

Henry Huiyao Wang: Acho que ainda há muito que a Coreia do Sul pode fazer para fortalecer a cooperação com a China. Em primeiro lugar, a Coreia do Sul historicamente teve um número muito grande de estudantes na China — no auge, dezenas de milhares, mais do que de qualquer outro país. Essa é uma área em que os dois lados podem aprofundar a cooperação. Empresas coreanas e chinesas também poderiam trabalhar juntas para se expandir para mercados de terceiros países, como os da América Latina, da África, da ASEAN, da Ásia Central e do Oriente Médio. As capacidades da Coreia do Sul nessas regiões podem complementar a atuação externa da China.

Em segundo lugar, o setor de turismo da Coreia do Sul continua muito forte, e o país é um dos destinos mais procurados pelos turistas chineses. O fluxo de visitantes chineses gera receitas significativas no comércio de serviços, o que tem um valor econômico importante para a Coreia do Sul.

Em terceiro lugar, manter relações positivas com a China também trará dividendos políticos e de segurança para a Coreia do Sul. No passado, a Coreia do Sul se beneficiou economicamente da cooperação com a China; no futuro, também se beneficiará do papel da China na garantia da paz e da estabilidade na Península Coreana, ajudando a prevenir possíveis conflitos. O papel coordenador da China nas questões de paz intercoreanas é crucial para a segurança da Coreia do Sul.

Numa perspectiva histórica, a China foi signatária do Acordo de Armistício de Panmunjom, e as boas relações com a China nunca prejudicaram a Coreia do Sul. Ao contrário, trouxeram benefícios de longo prazo. A Coreia do Sul não deveria medir a cooperação com a China apenas pelos volumes de comércio, e sim de modo abrangente, incluindo o intercâmbio cultural, os programas de estudantes e as joint ventures em mercados de terceiros países. Na cooperação comercial regional, a Coreia do Sul manifestou interesse em aderir ao CPTPP, e a China também demonstrou disposição. No marco da RCEP, os dois países podem avançar ainda mais na construção de uma zona de livre-comércio China-Japão-Coreia do Sul, na qual a Coreia do Sul poderia ter um papel significativo.

Além disso, a Coreia do Sul já demonstrou liderança na promoção da cooperação regional por meio do mecanismo trilateral China-Japão-Coreia do Sul. Pode continuar a desempenhar esse papel positivo no futuro. O campo para a

cooperação é vasto: manter boas relações com a China não só gerará benefícios econômicos, como também sustentará a estabilidade política, a segurança e a paz regional. É um esforço que vale a pena levar adiante.

Chosun Ilbo: O senhor acabou de mencionar a questão norte-coreana e as Negociações a Seis. Depois da assinatura da Declaração Conjunta de 19 de setembro, houve uma formulação mais concreta do objetivo de desnuclearização da Coreia do Norte, bem como compromissos de desmantelar instalações nucleares. Mas essas promessas nunca foram cumpridas, e o processo acabou travando. A esta altura, a Coreia do Norte efetivamente se tornou um Estado nuclear de fato. Na sua opinião, quais foram os principais problemas do modelo das Negociações a Seis?

Henry Huiyao Wang: As Negociações a Seis foram, na verdade, bastante bem-sucedidas na época. Lançaram as bases para as resoluções posteriores do Conselho de Segurança da ONU, já que todas as partes concordaram que a Península Coreana deveria permanecer desnuclearizada. Tanto a China quanto os Estados Unidos votaram a favor, o que levou diretamente às sanções contra a Coreia do Norte. O processo também abriu caminho para os encontros de alto nível que mais tarde reuniram o presidente americano Donald Trump e o líder norte-coreano. Nesse sentido, as Negociações a Seis tiveram um papel crucial na construção de consenso.

O problema foi que as negociações não tiveram continuidade. Por causa das tensões regionais, das mudanças de governo nos Estados Unidos e das reviravoltas políticas na Coreia do Sul e no Japão, não houve um mecanismo contínuo que garantisse a implementação. A China, porém, manteve o tempo todo uma política consistente e estável.

Como o atual presidente americano está promovendo ativamente a paz regional, a China poderia trabalhar com os Estados Unidos para impulsionar a reconciliação e a futura reunificação da Península Coreana. Com o novo presidente da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, também sinalizando disposição de adotar uma diplomacia mais proativa, existem condições favoráveis para a paz. A China poderia ser um ator-chave na promoção da reconciliação.

Portanto, é perfeitamente possível partir do marco quadripartite original de Panmunjom, rever o armistício e transformá-lo num tratado de paz, lançando

assim um novo processo de paz na Península Coreana, com a participação da China, dos Estados Unidos e das duas Coreias. Se esse processo tivesse êxito, os benefícios para a Coreia do Sul seriam consideráveis: a península poderia se tornar um mercado unificado de 70 a 80 milhões de pessoas, gerando dividendos econômicos, políticos e sociais. Sem dúvida, isso representaria uma grande oportunidade estratégica para o desenvolvimento futuro da Coreia do Sul.

Parte III — A comemoração da vitória na Segunda Guerra Mundial e a memória histórica compartilhada

Chosun Ilbo: Na China, as comemorações acontecem em 3 de setembro. A Coreia do Sul está entre os pouquíssimos países que celebram essa data junto com a China. O senhor acredita que seria significativo para a China se o novo presidente da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, comparecesse à comemoração deste ano?

Henry Huiyao Wang: Acho que seria muito importante, e a China receberia bem essa participação. Há dez anos, a ex-presidente sul-coreana Park Geun-hye também veio a Pequim para o desfile militar da China. O simbolismo é forte, já que a China e a Coreia do Sul compartilham a memória histórica do 80º aniversário da vitória na guerra antifascista. Essas comemorações atraem muitos líderes mundiais, e, como vizinha próxima, a Coreia do Sul tem todos os motivos para participar.

O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, também deve comparecer à cúpula da Organização para Cooperação de Xangai, na véspera do desfile na China, ainda que não participe do desfile em si. Sua participação evidencia um esforço para demonstrar autonomia estratégica em relação aos Estados Unidos e buscar maior independência na política externa.

Para o presidente Lee Jae-myung, comparecer pessoalmente à comemoração na China não só ressaltaria a renovada reflexão da Coreia do Sul sobre a história do Japão durante a guerra, como também ajudaria a fazer avançar a paz na Ásia, sobretudo no Nordeste Asiático, ao promover uma voz regional mais unida. Na minha opinião, o presidente sul-coreano precisa participar, e esse gesto certamente seria recebido calorosamente pela China.

Chosun Ilbo: A preocupação, porém, é que líderes como o presidente Lee Jae-myung possam levar em conta a experiência histórica. Há uma década,

depois que a presidente Park Geun-hye visitou a China, os Estados Unidos reagiram à crescente aproximação de Seul com Pequim, o que desencadeou uma série de desdobramentos. Desta vez, ao decidir se participa ou não, o presidente Lee também pode levar em conta a atitude de Washington e as possíveis consequências. Nesse contexto, a escolha e a situação da Coreia do Sul parecem bastante complexas. Como o senhor avalia essa situação?

Henry Huiyao Wang: Não acho que isso deva ser uma grande preocupação. Hoje, todo país deveria exercer certo grau de autonomia estratégica. A Índia, por exemplo, mantém boas relações com os Estados Unidos, mas ainda assim decide visitar a China. Pela mesma lógica, a Coreia do Sul, como vizinha próxima da China, tem todos os motivos para participar de atividades na China ou visitar o país. Intercâmbios assim representam reconciliação e interação entre as nações. Não deveriam se limitar a visitas apenas a Washington, nem apenas a Pequim. Como potência média, a Coreia do Sul deveria manter sua própria independência.

Além disso, esses eventos também refletem a história e a memória compartilhada. Durante a Segunda Guerra Mundial, a China e a Coreia do Sul lutaram juntas contra o fascismo japonês. Esse é um legado histórico comum, e a participação nessas comemorações tem um significado importante.

Eu acrescentaria que isso tem pouco a ver com a possibilidade de Trump ser mesquinho. Comparado com Biden, Trump dá mais ênfase à cooperação econômica do que às alianças geopolíticas. Sua reavaliação de arranjos como o AUKUS mostra que ele está menos inclinado do que o antecessor a promover alianças multinacionais, concentrando-se, em vez disso, em ganhos econômicos. Se Trump voltar a uma linha política centrada na economia, isso não será necessariamente ruim para a China. Significaria que os países poderiam se dedicar a uma competição e a uma cooperação econômicas racionais e saudáveis, aprendendo com as experiências de gestão e de desenvolvimento uns dos outros e contribuindo mais para o mundo. Dessa perspectiva, a Coreia do Sul tem muito a ganhar se mantiver uma abordagem equilibrada em relação tanto à China quanto aos Estados Unidos.

Chosun Ilbo: O senhor mencionou um processo de "reconciliação e cooperação". Poderia explicar melhor?

Henry Huiyao Wang: Sim. O que quero dizer é que a Coreia do Sul precisa se envolver mais no processo de gestão das relações EUA-China. A comemoração da vitória na Guerra de Resistência contra o Japão também é um momento importante de reflexão — "lembrar o passado para orientar o futuro". A China e a Coreia do Sul compartilham muitas experiências e percepções nesse campo, com muitos pontos em comum. Isso pode ser aproveitado para administrar melhor tanto as relações China-Coreia do Sul quanto, ao mesmo tempo, as relações China-EUA. A Coreia do Sul pode atuar como ponte, como intermediária, e ajudar a melhorar e fazer avançar as relações entre Pequim e Washington. Esse papel é perfeitamente possível.

Chosun Ilbo: O senhor acabou de mencionar que a Coreia do Sul pode desempenhar um papel na melhora das relações EUA-China. Mas que sinal seria enviado à China se Seul, em vez disso, se aproximasse do Japão?

Henry Huiyao Wang: Acredito que a China, a Coreia do Sul e o Japão deveriam todos se aproximar uns dos outros e aprofundar a cooperação. Afinal, os três países estão no Nordeste Asiático, fazem parte da esfera cultural do Leste Asiático e compartilham uma "cultura dos pauzinhos", além de raízes profundas no budismo, na literatura, na língua e na tradição histórica. Os três deveriam estreitar os laços e, com o tempo, estender a cooperação regional à ASEAN, talvez até explorando a criação de uma moeda asiática e formando uma "União Asiática" nos moldes da UE. Nesse marco, a China, o Japão e a Coreia do Sul poderiam assumir um papel de liderança, com a participação também dos países da ASEAN.

Essa seria uma direção muito promissora. O peso da Ásia na economia global deve continuar crescendo — hoje a Ásia responde por cerca de 50% do PIB global, e essa fatia pode chegar a algo entre 60% e 70% no futuro. Nesse contexto, grandes economias asiáticas como a China, o Japão, a Coreia do Sul e, mais adiante, a Índia podem trabalhar juntas. Nesta etapa, os esforços deveriam se concentrar na construção de uma Zona de Livre-Comércio do Nordeste Asiático e na integração de um bloco econômico que una o Nordeste e o Sudeste Asiático, moldando gradualmente um mecanismo regional de comércio e cooperação aberto e livre — o que se poderia chamar de "União Asiática".

Essa abordagem promoveria a boa vizinhança e fortaleceria a cooperação regional, o que é vital para a paz e o desenvolvimento futuros. Vale notar também que, nas últimas décadas, a Ásia viu poucas guerras de grande escala (afora confrontos menores, como a recente disputa entre o Camboja e a Tailândia), o que dá à integração uma base tanto histórica quanto prática. A China, o Japão e a Coreia do Sul deveriam estar pensando seriamente em como colaborar melhor dentro da região e liderar juntos a próxima etapa da integração econômica da Ásia.

Chosun Ilbo: O senhor acabou de mencionar a ideia de uma moeda asiática. Está se referindo a algo como um sistema monetário unificado semelhante ao euro, ou tem outros modelos em mente?

Henry Huiyao Wang: Sim, por que não pensar numa moeda asiática? Acredito que isso seja perfeitamente possível. Se a economia da Ásia atingir um nível de desenvolvimento suficiente, a região certamente poderá ter sua própria moeda — um sistema monetário asiático unificado. Tanto na teoria quanto na prática, um sistema assim é viável.

Chosun Ilbo: Olhando para a frente, no contexto da cooperação China-Coreia do Sul, quais o senhor apontaria como as linhas vermelhas inegociáveis da China na política externa? Poderia dar alguns exemplos concretos?

Henry Huiyao Wang: Há vários pontos que vale a pena observar. O primeiro e mais importante é a questão de Taiwan. Taiwan é parte inseparável da China, um fato amplamente reconhecido. Em segundo lugar, a Coreia do Sul deveria evitar uma estratégia diplomática de alinhamento a um só lado. Dada sua posição geográfica, sua profunda interdependência econômica com a China e sua relação singular com a Coreia do Norte, Seul não pode se dar ao luxo de tomar uma posição unilateral — precisa encontrar um equilíbrio entre todas as partes.

Manter esse equilíbrio é crucial, seja na gestão das relações com os Estados Unidos, seja com a China ou com o Japão. A Coreia do Sul deveria evitar ficar presa a uma aliança militar trilateral EUA-Japão-Coreia ou participar de exercícios militares conjuntos que a alinhem demais a um só lado.

Também é importante lembrar que a China continua sendo o maior parceiro comercial da Coreia do Sul. As relações bilaterais deveriam ser aprofundadas ainda mais. Recentemente, a decisão da Coreia do Sul de conceder isenção

temporária de visto a grupos de turistas chineses foi um passo positivo. Daqui em diante, Seul também poderia considerar flexibilizar as exigências de visto para viajantes chineses individuais e ampliar as oportunidades para estudantes chineses na Coreia do Sul, incentivando também mais sul-coreanos a estudar na China. Medidas assim promoveriam maior cooperação prática entre os dois países.

Em resumo, a linha vermelha fundamental na diplomacia é não ferir os interesses centrais um do outro. Esse, acredito, é o princípio mais importante.

Parte IV — A dinâmica das lideranças e as perspectivas para o futuro

Chosun Ilbo: Entendido. O senhor também mencionou que o Diálogo Informal de Líderes da APEC será realizado em breve em Gyeongju, na Coreia do Sul. Será uma oportunidade importante para os líderes chinês e coreano se encontrarem. Em que questões o senhor espera que os dois lados se concentrem num encontro frente a frente como esse? Que impacto essas conversas podem ter sobre o futuro das relações China-Coreia do Sul?

Henry Huiyao Wang: Acho que isso é de fato muito significativo. Com a Coreia do Sul sediando este ano o Diálogo Informal de Líderes da APEC, o próprio evento oferece uma excelente oportunidade. Se olharmos para a reunião da APEC do ano passado, em Lima, veremos que houve até uma cúpula entre os líderes dos EUA e da China. Este ano, Seul pode ter um papel importante na facilitação de outro encontro desse tipo. Como anfitrião, o líder sul-coreano, ao dialogar com o líder chinês, também poria em evidência os trunfos diplomáticos da Coreia — sua neutralidade, sua imparcialidade e sua capacidade de manter o equilíbrio — e poderia ajudar a promover relações regionais mais construtivas.

Historicamente, a APEC alcançou resultados notáveis, fazendo avançar muitas formas de cooperação entre as economias-membros. Como o fórum se tornou uma plataforma central da cooperação econômica na Ásia-Pacífico, as reuniões de seus líderes continuam muito influentes para impulsionar a integração. Vale notar que a APEC inclui a China, Taipé Chinesa e Hong Kong, o que demonstra seu valor singular para superar diferenças e promover a cooperação regional. Eu sugeriria até que a Coreia do Sul considerasse convidar a Coreia do Norte a participar, usando a APEC como abertura para promover a

reconciliação na península e, possivelmente, convocando à margem do encontro uma reunião quadripartite entre a China, os EUA, a Coreia do Sul e a Coreia do Norte.

Na agenda econômica, fazer avançar a integração da Ásia-Pacífico continua sendo um objetivo fundamental. Embora marcos como a RCEP e o CPTPP já estejam em vigor, a APEC propôs há muitos anos a ideia de uma Área de Livre-Comércio da Ásia-Pacífico (FTAAP). Na minha opinião, a construção de uma área de livre-comércio abrangente, que cubra toda a Ásia-Pacífico, deveria ser um tema central da reunião da APEC deste ano. Uma iniciativa assim não só ajudaria a enfrentar os desafios do unilateralismo e do protecionismo, como também serviria aos interesses comuns da Coreia do Sul, da China, do Japão, da UE e de outros na busca de uma integração comercial mais profunda. Defender a integração da Ásia-Pacífico e fazer avançar o livre-comércio serão, acredito, os temas que vão definir as discussões da APEC deste ano.

Chosun Ilbo: A Coreia do Sul há muito tempo manifesta certas preocupações com a integração econômica asiática, principalmente quanto à influência dos padrões chineses. Como grande potência da Ásia, a China tem um peso significativo na definição de padrões, e suas cadeias de suprimentos dominam muitos setores — fatores que naturalmente chamam a atenção da Coreia do Sul. Além disso, os laços geopolíticos e de segurança de Seul com os países ocidentais têm, em certa medida, limitado sua participação na integração regional. Em conjunto, esses fatores moldam a hesitação da Coreia diante de uma integração mais profunda na Ásia. Diante dessas preocupações, que argumentos convincentes a China deveria apresentar para ajudar a Coreia do Sul a entender melhor esse processo de integração e a se dispor a participar dele?

Henry Huiyao Wang: Se a Coreia do Sul quer demonstrar liderança, a APEC é uma excelente oportunidade, já que o papel de anfitrião só se apresenta uma vez a cada muitos anos. Nesse sentido, não acho que a Coreia do Sul precise se preocupar demais. Os Estados Unidos criaram muitos padrões aceitos no mundo inteiro; a Europa também estabeleceu padrões internacionais importantes. Agora, com o desenvolvimento da China, surgiram naturalmente novos padrões. Em energia verde, veículos de energia limpa, energia solar e energia fotovoltaica, por exemplo, a China introduziu novas referências, e no futuro

poderá também definir padrões em áreas como o 5G e o 6G. Desde que sejam abertos e favoráveis ao mundo todo, esses padrões podem ser adotados. Os padrões não devem ser rejeitados simplesmente por se originarem na China, nem divididos segundo linhas ideológicas. Essa é justamente a direção que deveria ser mais incentivada.

Ao mesmo tempo, minha ênfase na Área de Livre-Comércio da Ásia-Pacífico decorre do fato de que sua criação seria necessariamente guiada pelo consenso. O processo envolveria os Estados Unidos, o Japão, a Coreia do Sul, a China e outros — nenhum país sozinho poderia dominá-lo. Pela negociação, é possível estabelecer novos padrões que todos os lados possam aceitar, fazendo avançar assim a integração da Ásia-Pacífico. Já existem precedentes. A RCEP, por exemplo, foi concluída depois de muitos anos de negociações e inclui a ASEAN, a China, o Japão, a Coreia, a Austrália e a Nova Zelândia. Há também o CPTPP, um acordo de padrões mais elevados, que abrange investimentos e outras áreas e ao qual a UE, a China e a Coreia também poderiam aderir no futuro para impulsionar a cooperação regional.

Dessa perspectiva, a cúpula da APEC oferece à Coreia do Sul uma excelente plataforma para mostrar sua capacidade de moldar a agenda e exercer a liderança da cúpula. É uma oportunidade muito valiosa.

Chosun Ilbo: Ainda nesse tema, se o principal líder da China visitasse a Coreia durante essa cúpula, seria a primeira visita em 11 anos. Para a Coreia do Sul, essa visita teria enorme significado e já está gerando grandes expectativas. Além dos temas ligados às organizações e aos mecanismos multilaterais internacionais que o senhor acabou de mencionar, que outras questões o senhor acha que os dois líderes poderiam discutir num encontro bilateral? E que grande impacto essas conversas poderiam ter sobre o futuro das relações China-Coreia do Sul, já que se trataria de um diálogo direto entre os líderes?

Henry Huiyao Wang: É impossível exagerar a importância de uma visita assim. Como você mencionou, poderia ser a primeira visita do principal líder da China à Coreia em mais de uma década — esse é um aspecto importante. Outro é que a Coreia do Sul acaba de passar por uma transição política e tem agora um novo presidente, pragmático. Isso cria uma clara necessidade de uma nova narrativa nas relações China-Coreia do Sul.

Atualmente, muitos países estão melhorando suas relações com a China. Líderes da Índia e de vários Estados europeus visitaram o país recentemente, assim como líderes da América Latina, da ASEAN e de países vizinhos como o Vietnã. Nesse contexto, a China e a Coreia do Sul precisam construir uma nova narrativa: como vizinhos próximos, com laços históricos profundos e tradições culturais de longa data, os dois países compartilham a herança da civilização do Leste Asiático, fazem parte da esfera cultural confuciana e refletem até traços comuns, como a "cultura dos pauzinhos". Uma cúpula de líderes oferece uma oportunidade valiosa para dissipar as suspeitas mútuas, reconstruir a confiança e reforçar a crença na relação bilateral.

A divulgação de uma foto dos dois líderes apertando as mãos ou a emissão de um novo comunicado conjunto, por exemplo, poderia reafirmar as posições dos dois lados, fazendo avançar a desnuclearização da Península Coreana e promovendo a paz regional. A China pode ter um papel ativo na mediação e no diálogo. Ao mesmo tempo, em termos de cooperação econômica, a China e a Coreia do Sul poderiam fortalecer ainda mais a cooperação em questões como o CPTPP e a integração econômica mais ampla da Ásia-Pacífico.

A China e a Coreia do Sul também poderiam ampliar os intercâmbios culturais e entre os povos no contexto da cooperação com terceiros. As séries coreanas, por exemplo, já fizeram enorme sucesso na China, e esse tipo de ressonância cultural poderia ser reativado e levado a novos patamares. Uma cúpula de alto nível oferece a oportunidade de realizar esses objetivos, o que poderia gerar resultados concretos e positivos.

Chosun Ilbo: Minha penúltima pergunta é sobre o livro *O choque de civilizações*. Nele, o autor identifica a China como o núcleo do mundo sínico. O senhor acha que a época atual confirma alguns dos argumentos do livro? A competição EUA-China poderia, por exemplo, ser entendida como uma luta estrutural entre a civilização ocidental e a sinosfera? Dessa perspectiva, com que partes o senhor concorda e quais rejeita?

Henry Huiyao Wang: Acredito que, embora as diferenças entre as civilizações certamente existam, elas não levam inevitavelmente à guerra. A civilização chinesa é uma tradição vasta e profunda, com uma história ininterrupta de mais de 5.000 anos. Ela se originou nas sociedades agrárias das bacias do Yangtzé e

do rio Amarelo, onde a estabilidade, o cultivo cuidadoso e a gestão ordenada da terra moldaram valores que enfatizam a ordem e a harmonia.

Essa base cultural nutriu uma filosofia de paz, expressa na ideia de que "a harmonia é o bem mais precioso". Historicamente, quando o almirante Zheng He navegou rumo aos Mares Ocidentais — muito antes de Colombo chegar às Américas —, não buscou a expansão colonial. A ascensão da China nunca implicou uma busca de hegemonia; a noção ocidental de que "uma nação forte tem de dominar" não se aplica à tradição cultural chinesa. Hoje, a China promove a globalização econômica e iniciativas como a Iniciativa Cinturão e Rota, incentivando a interdependência mútua. A ideia de que "você está em mim, e eu estou em você" torna inviável um confronto comercial total entre a China e os EUA, refletindo, ao contrário, o valor da cooperação e da inclusão entre as civilizações.

Dessa perspectiva, a amplitude da civilização do Leste Asiático e da civilização chinesa deveria ser celebrada, reconhecendo-se também os pontos fortes e os valores da civilização ocidental. O mundo entrou numa era de competição pacífica, em que as diferenças entre as civilizações já não são resolvidas pela conquista ou pela força. No contexto da dissuasão nuclear, o poder destrutivo da guerra torna o conflito direto quase impensável, e por isso a competição precisa ser construtiva, sobretudo nas esferas econômica e cultural.

A China tem demonstrado pontos fortes claros nessa competição. Ao mesmo tempo, a região mais ampla do Leste Asiático, incluindo a Coreia do Sul, o Japão e os países do Sudeste Asiático, também faz parte da esfera civilizacional do Leste Asiático. Os elementos positivos dessa herança comum deveriam ser aproveitados para prevenir conflitos e guerras e promover a cooperação regional. No cerne da civilização chinesa está uma cultura de paz, e é sobre essa base que se deve entender a época atual e alcançar a competição pacífica entre civilizações e nações.

Do ponto de vista militar, até o desfile da China reflete esse princípio. Esses desfiles não se destinam a ser meras exibições de força, e sim demonstrações de autodefesa e de resiliência, sinalizando que a China não busca o conflito, mas está preparada para responder a possíveis ameaças. Isso garante a sustentabilidade da competição pacífica. Na época atual, a competição deve ser entendida

como competição pacífica, competição civilizacional e competição econômica. Os países do Leste Asiático deveriam trabalhar juntos por um desenvolvimento compartilhado.

Chosun Ilbo: Por fim, o senhor tem alguma mensagem para a Coreia do Sul sobre os próximos 80 anos, ou há algo que gostaria de acrescentar e que ainda não discutimos? Fique à vontade para compartilhar suas ideias.

Henry Huiyao Wang: Sim. Acredito que a Coreia do Sul é um exemplo muito significativo para a Ásia. Desde a Segunda Guerra Mundial, tem sido um dos países de crescimento mais rápido da região e está entre os poucos que entraram para o rol das nações desenvolvidas, atrás apenas do Japão. Tem também uma cultura rica e uma longa história. Historicamente, as relações entre a China e a Coreia do Sul têm sido em geral positivas, e, como vizinhos próximos, os dois países deveriam continuar a aprofundar o intercâmbio cultural e a cooperação.

Atualmente, a Coreia do Sul enfrenta o desafio crucial da paz na Península Coreana. Daqui para a frente, deveria trabalhar mais de perto tanto com a China quanto com os Estados Unidos para resolver a questão nuclear norte-coreana e alcançar a paz e, por fim, a reunificação da península. Vejo isso como a direção mais importante da cooperação China-Coreia do Sul e a tarefa mais vital para o futuro da Coreia do Sul. Minha mensagem à Coreia do Sul é, portanto, esta: espero que as negociações quadripartites possam avançar sem tropeços, lançando as bases de um marco de paz sustentável na Península Coreana e garantindo a estabilidade e a prosperidade regionais a longo prazo.

Chosun Ilbo: Obrigado! Esta entrevista durou exatamente uma hora. Agradeço sinceramente o seu tempo e a sua colaboração.

Henry Huiyao Wang: Muito obrigado.

Chosun Ilbo: Espero voltar a vê-lo no próximo evento.

[2]Esta é uma tradução baseada na transcrição da entrevista original, em chinês, disponível no blog oficial do CCG no WeChat.

A visita de Modi à China e a presença de Putin destacam o papel da OCX[2]

O presidente do CCG, Henry Huiyao Wang, diz à Television Broadcasts Limited, de Hong Kong, que a China, a Índia e outros países poderiam tomar a dianteira na resposta às guerras comerciais e às questões da Ucrânia e do Oriente Médio.

A 25ª Reunião do Conselho de Chefes de Estado da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) foi realizada em Tianjin de 31 de agosto a 1º de setembro de 2025. Foi a quinta vez que a China sediou a cúpula da OCX, a maior desde a fundação da organização.

Antes da cúpula, em 19 de agosto, Henry Huiyao Wang deu uma entrevista à Television Broadcasts Limited (TVB), de Hong Kong, uma das maiores produtoras comerciais de programas em língua chinesa do mundo. Ele analisou os principais temas que provavelmente seriam discutidos na cúpula de Tianjin, entre eles a segurança global, os atritos comerciais, a cooperação econômica e as grandes relações regionais.

Cúpula da OCX em Tianjin: prepare-se para grandes momentos
TVB: Na sua opinião, quais são as áreas-chave que merecem atenção especial na cúpula da OCX deste ano?

Henry Huiyao Wang: A OCX tornou-se um importante motor da harmonia regional e global. Diante dos atritos comerciais globais, coloca-se a questão de como responder de forma eficaz a problemas como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o conflito Israel-Palestina e a instabilidade persistente no mundo, em especial a recente escalada no Oriente Médio. A OCX deve expressar suas opiniões e posições, e é por isso que as declarações e as posições que serão apresentadas na cúpula deste ano sobre essas grandes questões internacionais merecem atenção especial.

Ao mesmo tempo, a presença dos líderes da China e da Índia na cúpula da OCX tem atraído grande atenção, sobretudo porque o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, visita a China pela primeira vez em sete anos. Só esse fato já ressalta a importância do evento. Além disso, dadas as tensões persistentes

entre a Índia e o Paquistão, a presença simultânea dos líderes dos dois países nessa plataforma internacional também merece ser acompanhada de perto.

Esta cúpula também contará com a participação de líderes de um número ainda maior de países. Chama especial atenção o fato de que boa parte desses líderes permanecerá na China depois da reunião para assistir, em 3 de setembro, ao desfile militar em comemoração ao 80º aniversário da vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e na Guerra Mundial Antifascista. Essa sequência de eventos evidencia a importância da OCX e seu papel cada vez mais destacado num mundo multipolar.

TVB: Considerando que as guerras econômicas e comerciais, como o senhor mencionou, devem estar entre os grandes temas de discussão desta cúpula, que consenso o senhor acredita que os países participantes poderão alcançar nessa questão, sobretudo num contexto em que os Estados Unidos recorrem a ameaças tarifárias e a práticas hegemônicas?

Henry Huiyao Wang: Desde que assumiu o cargo, Trump abandonou o multilateralismo em favor de medidas unilaterais. Exigiu revisões tarifárias de mais de 100 países e impôs aumentos substanciais a muitos deles. As tarifas subiram fortemente sobre as importações da União Europeia, do Japão, da Coreia do Sul e de vários Estados-membros da ASEAN. As relações com a China continuam num estado de suspensões sucessivas, com os dois lados adiando mais uma vez, por mais 90 dias, a imposição de tarifas de 24%. Depois das recentes negociações em Estocolmo, essa incerteza continua.

Acredito que o rumo futuro dependerá de como cada país decidir reagir. A abordagem da China tem sido recusar a intimidação, resistir com firmeza e responder às sanções unilaterais dos Estados Unidos com medidas equivalentes. Essa abordagem, até certo ponto, deu um exemplo importante ao mundo. Nesse sentido, se os países do Sul Global, como o Brasil, a África do Sul e a Índia (que também está num impasse com os Estados Unidos), conseguirem tirar lições da experiência chinesa, isso poderá fortalecer de modo significativo os esforços coletivos para resistir ao unilateralismo e à coerção comercial.

A China tem desempenhado um papel de liderança na resposta à guerra tarifária. Ao mesmo tempo, o mundo do futuro exige mais esforços para defender o multilateralismo. Embora a Organização Mundial do Comércio (OMC) ainda

não tenha conseguido exercer plenamente suas funções, a China pode ter um papel ainda mais significativo na promoção do multilateralismo regional, como na Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP).

O segredo do sucesso da OCX: unidade apesar das divergências

TVB: Pensando na OCX como mecanismo, em que áreas ela precisa reforçar a unidade para enfrentar os desafios vindos dos Estados Unidos?

Henry Huiyao Wang: Antes de mais nada, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) é uma plataforma muito importante. Ao contrário de organizações lideradas pelos Estados Unidos, como a OTAN, a OCX se caracteriza por uma forte inclusividade, reunindo membros como a Índia, os Estados da Ásia Central, a Rússia e a China. Embora esses países tenham sistemas sociais e modelos de governança diferentes, a OCX não cria divisões em linhas ideológicas. Isso contrasta fortemente com o Grupo dos Sete (G7), que muitas vezes enquadra sua agenda na narrativa da "democracia versus autocracia". Em comparação, a OCX enfatiza a segurança, a prosperidade compartilhada e o desenvolvimento comum, com a globalização econômica no centro de sua missão. A maior força dessa coalizão de Estados está em seu enorme potencial econômico e em suas amplas perspectivas de crescimento futuro.

A OCX não é apenas uma comunidade econômica, mas uma nova plataforma de colaboração multilateral. À medida que a organização continua a evoluir, seus Estados-membros vêm explorando ativamente modelos inovadores de cooperação. A reunião "Organização para Cooperação de Xangai Plus", realizada no ano passado em Astana, no Cazaquistão, por exemplo, gerou muitas propostas construtivas voltadas para o fortalecimento da cooperação regional. Em conjunto, esses esforços traçaram um rumo claro para o desenvolvimento futuro da organização.

Por isso, acredito que a OCX pode evoluir gradualmente para uma plataforma mais multilateral de cooperação econômica e comercial regional. Isso não só ajudaria a aprofundar os laços econômicos entre os Estados-membros, como também ofereceria um meio eficaz de enfrentar coletivamente o unilateralismo e o protecionismo comercial hoje defendidos pelos Estados Unidos. Sob essa ótica, a OCX tem uma missão importante em seu desenvolvimento futuro.

TVB: Mas, se, como o senhor acabou de mencionar, os Estados-membros da OCX têm diferenças de ideologia e de sistema, chegar a um consenso em áreas como comércio e tarifas não seria muito difícil? Não existe a possibilidade de cada país seguir sua própria agenda, o que levaria a posições fragmentadas?

Henry Huiyao Wang: De fato, esse cenário não pode ser descartado. Apesar das diferenças consideráveis entre os valores nacionais, a grande vantagem é que os países em geral seguem o princípio de buscar benefícios e evitar conflitos, e todos perseguem interesses comuns. Nesse sentido, seja entre a China e a Rússia, entre a China e a Índia, entre a China e os Estados da Ásia Central, ou mesmo entre a China e o Irã, há interesses compartilhados substanciais. Ao alinhar esses interesses, os Estados-membros podem estreitar seus laços.

Na verdade, a OMC é uma organização internacional que abrange países de ideologias diversas, e a OCX tem um potencial semelhante. No futuro, a OCX poderia não só ampliar o número de membros, mas também aumentar seu atrativo econômico, promovendo a criação de zonas de desenvolvimento e de áreas de cooperação econômica entre os Estados-membros. Ao mesmo tempo, à medida que as empresas chinesas aceleram suas estratégias de internacionalização, elas têm sido amplamente bem recebidas nos países da OCX, o que lança uma base sólida para uma colaboração mais profunda dentro da organização.

Mesmo com diferenças ideológicas, a integração econômica pode ajudar a reduzir a desconfiança mútua e, assim, impulsionar a cooperação bilateral e multilateral. Essa abordagem, por sua vez, ajuda a superar divisões e a fortalecer a confiança mútua. As economias da China e da Índia, por exemplo, são altamente complementares. Embora a Índia rivalize com a China em população, ainda tem um enorme potencial de desenvolvimento em áreas como infraestrutura, desenvolvimento rural, economia digital, proteção ambiental e energia verde, todos campos em que a China tem vantagens significativas. Há também um potencial considerável de colaboração em setores como o imobiliário.

Se a OCX conseguir chegar a um consenso nessas áreas, isso não só ajudará a estabilizar as relações entre os Estados-membros, como também aprofundará a cooperação da China com os países-membros. Mais importante ainda, a OCX poderia se articular com a Iniciativa Cinturão e Rota e, assim, desempenhar um papel de importância crucial.

TVB: É possível que os Estados-membros se unam e formem uma aliança para fazer contrapeso aos Estados Unidos?

Henry Huiyao Wang: No momento, parece que países como a Índia e alguns outros Estados-membros não necessariamente apoiam a ideia de transformar a OCX numa aliança antiamericana. Na verdade, a China nunca apresentou uma proposta desse tipo. A China tem insistido de forma constante em que a OCX deve aderir aos princípios de "não alinhamento, não confronto com outros países e abertura". Essa tem sido a filosofia norteadora da organização desde sua fundação e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

No entanto, os Estados-membros da OCX de fato têm necessidades de segurança em comum. Em áreas como o contraterrorismo, o combate ao extremismo, a resposta a ciberataques e a prevenção de ameaças à segurança espacial, a OCX está bem posicionada para facilitar a conectividade e o compartilhamento de recursos e de informações de inteligência. Quando necessário, se um Estado-membro enfrentar ameaças externas, a organização também pode responder por meio do intercâmbio de informações, do apoio mútuo e até de ações conjuntas, desde que esses esforços estejam alinhados com causas justas e legítimas.

Sob essa ótica, a OCX já tem uma base sólida e capacidade institucional para a cooperação. Tem potencial para evoluir não só para uma plataforma mais multilateral de colaboração econômica, mas também para um marco de cooperação em segurança, e pode até se expandir, no futuro, para um mecanismo multilateral abrangente. A meu ver, a OCX não está necessariamente voltada contra terceiros nem foi concebida para confrontar alguma nação específica. Ao contrário, o mais provável é que se torne uma plataforma importante, guiada pelos princípios da autodefesa e da cooperação ganha-ganha.

TVB: Os Estados-membros podem aprofundar sua cooperação em finanças e comércio.

Henry Huiyao Wang: Sem dúvida, acredito que isso é perfeitamente viável. Seria possível, por exemplo, explorar várias experiências financeiras novas, inclusive a possibilidade de usar outras moedas que não o dólar americano na liquidação do comércio entre os Estados-membros da OCX. Além disso, a OCX poderia considerar a criação de suas próprias zonas de desenvolvimento econômico. Nesse processo, o papel de um "motor principal" é crucial. Como maior

economia da organização, a China está, sem dúvida, em condições de assumir uma responsabilidade significativa na condução desses esforços.

É isso que, a meu ver, resume a importância da OCX. Ela deve ter como objetivo aumentar o "bolo" por meio da cooperação econômica e, ao entrelaçar estreitamente os interesses, promover não só um futuro compartilhado, mas também uma comunidade de interesses comuns entre os Estados-membros. Sobre essa base, é possível superar gradualmente as diferenças de ideologia e de valores e, assim, salvaguardar a segurança, o desenvolvimento e a prosperidade comuns.

A presença de Putin e Modi destaca o papel central da China

TVB: Um grande destaque deste ano é a presença do presidente Putin na cúpula da OCX. Na sua opinião, como a China e a Rússia podem reforçar ainda mais sua cooperação depois desse encontro?

Henry Huiyao Wang: A guerra entre a Rússia e a Ucrânia já se arrasta há três anos e meio, e o presidente Putin percebeu que se trata de uma longa guerra de desgaste. A Rússia não está enfrentando apenas a Ucrânia: na prática, está presa num impasse com a Europa inteira e até com o mundo ocidental. A Rússia sente um cansaço crescente e tem cada vez mais dificuldade para sustentar o confronto indefinidamente.

Em certo sentido, foi a manutenção de relações comerciais normais com a Rússia por países da OCX, como a China e a Índia, que impediu que a economia russa entrasse rapidamente em colapso sob as sanções ocidentais. Acredito que Putin deve ser profundamente grato por isso.

Publiquei recentemente um artigo na *Foreign Policy* observando que o presidente americano procura agora promover negociações de paz e uma mediação sobre a questão da Ucrânia. Ele já convidou Zelensky e vários líderes da União Europeia para se reunirem com Putin em Washington. Se as negociações de fato avançarem e levarem a um acordo, a discussão provavelmente se estenderá ao envio de forças de paz depois de um eventual congelamento da fronteira. Evidentemente, essas forças de paz não podem ser fornecidas inteiramente pela UE. Os Estados Unidos também já declararam explicitamente que não enviarão tropas, o que significa que a missão exigiria uma força conjunta, formada por

contingentes de países da UE e de fora dela. Surge, então, a pergunta: de onde viriam essas forças de fora da UE? O mais provável é que viessem de Estados-membros da OCX, como a China, a Índia e o Paquistão.

Quando Putin finalmente entrar em negociações de verdade com o presidente americano, o presidente ucraniano e os líderes da União Europeia, surgirá uma questão crucial: se a Ucrânia teria o respaldo de vários países da UE em eventuais operações de manutenção da paz, quem ficaria do lado da Rússia? Depois de três anos e meio de guerra, Putin sabe muito bem que a raiz desta guerra está na expansão da OTAN para o leste. Por isso, é improvável que aceite o reposicionamento de tropas da OTAN ou europeias perto da fronteira disputada. Uma solução mais realista seria uma força de paz liderada pelas Nações Unidas, composta de tropas de Estados-membros tanto da UE quanto da OCX, que trabalhariam juntas para manter uma nova linha de cessar-fogo entre a Rússia e a Ucrânia. A meu ver, talvez seja exatamente disso que Putin precisará com urgência daqui para a frente.

TVB: Duas semanas depois da recente cúpula EUA-Rússia, os líderes da China e da Rússia também têm um encontro marcado. O senhor acredita que a China pode ter um papel maior para facilitar um cessar-fogo entre a Rússia e a Ucrânia?

Henry Huiyao Wang: Acredito que a China está, de fato, bem posicionada para ter um papel maior nesta etapa. Como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China não carrega nenhum fardo histórico neste conflito. Ao mesmo tempo, é um grande parceiro comercial tanto da Rússia quanto da Ucrânia e mantém relações construtivas com ambas. Isso coloca a China numa posição particularmente importante, sobretudo no que diz respeito a oferecer eventuais garantias de segurança.

Mesmo que a Rússia e a Ucrânia acabem chegando a um acordo, a questão de quem pode oferecer garantias críveis continua central. Embora os Estados Unidos, a União Europeia ou a OTAN pudessem, em teoria, oferecer essas garantias, não se sabe se Putin as aceitaria plenamente ou confiaria nelas. Mas, se a Organização para Cooperação de Xangai, em especial a China e a Índia, tivesse um papel no mecanismo de garantias, isso teria um peso considerável e seria muito mais provável que Putin o aceitasse.

Por isso, estou convencido de que os países da OCX, em especial a China e a Índia, podem ter papéis cruciais para que se chegue, enfim, a uma solução pacífica para a guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

TVB: O resultado poderia ser mais significativo do que aquilo que um encontro isolado entre Trump e Putin conseguiria alcançar.

Henry Huiyao Wang: É perfeitamente possível. Em meu artigo para a *Foreign Policy*, propus a ideia de convocar negociações entre sete partes, que poderiam ser realizadas em Pequim. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, junto com a União Europeia, a Ucrânia e até a Índia, poderiam até formar um diálogo entre oito partes, sediado na China. Essa iniciativa teria como objetivo promover uma solução para a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e, ao mesmo tempo, tratar dos futuros esforços de reconstrução da Ucrânia.

A China tem vantagens significativas na construção de infraestrutura em escala global e poderia conceder empréstimos à Ucrânia por meio do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). Embora os Estados Unidos já tenham assinado grandes acordos de minerais com a Ucrânia, acredito que a participação da China na reconstrução ucraniana teria implicações muito positivas para a cooperação sino-americana no esforço conjunto de encaminhar uma solução para a questão da Ucrânia.

TVB: Outro foco de atenção desta cúpula é o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, que visita a China depois de um intervalo de sete anos. O que o senhor acha que isso significa?

Henry Huiyao Wang: Acredito que a situação internacional mudou de forma significativa. A Índia, uma nação que tem profundo orgulho de sua história e de sua cultura, sempre manteve uma política de "autonomia estratégica". Recentemente, porém, os Estados Unidos impuseram restrições à Índia, cobrando tarifas adicionais sobre as exportações indianas sob a alegação de que o país havia "importado petróleo russo direta ou indiretamente". Essas medidas são, em essência, injustas, pois o comércio normal não deveria ser alvo de sanções. O episódio serve de claro alerta para a Índia: mesmo num contexto de relações amistosas com os Estados Unidos, os países ainda precisam se esforçar para manter o equilíbrio em suas relações com as grandes potências.

Como a China é uma vizinha próxima e a segunda maior economia do mundo, manter boas relações com ela traz inúmeros benefícios para a Índia. Ao mesmo tempo, a Índia não é um país que dê ênfase excessiva à ideologia. A meu ver, a Índia tem muitos motivos para fazer avançar sua relação com a China. Estive recentemente na recepção do Dia da Independência na Embaixada da Índia, onde o embaixador indiano lembrou que, em 1950, a Índia foi o primeiro país não socialista a estabelecer relações diplomáticas com a recém-fundada República Popular da China. Este ano marca o 75º aniversário das relações diplomáticas entre a Índia e a China, o que tem um profundo significado histórico.

Somadas, as populações da China e da Índia chegam a cerca de 2,8 bilhões de pessoas, mais de um terço do total mundial. Se os dois países buscarem colaborar no futuro, isso terá implicações estratégicas significativas e contribuirá para um mundo multipolar mais estável e mais consistente.

TVB: Isso também se deve ao fato de terem percebido que os Estados Unidos, o "irmão mais velho", não são inteiramente confiáveis, o que os leva a buscar laços mais fortes com a China?

Henry Huiyao Wang: A Índia claramente adotou uma abordagem pragmática. Havia antes a percepção de que, se as relações China-EUA ficassem tensas, a Índia poderia manobrar entre os dois lados e obter certas vantagens. Na realidade, porém, os Estados Unidos continuaram a priorizar os próprios interesses nos momentos críticos, independentemente de parcerias ou alianças. Isso levou a Índia a reconhecer que "mais vale um vizinho próximo do que um parente distante", o que evidencia a importância de fortalecer sua relação com a China.

O momento atual é muito significativo. A recente visita do ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, à Índia abriu uma oportunidade para ampliar a cooperação entre esses dois grandes países. Se a China e a Índia derem as mãos, poderão ter um papel muito maior nos assuntos internacionais. Além disso, os pontos fortes da China em capacidade de mercado, construção de infraestrutura, energia verde, economia digital e diversos produtos, em especial os veículos de nova energia, têm um potencial considerável na Índia. Com a penetração dos veículos de nova energia na Índia em apenas cerca de 1%, contra mais de 45% na China, há claramente um espaço enorme para a colaboração.

Se a China e a Índia, cada uma com 1,4 bilhão de habitantes, conseguirem dar as mãos e deixar de lado suas disputas, obterão resultados notáveis na promoção da paz regional e mundial.

TVB: Em que áreas a China e a Índia poderiam alcançar avanços, e como a cooperação pode ser fortalecida ainda mais?

Henry Huiyao Wang: São muitas as áreas em que a China e a Índia poderiam avançar. Primeiro, se as condições permitirem, o encontro dos líderes da China e da Índia poderia resultar numa declaração conjunta. Os dois lados poderiam, por exemplo, buscar formas de ampliar o comércio bilateral, avançar nas negociações de um possível acordo de livre-comércio ou até considerar a adesão da Índia à RCEP. Outro passo seria aumentar os voos entre os dois países. Segundo as informações disponíveis, os voos devem ser retomados em setembro, mas seria desejável ver mais rotas abertas.

Além disso, os dois países poderiam promover uma abertura maior no turismo bilateral, flexibilizar as políticas de vistos e ampliar as oportunidades para que estudantes indianos estudem na China. Antes da pandemia, um grande número de estudantes indianos fazia seus estudos na China, embora esse número tenha caído desde então. A China também poderia dar à Índia acesso mais amplo a seus recursos educacionais e a outros recursos competitivos. A cooperação em novas energias, proteção ambiental e outros setores também é muito promissora.

Mais ainda, a China e a Índia podem colaborar mais de perto no cenário mundial, por exemplo na OMC, nas Nações Unidas e em outras plataformas multilaterais. A Índia já se tornou a quarta maior economia do mundo e deve ultrapassar a Alemanha, passando ao terceiro lugar, nos próximos dois ou três anos. Somadas, as economias da China e da Índia superariam a dos Estados Unidos. A cooperação entre o "Dragão e o Elefante" pode muito bem servir de estabilizador, âncora e lastro para a futura ordem mundial. A longo prazo, as relações China-Índia têm um significado estratégico de profunda importância.

TVB: Depois deste evento, o senhor acredita que a Índia vai se aproximar da China a longo prazo, ou continuará priorizando seus próprios cálculos estratégicos?

Henry Huiyao Wang: Em certo sentido, a Índia é uma nação relativamente independente e "não alinhada". Não se pode esperar que ela aja em total sintonia com a China, mas é provável que mantenha uma postura relativamente neutra. Tampouco serviria aos interesses da China que a Índia pendesse inteiramente para um dos lados nas relações entre as grandes potências. Dito isso, seria muito benéfico que a Índia mantivesse boas relações com a China, sobretudo por meio de uma cooperação bilateral mais profunda.

Ao mesmo tempo, a China pode ter um papel de equilíbrio nas tensões entre a Índia e o Paquistão. Tendo já mediado entre a Arábia Saudita e o Irã, bem como em questões envolvendo o Afeganistão e o Paquistão, a China também está bem posicionada para ajudar a resolver as divergências entre o Paquistão e a Índia. Nesse sentido, a China pode assumir um papel mais significativo na promoção da paz, no estímulo ao diálogo e na facilitação da reconciliação. Melhorar e fomentar as relações entre a Índia e o Paquistão também seria uma medida crucial para que a China reforce a segurança regional.

TVB: Esta cúpula também marca o primeiro encontro entre os líderes da Índia e do Paquistão desde a eclosão do conflito entre os dois países.

Henry Huiyao Wang: De fato, os líderes da Índia e do Paquistão visitarão a China nesta ocasião, em suas primeiras viagens ao país desde a eclosão do conflito entre as duas nações. A plataforma oferecida pela China tem um atrativo considerável para eles e pode facilitar novos avanços. Estou confiante de que a liderança chinesa terá um papel maior na mediação do diálogo e na promoção da reconciliação entre a Índia e o Paquistão, fazendo avançar, assim, a paz regional. Se os dois países obtiverem mais apoio da China ao longo desse processo, as relações sino-indianas e sino-paquistanesas melhorarão ainda mais. Esse progresso contribuiria para a paz e a estabilidade no subcontinente sul-asiático e geraria efeitos positivos em cadeia para o Nordeste Asiático.

TVB: Outro ponto a destacar é que o presidente iraniano também visitará Tianjin. Diante dos recentes ataques americanos a instalações nucleares iranianas, o senhor acha que isso levará o Irã a buscar uma cooperação mais estreita com a China, sobretudo porque o país pretende adquirir equipamento militar chinês depois de observar o conflito entre a Índia e o Paquistão?

Henry Huiyao Wang: Acredito que isso é perfeitamente possível. A visita do presidente iraniano evidencia a relação estável e positiva que o Irã mantém com a liderança chinesa, bem como o papel da China como maior importadora do petróleo iraniano. Tendo enfrentado recentemente uma pressão externa considerável, o Irã agora precisa de mais apoio internacional para defender a justiça e a legitimidade, seja nas Nações Unidas, seja na Agência Internacional de Energia Atômica, seja em questões como o conflito israelo-palestino no Oriente Médio. Nessas arenas, a China está bem posicionada para ser uma voz importante e uma fonte de apoio.

Em meio aos conflitos mais amplos no Oriente Médio, a OCX também tem potencial para desempenhar um papel construtivo. Espero que o Irã se beneficie significativamente de sua participação nesta cúpula e se sinta compreendido e apoiado pela China. Teerã pode muito bem chegar à conclusão de que, com o envolvimento da China, a ordem internacional pode se tornar mais segura. A meu ver, num mundo multipolar, a OCX pode ter um papel maior no avanço da paz, na promoção do desenvolvimento e no fomento da integração. Por isso, tenho grandes expectativas em relação à próxima cúpula da OCX em Tianjin.

Modi e Xi Jinping resistirão a qualquer pressão tarifária de Trump[3]

No momento em que os principais diplomatas da China e da Índia se reuniam em Nova Délhi, às vésperas daquela que poderia ser a primeira visita do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, à China em sete anos, o Centro para a China e a Globalização (CCG) apresenta uma entrevista de seu presidente, Henry Huiyao Wang, à Republic TV, um dos principais canais de notícias em língua inglesa da Índia. Na entrevista, publicada no YouTube em 14 de agosto de 2025, Wang conversa com o editor executivo da Republic TV. Wang disse que a Índia e a China "deveriam realmente se posicionar e trabalhar juntas para salvaguardar o sistema multilateral" e ressaltou que a viagem de Modi à China, há muito esperada, poderia "gerar alguns resultados positivos".

[3] Esta é a transcrição integral da entrevista. Nenhum dos interlocutores revisou a transcrição.

Republic TV: Faz tempo que a Índia e a China não se sentam frente a frente para ter uma conversa de verdade, que não seja hostil nem fria. E, com a recente questão das tarifas envolvendo Trump e os Estados Unidos, os países do BRICS ficaram mais próximos do que nunca.

Tenho comigo hoje, no Republicworld.com, alguém muito interessante. Ele se chama Dr. Henry Huiyao Wang e fala comigo ao vivo de Pequim. O Dr. Wang é fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG) e foi conselheiro do Conselho de Estado da China; portanto, entende bastante das relações exteriores da China e do que este momento significa para a Índia, a China e o Sul Global. Obrigado, Dr. Wang, por falar com a Republic TV.

Henry Huiyao Wang: Obrigado, moderador. Com certeza. Acho que estamos entrando num período turbulento. A China costuma dizer que estamos vendo mudanças como não se viam em um século, porque o mundo sofreu grandes abalos. Este ano marca os 80 anos da criação da ONU. O mundo que conhecemos tirou tantos bilhões de pessoas da pobreza, mas o sistema ao qual nos acostumamos está realmente em perigo agora. Vemos o unilateralismo sendo praticado pelos Estados Unidos, e o presidente Trump quer, na verdade, virar de cabeça para baixo, ou talvez reiniciar, o sistema global numa direção diferente.

Então, acho que temos muitos desafios. A Índia, é claro, sente isso, e a China sente o mesmo. A UE, o Japão, a Coreia do Sul — e por aí vai. Uma grande variedade de países no mundo está passando por esse tipo de abalo. Mas acho que você tem razão. É hora de grandes países como a China, a Índia e o Sul Global, incluindo a União Europeia, realmente se posicionarem e trabalharem juntos para salvaguardar o sistema multilateral. Mesmo que ele não seja perfeito, devemos praticar mais o livre-comércio e também resistir à pressão que é imposta unilateralmente a todos nós.

Acho que já passou da hora de nos juntarmos, nos encontrarmos, trocarmos impressões e dizermos: vamos realmente fazer coisas boas para o nosso mundo, vamos realmente fazer as coisas acontecerem. Por isso, acho que este é um momento absolutamente crucial, um momento decisivo, e estamos de fato aguardando a visita do primeiro-ministro Modi à China, que já deveria ter acontecido há muito tempo. Mas fico muito contente de ver os dois países

mais populosos do mundo se aproximando agora, e tenho certeza de que esse encontro vai gerar alguns resultados positivos.

Republic TV: Vou direto ao ponto, Dr. Wang, ao elefante na sala. Vou ser muito franco com o senhor. Aqui na Índia, tivemos uma guerra com o Paquistão. Ela se chama Operação Sindoor. Foi uma guerra curta, mas muita coisa aconteceu do lado do Paquistão. Houve um ataque terrorista, e sabemos de onde vieram aqueles terroristas. Houve uma investigação.

Pois bem, há na Índia a percepção — e alguns dos nossos generais também já disseram isso publicamente — de que a China talvez tenha dado algum apoio ao Paquistão nessa guerra. Então, quando se trata das relações entre a China e a Índia, existe o Paquistão, que de repente se tornou um espinho, se me permite dizer assim, nas relações entre a Índia e a China. Como o senhor vê a China lidando com essa questão do Paquistão?

Henry Huiyao Wang: Bem, a China, como todos sabemos, quer manter relações amistosas e pacíficas com todos os seus vizinhos. Isso é certo. A China e o Paquistão têm boas relações há décadas e, infelizmente, temos visto altos e baixos nas relações China-Índia. Mas tenho certeza de que a China também quer se dar bem com a Índia. A Índia é um país muito maior e muito mais influente, e um dos maiores vizinhos ao sul da China. Não vejo razão para que a China não possa se dar bem com a Índia, ou a Índia com a China.

Uma vez que essa relação no Sul da Ásia esteja em andamento, vamos, por exemplo, resolver as diferenças no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai ou do BRICS. Todos somos membros dessas organizações, e tenho certeza de que a China poderia ter um papel de mediadora entre a Índia e o Paquistão, como fez recentemente com o Camboja e a Tailândia, e com a Arábia Saudita e o Irã alguns anos atrás. Tenho certeza de que a China tem todo o interesse em manter boas relações tanto com a Índia quanto com o Paquistão. Coisas aconteceram no passado, houve altos e baixos, mas todos devemos olhar para isso com novas perspectivas e novas soluções.

Republic TV: O senhor é próximo das esferas de poder na China. Acha que isso é possível? Esse também é o clima em Pequim, a esperança de que, quando o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, for até lá nos próximos meses, haja um possível recomeço? Um recomeço entre a China e a Índia é mesmo possível?

Henry Huiyao Wang: Acho que é totalmente possível. Por que não? Já tivemos boas relações. Estabelecemos laços diplomáticos quando a China foi fundada, em 1949. Temos 75 anos de boas relações diplomáticas. E os dois países compartilham uma longa história. Lembro que o primeiro estudante chinês a ir para o exterior foi Xuanzang, que foi à Índia e de lá trouxe o budismo para a China. Aprendemos muito com a Índia. Então, não vejo por que não.

Há tantas semelhanças. Enfrentamos os mesmos desafios ambientais e de infraestrutura e temos as mesmas oportunidades em telecomunicações e na indústria. Há tanta complementaridade. A China não precisa olhar muito longe — basta olhar para a fronteira sul, com a Índia. Poderíamos fazer muitas coisas boas juntos. Acho que já passou da hora de recomeçarmos. Devemos ter em mente os interesses dos nossos 2,8 bilhões de pessoas. É uma fatia enorme dos 8 bilhões de habitantes do mundo. Isso é muito importante, muito poderoso. Se a China e a Índia derem as mãos — não à custa de outros países, é claro, mas em nosso próprio interesse —, podemos fazer muito melhor do que estamos fazendo agora.

Republic TV: Certo, deixe-me fazer uma pergunta. Faço esta pergunta ao senhor como alguém que dirige um think tank na China. Porque é atual, acabou de acontecer. O chefe do Exército paquistanês, que agora é marechal de campo, está nos Estados Unidos neste momento. E ele faz um comentário nos Estados Unidos dizendo que, se as coisas forem longe demais com a Índia, se houver uma guerra, eles podem varrer do mapa metade do mundo. Quando ele faz um comentário desses, quando fala em "metade do mundo", a China seria afetada, porque está nesta metade do mundo, junto com a Índia. Então, como a China vê um comentário desses vindo de um marechal de campo muito, muito graduado, para dizer o mínimo?

Henry Huiyao Wang: Eu mesmo não ouvi isso; estou sabendo agora, por você. Mas o que vejo é que o presidente Trump também está com disposição para fazer acordos, para mediar a paz, como acabou de fazer com a Armênia e o Azerbaijão, e também com o Camboja e a Tailândia. Acho que a China e os Estados Unidos podem trabalhar juntos para mediar a paz entre a Índia e o Paquistão, e até entre a Rússia e a Ucrânia, e mesmo, em certa medida, no Oriente Médio.

Os Estados Unidos convidaram o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, a ir até lá em fevereiro, e estão conversando com todas as partes. Essa também deveria ser a política em relação à China: conversar com todas as partes. Pela primeira vez em seis anos, o primeiro-ministro Modi vem pessoalmente à China, para a cúpula da Organização para Cooperação de Xangai e também para uma visita de Estado. Estamos realmente ansiosos por isso. Acho que há muito espaço para conversar, e podemos de fato resolver as coisas com muito mais entendimento, diálogo e encontros presenciais, e não através do espaço sideral.

Republic TV: É claro que houve vários pontos de atrito na última década, eu diria. Houve os confrontos entre a Índia e a China em Doklam e em Galwan. Houve escaramuças na Linha de Controle Real. É possível que os dois países deixem tudo isso para trás? E, olhando para a frente, Dr. Wang, quais seriam as áreas de cooperação que o senhor considera possíveis para fazer avançar a história Índia-China?

Henry Huiyao Wang: Sem dúvida. Isso é crucial. Desde 1962, nos últimos 56 anos, não tivemos nenhum grande incidente, a não ser nos últimos anos, quando houve alguns problemas naquelas áreas geladas, inabitáveis e muito remotas. Por que deveríamos criar tanto caso por causa dessas áreas improdutivas? Vamos manter o status quo e fazer consultas pelos canais de diálogo existentes.

Acho que, com os desafios da guerra e da proliferação nuclear na Europa e em Gaza, e agora possivelmente na nossa vizinhança, é mais importante nos concentrarmos na cooperação para manter a paz. Devemos empenhar nossos esforços em gerar mais cooperação econômica.

A China e a Índia têm muito em comum. Temos muito a aprender uma com a outra. A China pode ajudar a Índia de muitas maneiras. A China desenvolveu a melhor infraestrutura do mundo. A Índia é o maior tomador de empréstimos do AIIB, que foi fundado na China. Também tínhamos muitos estudantes indianos estudando na China. Durante a covid, havia de 20 mil a 30 mil estudantes indianos na China. Agora todos eles voltaram para casa, mas esperamos que retornem.

Devemos fazer mais em desenvolvimento rural, desenvolvimento digital, IA, preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e energia verde. São todas áreas em que podemos colaborar. Vejo um bolo muito maior, interesses muito

maiores do que as pequenas disputas que temos. Devemos realmente deixar essas disputas de lado, concentrar-nos em nossos grandes interesses e melhorar as condições de vida dos dois povos. Também precisamos resistir a esse tipo de pressão, como as sanções comerciais, as guerras comerciais e as tarifas. Temos tanto em comum para trabalhar juntos.

Republic TV: Veja as manchetes recentes. Por exemplo, estou lendo uma manchete sobre o enviado chinês, um diplomata que disse: "Dê a mão ao valentão, e ele vai querer o braço." Pequim estava tentando mandar uma mensagem direta ao se referir à Índia e ao que Donald Trump tentou fazer com a Índia em matéria de tarifas. Como a China vê alguém como Donald Trump, e qual tem sido a sua resposta? O senhor acha que o BRICS, como bloco, pode agora se unir para finalmente mandar um recado aos Estados Unidos?

Henry Huiyao Wang: Exatamente. O que os Estados Unidos fazem é usar táticas para dobrar cada país isoladamente. Eles fixaram tarifas para 100 países e foram resolvendo um por um, porque não somos um bloco, não estamos unidos. Quer dizer, deveríamos estar unidos — sem dúvida.

A China é provavelmente o único país que se levantou e elevou as tarifas contra os Estados Unidos. Agora elas baixaram de forma mais razoável, mas a China de fato tem força. Como disse o ex-secretário de Estado americano Blinken, os Estados Unidos sempre falam a partir de uma posição de força. A China provavelmente está fazendo o mesmo. A China é o único país que realmente fez frente a esse tipo de pressão. Mas acho que países como a Índia, a UE, o Japão, a Coreia, a Indonésia e a ASEAN — todos nós deveríamos fazer o mesmo. Vejo, sim, um enorme potencial no BRICS. Os países do BRICS hoje têm um PIB maior que o do G7. Representamos 40% do PIB global e uma população muito maior. Já passou da hora. A Índia tem sido uma das líderes do Sul Global, e a China também.

Devemos trabalhar juntos, liderar os países do BRICS e tornar economicamente mais viável resistir ao unilateralismo, às guerras comerciais, às guerras tarifárias e a todas essas práticas injustas. É hora de grandes países como a China e a Índia trabalharem juntos.

Republic TV: O senhor mencionou que a China fala a partir de uma posição de força, e que foi por isso que os Estados Unidos tiveram de baixar o tom em

relação às tarifas e às bravatas sobre a China, especialmente. Quero lhe dizer que a Índia também não está cedendo aos Estados Unidos. Nós também estamos reagindo. O senhor talvez tenha ouvido vários comentários do nosso próprio primeiro-ministro, que disse que vai continuar lutando pelos nossos agricultores e que, independentemente dos custos envolvidos, vai enfrentá-los de frente. Estamos prontos para os desafios. A mensagem da Índia também tem sido a de que não vamos aceitar a intimidação de Donald Trump.

Mas há agora outra visão nos Estados Unidos, a de que Trump talvez saia perdendo ao dar esse tipo de tratamento à Índia. Muitos já o culpam por aproximar a Índia e a China, e temos visto sinais vindos de Délhi e de Pequim. O senhor acha que ele conseguiu fazer isso?

Henry Huiyao Wang: Bem, acho que, querendo ou não, Trump está fazendo parte disso. Mas vejo a Índia como uma nação muito orgulhosa. Vocês têm uma história muito longa, um caráter muito forte e muitos talentos. Basta olhar para os Estados Unidos — muitas grandes empresas, escolas de negócios e instituições financeiras têm vários professores e dirigentes de origem indiana.

Até certo ponto, acho que afastar a Índia dos Estados Unidos pode ser contraproducente. Mas é também um alerta oportuno para que a Índia pense: por que se angustiar com as relações com a China, por que permanecer numa relação ruim? Por que não podemos ficar unidos em benefício do Sul Global? Somos dois vizinhos próximos e devemos nos apoiar mutuamente. E, é claro, por que deveríamos aceitar imposições de um único país do mundo, que já foi injusto tantas vezes? Acho que agora as pessoas estão começando a pensar duas vezes. É por isso que estamos prestando muita atenção à situação atual, e é muito interessante ver o primeiro-ministro Modi vindo à China para trocar opiniões, comparar impressões e ver como podemos fortalecer a cooperação em benefício dos povos dos dois países, do Sul Global e do mundo.

Republic TV: Certo, minha última leva de perguntas para o senhor. O senhor fez um comentário muito interessante — disse para manter o status quo e, a partir daí, seguir em frente. Então, qual seria um bom ponto de partida para a China e a Índia?

Henry Huiyao Wang: Já houve várias rodadas de conversações, entre militares, entre as chancelarias e assim por diante. Mas, desta vez, devemos realmente

aproveitar a oportunidade da visita do primeiro-ministro Modi à China. Vamos costurar uma declaração conjunta que diga: vamos olhar para a frente, vamos trabalhar de muitas maneiras, vamos definir dez áreas de cooperação — meio ambiente, infraestrutura, finanças, intercâmbios entre os povos e turismo. Vamos facilitar os vistos, pôr em marcha o intercâmbio de estudantes e muito mais. Vamos criar um bom clima e uma boa narrativa. Vamos estudar a história dos dois países e reavivar pontos em comum, como o budismo, que é popular nos dois países. Vamos elaborar uma declaração conjunta e olhar mais longe. Se conseguimos manter o status quo de 1962 até alguns anos atrás, por que não podemos continuar a mantê-lo por mais 50 ou 60 anos? Não há razão para brigarmos por coisas tão bobas e desnecessárias.

Acho que devemos criar uma boa atmosfera, uma boa narrativa, melhorar o entendimento e deixar que se manifestem os que querem dizer coisas boas. A diplomacia entre chefes de Estado, como o primeiro-ministro Modi e o presidente Xi, é muito importante. Vamos reavivar o espírito de Wuhan. Tenho certeza de que poderíamos pelo menos voltar a ter relações normais, e é isso que espero.

Republic TV: Certo, ótimo. Dr. Wang, obrigado por falar com a Republic TV. Esperamos voltar a conversar com o senhor, porque sentimos que este é um começo. Vamos ver aonde isso vai dar, porque acho que, desta vez, os dois países estão entrando com uma intenção muito sincera, ou pelo menos esse é o sinal que vem da China. E vejo que o lado indiano também está muito interessado em ver aonde isso vai chegar a partir de agora.

Obrigado por falar conosco e obrigado pelo seu tempo, Dr. Wang.

A China respondeu à intimidação dos EUA, mas a porta para o diálogo está escancarada[4]

Durante o Fórum Diplomático de Antália, realizado de 11 a 13 de abril de 2025, Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), foi entrevistado pela TRT World, o serviço de notícias em inglês da emissora pública nacional da Turquia, a Turkish Radio and Television

[4] Esta reportagem foi publicada pela TRT World.

Corporation. O Fórum é realizado sob o patrocínio do presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, e organizado pelo ministro das Relações Exteriores, Hakan Fidan, e reúne chefes de Estado e de governo, ministros das Relações Exteriores, dirigentes de organizações internacionais e representantes da sociedade civil.

"A China respondeu à intimidação dos EUA, mas a porta para o diálogo está escancarada"

Pequim anunciou tarifas retaliatórias de 125% sobre produtos americanos em resposta à decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de elevar a taxação sobre as importações chinesas a impressionantes 145% — o terceiro aumento desde o anúncio do "Dia da Libertação".

Embora o impasse econômico entre as duas maiores economias do mundo tenha despertado o temor de uma guerra comercial prolongada, um veterano conselheiro político chinês enfatizou que Pequim está apenas se mantendo firme, com um comedimento calculado.

"Como segunda maior economia, a China não teve escolha a não ser responder às tarifas de Trump — Pequim não gosta de ser intimidada", disse Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG) e ex-conselheiro do Conselho de Estado da China — a mais alta autoridade administrativa do país, que supervisiona os diversos ministérios e órgãos encarregados de implementar as políticas nacionais e administrar os assuntos do governo.

"Mas ainda esperamos que o diálogo, a discussão e a consulta sincera possam ajudar a resolver as divergências — assim como conseguimos fazer durante o primeiro mandato de Trump", disse ele à TRT World na sexta-feira, à margem do Fórum Diplomático de Antália 2025.

Wang, porém, também parecia convencido de que a escalada atual provavelmente já chegou ao auge.

"Acho que a escalada tarifária agora terminou", disse ele, citando um anúncio recente do Ministério do Comércio da China de que Pequim não voltaria a retaliar, mesmo que Washington elevasse ainda mais suas tarifas.

"A China já anunciou que não vai aumentar as tarifas de novo... não vai mais acompanhar isso."

"A imposição sucessiva de tarifas excessivamente altas à China pelos Estados Unidos virou apenas um jogo de números, sem nenhum significado econômico real", afirmou na sexta-feira, em comunicado, um porta-voz do Ministério do Comércio da China.

"Isso só expõe ainda mais a prática americana de transformar as tarifas em arma, em instrumento de intimidação e coerção, e acaba virando piada", acrescentou o porta-voz.

Wang denunciou a lógica do olho por olho como "contraproducente" e incompatível com as necessidades de um mundo globalizado.

"O comércio é benéfico tanto para os Estados Unidos quanto para a China, e para o mundo. Esta não é apenas uma questão bilateral — ela tem ramificações globais", disse ele, apontando ações comerciais semelhantes dos Estados Unidos contra outros parceiros, entre eles o México, o Canadá e a União Europeia.

"A China, como uma das maiores economias e membro permanente das Nações Unidas, tem a responsabilidade de defender o comércio justo e o multilateralismo", disse Wang, acrescentando que Pequim já havia apresentado uma queixa ao mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Apesar da aparência de confronto, Wang acredita que a situação ainda não ultrapassou o ponto sem volta. "Isso [o aumento das tarifas] significa quase um desacoplamento no comércio. Mas até o governo Trump já disse repetidas vezes que não quer se desacoplar da China nem deter o desenvolvimento chinês", disse ele. "Então, agora a questão é: como sair dessa escalada?"

A resposta, argumentou Wang, está na diplomacia — e numa dose de pragmatismo.

As negociações continuam na mesa

Embora Pequim tenha sido obrigada a responder ao que considera táticas de "intimidação", Wang enfatizou que a China continua aberta a negociações.

"A porta da China para o diálogo está escancarada", disse ele, ressaltando que a diplomacia de alto nível é essencial.

Ele citou o acordo comercial da Fase Um, do governo Trump, como exemplo do que é possível alcançar por meio de negociações. "Mesmo durante o primeiro

mandato de Trump, depois de um período de escalada tarifária, os dois lados se sentaram à mesa e assinaram acordos."

Wang sugeriu a retomada desse tipo de intercâmbio, com visitas do secretário de Comércio ou do representante comercial dos Estados Unidos à China, ou convites a seus homólogos chineses para irem a Washington. "Este é o momento da comunicação e da consulta — não do confronto", disse ele.

No fim do dia de sexta-feira, a Casa Branca anunciou que Trump continuava otimista quanto a fechar um acordo comercial com a China. "O presidente deixou muito claro que está aberto a chegar a um acordo com a China", disse a secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, numa entrevista coletiva. "Mas, se a China continuar a retaliar, isso não será do interesse dela", acrescentou.

Wang sugeriu que a intenção original das tarifas de Trump era usá-las como moeda de troca nas negociações.

"Trump é um empresário pragmático. Ele já falou bem da China no passado, disse que admira a liderança chinesa e enfatizou que, se a China e os Estados Unidos trabalharem juntos, não há nada no mundo que não tenha solução."

Wang também lembrou os primeiros esforços de Trump para estreitar os laços com a China, como o convite ao presidente Xi Jinping para sua posse, à qual compareceu o vice-presidente chinês, Han Zheng. "Mas agora, é claro, ele tem uma plateia política interna. Não quer se desmoralizar."

Ele acrescentou que a necessidade que Washington tem da cooperação de Pequim em questões internacionais mais amplas — como a guerra na Ucrânia, as tensões no Oriente Médio e a desnuclearização da Coreia do Norte — poderia servir de alavanca adicional para a retomada do diálogo.

Wang está esperançoso. "Trump quer acordos — sobre o TikTok, sobre o fentanil, talvez até sobre a paz. Ele já se chamou de presidente da paz. Então, há espaço para conversar."

A China vai vender títulos soberanos americanos?

Entre os cenários mais dramáticos aventados por alguns analistas está a possibilidade de a China retaliar desfazendo-se em massa de seus títulos do Tesouro americano, o que pressionaria o dólar e os mercados globais.

Wang, porém, descartou essa hipótese, que considera improvável e desnecessária. "A China continua bastante comedida. Não está escalando mais", disse ele. Embora reconheça que Pequim detém cerca de US$ 800 bilhões em títulos do Tesouro americano, Wang ressaltou que esses investimentos são mutuamente benéficos.

"A China está basicamente financiando o déficit americano. Isso faz muito bem aos Estados Unidos", disse ele.

Na visão dele, a guerra comercial de Washington perde de vista o quadro geral: "É uma visão míope concentrar-se apenas na indústria. Os Estados Unidos abandonaram a indústria pesada há anos, por razões como a poluição, o custo da mão de obra e as preocupações ambientais. Travar agora uma guerra comercial para trazer isso de volta não faz sentido econômico."

Ele enfatizou que "guerras comerciais não beneficiam ninguém".

"Precisamos voltar à mesa de negociação, porque o custo de não fazê-lo é alto demais — não só para os Estados Unidos e a China, mas para toda a economia mundial."

A alternativa chinesa na construção da paz e na mediação[5]

Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), foi entrevistado pelo programa "The Bottom Line", da Al Jazeera, em junho de 2024. O título do programa era "A guerra de Israel contra Gaza: a visão da China", e ele destacava o papel crescente da China no Oriente Médio, mas se perguntava se ela pode de fato ser uma pacificadora entre palestinos e israelenses.

The Bottom Line: Olá, eu sou do The Bottom Line e tenho uma pergunta. A China está desempenhando no Oriente Médio um papel maior do que nunca, mas será que ela pode competir com os Estados Unidos para ser a pacificadora entre palestinos e israelenses? Vamos ao essencial.

No ano passado, depois de anos de hostilidade entre o Irã e a Arábia Saudita, a China conseguiu, em um dia, levar os dois lados a concordar com algo que os Estados Unidos não puderam ou não quiseram fazer. Agora, com a guerra

[5] Esta transcrição foi feita a partir do vídeo e não foi revisada pelos dois interlocutores.

contra Gaza em seu 9º mês, a China se apresenta como uma grande potência menos parcial em favor de Israel do que o Ocidente. Pequim criticou Israel por ir muito além da legítima defesa e argumentou perante a Corte Internacional de Justiça que o uso da força pelos palestinos para resistir à opressão é um direito deles e não pode ser equiparado ao terrorismo.

Há anos a China vem ampliando sua presença econômica e criticando a ordem mundial comandada por Washington, mas será que isso vai se traduzir num papel diplomático e militar maior para Pequim no conflito Palestina-Israel?

Hoje conversamos com Wang Huiyao, presidente do think tank não governamental Centro para a China e a Globalização e ex-conselheiro do Conselho de Estado da China, que é o gabinete do governo chinês. Dr. Wang, muito obrigado por estar conosco hoje.

Sei que este vai ser um programa diferente do habitual, porque normalmente falamos do que Washington pensa sobre o mundo. Agora, estou muito interessado no que Pequim está pensando sobre o conflito entre Israel e Gaza, sobre outros conflitos e, de fato, sobre o papel da China no mundo. Então, adoraria ouvir sua opinião sobre o conflito entre Israel e Gaza. Do seu ponto de vista, como Xi Jinping, a liderança chinesa e a população chinesa estão vendo este conflito neste momento?

Henry Huiyao Wang: Obrigado, Steve. Esta guerra já se arrasta há bastante tempo. São mais de seis meses, e é realmente devastador ver as pessoas sofrendo lá. O mundo inteiro acompanha isso todos os dias, e ainda assim não conseguimos resolver esta crise.

Acho que a posição do governo chinês é muito clara. A China condena todo tipo de violência ou de ataque contra civis. Mas a China não quer ver isso ultrapassar os limites da segurança humana, porque vemos um grande número de vítimas civis e uma crise humanitária se desenrolando. Houve esforços internacionais e resoluções da ONU pedindo um cessar-fogo, mas ainda não vimos isso acontecer.

É realmente decepcionante para muitos chineses, e realmente desolador para o mundo, ver esta guerra continuar. Esperamos ver um cessar-fogo e uma verdadeira construção da paz. Gostaríamos de ver a comunidade internacional,

incluindo, é claro, a China, trabalhando em conjunto para realmente pôr fim a esta crise, que já se prolonga demais e numa escala inimaginável.

The Bottom Line: Chamaram minha atenção as declarações de vários dirigentes chineses de que, na visão deles, as ações de Israel em Gaza neste momento foram além da lógica da legítima defesa, e acho que é uma afirmação bastante ousada da China em comparação com outras que foram feitas. Para ser franco, acho que há americanos que, com ou sem razão, se consideram justos com os dois lados, querendo ser justos com os palestinos e protegê-los, mas eles têm com Israel uma relação que parece não ter limites.

Interessa-me saber como o senhor vê isso, se vê os Estados Unidos numa espécie de momento hipócrita e se a China está ou não disposta a se envolver mais para basicamente dizer a Israel: recue.

Henry Huiyao Wang: É bem possível, e acho que é exatamente isso que está acontecendo. Os Estados Unidos eram o policial do mundo; estão tentando manter uma certa ordem do pós-guerra, mas parecem realmente muito incompetentes agora, sobretudo no que diz respeito a esta crise. Vemos dois pesos e duas medidas sendo aplicados nesta situação. Israel certamente tem uma influência considerável nos Estados Unidos, mas vemos até essa influência diminuir.

O primeiro-ministro Netanyahu, que continua agarrado ao poder, levou a guerra além do necessário em termos de retaliação. Acho que já passa de 10 vezes o necessário, o que vai além da imaginação — o sofrimento das pessoas, 1,5 milhão de palestinos deslocados dentro da Faixa de Gaza e, sobretudo, a fome, as vítimas, as crianças, as mulheres e todo o sofrimento que vemos diariamente em nossas salas de estar.

Por isso, a China intensificou seus esforços e vem conversando com todos os envolvidos, inclusive numa cúpula ministerial com as nações árabes. Acho que a China tem muita esperança de que possamos realmente resolver isso com uma solução de dois Estados, parar os combates, obter um cessar-fogo, pôr em vigor uma resolução da ONU e realmente acabar com isso.

É realmente alarmante e insuportável ver uma crise como essa continuar com um número tão grande de civis em perigo. Está totalmente fora de controle, é muito lamentável e muito trágico. O governo chinês e o povo chinês estão prestando cada vez mais atenção a esta crise e querem se envolver.

Há um grande desejo, do lado chinês, de ver a construção da paz avançar. Recentemente, o governo chinês anunciou que vai doar 500 milhões de yuans em ajuda humanitária à população de Gaza e está pedindo a reabertura de todos os canais e dos esforços de resgate, para que a situação melhore e a crise acabe.

The Bottom Line: Um dia, em Washington, todos nós acordamos com a notícia de que a China tinha desempenhado esse papel-chave na normalização das relações entre a Arábia Saudita e o Irã, e posso lhe dizer que foi um choque. As pessoas diziam: "Meu Deus, esse era meio que o terreno dos Estados Unidos, era meio que o que nós fazíamos." E a China, de certa forma, assumiu um papel que não tínhamos visto antes. Adoraria ouvir suas percepções não só sobre Israel e Gaza, mas também sobre a surpreendente nova missão diplomática da China na região. O que está impulsionando isso neste momento?

Henry Huiyao Wang: Sem dúvida. Acho que a China está aumentando seu soft power, para usar o termo de Joseph Nye, mas porque a China se abriu. Nos últimos 45 anos, a China cresceu até se tornar a segunda maior economia e o maior parceiro comercial de mais de 120 países. A estabilidade e a prosperidade são vitais para o crescimento e a prosperidade da China.

Você mencionou o acordo de paz entre a Arábia Saudita e o Irã, que é ótimo, porque a China é o maior parceiro comercial dos dois países. A China compra cerca de 90% das exportações de energia deles, e isso é de fato um fator importante. Acho que as nações árabes, em especial a Arábia Saudita e o Irã, não querem estar numa posição tão angustiante. Querem uma saída honrosa, mas não querem buscá-la com os Estados Unidos ou com a Europa, porque eles participaram de muitas guerras e conflitos no Oriente Médio. Então, precisam de alguém isento e de mãos limpas, de alguém crível, de alguém que nunca tenha invadido ou ocupado nenhum dos seus territórios, alguém como a China, que também é seu maior parceiro comercial.

É muito natural que recorram à China, e a China está disposta a se empenhar mais para construir a paz. Isso é do interesse chinês e do interesse da prosperidade mundial. Acho que foi assim que esse acordo entre o Irã e a Arábia Saudita aconteceu, porque a China quer realmente mostrar que é amiga dos dois países.

Quando a China diz: "Por favor, não façam isso, vamos parar. Façam isso em consideração a mim e parem", eles provavelmente vão atender, porque respeitam

a China como seu maior parceiro comercial. Então, vejo isso acontecendo no Oriente Médio e possivelmente até no conflito de Gaza. A China é o maior parceiro comercial de todas as nações árabes e o segundo maior parceiro comercial de Israel.

A China mantém boas relações tanto com os países árabes quanto com Israel, e pode chegar a hora de a China intervir e dizer: "Vejam, vamos realmente acabar com isso e resolver essa questão." E provavelmente a China, sobretudo agora com o Sul Global, teria mais influência.

A China elaborou recentemente, com o Brasil, um plano de seis pontos para a guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Alguém do Ministério das Relações Exteriores da Turquia esteve no CCG, em Pequim, há alguns dias e disse que a Turquia também está disposta a trabalhar com a China para ajudar a resolver os conflitos no Oriente Médio e na Ucrânia. Por isso, acho que a China pode ter um papel mais ativo do que antes na construção e na mediação da paz. Principalmente porque a China tem interesse direto em ver um mundo mais próspero, mais estável e mais pacífico, o que beneficia tanto a China quanto o mundo.

The Bottom Line: O senhor acha que existe um caminho para que as instituições internacionais sejam mais eficazes nesses conflitos? Porque, a meu ver, o secretário-geral quer isso, mas não consegue. Existe alguma solução além dessa paralisia constante quando tentamos lidar com essas terríveis feridas abertas do mundo, que envolvem a vida de pessoas reais?

Henry Huiyao Wang: Sem dúvida. Acho que a ONU e o Conselho de Segurança poderiam fazer muito mais. O problema que vejo agora é que há tantos problemas no mundo e tantos conflitos, além da mudança climática. O secretário-geral Guterres disse hoje que deveríamos parar de fazer publicidade da gasolina, entre outras coisas.

Acho que as grandes potências deveriam realmente se entender e trabalhar juntas. Na questão de Gaza, sinceramente não vejo: por que não podemos enviar uma força de paz da ONU, separar as partes em conflito e depois pôr em prática uma solução de dois Estados?

O desafio fundamental é que as grandes potências às vezes têm visões diferentes e conflitos entre si que levam a sanções e guerras comerciais. Isso dificulta o consenso, mas, mesmo quando as Nações Unidas chegam a um consenso, às

vezes não têm o poder de fazê-lo cumprir. É realmente absurdo que o Conselho de Segurança da ONU, o alicerce da paz mundial estabelecido depois da Segunda Guerra Mundial, formado por países tão poderosos, não consiga deter uma pequena guerra regional em Gaza.

Acho mesmo que as Nações Unidas deveriam fortalecer seu poder de fazer cumprir suas decisões. As forças de paz da ONU deveriam ser mobilizadas ativamente para deter os combates em Gaza. E a solução de dois Estados, proposta por países europeus e pela China — nem os Estados Unidos se opõem a ela —, por que não podemos implementá-la?

Se há consenso em torno da solução de dois Estados, então vamos pô-la em prática. Temos de resolver esse problema pela raiz; do contrário, ele é prejudicial não só para a política interna, mas também para a política internacional. Ficamos paralisados e descobrimos que surgiu um novo desafio, uma nova crise. Temos realmente de nos organizar, deter esta guerra e fazer a paz.

The Bottom Line: Que comentário contundente. Deixe-me fazer uma pergunta mais voltada para o quadro geoestratégico na economia. Como o senhor sabe, Israel, os Emirados Árabes Unidos, a Índia e os Estados Unidos anunciaram um novo esforço para abrir um corredor da Ásia à Europa, talvez uma forma diferente de Iniciativa Cinturão e Rota. O Japão anunciou uma nova parceria global com os Estados Unidos. A China está sentindo alguma pressão com isso, ou se sente muito confortável com o que tem?

Henry Huiyao Wang: Não, na verdade vejo isso de forma positiva. Há uns dez anos, ninguém pensava em lançar projetos globais de desenvolvimento, mas a China fez isso. A China propôs a Iniciativa Cinturão e Rota há onze anos, o que é ótimo. Hoje ela é uma realidade e tem tido impacto. Os países estão começando a olhar de verdade para esse déficit global de infraestrutura.

Depois, os Estados Unidos propuseram a Build Back Better World (B3W), a UE propôs o Global Gateway, e agora temos a Índia, os Emirados Árabes Unidos e a Europa dizendo: "Certo, vamos fazer um Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa." Ótimo; se esses países querem pôr mais investimento em mais projetos, isso seria muito bom.

Mas o problema agora é que vemos muitos planos sendo propostos, e pouca ação. Na última década, a Iniciativa Cinturão e Rota investiu mais de US$ 1

trilhão e construiu 3.000 projetos em países em desenvolvimento. E os outros países? Precisamos de resultados concretos, mas isso ainda está por ser visto.

Se há consenso sobre o déficit global de infraestrutura, gostaria de nos ver trabalhando juntos. Vamos combinar os esforços da B3W, do Global Gateway, do Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa. Mas quem faria isso? Vamos usar o Banco Mundial, vamos usar o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento ou o Banco Europeu de Desenvolvimento. Esses bancos têm estatutos semelhantes. E por que não podem trabalhar juntos?

Mas vejo, sim, que a mudança climática é um dos grandes consensos, além da necessidade de resolver o déficit de infraestrutura; então, vamos trabalhar juntos em vez de seguir em direções diferentes, sem coordenação, criando muita redundância e desperdício. Gostaria muito de ver que podemos trabalhar juntos. A China vê isso com bons olhos, e o presidente Xi disse que a B3W é bem-vinda, assim como o Global Gateway e outras iniciativas semelhantes. Vamos trabalhar juntos. Essa é a abordagem chinesa.

The Bottom Line: Henry, deixe-me fazer uma pergunta sobre Rússia-China. Desculpe, Rússia-Ucrânia, já que o senhor mencionou o assunto. O senhor acha que há mais coisas que a China pode fazer como mediadora, empurrando seu amigo sem limites, a Rússia, e a Ucrânia para um arranjo que acabe com a guerra e o conflito?

Henry Huiyao Wang: Sem dúvida. A China sente que isso realmente saiu do controle. Desde o início, quando a guerra eclodiu, a China disse que a integridade territorial deve ser respeitada. E, quando Olaf Scholz veio a Pequim, o presidente Xi disse: "Nenhuma arma nuclear deve ser usada na Ucrânia." Depois, quando o presidente Macron veio, o presidente Xi telefonou para o presidente Zelensky logo em seguida.

A China é hoje realmente um ator de peso, e o embaixador Li Hui tem viajado pelos países envolvidos. Se a OTAN e a coalizão liderada pelo Ocidente não conseguirem pôr fim a esta guerra, o Sul Global vai ficar realmente incomodado. Países como o Brasil, a Turquia, a Índia e a África do Sul querem mediar e fazer alguma coisa. A China tem ótimas relações com os países que não são parte no conflito. A Rússia está lutando contra a OTAN e a UE, mas a China e

todos os outros países do Sul Global não fazem parte disso; portanto, estão em boa posição para ser mediadores e pacificadores.

A China acaba de emitir uma declaração com o Brasil, e o ministro das Relações Exteriores da Turquia veio a Pequim e concordou com muitos desses pontos. Vejo a China cada vez mais como pacificadora e mediadora nesta crise. É claro que adoraríamos trabalhar com os Estados Unidos e a UE, mas a posição da China é clara — vamos levar todas as partes do conflito a fazer a paz juntas, em vez de algo unilateral. Vamos fazer os dois lados se reunirem para conversar sobre como acabar com esta guerra por meio do diálogo, das negociações, da comunicação. Acho que esse é, de fato, o jeito chinês.

The Bottom Line: Bem, uma das questões é: o próprio BRICS está paralisado em seus esforços? As tensões entre a Índia e a China dentro do BRICS o impedem de desempenhar esse papel? O senhor leva a sério a ideia do BRICS como uma forma alternativa de pensar como se exerce o poder e como se resolvem os problemas globais? Esta é nossa última pergunta, mas adoraria ouvir sua opinião.

Henry Huiyao Wang: Acho que é uma ótima pergunta. O BRICS representa a globalização econômica, e essa é a atração que vemos agora. O número de países do BRICS dobrou no ano passado, e, em paridade de poder de compra, o BRICS já é maior que o G7. Há ainda outros 20 e poucos países na fila para entrar no BRICS. O ministro das Relações Exteriores da Turquia me disse no CCG que vai participar da cúpula do BRICS Plus na semana que vem.

É muito importante saber que, embora tenhamos diferenças ideológicas ou administrativas, os países do BRICS são todos favoráveis à globalização econômica e ao desenvolvimento econômico, e essa é a atração do BRICS. Em todas as outras alianças, a ênfase está na segurança, com a expansão da OTAN, a criação do AUKUS e do Quad, e até Camp David. Essas alianças não põem comida na mesa e, na verdade, só aumentam os orçamentos militares de todos esses países.

Acho que temos de preservar a prosperidade que alcançamos e não podemos correr o risco de pô-la em perigo. Por isso, acho que temos de realmente lutar sem parar pela globalização econômica, e é exatamente isso que a China está fazendo por meio da Iniciativa Cinturão e Rota, do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, do pedido de adesão ao CPTPP e da participação na

RCEP, o maior acordo de livre-comércio do mundo. A China quer cooperação econômica com os países da África, da América Latina, da Ásia Central e do Golfo. A China é um grande país que busca a globalização econômica.

É disso que trata o BRICS. Seus membros querem fazer parte da globalização econômica. E, embora o BRICS ainda tenha muito a melhorar, ele representa a direção certa para a globalização econômica. Então, com o Norte Global tão concentrado em questões de segurança e aumentando seus orçamentos militares, os países do BRICS e o Sul Global estão sendo espremidos. Mais pessoas enfrentam a fome e a pobreza, e é por isso que acho que o BRICS representa uma nova alternativa de globalização econômica, cada vez mais atraente.

The Bottom Line: Fascinante. Wang Huiyao, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização, agradeço muito por ter estado conosco hoje. Obrigado pela franqueza.

Henry Huiyao Wang: Obrigado, Steve.

The Bottom Line: Então, qual é o essencial? Todo mundo detesta quem faz cumprir as regras, mas a dura verdade é que o mundo precisa de quem as faça cumprir, gostemos ou não. Por quê? Porque alguns conflitos são tão profundos que os antagonistas em guerra simplesmente não conseguem encontrar o equilíbrio que garanta a segurança e a justiça de um em relação ao outro. Assim, os que fazem cumprir as regras criam regras globais que, é claro, pendem a seu favor. Por quase um século, os Estados Unidos acreditaram ser, sozinhos, a principal força diplomática, econômica e de segurança capaz de resolver as disputas globais e, é claro, de resolvê-las do seu jeito. Mais recentemente, porém, outros países estão entrando em campo. As razões da China são claras: a competição geopolítica com os Estados Unidos. Não acho que a China tenha raízes profundas ou grandes preocupações em relação à Palestina ou a Israel, mas, por outro lado, se puder ganhar algum crédito junto aos Estados árabes e ao Irã desempenhando um papel de equilíbrio na crise, tanto melhor. E esse é o essencial.

[6] Esta transcrição foi feita a partir do vídeo e não foi revisada pelos dois interlocutores.

Países pequenos e grandes potências — Parceiros num mundo multilateral[6]

A conferência internacional anual do Fórum Estratégico de Bled foi realizada nos dias 2 e 3 de setembro de 2024, em Bled, na Eslovênia, sob o título "Um mundo de realidades paralelas". Entre os representantes do Centro para a China e a Globalização (CCG), o único think tank chinês convidado para o evento, estavam o presidente Henry Huiyao Wang, a secretária-geral Mabel Lu Miao e John Zhao, diretor de Relações Externas e gerente do programa Diálogo Global de Jovens Líderes.

Durante o fórum, Wang foi entrevistado pela RTV Slovenija, a emissora nacional eslovena, sobre os desafios globais, as relações China-EUA, a percepção da China no Ocidente, o mar do Sul da China e Taiwan.

RTV Slovenija: Dr. Wang, é uma honra tê-lo conosco neste fórum estratégico. O mundo está ficando cada vez mais complicado e parece também cada vez mais difícil. Como o senhor vê a situação atual do mundo da perspectiva chinesa?

Henry Huiyao Wang: Obrigado pelo convite. Na verdade, esta é a segunda vez que venho ao Fórum Estratégico de Bled. Fiquei bastante impressionado com o tema do fórum e também com o impacto e o soft power que a Eslovênia consegue mobilizar, reunindo pensadores influentes, líderes europeus e até dirigentes das Nações Unidas. Acho que o mundo está numa encruzilhada — o mundo está em chamas —, e não há gente suficiente pedindo esforços conjuntos para apagar o incêndio. Por isso acho ótimo ver a Eslovênia, que não é um país grande, desempenhar um papel tão grande na construção de consensos e em chamar a atenção para a crise que vivemos hoje. Em particular, por exemplo, ontem à noite houve uma apresentação em que palestinos e israelenses se juntaram para cantar pela paz. Foi incrível. Fiquei muito impressionado. O mundo está em sérios apuros com a mudança climática, a geopolítica e os conflitos, entre eles a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o conflito entre a Palestina e Israel, mas precisamos de pessoas que se levantem e peçam união, para que possamos enfrentar tudo isso juntos e vencer os desafios.

RTV Slovenija: Bem, na Eslovênia há uma piada bastante popular segundo a qual nos vemos tão pequenos que todos os eslovenos caberiam num hotel de Pequim. Então, o senhor vê a possibilidade de um país tão pequeno, que agora também integra o Conselho de Segurança da ONU, fazer algo de bom pelo mundo?

Henry Huiyao Wang: Sem dúvida. A Eslovênia é um país lindo. Tem também uma cultura rica e uma diversidade incrível. Vi a apresentação duas vezes no Fórum Estratégico, e foi muito impressionante. O mundo de hoje tem tantas divisões, conflitos e crises que precisamos de mais gente — não só as grandes potências, mas também países pequenos e belos como a Eslovênia — para chamar a atenção para os problemas e dizer a verdade.

Achei bastante impressionante o discurso de abertura da vice-primeira-ministra e ministra das Relações Exteriores, a sra. Tanja. Ela pedia união, atenção, justiça e paz. Acho que essas vozes, sobretudo quando se reúne gente do mundo inteiro, são importantes para mostrar que a Eslovênia tem esse tipo de soft power e também a disposição de manifestar seu firme apoio. Fiquei realmente impressionado.

RTV Slovenija: O senhor provavelmente comenta todo tipo de assunto, sobretudo questões econômicas. Conhece a China, conhece os Estados Unidos, o Canadá, e conhece a Europa. Por que o mundo está assim? Por que ficou assim?

Henry Huiyao Wang: Boa pergunta. Por que o mundo ficou assim agora? Acho que há várias razões. Em primeiro lugar, nos últimos oitenta anos, desde a Segunda Guerra Mundial, o mundo viveu em grande parte em paz, mas a globalização sofreu reveses, como o aumento da desigualdade entre ricos e pobres em alguns países. Em segundo lugar, o mundo também está se tornando multipolar, e o mundo unipolar provavelmente acabou, de modo que há um período de ajuste. Em terceiro lugar, há também a ascensão da China, que se tornou a segunda maior economia do mundo, e muita gente precisa de algum tempo para se acostumar com essa ascensão. Por isso há muita acusação e muita busca de bodes expiatórios por aí, mas acho que o que deveríamos fazer, de fato, é fortalecer o sistema multinacional, especificamente o sistema da ONU. Grandes países e regiões, como a UE, a China, os Estados Unidos e o Sul Global, deveriam trabalhar juntos.

Questões ligadas à tecnologia da informação, à IA, à mudança climática e, claro, ao fosso de riqueza entre os países contribuíram para a desglobalização, o nacionalismo, o populismo, a guerra e o aumento do número de refugiados. Tudo isso contribuiu para a crise que enfrentamos agora. Acho que agora precisamos de liderança, e a Eslovênia está assumindo certa liderança. Vocês estão chamando a atenção de todos os grandes países e do sistema da ONU. A Eslovênia vai presidir o Conselho de Segurança em breve, o que é muito importante para demonstrar mais liderança.

RTV Slovenija: A globalização, como fenômeno, também é um dos principais temas a que o senhor se dedica. O senhor também mencionou a desglobalização. Até onde a desglobalização pode ir? E o que isso significaria para a China, que é uma defensora da globalização?

Henry Huiyao Wang: Estamos num período muito perigoso. A desglobalização está acontecendo e, se guerras como a da Rússia contra a Ucrânia se transformarem numa Terceira Guerra Mundial, provavelmente voltaremos todos à Idade da Pedra. A desglobalização certamente vai continuar. Mesmo no conflito israelo-palestino, já vemos o conflito transbordar para a região, afetando a região do mar Vermelho e repercutindo no comércio global, na economia global, no investimento global e na confiança global.

A China, maior parceiro comercial de 140 países, atrai investimento estrangeiro e investe em outros países apesar dos ventos contrários. Mas toda essa tensão geopolítica pode realmente reduzir a confiança. Por isso, acho que essa é uma crise com a qual precisamos ter extremo cuidado. Minha opinião pessoal é que precisamos realmente que os Estados Unidos, a UE e a China trabalhem juntos e cheguem a um consenso, em vez de brigar entre si ou bancar os rivais. Deveríamos ser parceiros e trabalhar juntos para resolver os desafios globais. Essa, a meu ver, é a solução. É preciso que todos os grandes atores trabalhem juntos. Mas também precisamos de países como a Eslovênia, que pedem justiça e oferecem a visão imparcial de um terceiro país sobre como as coisas devem ser feitas, para convencer todos os países a trabalhar juntos, sobretudo na ONU.

RTV Slovenija: Agora que o senhor mencionou os Estados Unidos, a UE e a China: há algo acontecendo que é bastante espantoso — as tarifas sobre os carros elétricos da China. Os Estados Unidos e o Canadá estão impondo tarifas.

Agora também a UE, embora não tão pesadas quanto as dos Estados Unidos. O senhor vê isso como sintoma de algo que vai passar? Ou vê isso como o anúncio de que algo maior está em curso, as tensões geopolíticas?

Henry Huiyao Wang: Começou com os Estados Unidos, quando o presidente Trump deu início à guerra comercial e à guerra tarifária. Esse padrão foi mantido pelo presidente Biden, que chegou a acrescentar uma tarifa de 100% sobre os veículos elétricos, embora a China não exporte muitos carros elétricos para os Estados Unidos. Agora a Europa também está fazendo isso, mas acho que a Europa fez isso antes dos Estados Unidos, e depois veio o Canadá. Acho que é uma abordagem ruim, porque a China estava apenas respondendo à guerra comercial e às tarifas. Não foi a China que começou.

Vivemos num mundo em que a mudança climática e os desastres estão por toda parte. As temperaturas estão subindo e há desastres naturais acontecendo no mundo inteiro. Precisamos de mais energia limpa. A Europa e a China agora têm mais energia renovável, o que é ótimo, mas não deveríamos bloquear tecnologias ou produtos verdes. A China não bloqueou a Airbus nem a Boeing por seus aviões serem fabricados em países ocidentais. A China deixou de comprá-los e impôs tarifas sobre eles? Não, e vice-versa. A Alemanha ainda exporta para a China mais carros com motor a diesel e a gasolina do que a China exporta carros elétricos para a Alemanha.

Há muitos casos de dois pesos e duas medidas, e não se pode dizer que a China deve produzir sempre têxteis, sapatos ou suéteres e, se ela desenvolve alguma tecnologia mais sofisticada, erguer barreiras e impor tarifas; essa não é a abordagem certa. Deveríamos todos trabalhar juntos. A China consegue produzir painéis solares muito baratos para gerar energia. Se a China consegue fazer isso a baixo custo, que a China subsidie o mundo, sobretudo os países em desenvolvimento. Vamos compartilhar essa tecnologia. Acho que a UE e a China deveriam trabalhar juntas, e com os Estados Unidos, para ajudar o Sul Global a desenvolver energia limpa.

Acho que foi um erro tratar a China como rival e começar a falar em sobrecapacidade, que não existe. A Agência Internacional de Energia (AIE) previu que precisamos de 820 gigawatts de novas instalações fotovoltaicas, mas só conseguimos fornecer 20% disso. Precisamos investir US$ 4,5 trilhões por ano

em energia renovável, mas só investimos US$ 1,8 trilhão em 2023. Estamos longe de um excesso de oferta. Na verdade, temos falta de oferta. Acho que precisamos trabalhar nisso.

RTV Slovenija: Há muita desconfiança no Ocidente em relação à China por causa de seu sistema político e dos direitos humanos. Há também tensões políticas, sobretudo no mar do Sul da China. Há, claro, muita desconfiança também do lado chinês em relação ao Ocidente, e aí vem a pergunta: como os senhores, na China, veem o Ocidente? Qual é a razão dessa desconfiança, incluindo o passado colonial?

Henry Huiyao Wang: Desde 1840, quando começou a Guerra do Ópio e os britânicos invadiram a China, o país viveu um século de humilhações. Mas acho que a China já superou isso. A China agora fala em construir um futuro compartilhado para a humanidade e convidou mais de 50 líderes africanos a Pequim para a cúpula China-África, o maior encontro de chefes de Estado na China nos últimos anos.

A China quer se dar bem com o Ocidente. O que a China diz é que o Ocidente tem um modelo muito bom, que funciona para o Ocidente, com uma longa história fundada no cristianismo e uma cultura diversa. Pois bem, a China também tem seu próprio modelo. A China tem 5.000 anos de civilização, que nunca foi interrompida. A China tem uma meritocracia em que os funcionários públicos são selecionados por meio de exames, numa tradição de milhares de anos. A China tem uma democracia consultiva em que as pessoas se reúnem para debater e criticar o partido governante, mas de forma construtiva. Esse é o modelo que a China adotou. A China também tem uma visão de longo prazo e planos de longo prazo, com um plano quinquenal após o outro. Um partido debatendo com o outro e vetando só por vetar é algo que não acontece na China. Há alguns problemas na China, mas, de modo geral, a China se saiu muito bem e se tornou a segunda maior economia do mundo, tirando 800 milhões de pessoas da pobreza, 70% do total mundial. Alguma coisa os chineses devem ter feito certo.

RTV Slovenija: Os Estados Unidos são, digamos, um hard power e uma grande potência militar. A Europa é considerada um grande soft power. A China é vista no Ocidente como um monólito, e é por isso que existem certos

temores, porque enfrentar um monólito tão grande é algo difícil de imaginar. Mas a China é realmente um monólito?

Henry Huiyao Wang: Não, acho que não. Por exemplo, tive um diálogo muito longo tanto com o professor Graham Allison quanto com o professor Joseph Nye, ambos ex-colegas meus em Harvard, na época em que fui pesquisador sênior de lá. O professor Joseph Nye dizia que os Estados Unidos são grandes o bastante e a China é grande o bastante. Os Estados Unidos não podem mudar a China. A China não pode mudar os Estados Unidos. As relações estão no ponto mais baixo de um ciclo de 20 anos. No fim das contas, provavelmente teremos simplesmente de aceitar um ao outro.

Publiquei recentemente um livro, intitulado *Escaping Thucydides's Trap*, que registra meu diálogo com Graham Allison, decano fundador da Harvard Kennedy School; a Armadilha de Tucídides é o conceito de que a potência dominante do mundo e a nova potência em ascensão estão fadadas a entrar em conflito. Mas ele diz que isso não é inevitável. Podemos evitá-lo.

Existe uma preocupação porque os Estados Unidos e a China têm sistemas diferentes, culturas diferentes e etnias diferentes. As pessoas talvez não conheçam tão bem a China, e por isso há certos temores no Ocidente. Mas este ano a China abriu a isenção de vistos para quase 15 países da UE. Acabo de conhecer aqui em Bled uma dirigente de um think tank italiano. Ela tinha acabado de voltar de Pequim, na véspera desta conferência. Contou-me que não ia lá havia dez anos e que ficou realmente surpresa ao ver que o céu estava azul e que a poluição tinha desaparecido de Pequim. As pessoas estão mais confiantes, e Pequim mudou enormemente, com novas ligações de transporte e toda a tecnologia verde. Ela ficou muito impressionada. Passou 10 dias na China como turista, aproveitando a política de isenção de vistos. Espero que mais pessoas visitem o país e que sua percepção da China melhore, porque, se forem lá ver, vão ver como vivemos. Não temos grandes diferenças. Deveríamos nos aproximar.

RTV Slovenija: Por causa do papel que a China desempenha hoje no mundo moderno, e é um papel enorme, algumas pessoas se perguntam — já que temos agora essa guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que alguns consideram uma guerra entre a Rússia e o Ocidente — se a China não poderia fazer mais com essa

diplomacia sutil de que o senhor tanto fala. Os senhores poderiam fazer mais para levar a paz à região?

Henry Huiyao Wang: Sem dúvida. Acho que a China pode fazer mais. Por exemplo, acho que já há cansaço dos dois lados. Além disso, os dois candidatos na atual eleição presidencial americana disseram que querem acabar com a guerra. Trump disse que vai acabar com a guerra em 24 horas, ou até antes de tomar posse. Se os Estados Unidos ou o Ocidente em geral quiserem acabar com essa guerra, vão precisar do apoio da China, porque a China é o maior parceiro comercial da Rússia. E a China tem muito peso político junto à Rússia.

A China disse que nenhuma arma nuclear deve ser usada no confronto entre a Rússia e a Ucrânia. Ao que parece, esse alerta teve algum efeito. O que penso é que agora há cansaço dos dois lados, e a opinião pública americana não apoiaria essa guerra indefinidamente, como faria no caso de Israel. A China poderia entrar como uma terceira parte neutra, capaz de aproximar os dois lados, porque é o maior parceiro comercial tanto da Ucrânia quanto da Rússia. Evidentemente, quando a China se senta à mesa, isso pode realmente fazer uma enorme diferença para se chegar a um cessar-fogo.

RTV Slovenija: Mas há algo muito interessante quando se trata da China. A República Popular da China não se envolve numa guerra desde os anos 1970, no Vietnã. Então é realmente fascinante olhar para o mundo de hoje, onde há guerras em curso. O que talvez preocupe, da perspectiva europeia, é a situação no mar do Sul da China. Falamos também das Filipinas e do Vietnã, mas isso tem a ver principalmente com o chamado problema de Taiwan?

Henry Huiyao Wang: Acho que são duas questões distintas. Há a questão de Taiwan, e Taiwan sempre foi parte da China; quando os Estados Unidos e a República Popular da China estabeleceram relações diplomáticas, por exemplo, os Estados Unidos reconheceram Taiwan como parte da China. Do mesmo modo, 183 países reconhecem Taiwan como parte da China e o governo chinês como o representante legítimo de toda a China. Então esse princípio existe, essa política existe.

Acho que há certa tensão porque a China sempre reage a iniciativas como a visita de Nancy Pelosi, que violou o acordo tácito de não manter laços oficiais com Taiwan. A China teve de fazer alguma coisa. Quando a presidente Tsai Ing-

-wen visitou os Estados Unidos, mais uma vez a China teve de fazer alguma coisa. Ou quando os Estados Unidos enviam aeronaves militares para os arredores de Taiwan, a China tem de fazer alguma coisa. A China está sempre reagindo.

Mas a China quer a reunificação pacífica. A China já disse muitas vezes que essa é a prioridade e a abordagem preferida. Na província de Fujian, bem em frente a Taiwan, o governo anunciou que vai conceder aos taiwaneses os mesmos benefícios dos moradores locais em educação, emprego e assistência médica. Já há 1 ou 2 milhões de taiwaneses trabalhando na China continental, e há mais meio milhão de maridos e esposas casados de um lado e de outro do estreito de Taiwan. Eles compartilham a mesma língua, a mesma cultura e as mesmas tradições. Acho que, a longo prazo, vão se integrar pacificamente. Ainda ontem, a China anunciou que os moradores da província de Fujian poderão viajar a Taiwan; então, podemos nos integrar, se não houver interferência estrangeira.

RTV Slovenija: É um detalhe interessante. Taiwan, claro, é uma potência econômica muito importante, o maior produtor mundial de semicondutores. Na verdade, a indústria de semicondutores de Taiwan é uma espécie de garantia de uma espécie de status quo com o qual todos podem conviver — a China e a comunidade internacional. Como o senhor vê isso?

Henry Huiyao Wang: A China está satisfeita com esse status quo, desde que Taiwan não declare independência nem se torne uma plataforma para a retórica internacional antichinesa. As empresas americanas são muito espertas. A Apple não usa a IBM nem a Intel; usa a TSMC, de Taiwan, para produzir semicondutores. E usa a Foxconn, outra empresa taiwanesa, para produzir o hardware na China continental. A Apple se tornou a maior empresa do mundo porque soube aproveitar os recursos e os talentos da Grande China. É muito inteligente, porque, se usasse a IBM ou a Intel, provavelmente não seria a maior empresa do mundo. Agora vemos isso ameaçado por esse possível conflito. Isso não é do interesse dos Estados Unidos, nem do interesse da China. Acho importante mantermos essa liberdade econômica.

Agora os Estados Unidos aprovaram a Lei CHIPS, e não se trata apenas de os Estados Unidos deixarem de vender para a China: eles proibiram Taiwan, o Japão, os Países Baixos e a Coreia do Sul de vender chips para a China. Isso é realmente demais, porque prejudica as empresas americanas. A China compra

30% dos chips do mundo. Se elas perderem esse negócio, sua P&D vai sair prejudicada. Não sei por quanto tempo vão conseguir sustentar isso. Espero que o novo presidente adote uma abordagem mais inteligente, em vez dessa abordagem contraproducente.

RTV Slovenija: Minha última pergunta é esta. Considerando o otimismo que o senhor manifestou no início, de que a pequena Eslovênia pode fazer algo e de que os grandes atores do mundo deveriam de fato colaborar, porque é um só mundo, com problemas muito parecidos, como o senhor, como especialista, vê o futuro próximo?

Henry Huiyao Wang: Antes de responder à sua pergunta, gostaria de tocar na questão do mar do Sul da China que você mencionou. Acho que a China se dá bem com todos os países da ASEAN. A China se dá bem com o Vietnã, e o secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã acabou de visitar Pequim, há dez dias. E também a Malásia, a Indonésia, todos esses países têm algumas questões no mar do Sul da China, mas não temos nenhum problema. Estamos nos dando muito bem. A China também se dava muito bem com as Filipinas quando o antecessor de Marcos esteve no poder, por dois mandatos. A China nunca teve problemas com ele. Recentemente, tivemos alguns problemas porque os Estados Unidos reabriram nove bases militares nas Filipinas e aumentaram sua presença militar. Eles continuam rompendo o status quo. Então a China tem de defender aquilo que reivindica. Claro, acho que há uma maneira de fazer isso. Deveríamos seguir a cúpula China-ASEAN e o Código de Conduta para o mar do Sul da China. Estamos trabalhando nos princípios desse código, mas vamos acertar os detalhes. Se o Vietnã, a Indonésia, a Malásia, Brunei e todos os outros países da ASEAN não têm problemas com a China ou conseguem coexistir pacificamente, por que as Filipinas não conseguem? Deve haver uma maneira de fazer isso, em vez de se apoiar nas nove bases militares americanas e continuar a desafiar a China quanto ao status quo existente.

Então, por fim, sobre o papel da Eslovênia, que é muito impressionante, sobretudo no que diz respeito ao Fórum Estratégico de Bled. A Eslovênia não é um país grande, mas pode desempenhar um grande papel. É membro do Conselho de Segurança da ONU, e também o preside, e tem um enorme soft power para definir agendas, conduzir debates, criar novas narrativas, contar novas histórias,

mudar a forma de pensar das pessoas e injetar novo impulso e dinamismo no discurso global. Acho que um lugar lindo como Bled pode dar uma enorme contribuição. Por isso acho que não devemos subestimar o que a Eslovênia pode fazer. Ela está realmente fazendo grandes coisas.

O Centro para a China e a Globalização, como um dos think tanks mais ativos da China, adoraria colaborar com o Fórum Estratégico de Bled. Na verdade, já recebemos a vice-primeira-ministra e ministra das Relações Exteriores, Fajon. Ela visitou nosso think tank e fez um ótimo discurso na China. Quando sua vice-primeira-ministra e ministra das Relações Exteriores falou no CCG, convidamos embaixadores da ONU, entre eles o embaixador do Japão, e o recém-nomeado enviado chinês para o clima, o ministro Liu Zhenmin. Esse é um bom exemplo de como podemos trabalhar juntos para amplificar as vozes eslovenas e ouvir a visão chinesa, para que possamos trabalhar juntos e construir um futuro melhor.

RTV Slovenija: Dr. Wang, muito obrigado pela entrevista, e aproveite a Eslovênia.

Henry Huiyao Wang: Obrigado.

Uma China mais aberta é uma China mais segura[7]

O 15º Fórum de Segurança de Aspen, evento anual promovido pelo Aspen Strategy Group, foi realizado no Colorado de 16 a 19 de julho de 2024. O dr. Henry Huiyao Wang, presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), e a dra. Mabel Lu Miao, secretária-geral do CCG, foram os únicos representantes chineses convidados a participar. Ao longo dos quatro dias do evento, eles mantiveram conversas presenciais com muitas figuras de destaque do governo americano, da comunidade estratégica, de think tanks, de delegações diplomáticas, de ONGs, de empresas e da mídia, promovendo os intercâmbios China-EUA entre os povos e entre think tanks. Durante o fórum, Henry Huiyao Wang deu uma entrevista exclusiva à Phoenix News.

[7] Esta transcrição foi traduzida da versão em chinês da entrevista exclusiva à Phoenix News. O texto original está disponível on-line.

A insistência na estratégia do "quintal pequeno, cerca alta": o sentimento antichinês como o politicamente correto americano

Phoenix: No Fórum de Segurança de Aspen deste ano, o senhor mencionou que a China não é apenas um tema, mas se tornou um pano de fundo — quase todos os painéis tocam na China em alguma medida. O que mais o impressionou neste fórum? Em que o senhor acha que o Fórum de Segurança de Aspen difere da Conferência de Segurança de Munique ou de outros fóruns de segurança de que participou?

Henry Huiyao Wang: O Fórum de Segurança de Aspen é provavelmente o fórum de mais alto nível sobre relações internacionais nos Estados Unidos. Entre os participantes estão autoridades-chave do governo e das Forças Armadas americanas, além da mídia, de think tanks e de grandes empresas. O fórum se concentra em vários aspectos da segurança internacional, entre eles a segurança militar, econômica, tecnológica e estratégica. Embora haja participantes de outros países, a maioria ainda é de americanos. O fórum envolve formuladores de políticas, responsáveis por decisões estratégicas e especialistas de think tanks americanos, o que lhe dá uma posição nitidamente americana.

Phoenix: Numa programação apertada, a primeira sessão foi dedicada ao "Desafio da China". Essa sessão não falou muito das teorias tradicionais de relações internacionais, mas enfatizou a segurança econômica e a competição tecnológica EUA-China. Vários palestrantes mencionaram a estratégia do "quintal pequeno, cerca alta". Parece que os círculos políticos e acadêmicos americanos estão bastante satisfeitos com essa estratégia e com as medidas dela decorrentes, como as sanções à Huawei e a restrição do acesso chinês a chips avançados. Qual é sua opinião sobre essas visões?

Henry Huiyao Wang: O atual governo americano considera eficaz sua série de políticas contra a China, incluindo os primeiros movimentos rumo ao "desacoplamento" e, depois, as medidas de "redução de riscos", como a Lei CHIPS e de Ciência e a estratégia do "quintal pequeno, cerca alta". No entanto, a comunidade empresarial americana não concorda inteiramente com essa opinião. Alguns no fórum questionaram se os Estados Unidos não deveriam se concentrar mais na introspecção e pensar mais em como aumentar sua competitividade, em vez de transferir a culpa para os outros; também mencionaram a necessidade

de mais engajamento, comunicação e até cooperação entre os Estados Unidos e a China.

Acredito que, embora a estratégia do "quintal pequeno, cerca alta" esteja alinhada com o atual consenso bipartidário sobre a China, ela enfrenta muitos desafios na implementação. Muitas empresas não se entusiasmam com ela, e ela tem afetado os intercâmbios econômicos e comerciais entre a China e os Estados Unidos.

Ainda assim, acredito que a China precisa se abrir ainda mais, atrair mais empresas americanas para o país e "reter" as empresas americanas na China, para evitar o desacoplamento completo provocado pela estratégia do "quintal pequeno, cerca alta". Um desacoplamento desses seria prejudicial tanto para os Estados Unidos quanto para a China.

Phoenix: O senhor mencionou a atitude das empresas. Algumas empresas disseram que, por causa da estratégia do "quintal pequeno, cerca alta", não conseguem obter lucros significativos na China, o que afeta seus investimentos tecnológicos subsequentes. No entanto, alguns debatedores argumentaram que não é bem assim e que as empresas que operam na China vão bem. Como o senhor tem contato com muitas empresas estrangeiras na China, qual é a verdadeira atitude delas diante dessa situação?

Henry Huiyao Wang: A atitude principal das empresas estrangeiras na China, especialmente das americanas, é se concentrar em "lucrar em silêncio". Quando se trata de declarações políticas, como as relativas ao consenso estratégico do Congresso e do governo americanos em relação à China, elas costumam evitar se posicionar ou o fazem apenas superficialmente. Isso porque precisam lidar com a opinião pública americana, a bolsa de valores americana e a mídia americana. Se demonstrarem simpatia pela China, podem sofrer pressão política.

A China, de certo modo, mostra mais abertura nesse aspecto. O CCG recebeu recentemente uma delegação de uma escola particular de ensino médio de Washington, que incluía filhos de muitos funcionários do Departamento de Estado. Eles constataram que o que viram na China era bem diferente do que lhes tinham contado.

Acho que o mesmo vale para a comunidade empresarial. A China precisa atrair mais empresas americanas, pois as perspectivas delas na China são promissoras. Por exemplo, acabo de me encontrar no fórum com um executivo da MasterCard que mencionou que hoje a MasterCard recebe mais apoio na China do que na Índia. As empresas conseguem se estabelecer na China, ao passo que entrar no mercado indiano ainda apresenta muitos desafios. Ele espera que a China continue a abrir ainda mais suas portas, pois atrair empresas americanas e oferecer condições equitativas de concorrência poderia influenciar indiretamente os formuladores de políticas americanos.

Phoenix: O governo americano parece achar que pode estabelecer limites claros para a estratégia do "quintal pequeno, cerca alta" ou para o comércio EUA-China, e acredita que o "quintal" dentro desses limites pode continuar do mesmo tamanho. Na realidade, porém, o "quintal" não para de crescer e a "cerca" não para de subir. Por exemplo, empresas privadas chinesas que colaboram com pesquisadores de formação militar são rapidamente rotuladas por think tanks americanos como empresas de tecnologia militar, o que as deixa sujeitas a entrar em listas negras. O senhor acha que há limites para essa ladeira escorregadia da estratégia do "quintal pequeno, cerca alta"?

Henry Huiyao Wang: Desde que tomou posse, o governo Biden se alinhou ao consenso bipartidário e tem sido ainda mais confrontador com a China do que o governo Trump. Uma série de medidas, como a estratégia do "quintal pequeno, cerca alta", a Lei CHIPS e de Ciência e o aumento das tarifas sobre os veículos elétricos chineses, foi além das medidas adotadas durante o governo Trump, causando impactos negativos significativos sobre as relações comerciais EUA-China.

A estratégia do "quintal pequeno, cerca alta" consiste apenas num quintal e numa cerca, sem nenhum limite definido, o que a torna tão genérica que quase qualquer tecnologia pode ser colocada no "quintal". Por isso, a melhor maneira de contrabalançá-la é ampliar continuamente a abertura da China, tornando mais amplo o alcance das áreas abertas e mais baixos os requisitos de acesso, e assim neutralizar a chamada abordagem do "quintal pequeno, cerca alta" dos Estados Unidos. Enquanto os Estados Unidos erguem cercas e impõem restri-

ções, a China deveria ir na contramão dessa tendência, ampliando sua abertura e removendo as barreiras dessas "cercas".

Phoenix: A China deveria construir mais pontes e atrair os outros como um ímã mais forte.

Henry Huiyao Wang: Exatamente. Para se adequar ao politicamente correto dominante nos Estados Unidos, todos neste fórum difundiam narrativas desfavoráveis sobre a China. No entanto, para influenciar ou mudar suas ideias equivocadas sobre a China, precisamos de mais abertura, como mencionado na Terceira Sessão Plenária, que pede a construção de um sistema de economia aberta de nível mais alto.

Como enfrentar os pontos de estrangulamento na tecnologia de ponta e a relação entre abertura e segurança

Phoenix: A questão dos chips é uma grande preocupação. A estratégia americana envolve tirar proveito de suas alianças; por exemplo, os Estados Unidos tentam controlar o acesso da China às máquinas de fotolitografia e às matérias-primas por meio de suas estreitas parcerias com o Japão, a Coreia do Sul e os Países Baixos, de modo a criar um ponto de estrangulamento. Como o senhor avalia a eficácia dessa estratégia na prática? O desenvolvimento dos setores chineses sujeitos a "estrangulamento", especialmente o de chips, pode ser mais bem promovido com o recrutamento de talentos estrangeiros ou por outros meios?

Henry Huiyao Wang: Depois de vários dias de reuniões, observei uma tendência clara nos Estados Unidos: há um forte desejo de evitar um conflito direto com a China, apesar da clara intenção de restringir o desenvolvimento chinês. O objetivo não é necessariamente planejar uma guerra quente contra a China, mas usar vários métodos indiretos para conter o crescimento chinês. Isso já se tornou um consenso nos Estados Unidos. A estratégia do "quintal pequeno, cerca alta" e a Lei CHIPS e de Ciência servem, ambas, a esse propósito. A Lei CHIPS e de Ciência, em particular, não é uma ação unilateral dos Estados Unidos; envolve uma coalizão com os Países Baixos, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan para conter conjuntamente a China continental. Para enfrentar isso, a China precisa intensificar seus esforços de P&D e de produção independentes, e também precisa manter a cooperação internacional. A China deve fortalecer a colaboração com outros países e regiões para contornar o chamado "quintal pequeno, cerca alta".

Com a eleição americana se aproximando, a duração dessas medidas ainda é incerta, e por isso é ainda mais importante que a China fortaleça a cooperação internacional. Para as empresas americanas de chips, não poder vender à China mais da metade de seus chips representa uma perda significativa e afeta negativamente sua P&D, além de dar à China a oportunidade de expandir ainda mais seu desenvolvimento.

Quanto aos talentos, a reunião destacou que metade dos talentos em IA dos Estados Unidos vem da China, o que é um número significativo. Representantes da OpenAI também mencionaram o desejo de intensificar os esforços para atrair talentos chineses. Acredito que o mesmo vale para a China: a China precisa atrair talentos do mundo inteiro, especialmente estudantes chineses no exterior e profissionais de TI de países como os Estados Unidos, a UE, o Japão e a Índia, para aumentar sua capacidade de inovação tecnológica.

O presidente Xi tem enfatizado amplamente a importância de atrair talentos. A China pode fazer mais nessa área. Recentemente, a China abriu a isenção de vistos para muitos países da UE, e acredito que seria benéfico estender a isenção de vistos também aos cidadãos americanos e aprimorar o sistema de "green card" do país para atrair mais estrangeiros à China.

Phoenix: Anja Manuel, diretora executiva do Fórum de Segurança de Aspen, disse que as áreas de competição intensa entre a China e os Estados Unidos, como a alta tecnologia, passarão gradualmente por uma "redução de riscos", enquanto os intercâmbios econômicos, agrícolas e culturais ficarão mais "entrelaçados". O senhor acha essa abordagem viável? O desacoplamento em algumas áreas vai afetar a confiança mútua e a cooperação em outras?

Henry Huiyao Wang: Segundo a explicação de Anja Manuel, a estratégia do "quintal pequeno, cerca alta" consiste em controlar a tecnologia de ponta americana, mas incentivar o máximo possível de cooperação em outras áreas, como com empresas do tipo da Coca-Cola, da Starbucks, do McDonald's e do Walmart. Acho que isso faz certo sentido. A ampliação da cooperação em setores não ligados à segurança, que é lucrativa para as empresas americanas, pode ajudar a conquistar mais apoio público para as relações China-EUA.

As perdas econômicas nos setores de ponta, já significativas embora ainda estejam no início, provocaram forte oposição de empresas dos Países Baixos, do

Japão e da Coreia do Sul, e até de Taiwan. À medida que as empresas americanas envolvidas enfrentarem perdas crescentes, a oposição ao desacoplamento empresarial tende a aumentar. Atualmente, as empresas americanas na China, entre elas a Apple e a Tesla, estão obtendo lucros substanciais, e essas grandes empresas também vão manifestar suas preocupações. Portanto, a duração da estratégia do "quintal pequeno, cerca alta" do atual governo vai depender de sua eficácia.

Mais importante ainda, os investimentos americanos devem poder se enraizar profundamente no vasto oceano da economia chinesa, tornando o desacoplamento impossível. Se eles tentarem o desacoplamento, a China deve fortalecer os laços; se cortarem as conexões, a China deve construir pontes. Ao promover uma comunidade de interesses estreitamente entrelaçados, é possível evitar conflitos maiores.

Phoenix: Como o senhor mencionou, a China deve construir um sistema econômico ainda mais aberto. Se os Estados Unidos usarem medidas como os "pontos de estrangulamento" para influenciar a China, isso não vai gerar insegurança do lado chinês e afetar a abertura da China ao mundo exterior?

Henry Huiyao Wang: De fato, a 3ª Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China enfatizou o equilíbrio entre desenvolvimento e segurança, mas também introduziu um novo conceito: "promover a reforma por meio da abertura". Isso significa que, quanto mais aberto o país, maior o impulso para a reforma e, consequentemente, maior a segurança. Portanto, quanto mais aberta a China, mais segura ela se torna. A Terceira Sessão Plenária foi uma verdadeira revelação para mim, pois mostra que, apesar da situação internacional complexa e de alta pressão, o país continua a enfatizar a abertura, o desenvolvimento e a economia de mercado, e não a autossuficiência ou uma circulação doméstica isolada. Isso superou minhas expectativas.

Diante de um ambiente externo complexo e adverso, seria de esperar que o país se concentrasse mais na autossuficiência. No entanto, o discurso atual enfatiza mais abertura, reforma e políticas orientadas pelo mercado. A ideia de que "quanto mais aberta a China, mais segura ela se torna" evidencia como a segurança está a serviço da abertura. Isso é crucial. Como diz o ditado chinês, não se deve deixar de comer por medo de engasgar; ao contrário, a China deve

continuar a se abrir, o que é fundamental para enfrentar as diversas ameaças à segurança.

O que os intercâmbios entre os povos significam para as relações China-EUA?
Phoenix: Ainda há certo debate nos Estados Unidos sobre se existe uma "Guerra Fria" entre a China e os Estados Unidos. Alguns argumentam que a "Guerra Fria" já é uma realidade evidente, enquanto outros acreditam que a interdependência impede tal situação. Joseph Nye acredita que a China e os Estados Unidos vivem um estado de "rivalidade cooperativa", e não de "Guerra Fria". Qual é a sua opinião?

Henry Huiyao Wang: O conceito de uma nova Guerra Fria é objeto de opiniões divergentes, e vale notar que nos Estados Unidos houve até um evento de lançamento de livro que discutia a narrativa da Guerra Fria. Alguns participantes do evento questionaram essa narrativa, observando que a era atual é fundamentalmente diferente da era soviética. Diferentemente daquela época, há hoje amplos intercâmbios entre os povos, de comércio e de investimentos entre os países, além de interações on-line por meio da internet, da informação e da economia digital. O nível de intercâmbio hoje supera de longe o do período soviético.

Na minha opinião, a noção de uma nova Guerra Fria é incorreta. Embora possa haver uma mentalidade de Guerra Fria e ações que lembram a Guerra Fria, chegar a um verdadeiro estado de Guerra Fria é, na realidade, muito difícil. Por isso, é preciso se opor à narrativa da Guerra Fria e fortalecer os intercâmbios e as interações entre os povos. Por exemplo, o CCG recebeu recentemente estudantes da Sidwell Friends School, de Washington, D.C. Também é necessário abrir o turismo e flexibilizar as exigências de imigração, concedendo isenção de vistos aos cidadãos americanos. Esses meios podem revelar elementos para construir uma comunidade de futuro compartilhado para todos, identificar o que as pessoas têm em comum e focar na segurança de toda a humanidade, e não apenas na segurança nacional.

Phoenix: Alguns ex-militares e especialistas nos Estados Unidos fizeram muitos comentários sobre as questões de segurança no estreito de Taiwan e no

mar do Sul da China. Como o senhor vê as perspectivas deles? Quais são seus estereótipos, ou há algum sinal positivo?

Henry Huiyao Wang: Ótima pergunta. Hoje de manhã, assistimos a três sessões em que Charles Q. Brown Jr., chefe do Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos, Antony Blinken, secretário de Estado americano, e Jake Sullivan, assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos, estavam presentes para interpretar as políticas americanas.

Sinto que houve certa mudança de política neste governo ao longo dos últimos três anos e meio. Quando o governo assumiu, autoridades americanas, como as que estiveram no Alasca, falavam em confrontar a China se necessário. Hoje de manhã, porém, Sullivan disse que um conflito no estreito de Taiwan precisa ser evitado a todo custo e que um conflito desses seria um desastre para o mundo inteiro. Isso indica uma mudança positiva na posição americana, já que agora o objetivo é evitar o conflito.

Claro, os Estados Unidos ainda esperam restringir a China por meio de políticas como o conceito do "quintal pequeno, cerca alta", e há muitos julgamentos ou declarações incorretos sobre a China em relação à crise na Ucrânia. No entanto, depois da cúpula de São Francisco, aumentou a frequência das visitas de altas autoridades americanas à China. Por exemplo, hoje de manhã, Blinken mencionou que Yellen, Raimondo e ele próprio já visitaram a China, e Sullivan também se comunica com frequência com autoridades chinesas. As vozes deles tendem a ser mais racionais e objetivas, o que reflete a necessidade de diálogo e comunicação de alto nível entre a China e os Estados Unidos.

Hoje de manhã, três senadores e algumas autoridades também mencionaram que os Estados Unidos precisam reforçar a guerra cognitiva, incluindo o apoio à Voz da América, entre outras coisas. As autoridades do governo, por causa de suas frequentes visitas à China, são mais cautelosas em suas declarações e enfatizam a necessidade de evitar conflitos. Acredito que isso seja um avanço em comparação com as declarações feitas três anos atrás no Alasca.

Depois do encontro entre o presidente Xi e o presidente Biden, a China e os Estados Unidos retomaram os diálogos oficiais entre as Forças Armadas dos dois países e fortaleceram a cooperação e a comunicação em questões como a mudança climática, o fentanil e a inteligência artificial. As autoridades ameri-

canas que visitam a China com frequência costumam fazer avaliações positivas e construtivas. No entanto, aqueles que não visitaram a China, como alguns membros do Congresso, tendem a ter uma visão mais negativa do país. Acredito que seja crucial dialogar mais com esses congressistas e incentivar mais parlamentares americanos a visitar pessoalmente a China. Depois de virem e verem com os próprios olhos, acredito que terão impressões diferentes da China.

Portanto, a relação entre a China e os Estados Unidos depende não só dos esforços dos governos, mas também dos intercâmbios e da cooperação entre o Congresso, a mídia, os think tanks, as empresas e outros setores. Isso é muito necessário e urgente.

Phoenix: Já ouvi pontos de vista diferentes, segundo os quais os intercâmbios culturais têm um impacto muito lento ou dificilmente conseguem romper os estereótipos existentes. Como o senhor vê o papel dos intercâmbios entre os povos?

Henry Huiyao Wang: Acho que manter o diálogo e a comunicação é extremamente importante. Por exemplo, nesta conferência não vi nenhum russo. Há dois participantes chineses, mas não muitos. Acredito que seja essencial manter abertos os canais de comunicação. Comentei com Jake Sullivan que recebemos estudantes da Sidwell Friends, e ele disse que é uma escola de muito prestígio, frequentada pelos filhos de muitas autoridades. Ele se mostrou bastante interessado nesse tipo de intercâmbio, então é crucial dar continuidade a essas interações. Claro, o processo de intercâmbio deve buscar cumprir o propósito da comunicação.

Tanto Trump quanto J.D. Vance discursaram na Convenção Nacional Republicana, e notei que as declarações de Vance sobre a China foram muito negativas. Parece estar surgindo um politicamente correto em que ser contra a China pode render indicações, mais atenção e a imagem de alguém mais duro, o que é muito prejudicial. Acredito que seja crucial ampliar os intercâmbios, aumentar as visitas e intensificar o diálogo e a comunicação em todos os níveis. Manter o contato é muito importante.

Como a China deve responder às muitas variáveis da eleição americana?
Phoenix: Diante das inúmeras incertezas da eleição americana deste ano, entre elas a tentativa de assassinato de Trump, o diagnóstico de covid-19 de Biden e a postura fortemente nacionalista de Vance, como a China deve responder a essas incertezas?

Henry Huiyao Wang: A eleição americana reflete a complexidade política dos Estados Unidos e os desafios enfrentados pela democracia americana. Do ponto de vista da China, o país não interfere na eleição americana, mas deve estar bem preparado. Seja quem for o próximo a chegar ao poder, a China deve se ater a seus princípios, o que significa manter a reforma e abertura, seguir o espírito da Terceira Sessão Plenária e manter o diálogo e a comunicação, ocupando assim uma posição moralmente superior por meio da abertura ao exterior.

Além disso, a China também pode fortalecer a comunicação e os intercâmbios, por exemplo intensificando as interações com os diversos partidos políticos. Trump disse que, se vencer a eleição presidencial, vai acabar com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia antes de tomar posse, e Vance também mencionou a necessidade de pôr fim à guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

A China pode ser a espinha dorsal e uma força decisiva na resolução da guerra na Ucrânia e do conflito no Oriente Médio. Seja quem for o próximo presidente americano, terá a tarefa de lidar com os conflitos regionais e levar a paz ao mundo. A China pode ter um papel significativo nesse sentido. Se o novo presidente americano conseguir ver a China como uma força de equilíbrio na resolução de conflitos como a guerra na Ucrânia e o conflito israelo-palestino, ou a questão da Coreia do Norte, isso ajudaria a distensionar as relações China-EUA e a destacar a China como uma força de vanguarda na promoção da paz.

A China e os Estados Unidos podem aumentar a confiança mútua e a cooperação por esses meios, para dissipar a chamada "teoria da ameaça chinesa". Como país amante da paz, a China pode oferecer novas oportunidades para a governança global e encontrar formas de cooperação num mundo multipolar, o que também é um problema que os Estados Unidos esperam resolver.

Phoenix: Obrigado, dr. Wang. É de fato uma perspectiva muito boa a de os Estados Unidos e a China trabalharem juntos.

Entender o sistema singular da China por meio do diálogo e do intercâmbio[8]

Em 20 de abril de 2024, o Centro para a China e a Globalização (CCG) e o Fórum Estratégico de Bled (BSF) promoveram juntos uma mesa-redonda com a participação de Tanja Fajon, vice-primeira-ministra e ministra das Relações Exteriores e dos Assuntos Europeus da Eslovênia, em que se discutiram as relações da China com a Eslovênia, os Estados Unidos, a Índia e outros países. Durante o evento, Henry Huiyao Wang, presidente do CCG, foi entrevistado pelo *Delo*, o maior jornal da Eslovênia.

Um olhar chinês sobre o mundo de hoje

Delo: Em meados de abril, uma delegação eslovena, da qual faziam parte a ministra das Relações Exteriores, Tanja Fajon, e vários embaixadores e diplomatas, fez sua última parada de trabalho na China na sede do Centro para a China e a Globalização (CCG). O tema central da mesa-redonda, conduzida pelo dr. Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do CCG, ex-conselheiro do Conselho de Estado da China e um dos convidados da edição do ano passado do Fórum Estratégico de Bled, foi a mudança climática.

Então, dr. Wang, para começar, estou curioso para saber que papel, na sua opinião, a Eslovênia pode desempenhar no mundo de hoje, pelo menos do ponto de vista chinês?

Henry Huiyao Wang: É bom que a ministra das Relações Exteriores da Eslovênia tenha visitado a China e que possamos conversar em mesas-redondas como esta. A Eslovênia é membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, então é importante buscar consensos. Desta vez, o foco foi a mudança climática, que também pesa sobre os países pequenos, como vimos no ano passado com as enchentes na Eslovênia.

Apesar de pequena, a Eslovênia pode ser um país importante. Como membro da União Europeia, pode tomar a iniciativa na cooperação com a China. É verdade que a China é um país enorme, mas agora temos muitas oportunidades de cooperação, já que os dois países estão no Conselho de Segurança da ONU. O Fórum Estratégico de Bled também tem grande importância. Vi com meus

[8] Esta é a tradução da entrevista de destaque concedida por Henry Huiyao Wang ao *Delo*.

próprios olhos quanta gente importante vai a Bled, de ministros a primeiros-ministros e presidentes. Mas poderíamos ampliar o fórum e convidar ainda mais palestrantes chineses, para que o seu povo também possa ouvir quem somos.

Delo: Para os senhores, a Eslovênia é uma unidade independente? Ou apenas uma pequena parte que não se diferencia em nada da política da UE e do Ocidente coletivo?

Henry Huiyao Wang: Sabemos muito bem que vocês estão na União Europeia, mas, ao mesmo tempo, também fazem parte da Europa Central e Oriental. Eu não classificaria vocês como um país ocidental tradicional. A Eslovênia poderia ter uma posição neutra. Vocês poderiam até ajudar a melhorar as relações China-EUA. Donald Trump provavelmente voltará a ser o presidente americano, e a mulher dele é da Eslovênia.

Se tiverem vontade, vocês podem se tornar um elo entre a China e a União Europeia, entre a China e a Europa Central e também entre a China e os Estados Unidos. Também podem passar a fazer parte da nova Rota da Seda. Podem ser parceiros da China e continuar fazendo parte da Europa. Nada disso deve ser descartado.

Delo: O senhor acha que nós, na Europa e nos Estados Unidos, não respeitamos a China o suficiente?

Henry Huiyao Wang: Em parte, com certeza. Basta ver como pouca gente da Europa vem à China. O diretor do Fórum Estratégico de Bled, Peter Grk, esteve na China pela primeira vez e viu uma China muito diferente da que imaginava.

Acho que para a Eslovênia só há vantagens em ter boas relações com todos. Já participamos juntos do grupo 14 + 1 (a cooperação entre a China e os países da Europa Central e Oriental). A pandemia e a guerra na Ucrânia paralisaram tudo, mas seria útil reavivar essa cooperação. Era um bom projeto, porque o foco estava na integração econômica, e não em barganhas geopolíticas.

Delo: Desta vez, na mesa-redonda, os senhores falaram de mudança climática, mas há vários anos estamos divididos pela guerra na Ucrânia e agora também pela destruição de Gaza por Israel.

Henry Huiyao Wang: Num mundo tão dividido, a Eslovênia tem uma oportunidade única de se tornar um país importante, já que vocês fazem parte do Conselho de Segurança da ONU. Vocês podem fazer muito para resolver as

crises na Ucrânia e em Gaza. Podem organizar mesas-redondas e conferências, para que o maior número possível de pessoas trabalhe pela paz.

Delo: Mas como chegar a soluções concretas, em vez de apenas falar de uma paz que, na prática, nunca existe?

Henry Huiyao Wang: O Fórum Estratégico de Bled pode se tornar um fórum pela paz mundial. Convidem todo mundo para lá: representantes da Ucrânia, da Rússia, de Israel, da Palestina, dos Estados Unidos e da China. Ninguém está conversando agora, mas, para acabar com a guerra, as pessoas precisam se sentar à mesa.

A China já tinha proposto a realização de uma cúpula de emergência sobre a paz em Gaza, mas os Estados Unidos a vetaram. A Eslovênia poderia fazer a mesma proposta. Deveríamos ter propostas mais concretas para acabar com as guerras na Ucrânia e em Gaza. Estive no fórum de Davos. Falamos da Ucrânia, mas não havia representantes russos. É preciso ter os dois lados à mesa; caso contrário, não faz sentido. O local das negociações também poderia ser Liubliana. Quando se trata de negociar, todos nós poderíamos fazer muito mais.

Delo: Não é mesmo possível deter a destruição de Gaza por Israel com ações concretas? O resto do mundo está completamente impotente diante da aliança entre Israel e os Estados Unidos?

Henry Huiyao Wang: Não tenho outra resposta senão repetir que precisamos de mais conversas e de mais propostas de paz. Nos Estados Unidos, eles sabem que não têm base moral para defender Israel. Não podem vetar para sempre; por isso precisamos do maior número possível de propostas de paz, porque, a cada novo veto, os Estados Unidos ficarão mais constrangidos. Deveríamos pressioná-los ainda mais, e essa é uma oportunidade para que a Eslovênia e a China, participando do Conselho de Segurança, ajudem a pôr fim às guerras em Gaza e na Ucrânia.

Quando a guerra na Ucrânia começou, escrevi uma carta aberta ao *New York Times*. Pedi uma reunião imediata dos sete participantes: os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, a União Europeia e a Ucrânia. Mas nada aconteceu. Nem reunião nem negociações.

Delo: Aqui na China, já ouvi dizer que qualquer guerra que envolva os Estados Unidos só é boa para a China.

Henry Huiyao Wang: Não é verdade. A China é o principal parceiro comercial de mais de 120 países, entre eles o Irã, a Arábia Saudita, a Rússia e a Ucrânia, e é o segundo parceiro mais importante de Israel. Quando os houthis começaram a atacar navios no mar Vermelho por causa de Gaza, foi a China que mais perdeu, porque os navios de carga chineses passam por aquela região. A China não quer guerra nenhuma. Queremos mais paz e estabilidade. Os Estados Unidos são muito mais obcecados pela guerra do que nós. Estão envolvidos nas guerras da Ucrânia e de Gaza, mas ainda têm tempo para novas sanções contra a China. Isso não é um bom sinal.

O mundo está se tornando bipolar. Os países são obrigados a escolher a quem apoiar. Mas não é bom para ninguém ser forçado a escolher entre os Estados Unidos e a China, ainda mais porque a China é um país completamente diferente do que as pessoas imaginam. Vocês podem, sim, cooperar conosco em diferentes níveis. É claro que a China também não é perfeita e tem muitos problemas, mas, se conversarmos, certamente encontraremos uma forma de cooperar.

Delo: A que problemas chineses o senhor se refere?

Henry Huiyao Wang: Tivemos três anos de fechamento por causa da pandemia, e a economia está se recuperando mais devagar do que se esperava. Também temos problemas demográficos, por causa do envelhecimento da população. Por causa das sanções americanas, nossa relação com a UE também está tensa, mas parte da culpa pelas más relações é também da China, porque não somos bons em mostrar ao mundo quem somos e o que queremos. Pouca gente na China fala inglês, então não conseguimos explicar aos estrangeiros o que de fato acontece aqui e como vivemos.

Nosso sistema político é diferente. Um só partido governa o país, por isso temos mais estabilidade, e cada plano quinquenal se baseia nos planos quinquenais anteriores. Para nós, isso é uma grande vantagem, mas, para quem está de fora, é um erro enorme. Dizem que temos uma autocracia, e não uma democracia. Em vez de conversar, começamos imediatamente a pôr uns aos outros em categorias predeterminadas, o que não ajuda ninguém. Por isso, a China com certeza deveria fazer mais para mostrar uma imagem melhor de si mesma. Mais chineses deveriam viajar pelo mundo, e mais gente deveria vir à China. A decisão

de isentar de visto os viajantes de alguns países europeus é um passo na direção certa. Não sei qual é a política para a Eslovênia. Vocês ainda precisam de visto para visitar a China?

Delo: Sim, ainda precisamos.

Henry Huiyao Wang: Isso deveria ser corrigido. Não sei por que o primeiro-ministro chinês não incluiu a Eslovênia na lista. Minha proposta é que todos os cidadãos da UE tenham entrada livre na China, para que possam ver o que está acontecendo aqui e quem somos. Que aqui as coisas estão em ordem e que o sistema funciona. Mas também podemos fazer mais para melhorar a internet para os estrangeiros, porque hoje é preciso usar uma VPN.

Delo: O senhor mencionou o envelhecimento da população. A China vai precisar abrir as portas para trabalhadores estrangeiros para manter a eficiência da mão de obra?

Henry Huiyao Wang: Chegamos a um ponto crucial, em que a população da China vai encolher, mas ainda temos 12 milhões de formados todos os anos. Estamos passando da sociedade mais populosa para a mais talentosa. Embora a população da China esteja diminuindo, a qualidade da população é melhor do que nunca. Na China, temos quase 250 milhões de pessoas com diploma de graduação. E a cada ano teremos mais.

Com cada vez mais automação e inteligência artificial, podemos lidar facilmente com o problema do envelhecimento da população. E, embora nossa população esteja diminuindo, vai levar muito tempo até sermos apenas um bilhão. Mas, mesmo com um bilhão de pessoas, continuaremos sendo um país enorme. O Japão tem uma população ainda bem mais velha, por isso atrai trabalhadores estrangeiros, o que a China também pode fazer, mas, no momento, estamos concentrados apenas em atrair talentos estrangeiros. Todo o resto podemos resolver sozinhos.

Delo: Em população, a China foi ultrapassada pela vizinha Índia, com a qual não tem relações muito boas.

Henry Huiyao Wang: O problema é, antes de tudo, a relação entre os Estados Unidos e a China, que obriga todos os países a decidir a quem apoiar. Os Estados Unidos apoiam a Índia, mas a China e a Índia também deveriam encontrar um caminho comum. São os maiores países do mundo em população, além de

vizinhos, e essas são as razões pelas quais deveriam cooperar, ainda mais porque ambos são membros do BRICS.

Olhando bem para trás, a Índia e a China sempre foram amigas. Também foi da Índia que trouxemos o budismo. O primeiro chinês a "estudar no exterior" foi o monge Faxian, no início do século V. Ele foi à Índia e trouxe muitas coisas úteis de volta para a China.

Só tivemos altos e baixos nos últimos cinquenta ou sessenta anos, e mesmo assim nunca tivemos uma grande guerra. Apesar de todas as divergências, podemos cooperar economicamente e nos complementar. A Índia tinha um PIB maior que o da China nos anos 1980, mas hoje o PIB da China é cinco vezes o da Índia; temos, portanto, muito a oferecer em muitas áreas, da construção ao empreendedorismo e às tecnologias modernas. A China criou o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, e é a Índia que recebe a maior parte de seus empréstimos; o vice-presidente do banco também é indiano.

Há muitas oportunidades na nossa relação. Todos os nossos problemas são políticos, mas também nas relações geopolíticas vemos que a Índia nem sempre segue os ditames americanos, por exemplo, na guerra da Ucrânia.

Delo: Mas não é verdade que a Índia precisa da Rússia justamente para equilibrar sua relação com a China? Porque, se tomasse posição contra a Rússia, a Índia ficaria bem mais dependente da China. Isso também levanta a questão de até que ponto a paz é realmente um valor e até que ponto é apenas uma moeda de troca entre grandes potências.

Henry Huiyao Wang: Vou responder de um jeito um pouco diferente. Quando se trata de paz, a China tem uma abordagem diferente da dos Estados Unidos. Nós buscamos cooperação econômica, enquanto os americanos buscam cooperação geopolítica. Os Estados Unidos têm os Princípios de Camp David com o Japão e a Coreia do Sul; há também o grupo Quad, com a Índia, a Austrália e o Japão; não podemos esquecer o programa Cinco Olhos, com a Austrália, o Canadá, a Nova Zelândia e a Grã-Bretanha; e há ainda a aliança da OTAN, em constante expansão.

Os Estados Unidos estão ampliando seu guarda-chuva de segurança política, e a China oferece cooperação econômica aos seus parceiros. Uma associação desse tipo é o BRICS, e recentemente aumentamos o número de membros de

cinco para dez. Investimos US$ 1 trilhão na Nova Rota da Seda, num total de três mil projetos no Sul Global. Também participamos da Parceria Econômica Regional Abrangente, com quinze países do Pacífico, entre eles o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia. Temos ainda a cúpula China-África e a cooperação com a América Latina e com os países do Golfo. São todas uniões econômicas. A longo prazo, as pessoas vão ver a diferença, e por isso cada vez mais países vão buscar a cooperação com a China, como já vemos no BRICS, pois a Turquia também quer entrar.

Porque, afinal, quem quer lutar? Bem, a Rússia está lutando na Ucrânia, mas uma guerra sempre precisa de dois lados. Se a OTAN não tivesse avançado sobre a fronteira russa, talvez os russos não tivessem ido à guerra. É claro que a invasão russa é um passo completamente errado, mas não aconteceu por acaso. Houve muitos acontecimentos que levaram à guerra de hoje. Por isso acho que o único caminho para a paz é a cooperação econômica. Foi a China que interveio para o restabelecimento das relações entre o Irã e a Arábia Saudita. Conseguimos fazer isso porque somos o maior parceiro comercial dos dois países. Em vez de construir bases militares pelo mundo, preferimos construir integração econômica e investimentos.

Nossa força está na economia, e acho que isso é o certo. Se você aumenta os investimentos militares, significa que investe menos dinheiro em educação, saúde e cuidados com os idosos. Se aumentarmos a cooperação econômica, todos progredimos, e as pessoas que têm uma vida melhor não querem pegar em armas.

Delo: Mas a China também está investindo mais em suas Forças Armadas. E até aqui na China se ouve falar cada vez mais da possibilidade de uma intervenção militar em Taiwan, sobretudo no caso de uma nova ingerência dos Estados Unidos.

Henry Huiyao Wang: O ex-presidente taiwanês Ma Ying-jeou visitou Pequim recentemente e se reuniu com o presidente chinês, Xi Jinping. Taiwan é um caso completamente diferente da Ucrânia, porque Taiwan e a China continental são um só povo. Somos todos da etnia han, por isso compartilhamos a mesma língua e a mesma cultura.

Nas últimas eleições, o Kuomintang e o Partido Popular de Taiwan, que são favoráveis à unificação com a China continental, conquistaram a maioria. É verdade que o Partido Democrático Progressista, que defende a secessão, venceu com 40%, mas até nesse partido se percebe que a secessão não tem futuro.

O governo chinês tem enfatizado há muito tempo que o retorno de Taiwan não significa que a China vá sobrecarregar a ilha com novos impostos. Em Hong Kong, podemos ver como funciona o princípio "um país, dois sistemas". No máximo, eles perderão uma política externa independente, mas, mesmo hoje, não há muitos países que mantenham relações diplomáticas formais com Taiwan. Portanto, se não houver interferência estrangeira, Taiwan vai se unir à China continental de forma totalmente natural.

Delo: Taiwan poderia, então, manter seu sistema, com mais liberdade?

Henry Huiyao Wang: Sim, porque a China não se cansa de repetir: um país, dois sistemas. O que vale para Hong Kong poderia perfeitamente valer também para Taiwan.

Delo: Mas é justamente o caso de Hong Kong que confirma que o domínio da China está aumentando. E provavelmente é em Taiwan que a relação entre a China e Hong Kong é acompanhada mais de perto.

Henry Huiyao Wang: Fala-se muito de Hong Kong, mas já se passaram 25 anos desde a unificação. Aprovaram algumas leis novas, mas continua sendo um país, dois sistemas. As pessoas em Hong Kong têm muita liberdade. Também se fala muito de liberdade política, mas ao lado de Hong Kong está uma China enorme, com um governo unificado e forte, que não gosta que gente de fora incentive a população de Hong Kong a se rebelar contra a China.

Taiwan poderia manter um sistema diferente e benefícios especiais. Não sei por que Taiwan iria querer secessão e guerras. A China não quer a guerra, e ela não vai acontecer se não houver interferência estrangeira e se Taiwan não declarar independência. Queremos paz na China. Faz só vinte anos que temos um renascimento econômico, enquanto a Europa e os Estados Unidos o têm há cem anos; por isso o povo chinês não quer destruir essa vida boa, que mal começamos a aproveitar.

Delo: O status quo atual pode se manter?

Henry Huiyao Wang: É bem possível. Se os americanos não mandarem armas e se congressistas americanos não visitarem Taiwan, o mais provável é que continuemos a manter o status quo atual.

Delo: Mas não seria justo que o povo de Taiwan tivesse a palavra final? Porque, por enquanto, só ouvimos o que a China e os Estados Unidos pensam sobre Taiwan.

Henry Huiyao Wang: Nós estamos ouvindo Taiwan. Já disse que, nas últimas eleições, os dois partidos que apoiam a unificação com a China continental conquistaram a maioria. Essas pessoas somam 60%. Lai Ching-te, presidente do Partido Democrático Progressista, que apoia a independência, também fala cada vez menos em secessão.

Com todas as divergências e a competição entre os Estados Unidos e a China, muitas vezes deixamos de ver que há um número enorme de empresas americanas fazendo negócios na China, assim como um número significativo de expatriados chineses nos Estados Unidos. Portanto, a relação não se resume a preto e branco.

Delo: É verdade. As divergências são criadas pelos políticos, sobretudo pelos americanos. Os ricos nos Estados Unidos só ficam mais ricos, e as desigualdades sociais não param de crescer. Wall Street bate recordes de negócios, assim como as multinacionais americanas, mas pouco desse dinheiro volta para o povo americano para resolver os problemas sociais. Não esqueçamos que a China também detém uma parcela significativa da dívida externa dos Estados Unidos.

Henry Huiyao Wang: A China se encaixa perfeitamente no perfil de inimigo dos Estados Unidos: somos um país grande, em breve vamos ultrapassar economicamente os Estados Unidos e temos um sistema político diferente. A oposição americana à China é, portanto, sobretudo política. No fim das contas, o mais fácil para os políticos americanos é dizer que as pessoas nos Estados Unidos estão perdendo o emprego por causa da China, e sempre nos tornamos um inimigo especialmente grande em ano de eleição americana.

Mas a China continua reiterando que quer cooperação, redução de riscos e uma integração ganha-ganha. Infelizmente, nos Estados Unidos ainda há muito preconceito contra a China, então será difícil resolver as divergências no curto prazo, ainda que isso só viesse a beneficiar a China. Por exemplo, a China investe

muito no desenvolvimento de painéis solares e de carros elétricos; talvez um dia os Estados Unidos percebam que não somos realmente o problema. Não há nada de errado em ter crescimento econômico e um sistema político diferente, e não é o fim do mundo se as coisas continuarem assim. Porque podemos viver em paz. Mas também é verdade que sempre há atrito quando uma nova potência começa a se aproximar da principal potência mundial.

Delo: Qual é a importância das eleições americanas para a China? Quem o senhor preferiria ver no cargo de presidente dos Estados Unidos?

Henry Huiyao Wang: Vai ser mais ou menos igual com qualquer um. Joe Biden é mais previsível. Usa o método da cenoura e do porrete, então às vezes é duro, às vezes é gentil. Donald Trump tem muitas faces, então nunca se sabe o que esperar, mas, acima de tudo, é um homem que sempre quer fechar um acordo. E, se ele quer negócios, a China é o melhor país. Temos muito a oferecer, então podemos fazer negócios com todos que quiserem.

Não estamos realmente muito preocupados com quem será o presidente americano. A política americana é praticamente a mesma o tempo todo — só muda o rosto. Imagino que a China continuará sendo um dos principais alvos dos Estados Unidos, seja quem for o presidente. Mas, como eu disse, há diferenças. Trump busca negócios; Biden busca estabilidade política.

A China também continuará a mesma. Não colonizamos ninguém, não mandamos tropas para lugar nenhum, não atacamos ninguém. Vocês não precisam se preocupar conosco. Podemos ter armas nucleares, mas nunca seremos os primeiros a usá-las. Não fazemos ameaças como a Rússia, que diz que usará armas nucleares se houver problemas no campo de batalha. Tornamo-nos a maior nação comercial porque o que nos interessa são os negócios, não a guerra.

Delo: Quão grave é, para a comunidade global, a falta de líderes mundiais mais comprometidos com uma paz justa e verdadeira? Olhando para as próximas eleições americanas, nem Biden nem Trump inspiram grandes esperanças.

Henry Huiyao Wang: Biden é o candidato à presidência mais velho da história dos Estados Unidos, e Trump é só um pouco mais novo. Acho que não é saudável que um país com tanta gente talentosa tenha candidatos assim nas eleições; basta ver como são fracos os debates das eleições americanas sobre a China como autocracia e a democracia no Ocidente. Os Estados Unidos não são

exatamente um modelo de democracia se não conseguem oferecer candidatos à presidência melhores e mais jovens.

Delo: E qual é a situação nos bastidores políticos da China? Há candidatos novos para liderar o país no futuro?

Henry Huiyao Wang: O presidente Xi Jinping não é de forma alguma tão velho a ponto de precisar ser substituído.

Delo: Mas, aos 70 anos, ele não é exatamente jovem.

Henry Huiyao Wang: Mas também não é velho. Na tradição chinesa, acreditamos que os líderes devem ser pessoas mais velhas. Sempre buscamos a estabilidade e um líder forte. Numa nação tão grande, a estabilidade é da maior importância. Se tivéssemos um governo novo a cada poucos anos, nunca teríamos feito esse tipo de progresso. Temos um plano quinquenal, que é um aperfeiçoamento do plano quinquenal anterior, então o governo tem de seguir as diretrizes e as metas.

Não devemos julgar ninguém pelo tempo que está na presidência, mas pela qualidade e pela estabilidade com que conduz o país. O primeiro-ministro de Cingapura, Lee Hsien Loong, governa o país desde 2004; Angela Merkel foi chanceler por 16 anos; Vladimir Putin está à frente da Rússia há mais de vinte anos. Sob a liderança de Xi Jinping, a China dobrou seu PIB e tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza. Em termos de conquistas econômicas, ele é um presidente excelente.

As pessoas deveriam vir aqui e ver do que estou falando. Governar um país de 1,4 bilhão de pessoas não é fácil. Mesmo assim, não há tiroteios como nos Estados Unidos nem atentados terroristas como na Rússia. Nunca se ouve falar de 50 pessoas baleadas na China. Nossas ruas são muito seguras. Antes havia batedores de carteira, mas agora eles sumiram.

Delo: No entanto, ninguém tem permissão para criticar o governo chinês em público.

Henry Huiyao Wang: Nossa forma de governar é diferente. Somos uma meritocracia há milhares de anos, e hoje não é diferente. Os políticos têm de começar a carreira no âmbito local; depois podem ir subindo até cargos de direção na província, e só no fim podem pensar no governo nacional. Ninguém chega

a um cargo importante no governo com apenas uma ou duas boas aparições públicas.

Nosso arranjo também poderia ser descrito como uma democracia tecnológica. Na China, todos usamos o celular e votamos com ele todos os dias — no que comemos, para onde viajamos, no que compramos. Todas essas são as nossas eleições, quando votamos com a carteira. O governo tem muitos dados sobre as pessoas por meio dos aplicativos de celular, por exemplo, pelo WeChat, por isso sabe exatamente o que elas querem.

A China sempre fez parte da democracia global. Nossa maior oposição são os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Todos nos criticam, então ninguém pode dizer que faltam críticos à China. Também há oito partidos não comunistas na China. Eles fazem sugestões e críticas ao governo, mas não publicamente, pela mídia.

Não importa se o gato é branco ou preto, desde que cace ratos. Com o governo atual, a China se tornou a segunda maior economia do mundo. Obviamente fizemos algo certo. Por que copiaríamos os Estados Unidos e a UE, se temos nosso próprio sistema, baseado nas tradições e nos valores chineses?

A volta do gaokao, os estudos no exterior e uma carreira entre culturas — A trajetória pessoal de Henry Huiyao Wang[9]

Living History: Stories from the Opening of China é uma série documental, ainda em andamento, de entrevistas em vídeo sobre o período entre a abertura da China, em 1979, e a Expo 2010 de Xangai. A equipe do programa tem como objetivo registrar e preservar as experiências pessoais de acadêmicos, diplomatas, formuladores de políticas, empresários, artistas, estudantes, atletas e outras pessoas que viveram esse período, relatando as surpresas, os desafios e as experiências memoráveis que elas viveram juntas. São histórias pessoais por meio das quais a história ganha vida.

Esse período da história recente da China é muito pouco discutido e corre o risco de cair no esquecimento se perdermos a chance de preservar as memó-

[9]Esta transcrição foi feita a partir do vídeo e não foi revista pelos dois interlocutores.

rias desse tempo de abertura e cooperação. *Living History* pretende criar um registro pessoal e instigante desse período crucial da China e produzir uma série documental de entrevistas longas, ponderada, bem pesquisada e precisa, capaz de atrair pessoas curiosas do mundo inteiro. Projeto independente e sem fins lucrativos, o programa conta com o apoio de uma subvenção do Consulado dos Estados Unidos em Xangai. Até maio de 2024, a equipe havia concluído a gravação de mais de vinte entrevistas para a série.

O episódio 8 é uma entrevista com Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG) e um dos primeiros estudantes da China continental a obter um MBA na América do Norte. É uma entrevista sobre sua incrível trajetória pessoal.

Living History: Hoje conversamos com o dr. Henry Huiyao Wang, fundador e presidente do Centro para a China e a Globalização (CCG), um dos principais think tanks de Pequim. O dr. Wang é um dos maiores especialistas em temas como a China e a globalização, o comércio e o investimento globais e as relações internacionais, com foco na relação EUA-China e na migração global. É um tema com que ele teve contato desde cedo: depois de fazer a graduação em Guangdong, em 1982, mudou-se primeiro para o Canadá e depois para a Inglaterra, para o MBA e o doutorado, antes de se tornar pesquisador sênior da Harvard Kennedy School e pesquisador visitante da Brookings Institution. De volta à China, lecionou na Universidade de Pequim e na Universidade Tsinghua e foi conselheiro do Conselho de Estado da China — o gabinete do governo chinês. Temos muito prazer em conversar com ele hoje.

Dr. Henry Huiyao Wang, seja bem-vindo!

Henry Huiyao Wang: Obrigado, é um grande prazer conversar com você.

Living History: Acabo de descobrir algo que eu não sabia: o senhor começou a aprender inglês lendo livros num pequeno barracão com uma lâmpada nua, em Sichuan. Foi ali que o senhor soube que havia um mundo fora da China. Como o senhor imaginava esse mundo antes de ter a chance de viajar para o exterior?

Henry Huiyao Wang: Quando eu era estudante, tínhamos sede de conhecimento. Há um ditado chinês: é preciso ler 10 mil livros e percorrer 10 mil milhas. Naquela época, se você só lesse livros — por exemplo, se aprendesse inglês e lesse

histórias de pessoas famosas da China e do mundo exterior —, ainda sentiria que não tinha contato com elas. É preciso realmente ver o mundo.

Muito cedo, meu pai foi para o exterior. Trabalhou na África, na Ferrovia Tanzânia-Zâmbia. A família da minha mãe também apoiava muito a educação. Lembro que minha mãe me comprou um dicionário chinês-inglês caríssimo quando eu estava no primário. Foi ótimo ver o mundo, não só pelos livros, mas também quando pude ir para o exterior.

Acho que a educação que recebi da família e a leitura de livros plantaram a semente da ideia de que algum dia eu teria de ir ver o mundo. Isso marcou a minha vida. Já viajei para quase 100 países e muitas regiões e passei mais de uma década fora da China, o que foi uma oportunidade enorme para mim e me abriu as portas para ver o mundo. Aproximar o mundo da China e a China do mundo passou a fazer parte da minha missão, e foi por isso que fundei o Centro para a China e a Globalização.

Living History: Nada disso teria sido possível se Deng Xiaoping não tivesse restabelecido o "*gaokao*" — o exame nacional de acesso à universidade da China.

Henry Huiyao Wang: Essa foi uma parte muito importante da minha vida, claro. Sem Deng Xiaoping, sabe-se lá!

Living History: Volte comigo àquele dia. Descreva como tudo começou. Pelo que sei, houve algo que o senhor ouviu no rádio.

Henry Huiyao Wang: Sim, com certeza. Depois do ensino médio — na verdade, eu só tinha concluído o segundo ano do ensino médio quando fomos mandados para o campo. Com apenas 17 ou 18 anos, no campo, não havia futuro, porque o lema da época era "Com um coração vermelho, criar raízes no campo para a vida inteira". Naquela época nos sentíamos sem esperança, porque não sabíamos que fim teriam as nossas vidas.

No campo, trabalhávamos muito duro. Eu tinha de trabalhar das 6 da manhã, quando o chefe da brigada de produção me chamava para ir para a roça, até as 11 horas, antes que o sol ficasse quente demais. Depois eu voltava, cozinhava meu próprio almoço, normalmente um mingau e outras comidas muito simples, e voltava ao trabalho às 3 da tarde, ficando até as 10 da noite, porque já não fazia tanto calor. Era muito duro. Depois de labutar o dia inteiro na roça, ganhávamos cerca de 20 centavos de yuan por dia, nos anos 1970, o que era só

70% do que um camponês comum conseguia ganhar. Eles recebiam 25 centavos por dia, e eu recebia 20.

Era uma vida muito dura, mas nunca desisti, o que foi muito importante, e continuei estudando. Mas era uma vida muito difícil. Para começar, no campo a gente passava fome o tempo todo, porque não havia comida suficiente. E só nos davam um quarto de quilo de óleo para a lamparina, então não dava para deixar a chama forte. Era preciso mantê-la bem pequena, e ela dava só um pouquinho de luz. Era assim que tínhamos de estudar.

Mesmo assim, nunca desisti. Eu ouvia muito rádio. E isso já foi depois da visita de Nixon à China, então as aulas de inglês no rádio tinham voltado. Também lia os livros que tinha trazido das cidades. E assinava um jornal, que todos os dias eu tinha de andar umas duas ou três milhas para buscar e ler.

Isso realmente me deu o hábito de estudar, porque eu acreditava que a tendência no mundo todo era a população rural diminuir e as pessoas se mudarem para as cidades. Eu pensava: "Por que a China está fazendo o contrário, mandando as pessoas das cidades para o campo? Deveria ser o inverso." Isso me deu a confiança de que aquilo não ia durar para sempre e de que algum dia as coisas mudariam. E esse dia chegou — em outubro de 1977. Na época não tínhamos televisão, e a única forma de obter informação era o alto-falante da aldeia. Eu morava numa cabana pequena, muito precária, velha e muito fria, na fazenda, e ouvi pelo alto-falante a notícia de que a China ia restabelecer os exames de acesso à universidade em dezembro daquele ano.

Foi realmente uma grande surpresa, e fiquei muito feliz, porque sabia que todo o estudo que eu vinha fazendo finalmente ia valer a pena. No começo eu queria estudar engenharia, mas tinha esquecido toda a matemática, porque fazia muito tempo. Então me voltei para as ciências sociais e revisei língua chinesa, história, cultura e, claro, inglês também. E me inscrevi no exame de inglês e estudei.

Aquele foi o primeiro ano da retomada dos exames de admissão, e havia cerca de 5,6 milhões de estudantes chineses que não tinham podido fazer a prova durante a década da Revolução Cultural, já que todas as universidades ficaram fechadas ao longo daquela década. Isso significava que 5,6 milhões de pessoas podiam fazer o exame, mas havia só cerca de 200 mil vagas, ou seja, só

uns 4%: uma porcentagem muito pequena das pessoas teria a chance de entrar. Eu fui uma delas. Era a turma de 77, mas na verdade começamos na primavera de 1978, porque os exames tinham sido em dezembro, só recebemos as cartas de aprovação em fevereiro e as aulas começariam em março. Mas aquilo mudou totalmente a minha vida. Sem essa experiência, nenhuma das minhas outras histórias teria acontecido.

Tudo isso aconteceu graças a Deng Xiaoping, e tenho uma história sobre ele. Ele se tornou vice-primeiro-ministro em 1977, mas ainda não era o líder máximo. A primeira coisa que fez foi restabelecer o exame de acesso à universidade, mas havia gente contra ele, que dizia: "Isso foi decidido por Mao. Não dá para mudar." Deng Xiaoping respondeu: "Por que não?" Então disseram: "Está bem. Mas não há tempo suficiente. Já passou o prazo da primavera para enviar os avisos. Vamos perder este ano." Deng Xiaoping disse: "Não, vamos fazer mesmo assim; ainda que seja em dezembro ou no fim do ano, temos de fazer em 1977. Não podemos adiar mais." Então disseram: "Está bem, mas não há papel suficiente para imprimir tantas provas." Deng disse: "Vamos usar o papel das obras do presidente Mao para imprimir as provas."

Ele era um visionário e muito decidido. Acho que provavelmente salvou uma ou até duas gerações de chineses e abriu caminho para a reforma e abertura da China. Isso aconteceu em 1977, há 47 anos, e daí surgiu toda uma geração, que transformou a China de hoje. Essa foi a primeira decisão que ele tomou.

A segunda decisão que tomou foi permitir que os estudantes chineses fossem para o exterior, o que não era permitido durante a Revolução Cultural. Alguém chegou a lhe dizer: "Olhe, se mandarmos gente para o exterior, essas pessoas podem não voltar." Mas Deng respondeu: "Não se preocupem, vamos mandá-los — e não só algumas centenas; vamos mandá-los às dezenas ou às centenas de milhares. Vamos mandá-los. Mesmo que muitos não voltem, ainda vamos nos beneficiar dos que voltarem."

Ele era muito ousado em sua visão. Acho que isso se deve aos cinco anos que passou na França. Estive na fábrica onde ele trabalhou na França. Foi muito impressionante. Deng passou cinco anos fora da China, estudando e trabalhando. Foi o arquiteto do programa de reforma e abertura da China, que mudou a vida das gerações seguintes.

Desde então, o número de universidades na China passou de algumas centenas para 3 mil. O número de universitários chineses passou de menos de um quarto de milhão, no ano em que entrei, para 12 milhões por ano. Dá para ver quantas vezes isso cresceu desde então. Deng Xiaoping era visionário e decidido. Suas reformas começaram em 1977, apenas um ano depois da morte de Mao. Ele tinha um modo de pensar muito liberal e realmente mudou a China por completo.

Living History: Conversamos com alguns estudantes estrangeiros que vieram estudar na China mais ou menos na mesma época. Fico me perguntando: como foi a sua experiência com os estudantes estrangeiros? Como o senhor acha que eles se adaptaram? Também deve ter sido algo completamente novo para o senhor.

Henry Huiyao Wang: No começo dos anos 80, ou mesmo no fim dos anos 70, a China mal estava saindo da Revolução Cultural. Quer dizer, as pessoas levavam uma vida muito básica, simples, e nada era moderno. Lembro que, naquela época, levei três dias para ir de Chengdu, minha cidade natal, a Guangzhou. Tive de trocar de trem em Zhengzhou, e foi uma viagem muito longa. Claro que, naquela época, não havia arranha-céus na China. Lembro que o prédio mais alto de Guangzhou na época era um dos hotéis, que tinha só pouco mais de 20 andares. Já era o prédio mais alto da cidade inteira. E não havia táxis nem metrô. Só se podia andar de ônibus. E não havia supermercados. Então a vida moderna de que desfrutamos hoje simplesmente não existia naquela época.

Quando entramos na universidade, havia uma competição entre todos os jovens mais brilhantes recrutados nos dois primeiros anos. Naquela época, não eram muitos os estrangeiros que conseguiam vir à China. Havia alguns, mas pouquíssimos. O desafio era mudar a forma de pensar, passando da Revolução Cultural para uma nova era de reforma, libertando a mente e liberalizando as ideias. Esse era o movimento da época. Também falávamos de filosofia e do sentido da vida.

Testemunhamos muitíssimas mudanças na China. Em 1979, abriram a zona econômica especial de Shenzhen, e nós chegamos a ir a Shenzhen. Na época era uma aldeia, mas depois virou um imenso canteiro de obras. O Centro de Comércio Internacional de Shenzhen foi construído no ritmo de um andar a

cada três dias, o que passamos a chamar de "velocidade de Shenzhen". Foi muito interessante, porque havia muitas mudanças e muitas dificuldades, mas também muita esperança. A China embarcou na reforma e abertura, e muita gente foi libertada da Revolução Cultural. Muitas pessoas foram inocentadas dos chamados "crimes" pelos quais tinham sido condenadas naquele período. A sociedade se tornou bastante aberta naquela época. Acho que isso ajudou a China a decolar. Depois o investimento estrangeiro começou a chegar, e foram criadas zonas econômicas especiais em 14 cidades litorâneas, entre elas Pudong, e por toda a China. Foi uma época muito marcante, em que aconteceram muitas grandes mudanças. Nossa geração testemunhou todas elas.

Living History: Reparei na primeira frase de um de seus livros recentes, que diz: "Tudo está mudando o tempo todo. Essa é uma conclusão inevitável para qualquer um que observe o mundo ao seu redor por algum tempo." Depois de Guangzhou, o senhor pôde ir para o exterior e comparar o que tinha imaginado e aprendido nos livros com o que o mundo era de fato. Conte como foi isso para o senhor. Quais foram suas primeiras impressões?

Henry Huiyao Wang: Depois de Guangzhou, fui designado para trabalhar no Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica, em Pequim, por dois anos e meio. Antes de me candidatar para estudar no exterior, conheci um professor da Universidade de Nova York que me contou que havia na América do Norte um curso de MBA que podia ser muito útil, porque ensinava gestão, marketing, contabilidade e recursos humanos. Fiquei muito interessado num curso tão multidisciplinar e me candidatei a algumas bolsas. Acabei indo para o Canadá como primeiro destino.

Em 1984, tive de viajar de Pequim a Xangai, de Xangai a Tóquio, de Tóquio a São Francisco, depois a Nova York e, por fim, a Toronto. Depois de dois anos e meio trabalhando no ministério, foi um choque cultural absoluto. Havia muito trânsito, e, sobrevoando Nova York, via-se um oceano de luzes. Nas estradas havia tantos carros quanto bicicletas na China, e eles andavam muito rápido. Eu nunca tinha visto aquilo. E havia supermercados com tanta comida, coisa que não tínhamos na China naquela época. Foi um grande choque cultural ver uma sociedade tão próspera e perceber o tamanho da distância entre a China

e o mundo exterior, sobretudo o mundo ocidental, e quanto ainda havia por melhorar.

O choque cultural era uma coisa, mas a sociedade ocidental também era diferente. Era preciso ser mais independente. Tive de abrir uma conta no banco e ir ao médico sozinho. Tive de fazer compras por conta própria. Não tinha família nem pais com quem contar e não tinha muita rede de contatos. Felizmente, quando chegamos à universidade, encontramos professores muito bons e vários clubes de estudantes, que eram muito simpáticos e prestativos. Também havia estudantes de diferentes países, todos muito simpáticos, o que foi surpreendente. Parecia haver muitos voluntários dispostos a ajudar, e isso me impressionou bastante. Também íamos à igreja. Também ouvíamos palestrantes diversos e participávamos de muitos eventos sociais. Foram experiências muito boas.

A única coisa a que não conseguíamos nos acostumar era a demora para receber uma carta da China. Levava de 20 a 25 dias: se você escrevesse uma carta hoje, só teria resposta no mês seguinte. Se quisesse receber duas respostas, tinha de escrever duas cartas por mês, para receber uma a cada duas semanas. E, claro, um telefonema custava dezenas de dólares, uma quantia astronômica para um estudante pobre naquela época.

Havia muitas coisas com que tínhamos de lidar, mas no geral eu me virava bem. Morei num apartamento embaixo de uma ponte, que era muito barulhento, mas achei que era uma boa experiência para conhecer a vida local. A vida de estudante foi muito enriquecedora e mudou a minha vida. Também me deu um contato pleno com o modo de pensar local e com a mentalidade de estudantes de diferentes países. Foi uma experiência muito boa.

Living History: Que benefícios o senhor tirou de estudar no exterior? Mais especificamente, o que havia de diferente, para o senhor, em frequentar uma universidade ocidental naquela época?

Henry Huiyao Wang: Acho que uma das coisas que aprendi quando estudava no Canadá e, depois, no Reino Unido e em Harvard foi o ambiente de aprendizado muito aberto. Na China, tudo girava em torno da prova, mais especificamente da prova escrita. Havia pouquíssima oportunidade de falar. Não havia participação em sala, debates nem apresentações. Tivemos de nos acostumar com isso, que era muito comum nas universidades ocidentais. Acho

que hoje a China está começando a adotar essas técnicas, mas naquela época, nos anos 80, vindos de uma universidade chinesa, basicamente só decorávamos, tomávamos notas e fazíamos trabalhos e provas, enquanto nas universidades ocidentais davam trabalhos grandes que você tinha de entregar 24 ou 48 horas depois. Além disso, a participação e a fala em sala de aula valiam um quarto da nota. Tudo isso era bastante novo.

Acho que também ganhei muito com o pensamento crítico. Há mais individualismo, e você tinha de pensar em voz alta e analisar as coisas de diferentes maneiras. Não havia uma única resposta correta. Basicamente, você tinha de provar a si mesmo que o que dizia ou analisava era correto e logicamente consistente. Foi um bom exercício, e acho que me beneficiei muito dele.

Ir a países diferentes, conhecer culturas, ideologias e formas de pensar diferentes dá a você uma perspectiva melhor sobre o lugar de onde veio e sobre suas ideias e sua formação originais. Isso dá a você uma mente realmente global. Descobri que estudar ou trabalhar no exterior pode de fato dar a você uma mentalidade global, permitindo que se torne mais objetivo, e não tacanho ou parcial. Isso me ajudou muito a me tornar um elo entre a China e o mundo exterior, porque eu tinha morado fora e sabia o que se passava lá, mas também éramos da China.

Hoje há cada vez mais pessoas assim, mas no começo dos anos 1980 eu era um dos pouquíssimos estudantes que foram fazer tanto um MBA quanto um doutorado. Também cursei muitas disciplinas de doutorado em gestão. Na verdade, também fui um dos primeiros formados chineses a entrar numa multinacional. Trabalhei numa grande multinacional em Montreal no fim dos anos 1980 e, depois disso, fui o primeiro estudante vindo da China a ser contratado pelo governo de Quebec num processo de recrutamento aberto. Isso foi no começo dos anos 1990. Todos esses pioneirismos mostram como a comunicação entre culturas e o conhecimento dos dois lados podem ser muito úteis. Eu realmente me beneficiei muito da minha experiência de estudos no exterior.

Living History: O senhor mencionou antes que, nos anos 1980, também trabalhou para o governo chinês. Como foi isso?

Henry Huiyao Wang: Foi uma experiência muito marcante quando entrei para o governo chinês. Eu estava entre os poucos selecionados, porque eles esco-

lhiam os mais brilhantes da universidade. Dois de nós fomos designados para o Ministério do Comércio, que na época se chamava Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica. O outro, meu colega de turma, depois se tornou vice-ministro do Comércio e vice-ministro das Relações Exteriores. Fomos designados para o ministério ao mesmo tempo.

O que achei muito interessante foi que, quando entrei no ministério, havia muita gente talentosa. Todos tinham diploma universitário e falavam uma língua estrangeira. Mas, no começo, sem dúvida éramos subaproveitados. As pessoas diziam: "Vocês são jovens, acabaram de chegar, não têm experiência." Não nos davam muito trabalho importante. Mas até essas coisas às vezes podiam ser uma oportunidade.

Lembro que, no começo dos anos 1980, a China entrou no Banco Mundial, que mandou especialistas a Pequim para dar seminários sobre licitação competitiva internacional, diretrizes internacionais de compras e outros conceitos. Mas eu já tinha estudado tudo isso nas horas vagas, porque sabia que era um conhecimento útil; então, quando entrei no ministério, já sabia muito do que eles ensinavam. Eu era solteiro e tinha muito tempo.

Era um seminário de uma semana, e o primeiro dia ficou a cargo de um intérprete experiente, mas no segundo dia disseram: "Muito bem, agora tente você." Então tentei, porque achava que era assim que a comunicação podia funcionar: era preciso ter muito conhecimento de fundo, conhecer bem a história, todo o jargão técnico e os termos mais recentes; então apliquei isso ao trabalho de interpretação. Na mesma hora, o instrutor do Banco Mundial sentiu que havia química entre ele e a plateia, porque agora, graças à minha interpretação, as pessoas conseguiam fazer as perguntas certas.

Depois disso, fiz toda a interpretação dos cinco dias seguintes, o que me deu experiência e confiança. Se você está realmente preparado, disposto a estudar o outro lado, tem conhecimento suficiente e entende a língua e a cultura dele, então consegue se comunicar. Entender um ao outro não é apenas entender a língua em si. Exige muito conhecimento de contexto e muito conhecimento técnico.

Nos anos 80, não foi só o Banco Mundial. Conversamos com muitas outras autoridades governamentais em visita, o que foi ótimo, mas percebi que faltava

entendimento dos dois lados. O desafio, na verdade, era que não conseguíamos nos colocar no lugar do outro. Falávamos só a partir da nossa própria posição, e às vezes isso podia ser difícil.

O melhor caminho é mesmo pensar do ponto de vista do outro lado, e vice-versa. Isso ajuda muito. Mas é preciso ter pessoas que conheçam o outro lado ou que tenham passado tempo em países estrangeiros e na China, sobretudo se souberem a língua e tiverem a formação técnica por trás. Caso contrário, vai ser muito difícil se comunicar. Essa é a minha experiência.

Living History: O senhor escreveu: "Em 1984, fazer um MBA quando poucos na China da época sequer sabiam o que era um MBA..." Que decisão extraordinária! O que seus pais disseram?

Henry Huiyao Wang: Foi mesmo uma grande decisão para mim, mas era o que eu sempre quis, porque eu tinha aprendido uma língua estrangeira, comércio exterior e todas essas coisas. Além disso, depois de dois anos e meio trabalhando no ministério, senti que precisava me aprimorar. Naquela época, havia oportunidades de ser designado para trabalhar nas várias embaixadas da China, mas eu preferia estudar. Então me candidatei algumas vezes e, por fim, fiz uma prova e consegui uma bolsa. Agarrei a oportunidade, porque achei que ampliar minha visão poderia ajudar. Eu sabia que meus pais — meu pai, na verdade — tinham trabalhado no exterior, e ele me dizia que era importante ir para fora.

Claro que, naquela época, a China mal tinha se aberto, e era preciso aprender tudo com o exterior. Então, mesmo que ir para fora fosse algo desconhecido, era importante ir e viver aquela experiência. Sabe, é preciso ler 10 mil livros e percorrer 10 mil milhas. Esse é o meu lema.

Quando estudei todas aquelas figuras históricas — Deng Xiaoping, Zhou Enlai, ou os cientistas e os estudiosos das ciências sociais —, percebi que muitos dos que deram uma grande contribuição à China tinham estudado no exterior. Isso foi um bom exemplo para mim. Foi o que realmente me encorajou a ir, e nunca hesitei. Eu me candidatei sabendo que podia perder a oportunidade de trabalhar no ministério naquela época, mas achei que provavelmente era mais importante para mim obter esse conhecimento mais avançado e uma preparação

mais avançada para meu trabalho e meus empregos futuros. Por isso tomei aquela decisão, e foi também a decisão certa.

Eu ainda aconselharia as pessoas a ir estudar fora. Meu think tank publica há quinze anos relatórios sobre os estudantes chineses no exterior. Desde os anos 1980, cerca de 10 milhões de estudantes chineses foram estudar no exterior, contando os de Hong Kong, os de Macau e todos os demais. É um enorme contingente de talentos. Claro que muitos ficaram no exterior, mas a circulação global de talentos e o retorno de talentos mudaram muito a China. Por isso acho que esse movimento de estudos no exterior, iniciado por Deng Xiaoping, realmente trouxe mudanças enormes para a China e também beneficiou milhões de pessoas que participaram dele. Claro que sou uma delas.

Living History: E então, por fim, o senhor decidiu voltar à China e abrir seu próprio negócio. Ouvi de outras pessoas que foi uma época muito desafiadora, mas que também havia um clima de otimismo. Como o senhor se lembra daquele tempo?

Henry Huiyao Wang: Na época, eu estava em Hong Kong como representante comercial-chefe do governo de Quebec para Hong Kong, China, e, quando terminei esse trabalho, Deng Xiaoping estava inspecionando Shenzhen, em sua famosa viagem de 1992. E ele disse: "Se vocês querem dar uma contribuição maior, é melhor voltar para a China continental." Aquilo foi uma grande inspiração para mim. Terminadas as minhas funções em Hong Kong, não voltei para Quebec, porque senti que já estava em Hong Kong e gostaria de voltar para a China.

Então, no começo de 1993, dei início à minha volta. Mas para fazer o quê? Essa era a questão. Eu não tinha outro emprego, mas pensei que talvez fosse hora de aproveitar minha experiência nos negócios, na academia, no governo e no setor público; era hora de abrir minha própria empresa, de ser empreendedor. Foi isso que me levou a fundar minha empresa naquela época. Claro que não havia prédios de escritórios na China, em Pequim, então alugamos um quarto de hotel onde dava para dormir e trabalhar, mas também era uma vida dura. Por exemplo, por causa da diferença de fuso horário, durante o dia você ficava ocupado. À noite, chegavam telefonemas da América do Norte, da Europa, de vários lugares, porque fazíamos consultoria internacional de negócios.

Lembro que levei meio ano para registrar um escritório de representação estrangeiro em Pequim. Consegui todas as aprovações e todos os patrocinadores. Era preciso falar com vários órgãos burocráticos. E, por fim, conseguimos. Depois, lembro que era muito caro instalar um telefone. Uma linha fixa custava 5 mil yuans na época. E até para ter um aparelho de fax era preciso a aprovação do Ministério dos Correios e Telecomunicações. Além disso, eu tinha comprado um computador quando terminei meu trabalho em Hong Kong. Esse computador ficou retido na alfândega por vários meses antes que eu conseguisse resgatá-lo, porque era preciso [determinar] se ele seria isento de impostos ou não, como um computador devia ser classificado e que tarifas deviam ser aplicadas, todas essas coisas — não havia nenhum bom precedente. E depois tivemos de esperar a decisão final. Por fim, consegui resolver.

Então, abrir uma empresa na China em 1993 foi realmente desafiador. Lembro que, naquela época, não havia táxis na China. Havia só uma minivan bem pequena. Você pagava 10 yuans e podia atravessar Pequim inteira. Até isso era muito caro. Enfim, foi uma boa experiência. Mas acho que a parte mais importante era mesmo construir o negócio.

Living History: A entrada da China na OMC deve ter ajudado muito.

Henry Huiyao Wang: A entrada da China na OMC foi um marco monumental da abertura chinesa. Levou muito tempo. Sabe, a China levou 15 ou 16 anos [para entrar na OMC]. No começo era o GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio], depois mudaram o nome para OMC, e a China continuou querendo aderir.

Mas eu reclassificaria o movimento de adesão da China à OMC como uma minirrevolução na China, porque foi preciso abolir muitíssimas cláusulas ultrapassadas, mudar a mentalidade das pessoas, fazer com que as pessoas dessem conta de tudo aquilo. Eu diria que foi realmente uma grande batalha. As pessoas estavam muito acostumadas ao estilo antigo. Por exemplo, antes de a China entrar na OMC, o comércio exterior era administrado por algumas dezenas de empresas estatais chinesas que monopolizavam o setor. Então todo mundo tinha de passar pela empresa de comércio exterior para fazer comércio exterior. Era preciso licença, era preciso cota. Era uma enorme dor de cabeça e muita papelada burocrática para vencer. Mas então, desde que a China entrou na OMC, libera-

lizaram todas essas áreas, e acabei de ler a notícia de que há cerca de 6 milhões de empresas que podem fazer comércio exterior. Basicamente, cada um atua por conta própria. Se você quer fazer, tem permissão para fazer — todas as empresas. Foi incrível. E é por isso que a China se tornou a maior nação comercial do mundo. E o PIB da China, desde a entrada na OMC, já se multiplicou por doze ou treze, um crescimento enorme.

Então acho que o desafio naquela época era mesmo romper a barreira psicológica, porque as pessoas estavam preocupadas com a entrada na OMC. Por exemplo, falava-se da entrada na OMC como se o lobo estivesse chegando. Um dos argumentos era que a indústria automobilística da China ainda engatinhava. Se a China entrasse na OMC, ela seria varrida pelas empresas estrangeiras. Os automóveis estrangeiros inundariam a China. A China não teria mais uma indústria automobilística nacional. E isso se revelou falso, porque, embora mais empresas estrangeiras estivessem chegando — a Volkswagen, a BMW, a Mercedes, todo mundo —, antes da entrada na OMC havia um único modelo de uma empresa sino-estrangeira, que era o Santana. Foram 20 anos com um só modelo, que nunca mudou. Mas, desde que a China entrou na OMC, passou a haver concorrência. Muitas empresas estrangeiras chegaram, e isso também elevou o nível da indústria automobilística chinesa. E dá para ver que, 20 anos depois da entrada da China na OMC, a China se tornou o maior fabricante de automóveis do mundo. E, no ano passado, a China se tornou o maior exportador de automóveis do mundo.

Portanto, a entrada na OMC não só beneficiou muito as empresas chinesas como também permitiu que a China desse mais contribuições ao mundo. Acho que a OMC tem muitas vantagens: libertou a mente das pessoas e as tornou mais abertas. Também lhes deu mais experiência em sondar o terreno e em ser mais competitivas. Em terceiro lugar, também formou muitas empresas internacionais chinesas.

Além disso, é muito importante que todas as multinacionais venham para a China e que os chineses interajam com elas. Não há muita interação interna. A China também precisa melhorar, por exemplo, o seu sistema de pagamentos. A assistência aos viajantes na China deveria ser mais prática, e talvez a China

devesse até abrir a internet, para que se possa acessar o Google, o Facebook, o Twitter e todas essas coisas. Acho que a China deveria fazer isso também.

Penso que o intercâmbio entre os povos é crucial. É muito importante para aumentar o entendimento e é o laço entre os dois países e também com o resto do mundo. Por isso me senti encorajado pelo presidente Xi. Ele falou na cúpula de São Francisco, quando visitou os Estados Unidos, e disse que a China teria interesse em convidar 50 mil jovens americanos para vir à China. Isso significa 10 mil por ano. Espero que essa meta possa ser cumprida e que mais pessoas possam vir.

SOBRE O CENTRO PARA A CHINA E A GLOBALIZAÇÃO

Fundado em 2008 e sediado em Pequim, o Centro para a China e a Globalização (CCG) é o principal think tank global não governamental da China. O CCG mantém diversas filiais no país e representantes no exterior, com o apoio de uma experiente equipe de pesquisadores e profissionais em tempo integral dedicados à pesquisa sobre globalização, governança global, economia e comércio internacionais, relações internacionais e migração global.

O CCG é o primeiro e único think tank chinês não governamental a obter status consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). No "2020 Global Go To Think Tank Index", do Programa de Think Tanks e Sociedade Civil (TTCSP) da Universidade da Pensilvânia, o CCG ficou em 64º lugar entre os principais think tanks do mundo e entre os 50 primeiros think tanks independentes globais. O CCG também foi reconhecido como "organização não governamental 4A" pelo Departamento de Assuntos Civis do Governo Municipal de Pequim. É ainda um centro nacional de pesquisa do Programa de Pós-Doutorado certificado pelo Ministério de Recursos Humanos e Seguridade Social da China.

O CCG construiu uma rede de pesquisa com especialistas de destaque na China e no exterior e realiza pesquisas permanentes sobre a China e a globalização. Publica mais de 10 livros por ano, em inglês e em chinês, além de seus relatórios de pesquisa. Compartilha com o público os resultados de suas pesquisas e conta com milhares de livros e relatórios, que, somados, recebem centenas de milhares de acessos por ano.

O CCG está profundamente empenhado em contribuir para as políticas públicas. Apresenta regularmente recomendações de políticas aos órgãos e ministérios competentes do Estado, muitas das quais foram incorporadas às discussões dos órgãos centrais de direção da China e moldaram importantes decisões políticas nos departamentos pertinentes, contribuindo para a contínua formulação de políticas do governo e para a inovação institucional.